

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/287205252>

A Segunda Guerra Mundial: Causas, Estrutura, Consequências

Article · December 2015

CITATIONS

0

READS

10,702

1 author:



[Osvaldo Coggiola](#)

University of São Paulo

49 PUBLICATIONS 9 CITATIONS

SEE PROFILE

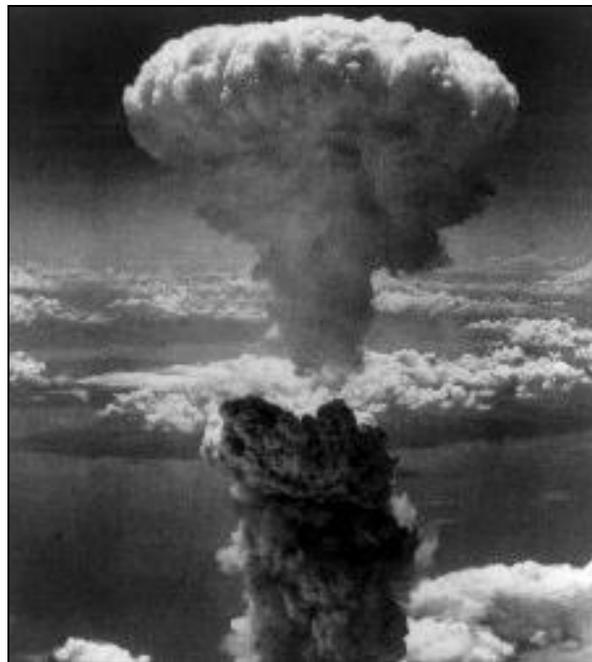
Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



econmi mundial [View project](#)

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Causas, Estrutura, Consequências



Oswaldo Coggiola

	INTRODUÇÃO, 3
1. UM MASSACRE SEM PRECEDENTES, 5	
2. ANTECEDENTES E CAUSAS, 11	
3. HITLER E O NAZISMO, 27	
4. A GUERRA E O STALINISMO, 44	
5. ENTRE EUROPA, ORIENTE E AMÉRICA, 56	
6. A FASE INICIAL DA GUERRA NA EUROPA, 62	
7. CENÁRIO ASIÁTICO E CENÁRIO MUNDIAL, 71	
8. ECONOMIA DE GUERRA, 78	
9. HOLOCAUSTO: PREPARAÇÃO, 88	
10. HOLOCAUSTO: EXECUÇÃO, 98	
11. A URSS EM GUERRA, 108	
12. O COMEÇO DA DERROTA DO EIXO, 123	
13. O FIM DA GUERRA MUNDIAL, 141	
14. REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA EUROPA, 154	
15. DA ECONOMIA BÉLICA À “NOVA ORDEM ECONÔMICA”, 177	
16. REVOLTA COLONIAL: ORIENTE MÉDIO, SUDESTE ASIÁTICO, AMÉRICA LATINA, 193	
17. REVOLUÇÃO COLONIAL: ÍNDIA E CHINA, 206	
18. A CONTRARREVOLUÇÃO METROPOLITANA, 216	
19. AS CONSEQUÊNCIAS DE LONGO PRAZO DA GUERRA, 233	
CRONOLOGIA, 244	
DOCUMENTO 1: A LUTA CONTRA O IMPERIALISMO E CONTRA A GUERRA, 249	
DOCUMENTO 2: A GUERRA IMPERIALISTA E A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA MUNDIAL, 252	
BIBLIOGRAFIA, 273	

INTRODUÇÃO

Não seguimos, no texto que segue, uma sequência cronológica (existem inúmeras obras sobre a Segunda Guerra Mundial que assim o fazem, várias incluídas na bibliografia ao final deste trabalho), mas uma sequência de problemas históricos e historiográficos levantados pelo maior conflito bélico de todos os tempos. Diversos autores postularam a hipótese de que o mundo padeceu, no século XX, uma “Segunda Guerra dos Trinta Anos”, entre 1914 e 1945: “Foram 31 anos, de agosto de 1914 a agosto de 1945. Ainda lhes chamamos, tradicionalmente, Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mas os futuros historiadores irão fundir os dois conflitos num só... A Guerra dos Trinta Anos do século XX, tal como a do século XVII na Alemanha, não desfrutou de grandes intervalos de paz”.¹ Eric J. Hobsbawm chamou de “era da catástrofe”, e de “guerra de 31 anos”, o período histórico compreendido entre 1914 e 1945, cuja nota dominante teria sido a crise da sociedade liberal/imperial precedente.²

Nessa interpretação, a Segunda Guerra Mundial teria sido, essencialmente, a continuidade da Primeira, envolvendo principalmente as potências europeias, com motivos e protagonistas basicamente semelhantes (inclusive nas suas alianças internacionais, execução feita da Itália), com uma breve trégua entre ambas, uma espécie de “paz armada” no entre guerras, pontuada pela “grande depressão” econômica da década de 1930. Tratou-se, porém, para além dos elementos de continuidade, de conflitos de caráter diverso, *qualitativamente* diferentes, diferença caracterizada, justamente, pela depressão econômica mundial que precedeu a Segunda Guerra Mundial, e pela existência (sobrevivência) da URSS, incluído seu fortalecimento econômico e militar na década de 1930. A Segunda Guerra Mundial não decorreu “naturalmente” da Primeira: foi, ao contrário, perfeitamente evitável. A prática de massacres em massa, elemento mais visível de continuidade entre ambos conflitos, foi, na Segunda Guerra Mundial, dirigida principalmente contra a população civil (o que não foi o caso na Primeira), em especial na Europa.

Segundo Trotsky, em texto de meados de 1940: “A guerra mundial é a continuação da última guerra. Mas continuação não significa repetição. Como regra geral, uma continuação significa um desenvolvimento, um aprofundamento, uma acentuação”. Na *Enciclopedia Storica* de Massimo Salvadori aponta-se o caráter mais “ideológico” (democracia vs. fascismo) da Segunda Guerra Mundial em relação à Primeira. Quanto ao caráter da guerra, afirma-se: “Bombardeios maciços, frequentemente de natureza *terrorista*, foram realizados sobre um grande número de cidades, muitas das quais foram totalmente arrasadas, causando imensos estragos, provocando *sofrimentos desumanos* e destruindo *para sempre grande parte da herança histórica* [da humanidade]” (grifos nossos).³ Não se poderia descrever melhor, sinteticamente, a barbárie em ação. A Segunda Guerra Mundial foi, antes do mais, um retrocesso histórico da humanidade *em seu conjunto*. Há outra diferença importante entre os dois conflitos mundiais. A Revolução de Outubro de 1917 foi o acontecimento mais importante da Primeira Guerra Mundial, e o principal fator que precipitou seu fim.

¹ Charles Van Doren. *Uma Breve História do Conhecimento*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2012, p. 331. Henri Michel negou que a Segunda Guerra Mundial fosse a “revanche” (uma espécie de segundo turno) ou a continuidade da Primeira, mas limitou as diferenças entre ambas à “extensão” (geográfica) da guerra, e à “totalidade” dos recursos postos em jogo: os principais países envolvidos dedicaram toda sua capacidade econômica, industrial e científica a serviço dos esforços de guerra, deixando de lado a distinção entre recursos civis e militares (*La Seconda Guerra Mondiale*. Roma, Newton & Compton, 1995).

² Eric J. Hobsbawm. *Era dos Extremos*. O breve século XX 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

³ Massimo Salvadori (ed). *Seconda Guerra Mondiale*. *Enciclopedia Storica*. Bolonha, Zanichelli, 2000, p. 1071.



Países em guerra 1939-1945

No caso da Segunda Guerra Mundial, a revolução social a precedeu, na Espanha e na França, mas ela fracassou: se tivesse sido vitoriosa em um desses países, ou nos dois, todo o panorama político europeu e, até certo ponto, mundial, teria mudado por completo. Tentamos apresentar, nas páginas que seguem, uma visão da guerra, e da crise que a precedeu, incluindo não apenas suas realidades, mas também as virtualidades que aquelas abriram, dentro de um trabalho de síntese-resumo.

1. UM MASSACRE SEM PRECEDENTES

Na Segunda Guerra Mundial houve sessenta milhões de homens em armas, entre 45 e 50 milhões de mortes (pela primeira vez num conflito bélico, a maioria delas na população civil) como resultado direto dos combates, ou entre setenta e oitenta milhões de pessoas - só existem estimativas variáveis -, se forem contadas também as vítimas que morreram por fome, epidemias e doenças como resultado indireto da guerra - oito vezes mais vítimas do que na Primeira Guerra Mundial:⁴ ao todo, aproximadamente entre 4% e 5% da população mundial da época, e tudo em escassos seis anos. A história não conheceu jamais um morticínio semelhante. As cifras citadas não incluem as baixas nas guerras civis na Coreia e na Grécia, ou nas guerras nacionais nas colônias inglesas ou francesas, que foram decorrência mais ou menos imediata da conflagração mundial.

A Segunda Guerra Mundial foi, em primeiro lugar, o conflito *militar* mais sangrento de todos os tempos. Em 1939, no seu início “formal” (com as declarações mútuas de guerra entre as grandes potências europeias), vários países beligerantes já estavam em guerra, como Etiópia e Itália na segunda guerra ítalo-etíope,⁵ e China e Japão na segunda guerra sino-japonesa. A guerra civil espanhola (1936-1939), por sua vez, envolveu diretamente Itália e Alemanha no apoio ao golpe militar de Franco contra a República; seu desfecho (vitorioso para o lado apoiado pelas potências nazi-fascistas) foi o prólogo imediato da guerra mundial.⁶

O conflito mundial envolveu as mais longínquas regiões do planeta, nos mares e na terra, na neve e no sol escaldante do deserto. O adiamento da resolução dos conflitos que levaram à Primeira Guerra Mundial, e da revolução socialista que nela se originou, no primeiro pós-guerra, foi pago com um preço inédito em vidas humanas, especialmente forte nos países que estiveram no centro desses problemas: entre vinte e trinta milhões de mortos na União Soviética,⁷ treze milhões na Alemanha, entre dez e quinze milhões na China (na guerra sino-japonesa, 1937-1945), sem contar a “qualidade” das mortes, que incluíram cenários de degradação humana nunca vistos

⁴ Ernest Mandel. *O Significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Ática, 1982.

⁵ A guerra ítalo-etíope foi uma típica guerra colonial, que começou em outubro de 1935 e terminou em maio de 1936. A guerra foi travada entre o Reino da Itália e o Império Etíope (também conhecido como Abissínia). A guerra resultou na ocupação militar da Etiópia e na sua anexação à recém criada colônia da África Oriental Italiana; além disso, expôs a inadequação da Liga das Nações para a manutenção da paz. A Liga afirmava que trataria todos seus membros como iguais, no entanto, garantiu às grandes potências maioria no seu Conselho. Tanto a Itália quanto a Etiópia eram países membros da organização, mas a Liga nada fez quando a guerra claramente violou o seu décimo artigo, afundando logo depois. Edward H. Carr criticou a suposta “ordem internacional” da Liga (que Lênin chamou simplesmente de “covil de bandidos”, quando da sua criação no primeiro pós-guerra) dizendo que era uma ilusão pensar que nações fracas e desarmadas pudessem deter algum poder na arena mundial. Na Liga, as decisões eram tomadas e o poder era exercido pelas grandes potências, em detrimento da suposta “igualdade jurídica” existente entre as nações. As nações menores seguiam ou sofriam pressão para seguir as maiores. Isto aconteceu quando a Inglaterra (1931) e mais tarde a França (1936) deixaram o padrão ouro, ou quando a Alemanha ultrapassou a França no seu poderio militar: nesse momento, muitos países menores declararam neutralidade ou mesmo passaram para o lado da Alemanha devido a essa situação (*Vinte Anos de Crise 1919-1939*. Brasília, UnB, 2001). Carr era um diplomata liberal inglês que simpatizou com a revolução soviética, transformando-se num de seus principais historiadores.

⁶ Anthony P. Adamthwaite. *The Making of the Second World War*. Nova York, Routledge, 1992.

⁷ As estimativas oscilam entre essas cifras imprecisas. Hoje se calcula que a União Soviética perdeu cerca de 27 milhões de pessoas durante a guerra, incluídas as vítimas de seus “efeitos colaterais”, quase metade das mortes derivadas do confronto bélico no mundo todo. Um em cada quatro cidadãos soviéticos de sexo masculino foi morto ou ferido. Em 1959, na URSS havia ainda só quatro homens para cada sete mulheres (Pierre Broué. *União Soviética*. Da revolução ao colapso. Porto Alegre, UFRGS, 1996).

na história, nos campos de concentração nazistas, nas câmaras de gás, nas políticas de “extermínio total” de judeus, ciganos, homossexuais, deficientes mentais e outros, nos massacres em massa na Europa oriental, nos bombardeios de muitas cidades europeias, no ataque nuclear contra duas cidades japonesas.

O “projeto geral” (*Generalplan Ost*) do nazismo para Europa oriental e a URSS, formulado várias vezes entre 1940 e 1942 (inclusive durante a vigência do pacto Alemanha-URSS) previa as mortes de dezenas de milhões de membros das “raças inferiores” (eslavos, principalmente; sem falar do total extermínio dos judeus, que eram uma - numerosa - minoria no Leste europeu), pela via da fome, para transformar esses imensos territórios em zonas de colonização alemã (isto é, pela “raça ariana”): “Os alemães deportariam, matariam, assimilariam ou escravizariam as populações nativas, levando ordem e prosperidade para uma fronteira humilhada. Entre 31 e 45 milhões de pessoas, a maioria eslavas, deveriam desaparecer... entre 80% e 85% dos poloneses, 65% dos ucranianos ocidentais, 75% dos bielorrussos e 50% dos tchecos deveriam ser eliminados”.⁸ Esses objetivos seriam realizados, entre outros meios, por um “Plano da Fome” que mataria por inanição 30 milhões de pessoas em apenas alguns meses: esses planos só foram realizados parcialmente na experiência piloto da zona coberta pelo “Governo Geral” nazista na zona polonesa de ocupação, para onde foram inicialmente deportadas populações judias e de outras “raças inferiores”. Em 1941, “Himmler se referiu a um número de mortos estimado em 30 milhões de pessoas entre as populações de Europa oriental. Sua declaração refletiu o ânimo assassino que predominava entre os quadros superiores de comando da SS nos dias e semanas que precederam o ataque à União Soviética. Eles tinham plena consciência de que estavam prestes a iniciar uma campanha de extermínio historicamente sem precedentes e racialmente motivada”.⁹ Sem chegar a esse número, na Europa oriental, os deslocamentos de pessoas entre 1939 e 1943 afetaram trinta milhões de pessoas, com um elevado percentagem de vítimas mortais.

A execução dos planos de extermínio massivo dos nazistas (que se revelaram impossíveis, inclusive durante a ocupação, devido, em parte, à sua enorme escala, e também à resistência das populações afetadas)¹⁰ teria provocado um morticínio ainda maior do que aquele, enorme, que de fato aconteceu: “Entre 1939 e 1942 dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças foram tirados de suas casas; à deportação para o extermínio e para o trabalho deve-se acrescentar a deportação para reassentamento”.¹¹ Entre dois e três milhões de prisioneiros de guerra soviéticos, cerca de 57%, morreram de fome, maus tratos ou execuções entre junho de 1941 e maio de 1945, a maioria durante seu primeiro ano de cativo. De acordo com outras estimativas, cerca de 2,8 milhões de prisioneiros de guerra soviéticos morreram em oito meses, entre 1941 e 1942, e um total de 3,5 milhões até meados de 1944. O Museu *Yad Vashem* de Israel estima que 3,3 milhões dos 5,7 milhões de prisioneiros de guerra soviéticos morreram sob custódia alemã, em comparação com 8.300 dos 231 mil prisioneiros britânicos e norte-americanos. O racismo e o anticomunismo também deixaram sua marca nas estatísticas da guerra.

⁸ Timothy Snyder. *Terras de Sangue*. A Europa entre Hitler e Stalin. Rio de Janeiro, Record, 2012, p. 203.

⁹ Robert Gertwarth. *O Carrasco de Hitler*. A vida de Reinhardt Heydrich. São Paulo, Cultrix, 2013, p. 222.

¹⁰ “A implementação de um programa tão vasto de extermínio dirigido contra toda a população nativa de Europa oriental (era) absolutamente utópico em 1941. Era simplesmente impossível reduzir grandes cidades russas a cinzas, alvejar 30 milhões de pessoas ou cortar seu suprimento de comida e deixá-las morrer de fome sem correr o risco de provocar séria agitação nas áreas afetadas” (*Idem*, p. 229).

¹¹ R. A. C. Parker. *Struggle for Survival*. The history of the Second World War. Nova York, Oxford University Press, 1989, p. 295.

As taxas de mortalidade dos prisioneiros russos (eslavos em geral) diminuíram à medida que os prisioneiros dessa origem (ou de outras) foram necessários para trabalhar como escravos no esforço de guerra alemão; em 1943, meio milhão deles foram “exportados” como trabalhadores forçados para a Alemanha. Muitos deles salvaram assim suas vidas, mas foram considerados e julgados como “traidores” na sua volta à URSS, com o fim da guerra. Centenas de milhares de homens e mulheres morreram também nos morticínios em massa nas “limpezas étnicas” promovidas, durante e imediatamente depois da guerra, nos redesenhados países da Europa oriental; esses Estados, pela primeira vez na era moderna, tenderam a se transformar em Estados “eticamente homogêneos”, inclusive em regiões que haviam sido, até então, verdadeiros *carrefours* étnicos, linguísticos, nacionais e culturais, em especial os países bálticos e partes importantes da Polônia e da Ucrânia. Eis uma estimativa moderada e arredondada das mortes nos principais países europeus envolvidos na Segunda Guerra Mundial:

País	Militares	Civis	Total
França	350.000	350.000	700.000
Inglaterra	326.000	62.000	388000
EUA	300.000	350.000	300.000
URSS	6.500.000	10.000.000	16.500.000*
Polônia	-	5.000.000	700.000
Iugoslávia	-	1.000.000	700.000
Alemanha	3.500.000	700.000	4.200.000
Itália	330.000	80.000	410.000

(*) As baixas totais da URSS apresentam variações entre 20 e 30 milhões; as autoridades soviéticas computaram geralmente apenas as baixas militares, entre seis e sete milhões de mortos, e as baixas civis diretamente vinculadas a episódios bélicos.

As estimativas diferem bastante, não existindo acordo sobre elas até hoje; as diferenças são devidas, muitas vezes, a diversos critérios de classificação (o que deve ser considerado, ou não, morte devida à guerra, por exemplo). As novas “fronteiras étnicas” dos Estados leste-europeus foram traçadas sobre montanhas de cadáveres insepultos e com base em políticas *objetivamente* (quando não *subjetivamente*, como no caso dos judeus) exterminadoras, que conseguiram, em medida enorme, apagar os motivos e mecanismos históricos e políticos dos enfrentamentos prévios entre os países beligerantes, e da própria guerra. A maioria dos cenários, inicialmente só bélicos, da Europa, se transformaram, no decorrer e no desfecho da guerra, em cenários de luta sem limites de qualquer espécie pela simples sobrevivência física de soldados e civis: “Quase tudo que os povos civilizados consideram garantido em tempos de paz foi posto de lado, especialmente a expectativa de receber proteção contra a violência... Na sitiada Leningrado, pessoas famintas comiam umas às outras... A explosão da prostituição foi um trágico fenômeno global, que merece seu próprio livro [até hoje não escrito]... Era fundamental que somente um número ínfimo de líderes e comandantes nacionais soubesse o que se passava além de seu campo de visão (na que) foi a maior e mais terrível das experiências humanas”.¹²

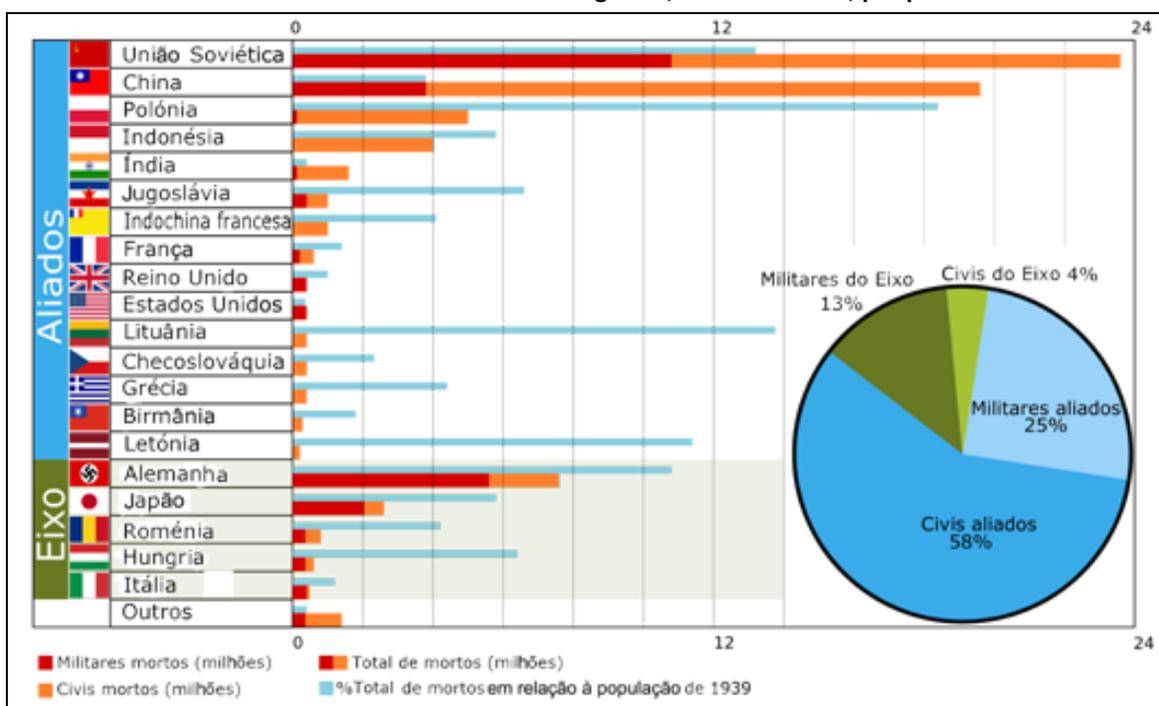
Os grandes massacres, porém, precederam à guerra propriamente dita, em especial na “terra de sangue (que) se estende do centro da Polônia até o Oeste da Rússia, passando pela Ucrânia, Bielorrússia e os Estados bálticos. Durante a consolidação do nacional-socialismo e do stalinismo (1933-1938), a ocupação conjunta da Polônia pelas forças alemãs e soviéticas (1939-1941) e, em seguida, durante a guerra entre a Alemanha e a União Soviética (1941-1945), a violência em

¹² Max Hastings. *Inferno*. O mundo em guerra 1939-1945. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2012.

massa de um modo jamais visto na história se abateu sobre essa região. As vítimas foram basicamente judeus, bielorrussos, ucranianos, poloneses, russos e bálticos, os povos nativos dessas terras. Catorze milhões foram mortos em um período de somente doze anos, entre 1933 e 1945, enquanto Hitler e Stalin estavam no poder. Embora suas pátrias tenham sido palco de batalhas durante metade desse período, essas pessoas foram vítimas de uma política assassina, não de contingências de guerra. A Segunda Guerra Mundial foi o conflito mais letal da história, aproximadamente metade dos soldados que morreram em todos os campos de batalha de todo o mundo pereceu nessa região, nessas terras de sangue. Ainda assim, nos catorze milhões de pessoas assassinadas, não havia um soldado sequer na ativa. A maioria era composta de mulheres, crianças e idosos; nenhuma carregava armas; muitas foram despojadas de seus bens, incluindo as roupas”.¹³

Eis uma estimativa mais realista das vítimas totais da guerra:

Mortes em decorrência direta da guerra, civis e militares, por país



Os números das vítimas refletem a dimensão inédita e enorme dos massacres de população civil, inclusive os reconhecidamente desnecessários do ponto de vista militar, levados adiante por todos os protagonistas principais da guerra, inclusive pelos aliados, como o bombardeio e destruição da cidade alemã de Dresden (quando a derrota da Alemanha era praticamente coisa certa),¹⁴ ou as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, com suas centenas de

¹³ Timothy Snyder. *Op. Cit.*, p. 10.

¹⁴ Frederick Taylor. *Dresden*. Terça-feira, 13 de fevereiro de 1945. Rio de Janeiro, Record, 2011. Embora Dresden fosse a única conexão ferroviária Norte-Sul de um Reich já muito encolhido, foi reduzida a pó-de-traque pelo ar pois, segundo um comandante militar inglês, ela “não valia os ossos de um único soldado britânico”. A 8 de maio de 1945, depois de destruída, ela foi pacificamente ocupada pelo Exército Vermelho: “Durante os 45 anos entre o fim da guerra e a queda do Muro de Berlim, Dresden ficou isolada. Já terrivelmente traumatizada pelos acontecimentos de fevereiro de 1945, a população da cidade mergulhou na construção de moradias para substituir as dezenas de milhares perdidas e na criação de alguma aparência de cultura reavivada. Mas, sob a superfície da feliz e reluzente nova cidade socialista, supurava uma dor velada; boatos e fantasias se reproduziam

milhares de mortos civis e seus efeitos prolongados ainda décadas depois. No dia em que o mundo conheceu o cogumelo atômico, “quem transitava por Hiroshima se sentia no próprio inferno. Toda a cidade tinha se transformado numa imensa fogueira. E a chuva negra batia forte no chão, trazendo com ela material fortemente radiativo... O delta do rio Ota estava coalhado de corpos, muitos deles de suicidas que fugiram dos sofrimentos insuportáveis. Quando a noite caiu, a situação agravou-se. A cidade estava completamente às escuras. Todo o sistema elétrico fora destruído... Os depoimentos dos sobreviventes revelam um quadro de horrores impensável aos mais notáveis poetas e escritores do gênero. Dante se sentiria diminuído na sua imaginação se testemunhasse Hiroshima a 6 de agosto de 1945”.¹⁵



Dresden, 13 de fevereiro de 1945

Segundo Winston Churchill, “seria um erro supor que o destino do Japão foi decidido pela bomba atômica. A derrota do Celeste Império já estava assegurada antes de ser lançada a primeira bomba”:¹⁶ “Se a primeira bomba, pelo seu efeito de terror, podia ter o objetivo de desalentar os japoneses e evitar aos Estados Unidos a lenta reconquista e o meio milhão de homens que talvez teria custado, a segunda teve um caráter de experimento científico às custas de cem mil vidas.

na escuridão apertada da memória coletiva de Dresden” (p. 458). Kurt Vonnegut, romancista e ex soldado norte-americano de origem alemã, capturado pelas tropas do Reich, deixou um testemunho literário da espantosa destruição dessa cidade, na qual se encontrava como prisioneiro (*Matadouro 5*. Porto Alegre, L&PM, 2005). A obra conta a tentativa de um ex-soldado americano que assistiu ao bombardeio de Dresden de escrever sobre a experiência da guerra. O personagem, Billy Pilgrim, é um americano bem de vida e interiorano que viaja no tempo para outros planetas, e revisita diversos momentos da sua própria vida – sendo o ponto crucial o episódio em que foi feito prisioneiro durante a Segunda Guerra, quando viveu o bombardeio da cidade alemã em que morreram 135 mil pessoas em um só dia, mais mortes do que as causadas pelas bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, em separado.

¹⁵ Heitor B. Caulliraux. *Hiroshima 45*. O grande golpe. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005, p. 511.

¹⁶ *Apud* Guilherme Olympio. *União Soviética & USA*. Rio de Janeiro, Prado, 1955, p. 107.

Não acredito que a bomba atômica tenha justificativas (...) a eleição do Japão para o lançamento da bomba me parece racista: em circunstâncias semelhantes às existentes no Japão, os norte-americanos não teriam ousado lançá-la sobre uma cidade alemã”.¹⁷

O racismo não foi patrimônio exclusivo dos nazistas, assim como não o foram as experiências “científicas” do Dr. Mengele em Auschwitz (ou de seu equivalente japonês, a Unidade 731 do Norte da China). Os Estados Unidos reconheceram ter submetido a provas nucleares a mais de 600 pessoas no seu próprio território durante a Segunda Guerra, incluindo 18 norte-americanos que morreram depois de ter recebido injeções de plutônio. O racismo e a barbárie foram multidirecionais. O assassinato em massa de civis foi política sistemática, em graus diversos, da parte de todas as potências envolvidas.



Hiroshima, 6 de agosto de 1945

Uma guerra dessas características era qualitativamente diferente das anteriores. Para explicar suas causas (e seu desfecho) não bastaria referir-se aos objetivos estratégicos (nacionais) dos países ou blocos envolvidos: “A guerra não é um domínio das artes ou das ciências, mas um elemento do tecido social. Constitui um conflito de grandes interesses solucionado de maneira sangrenta, o que a diferencia de todos os outros conflitos. Antes de comparar a guerra com uma arte qualquer, caberia fazê-lo com o comércio, que é também um conflito de atividades e interesses humanos, e inclusive se assemelha muito à política, que por sua vez pode ser considerada como uma espécie de comércio em grande escala. A política é a matriz em que se desenvolve a guerra”.¹⁸ Vejamos, pois, essa matriz, no caso da Segunda Guerra Mundial, levando em conta não só a política externa dos diversos Estados, mas também a política interna, os conflitos de classe e de regime social envolvidos no caminho à guerra e na própria guerra.

¹⁷ Jean Lacouture (entrevista). In: José Pernaut. *História Mundial desde 1939*. Barcelona, Salvat, 1973, p. 10.

¹⁸ Karl Von Clausewitz. *De la Guerra*. Barcelona, Labor, 1984, p. 17.

2. ANTECEDENTES E CAUSAS

Do ponto de vista dos interesses estratégicos em jogo, foram caracterizadas, já em 1940, as causas da Segunda Guerra Mundial como sendo “a rivalidade entre os impérios coloniais velhos e ricos: a Grã-Bretanha e a França, e os bandidos imperialistas atrasados: Alemanha e Itália (...) A contradição econômica mais forte que conduziu à guerra de 1914-1918 foi a rivalidade entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. A participação dos Estados Unidos na guerra foi uma medida preventiva”. Os EUA, lembremos, entraram nessa “primeira guerra mundial” na sua fase final, o que não seria o caso na segunda. Era, portanto, uma mentira “a palavra de ordem de uma guerra da democracia contra o fascismo. Como se os operários tivessem esquecido que foi o governo britânico que ajudou Hitler e seu bando de carrascos a se apropriar do poder! As democracias imperialistas são na realidade as maiores aristocracias da história. A Inglaterra, a França, a Holanda, a Bélgica, repousam sobre a submissão dos povos coloniais. A democracia americana repousa sobre o domínio das riquezas enormes de todo um continente”.¹⁹ Para Abraham Leon, “enquanto a Primeira Guerra Mundial sucedeu a uma época relativamente próspera em que o capitalismo concluiu a partilha do mundo, a segunda guerra imperialista concluiu uma época de crises formidáveis para as quais ela foi a única saída. A guerra, sua preparação e o ‘concerto’ de suas destruições resumem a fase atual do capitalismo, que poderia legitimamente se chamar de ‘fase de sua putrefação’”.²⁰

As causas da guerra eram estruturais ao sistema internacional existente; se manifestaram inicialmente na derrubada da precária ordem mundial pós-Primeira Guerra. Logo após o abandono da Liga das Nações (da qual não faziam parte os Estados Unidos) pelo Japão, foi a vez da Alemanha retirar-se.²¹ Anunciando a saída da representação germânica, Hitler declarou que o não desarmamento das outras nações obrigava a Alemanha àquela forma de protesto. O *Führer* teve, porém, o cuidado de reiterar os propósitos pacifistas de seu governo: nos anos seguintes, Hitler proclamou diversas vezes suas intenções internacionais conciliatórias.

Entretanto, o nazismo no poder fortalecia-se na Alemanha, passando também por diversas crises internas. Hitler precisava do apoio da *Reichswehr* para realizar o rearmamento alemão, mas a maioria dos generais mantivera-se até então numa atitude de expectativa em relação ao novo governo. A pretensão das tropas SA, as tropas de assalto nazistas de “camisa parda”, manifestada por seus chefes, de se transformarem em exército nacional, horrorizava os militares profissionais. Hitler inclinava-se a dar razão aos generais de carreira, o que vinha contra a opinião dos SA mais radicais. Em alguns círculos da milícia nazista já se falava na necessidade de uma segunda revolução que restituísse ao Partido Nazista (NSDAP) seu ímpeto inicial.

Para resolver o problema, as execuções sumárias levadas a cabo na noite de 29 para 30 de junho de 1934, realizadas por ordem expressa do *Führer*, passaram à história como a “noite das facas longas”. Quase todos os líderes das SA, a começar por seu chefe, o “capitão” Ernst Röhm, foram passados pelas armas, juntamente com alguns políticos opositores e o com o general Kurt von

¹⁹ La guerre impérialiste et la révolution prolétarienne mondiale. In: *Les Congrès de la Quatrième Internationale*. Paris, La Brèche, 1978, pp. 337-377.

²⁰ Abraham Leon. *Les Tâches de la 4ème Internationale en Europe*. Bélgica, 1942.

²¹ Já em 1926, escrevia o peruano José Carlos Mariátegui: “A Inglaterra declara oficialmente que o Conselho (da Liga) deve estar composto exclusivamente pelas grandes potências. O humor da diplomacia europeia se mostra adverso a conceder a um distante país da América ou da Ásia, ou a um pequeno país da própria Europa, o direito de intervir em questões decisivas para o destino do Ocidente. Se seu Conselho Supremo é convertido em uma conferência de embaixadores das grandes potências, como é o desejo dos conservadores britânicos, o que sobrar da Sociedade das Nações?”.

Schleicher, o maior opositor a Hitler no seio da *Reichswehr*. Com essas execuções, o *Führer* atingiu um duplo objetivo: extinguiu os elementos da rebelião entre os SA, reduzidos doravante a um papel decorativo, e deu aos generais uma sangrenta garantia de que pretendia conservá-los na direção da *Reichswehr*. O expurgo foi levado a cabo pelas SS, tropas de elite do partido nazista, ligadas a Hitler por um juramento especial. Esse corpo de homens selecionados, uma verdadeira guarda pretoriana do regime, iniciou naquele dia a ascensão que iria levá-lo, sob a chefia de Heinrich Himmler, ao controle total da vida alemã, em nome de Hitler. Em 1945, na Alemanha, quase um milhão de homens tinha envergado o uniforme negro com a insígnia da caveira, partindo de um núcleo inicial que em 1929 contava com apenas 280 elementos.

A “noite das facas longas” fez a *Reichswehr* cerrar fileiras em torno de Hitler, que, reforçado politicamente, pode então se dedicar a seus planos expansionistas, que não implicavam, automaticamente, numa guerra mundial. A primeira tentativa expansionista do Terceiro Reich, no entanto, fracassou. Desde sua ascensão ao poder, Hitler vinha incentivando o desenvolvimento de um partido nazista austríaco, como base para uma posterior anexação da Áustria à Alemanha. Nessa época, os austríacos estavam sob o governo ditatorial do chanceler católico Engelbert Dollfuss, extremamente reacionário mas defensor da independência de seu país. Em 27 de julho de 1934, Dollfuss foi assassinado em Viena por um grupo de nazistas sublevados. Mussolini, temendo que os alemães ocupassem a Áustria, enviou tropas para a fronteira, enquanto a Europa era sacudida pela indignação contra a Alemanha. Hitler recuou, negando qualquer conivência com os golpistas austríacos. Quatro anos depois, porém, eles atingiram seu objetivo, sendo Hitler recebido em Viena, onde passeou de carro aberto, com coros de vitória puxados pelos nazistas do país natal do *Führer*, incorporado em 1938 ao Terceiro Reich.



Paris, junho 1936: a greve geral

Na França, a Frente Popular (composta pelos partidos de esquerda - socialistas e comunistas - junto a partidos burgueses “liberais” e de “centro-esquerda”, os radicais republicanos), com o lema “Pelo pão, pela paz, pela liberdade”, ganhou as eleições, em 1936. Isso coincidiu (suscitou) a maior greve geral de sua história. A função política conciliadora e contrarrevolucionária da Frente Popular se manifestou em toda a sua envergadura, aparecendo como um recurso de última instância da política burguesa para impedir a revolução proletária. O governo de esquerda tinha uma lúcida política de salvação do regime capitalista, como o *premier* Léon Blum confessou anos

mais tarde: “A política social (de Blum) foi imposta pelo programa da Frente Popular, pelas greves de maio-junho, e pela sua necessidade de não despertar a hostilidade da CGT. (Blum) a aceitou porque a considerou justa, necessária e possível à luz da experiência de Roosevelt (nos EUA). Sua política econômica foi concebida como executável dentro do regime capitalista. Ele era absolutamente contrário à socialização, nem sequer um partidário das nacionalizações, tais como foram sugeridas pela CGT”.²²

Exercendo o poder dentro do enquadramento legal-constitucional do Estado, não disposto a questionar a dominação dos patrões, o governo da Frente Popular jogou todo o seu peso político na balança para frear e castrar politicamente a greve geral, concedendo alguns benefícios sociais (férias anuais pagas - *les quatre semaines de congés payés* -, e outras remunerações), aquém das demandas do movimento grevista. Por ocasião do processo contra ele movido em 1942 pelo governo fascista de Vichy, na França derrotada pelas tropas hitlerianas, Léon Blum, voltando a essa época, declarou: “Naquele momento, entre a burguesia e particularmente no mundo patronal, me consideravam, me aguardavam, me esperavam como um salvador. As circunstâncias eram tão angustiantes, estava-se tão perto de alguma coisa que parecia uma guerra civil, que já não se tinha esperança senão numa espécie de intervenção providencial; quero dizer, a chegada ao poder de um homem ao qual se atribuía ter suficiente poder de persuasão sobre a classe operária para levá-la a decidir não abusar de suas forças. Nós não hesitamos. Nós fizemos respeitar o direito de propriedade”.²³

Certamente; um ano depois da ascensão da Frente Popular ao governo, o comunista alemão exilado August Thalheimer traçava um balanço: “A reivindicação da semana de 40 horas foi sistematicamente postergada e sabotada e hoje, aproximadamente doze meses depois de ter se tornado lei, não está ainda posta em prática, no geral. O aumento dos salários foi neutralizado de um golpe pela desvalorização do franco e por um inaudito aumento dos preços. Uma compensação ao trabalhador pela desvalorização do franco, através de uma escala móvel de salários, foi recusada. Outra desvalorização do franco está a caminho. O Partido Comunista Francês e o Partido Socialista Francês [SFIO, *Section Française de l’Internationale Ouvrière*] foram ambos favoráveis à desvalorização do franco, sob pressão do Partido Radical. Tomando o caminho da greve, os operários fluíram em massa para os sindicatos. A CGT inchou para cinco milhões de membros. Enquanto isso, no entanto, os patrões demitiam diariamente muitos operários, por causa da sua filiação ao sindicato. Deliberadamente começaram a construir sindicatos amarelos, através de elementos fascistas nas fabricas. E os delegados de fabrica eram diariamente demitidos e substituídos por fascistas. Quando, depois do banho de sangue de Clichy, os operários de muitas empresas quiseram expulsar os fascistas, os patrões replicaram com uma série de demissões. Os sindicatos, indignados, recusaram qualquer responsabilidade por esses atos de autodefesa por parte dos operários. Os patrões seguidamente burlavam as novas leis sociais”.

E se perguntava: “Como foi possível esse processo? Muito simplesmente. O governo da Frente Popular, os sindicatos, o Partido Comunista e o Partido Socialista trabalharam juntos afavelmente e se puseram de acordo no sentido de impedir, primeiro, a ocupação das fabricas e, depois, de maneira mais especial, as greves — “no interesse da reconstrução econômica”. Em larga medida,

²² Georges Lefranc. *Le Front Populaire*. Paris, PUF, 1979.

²³ Deve-se acrescentar que os dirigentes do PCF, com todas as suas forças, ajudaram o governo a manter a ordem; seu secretário-geral Maurice Thorez começou uma longa e brilhante carreira de desmontador de greves, lançando a palavra-de-ordem “É preciso saber acabar uma greve” em plena expansão da greve geral. Como “prêmio” pelo seu zelo, em 1939, iniciada a Segunda Guerra Mundial, o governo da Frente Popular francesa jogou o PCF na ilegalidade. Thorez acabou fugindo para Moscou, onde permaneceu até o final da Segunda Guerra Mundial.

eles foram bem sucedidos. A imprensa social-democrata e comunista chega até a jactar-se de que a França atual é o país em que existe menor inquietação social. O fator principal neste caso foi a exigência feita de que os operários deveriam levar em consideração a Exposição Universal, além da insistência de que Hitler poderia explorar a inquietação social na França para um ataque de surpresa. Os operários devem ter apreciado esses argumentos. Em todos os acontecimentos, toda a gigantesca organização sindical e partidária da Frente Popular cooperou sobre essa base e conseguiu a "paz" exigida pela burguesia. Em compensação, entretanto, enquanto a ação de massa se tornava incapacitada, os patrões puderam levar a cabo sua própria política e privar os operários dos ganhos obtidos na ação de massa de junho. O próximo passo foi a "pausa" na política social, anunciada pelo governo Blum. Tratava-se, sobretudo, da aposentadoria e de regulamentos sobre assistência ao desemprego. Foram ambos adiados. Com o objetivo de levar a cabo enormes créditos de guerra, o governo transmitiu poderes para um comitê formado por pessoas de confiança das altas finanças. Os financistas, dessa maneira, tomaram formalmente a supervisão suprema e o controle do governo da Frente Popular. Os próprios créditos de guerra garantiam ao debenturista tanto lucro quanto nenhum governo burguês anteriormente garantiu". Para completar: "Os partidos operários, mesmo o PC, concordaram com esses créditos de guerra. A política externa do governo Blum é caracterizada pela "não intervenção", isto é, pelo bloqueio à Espanha Republicana. A expressão não é nossa — é comum na imprensa comunista francesa e expressa os fatos. No começo da guerra civil na Espanha, os operários exigiam exaltados "aviões e armas para a Espanha". Atualmente, não se ouve mais a exigência. Os partidos da Frente Popular reduziram-na ao silêncio. A política espanhola do governo Blum é obviamente a política da burguesia francesa, que defende na Espanha centenas de milhões de pesos contra o "perigo vermelho". Os socialistas radicais levaram a cabo essa política no governo sob a ameaça de se retirarem. Veio então o banho de sangue de Clichy. A polícia atirou durante horas contra trabalhadores que faziam uma demonstração contra um comício fascista. Os socialistas radicais cuidaram para que os oficiais responsáveis não fossem punidos. O primeiro-ministro Blum pôde anunciar no Parlamento para a burguesia regozijante que aquela era a primeira vez na história moderna da França que um governo cujos agentes atiraram contra operários não foi por eles responsabilizado. Clichy mostrou que a polícia e a guarda móvel estavam permeadas de fascistas. Nada foi feito para colocar um fim nisso".²⁴



Place de la Nation, 14 de julho de 1936: Léon Blum e os representantes da Frente Popular saúdam a manifestação na festa nacional francesa

²⁴ August Thalheimer. Doze meses da Frente Popular (9 de junho de 1937), in www.marxists.org/portugues/thalheimer/1937/06/09.

Durante, e logo depois, da greve geral, os sindicatos franceses aumentaram sua influência, mas havia passado o momento em que o poder estava ao alcance das mãos da classe trabalhadora. Em julho de 1936, explodiu o golpe de Franco contra a República Espanhola. A França tinha a sua principal fronteira com a Espanha, seus governos tinham a mesma orientação política e havia um poderoso sentimento entre as massas para ajudar a República. Inicialmente, alguns aviões foram enviados à Espanha. O governo inglês, capitaneado por Churchill, disse numa carta ao primeiro-ministro socialista francês Léon Blum, em 31 de julho de 1936, dias depois do golpe franquista, que “estou certo que se a França enviar aviões ao atual governo de Madri e se os alemães e italianos intervierem no outro sentido, será com a Alemanha e a Itália que estarão de acordo com as forças dirigentes daqui e será da França que elas se distanciarão”. Blum queria tudo menos romper com seus aliados ingleses. Por isso optou, com estes, pela política de não intervenção, pela qual não seriam entregues armas a nenhum dos dois lados.

A de França não foi uma política isolada. Com a ascensão internacional dos fascistas, a Internacional Socialista reanudou os contatos com a *Komintern*. A 15 de outubro de 1934, doze anos depois de um encontro em Berlim, teve lugar uma entrevista em Bruxelas entre Friedrich Adler e Emile Vandervelde, pelos socialistas, e Maurice Thorez e Marcel Cachin, pela Internacional Comunista. A mútua desconfiança foi insuperável: só os partidos dos países latinos e da Áustria – minoria na Internacional Socialista – se declararam em favor de uma tática de “Frente Única ou de Frente Popular”. Adler escreveu que “na questão da ação conjunta, a Internacional não conseguiu passar de um vulgar anti-bolchevismo burguês”. Depois de 1934 se aguçaram as tensões internas da Internacional Socialista, com a vitória nazista na Alemanha. Mas a perspectiva de uma ação conjunta internacional contra o fascismo diluiu-se pela negativa do *Labour Party* em aceitar as determinações da Internacional Socialista como vinculantes.

O PCF tentava justificar assim sua política: “É preciso entender o que seria de nosso país se as bandas fascistas a serviço do capital conseguissem provocar também entre nós a desordem e a guerra civil, ainda mais em um momento em que às imperiosas necessidades de ordem exterior se somam às razões interiores, que exigem calma e tranquilidade. Todos compreendem que uma França debilitada pela guerra civil seria logo presa de Hitler”. “Nestas linhas” - disse Fernando Claudín - “está contida a motivação profunda da política da direção do PCF frente à situação pré-revolucionária criada na França em maio e junho (1936). Política que não é decidida naturalmente só pelos comunistas franceses: é a política da Internacional Comunista, a política de Stalin”. E acrescentou: “O PCF fez tudo para ajudar o combate do proletariado espanhol, menos aquilo que poderia inclinar decisivamente a balança a favor da revolução espanhola: uma política revolucionária na França”.²⁵ A burguesia francesa aproveitou-se da trégua conseguida com o final da greve geral e, com seu poderio intacto, partiu para o contra-ataque, desconhecendo as conquistas da greve. O governo capitulou totalmente à burguesia e, em setembro, desvalorizou em 37% o franco, anulando boa parte dos ganhos conseguidos na greve de junho. A classe operária reagiu com novas greves e ocupações, mas, agora, os patrões estavam preparados e o governo e os partidos reformistas - em especial o PCF, pelo seu imenso peso dentro das maiores fábricas - se jogaram conscientemente contra elas, com slogans como “a greve é a arma dos trotskistas”, “produzir primeiro”. As greves com ocupação de fábrica ou local de trabalho começaram a ser reprimidas pela tropa de choque. Apesar da inflação já ter devorado os ganhos salariais de junho, o governo pediu, no início de 1937, uma trégua na luta entre preços e salários, e nomeou uma comissão de arbitragem para os pedidos de reajuste salarial. O resultado foi que a

²⁵ Fernando Claudín. *A Crise do Movimento Comunista*. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

comissão negou-se a aceitar a reposição integral das perdas salariais, levando os salários a um valor real menor que antes de junho.

Com consciência da traição aos próprios compromissos eleitorais do governo, o descontentamento acumulou-se entre os trabalhadores. Em fevereiro de 1937, ocorreu o primeiro choque direto do proletariado contra o governo de esquerda. Os fascistas, que tinham se escondido depois da greve de junho, levantaram a cabeça e resolveram realizar um ato em Clichy, subúrbio de Paris. As organizações operárias locais decidiram impedir o ato com uma contramanifestação, mas não tiveram autorização do governo. Mesmo assim, realizaram a manifestação e foram violentamente reprimidos pela polícia, com um saldo de vários mortos. No dia seguinte, a Federação dos Sindicatos da região de Paris foi obrigada a decretar greve de meio dia. No entanto, conseguiu manobrar e não colocou entre suas reivindicações a mais óbvia, que fora gritada pelos manifestantes na noite anterior: a demissão do ministro do Interior. A burguesia reconheceu que o perigo tinha passado, ou, como dizia a revista britânica *The Economist* de 13 de março de 1937: “O perigo da revolução passou”.

A França, além disso, tinha se rearmado graças aos socialistas. Em 1936, o “pacifista” Léon Blum, adepto do desarmamento, aumentou consideravelmente o orçamento militar do Estado. Os generais pediram nove bilhões de francos, o governo da Frente Popular, generoso, lhes deu 14 bilhões. De 1937 a 1939, mais 67 bilhões foram destinados à defesa nacional. Mais uma vez esqueceu-se a velha tradição socialista, a ponto de provocar o seguinte desabafo de um militante: “Pertencço a um partido cujos deputados se abstêm ou votam contra os créditos militares, salvo quando seus votos forem indispensáveis para aprová-los”. Essas ações do governo e o conseqüente desencanto do proletariado, sem que tivesse se gerado uma alternativa revolucionária, levaram a que, quando Blum renunciou, em junho de 1937, devido ao Senado não lhe ter dado plenos poderes para dirigir a economia, as massas operárias não moveram um dedo para defendê-lo, contrariando as previsões da própria burguesia. A situação se estabilizou, mas com a crise mundial, em finais de novembro de 1938, a classe operária francesa tentou novamente retomar a iniciativa, com uma nova greve geral, que foi esmagada.

Depois da fracassada greve geral de 1938, a desesperança passou a reinar no movimento operário. Todas as tendências da CGT reconheceram a derrota. Chambelland, sindicalista revolucionário, chamou o 30 de novembro “a quarta-feira negra”, comparando-a com o *crack* de Wall Street, nove anos antes. Monmousseau, dirigente “unitário” da CGT, declarou: “O choque foi rude, camaradas, vocês o sabem melhor do que ninguém”: “O recuo da CGT, anunciado em 1937, acentuado em 1938, se precipitou de maneira impressionante depois do fracasso da greve geral (de novembro de 1938). Algumas resistências esporádicas, muito isoladas, constituem os combates de retaguarda para impedir as demissões. Essas tentativas não duraram mais de uma semana. Depois delas, os militantes perderam as esperanças, e se refugiaram neles mesmos”.²⁶ Em 1939, a Federação dos metalúrgicos, que contava 800 mil membros em 1937, não ultrapassava 30 mil aderentes. Depois da vitória do nazismo na Alemanha, o fracasso da revolução na França foi um novo passo em direção da guerra mundial. Mas o passo decisivo foi dado além-Pirineus.

A guerra civil espanhola explodiu em junho de 1936, com o pronunciamento do general Francisco Franco contra o governo republicano da Frente Popular espanhola, motorizado pelo partido comunista (PCE) e o socialista (PSOE). Em inícios de 1937, os nacionalistas tentaram tomar Madri, numa ofensiva das tropas de voluntários italianos fascistas. A resistência das Brigadas Internacionais republicanas frustrou os planos das forças italianas e converteu o que se pretendia

²⁶ Guy Bourd . *La D faite du Front Populaire*. Paris, François Maspéro, 1977.

inicialmente um golpe de estado numa guerra civil de longa duração, uma verdadeira guerra civil europeia, em que voluntários italianos fascistas e tropas nazistas enfrentavam voluntários de esquerda das mesmas nacionalidades, organizados nas Brigadas Internacionais. A substituição do governo republicano de Largo Caballero pelo de Juan Negrín - que buscou apoiar-se, internamente, no Partido Comunista, e, externamente, na aliança com a União Soviética - deu conta do acirramento do conflito, mesmo no interior do campo republicano, levando aos incidentes de maio em Barcelona, com o enfrentamento armado entre forças do governo contra diversas milícias de esquerda - anarquistas, trotskistas e poumistas - seguidos por uma cruel repressão policial. O governo Negrín tentou substituir as milícias por um exército republicano regular, e lançou, em agosto, na frente de Aragão, uma ofensiva bélica contra os nacionalistas. A ofensiva fracassou; o lado republicano tinha menos armas modernas (blindados e aviões) do que o nacionalista, apoiado pelos países nazi-fascistas, e, ao invés de combinar ações defensivas com a infiltração de guerrilheiros na retaguarda franquista (para o que teria que contar com as milícias) preferia tentar vitórias convencionais com ganho propagandístico para os comandantes stalinistas das unidades de elite do exército regular. Estas ofensivas, que não tinham um alvo estratégico claro, soldaram-se sempre com enormes perdas de homens e equipamento, solapando o moral das Brigadas Internacionais.

No verão de 1937 houve o avanço dos nacionalistas ao Norte, onde foi rompido o chamado "Cinturão de Ferro" republicano: Bilbao, Santander e finalmente Gijón, em 20 de outubro, foram ocupadas pelos franquistas; a Frente Norte republicana desapareceu, com os prisioneiros republicanos sendo internados e mortos no campo de Miranda de Ebro. A República perdia, assim, o apoio do nacionalismo basco, assim como uma das suas bases industriais mais importantes. No Sul, depois da tomada de Málaga pelos franquistas em 8 de fevereiro, a frente havia estabilizado-se na província de Almería. Em fins de 1937, os republicanos tomaram a iniciativa com uma ofensiva na direção de Teruel, tomada em janeiro de 1938, apenas para ser recuperada pelos franquistas em 20 de fevereiro. A contra-ofensiva franquista tomou Vinaroz em 15 de abril, atingindo o Mar Mediterrâneo; a zona republicana remanescente foi dividida em duas partes, isolando a Catalunha.

Os republicanos contra-atacaram em 24 de julho na batalha do Ebro, e acabaram por retirar-se em 16 de novembro após uma longa batalha de atrito, que permitiu aos franquistas abrir o caminho para a tomada da Catalunha. A solidariedade militante internacional com a República Espanhola foi imensa, milhares de voluntários de todos os países se engajaram no combate militar na península. Foi a maior frustração da esquerda ocidental no século XX: a repressão stalinista contra os revolucionários no campo republicano (apoiada pelos socialdemocratas) foi um aspecto central da política contrarrevolucionária que levaria à vitória da direita clerical franquista na guerra civil. No final desta, o medíocre governo republicano de Negrín, que substituiu o "esquerdista" (do Partido Socialista Espanhol, PSOE) de Largo Caballero, foi produto de um compromisso entre as duas principais tendências da reação triunfante: os stalinistas e os socialistas de direita. Ambas as tendências, ainda que estivessem de acordo com os passos a seguir, representavam blocos distintos: o primeiro, a contrarrevolução russa; o segundo, os imperialismos "democráticos". Os dois acreditavam poder manejar o novo governo, mas apenas o stalinismo o conseguiu. Em suas primeiras declarações, Negrín já insinuou sua política: negociar uma "paz aceitável" com Franco. Mas, para isso, era necessário acabar com os últimos vestígios da revolução. O governo de Negrín evoluiu até uma ditadura policial.

Milhares de revolucionários, e mesmo simples dissidentes do stalinismo, foram encarcerados e muitos deles assassinados. A CNT anarquista, uma vez concluído seu trabalho de desmobilização e comprovado que as massas já não a obedeciam, foi alijada do governo. A autonomia catalã foi

suprimida e as liberdades limitadas. A ofensiva reacionária contra a economia coletivizada se realizou em nome da estatização e acabou com as últimas conquistas operárias. Os antigos interventores governamentais se converteram em verdadeiros diretores das fábricas, enquanto os comitês eram marginalizados. As coletividades agrícolas foram devolvidas aos seus antigos donos. A contrarrevolução também se fez patente no terreno militar. As tropas franquistas, que encontraram grandes dificuldades no primeiro período da guerra, avançaram rapidamente. A zona republicana do Norte do país caiu quase sem luta. A burguesia basca, aliada da Grã-Bretanha, uma vez tendo chegado a um acordo com Franco, já não tinha razão para seguir lutando, considerando melhor buscar a reconciliação. O novo governo de Negrín buscava a capitulação negociada que lhe permitisse conciliar seus interesses com os de Franco. Toda a tática militar do exército republicano se baseou em obrigar Franco à negociação ou em resistir, à espera da explosão iminente da guerra europeia. Os escassos êxitos republicanos nos campos de batalha foram em vão, em face desta política. O programa dos “treze pontos para a paz”, de Negrín, era o reconhecimento da capitulação.²⁷

Em 23 de setembro de 1938, o governo republicano ordenou a retirada total das Brigadas Internacionais, numa tentativa (fracassada) de modificar a posição de não intervenção mantida pelos governos francês e inglês. Em 23 de dezembro iniciou-se a batalha por Barcelona. As tropas franquistas rebeldes ocuparam a fronteira com a França e cortaram a retirada dos republicanos. O avanço das tropas franquistas foi rápido. Uma vez liquidada a revolução pela política de respeito à grande propriedade levada adiante pela Frente Popular, os franquistas apenas enfrentaram massas populares desmoralizadas pela eliminação das conquistas revolucionárias. Com os acordos de Munique, em setembro de 1938, o bloco franco-britânico acreditava ter “apaziguado” Hitler e, como gesto de boa vontade, rompeu relações diplomáticas com o governo de Negrín, reconhecendo o governo de Franco. O general Hernández Saravia tentou organizar a defesa de Barcelona, mas foi destituído imediatamente. Julián Zugazoitia, socialista, secretário geral do Ministério de Defesa, declarou que “a cidade, em relação às outras, estava bem preparada para repetir o gesto de Madri” (luta sem quartel contra as tropas franquistas). No entanto, a defesa de Barcelona nunca foi feita. Nunca chegaram as armas, nem o material necessário para resistir. Barcelona caiu a 26 de janeiro de 1939. Poucos dias depois toda a Catalunha estava em poder dos franquistas.

As Cortes republicanas de Catalunha reuniram-se pela última vez no povoado de Figueiras para ditar seu epitáfio. Em poucas semanas, as tropas franquistas chegavam até os Pirineus e mais de meio milhão de pessoas cruzavam a fronteira para fugir da repressão. O governo que se encontrava em Barcelona abandonou o país, com toda a cúpula do PCE e do PSUC (o partido comunista da Catalunha). O presidente republicano Azaña apresentou sua demissão... na França. O exército republicano, que ainda contava com mais de um milhão de homens, se desfez em poucas horas, sem que nada pudesse evitá-lo. Franco exigiu a rendição incondicional.²⁸ Com o rápido desmoronamento do exército republicano, frustraram-se os planos da Grã-Bretanha de intermediar as negociações de paz. Também as negociações entre Stalin e Hitler, que culminariam num célebre pacto, estavam sendo levadas a cabo, as armas soviéticas deixaram de ser enviadas ao governo republicano. Em março de 1939 começou uma pequena guerra civil dentro do campo

²⁷ Burnett Bolloten. *El Gran Engaño*. Las izquierdas y su lucha por el poder en la zona republicana, Barcelona, Caralt, 1975; Pierre Broué. *Staline et la Révolution*. Le cas espagnol. Paris, Fayard, 1993, e *La Revolución Española (1931-1939)*. Barcelona, Península, 1977; Felix Morrow. *Revolución y Contrarrevolución en España*. Madri, Akal, 1978; Grandizo Muniz. *Jalones de Derrota, Promesas de Victoria*. Madri, Zero, 1977.

²⁸ Émile Témime e Pierre Broué. *La Rivoluzione e la Guerra di Spagna*. Milano, Oscar Saggi Mondadori, 1980.

republicano, quando o coronel Casado, comandante do Exército do Centro, deu um golpe de estado em Madri, apoiado pelos oficiais de carreira, golpe que tinha como objetivo a ruptura com os comunistas, para facilitar negociações com os franquistas. Formou-se uma Junta, integrada por todos os grupos republicanos, com exceção do PCE. O primeiro ministro Negrín também se demitiu. A nova Junta de Governo pretendia negociar a capitulação, mas esta se deu sem quaisquer condições. Com a queda de Valencia e Alicante em 30 de março, e de Murcia em 31, a guerra chegou ao fim. O último episódio da revolução europeia da década de 1930 se fechava. Apenas cinco meses separaram o fim da guerra civil espanhola, com a derrota da República, do início da Segunda Guerra Mundial, numa escalada bélica quase sem solução de continuidade.

A tentativa de vencer o franquismo por meio de uma coalizão com a burguesia (ou com a sua sombra), a Frente Popular, levou ao esmagamento da revolução socialista e da república democrática. A URSS só forneceu uma ajuda militar tímida, o envio de alguns militares, aviões e armas (exportações que Stalin fez pagar com a reserva de ouro do Banco Central Espanhol).²⁹ Diferentemente da França e outros países, na Espanha a Frente Popular foi submetida ao exame de uma guerra civil. Quando a Frente Popular espanhola fora “teorizada” pela Internacional Comunista, Trotsky comentou: “Os teóricos da Frente Popular não vão, no fundo, além da primeira regra da aritmética, a da adição: a soma dos comunistas, dos socialistas, dos anarquistas e dos liberais é superior a cada um dos termos desta soma. No entanto, a aritmética não é suficiente neste caso. É necessário utilizar, no mínimo, a mecânica: a lei do paralelogramo de forças verifica-se inclusive na política. A resultante é, como se diz, tanto menor quanto mais as forças divergem entre si. Quando os aliados políticos puxam em direções opostas a resultante é igual a zero. O bloco dos diferentes agrupamentos políticos da classe operária é absolutamente necessário para resolver as tarefas comuns. Em determinadas circunstâncias, onde um bloco como este é capaz de arrastar para si as massas pequeno-burguesas oprimidas cujos interesses são próximos dos do proletariado, a força comum de tal bloco pode mostrar-se muito maior que a resultante das forças que o constituem”.



Morte de soldado legalista, de Robert Capa, a mais conhecida fotografia da guerra civil espanhola

Trotsky completava: “A aliança do proletariado com a burguesia, cujos interesses, no momento atual, nas questões fundamentais, formam um ângulo de 180 graus, não pode, via de regra, mais que paralisar a força revolucionária do proletariado. A guerra civil, onde a força da violência

²⁹ Stalin disse no Politburo do PCUS que "os espanhóis terão tanta chance de ver este ouro de novo quanto de contemplarem suas próprias orelhas" (Vadim Z. Rogovin. 1937. The year of Stalin's terror. Oak Park, Mehring Books, 1998, p. 339).

apenas tem pouca ação, exige dos seus participantes um devotamento supremo. Os operários e os camponeses só são capazes de assegurar a vitória quando eles travam a luta pela sua própria emancipação. Submetê-los nestas condições à direção da burguesia, é assegurar antecipadamente sua derrota na guerra civil... A história moderna das sociedades burguesas está repleta de frentes populares de todos os tipos, quer dizer, de combinações políticas as mais diversas para enganar os trabalhadores. A experiência espanhola é um novo elo trágico”.³⁰

A defesa da legalidade do governo republicano e sua consolidação foram as prerrogativas fundamentais para que as democracias imperialistas viessem em socorro da Espanha democrática. Mas, com o pacto de não intervenção, essas mesmas democracias sabotaram a República, que permaneceu isolada internacionalmente. A recusa da República Espanhola, por outro lado, em conceder a independência ao Marrocos, transformou o povo marroquino em sustentáculo do franquismo: a independência não seria bem vista pelas “democracias europeias”, que ainda mantinham colônias na África. O compromisso com a burguesia dos partidos políticos da esquerda espanhola, em especial do PSOE, fez recuar a revolução. Uma nova guerra mundial amanhecia. O fascismo parecia tomar conta da Europa. Cavando o túmulo da revolução, as Internacionais Socialista e Comunista cavavam também o seu próprio túmulo. Na crítica situação de 1938, os partidos socialistas não estavam de acordo nem sobre a questão de manter o princípio da segurança coletiva (e pronunciar-se, em consequência, pelo armamento e a “resistência ativa”) ou se deviam defender a ideia pacifista. A maioria do *Parti Socialiste (SFIO)* da França se declarou pacifista e disposta a fazer o necessário para conseguir um entendimento com a Alemanha nazista.

O *Labour Party* britânico foi contrário a essa política, enquanto os partidos dos países escandinavos, da Bélgica e da Suíça, acompanharam a neutralidade de seus governos. O executivo da Internacional Operária e Socialista se encontrou em um beco sem saída. A 14 de maio de 1939, seu presidente, Louis de Broucke, e seu secretário, Friedrich Adler, se demitiram. Quando os partidos socialistas se viram obrigados a escolher entre os interesses nacionais (da burguesia) e a política internacional do socialismo, sacrificaram novamente a Internacional. Contrariando seus próprios estatutos («em caso de conflito entre nações, a Internacional Operária e Socialista será reconhecida pelos partidos pertencentes a ela como a autoridade suprema») a Internacional Socialista experimentou o mesmo destino, em maio de 1940, que sua predecessora: deixou de existir. Com a explosão da Segunda Guerra Mundial, assim como já acontecera na Primeira, a Internacional Socialista deixou de funcionar em 1940.

A derrota republicana na guerra civil espanhola selou a vitória da contrarrevolução na Europa. Já era possível uma nova guerra mundial, para redividir o mundo entre as potências imperialistas, e acabar com a URSS, sem o temor a uma sublevação revolucionária no continente ou fora dele. Nunca, em toda a história contemporânea, nem sequer na revolução soviética de 1917, o proletariado tinha se mobilizado de maneira tão unificada e revolucionária, como na Espanha de 1936. A ausência de uma direção política revolucionária, papel que não preencheram nem socialdemocratas, nem comunistas, nem anarquistas, nem socialistas de esquerda, as principais tendências presentes no campo republicano, nunca se mostrou tão trágica e decisiva. Espanha foi quase destruída na guerra civil, com a morte de mais da metade do gado, a queima de campos e milhões de moradias destruídas. A economia espanhola demorou quase 30 anos para voltar aos níveis precedentes. Durante o período do franquismo (compreendidas a guerra civil e seu governo de pouco mais de trinta e cinco anos), houve centenas de milhares de pessoas mortas pelo “regime”. Espanha pagou o preço de quatro décadas de ditadura cristã-osaurantista, que a levaria

³⁰ Leon Trotsky. *La Revolución Española (1930-1936)*. Barcelona, Fontanella, 1975.

a um retrocesso social e cultural sem precedentes. O melhor da cultura espanhola, Federico Garcia Lorca, Andreu Nin, Antonio Machado, Nicolás Sánchez Albornoz, encontrou a morte na guerra ou no exílio. Centenas de milhares de espanhóis foram obrigados a viver e morrer no estrangeiro. Gabriel Celaya (*Episodios Nacionales*) o resumiu como ninguém: *Porque vivimos a golpes / Porque apenas si nos dejan / Decir que somos quien somos / Nuestros cantares no pueden / Ser sin pecado un adorno / Estamos tocando el fondo*. A derrota da revolução espanhola foi a derrota da grande esperança da humanidade trabalhadora diante da ascensão nazifascista.

Somente a revolução, recomeçando na Espanha ou na França, poderia ter impedido uma nova guerra na Europa, pois, na ausência daquela, a guerra estava inscrita nas relações entre as potências econômicas e militares. A rivalidade entre os impérios coloniais antigos e bem aquinhoados (Inglaterra e França) e os imperialismos que chegaram atrasados à partilha do mundo (Alemanha, Itália, Japão) levava a uma nova partilha. Frente à agressividade do imperialismo alemão, as “democracias”, primeiro a Inglaterra e depois a França, tinham julgado poder conjurar os perigos cedendo a cada exigência de Mussolini ou de Hitler. Desde 1935, Mussolini empreendeu a conquista da Etiópia, sob a indiferença das democracias europeias. A experiência colonial italiana compreendeu a ocupação de Eritreia, Líbia, Etiópia e Somália, ao longo de 60 anos, abrangendo o período liberal (1882-1921) e o período fascista (1922-1943), dissolvendo-se, junto com o colapso da ditadura fascista, pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial.



A “Grande Itália” (1940)

No período prévio à guerra, a ambiguidade com relação às tentativas alemãs de revisar a Paz de Versalhes e, em geral, com relação à toda política do Eixo nazi-fascista, tinha sido marcante da parte das potências “democráticas” da Europa. A política de “apaziguamento” remontava à tolerância com a invasão japonesa da Manchúria em 1931, passou pela vista grossa à invasão italiana da Etiópia em 1935, atingiu a vergonha com a política de “não intervenção” na guerra civil

espanhola de 1936-1939 (quando a ajuda nazi-fascista ao campo franquista foi fundamental para o desfecho do conflito), continuou quando Alemanha anexou a Áustria em 1938, provocando poucas reações das outras potências europeias, e teve seu ponto culminante com a Conferência de Munique de 1938 (Alemanha, Itália, Grã-Bretanha, França) e sua consequência imediata, o desmembramento da Checoslováquia pela Alemanha (com a invasão dos Sudetos, uma área da Checoslováquia com uma população predominantemente alemã).

A Alemanha, que já se preparava para um conflito maior, não tinha matérias primas suficientes para sustentar uma guerra de peso. Daí sua necessidade de invadir e conquistar regiões ricas em recursos naturais, como os Países Baixos, com suas fontes de minerais nobres, como o tungstênio, ou o Norte da África e as planícies do Cáucaso, regiões ricas em petróleo. As ações alemãs inicialmente vitoriosas na Europa, por outro lado, foram resultado da ameaça resultante da reconstrução de seu exército, em contravenção ao Tratado de Versalhes. Alemanha e Itália forçaram a Checoslováquia a ceder territórios adicionais à Hungria e Polônia. Alemanha já era influente na Turquia, e em maior medida ainda na Pérsia: Turquia, Pérsia e o Afeganistão construíram uma frente única contra a URSS mediante o pacto de Sadabad, em 1937. Em março de 1939, Alemanha invadiu o restante da Checoslováquia e, posteriormente, dividiu-a entre o Protetorado de Boêmia e Morávia e um Estado fantoche pró-alemão, a República Eslovaca. Espantados, e com Hitler fazendo exigências adicionais sobre o Corredor de Danzig, situado na Polônia, a França e o Reino Unido, em reação diplomática, garantiram seu apoio à independência polonesa; quando Itália conquistou a Albânia, em abril de 1939, a mesma garantia foi estendida à Romênia e Grécia. Logo após o compromisso franco-britânico com a Polônia, Alemanha e Itália formalizaram sua aliança, o “Pacto de Aço”.

A política de apaziguamento do nazi-fascismo foi analisada e explicada como manifestação de “cegueira” dos “governos democráticos” acerca das verdadeiras intenções do Terceiro Reich. Sua raiz, porém, estava na própria *natureza* do conflito mundial. O fato novo era que na sua tentativa de revisão da Paz de Versalhes, a Alemanha de Hitler se beneficiava indiretamente da existência da União Soviética; os governos imperialistas ocidentais consideraram sempre seriamente a possibilidade de desviar em direção à União Soviética o expansionismo alemão, em benefício de todos eles, o que explica uma política aparentemente incompreensível.

Nas suas memórias, o chanceler britânico desse período lembrou que, inclusive depois do ataque alemão à Polônia (setembro de 1939), que deu início formal ao conflito mundial, “Hitler, [que] nessa época possuía o sentido da oportunidade, combinou convenientemente propostas de paz e planos de agressão. A 6 de outubro se dirigiu ao *Reichstag* na opera Kroll, descrevendo com entusiasmo delirante a vitória conquistada na Polônia [que] constituiria uma revisão definitiva do Tratado de Versalhes... Falou igualmente das colônias [alemãs anteriores à Primeira Guerra Mundial], pondo sua restituição no primeiro plano de suas exigências, deixando entender que suas demandas não se limitariam apenas aos territórios anteriormente postos sob autoridade alemã”.³¹ As velhas potências imperialistas ainda especulavam sobre o preço que estariam dispostas a pagar para desviar o expansionismo alemão na direção “conveniente”. Elas sabiam que, quando Churchill “declarava, opondo seu pensamento hierárquico ao pensamento vagamente humanitário de Roosevelt, que não assumira o poder para liquidar o Império Britânico, a ideia suscitava a simpatia do *Führer*, que também desejava conservar esse império. Noutros momentos, este desejava deixar à Inglaterra KO, mas só para se aliar melhor com ela”.³²

³¹ Anthony Eden. *L'Épreuve de Force*. Février 1938-Août 1945. Paris, Plon, 1965, p. 77.

³² Alfred Fabre-Luce. *La Révolution Européenne 1919-1945*. Paris, Domat, 1954, p. 224.

A Segunda Guerra Mundial que resultou, em parte, dessa política, constituiu, por esse motivo, a continuidade tanto da Primeira Guerra quanto da tentativa dos imperialismos coligados de destruir a revolução socialista nos países europeus, destruindo militarmente a Revolução Russa pela intervenção armada através da guerra civil e da intervenção externa em 1918-1921. Já iniciada a guerra contra a Alemanha (em 1939) a fúria anticomunista da burguesia “democrática” ocidental continuava a se sobrepôr à luta (já transformada em guerra) contra a agressão nazista: “Mesmo depois de setembro de 1939, com a guerra já declarada, a tendência anti-soviética da imprensa francesa (foi visível) no início do conflito, sobretudo durante a guerra entre a Rússia e a Finlândia... Mesmo os ingleses se surpreendiam com isso e, durante a campanha da Noruega, lembravam discretamente aos franceses que a guerra fora declarada contra a Alemanha, não contra a URSS” (URSS e Alemanha estavam unidos por um pacto de não-agressão mútua, mas não por uma aliança militar).³³

Desse modo, a Segunda Guerra Mundial foi simultaneamente um conflito interimperialista e *contrarrevolucionário*,³⁴ em que a destruição da União Soviética visava interromper de vez o processo revolucionário iniciado em 1917, já abalado pelo isolamento da revolução soviética (e sua principal consequência, a emergência do stalinismo) e pela vitória do nazismo na Alemanha, com a consequente derrota histórica do mais importante proletariado ocidental. Os “democratas” ocidentais não se caracterizaram, certamente, pela lucidez com relação ao nazismo (não poucos deles se referiram a Hitler e Mussolini como “grandes estadistas”, antes da guerra), mas estavam dispostos a dele se servir, sem o menor preconceito ideológico, contra a União Soviética (isto é, contra as bases econômicas e sociais remanescentes da revolução proletária na Rússia) e contra o movimento operário do Leste e do Oeste.

Num discurso de abril de 1936, o *premier* francês Léon Blum fez uma autocrítica retroativa: teria sido preciso pedir a intervenção da SDN (Liga das Nações); uma ação desta contra Mussolini teria também dissuadido Hitler de desenvolver sua política expansionista: “Um entendimento entre a Grã-Bretanha, a URSS e a França teria reunido todos os países em torno dos princípios da segurança coletiva. A primeira aplicação da lei internacional, ministrada ao agressor italiano por uma SDN unida e enérgica, teria feito recuar o ditador alemão (...) Uma convenção geral de redução progressiva dos armamentos, de controles, de proibição das fabricações de guerra privadas, teria englobado, de boa ou má-vontade, a Alemanha hitlerista”.

A SFIO, atolada no parlamentarismo e no exercício do poder, não podia assumir uma posição internacionalista diante da ameaça de guerra, que ganhava contornos mais precisos e que era reforçada a cada retrocesso dos movimentos operários. Os socialdemocratas depositavam todas suas esperanças pacifistas na Liga das Nações para arbitrar e impedir os conflitos. Em setembro de 1938 Itália transformara a Etiópia em colônia, tinha pretensões sobre a Albânia, que foi invadida e anexada em abril; o Japão acabava de invadir a China, em julho de 1937, e estava ocupando Pequim; a Alemanha, com o *Anschluss* de março de 1938, riscou Áustria do mapa da Europa e voltava-se para a Checoslováquia, que foi despedaçada uma primeira vez em outubro de 1938 e novamente em março de 1939.

O Estado tchecoslovaco assinara pactos de assistência militar com a França e com a Inglaterra. Mas os governos desses países fizeram saber, pela voz do *premier* inglês Neville Chamberlain e do primeiro ministro radical-socialista Daladier - novo presidente do Conselho de Ministros da França, sucessor de Léon Blum - que não poderiam dar nenhuma ajuda ao governo de Praga. Depois, Hitler, Mussolini, Chamberlain e Daladier se reuniram em Munique e assinaram acordos

³³ Marc Ferro. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Ática, 1995, p. 57.

³⁴ A Primeira Guerra Mundial só poderia ser caracterizada como interimperialista.

que davam satisfação à Alemanha e amputavam o território da Checoslováquia, sem consultar a URSS, que também estava ligada às “democracias” por acordos de assistência. Essa nova capitulação aos apetites expansionistas de Hitler não resolvia nada e reforçava as atitudes agressivas do ditador fascista, mas Neville Chamberlain, primeiro-ministro inglês, gabou-se na Câmara dos Comuns: “Não me envergonho de nada”.

Depois dos acordos de Munique entre as potências fascistas e os países “democráticos”, Chamberlain anunciou ao mundo inteiro “uma nova era de paz”. Menos de um ano mais tarde, a Europa e depois o mundo inteiro entravam no mais terrível derramamento de sangue. Mas, esta é uma diferença relevante em comparação a 1914, o atraso e derrota da revolução deixava os governos fascistas e as “democracias” de mãos livres para, mais uma vez, acorrentar o proletariado à sorte das armas. Depois da onda revolucionária de 1917, só os operários russos tinham conquistado o poder. Na Hungria, na Alemanha, por falta de uma direção, a revolução fracassara. A nova ascensão das massas operárias e camponesas em 1936 rompera-se, na Espanha e na França. Na Alemanha e na Itália, o fracasso dos movimentos revolucionários levava ao estabelecimento de Estados fascistas, primeira amostra da barbárie generalizada. Clara Zetkin, a dirigente comunista alemã, dizia calmamente que o movimento operário tinha que pagar por seu atraso na realização da revolução mundial.

Durante a crise espanhola, Léon Blum havia declarado: “Eu sou judeu e socialista, mas para salvar a paz, se um dia for possível que o chanceler Hitler atravessasse metade da ponte Kehl (que atravessa o Reno em Estrasburgo, entre a França e a Alemanha), eu espontaneamente andarei a outra metade”... Ele escrevia no *Populaire*, o jornal da SFIO, em 1º de outubro de 1938: “Nenhuma mulher e nenhum homem na França recusarão a Neville Chamberlain e Edouard Daladier sua parcela no tributo de gratidão. A guerra está descartada. O flagelo se afasta, o caminho voltou ao normal. Pode-se retomar o trabalho e recuperar o sono, pode-se gozar da beleza do sol de outono. Como poderia eu deixar de compreender este sentimento de libertação, que eu mesmo sinto?”.

A 2 de setembro de 1939, reminiscência do 2 de agosto de 1914, a Câmara da Frente Popular votou, por unanimidade, os 75 bilhões de créditos de guerra pedidos pelo primeiro ministro Daladier. Do dia 3 de setembro de 1939, data da declaração de guerra, até 22 de junho de 1940, assinatura da rendição da França, no período que foi chamado de *drôle de guerre* (a guerra esquisita), os dirigentes socialistas, divididos em várias tendências, acentuaram o abandono de toda referência operária. Uns passaram a promover um pacifismo integral que os levaria rapidamente à colaboração, outros se deixaram arrastar pela ladeira da decomposição das instituições da Terceira República, e durante todo o restante da guerra o Partido Socialista não cumpriu mais papel nenhum.

Com a guerra já em andamento, no *Populaire* de 9 de setembro de 1939, Léon Blum reivindicou “uma guerra humana” e, em janeiro de 1940, quando a Finlândia enfrentava os exércitos soviéticos, Amédée Dunois pontificava: “Na Finlândia democrática e socialista, Stalin e Molotov acharam alguém para enfrentá-los. As democracias não são tão podres como julgam as ditaduras. A isto chamarei de a lição de Helsinque”. Quando as tropas da URSS invadiram a Polônia, após o pacto Hitler-Stalin de 23 de agosto de 1939, o governo da Frente Popular, que já interditara os jornais do PCF, dissolveu esse partido. Essa medida atingia o conjunto do movimento operário e representava mais um passo rumo a um regime autoritário. Prova disso foram, desde julho de 1939, as detenções de militantes do PSOP (Partido Socialista Operário e Camponês), criado em 1938 depois de expulsa da SFIO a *Gauche Révolutionnaire*. O jornal *La Jeune Garde*, órgão da juventude do PSOP, foi apreendido e proibido por divulgar propaganda antimilitarista.

Nesse período aconteceu um episódio pouco glorioso para a “democracia francesa”: a implantação de campos “de internação” para os refugiados expulsos da Áustria, Alemanha, Itália e Espanha, pelos regimes fascistas. Só recentemente começou-se a jogar luz sobre milhares de tragédias, vividas pelos banidos do fascismo, transformados em indesejáveis da “democracia republicana” francesa. Em 23 de fevereiro de 1939, o jornal *Le Matin* anunciava a seus leitores a criação do “primeiro campo de concentração francês”, no Departamento de Lozère. Os refugiados espanhóis após a queda de Barcelona foram os primeiros a serem acolhidos, nesta França “terra de asilo”, atrás das cercas de arame farpado dos campos. Republicanos, antifascistas, anarquistas, socialistas, comunistas, membros das Brigadas Internacionais, homens, mulheres, crianças, sadios, inválidos, logo somaram mais de 250 mil prisioneiros, em condições terríveis e humilhados pela polícia de um governo que ascendera graças a um vasto movimento popular.



França: campo de concentração “republicano” em St. Cyprien, 1940

A França inteira ficou coberta de prisões e campos de concentração, os partidos de direita desencadearam uma intensa campanha xenófoba. O escritor polonês Joseph Roth (o autor da *Marcha de Radetzky*, um dos maiores romances antibélicos) escrevia a Stefan Zweig: “O que vai acontecer conosco? A ideia de que as democracias podem nos entregar a um simples apito, me deixa louco”. Ele morreu em maio de 1939, minado pelo desespero; os exilados alemães que compareceram ao seu funeral em Paris foram presos e banidos poucos meses depois. O intelectual marxista Walter Benjamin, obrigado a deixar a Alemanha em 1933 devido à perseguição (nenhuma revista, nenhuma editora, queria mais publicar um autor de origem judaica), tentava, em Paris, participar da vida cultural francesa. Mas, no começo de setembro de 1939, foi internado no estádio de Colombes, e depois num campo no interior. A intervenção de intelectuais franceses conseguiu sua libertação, mas só por pouco tempo, pois logo foi novamente internado no campo de Milles. A pressão de intelectuais como Max Horkheimer conseguiu fazê-lo obter um visto de entrada nos Estados Unidos. Mas a França recusou-lhe o visto de saída. Ele se dirigiu então, clandestinamente, para a Espanha. Preso na fronteira, ele se suicidou na noite de 26 para 27 de agosto de 1940, para que a polícia francesa não o entregasse à Gestapo (*Geheime*

Staatsspolizei, polícia política do Estado nazista). Infelizmente, o caso de Walter Benjamin não foi o único.

Fora da Europa, a segunda guerra sino-japonesa pavimentou também o caminho da guerra mundial, à qual se integrou. Em 1931, o “incidente de Mukden” entre tropas chinesas e japonesas propiciou o pretexto para a invasão da Manchúria pelo Japão. Os combates que se seguiram terminaram cinco meses depois com a instalação do Estado fantoche japonês de Manchukuo na região, com o último imperador chinês sendo entronizado à frente do governo. Sem condições de enfrentar o Japão em confronto direto, a China apelou à Liga das Nações, que condenou e expulsou os japoneses da organização. Escaramuças armadas posteriores durante a década desembocaram no “incidente da Ponte Marco Polo”, em 7 de julho de 1937, considerado o início da guerra aberta entre China e Japão.

Após essa batalha, o Japão invadiu o território chinês, bombardeando e ocupando Xangai, Nanquim e a região sudoeste da China, com mais de 350 mil soldados contra uma força superior em número, mas inferior em armamento, da China, dando início a um conflito em larga escala entre os dois países sem que houvesse uma declaração de guerra formal. Os massacres contra a população civil chinesa em Nanquim, após a queda da cidade em dezembro de 1937 - mais de 300 mil civis mortos - levaram diversos oficiais japoneses à forca por crimes de guerra ao fim da guerra mundial.



Soldados aponeses executam com baionetas soldados chineses capturados, durante a guerra sino-japonesa

3. HITLER E O NAZISMO

Para Ernst Nolte, o segundo conflito mundial esteve determinado pela “*perspectiva mais adequada na qual o bolchevismo e a União Soviética e o nacional-socialismo e o Terceiro Reich devem ser considerados, que é a de uma guerra civil europeia*”.³⁵ O autor foi acusado de legitimar historicamente o nazismo: o que ele fez foi pôr a culpa no bolchevismo pelo nascimento daquele. O bolchevismo (Rússia) seria o “mal”, não o nazismo (Alemanha). A procura das causas da Segunda Guerra Mundial não apenas nos conflitos inter-estatais, mas também no processo internacional de revolução-contrarrevolução, se esvai ao considerar apenas a Europa como cenário da “guerra civil”, excluindo, por exemplo, o Extremo-Oriente, desde o início da revolução chinesa de 1919 protagonista central tanto do conflito de classe (a revolução chinesa) quanto do conflito internacional (guerra China-Japão); e também sem considerar as mudanças da política externa da URSS entre o período da Revolução de Outubro, e aquele dominado pelo messianismo nacionalista da direção stalinista.

A crise de 1929, na Alemanha, agravou os resultados da hiper-inflação de 1923: segundo Hobsbawm, esta arruinara à pequena burguesia de modo a torná-la apta para apoiar a emergência do nazismo. Nas condições sociais criadas pela crise econômica mundial, que determinaram um novo papel para o Estado na estabilidade da ordem capitalista, o nazismo adquiriu características peculiares e insuspeitas, inclusive num movimento de extrema reação política, bem que inicialmente inspiradas no “Estado corporativo” de Mussolini. Houve sem dúvida um vínculo entre a crise econômica mundial e a ascensão dos fascismos na Europa. Se, entre 1918 e 1933, a Alemanha foi o ponto crítico da estabilidade econômica e política no velho continente, a partir da última data ela virou o centro da contrarrevolução anti-bolchevique e o motor da Segunda Guerra Mundial. As forças políticas mundiais se realinharam em função do nazismo. O NSDAP (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, ou simplesmente Partido Nazista) fora fundado em Munique, em janeiro de 1919. Seu sétimo aderente, Adolf Hitler, pintor de construção austríaco, estava imbuído de nacionalismo racista, antisemita, e, sobretudo, de ódio pelo comunismo. O NSDAP adquiriu logo uma fisionomia peculiar dentro dos grupelhos nacionalistas alemães devido à sua insistência em temas “sociais”, e à personalidade de seus dirigentes, não só Hitler, mas também Goebbels, seu futuro mestre da propaganda, e outros.

Depois de breve trajetória, o nazismo beneficiou-se de apoios no mundo dos negócios e no exército, neste através de Ludendorff, até adquirir estatura nacional depois dos acontecimentos de 1923 (tentativa de putsch militar na Baviera encabeçada por Kapp, derrotada por uma greve geral operária). Sua doutrina era simples, e tinha seu eixo na oposição entre a Alemanha e seus “inimigos internos e externos”. O discurso nazista era simples: 1) O povo alemão, ariano,³⁶ trabalhador e generoso, mas que fora “traído” durante a guerra; 2) Pelo judeu, inspirador das

³⁵ Ernst Nolte. *Nazional-socialismo e Bolscevismo*. La guerra civile europea 1917-1945. Firenze, Sansoni, 1988.

³⁶ As teorias racistas baseadas na superioridade ariana ou assemelhada não eram novas nem especificamente nazistas: Renan, um liberal do século XIX, considerava que “as raças semi-selvagens” estavam destinadas a ser subjugadas ou exterminadas pela “grande família ariano-semítica”. O racista francês conde de Gobineau celebrava os arianos em primeiro lugar por causa das suas “tradições liberais” e individualistas. Para o primeiro-ministro inglês Benjamin Disraeli (um judeu!) eram as “raças nórdicas e ocidentais” as que teriam assimilado o “princípio semítico”, e por isso “encarnavam a civilização”. Também Herbert Spencer se destacou na difusão da superioridade ariana, defendendo a proibição legal da miscigenação na Inglaterra: “Na raiz não existe apenas uma questão de filosofia social; na raiz existe uma questão de biologia” (Domenico Losurdo. *Contra-História do Liberalismo*. São Paulo, Ideias & Letras, 2006). Nenhum destes autores propunha o extermínio das “raças inferiores, embora proclamassem a superioridade ariana ou “ariano-semítica” (Disraeli). O racismo estava amplamente disseminado na sociedade europeia.

ideologias marxistas, democráticas, e das relações universais, que apodreceram o Estado desde dentro; 3) É necessário restaurar a Alemanha eterna, seu *Lebensraum* (espaço vital), regenerar seu povo para torná-lo “senhor” do mundo; 4) Insistência nos temas da “comunidade nacional”, do “sangue puro”, da “pureza de raça”, da “ordem”, das virtudes guerreiras, do esmagamento dos inimigos, da extensão territorial às custas da URSS bolchevique e da decadente França.

O NSDAP era dirigido por medíocres ex-combatentes que se sentiam “traídos” na derrota nacional de 1918, e por pequeno-burgueses espantados pelo “nivelamento social”: Ernest Röhm, provocador que mantinha vínculos com os militares e ajudou a formar uma milícia particular dos nazistas, conhecida como “camisas pardas”; Hermann Göering, herói da aviação imperial, brutal e ambicioso, chefe das SA (*Sturmabteilungen*, tropas de assalto); Rudolf Hess (secretário de Hitler), Heinrich Himmler, Martin Bormann, homens sem escrúpulos; o báltico Alfred Rosenberg, filósofo amador, teórico da “raça” ignorante e pretensioso; demagogos antisemitas como Julius Streicher e Gregor Strasser... Comandados pelo *Führer*, constituíam no início uma verdadeira quadrilha. Com o desenvolvimento do partido, foram criadas as SS (*Schutzstaffel*, destacamento da guarda, na verdade guarda de elite particular de Hitler, apelidada de “camisas pretas”) que atraíram “um grande número de jovens de direita com diploma universitário, gente sem emprego e com poucas esperanças de encontrar trabalho durante a Grande Depressão (e) ex-oficiais dos *Freikorps*, muitos deles pequenos aristocratas procurando um abrigo político depois da criação da República de Weimar”.³⁷ Uma mistura de lumpenismo pequeno burguês, militarismo nacionalista frustrado e conservadurismo aristocrático assustado com a ascensão “das massas”.

Leon Trotsky foi o primeiro líder político mundial (de qualquer ideologia) a alertar o mundo dos dois perigos representados pela ascensão do nazismo na Alemanha: uma nova guerra mundial e o extermínio físico dos judeus. Em junho de 1933, Trotsky escrevia que “O prazo que nos separa de uma nova catástrofe europeia está determinado pelo tempo necessário para o rearmamento alemão. Não se trata de meses mas tampouco de anos. Se Hitler não for detido a tempo pelas forças internas da Alemanha, alguns anos bastarão para que a Europa se encontre novamente lançada a uma guerra”. A mudança de atitude dos chefes nazistas, que nesse momento faziam declarações pacifistas, só podia “assombrar os mais bobos”. Os nazistas recorreriam à guerra como única forma de responsabilizar os inimigos externos pelos desastres internos. Na análise de Trotsky, Hitler, em toda sua mediocridade, não criou política ou teoria próprias. A sua metodologia política foi emprestada de Mussolini, que conhecia a teoria da luta de classes de Marx suficientemente bem para utilizá-la contra a classe trabalhadora. A sua teoria de raça devia muito às ideias de racismo do diplomata e escritor francês, conde de Gobineau. A habilidade política de Hitler consistiu em traduzir a “ideologia do fascismo ao idioma do misticismo alemão” e assim mobilizar, como fez Mussolini na Itália, as classes intermediárias contra o proletariado (a única classe que poderia ter barrado o avanço nazista).

Antes de tornar poder de Estado, o nacional-socialismo praticamente não tinha acesso à classe operária. Também a grande burguesia, mesmo aquela que apoiava o nacional-socialismo com o seu dinheiro, não via aquele partido como sendo o seu. A base social sobre a qual o nazismo se apoiou para a sua ascensão foi a pequena-burguesia, arrasada e pauperizada pela crise. Em um breve texto acerca da vitória do nazismo em 1933, León Trotsky procurou desentranhar a dinâmica histórica e de classe que permitira esse fato, comparando-a com a vitória, uma década anterior, do fascismo italiano. Trotsky passou rapidamente pela figura de Hitler, não por não considerá-la importante, mas por considerá-la simplória e sem mistérios. Para analisar as consequências políticas da nova época, marcada pela guerra mundial e pela crise do capitalismo,

³⁷ Robert Gertwarth. *Op. Cit.*, p. 80.

Trotsky desenvolveu sua teoria sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo, confrontando-se novamente com o próprio Marx que, segundo Trotsky, “imaginara de maneira demasiadamente unilateral o processo de liquidação das classes intermediárias, como uma proletarização no atacado dos artesãos, do campesinato e dos pequenos industriais”. A crise, na época monopolista, tivera consequências imprevistas: “O capitalismo arruinou a pequena burguesia a uma velocidade maior do que a proletarizou. Por outro lado, o Estado burguês agiu conscientemente durante muito tempo com vistas à manutenção artificial da camada pequeno-burguesa”. As decorrências políticas eram enormes: “Se o proletariado, por qualquer razão, demonstrara incapacidade para derrocar a ordem burguesa sobrevivente, o capital financeiro, na luta para manter a instável dominação, só poderia transformar a pequena burguesia, arruinada e desmoralizada por aquele, no exército pogromista do fascismo. A degeneração burguesa da socialdemocracia e a degeneração fascista da democracia burguesa estão unidas como causa e efeito”.³⁸

Socialdemocracia e nazismo não eram, porém, “irmãos gêmeos”, ideia que serviu à Internacional Comunista, como base para a teoria do “socialfascismo”. O Partido Comunista alemão chegou a colaborar em diversas ocasiões com os nazistas, contra os socialdemocratas. Vejamos um exemplo, relatado por um ex militante comunista alemão: “Na primavera de 1931, a União Socialista de Operários do Transporte convocara uma conferência de delegados de operários de navios e estivadores dos principais portos da Alemanha, na Casa do Trabalho de Bremen, com um caráter público. Todos os operários do setor foram convocados. O partido comunista enviou um correio à sede do partido nazista, solicitando sua colaboração para disover a conferência. Os hitleristas aceitaram, *como sempre*. No início da conferência, os corredores estavam já ocupados por 200-300 comunistas e nazistas.... Fizemos um barulho de loucos, destruímos os móveis, batemos nos delegados, a sala foi transformada em um matadouro. Findo nosso trabalho, fomos à rua e nos dispersamos antes da chegada das ambulâncias e da polícia. No dia seguinte, nossos jornais e os jornais nazistas publicaram em primera página a invenção de que os operários socialistas, indignados pela traição de seus seus próprios líderes, lhes haviam infringido um terrível castigo proletário”...³⁹

Enquanto os partidos comunistas stalinizados consideravam a vitória nazista como um “mal menor”, Trotsky advertia sobre a originalidade do novo tipo de contrarrevolução: “O fascismo põe em pé aquelas classes imediatamente acima do proletariado, e que vivem com receio de serem obrigadas a cair em suas fileiras; organiza-as e militariza-as às custas do capital financeiro, com a cobertura do governo oficial (...). O fascismo não é apenas um sistema de represálias, de força brutal, de terror policial. O fascismo é um determinado sistema governamental baseado na erradicação de todos os elementos da democracia proletária dentro da sociedade burguesa”. O exilado do stalinismo, “isolado numa ilha turca, escreveu, a certa distância dos acontecimentos,

³⁸ Leon Trotsky. A 90 años del Manifiesto Comunista (1937). *Escritos*, Bogotá, Pluma, 1974: “A guerra explodiu, seguida pelo seu cortejo de violentas convulsões, crises, catástrofes, epidemias e retornos à barbárie. A vida econômica encontrou-se num beco sem saída. Os antagonismos de classe agravaram-se e apareceram a nu. Um após outro, viram-se explodir os mecanismos de segurança da democracia. As regras elementares da moral revelaram-se ainda mais frágeis do que as instituições democráticas e as ilusões do reformismo. A mentira, a calúnia, a corrupção, a venalidade, a violência, a coerção, o assassinato, assumiram proporções nunca vistas. Os espíritos simples, confundidos, acharam que se tratava de consequências momentâneas da guerra. Na realidade, esta manifestação era, e continua sendo, a manifestação do declínio do imperialismo. A decadência do capitalismo traz consigo a da sociedade moderna, com suas leis e sua moral” (*Moral e Revolução*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978).

³⁹ Jan Valtin. *La Noche Quedó Atrás*. Buenos Aires, Claridad, 1988, p. 241.

uma sequência de textos sobre a ascensão do nazismo na Alemanha que, como estudos concretos de uma conjuntura política, são de uma qualidade sem par no conjunto do materialismo histórico. Neste campo, o próprio Lênin nunca produziu qualquer trabalho de profundidade e complexidade comparáveis. Com efeito, os escritos de Trotsky sobre o fascismo alemão constituem a primeira análise marxista real de um Estado capitalista do século XX - o estabelecimento da ditadura nazista”.⁴⁰

Trotsky não experimentou nenhuma confusão ou fascínio com o espalhafatoso aparelho de símbolos e cerimônias que rodeava a mitificação da figura do *Führer*: “No início de sua carreira política, Hitler destacou-se somente por seu temperamento explosivo, sua voz mais alta que as outras e uma mediocridade intelectual mais autossuficiente. Ele não trouxe para o movimento qualquer programa preparado de antemão, se deixarmos de lado a sede de vingança do soldado insultado (...) Havia no país muita gente arruinada ou a caminho da ruína, portadora de cicatrizes e feridas recentes. Todos queriam bater com os punhos na mesa. E isto Hitler podia fazer melhor do que os outros. É certo que ele não sabia como curar o mal. Mas suas arengas ressoavam, ora como ordens de comando, ora como preces dirigidas ao destino inexorável. As classes condenadas, ou as fatalmente enfermas não se cansam nunca de fazer variações em torno de suas queixas, nem de ouvir palavras de consolo. Os discursos de Hitler eram todos afinados nessa clave. Forma desleixada, sentimental, ausência de um pensamento disciplinado, ignorância paralela à erudição alambicada, todos esses defeitos transformados em qualidades. (...) O fascismo abriu as entranhas da sociedade para a política. Hoje, não apenas nos lares camponeses mas também nos arranha-céus das cidades convivem o século XX com o X e o XIII”.⁴¹

Em última instância, a contrarrevolução capitalista e a contrarrevolução no “Estado Operário” (a URSS stalinista) respondiam a um padrão totalitário: “O fascismo, nascido da bancarrota da democracia diante das tarefas da época do imperialismo, é uma ‘síntese’ dos piores males desta época. Traços de democracia conservam-se apenas nas aristocracias capitalistas mais ricas: para cada ‘democrata’ inglês, francês, holandês, belga, trabalha um certo número de escravos coloniais; ‘sessenta famílias’ governam a democracia nos Estados Unidos, etc. Elementos de fascismo crescem rapidamente em todas as democracias. O stalinismo é, por sua vez, o produto da pressão do imperialismo sobre o Estado operário, atrasado e isolado, e constitui, de certo modo, o complemento simétrico do fascismo”:⁴² “Se os caminhos do inferno estão cheios de boas intenções, os do III Reich estão cheios de símbolos”, pois “se todo pequeno-burguês encardido não pode virar um Hitler, uma parte deste se acha em todo pequeno-burguês encardido”.⁴³

Ian Kershaw também descreveu Hitler como um medíocre ignorante que, no entanto, “encarnou, representou, ativou e legitimou as forças sociais e políticas que desencadearam o nazismo”, que teria, de qualquer forma, existido sem ele (a tese de Kershaw foi qualificada de “funcionalista” ou “estruturalista”, por privilegiar o papel das estruturas em relação ao dos indivíduos), mas, “se fosse outro o líder, os principais desdobramentos teriam tomado caminhos diferentes, ou não teriam ocorrido”: “As ideias cruciais para que ele chegasse ao poder não eram exclusivas de Hitler, mas ele as apresentava de uma forma particular”.⁴⁴ O antissemitismo doentio de Hitler, que teve peso decisivo no genocídio ulterior, parece ter sido, embora sincero (“sinceridade” que é, no caso, não uma virtude, mas um crime) “funcional” a um traço inicial, indicado pelo próprio Hitler, que

⁴⁰ Perry Anderson. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. Lisboa, Afrontamento, 1978, p. 127.

⁴¹ Leon Trotsky. *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

⁴² Leon Trotsky. *Moral e Revolução*, ed. cit.

⁴³ Leon Trotsky. Qué es el nacional-socialismo? (junho 1933). *El Fascismo*. Buenos Aires, Cepe, 1973, pp. 70 e 83.

⁴⁴ Ian Kershaw. *Hitler*. Nova York, W.W. Norton, 1998-2000, assim como as citações sucessivas.

situou seu nascimento (em *Mein Kampf*) na sua adolescência e juventude vienense. O antissemitismo de Hitler nessa época de sua vida e nessa cidade, segundo Ian Kershaw, era incidental e não superior ao do seu “meio ambiente” (que era muito grande, claro; Viena foi a primeira grande cidade capital europeia a escolher um prefeito declaradamente antissemita): “Quase certamente já era antissemita àquela época, mas provavelmente não num grau diferente ao de outros moradores da cidade. Ninguém que o conheceu antes de 1919 cita o antissemitismo como traço fundamental de sua personalidade”.

Hitler, na sua juventude, vendia quadros e tinha relações amistosas com comerciantes judeus, e dedicou uma de suas “obras de arte” ao médico (judeu) de sua mãe. O ódio essencial de Hitler, nessa etapa formativa (desempregada, pobre e frustrante) de sua vida parece ter se dirigido, sobretudo, contra o “igualitarismo socialista”, no qual ele via o vértice oposto de sua megalomania individualista (sonhava, sem fundamento nenhum, poder chegar a ser um grande artista plástico ou arquiteto). O antissemitismo hitleriano parece ter nascido como apêndice desse ódio social (Hitler o elaborou politicamente, como ataque ao “judeu-marxismo” ou “judeu-bolchevismo”). Na Alemanha, os judeus eram uma escassa minoria, 0,76% da população, em 1933.

Um medíocre, uma “não pessoa”, segundo Kershaw (pois Hitler quase carecia por completo de vida pessoal, inclusive sexual: o autor nos fala de uma “sexualidade perturbada”, quase inexistente, já desde a adolescência) poderia merecer enormes biografias? Hitler era, além disso, ignorante e provinciano: “Hitler não sabia quase nada sobre outros países e continentes, salvo o que lera quando jovem nas novelas de aventuras de Karl May, que ambientava suas intrigas em lugares exóticos e distantes. Eram histórias idealizadas, como as do índio Winnetou. Hitler conheceu apenas a Itália, em viagem oficial. Esteve uma única vez em Paris, na manhã seguinte à derrota francesa. E tinha somente uma vaga ideia do que fossem os Estados Unidos, do seu tamanho e de sua força. Seus horizontes terminavam nas fronteiras do antigo Reich alemão”. Kershaw denunciou a elite nacionalista e conservadora alemã da época, que catapultou Hitler do fundo do poço para a chancelaria.

Nas variadas biografias de Hitler, o centro de atenção de seu período de formação é sempre a figura do fracassado pintor, arquiteto e soldado, dotado aparentemente só de uma forte personalidade e de um caráter irascível, capaz, no entanto, de se transformar no líder de um partido e da nação mais poderosa da Europa continental e de deflagrar, voluntariamente e/ou a contragosto, uma conflagração bélica mundial. É óbvio que a época histórica capaz de produzir semelhante “milagre às avessas” (quase um João-ninguém, que apenas chegara ao posto de cabo na Primeira Guerra Mundial, conseguir sentar-se, quinze anos depois, na cadeira de Bismarck, o construtor da nação alemã) seria a merecedora de uma verdadeira biografia (empresa contra a qual conspira o fascínio mórbido que a figura de Hitler inspira, alimentado às vezes por uma historiografia que raia no puro sensacionalismo). O principal traço pessoal de Hitler parece ter sido uma volúpia ímpar pelo poder político (isto é, o poder sobre outras pessoas), aparentemente em resposta a frustrações e processos doentios de sua infância e adolescência, que Kershaw declara incognoscíveis e impossíveis de esclarecer devidamente (“Sentia ser, desde cedo, alguém realmente especial. Qual a psicologia por trás disso não está claro”).

Depois da crise de 1929, a ascensão do nazismo (assim como a consolidação do governo fascista na Itália) expressou a instabilidade social e política, que logo se tornou aguda. Aos partidos políticos seria exigida maior audácia e capacidade para enfrentar a catástrofe social. Na Rússia, no meio da catástrofe provocada pela guerra, o bolchevismo, tendo assumido a liderança da classe operária em 1917, arrastou também, nos momentos decisivos, a grande massa hesitante e dispersa dos camponeses, e parte da pequena burguesia urbana. Da mesma forma, a classe

trabalhadora alemã ainda poderia atrair as multidões das classes médias inferiores, se estas lhe sentissem a força e determinação de vencer, isto é, se às políticas socialista e comunista não faltasse direção e objetividade. As ambições do *Kleinbürger* (o pequeno burguês alemão) e a força do nazismo nasciam da fraqueza da classe operária. O pequeno proprietário tendia à ordem, enquanto seus negócios marchavam bem e enquanto tinha a esperança de que marchassem ainda melhor. Quando perdeu essa esperança, foi facilmente atacado pela raiva e se dispôs a abandonar-se a medidas mais extremas. Como foi derrotado o Estado democrático, até o ponto de conduzir o fascismo ao poder na Itália e na Alemanha?

Os pequenos burgueses desesperados pela crise viam no nazismo, antes de tudo, uma força que combatia o grande capital, e acreditavam que, diferentemente dos partidos operários, que trabalhavam com a palavra, o nazismo utilizaria os punhos para impor mais "justiça". A sua maneira, o camponês e o artesão eram realistas: compreendiam que não poderiam prescindir da violência. Mas a pequena burguesia podia também encontrar seu chefe no proletariado. Assim o demonstrara na Rússia, em 1917, e, parcialmente, na Espanha a partir de 1930. Tendeu a isso na Itália, na Alemanha e na Áustria. Mas os partidos do proletariado, nesses países, não estiveram à altura de sua tarefa. Com a crise econômica, as camadas sociais médias de renda variável viram seus proventos e seu nível de vida despencar vertiginosamente.

Os setores do proletariado melhor posicionados no mercado de trabalho sofreram menos com a crise, até porque reivindicaram (e muitos conseguiram) receber uma parte de seu salário diretamente em bens de consumo (alimentares e de primeira necessidade). Os *bonzos* sindicais e políticos da socialdemocracia (assim eram chamados na Alemanha esses dirigentes), por sua vez, possuíam um nível de vida superior ao da classe operária, e também ao da pequena burguesia arruinada. O nazismo soube atrair a classe média alemã usando uma demagogia social contra esses burocratas originados na "aristocracia operária" – amalgamados ao "judaísmo internacional" –, demagogia fantasiada de "anticapitalismo". A burocracia socialdemocrata e sindical, que acreditava ter resolvido seu "problema social" com a posição conquistada na sociedade, contribuiu assim para despertar e desenvolver a besta que a enterrou.

Na Áustria, a socialdemocracia, mais do que em qualquer outro país, concidia com a própria classe operária. A capital do país (Viena) estava nas mãos da socialdemocracia austriaca, que tinha no parlamento federal, entretanto, menos da metade das cadeiras, 43%. O equilíbrio político instável se mantinha em virtude da política conciliadora da socialdemocracia, o que facilitava a posição do "austro-marxismo" que a dirigia. Aos olhos dos operários, aquilo que ela fazia na municipalidade de Viena bastava para distingui-lo dos partidos burgueses. E aquilo que não fazia podia ser imputado aos últimos. Denunciando a burguesia nos artigos da imprensa e nos discursos, o austro-marxismo tirava proveito da dependência internacional da Áustria, a fim de impedir que os operários se levantassem contra os seus inimigos de classe. Tudo isso lhe permitiu exercer o papel de ala "esquerda" da Internacional Socialista e reforçar todas as suas posições "nacionais" contra o Partido Comunista, que, além do mais, acumulava todos os erros possíveis, em nome da teoria do "social-fascismo", encampada pela Internacional Comunista a partir de 1929.

A socialdemocracia austríaca ajudou à *Entente* a liquidar a revolução húngara de 1919, ajudou a burguesia a sair da crise de pós-guerra, e preparou um refúgio "democrático" para a propriedade privada abalada. Foi, assim, em todo o período de pós-guerra, o principal instrumento de dominação da burguesia sobre a classe operária. Mas esse instrumento era, ao mesmo tempo, uma organização política soberana, possuindo uma burocracia numerosa e uma aristocracia operária independente, que tinha seus interesses e suas reivindicações. Essa burocracia apoiava-se sobre uma classe operária real e achava-se sob a ameaça continua do descontentamento desta. Essa circunstância era a fonte principal de atritos e conflitos que se produziam entre a

burguesia e a socialdemocracia. Por outro lado, independentemente de que a socialdemocracia austríaca tivesse envolvido a classe operária numa rede de organizações políticas, sindicais, municipais, culturais e esportivas, os métodos pacífico-reformistas não davam à decadente burguesia austríaca todas as garantias necessárias para a sua sobrevivência.

Abria-se caminho para o fascismo austríaco. As camadas inferiores do fascismo eram alimentadas pela situação sem saída da pequena burguesia e dos elementos socialmente desclassificados. As camadas superiores faziam entrever uma saída ao desespero pequeno burguês na perspectiva de um golpe de Estado, que liberasse os negócios dos entraves "marxistas". O golpe aconteceu, finalmente, em 1938, na forma de uma invasão-anexação pela Alemanha nazista (*Anschlöss*): “Temos, assim, na Áustria, a refutação clássica da teoria professada pelos filisteus, que afirmam que o fascismo é engendrado pelo bolchevismo revolucionário. O fascismo começa a exercer no país um papel tanto maior quanto mais nítida, mais gritante e mais insuportável se torna a contradição entre a política da socialdemocracia (partido de massas) e as necessidades urgentes do desenvolvimento histórico. Na Áustria, como por toda parte, o fascismo é o complemento necessário da socialdemocracia. Alimenta-se dela e, com o seu concurso, chega ao poder. O fascismo é o filho legítimo da democracia formal da época da decadência”, concluiu Trotsky, criticando por antecipado as teorias dos revisionistas alemães, como Ernest Nolte,⁴⁵ que responsabilizaram o bolchevismo, e sua linguagem de “guerra civil europeia”, pelo nascimento do nazi-fascismo.

Na Alemanha, os líderes socialdemocratas buscaram o apoio das classes médias, inferior e superior, primeiro agindo, na República de Weimar, como gerentes do Estado burguês, em seguida sujeitando-se ao regime de Brüning e defendendo sempre o *statu quo* social e político. Mas foi precisamente contra a República de Weimar e sua sequência, o governo de Brüning, que as classes médias inferiores se revoltaram. A política socialdemocrata, portanto, contribuiu decisivamente para o perigoso estremecimento entre a classe operária organizada e a pequena burguesia, estremecimento de que se aproveitaram os nazistas. Os socialdemocratas continuaram pregando a moderação e a prudência, quando estas já estavam aniquiladas, e continuaram a defender o *statu quo* que já se tornara a tal ponto insuportável que as massas preferiam qualquer outra coisa, até mesmo o abismo em que Hitler as mergulhava.

A crise de 1929, na Alemanha, agravou os resultados da hiper-inflação de 1923, depois de uma “prosperidade” relativamente breve. Dentro da burguesia, só os grandes industriais e banqueiros sobreviveram: a média e pequena burguesia, arruinada pela inflação e deflação alternantes, acabou sub-proletarizada. Os camponeses, menos atingidos pela crise, eram uma minoria nesse país industrializado. Os trabalhadores industriais sofriam, com o desemprego de massa, uma miséria densa, na qual a procura de um emprego parecia interminável. A juventude carecia de qualquer perspectiva de trabalho, ou de vida “normal”: milhões de jovens viraram nômades sem rumo, muitos enchiam os “campos de trabalho”. Fenômenos de decomposição social se desenvolveram em grande escala (droga, alcoolismo, prostituição...). O desespero e a cólera se voltavam contra o governo, frequentemente ocupado pelos socialistas (SPD). Toda esperança, todo “bode expiatório”, eram aceitos: o nazismo, em escala maior que o fascismo italiano, foi

⁴⁵ Para Ernest Nolte, o nazi-fascismo foi uma reação ao “extremismo” comunista (portanto, historicamente legítima, embora lamentável). Na medida em que o comunismo precedeu o nazi-fascismo - ele foi a “origem do mal”, na definição de Paul Mourousy - o segundo acaba sendo legitimado perante a história: trilha-se o caminho que leva da justificação do “terror branco” à “compreensão” do nazismo. O historiador norte-americano Richard Pipes, posto a optar entre Lênin, Mussolini e Hitler, não vacilou: “Mussolini”. Marc Ferro, dos *Annales*, afirmou, em entrevista a *Le Monde*, que na Itália os “excessos” da Alemanha e da URSS “foram contidos pela sobrevivência da monarquia e pela presença do papado”...

capaz de mobilizar a pequena burguesia desesperada (explorando seu medo da “proletarização”), esse grupo social que Antonio Gramsci chamara “o povo dos macacos”...

Nascido nas margens do exército, dos *freikorps*, o NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Operários Alemães, ou simplesmente “partido nazista”) fora timidamente financiado, no início, por setores burgueses menores: o editor Bruckham, o fabricante de pianos Bechstein, entre outros. Com a crise de 1929, o caixa nazista recebeu o apoio dos *konzern*, ou conglomerados (Kirdorf, do carvão; Vorgler e Thyssen, do aço; IG Farben; o banqueiro Schroeder, etc.). As suas possibilidades de agitação e propaganda, a sua autoconfiança e, sobretudo, a sua capacidade de subornar funcionários públicos (policias, juizes, militares) cresceram geometricamente. Às classes médias desesperadas, os nazistas propunham remédios contra a angústia social: xenofobia, racismo, nacionalismo exacerbado, acompanhados de uma demagogia anti-capitalista que apontava aos judeus (desde o século XIX designados como “encarnação do capital”: o fundador do Partido Socialdemocrata, August Bebel, já chamara o antissemitismo de “socialismo dos imbecis”).⁴⁶ Também eram denunciados o “imperialismo” (o *diktat* de Versalhes) e os já mencionados “bonzos” (os dirigentes sindicais acusados de colaboração com os judeus): os nazistas chegaram a apoiar as “greves selvagens”, realizadas à margem dos sindicatos. E, sobretudo, o NSDAP usava a violência e o terror contra seus “inimigos”, para demonstrar ao seu “público” sua determinação em atingir seus objetivos.

Os símbolos nazistas (a cruz suástica, tirada dos símbolos dos povos germânicos da Idade Média, mas também as grandes paradas militares) exprimiam seu conteúdo, com o qual formavam uma unidade. O *racket* (chantagem “protetora”) era usado em larga escala para encher o caixa do NSDAP. E, sobretudo, o nazismo oferecia uma saída imediata para a juventude desempregada: o emprego nas suas fileiras, fardado, nas milícias armadas, nas SA (tropas de assalto) e, depois, nas SS. O emprego, o salário, a farda, devolviam aos jovens o que eles julgavam ser uma existência que a sociedade lhes negava. A militância nazista passou de 176 mil membros em finais de 1928 para 800 mil em finais de 1931 (e para mais de um milhão de aderentes, no ano seguinte).



Adolf Hitler na década de 1920, envergando o uniforme da SA (tropas de assalto)

⁴⁶ É verdade que Jean Jaurès, o histórico dirigente socialista francês, chegara a afirmar no início do século XX que, na Argélia, crescia um “espírito anticapitalista”, embora “sob a forma estreita do antissemitismo...”.

Mas comunistas e socialistas também cresciam: nas eleições gerais de 1928, os dois partidos de esquerda somados obtiveram 12.418.000 votos; em 1930, 13.160.000 (os nazistas só 6,4 milhões); em julho de 1932, na antevéspera da vitória nazista, os partidos operários obtinham ainda 13.300.000 votos (mas os nazistas já obtinham 13.779.000). Em novembro desse ano, SPD (socialistas) e KPD (Partido Comunista da Alemanha) reunidos obtinham 13.230.000 votos; o NSDAP, 11.737.000: foi quando se desenhava um declínio político do nazismo no cenário de forças, que o presidente Hindenburg (eleito em 1925, com apoio do Partido Socialista) chamou o chefe nazista Hitler, para ocupar a chancelaria do Reich. O fator decisivo, porém, foi a recusa dos partidos de esquerda a realizar uma Frente Única contra os nazistas. O SPD contava com um milhão de membros, cinco milhões de filiados sindicais, centenas de milhares na organização de autodefesa *Reichsbanner*: em setembro de 1930, em plena crise econômica, ainda obtinha 8,5 milhões de votos (143 deputados) contra 6,4 milhões (107 deputados) do NSDAP. Mas o SPD buscava uma “via intermediária” entre o nazismo e o “bolchevismo”: sua política era a “defesa da República (de Weimar)”, reclamava leis repressivas contra o nazismo, a ação da polícia e dos tribunais. Finalmente, apoiaram a política deflacionista do chanceler Brüning (geradora de miséria), a suspensão do *Reichstag*, o governo por decretos-lei, e chamaram a votar o marechal Hindenburg para a presidência da República.

As eleições da Alemanha de setembro de 1930 foram apresentadas pela Internacional Comunista como uma prodigiosa vitória do comunismo, que situaria na ordem do dia a palavra de ordem da "Alemanha soviética". Os burocratas otimistas recusavam refletir sobre o significado da relação de forças revelada pelas estatísticas eleitorais. Examinavam o incremento de votos comunistas independentemente das tarefas revolucionárias criadas pela situação e dos obstáculos postos. O Partido Comunista (KPD) recebera 4.600.000 votos, face aos 3.300.000 em 1928. Do ponto de vista dos mecanismos "normais" do parlamentarismo, o ganho de 1.300.000 votos era considerável, mesmo levando em conta o aumento no número total de votantes.

Mas o ganho do KPD ficava pequeno se comparado com o progresso do nazismo, que passara de 800.000 a 6.400.000 votos. De não menor importância para a avaliação era o fato da social democracia, apesar das perdas substanciais, conservar os seus baluartes principais, e ainda receber um maior número de votos [8.600.000] que o Partido Comunista. O crescimento gigantesco do nacional socialismo era a expressão de dois fatores: uma profunda crise social, que desestabilizava o equilíbrio das massas pequeno burguesas, e a carência de um partido revolucionário que aparecesse ante as massas populares como reconhecido dirigente revolucionário. Se o Partido Comunista era o partido da esperança revolucionária, o nazismo era, como movimento de massas, o partido da desesperança contrarrevolucionária.

Os votos do SPD, por sua vez, caíram para 7,96 milhões em julho de 1932, e para 7,25 milhões em novembro desse ano. Os partidários da “Frente Única Operária” no SPD foram excluídos: eles constituíram o SAP (Partido Socialista Operário), com dezenas de milhares de membros, partido que em 1933 (depois da ascensão de Hitler) assinou, junto aos partidários de Trotsky (a Liga Comunista Internacionalista) e a dois partidos de esquerda holandeses, RSP e OSP, uma declaração em favor da IV Internacional. O KPD progredia: 3,27 milhões de votos em 1928; 4,59 milhões em 1930; 5,37 milhões em julho de 1932; 5,98 milhões em novembro desse ano. Junto ao SPD, teria tido todas as chances de barrar os nazistas, mas a sua política divisionista (denúncia do SPD como “social-fascista”) foi tal que levou um historiador contemporâneo aos fatos a constatar: “É impossível ler a literatura comunista da época sem sentir calafrios diante do desastre a que leva um grupo de homens inteligentes à recusa de usar a inteligência de modo independente”.⁴⁷ O

⁴⁷ R. T. Clark. *The Fall of the German Republic*. Londres, Allen & Unwin, 1935, p. 475.

KPD insistia na procura de temas comuns com os nazistas (contra o Tratado de Versalhes, pela independência nacional, contra os *bonzos* socialdemocratas e sindicais) até usar uma terminologia semelhante (“revolução popular”). Chegou a afirmar que antes de combater o “fascismo”, era preciso combater o “social-fascismo” (o SPD), propondo então a “frente única pela base” aos operários socialdemocratas. No conjunto, a sua política era definida pelo dirigente da Internacional Comunista, Manuilski: “O nazismo será o último estágio do capitalismo antes da revolução social”...

Trotsky se distanciou dos chefes do KPD, os que - ainda em tempos do governo de Hermann Müller (SPD; 1928-1930) - declaravam que na Alemanha já era o fascismo que mandava no país. Trotsky advertiu como nenhum outro homem político acerca dos perigos do nacional-socialismo. Vislumbrou que o NSDAP professaria a Constituição somente até chegar ao poder. Desde setembro de 1930 lutou incansavelmente por uma frente única entre o SPD e o KPD contra o nazismo. Em abril de 1931, o KPD chamou, junto ao NSDAP, a votar contra o SPD para derrubar o governo socialista da Prússia, no “plebiscito vermelho” (que os nazistas chamaram de “plebiscito negro”). Em novembro de 1932, aliou-se aos nazistas contra os “bonzos” socialdemocratas na greve dos transportes de Berlim. Em consequência desses posicionamentos aconteceram as crises políticas que derrubaram sucessivamente o governo centrista de Brüning, o gabinete Von Papen em novembro de 1932, e depois o governo do general Von Schleicher, até o chamado a Hitler para se transformar em chanceler, a 30 de janeiro de 1933.

Os socialdemocratas foram fiéis ao seu caráter. Os dirigentes dos partidos socialistas da Alemanha e da Áustria tinham chamado os trabalhadores a “exigir” aos governos Brüning e Dollfuss o desarmamento dos grupos nazistas. Diante dessa falência política, tanto maior era a responsabilidade do Partido Comunista. Não obstante, seus líderes não tinham consciência da magnitude e natureza do perigo. Com um ultra-radicalismo de fachada, recusaram-se a estabelecer qualquer distinção entre o fascismo e democracia burguesa. Afirmavam que, na medida em que ao capitalismo monopolista interessava tornar fascista a democracia burguesa, todos os partidos dos países capitalistas estavam fadados a sofrer esse processo. Todos os gatos eram igualmente pardos: Hitler era fascista (até então, o nazismo era chamado de “fascismo alemão”, uma simplificação que logo se revelaria, mais que enganadora, trágica), mas também eram “fascistas” os líderes dos tradicionais partidos burgueses, da direita e do centro, inclusive Brüning, que já governava por decretos, e até mesmo os socialdemocratas, que formavam, para os líderes comunistas, a “ala esquerda do fascismo”.

A orientação política e a estratégia “comunista” se revelaram trágicas para o movimento operário. Depois de 1930, repetidamente, os propagandistas do KPD afirmavam que “Alemanha já está vivendo sob o domínio fascista”, e que “Hitler não poderia agravar a situação mais do que Brüning, o Chanceler da Fome”. Mas ao proclamar que o fascismo vencera, na verdade, declaravam a batalha perdida antes mesmo que tivesse começado. Ao dizer às massas que Hitler não seria pior do que Brüning, as desarmavam perante Hitler. Era loucura, para um partido da classe trabalhadora, negar ou tornar pouco clara a distinção entre o fascismo e a democracia burguesa. É verdade que ambos eram formas e métodos diferentes do domínio capitalista, mas, naquelas circunstâncias, a diferença de forma e método era de grande importância. Numa democracia parlamentar, a burguesia mantinha seu domínio por meio de amplo compromisso com a classe trabalhadora, que exigia negociações constantes e pressupunha a existência de organizações proletárias autônomas, partidos políticos e sindicatos.

Tais organizações formavam “ilhas de democracia proletária dentro da democracia burguesa”, fortalezas e bastiões dos quais os trabalhadores podiam lutar contra o domínio burguês em geral. O fascismo significava um fim do compromisso social e das negociações entre as classes: não tinha

nenhuma utilidade para os canais através dos quais as negociações se processavam até então e não poderia tolerar a existência de nenhuma organização autônoma da classe trabalhadora. Essa era a lição da vitória do fascismo italiano. Durante todo o ano de 1931 (e na primeira metade de 1932) esses diagnósticos e prognósticos figuraram diariamente no *Rote Fahne* (jornal do KPD) e eram apoiados pela autoridade da Internacional Comunista.⁴⁸ Mas a socialdemocracia alemã também não desenvolvia uma política de frente única operária contra o fascismo e, com outros argumentos, punha suas divergências com o KPD por diante da necessária unidade operária contra a “besta parda”. A política dos stalinistas na Alemanha (“o social-fascismo é o inimigo principal”, a cisão dos sindicatos, o flerte com o nacionalismo, o putchismo) conduziu fatalmente ao isolamento da vanguarda proletária e a seu desmoronamento.

Na Alemanha, os governos Brüning, von Papen, von Schleicher, preencheram o intervalo entre a República de Weimar e Hitler. O bonapartismo alemão entrou em cena quando os partidos democráticos se uniram, enquanto os nazistas cresciam com força prodigiosa. Os três governos “bonapartistas” da Alemanha, devido à fraqueza de suas bases políticas, equilibravam-se numa corda estendida sobre o abismo, entre dois campos hostis: o proletariado e o fascismo. Esses três governos caíram rapidamente. O campo do proletariado estava dividido entre socialdemocratas e comunistas, incapazes de uma ação comum, não estava preparado para a luta, desorientado e traído por seus chefes. Depois de inúmeras “demonstrações de força”, os nazistas puderam tomar o poder quase sem luta.

Hjalmar Schacht, o pai do “novo marco” que tirou a economia alemã da hiperinflação em 1923, o político por excelência do grande capital alemão, em janeiro de 1931 se entrevistou pela primeira vez com Hitler e se comprometeu a criar um fundo fiduciário para o partido nacional-socialista. Schacht comprometeu Albert Voegler (magnata do aço), Gustav e Alfred Krupp (do setor siderúrgico e de fabricação de armas), para obter o concurso para o fundo de outros industriais, como Fritz Thyssen, Emile Kirdorf, Carl Bechstein e Hugo Bruckmann. Em novembro de 1932, Schacht redigiu uma carta, firmada pelos maiores patrões de indústria alemães, urgindo o presidente Hindenburg para que nomeasse Adolf Hitler chanceler da Alemanha. Diante da crise política e da manifestação patronal, Hindenburg cedeu. Hitler assumiu a chefia do governo em 30 de janeiro de 1933, iniciando de imediato uma forte repressão, que o levou a edificar em poucos meses o Estado corporativo que Mussolini tinha demorado quatro anos para edificar.

A 20 de fevereiro desse ano, Schacht organizou uma reunião da Associação dos Industriais Alemães, na qual foram coletados três milhões de marcos para o NSDAP, o partido nazista, com vistas a sustentar a candidatura de Hitler nas eleições de março, nas quais comunistas e socialistas somados obtiveram 201 escanços, e o partido nazista 288, maioria absoluta. Condicionada pela forte repressão, foi a única eleição pluri-partidária em que o nazismo obteve maioria, embora relativa. Rapidamente, os novos donos do poder passaram a organizar um regime novo, não sem antes montar uma provocação contra o KPD depois do nunca esclarecido incêndio do Reichstag, o parlamento alemão (a 27 de fevereiro de 1933). A culpa foi jogada nos comunistas, que foram

⁴⁸ Trotsky, advertindo em novembro de 1931 contra o perigo de uma vitória nazista, escrevia: “A vitória do fascismo na Alemanha determinará inevitavelmente uma guerra contra a URSS... Nenhum dos governos burgueses ‘normalmente’ parlamentares pode por enquanto correr o risco de empenhar-se numa guerra contra a URSS; semelhante empreendimento acarretaria incalculáveis complicações internas... Numa empresa dessas, o governo de Hitler não seria senão o órgão executivo de todo o capitalismo mundial. Clemenceau, Millerand, Lloyd George, Wilson, não puderam fazer abertamente a guerra contra a República dos Sovietes, mas puderam, durante três anos, sustentar os exércitos de Denikin, de Koltchak, de Wrangel. Hitler, no caso de ser vitorioso, tornar-se-á um super-Wrangel da burguesia mundial (contra a URSS)” (*Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*, ed. cit.).

cassados do parlamento, tendo vários de seus líderes presos (incluído o dirigente da Internacional Comunista, Georges Dimitrov).

Com o dinheiro fornecido pelo grande capital, mais o terror das SA, os nazistas tinham crescido, nas eleições de março de 1933, de 33% para 44% dos votos. A 23 de março, o Reichstag votou os plenos poderes para Hitler, contra o voto da bancada do SPD (com o KPD já na ilegalidade, e seus deputados cassados), mas com o voto favorável do *Zentrum* católico, e de conservadores e nacionalistas. No “Dia do Boicote”, a 1º de abril de 1933, em frente de cada comércio/loja judaico, de cada consultório de médico judeu, de cada escritório de advogado judeu, foi posto um piquete do partido nazista, que barrava o acesso.

A 2 de maio, depois de um 1º de maio transformado em parada nazista (mas onde participaram ainda o SPD e a principal central sindical), os sindicatos alemães foram dissolvidos, e seus bens confiscados. Goebbels escrevera em seu jornal: “Quando os sindicatos estiverem nas nossas mãos, os outros partidos ou organizações não aguentarão muito tempo... Em um ano, a Alemanha inteira terá caído em nossas mãos”. O 1º de maio foi proclamado feriado nacional; o 2 de maio foi o dobre de finados para as esperanças ainda acalentadas pelos dirigentes do movimento sindical alemão, ligados ao Partido Socialdemocrata, de serem poupados pelo governo nazista. Os dirigentes sindicais foram presos, espancados e jogados em campos de concentração. E sobre os escombros do mais poderoso movimento operário da Europa, Hitler criou a *Frente do Trabalho* operário-patronal. Em 10 de maio, Göring deu ordem de ocupar todos os prédios do Partido Socialdemocrata, seus fundos foram confiscados, sua imprensa proibida. O KPD, interdito desde o incêndio do Reichstag, passou a ser perseguido.



Assinatura do pacto governo alemão/Igreja católica, com os hierarquias da Igreja e o ministro Von Papen: observe-se ao fundo, à direita, o jovem futuro papa Paulo VI

A 14 de julho (aniversário da Revolução Francesa...) os partidos políticos foram dissolvidos, o NSDAP foi proclamado “partido único”. O “Diário Oficial” alemão publicou a seguinte lei: “Artigo nº 1 — O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães é o único partido político

existente na Alemanha”. No mesmo mês, foi habilitado em Dachau o primeiro campo de concentração, no qual foram internados comunistas, anarquistas, socialistas e outros opositores. Em janeiro de 1934, um ano depois do empossamento de Hitler, foi ditada a lei de regulação do trabalho nacional, totalmente favorável às empresas privadas. Os patrões das grandes empresas foram designados como "Führer". Hitler, foi, antes do mais, o homem do grande capital na situação histórica criada pela crise capitalista mundial e pela emergência da classe operária. Em 20 de julho de 1933 foi firmado um acordo ("concordata") entre o Papa Pio XI e o ministro de Relações Externas alemão Von Papen, que estabelecia a não ingerência mútua entre Igreja e governo. O partido católico, o Zentrum, se autodissolveu. Foi assim que a Igreja Católica aplinou o caminho para se calar diante das atrocidades cometidas por Hitler.

No final da guerra, no entanto, uns 400 padres católicos foram resgatados em péssimo estado dos campos de concentração nazistas, onde milhares de padres e pastores protestantes acharam a morte, boa parte deles por ter participado ou dado cobertura a grupos ou atividades de oposição contra a ditadura nazista. Em 1933, porém, Hitler chegou ao poder sem resistência operária e com o apoio da burguesia, apoio intermediado pelo ex-ministro de finanças do governo centrista de Stressemann, Hjalmar Schacht, cujo acordo com o NSDAP fora intermediado através do banqueiro Schroeder, representante do grande capital financeiro do país. Uma vez chegado ao poder, Hitler não foi imune à corrupção, generalizada no partido nazista (NSDAP): frequentemente usou fundos estatais para fins particulares; o ícone reacionário era, também, um vulgar ladrão.

A 13ª Plenária do Comitê Executivo da Internacional Comunista se reuniu em Moscou e avaliou os resultados dos acontecimentos alemães. A conclusão foi, segundo Piatnitsky, secretário da Komintern, que a política do Partido Comunista Alemão havia sido "correta antes, durante e depois da vitória de Hitler". E concluía também que "a social-democracia continuava sendo o principal esteio da burguesia". Como organização internacional revolucionária, a Komintern stalinista estava morta. A falência da Internacional Comunista dirigida por Stalin já era prevista pela Oposição de Esquerda, a menos que a Oposição fosse bem sucedida em desviar a Komintern do seu curso desastroso.⁴⁹ A cegueira dos PCs diante do desastre alemão era completa. Na França, o jornal *L'Humanité*, do PC francês, de 31 de janeiro de 1933 (um dia depois da ascensão de Hitler), incluía a notícia nas páginas internas, sob o título: "Resultados da política do mal menor: Hitler chanceler".

Nos dias posteriores, Gabriel Péri e Palmiro Togliatti, dirigentes comunistas na França e na Itália, afirmavam que o acontecimento não era comparável à "Marcha sobre Roma" de Benito Mussolini, e prognosticavam "uma nova ascensão das massas". Nos *Cahiers du Communisme* insistia-se em que "o movimento hitleriano é portador de contradições sociais insuperáveis", e em que o proletariado alemão não estava ainda derrotado. A *Révolution Proletarienne*, sindicalista revolucionária (ou "anarco-sindicalista"), demorou para noticiar a ascensão de Hitler, que se recusava a comentar, porque isto seria "ridículo da parte daqueles que estão fora da ação (no teatro dos acontecimentos)". Leon Trotsky, ao contrário, redigiu rapidamente um artigo em que, constatando a ausência de reação no Partido Comunista Alemão diante de sua catástrofe política, chamou a formar um novo partido comunista na Alemanha, orientação que, no ano seguinte (1934), diante da falência completa da Internacional Comunista (que comparou com a falência da II Internacional em agosto de 1914), foi desenvolvida com o chamado a formar uma nova internacional operária, a IV Internacional.

⁴⁹ Charlie Van Gelderen. A falência da Internacional Comunista. *Perspectiva Internacional* n° 7, São Paulo, novembro 1983.

Com a morte do presidente Hindenburg, Hitler passou a acumular as funções deste junto com a chancelaria. Os plenos poderes, que o autorizavam a violar a Constituição, foram renovados em 1934 e 1937: o juramento de fidelidade ao *Führer* tornou-se obrigatório para todos os funcionários públicos, inclusive os ministros. Logo foram suprimidos os *Landstag* (Assembleias) e o *Reichrat* (Conselhos do Reich): a lei de *Gleichhaltung* uniformizou a legislação dos estados com a do Reich. Os governos dos *Länder* (Estados ou províncias) foram substituídos pelos *Staatshalter*, prefeitos designados pelo poder executivo; o mesmo aconteceu com os alcaides das cidades. O NSDAP, como partido político, também possuía uma organização centralizada: 32 *Gauen* (distritos), dirigidos por um *Gauleiter*, divididos em círculos, grupos, células e blocos. Desenvolveram-se as organizações paralelas, como a *Hitlerjugend* (Juventude Hitlerista), as corporações de estudantes, professores, juristas. As SA passaram para um segundo plano, depois da “noite dos longos punhais” (junho de 1934), quando Hitler fez assassinar a sua direção, incluindo seu chefe Ernst Röhm. Em troca, privilegiou-se a SS, dirigida por Himmler, no início só guarda pessoal de Hitler: ela já possuía 200 mil homens em 1936, com unidades “de missão interna” (campos de concentração) e unidades militares de elite, as *Waffen SS*. Das SS surgiu um corpo especial de polícia (SD), dirigido por Heydrich, que vigiava a própria polícia do Reich. $\frac{3}{4}$ dos membros da polícia política da Alemanha nazista já haviam desempenhado funções policiais na República de Weimar, 5% vieram de outras instituições do Estado (só 20% dos novos policiais eram recrutas, em geral membros do NSDAP). *A coluna vertebral do Estado Nazista provinha da “república democrática”.*



Hitler discursando no Reichstag em 1940

A polícia foi reorganizada: a contra-espionagem (*Abwehr*) com Canaris, a segurança, a polícia criminal, e a polícia secreta do Estado (a Gestapo). Os campos de concentração nasceram e cresceram rapidamente: eram “só” 50 sob o comando das SA, mas passaram para cem nas mãos das SS, em 1939, com três campos célebres a partir de então: Dachau, Buchenwald e Sachsenhausen. Reúniam um milhão de detidos (inicialmente opositores políticos, mas logo também judeus, ciganos, homossexuais...) sob as ordens de *Kapos*. Fato capital: os campos forneciam uma enorme mão de obra quase gratuita para a grande indústria privada (Krupp, Mercedes Benz, Volkswagen, Thyssen): o trabalho de um homem custava 70 centavos por dia, e

produzia o equivalente a 6 marcos (a taxa média de lucro e a acumulação de capital cresceram geometricamente). A justiça perdeu toda autonomia, em parte substituída pelos “tribunais do povo”. O ministro da propaganda (Goebbels) controlava a imprensa, a edição de livros, o rádio, o cinema, setores que conheceram “depurações” em massa. Os “criadores” e jornalistas receberam instruções precisas: as bibliotecas sofreram razzias (20 mil volumes foram queimados só a 10 de maio de 1933). Na educação houve também um expurgo dantesco: baseada no racismo, foi feita a revisão de manuais e textos escolares, e o enquadramento de estudantes e professores em corporações. As organizações juvenis nazistas (para espanto das igrejas) passaram a enquadrar crianças a partir de oito anos de idade, ao tempo que a lei passou a autorizar a esterilização de certos indivíduos ou grupos “defeituosos”.

Os bens dos sindicatos passaram para a “Frente de Trabalho”, dirigida por Robert Ley: a filiação à “Frente” era obrigatória para as organizações sindicais. Em janeiro de 1934 decretou-se a “lei de organização de trabalho”: a “Frente” se dividiu em 22 grupos, os sindicatos deviam ser o instrumento da política social do regime; nos locais de trabalho deviam-se eleger delegados a partir de uma listagem apresentada pela direção. As greves foram proibidas: os “tribunais do trabalho” passaram a aplicar sanções, organizou-se o “Serviço de Trabalho”, de um ano, para ambos os sexos. O lazer também foi organizado, através da KDF (a “Força pela Alegria”...).

Em 1935 foram promulgadas as “Leis de Nüremberg”, que despiram os judeus dos seus direitos civis, o começo da exclusão final dos judeus da vida econômica. Começou o capítulo de “arianização”, em que milhares e milhares de pessoas, proprietárias de grandes negócios até os menores empreendimentos individuais, precipitaram-se sobre a propriedade judaica, adquirindo para si mesmos qualquer coisa que fosse possível pelo preço mais baixo e, por vezes, por nada. A extorsão e o simples roubo eram a ordem do dia. Os judeus foram excluídos da função pública e de uma longa lista de profissões liberais.



Hitlerjügend, Berlim, 1937

O homem do grande capital, Hjalmar Schacht, foi nomeado novamente ministro de finanças (1934-1937: uma década antes tinha sido o responsável econômico da República de Weimar), depois ministro sem carteira até 1943. Ele financiou a retomada da produção com o bloqueio dos capitais estrangeiros, a “substituição de importações”, e uma política de crédito a curto prazo. Desenvolveu-se também uma política de grandes trabalhos públicos, que absorveu em grande medida o desemprego. Os salários, porém, foram bloqueados. A concentração do capital foi amplamente favorecida, com o Estado assumindo os pouco rentáveis setores de base, sobretudo para a indústria armamentista: aço, metalúrgicas (as *Hermann Göring Werke*). Brecou-se também o êxodo rural com incentivos à produção agrária, assim como restabelecendo as multas e os castigos corporais no campo, o salário em espécie, e o fornecimento de mão de obra (Serviço do Trabalho).

A produção se restabeleceu rapidamente, passando de um índice 100 em 1932, para 225 em 1939 (uma duplicação em menos de sete anos), com uma inflação controlada. Para controlá-la recorreu-se à demanda garantida da produção crescente de armamentos. Os monopólios se fortaleceram: os lucros cresceram 250%, embora os preços só aumentassem em 25%. Os salários reais chegaram a cair: a juventude, não mais desempregada, era submetida ao trabalho obrigatório. Do programa “anticapitalista” original só sobraram a expropriação dos capitalistas... judeus (para favorecer outros capitalistas, “arianos”) e a nacionalização dos setores industriais deficitários, mas indispensáveis para o rearmamento da Alemanha.

A verdadeira causa do sucesso de Hitler, segundo Trotsky, não fora a força de sua ideologia, mas a falta de uma alternativa política: “Não há nenhuma razão para ver a causa desses fracassos [das Internacionais socialista e comunista] na potência da ideologia fascista. Mussolini jamais teve ideologia alguma e a ideologia de Hitler nunca foi tomada a sério pelos operários. As camadas da população que em um dado momento foram seduzidas pelo fascismo, isto é principalmente as classes médias, já tiveram tempo de se desiludir. O fato da pequena oposição existente se limitar aos meios clericais protestantes e católicos, não se explica pela potência das teorias semi-delirantes, semi-charlatanescas da ‘raça’ e do ‘sangue’, mas pela quebra estrepitosa das ideologias da democracia, da social-democracia e da *Komintern*”.⁵⁰

A consolidação internacional do nazismo manifestou-se em todas as áreas. Para continuar a fazer negócios na Alemanha após a ascensão de Hitler ao poder, os estúdios de Hollywood concordaram em não fazer filmes que atacassem os nazistas ou condenassem a perseguição aos judeus na Alemanha, uma “colaboração” que envolveu personagens que iam de Joseph Goebbels, chefe de propaganda do nazismo, até ícones de Hollywood, como o todo-poderoso Louis B. Mayer, diretor-fundador do estúdio Metro-Goldwyn-Mayer (MGM). Hitler tinha obsessão por filmes e reconhecia o poder desse veículo em moldar a opinião pública. Em dezembro de 1930, seu partido promovera manifestações de rua contra a projeção em Berlim do filme pacifista *Nada de Novo no Front*, baseado no romance antimilitarista de Erich Maria Remarque, vencedor do Prêmio Nobel de literatura. Todos os estúdios de Hollywood fizeram concessões ao governo alemão e negociaram diretamente com seus representantes o conteúdo de seus filmes.⁵¹ Nada disto foi posto em questão pelo “Comitê de Atividades Anti-americanas” de Joseph McCarthy no pós-guerra.

Os primeiros ocupantes dos campos de concentração nazistas foram milhares de quadros e militantes operários e de esquerda. Apesar da inegável coragem demonstrada, na clandestinidade, pelos poucos que escaparam à repressão, o essencial da vida política da

⁵⁰ Leon Trotsky. *Programa de Transição*. Porto Alegre, Combate Socialista, s.d.p.

⁵¹ Bem Urwand. *A Colaboração*. O pacto entre Hollywood e o nazismo. São Paulo, Leya, 2014.

esquerda alemã, a partir da ascensão de Hitler, desenvolveu-se no exílio. E em condições nada honrosas para as “democracias”. Na França, como vimos acima, a maioria dos exilados políticos antifascistas alemães, que acreditavam ter encontrado abrigo num país livre e amigo, com a aproximação da guerra foram internados em campos de concentração, onde se encontraram com os republicanos espanhóis que tinham fugido do franquismo.

Entre 1925 e 1945, 7,2 milhões de alemães se filiaram (mais ou menos voluntariamente ou forçadamente) ao partido nazista (o NSDAP), mais de 10% de sua população anterior à guerra, do que caberia descontar as crianças e os muito velhos, o que faria mais do que duplicar o percentual indicado. Em 1939, depois de derrotada toda resistência interna, e depois das concessões feitas à Alemanha pelas antigas potências em relação à sua política expansionista europeia, o regime nazista estava pronto para dar um novo salto em suas pretensões continentais e mundiais. Para isso, faltava-lhe só neutralizar, ainda que fosse momentaneamente, o seu principal potencial adversário a Leste, a União Soviética.

4. A GUERRA E O STALINISMO

A URSS, sob o governo de Stalin, virou um país industrial, com uma forte indústria pesada, mas também com uma indústria de bens de consumo atrasada. Entre 1928 e 1932, o número de operários industriais duplicou (de 11,5 milhões para quase 23 milhões). Enquanto nos EUA, mergulhados na depressão econômica da década de 1930, a indústria experimentava um retrocesso de 25%, na URSS o primeiro Plano Quinquenal (1929-1934) fixou um objetivo de crescimento industrial de 250%, e chegou perto disso. A coletivização forçada do campo, do seu lado, impôs um retrocesso da produção agrária (835 milhões de toneladas de cereias colhidas em 1930 – um índice já em retrocesso em relação aos anos precedentes -, apenas 700 milhões em 1931) que tornou os alimentos mais caros (inflação) e um forte retrocesso das condições econômicas de vida da população, em especial da classe operária. Leon Trotsky, banido do país pela ditadura stalinista, traçou uma prospectiva do futuro, baseada na contradição fundamental do regime soviético: “O prognóstico político tem um caráter de alternativa: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial no Estado Operário, destrói as novas formas de propriedade e lança o país no capitalismo; ou a classe operária esmaga a burocracia e abre uma via para o socialismo”.

O abalo brutal da URSS na década de 1930 era o resultado do processo de burocratização da URSS desenvolvido na década de 1920. O abandono da perspectiva da revolução internacional, substituída pela tese da “construção do socialismo num país só” defendida por Stalin-Bukhárin, não foi apenas um processo ideológico: esse processo teve uma base social e histórica no retrocesso e na burocratização do Estado emergente de revolução. Dois fatores foram claramente decisivos para que isso acontecesse: 1) O fracasso da revolução internacional, devido à integração histórica da social-democracia europeia à ordem vigente nos seus países, e à ordem internacional agora encabeçada pelos EUA, e também à inexperiência dos jovens núcleos revolucionários (apressadamente organizados na Internacional Comunista); 2) O esgotamento, desmoralização e até dizimação da classe operária russa, após sete anos de sacrifícios, guerra civil e intervenções estrangeiras. Em 1917, a classe operária russa contava com 3.000.000 de membros: em 1922 com 1.240.000. A burocracia surge historicamente, como camada dirigente, onde a luta pela existência individual ocupa um lugar dominante nas energias da sociedade. Sua função é aliviar os conflitos que esse luta origina, tirando privilégios dessa função. A burocracia tinha claramente como base de sua autoridade a ausência de artigos de consumo, e a luta de todos contra todos que resultava dessa ausência.

É contrário a qualquer análise histórica objetiva afirmar que a alienação dos trabalhadores e a burocracia foram produtos da opção “ideológica” pela indústria pesada, em vez da indústria leve de consumo: a burocratização da URSS e do partido comunista já estavam mais do que consumadas antes que se desse qualquer passo em direção à indústria pesada, o que só aconteceu na década de 1930. O socialismo nunca seria um fenômeno sem contradições que pairaria acima da história: todo Estado surgido de uma revolução teria uma dupla natureza: socialista na medida em que defendesse a propriedade coletiva dos meios de produção, burguesa na medida em que a distribuição se operaria, ao menos inicialmente, de acordo com normas capitalistas (“de cada qual segundo seu trabalho”). A fisionomia definitiva do Estado se definiria pela relação oscilante entre essas duas tendências. Historicamente, o stalinismo expressou a vitória da segunda sobre a primeira, vitória baseada na expropriação política dos trabalhadores e suas organizações em favor de uma burocracia privilegiada. Dizer que a contrarrevolução stalinista estava inscrita no *Que Fazer?*, os “Processos de Moscou” na interdição das frações no interior do partido, etc., é ignorar os fatores histórico que contribuíram para o isolamento da URSS: a intervenção estrangeira contra a jovem república soviética, a aliança da social-democracia alemã

com o Estado-Maior do exército, o próprio sistema capitalista mundial responsável pela guerra mundial e pelo atraso e contradição da sociedade russa. A burocracia stalinista surgiu da penúria interna da URSS contra o pano de fundo do fracasso da revolução internacional. Ela se apossou do poder através de um verdadeiro golpe de Estado, à margem e contra a legalidade do partido bolchevique e da república soviética.

O historiador tcheco Michal Reiman constatou um aparente paradoxo: “As camadas governantes dos estados industriais, que apenas meio ano antes se negaram a favorecer uma eventual vitória da orientação moderada na URSS [refere-se à ‘Oposição de Direita’ de Bukhárin-Rykov-Tomski], se mostraram dispostas -ironias do destino- a financiar o despotismo de Stálin. Os órgãos do planejamento puderam contar com relações econômicas internacionais de maior amplitude”.⁵² Nas condições criadas pela crise de 1929, importava mais para o *establishment* do capital internacional a consolidação de uma orientação conservadora da URSS no plano internacional, do que uma imediata restauração capitalista, ao preço de uma guerra externa e de uma guerra civil na URSS, que poderia desestabilizar o precário cenário internacional. Por outro lado, todas as medidas ditas “progressistas” adotadas pela burocracia como a expropriação da propriedade privada agrária e a centralização das forças produtivas através do planejamento econômico, foram realizadas em defesa do poder e dos privilégios da burocracia, o que significa que portavam o germe da sua própria dissolução.

O primeiro Plano Quinquenal traçou objetivos mirabolantes: duplicar a produção de ferro, quintuplicar a de eletricidade, elevar a produção industrial total em 250%. Nenhum país tinha crescido antes nesse ritmo. Os enormes custos do plano seriam financiados pela inflação, a queda do salário real, o saque do campesinato, e também pela diferenciação salarial em nome da “emulação socialista” (movimento stakhanovista) e a severidade na disciplina do trabalho. Para os bolcheviques da geração revolucionária, ao contrário, a primeira etapa do desenvolvimento deveria ser lenta, para que aquele fosse equilibrado e harmonioso, a fim de assimilar de um modo mais rico e racional o que a técnica e a cultura históricas haviam criado de melhor até o momento. Isso permitiria que numa etapa futura houvesse um desenvolvimento vertiginoso. Ao invés disso, o desenvolvimento econômico soviético foi um processo de crises, que se acentuaram pela crescente diferenciação funcional e social. Paralelamente, iniciou-se a convergência profunda da URSS com as grandes potências na “preservação da ordem mundial”: em 1933, a URSS foi admitida como membro pleno da Sociedade das Nações (SDN).

O resultado duradouro da “superindustrialização soviética” foi a burocratização do aparelho produtivo: empresas gigantes de dois tipos, combinados e *trusts* (em 1940, 640 *trusts* geriam 573.000 estabelecimentos), com cada ramo industrial sendo controlado por um ministério especial, perfazendo 52 ministérios industriais no total. O comércio controlado pelo Estado passou de 13% das lojas (1929) para 75% (1937). O lado negativo desta centralização verificou-se ao se tornar evidente que a burocracia carecia não só de meios de controle democrático sobre ela, mas também *dentro dela*. A expropriação do campesinato “abastado” foi realizada de maneira tão brutal e burocrática, que a ruptura foi paga por uma burocratização na economia e nas relações agrárias equivalente àquela existente na indústria: “Após dois anos de coletivização existiam os *kolkhozes* (fazendas coletivas), mas não existiam os *kolkhozianos*. Nessas condições era inevitável que o Comitê Central se orientasse para uma interpretação cada vez mais autoritária da palavra de ordem do 'reforçamento econômico-organizativo dos *kolkhozes*'... A coletivização desembocara numa estrada tal que seu curso futuro seria decidido quase que exclusivamente pelas iniciativas adotadas pelo grupo dirigente do partido, e não pela evolução

⁵² Michal Reiman. *El Nacimiento del Estalinismo*. Barcelona, Grijalbo, 1982.

real do mundo kolkhoziano. Na contraditória fórmula de 'revolução pelo alto', o significado do adjetivo ampliara-se irremediavelmente, até o ponto de esmagar e eliminar o do substantivo".⁵³

A industrialização e coletivização forçadas impuseram um férreo controle social pela burocracia, já "stalinista", e a eliminação de qualquer resquício de vida política além das fronteiras dos círculos dirigentes do país. As principais consequências desses fenômenos foram o rápido ritmo da urbanização, o crescimento da burocracia estatal e partidária, a diferenciação salarial em nome da "emulação socialista", a severidade da disciplina do trabalho, que descaracterizaram totalmente o regime como "socialista", no significado histórico adquirido por esse termo. No plano internacional, a política ultra-esquerdista do stalinismo, reflexo do temor burocrático de um ataque externo à URSS pelas potências capitalistas, começou com a fracassada insurreição de Cantão, na China, em 1927. Depois, a política do KPD (partido comunista) alemão (denúncia do "social-fascismo", ou seja, negativa à Frente Única dos partidos operários contra o fascismo) foi levada adiante em todos os países: criaram-se "sindicatos vermelhos", que organizavam só os setores diretamente influenciados pelos partidos comunistas, anunciou-se o "afundamento iminente do capitalismo", impulsionou-se o aventureirismo em todas as suas formas. O balanço foi dramático: as organizações de massas controladas pelos partidos comunistas afundaram (CGTU na França, TUUL nos EUA, NMM na Inglaterra). Nos países balcânicos, os jovens partidos comunistas foram quase exterminados. Na Europa ocidental, eles viraram uma espécie de seita: assim foi na Bélgica, na Inglaterra, na Espanha (onde diversas outras organizações comunistas eram mais fortes que o PC), na França (onde o PCF tinha 25 mil membros em 1933, um quarto do seu efetivo na segunda metade da década de 1920).

Nos países "periféricos", o nacionalismo e os movimentos democratizantes (por exemplo, o APRA peruano ou a UCR argentina) também foram qualificados de "fascistas", o que levou os partidos comunistas "coloniais" ao isolamento e ao enfraquecimento. A Internacional Comunista ficou reduzida a 600 mil membros, excluído o PCUS: os seus partidos viraram "monolíticos", como Stalin pretendia, com dirigentes "incondicionais", que aceitavam tudo o que vinha "de cima", inclusive as explicações mais inacreditáveis para as derrotas. "Monolíticos" e incapazes de intervir, no conjunto, na crise do capitalismo na década de 1930: os dirigentes da URSS temiam movimentos revolucionários no exterior, que poderiam desestabilizá-los. As correntes "de esquerda" que surgiram na social-democracia ocidental e no nacionalismo "periférico" não receberam, por isso, quase nenhuma influência dos partidos comunistas (em que pesem os congressos mundiais "antiimperialistas", como o celebrado em Frankfurt sob a presidência de Willi Münzenberg, ou os congressos internacionais "contra o fascismo").

Em contrapartida, o capitalismo mundial em crise parecia ter renunciado momentaneamente a intervir diretamente contra a URSS (intervenção que tinha se desenhado depois da ruptura diplomática anglo-russa de 1927) pelo menos até a consolidação da Alemanha nazista. Trotsky, desde 1933, qualificou Hitler de "super-Wrangel" (do nome do general russo, chefe do campo "branco" da guerra civil de 1918-1921) e de "ponta-de-lança do imperialismo mundial": os dirigentes stalinistas qualificaram então Trotsky de "socialfascista", "belicista", visivelmente preocupados em buscar um status quo com o "novo regime" da Alemanha. Ao mesmo tempo, uma série de "revoluções de palácio", fracassadas, indicavam a ainda frágil posição de Stalin na URSS: em 1931, o "caso" de Syrtsov e Lominadzé, acusados de formar um "bloco anti-partido" (os dois dirigentes acusavam à direção do partido de "tratar operários e camponeses à maneira dos *barines*": foram excluídos do CC); em 1932, o "affaire Riutin", do nome do dirigente que apregoou

⁵³ Fabio Bettanin. *A Coletivização da Terra na URSS*. Stalin e a "revolução do alto" (1929-1933). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

a descoletivização agrária forçada, a reintegração dos excluídos do partido, e a destituição de Stalin (descoberto, Riutin foi excluído do partido, assim como Zinoviev e Kamenev; houve também numerosas detenções, mas o Politburô do PCUS recusou a solicitação de executar Riutin, como Stalin queria); em 1933, o mal conhecido “affaire Smirnov”. Os expurgos de intelectuais atingiram grandes proporções; a mulher de Stalin (Nadezja Allelluieva, filha de seu melhor amigo) se suicidou...

A resistência à brutalidade de Stalin no próprio Comitê Central do PCUS fez crescer a figura de Sergo Kirov, que fazia o papel de “conciliador”: os choques no aparelho do partido e do Estado evidenciavam que a própria burocracia tomava consciência e temia o “espírito opositor” reinante em amplas camadas da população. Isto era particularmente visível na juventude, que repudiava o *stakhanovismo* que, em nome da “emulação”, resultava numa espécie de sistema de trabalho por peças, ou por mínimos de produção. Mas os burocratas opositores a Stalin também temiam derrubá-lo: uma parte deles seguramente pensava que, fazendo-o, abririam o caminho para a direita e a contrarrevolução. O XVII Congresso do PCUS, no início de 1934, consagrou o estado de espírito majoritário: aceitou uma autocrítica relativamente “digna” dos ex-opositores (Zinoviev, Bukhárin, Lominadzé), outorgou um estatuto jurídico aos kolkhozianos, anistiou os *kulaki* (camponeses “abastados”) perseguidos, a GPU foi reorganizada (transformou-se em NVKD) sob o controle de um “comissariado (ministério) do interior”. No entanto, tratava-se da calma que precedia à tempestade, isto é, ao grande conflito, que já se desenhava no próprio Congresso: os secretários regionais pediram a Kirov candidatar-se ao posto de secretário-geral (Kirov recusou); 270 delegados votaram contra Stalin, eleito ao CC em último lugar; segundo Roy Medvedev, se agrupavam em torno de Kirov, aqueles que pensavam que era necessário executar o testamento de Lenin (ou seja, tirar Stalin do secretariado geral e dos postos dirigentes): teria havido, durante o Congresso, uma reunião dos secretários regionais do PCUS dedicada à questão da substituição de Stalin: um grupo deles, que incluía Anastas Mikoyan, o georgiano Ordjonikidzé, Petrovsky, Orachenlanchvili, foi encarregado de pressionar Kirov para que se candidatasse ao posto de secretário-geral. Pela primeira, e única, vez na “era staliniana”, formou-se um semiconsenso acerca da readmissão dos opositores a Stalin no partido, com exceção de Trotsky e os trotskistas, assim como de Ivar Smirnov e seus amigos do “bloco das oposições”.

É à luz dessa situação que se deve apreciar o assassinato de Kirov, em dezembro de 1934, e os próprios “Processos de Moscou”, onde Trotsky foi o principal acusado *in absentia*. Stalin, no meio das dificuldades do Congresso do PCUS de 1934, conseguiu no entanto fazer nomear seus “homens” (Kaganovitch, Ekhev e o jovem Malenkov) em postos-chave. Kirov fora claramente designado como “número 2”, promovido a “secretário do partido”: esse foi o “compromisso” de 1934. Onze meses depois, a 1ª de dezembro de 1934, Kirov foi assassinado por um jovem comunista, Nikolaiev. Deflagrou-se então uma repressão em massa, rápida e espetacular, com leis de exceção, milhares de deportados na Sibéria (remetidos nos chamados “trens de Kirov”), todos “suspeitos” de complô para assassinar... Kirov: Nikolaiev, julgado a portas fechadas, foi executado. A repressão em massa acabou com a “sociedade dos velhos bolcheviques”. Os trotskistas passam a ser chamados de “assassinos”.

Trotsky indicou, na época, que o assassinato de Kirov fora “facilitado”, se não organizado, pela NVKD. Ele foi o pretexto para os “Processos” em que foi liquidada toda a velha guarda bolchevique. Mas paralelamente aos processos públicos (que foram apenas a ponta do iceberg) aconteceram processos “a portas fechadas”, sem dúvida devido à impossibilidade de extorquir confissões dos acusados: em junho de 1937, a condenação e execução da cúpula do Exército Vermelho, como veremos mais adiante, e de seus chefes, o marechal Tukhachevsky e o general Piotr Iakir; em julho de 1937, o processo, condenação e execução dos dirigentes do Partido

Comunista da Geórgia (Mdivani e Okudjava); em dezembro de 1937, a continuação do anterior, com a condenação e execução de Enukidzé. Com os fuzilamentos em massa de opositoristas de esquerda na Sibéria, em 1938, a *ekhovtchina* (do nome do chefe da NVKD, Ekhov) stalinista estava completa. Com o massacre da década de 1930, Stalin superou a crise política precedente.

No expurgo, além dos remanescentes da velha guarda bolchevique, foram eliminados 98 dos 117 membros do Comitê Central eleito em 1934, 1108 dos 1966 delegados ao XVII Congresso, quatro membros do Birô Político, três dos cinco membros do Birô de Organização, segundo informou o “Relatório Secreto” de Nikita Krushev ao XX Congresso do PCUS, em 1956. Ironicamente, os chefes do Exército Vermelho, que criticavam Stalin pela escassa preparação da URSS frente a uma inevitável guerra com a Alemanha nazista, foram condenados como espões alemães, em uma falsificação de documentos da qual participaram os próprios nazistas. Os mecanismos da falsificação foram postos à luz por Leopold Trepper, chefe da *Orquestra Vermelha* soviética no ocidente que fora detido durante a guerra pela Gestapo. Seu captor, Hermann Göering, contou-lhe como havia forjado a falsa acusação com Heydrich, comandante das SS. Para isso, contaram com o apoio de um ex-general russo branco, Skoblin (quem, na época, trabalhava para a GPU-NVKD) quem fez a denúncia de que Tukhachevsky preparava um complô. Rapidamente forjaram provas falsas e fizeram com que o material chegasse a Stalin, através do governo da Frente Popular tcheca, presidido por Edvard Beneš, que mantinha boas relações com Moscou.

Sublinhar o caráter contrarrevolucionário e genocida do segundo conflito mundial e dos preparativos que levaram ao mesmo, não significa justificar a política stalinista para manter afastada a URSS da guerra, mas apontar para o seu caráter ilusório e contrarrevolucionário, que acabou custando milhões de mortos à União Soviética (o preço mais alto pago por qualquer um dos beligerantes). Do pacto Laval-Stalin em 1935, que desarmou o proletariado francês para lutar contra o militarismo imperialista galo, até o pacto União Soviética-Japão de 1941 (nas vésperas da invasão da URSS pelo exército nazista), passando pelo pacto Hitler-Stalin, de 23 de agosto de 1939 (que deu o sinal verde para a invasão da Polônia pela Alemanha), a política externa da União Soviética foi o complemento da política que, no plano interno, levou, nos “Processos de Moscou” de 1936-1938, à aniquilação do que restava da “velha guarda” bolchevique e, em 1937, à decapitação do Exército Vermelho. À qual cabe acrescentar a liquidação dos agentes de Stalin na guerra civil espanhola (tais como o velho bolchevique Antonov-Ovssenko, que havia comandado em 1917 a tomada do Palácio de Inverno do Czar, em São Petersburgo) quando do seu retorno à URSS, de modo a impedir o questionamento de sua política espanhola. Na repressão contra os revolucionários no campo republicano, foi treinado o comando que, sob direção de Leonid Eitingon (general da NVKD) e de Pável Sudoplátov, foi encarregado do assassinato de Leon Trotsky, no México, em 1940.

Os processos judiciais sobre o Exército Vermelho se abateram não só na sua cúpula, mas até nos comandos médios. Foram, como já dito, promovidos a partir de falsas acusações fabricadas pelos serviços secretos nazistas. Uma vez realizados os expurgos Hitler teria proclamado “*neutralizamos a Rússia por dez anos*”, o que lhe permitiu preparar a conquista da Checoslováquia e a guerra na frente ocidental. O expurgo militar colheu à URSS de surpresa, tanto quanto o expurgo político.⁵⁴ A decapitação do Exército Vermelho teve importância imediata para os destinos da URSS.

⁵⁴ O massacre paralelo aos “Processos de Moscou” abrangeu todos os antigos opositores a Stalin e suas famílias, 90% dos quadros superiores do Exército Vermelho, todos os dirigentes da polícia política antes de Ekhov, a maioria dos comunistas estrangeiros refugiados na URSS (no total, houve de quatro a cinco milhões de detenções, um soviético para cada 17 foi detido, um para cada 85, executado). No meio do terror, floresceram os oportunismos e as vinganças pessoais através da “deduração”. Um clima de delação geral instalou-se na

Em junho de 1937, Tukhachevsky, vice-ministro de Defesa, submetido a julgamento secreto, foi executado quarenta e oito horas mais tarde, junto a outros sete generais que constituíam a flor e a nata do Exército. Poucos dias antes, o general Gamalrik, comissário geral do Exército, tinha se “suicidado”. Os generais foram acusados de espionagem em favor da Alemanha nazista e de preparar um complô junto a Hitler para favorecer uma derrota soviética. Os acusados eram todos heróis da guerra civil: Iakir, comandante de Leningrado, Uborevich comandante do distrito ocidental, Kork comandante da Academia Militar, e o chefe da cavalaria Primakov.

O marechal stalinista Vorochilov, ministro da Defesa, acusou-os de serem coniventes com Trotsky. “O Exército Vermelho foi decapitado”, declarou Trotsky, ao inteirar-se das execuções: eram oficiais formados com ele durante as guerras civis, os melhores quadros militares, os mais populares e capazes. O processo dos generais foi, contudo, só a parte visível de um expurgo desintegrador das Forças Armadas. Em agosto de 1937, segundo Leopold Trepper (criador e chefe da rede de espionagem soviética durante a Segunda Guerra Mundial, a *Orquestra Vermelha*), “Stalin reuniu os dirigentes políticos do Exército para preparar a depuração dos ‘inimigos do povo’ que poderiam existir nos meios militares. Aquele foi o sinal para iniciar a matança: treze dos 19 comandantes do Exército, 110 de seus 130 comandantes de divisão e de brigada, a metade dos comandantes de regimento, e a maior parte dos comissários políticos, foram executados. O Exército Vermelho, assim desintegrado, ficou fora de combate por alguns anos”. Foram mais de 35 mil os oficiais assassinados.

A provável causa dessa “limpeza secreta” foi que, no quadro criado pelos processos públicos, o choque entre Stalin (e a GPU-NVKD) e o Exército Vermelho, era inevitável. Em 1937, os comandos do Exército Vermelho estavam formados por quadros surgidos durante a guerra civil, a maioria sob o comando de Trotsky. Mesmo não tendo sido opositoristas, e tendo se adaptado ao crescente controle stalinista, a crise permanecia latente. Os chefes do Exército tinham autonomia, e não deviam seus cargos a Stalin. A popularidade deles era grande, em particular a de Tukhachevsky, reconhecido como o modernizador que havia colocado o Exército Vermelho em um alto nível técnico e estratégico (mecanização, paraquedismo, etc.). Tukhachevsky e os comandos do Exército Vermelho viam com inquietude a evolução da Alemanha nazista e consideravam inevitável um conflito militar com ela. Mesmo que Tukhachevsky e Kirov não fossem líderes políticos comparáveis a Trotsky e Zinoviev, a autoridade de um sobre o Exército, e de outro sobre a própria burocracia, transformava-os em rivais potenciais perigosos para o georgiano.

A 1º de maio de 1937, o marechal Tukhachevsky estava ao lado de Stalin, no mausoléu de Lenin, na Praça Vermelha, passando em revista os manifestantes. No dia 12 de junho, a execução de Tukhachevsky e de outros conhecidos oficiais e generais foi secamente anunciada. A sentença de morte de Tukhachevsky tinha sido assinada pelos outros quatro marechais do Exército Vermelho:

sociedade “soviética”, chegando-se a registrar casos (divulgados publicamente como exemplos a serem seguidos) de delação dos pais pelos filhos. Paralelamente, a tendência para a destruição das conquistas sociais de outubro 1917 verificou-se em medidas como o fim do direito ao aborto e ao ensino superior gratuito. Em todos os processos, as acusações lidas pelo procurador pareciam o produto de uma imaginação delirante e doentia: a investigação teria provado “que, desde 1932 até 1936, se havia organizado em Moscou um centro unificado trotskista-zinovievista, com o propósito de perpetrar toda uma série de atos terroristas contra os chefes do PCUS e o governo soviético, com vistas à tomada do poder. Que o centro unificado trotskista-zinovievista havia organizado muitos grupos terroristas e adotado um certo número de medidas para proceder ao assassinato dos camaradas Stalin, Vorochilov, Jdanov, Kaganovitch, Kirov, Kossior, Ordjonikidzé e Postychev (...) Que um dos grupos terroristas, sob as ordens diretas de Zinoviev e Leon Trotsky, e sob a direção imediata do acusado Bakaiev, havia perpetrado no 1º de dezembro de 1934 o assassinato do camarada S. M. Kirov”.

Vorochilov, Budienny, Blucher e Yegorov. Os dois últimos, logo depois foram também arrastados pela sangrenta enxurrada do terror. Aquele era apenas o início do grande expurgo que dizimou a oficialidade do Exército Vermelho. Em questão de poucos meses e após uma farsa de sumaríssimo julgamento - quando este chegava a ser realizado - foram sucessivamente eliminados todos os generais que comandavam distritos militares, entre os quais conhecidos veteranos da guerra civil de 1918-1921, como Uborevich e Iakir, assim como todos os comandantes de corpos de Exército. Poucos generais de divisão escaparam do fuzilamento ou internação em campos de trabalho forçado na Sibéria, assim como mais da metade dos coronéis integrantes dos quadros de comandantes de regimento. No total, de um terço à metade dos 75 mil oficiais do Exército Vermelho desapareceu, entre fuzilados ou deportados para os campos de trabalho forçado controlados pela polícia secreta.

Quase todos os oficiais soviéticos enviados à Espanha durante a guerra civil espanhola - Berzin, Berov, Kulik, Stashevsky, Antonov-Ovseenko - foram executados logo após terem sido chamados de volta à União Soviética, depois de submetidos a julgamentos sumários, sem saber sequer do que eram acusados. Uns poucos - como Konstantin Rokossovski e Gorbатов - conseguiram sobreviver a brutais espancamentos, torturas e internação nos campos de trabalhos forçados da polícia política, para serem reabilitados, reintegrados ao exército e desempenhar papel de destaque nas operações da Segunda Guerra Mundial. Esses sobreviventes reabilitados, contudo, eram raríssimas exceções, como exceções foram também os casos de Timoshenko, que chegou a ser interrogado pela polícia secreta, e Ivan Bragamyán, que em 1941 era o chefe do Estado Maior de Jukov, então comandante do distrito militar de Kiev, e foi acusado de ter colaborado com o exército “branco” (em 1919!).

A “limpeza” também chegou à Internacional Comunista: direções inteiras de diversos partidos comunistas foram executadas. Relatou Trepper que, quando aluno da universidade para estrangeiros em Moscou, pereceram 90% dos militantes comunistas estrangeiros residentes em Moscou. Stalin assinava listas de condenação e execução que continham, às vezes, milhares de nomes. Foram “depurados” os PCs da Ucrânia e Bielorrússia, as Juventudes Comunistas (*Komsomol*). O sindicalista e delegado da Internacional Comunista na China, Lominadzé, se suicidou. Outros foram fuzilados a portas fechadas, irreduzíveis ou impresentáveis para um processo público: Préobrazhenski, Slepkov, Riutin, Smilga, o general Dimitri Schmidt, Gaven (ex-secretário de Trotsky), todo o comando político do Exército Vermelho (Antonov-Ovseenko, Bubnov, Gamarnik), a velha direção da IC residente em Moscou (Piatniski, Béla Kun, dezenas de comunistas alemães, o suíço Fritz Platten, companheiro e amigo pessoal de Lênin). Direções inteiras dos PCs estrangeiros foram convocadas a Moscou e executadas (entre outras, as dos PCs da Iugoslávia, excluído Tito, e da Polônia). A máquina de executar se precipitou também sobre juristas, historiadores, pedagogos, filósofos, físicos, matemáticos, biólogos, cientistas e artistas em geral: o diretor teatral Meyerhold foi executado após ser obrigado a beber a própria urina, foi fuzilado o romancista Isaak Babel (autor de *A Cavalaria Vermelha*), símbolo literário de 1917...

O expurgo do quadro de oficiais do Exército Vermelho prosseguiu até a invasão da União Soviética pelos alemães e seu preço foi pesadíssimo. Em 1940, mais de 10% dos generais de divisão, quase 70% dos comandantes de regimento e 60% de todos os comissários políticos eram oficiais recém-promovidos, sem qualquer experiência para o exercício de suas novas funções. Um levantamento efetuado nesse mesmo ano demonstrou que 225 coronéis comandantes de regimento tinham sido promovidos sem cursos de estado-maior. Deles, somente 25 tinham completado curso regular de formação em academias militares. Concluído o expurgo, constatou-se que somente 7% dos oficiais do Exército Vermelho haviam feito cursos de preparação superior, ao passo que 37% jamais haviam frequentado um centro de preparação para oficiais de carreira. Finalmente, entre

1939 (com a execução em Moscou de numerosos velhos bolcheviques - Kogan, Nicolaiev e Novikov, entre eles – e setembro de 1941, quando Stalin ordenou a execução de 170 detidos, entre os quais Christian Rakovsky, Olga Kameneva (irmã de Trotsky e esposa de Lev Kamenev), V. D. Kasparova, completou-se (incluindo o assassinato de Trotsky no México) a exterminação física dos remanescentes da velha guarda bolchevique.⁵⁵ O expurgo militar não foi mais longe devido ao simples instinto de auto-preservação burocrático: “O desmoronamento da França (em 1940) preconizava a invasão da União Soviética. (Stalin) sabe-o muito bem. Assustado com a juventude de um corpo de oficiais em formação, Stalin reintegrou nos seus postos onze mil oficiais superiores e generais destituídos, aprisionados ou deportados. Mas a maior parte dos recuperados, desgastados pela detenção, os interrogatórios impiedosos, as confissões absurdas arrancadas a ferro, a prisão o o Gulag, já não estavam em condições de comandar. Stalin deduziu que não podia aborrecer Hitler. Até o último dia a URSS executou, pontualmente, as cláusulas do acordo comercial assinado com a Alemanha e entregou todas as mercadorias previstas, necessárias à máquina de guerra alemã”.⁵⁶ O expurgo militar condicionou (complementou), portanto, a colaboração com o poder nazista.

No balanço final do período, quase todos os “revolucionários profissionais” da época pré-revolucionária e da guerra civil, a maioria dos companheiros de Lênin, foram assassinados. Seu lugar no partido foi ocupado por homens que nele ingressaram já no período stalinista: foi o início da “carreira” dos Brezhnev, Kossyguin, Gromyko, que se uniram aos “homens de Stalin” (Beria, Malenkov, Postrebychev). O “culto à personalidade” de Stalin desenvolveu-se contra o pano de fundo da destruição de boa parte das conquistas sociais da revolução e o reforço sem precedentes da disciplina do trabalho. Trotsky concluiu que, embora baseados em regimes sociais diversos e opostos, nazismo e stalinismo se complementavam simetricamente, pois ambos se desenvolveram no solo histórico da contrarrevolução mundial, na segunda metade da década de 1920 e na década de 1930.

Finalmente, em agosto de 1939, após o fracasso das negociações URSS/França-Inglaterra, Stalin celebrou um pacto com Hitler, declarando seu apoio político aberto ao regime contrarrevolucionário alemão: “Não se tratou apenas de um pacto de não-agressão, mas de uma delimitação de esferas de influência, de um acordo para dividir a Europa Oriental. Stalin reconhecia que a guerra entre Alemanha e o Ocidente era inevitável”.⁵⁷ O Pacto Hitler- Stalin (ou Pacto Molotov-Ribbentrop, do nome dos chanceleres russo e alemão que o assinaram) não foi, por outro lado, apenas político: as importações soviéticas na Alemanha passaram (no biênio de vigência do pacto, 1939-1940) de 56,4 para 419,1 (milhões de rublos), e as exportações de 61,6 para 736,5.⁵⁸ Trotsky, no mesmo momento, denunciava a ilusão de uma neutralização duradoura da Alemanha mediante o pacto, afirmando a inevitabilidade da agressão da URSS pelo nazismo hitleriano.⁵⁹ Logo depois do Acordo de Munique entre as potências “democráticas” e as “totalitárias”, Trotsky tinha publicado um artigo, em 7 de outubro de 1938, titulado “Após Munique, Stalin procurará um acordo com Hitler”. Um ano depois, diante do pacto do Kremlin com a ditadura nazista, apontou: “Teria Hitler enganado a confiança ingênua de Stalin? Mas se assim fosse, Stalin teria podido reparar imediatamente o seu erro. Na realidade, o *Soviet Supremo*

⁵⁵ Pierre Broué. *Comunistas contra Stalin*. Masacre de una generación. Málaga, SEPHA, 2008.

⁵⁶ Jean-Jacques Marie. *Stalin*. São Paulo, Babel, 2011, p. 545.

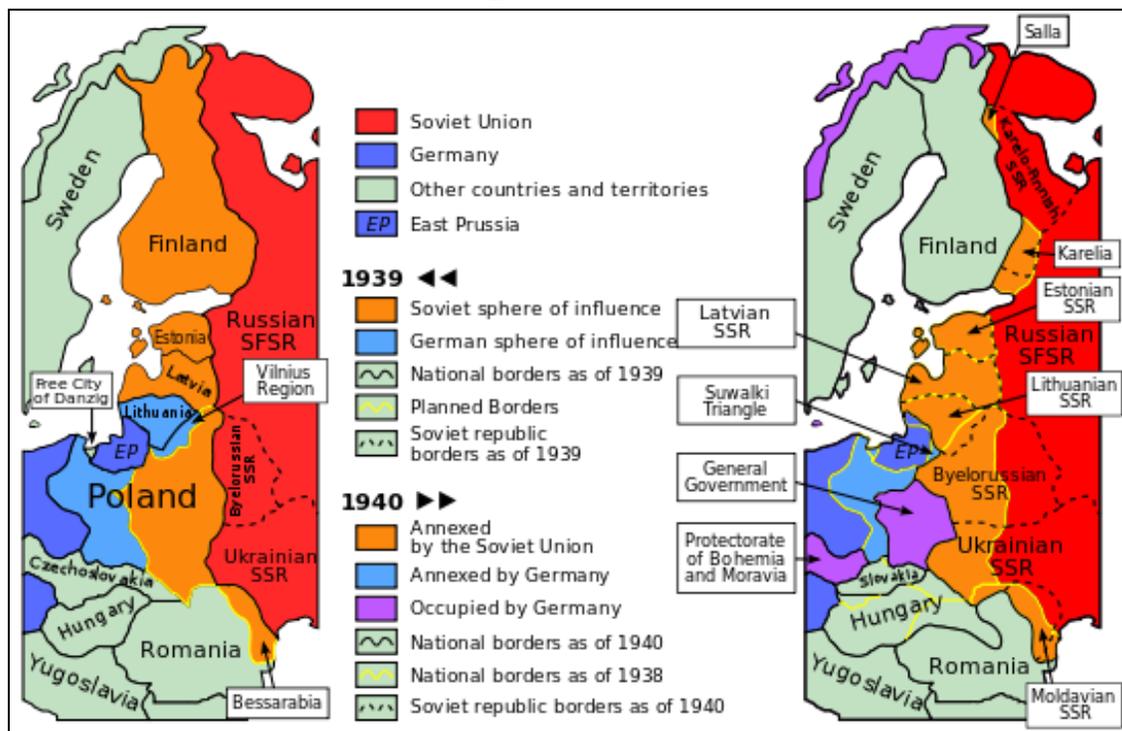
⁵⁷ J. P. Nettl. *Bilan de l'URSS 1917-1967*. Paris, Seuil, 1967, p. 162.

⁵⁸ Alec Nove. *Historia Económica de la Unión Soviética*. Madri, Alianza, 1973.

⁵⁹ Em julho de 1941, quando concretizada a invasão da URSS pela Alemanha, os trotskistas sobreviventes nos campos de trabalho siberianos se ofereceram para combater na primeira linha do front contra a invasão nazista.

ratificou o pacto no mesmo momento em que o exército alemão transpunha a fronteira polaca. Stalin sabia bem o que fazia. Para atacar a Polônia e levar à guerra contra a Inglaterra e a França, Hitler tem necessidade da neutralidade benevolente da União Soviética e também das matérias primas soviéticas. Os tratados políticos e comerciais asseguram ambas as coisas a Hitler”.⁶⁰

Divisão planejada de Europa Oriental de acordo com o pacto Hitler-Stalin (Molotov-Ribbentrop) e mudanças de fato 1939-1940



O cenário internacional mudou completamente: “O governo de Stalin, que a princípio estava unido com a França e tinha a esperança de entrar em uma aliança defensiva com o Ocidente contra a Alemanha e em favor *do status quo* europeu, acabou assinando com a Alemanha de Hitler o pacto que lhe permitiu iniciar a Segunda Guerra Mundial sem se arriscar a uma guerra em duas frentes. A ‘defesa da URSS’ exigia a busca de aliados nos países capitalistas: os partidos comunistas de cada país subordinaram toda sua ação a este imperativo e abandonaram qualquer política de classe baseada na análise das relações sociais para servir exclusivamente como pontos de apoio à diplomacia russa. Deixam de fato de situar-se no terreno da luta de classes, justificando as previsões de Trotsky em relação às implicações da teoria do ‘socialismo em um só país’”.⁶¹

A consciência do caráter contrarrevolucionário da guerra estava em ambos os lados potencialmente enfrentados. No início da Segunda Guerra Mundial, o jornal francês *Le Temps* relatava que, no último encontro que o embaixador francês Coulondre tivera com Hitler para evitar a invasão da França, apelou para um argumento desesperado (o único com o qual Hitler concordou, segundo relato das próprias memórias de Coulondre):⁶² o de que o maior perigo de uma nova guerra mundial estava na possibilidade dela sair vitorioso “*monsieur Trotsky*”. Ou seja,

⁶⁰ Leon Trotsky. *The German-Soviet Pact. Socialist Appeal*, Nova York, 4 de setembro de 1939.

⁶¹ Pierre Broué. *O Partido Bolchevique*. São Paulo, Sundermann, 2014, p. 335.

⁶² Robert Coulondre. *De Staline a Hitler. Souvenirs de deux ambassades 1936-39*. Paris, Hachette, 1950.

que agissem novamente os mecanismos políticos que, no fim da Primeira Guerra Mundial, tinham possibilitado a Revolução de Outubro de 1917. Ai reside o significado da decisão tomada por Stalin, no quadro da vigência do pacto germano-soviético, de assassinar Trotsky. Segundo Pável Sudoplátov (dirigente do aparelho de segurança da URSS) durante um encontro da cúpula do KGB (polícia política da URSS) com Stalin na primavera de 1939, o líder se pronunciou de maneira clara: “A guerra se aproxima. O trotskismo tornou-se um cúmplice do fascismo. É preciso desferir um golpe contra a IV Internacional. Como? Decapitá-la”...⁶³ Depois de várias tentativas, um agente da KGB conseguiu assassinar Trotsky a 20 de agosto de 1940, quase exatamente um ano depois do pacto Hitler-Stalin, e provavelmente como seu produto político mais importante. No mesmo ano de 1940, Viacheslav Molotov - chanceler da URSS - proclamava ainda que “*é criminoso fazer passar esta guerra como uma luta pela destruição do hitlerismo, sob a falsa bandeira de uma batalha pela democracia*”.⁶⁴

O pacto Ribbentrop-Molotov (Hitler-Stalin) foi selado com o sangue dos comunistas alemães refugiados na União Soviética, que foram entregues à Gestapo pelas autoridades soviéticas.⁶⁵ Em troca do que? Em novembro de 1940, o chanceler soviético Molotov visitou Hitler em Berlim; este lhe propôs dividirem o Império Britânico através de um pacto entre quatro nações (Alemanha, Itália, Japão, URSS), comprometidas a respeitá-lo, concedendo à URSS o Golfo Pérsico e a costa do Mar de Arábia. Stalin respondeu exigindo, além do concedido, Finlândia, Romênia, Bulgária, e partes da Turquia, da Hungria e da Pérsia; a coisa não foi adiante: a partilha da Europa, ao contrário, foi cuidadosamente planejada, e em parte levada à prática. Embora o ponto de vista anticomunista do autor perpassasse cada parágrafo de sua obra, não está fora a realidade a afirmação de que “(Stalin) enxergava (no pacto) uma aliança de longo prazo na qual os dois ditadores dividiriam Europa, os Balcãs e até o Oriente Médio em esferas de influência, o que se comprova nos protocolos secretos do pacto quando este foi finalmente assinado, a 23 de agosto de 1939”.⁶⁶

Entre os comunistas ocidentais, embora os “casos de consciência” tenham sido numerosos, por vezes seguidos de demissão, como foi o do escritor francês Paul Nizan, o aparelho do partido se recompôs rapidamente. No jornal comunista *Le Soir*, Aragon qualificou o pacto de “vitória do socialismo”. Em *L’Humanité*, em seu número de 26 de agosto de 1939, o pacto era analisado como “uma nova e apreciável contribuição à salvaguarda da paz”. De fato, os acordos foram completados por um protocolo secreto que previa a partilha da Polônia entre as duas potências signatárias, e a carta branca dada à URSS para anexar os Estados bálticos, a Finlândia e a Bessarábia, na época província da Romênia. Estas cláusulas secretas foram reveladas desde o

⁶³ Pável Sudoplátov e Anatoli Sudoplátov. *Operaciones Especiales*. Barcelona, Plaza & Janés, 1994, p. 105.

⁶⁴ Paolo Spriano. O movimento comunista entre a guerra e a pós-guerra: 1938-1947. In: E. J. Hobsbawm. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. X, p. 149. Molotov foi ministro de Relações Exteriores da URSS nos períodos 1939-1949 e 1953-1956. A “bomba Molotov” (coquetel molotov) não foi inventada por ele: a denominação teve sua origem na guerra russo-finlandesa de 1940, quando Molotov comunicou por rádio à população da Finlândia que o exército russo não estava bombardeando o país, mas enviando alimentos. Sarcasticamente, os finlandeses chamaram às bombas russas «cestas de comida Molotov». O exército finlandês declarou que se Molotov punha a comida, ele “poria os coquetéis”, ou seja, as bombas incendiárias depois conhecidas por esse nome, que foram usadas contra as tropas soviéticas. Em 1957, Molotov foi afastado da direção do Partido Comunista da URSS em virtude da sua oposição à “destalinização” kruscheviana, e nomeado embaixador na Mongólia, cargo que exerceu até 1960; depois foi indicado para chefiar a representação da URSS na Organização Internacional de Energia Atômica sediada em Viena, cargo em que permaneceu até 1962, quando foi excluído do PCUS.

⁶⁵ Margarete Buber-Neumann. *Historia del Komintern*. La revolución mundial. Barcelona, Picazo, 1975.

⁶⁶ Paul W. Blackstock. *The Secret Road to World War II*. Chicago, Quadrangle Books, 1969, p. 335.

outono de 1939 por diplomatas e jornalistas, mas a sua existência foi negada pelos dirigentes comunistas, mesmo quando o texto foi publicado em 1946, quando do processo de Nüremberg.

A lenda de que o pacto foi uma “genial manobra” de Stalin para ganhar tempo com vistas ao inevitável confronto contra a Alemanha nazista (que não resiste à menor análise, em primeiro lugar à análise das perdas militares soviéticas nas primeiras semanas da invasão alemã) foi cunhada no pós-guerra para salvaguardar a responsabilidade, não só de Stalin, mas da burocracia soviética no seu conjunto. O “Relatório Krushev” de 1956 atacou só em parte essa lenda, justamente para preservar a responsabilidade burocrática. O Pacto foi, na verdade, uma “manobra” (genial ou não, *chi lo sa*, mas em qualquer hipótese reacionária) de Hitler, aproveitando o conservadorismo, a credence e as limitações intelectuais e políticas severas da burocracia do Kremlin e de seu mestre: “Desde que o ataque à Polônia era, da perspectiva de Berlim, o preliminar necessário para o ataque contra Inglaterra e França - a União Soviética viria depois -, um acordo com Moscou isolaria a Polônia, desencorajando ingleses e franceses para apoiar os arruinados e condenados poloneses ou, alternativamente, brecando um bloqueio aliado da Alemanha antes que ele fosse possível. Sob essas circunstâncias, Berlim acolheu as tentativas de aproximação feitas por Moscou e desenvolveu um acordo econômico e político com a URSS, ao mesmo tempo em que preparou a guerra contra a Polônia”.⁶⁷ Da qual resultou, exatamente, a Segunda Guerra Mundial, mesmo que Hitler, como afirma A. J. P. Taylor, não a tivesse exatamente desejado.

Um ano antes do Pacto Hitler-Stalin, Trotsky e seus partidários proclamaram finalmente, em um pequeno congresso celebrado nas proximidades de Paris, a IV Internacional, depois de fracassadas diversas tentativas de reagrupar na nova Internacional correntes ou frações significativas desprendidas dos aparelhos socialdemocrata e stalinista, que existiram, mas não se orientaram nesse sentido (inclusive depois de terem declarado que iriam fazê-lo, como foi o caso do SAP – partido socialista operário – da Alemanha, do qual participava o futuro premiê Willy Brandt). No seu programa de fundação, *A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da IV Internacional*, esboçava-se um balanço do período político imediatamente precedente, à luz de toda uma perspectiva histórica: “O proletariado espanhol fez, desde abril de 1931, uma série de tentativas heróicas para tomar o poder em suas mãos e a direção dos destinos da sociedade. Entretanto, seus próprios partidos (social-democrata, stalinista, anarquistas, POUM), cada qual à sua maneira, atuaram como freio e, assim, prepararam o triunfo de Franco. Na França, o poderosa onda de greves com ocupação de fábricas, particularmente em junho de 1936, mostrou com clareza que o proletariado estava completamente pronto para derrubar o sistema capitalista. Entretanto, as organizações dirigentes (socialistas, stalinistas e sindicalistas) conseguiram, sob a égide da Frente Popular, canalizar e deter, ao menos momentaneamente, a torrente revolucionária. A onda sem precedentes de greves com ocupação de fábricas e o crescimento prodigiosamente rápido dos sindicatos industriais (agrupados no CIO), nos EUA, são a expressão indiscutível da instintiva aspiração dos operários norte-americanos a se elevarem à altura das tarefas que a história lhes reservou. Porém, aqui também, as organizações dirigentes, inclusive o CIO, recentemente criada, fazem todo o possível para conter e paralisar a ofensiva revolucionária das massas.

“A passagem definitiva da Internacional Comunista para o lado da ordem burguesa e seu papel cinicamente contrarrevolucionário no mundo inteiro, particularmente na Espanha, na França, nos Estados Unidos e nos outros países “democráticos”, criaram extraordinárias dificuldades suplementares para o proletariado mundial. Sob o signo da Revolução de Outubro, a política conciliadora das “Frentes Populares” vota a classe operária à impotência e abre o caminho ao

⁶⁷ Gerhard L. Weinberg. *A Global History of World War II*. Nova York, Cambridge University Press, 1993, p. 33.

fascismo. As *"Frentes Populares"* de um lado e o fascismo de outro, são os últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária. No entanto, do ponto de vista histórico, estes dois recursos são apenas ficções. A putrefação do capitalismo continua, tanto sob o signo do barrete frígio na França como sob o signo da suástica na Alemanha. Somente a derrubada da burguesia pode oferecer uma saída. A orientação das massas está determinada, de um lado, pelas condições objetivas do capitalismo que se deteriora; de outro, pela política traidora das velhas organizações operárias. Destes dois fatores, o fator decisivo é, sem dúvida, o primeiro: *as leis da história são mais poderosas que os aparelhos burocráticos*" (grifos nossos). A explosão da Segunda Guerra Mundial submeteu o movimento operário internacional a uma prova mais dura ainda que a Primeira.

5. ENTRE EUROPA, ORIENTE E AMÉRICA

Os estadistas ocidentais não eram, certamente, bons estrategistas: em 1940, o presidente norte-americano Roosevelt esperava que “a Alemanha atacasse o hemisfério ocidental, provavelmente primeiro na América Latina”.⁶⁸ No outro extremo do arco político, uma década antes, como vimos, Trotsky havia predito que se o nazismo assumisse o poder desencadearia uma guerra contra a União Soviética (sem afirmar, no entanto, que ela seria parte de uma guerra mundial).⁶⁹ Em 1934, no texto *A Guerra e a IV Internacional*, o mesmo Trotsky antecipara que “toda guerra importante [na Europa] – quaisquer que sejam seus motivos iniciais – colocará diretamente a questão da intervenção militar contra a URSS”, ainda dominada pelas relações de propriedade criadas pela revolução de 1917 (embora elas tivessem sido politicamente expropriadas por uma burocracia parasita e reacionária), fato que deveria incidir na política do movimento operário internacional: toda organização operária honesta deveria se pautar “pela defesa da URSS contra seus inimigos capitalistas, independentemente das origens e causas imediatas do conflito”.⁷⁰

A aliança Alemanha-Itália-Japão configurada na década de 1930 (um dos blocos do futuro conflito mundial) denominou-se “Pacto Anti-Komintern”,⁷¹ isto é, estava explicitamente dirigido a conter a “expansão mundial do comunismo” (isto é, da revolução soviética). O Pacto, assinado em 1936, era uma declaração ideológica anticomunista de princípios, que em 1937 foi assinada também pela Espanha de Franco, pela Hungria, a Bulgária, a Finlândia, a Romênia; os novos governos da Croácia e da Eslováquia assinaram-na no início da guerra, ocasião em que o pacto foi prorrogado até... 1946 : “Os assinantes mais importantes perderam o poder, e a maioria deles também a vida, antes que o Pacto deixasse de ser válido”.⁷²

Outro aspecto está em que a economia armamentista (não só, nem inicialmente, nas potências “totalitárias”, Alemanha, Japão e Itália) e, posteriormente, a própria economia de guerra, foram a via de saída para a crise da economia capitalista mundial pós-1929. A saída bélica não foi, porém, imediata. Para A. J. P. Taylor, “a recuperação da Alemanha [na primeira metade da década de 1930] deveu-se ao retorno ao consumo privado e a tipos de investimento não relacionados com as atividades bélicas [o mesmo caberia dizer sobre a primeira economia do fascismo italiano, NDA], aos níveis de 1928 e 1929. O rearmamento não teve muita relação com isso.... Fingir que se preparava para uma grande guerra, e na realidade não preparar-se realmente, era parte essencial da estratégia política de Hitler, e os que deram o grito de alarme contra ele, como Churchill, inconscientemente colaboravam com seu plano. Era um novo jogo, e enganou a todos... O rearmamento alemão foi, em grande parte, um mito, até a primavera de 1936. Posteriormente, Hitler deu-lhe alguma realidade. Seu motivo foi, principalmente, o medo do Exército Vermelho, e é claro que a Grã Bretanha e a França haviam começado a rearmar-se também. Na verdade, Hitler acompanhou os outros, e não foi muito mais depressa do que eles” (grifo nosso).⁷³

A intervenção dos EUA se produziu já no início do conflito mundial, inclusive antes dele (na China invadida pelo Japão), embora existisse uma forte corrente “isolacionista” dentro da classe

⁶⁸ Robert E. Sherwood. *Roosevelt and Hopkins*. Nova York, McGraw Hill, 1950, p. 290.

⁶⁹ Leon Trotsky. *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*, ed. cit.

⁷⁰ Pierre Broué. Les trotskystes et le problème de la guerre. In: *Les Internationales et le Problème de la Guerre au XXè Siècle*. Roma, École Française de Rome, 1987, pp. 51-64.

⁷¹ “Komintern” era a abreviatura russa, mundialmente divulgada, da Internacional Comunista.

⁷² Jerzy W. Borejsza. *La Escalada del Odio*. Movimentos y sistemas autoritarios y fascistas en Europa, 1919-1945. Madri, Siglo XXI, 2002, p. 273.

⁷³ A. J. P. Taylor. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp. 11 e 17.

dominante e do povo norte-americanos até o ataque japonês às bases dos EUA em Pearl Harbor, em dezembro de 1941. Para o “partido intervencionista” norte-americano, inicialmente minoritário, os EUA só poderiam manter seus compromissos internacionais estabelecendo alianças, o que passava pela revogação dos atos de neutralidade e pela liberalização comercial das vendas de armas: para seus dirigentes, as políticas de desarmamento haviam furtado dos EUA sua “virilidade” e os colocados como retardatários na corrida armamentista imposta pelo Eixo. Segundo eles, o argumento dos isolacionistas relativo a que o pacifismo estava expresso no discurso dos “pais fundadores da nação”, sendo uma espécie de “cláusula pétrea” da Constituição dos EUA, não era correto. Os EUA, que tinham se engajado militar e politicamente no Extremo Oriente desde inícios do século XX (com sua participação na repressão da rebelião dos *boxers* na China e, depois, com sua arbitragem na guerra russo-japonesa de 1904-1905) continuaram presentes nessa região, sem solução de continuidade.

O Japão invadira a China em 1931, cometendo inúmeras atrocidades contra a população, como a instauração de um laboratório de armas bacteriológicas, responsável pela morte de mais de dez mil prisioneiros de guerra usados como cobaias, ou nos massacres em massa praticados em várias cidades e regiões, inclusive na capital do Celeste Império. A China já tinha o apoio material dos Estados Unidos antes da entrada destes no conflito mundial, recebendo treinamento e equipamento militares americanos na sua luta contra o Japão, que ocupara a Manchúria criando o Estado-fantoches do Manchukuo, sob a égide de Pu-Yi, último monarca da dinastia manchú. Uma ponte aérea para levar suprimentos aos exércitos chineses foi estabelecida pelos americanos entre a Índia, a Burma e a China. Os aviões sobrevoavam perigosamente as montanhas do Himalaia, levando suprimentos aos nacionalistas chineses (não, claro, aos comunistas, que também combatiam os japoneses). O governo nacionalista chinês do Kuomintang (KMT) combatia com mais empenho os comunistas chineses do que os invasores japoneses.

As tropas do KMT lançaram várias campanhas de cerco e aniquilamento contra aqueles, derrotadas pelos comunistas, que tinham como linha mestra não a defesa do território, mas a conservação de suas forças militares e a destruição das forças do inimigo. Entre dois fogos - a invasão japonesa e a sublevação camponesa dirigida pelo PC chinês -, o líder nacionalista Chiang Kai-Shek não hesitava na escolha. Pronunciou uma frase que resumiu sua política: "Os japoneses são uma enfermidade da pele, os comunistas do coração". De 1930 a 1933, organizou quatro expedições contra as "bases vermelhas" (a de 1933 contava com 300 mil homens). Mas as montanhas e o apoio camponês protegiam os comunistas, que sofriam derrotas nas batalhas frontais. Finalmente, em 1934, Chiang organizou 500 mil homens, apoiados por 500 aviões, para esmagar os comunistas - mas nada fazia para proteger a China do progressivo avanço japonês. Os comunistas perceberam que não resistiriam a semelhante ataque e organizaram a retirada para mudar o centro de operações. Foi a chamada “Longa Marcha”, que levaria o nascente Exército Vermelho de Kiangsi até o Noroeste (Shansi-Kansu-Shensi), após percorrer dez mil quilômetros a pé. Cem mil partiram, nove mil chegaram, após um ano (outubro de 1934 a outubro de 1935). Os comunistas retomaram a velha tradição camponesa de migrações a pé, para fugir da seca e da fome: só que, desta vez, não era uma catástrofe natural que os ameaçava.

No meio da marcha, uma Conferência do PCCh (em janeiro de 1935) escolheu Mao Ze Dong, o artífice da nova política, como secretário-geral. Uma testemunha direta, o jornalista norte-americano Edgar Snow, escreveu : "Pode-se rejeitar ou desprezar a ideologia comunista como religião universal ou fé política, mas é impossível não reconhecer na Longa Marcha um dos grandes triunfos do homem contra as probabilidades, e do homem contra a natureza".⁷⁴ Apesar

⁷⁴ Edgar Snow. *La China Contemporánea*. México, Fondo de Cultura Económica, 1965.

da feroz perseguição aos comunistas, segundo o próprio Mao Ze Dong: "Depois da invasão das três províncias do Norte pelos agressores japoneses, o Partido Comunista da China, em 1933, propôs às forças do KMT, que atacavam as bases de apoio do Exército Vermelho, a conclusão de um armistício para favorecer a resistência comum ao Japão. A proposta comportava três condições: cessação dos ataques, garantia ao povo dos direitos democráticos e armamento do povo. Não obstante, as autoridades do KMT rejeitaram a proposta".⁷⁵

Em 1935, frente à quinta campanha do Kuomintang, a direção do PCCh destituiu o comandante político e militar do soviete da área Hunan-Jiangxi, Mao Ze Dong, de modo a garantir que as ordens de defesa territorial das bases dadas pela Internacional Comunista fossem fielmente cumpridas. O cumprimento dessas ordens levou o Exército Vermelho à derrota, colocando-o diante da necessidade de realizar uma retirada estratégica, rumo às bases rurais do Norte do país, para salvar seus 300 mil homens. Em meio à retirada, o Comitê Central do PCCh realizou uma reunião de emergência em Tsunyi, durante a qual introduziu mudanças profundas em suas linhas de ação, tanto de ordem política e militar, quanto de ordem organizativa. O PCCh reafirmou a classe operária como força dirigente do processo revolucionário chinês, mas reconheceu que o campesinato constituía a força fundamental da revolução. Também manteve a necessidade de construir uma forte aliança entre a classe operária, o campesinato e a burguesia nacional. Mas assumiu que, naquele momento preciso, diante da ameaça do Japão, o imperialismo japonês passava a ser o inimigo principal. Isso significava desenvolver esforços para suspender a guerra civil e estabelecer uma aliança com o Kuomintang (o que pressupunha aliar-se também a alguns setores latifundiários que concordassem com a defesa nacional). Nesse sentido, a retirada estratégica deveria transformar-se de retirada para salvar forças, em retirada para enfrentar a ameaça japonesa.

Os japoneses iniciaram seus preparativos para passar à segunda fase do "Plano Tanaka", a invasão da parte central e do Sul da China. Apesar das evidências, a direção do Kuomintang desprezou o perigo nipônico e rechaçou a proposta de enfrentá-lo com uma nova aliança entre os dois partidos, feita pelo PCCh. Chiang Kai-Shek manteve sua decisão de combater os comunistas como inimigos principais, e continuou com suas campanhas de cerco e aniquilamento daqueles. A Frente Única KMT-PCCh só foi obtida pela força. Em dezembro de 1936, Chiang Kai-Shek foi detido pelas suas próprias tropas (sob influência da agitação política dos comunistas), quando pedia, em Sian (capital de Shensi), que seus soldados lutassem contra os "vermelhos" e não contra os japoneses. A URSS interveio para obter sua libertação, pois Stalin continuava a ver Chiang com simpatia, apesar de o líder chinês carregar sobre as costas o assassinato de milhares de comunistas chineses em Cantão, em 1927, e da perseguição posterior. Apesar disso, as bases rurais dos comunistas haviam se reforçado e dado surgimento às primeiras áreas territoriais com conselhos governamentais camponeses. Isto lhes permitiu derrotar, com o uso das táticas de guerrilha e de guerra de movimento do Exército Vermelho, as campanhas de cerco e aniquilamento lançadas pelas tropas do Kuomintang.

A direção do PCCh afirmou que a "guerra popular prolongada" seria a forma principal da luta revolucionária na China, devendo assumir as características de cerco das cidades pelo campo e combinação da guerra de guerrilhas com a guerra de movimento, só admitindo a hipótese de travar guerra regular de defesa de território na fase avançada do acúmulo de forças. Mao Ze Dong assumiu a secretaria geral do PCCh, enquanto Zhu De assumiu o comando do Exército Vermelho. A partir desse momento, a influência da burocracia da URSS sobre o PCCh e a revolução chinesa tornou-se simbólica. Em 1936, lembremos, o PCCh salvou Chiang Kai-Shek da morte por seus

⁷⁵ Jacques Guillermez. *Histoire du Parti Communiste Chinois*. Paris, Payot, 1972.

próprios generais anti-japoneses, revoltados pelo fato de Chiang combater mais os comunistas do que o invasor estrangeiro. O fato foi apresentado como a base das concessões necessárias para suspender a guerra civil e consolidar a aliança com o Kuomintang, reconhecendo o governo deste como o governo nacional, e admitindo que o Exército Vermelho chinês fosse transformado no 4º e no 8º corpos do Exército Nacional da China. O PCCh perseverou na estratégia de ser a força principal da guerra contra o Japão, mesmo antes da ofensiva geral nipônica de 1937, e saiu fortalecido no final da guerra de resistência.



Nanquim 1937: sorridente soldado japonês com troféus de guerra chineses

Em julho de 1937, as forças do Japão ocuparam Pequim, a antiga capital imperial chinesa, no meio da campanha para invadir toda a China. A URSS celebrou então um pacto de não-agressão com a China (Chiang Kai-Shek tinha sido formado oficial em escolas militares soviéticas) para emprestar-fornecer material de suporte militar, acabando na prática com a cooperação prévia da China com a Alemanha. Chiang Kai-Shek usou seu melhor exército para defender Xangai contra o Japão, mas, depois de três meses de luta, a cidade caiu. Os japoneses continuaram a empurrar e fazer recuar as forças chinesas, capturando a capital, Nanquim, em dezembro de 1937, realizando um espantoso massacre da população civil (com 300 mil mortos). Em junho de 1938, porém, as forças militares chinesas conseguiram finalmente paralisar o avanço japonês com a criação de enchentes no rio Amarelo; esta manobra ganhou tempo para os chineses prepararem suas defesas em Wuhan, mas a cidade foi tomada pelas tropas imperiais nipônicas em outubro. As vitórias militares japonesas não provocaram, porém, o colapso da resistência chinesa: o governo chinês se mudou para Chongqing e continuou a guerra.⁷⁶ Com o início da guerra mundial, a guerra sino-japonesa integrou-se “naturalmente” nela. Como o Japão era aliado da Alemanha, o território da Indochina - então colônia francesa - foi ocupado por forças japonesas.

⁷⁶ James Chieh Hsiung. *China's Bitter Victory. The war with Japan 1937-1945*. Nova York, M.E. Sharpe, 1992; Osvaldo Coggiola. *A Revolução Chinesa*. São Paulo, Moderna, 1984.

No começo da guerra no Extremo Oriente, as forças japonesas estavam em ascensão, dominando quase todo o Oceano Pacífico. Depois da China, o Japão invadiu a Coreia, país em que as atrocidades cometidas pelos invasores desafiam a imaginação: “A partir do início da guerra, em 1937, mais de quatro milhões de coreanos, *um em cada cinco habitantes*, foram registrados como trabalhadores forçados. (No Japão, os coreanos) constituíam, no início de 1945, um terço da força de trabalho, sendo empregados sobretudo na mineração, a mais sórdida e perigosa de todas as atividades. Mais de dois terços dos mineiros eram coreanos (...) Uma das variantes da escravidão consistiu na prostituição forçada de mais de 100 mil coreanas. Segundo os padrões do confucionismo local (coreano), a castidade feminina era mais preciosa do que a vida. As mulheres, capturadas e levadas para os imundos bordéis frequentados por militares, quase sempre preferiam o suicídio à submissão passiva; as que optavam pela vida tinham pela frente uma existência como pária. Na sua cultura, eram moralmente inexistentes. Suas vidas dedicadas à solidão e à vergonha eram uma ofensa à comunidade”.⁷⁷ Foi necessário esperar o século XXI (sessenta anos depois do fim da guerra!) para que as escassas mulheres coreanas sobreviventes dessa experiência atroz tivessem oficialmente reconhecido seu dolo por parte das autoridades japonesas.

A partir de 1939, a guerra sino-japonesa virou um cenário da guerra mundial. Costuma-se dividir a “guerra do Pacífico” em duas etapas. A primeira, entre 1937 e junho de 1942, quando o Japão se manteve na ofensiva e foi vitorioso na ocupação de grande parte do território chinês e também na destruição da frota americana em Pearl Harbor, assim como na tomada de Hong Kong e Singapura, na invasão e ocupação da Tailândia, Birmânia, Malásia, Filipinas, Nova Guiné, Índias Orientais Holandesas, Ilhas Salomão e das bases americanas de Guam e Wake. A segunda etapa teria seu início com a vitória da marinha e da aviação norte-americana na batalha de Midway, o que impediu o desembarque das tropas japonesas no atol e resultou na destruição dos principais porta-aviões do Japão. A ofensiva passou, então, para os aliados, que, nos três anos seguintes reconquistariam todos os territórios tomados, através de grandes batalhas terrestres e navais (Guadalcanal, no Mar de Coral, Tarawa, Golfo de Leyte, Filipinas, Saipan, Iwo Jima e, finalmente, Okinawa).

Antes do ataque japonês às bases norte-americanas de Pearl Harbor, muitas áreas do extenso território oriental já estavam em guerra, com as colônias inglesas combatendo os japoneses. Depois de Pearl Harbor, o Japão invadiu a Malásia rumo a Singapura, apoiado pela Tailândia, que permitia a utilização das suas bases pelos japoneses. Em pouco tempo a Malásia foi conquistada; o Japão preparou o ataque a Singapura, a principal base britânica na Ásia, considerada uma fortaleza inexpugnável. O Japão bombardeou com seus aviões a cidade enquanto o Exército Imperial, liderado pelo general Tomoyuki Yamashita, também conhecido como “Tigre da Malásia”, lutava contra os britânicos. Em 15 de fevereiro de 1942, Singapura caiu. A Malásia e Singapura tornaram-se de imediato fornecedoras de matéria-prima para o Japão.

O Japão continuou a estender seus domínios na Ásia atacando a Birmânia, atual Mianmar, devido à sua grande produção de arroz e óleo. Novamente a supremacia aérea japonesa contribuiu para o sucesso da campanha; os britânicos, sem condições de resistir aos ataques, decidiram abandonar a capital Rangum destruindo os poços de petróleo e o porto. No restante do país os poços de petróleo ainda estavam intactos e serviram para abastecer as forças armadas do Japão. As Ilhas Filipinas, por sua vez, eram um importante local estratégico norte-americano e logo após o ataque a Pearl Harbor, os japoneses iniciaram sua invasão. O general Douglas MacArthur tentou organizar a defesa das ilhas, mas com o forte bombardeio aéreo e naval japonês, lhe foi

⁷⁷ Jörg Friedrich. *Yalu. À beira da terceira guerra mundial*. Rio de Janeiro, Record, 2011, p. 179.

praticamente impossível resistir, as Filipinas tinham pouca artilharia antiaérea e a força aérea da ilha foi abatida ainda no solo pelos caças japoneses vindos da Formosa. Em pouco tempo as principais ilhas foram tomadas; MacArthur recebeu ordens de Roosevelt para embarcar para a Austrália e organizar um contra-ataque.

As Índias Orientais Holandesas, a atual Indonésia, eram grandes produtoras de petróleo e borracha, essenciais para a máquina de guerra japonesa. Quando os Países Baixos foram ocupados pela Alemanha nazista, a rainha Guilhermina refugiou-se na Inglaterra e pressionada pelos aliados também decretou embargos econômicos ao Japão. Os japoneses prepararam a invasão das Índias Orientais. A Marinha e a Força Aérea japonesas iniciaram o ataque, os aliados enviaram navios de guerra para ajudar os holandeses. Em 27 de fevereiro de 1942, iniciada a batalha do Mar de Java, os navios aliados tentaram impedir o desembarque japonês. Sob o fogo dos bombardeiros japoneses, a frota aliada foi destruída em 1º de março. No desembarque de tropas japonesas na ilha de Java, os indonésios os aclamaram como libertadores do domínio holandês. As forças aliadas sobreviventes aos ataques recuaram para a Austrália; com a ocupação da Indonésia, os japoneses tinham agora grandes quantidades de petróleo à sua disposição.

No cenário bélico europeu, a Marinha alemã, em virtude das limitações impostas pelo Tratado de Versalhes, estava subdimensionada para uma guerra mundial, mas se saiu bem em ações até 1940, quando sofreu fortes reveses na invasão da Noruega. Daí em diante, concentrou suas ações no uso de submarinos, afundando comboios americanos no Atlântico Norte, que abasteciam Inglaterra com armas e mantimentos. A ocupação da França pelos alemães, em 1940, abriu o acesso ao Atlântico para os U-boats, que passaram a operar de bases no litoral francês. O inicial sucesso alemão na Europa incentivou o Japão a aumentar a pressão sobre os países europeus anti-Eixo no sudeste asiático.

E também sobre os EUA. Foi nesse contexto que o Império do Sol Nascente decidiu atacá-los em dezembro de 1941, pelas suas próprias razões expansivas, e também pelas razões dos EUA: “Talvez Roosevelt não esperasse que o acontecimento fosse tão trágico. O secretário da Marinha, Frank Knox, recordou que ele ficara branco como a folha de um papel ao ser informado do devastador ataque a Pearl Harbor... Não restou dúvida de que Roosevelt, frustrado pela tendência isolacionista do povo americano e atado à promessa feita durante a campanha eleitoral, manipulara os acontecimentos, tratando de provocar o Japão, e alcançara seu objetivo de levar os Estados Unidos à guerra na Europa, através da porta traseira”.⁷⁸ Era, porém, uma situação da qual os EUA não poderiam fugir, a não ser ao preço de perder posições econômicas e geopolíticas no contexto mundial, e até mesmo em risco sua hegemonia continental (americana).

⁷⁸ Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 123.

6. A FASE INICIAL DA GUERRA NA EUROPA



Europa até 1939

A Segunda Guerra Mundial, como se sabe, começou “oficialmente” a 1º de setembro de 1939, com a invasão da Polônia ocidental pela Alemanha nazista, que derrotou não tão rapidamente quanto inicialmente pensado (pelos líderes alemães) a resistência militar polonesa: “Foi a primeira demonstração prática do novo estilo de guerra conhecido como *Blitzkrieg*. As forças armadas alemãs misturaram os ensinamentos táticos da Primeira Guerra Mundial com as novas tecnologias em veículos blindados, aviões de combate e comunicações por rádio para criar uma nova forma de guerra inter-armas. A ponta de lança da ofensiva alemã foram as divisões blindadas (*Panzer*) cuja potência de fogo e de surpresa foram incrementadas pela ação dos bombardeiros *Stuka*. O exército polonês de 1939 não era tão atrasado como frequentemente se afirma; sua obstinada resistência deu aos alemães mais de uma surpresa, como na contraofensiva de Bzura. O exército alemão não tinha ainda aperfeiçoado suas novas táticas; suas baixas foram relativamente altas para uma campanha tão curta. Isto forneceu à *Wehrmacht* uma série de lições cruciais. Manifestou as carências da doutrina e do treinamento alemão, e permitiu à *Wehrmacht* aprontar a *Blitzkrieg* antes de seu maior desafio: a invasão da França em 1940”.⁷⁹

As “surpresas polonesas” foram uma antecipação das surpresas bem maiores que esperavam pelas tropas nazistas mais ao Leste, dois anos depois: “Hitler declarou no Reichstag que, às custas de 10.572 mortos, 30.322 feridos e 3.409 desaparecidos, Alemanha esmagara à Polônia, feito meio milhão de prisioneiros e conquistado um rico butim. Os mortos e feridos poloneses? As vítimas entre a população civil? Quem se importava com esses números?”.⁸⁰ O preço humano (militar e civil) polonês foi enorme, mas o preço *militar* alemão também fora alto e inesperado.

⁷⁹ Steven J. Zaloga. *La Invasión de Polonia: Blitzkrieg*. Barcelona, RBA, 2007, p. 6.

⁸⁰ Miguel de Amilibia. *La Segunda Guerra Mundial*. De Danzig a los Balcanes (1939-1941). Buenos Aires, CEAL, 1972, p. 81.



As reações em cadeia dos países ocidentais (França e Inglaterra) vinculados por pactos de apoio à Polônia, que declararam guerra à Alemanha, formalizaram o início, no início tímido (a *drôle de guerre* dos franceses) das hostilidades no teatro europeu. Na Europa oriental e na Escandinávia (Noruega e Finlândia), ao contrário, as investidas bélicas alemãs e russas nada tinham de *drôle*. Em 17 de setembro de 1939 a URSS, unida por um pacto de caráter estratégico (segundo pensava o Kremlin) à Alemanha nazista, invadiu a Polônia oriental, encontrando também inesperada resistência (que foi finalmente derrotada). O território polonês foi dividido entre a Alemanha e a União Soviética, além da Lituânia e da Eslováquia também terem recebido pequenas partes dele. Os poloneses, por sua vez, não se renderam formalmente, estabeleceram o “Estado Secreto Polaco” e uma rede subterrânea nas cidades (baseada no sistema de esgotos) para o seu exército clandestino (celebrizada depois no premiado filme de Andrzej Wajda, *Kanal*).

Cerca de cem mil militares poloneses foram evacuados para a Romênia e países bálticos, muitos deles lutaram mais tarde contra os alemães em outras frentes da guerra. O oficialato polonês foi, na sua quase totalidade, massacrado pelas tropas russas na floresta de Katyn, um massacre covarde e infame que a URSS, e até a Rússia do presente, negou-se oficialmente a admitir. Após a invasão soviética da Polônia oriental e do tratado germano-soviético sobre o controle da Lituânia, a União Soviética forçou os países bálticos a permitir a permanência de tropas soviéticas nos seus territórios, sob cobertura de pactos de “assistência mútua”. A Finlândia rejeitou as demandas territoriais russas e foi invadida pela União Soviética em novembro de 1939. A França e o Reino Unido, ao considerarem o ataque soviético sobre a Finlândia como o equivalente a entrar na guerra europeia ao lado dos alemães, reagiram à invasão soviética, apoiando a expulsão da URSS da Liga das Nações, na qual tinha sido admitida em 1932; mas não declararam guerra à URSS. A Alemanha nazista começou de imediato a “limpeza étnica” da Polônia, que pretendia “germanizar”: a URSS concordou em que os “alemães étnicos” do território soviético fossem rapatriados para a Polônia ocidental e recebeu dezenas de milhares de judeus poloneses expulsos da Polônia ocidental: “As deportações só terminaram em novembro (1939), após repetidas queixas das autoridades soviéticas, que fizeram a emigração de colonos de etnia alemã depender

do fim das deportações de judeus para seu território”.⁸¹ A burocracia stalinista concordava com princípio do estabelecimento de “fronteiras étnicas” na “nova Europa”. Os “alemães” eram uma importante minoria étnica na Rússia, desde o século XVIII, não só em áreas rurais, mas também e, sobretudo, urbanas.

Na Europa ocidental, com a França e a Inglaterra em guerra contra a Alemanha, as tropas britânicas chegaram ao continente, após uma fase apelidada de *Phoney War* (guerra de mentira) pelos britânicos e de *Sitzkrieg* (guerra sentada) pelos alemães; nenhum dos dois lados lançou grandes operações contra o outro até abril de 1940. A União Soviética e a Alemanha assinaram um acordo comercial em fevereiro de 1940, complementar ao pacto político-militar celebrado em 1939, nos termos do qual os soviéticos receberiam equipamento militar e industrial alemão, em troca de fornecimento de matérias-primas à Alemanha para ajudar a contornar o bloqueio comercial aliado. Em abril de 1940, a Alemanha invadiu a Dinamarca e a Noruega para garantir os embarques de minério de ferro da Suécia. A Dinamarca imediatamente rendeu-se; a Noruega foi conquistada dentro de dois meses. Em maio de 1940, o Reino Unido invadiu a Islândia para antecipar uma possível invasão alemã da ilha. O descontentamento da “opinião pública” britânica com a campanha de conquista nazista da Noruega, que instalou no país o governo-marionete de Quisling, levou à substituição do primeiro-ministro Neville Chamberlain (cujo irmão possuía fortes investimentos na Alemanha) por Winston Churchill, em 10 de maio de 1940.

A Alemanha invadiu a França, a Bélgica, os Países Baixos e o Luxemburgo em 10 de maio de 1940. Os Países Baixos e a Bélgica foram invadidos através de uma *blitzkrieg* em poucos dias e semanas. A linha fortificada francesa conhecida como Linha Maginot e as forças aliadas na Bélgica foram contornadas por um movimento de flanco através da região densamente arborizada das Ardenas, considerada erroneamente pelos planejadores franceses como uma barreira natural impenetrável contra veículos blindados: “Na primavera de 1940, a Alemanha levou de roldão a Noruega, Dinamarca, Países Baixos, Bélgica e França com *ridícula facilidade*, ocupando os quatro primeiros países e dividindo a França... Em 1940 a França foi atropelada com *ridícula facilidade* e rapidez por forças alemãs inferiores e aceitou sem hesitar a subordinação a Hitler porque o país havia sangrado quase até a morte em 1914-1918” (grifos nossos),⁸² coisa que não acontecera com sua inimiga Alemanha. Mas esse ridículo precisa de uma explicação que vá além de uma lembrança traumática. Stalin, por sua vez, “esperava ver os alemães, os franceses e os ingleses combaterem entre si uma longa guerra, como em 1914, porém Hitler tinha anexado, quase sem deixar marcas, a indústria e a agricultura francesa, doravante submetidas às necessidades da *Wehrmacht*”.⁸³ A Segunda Guerra Mundial não era a simples repetição da Primeira...

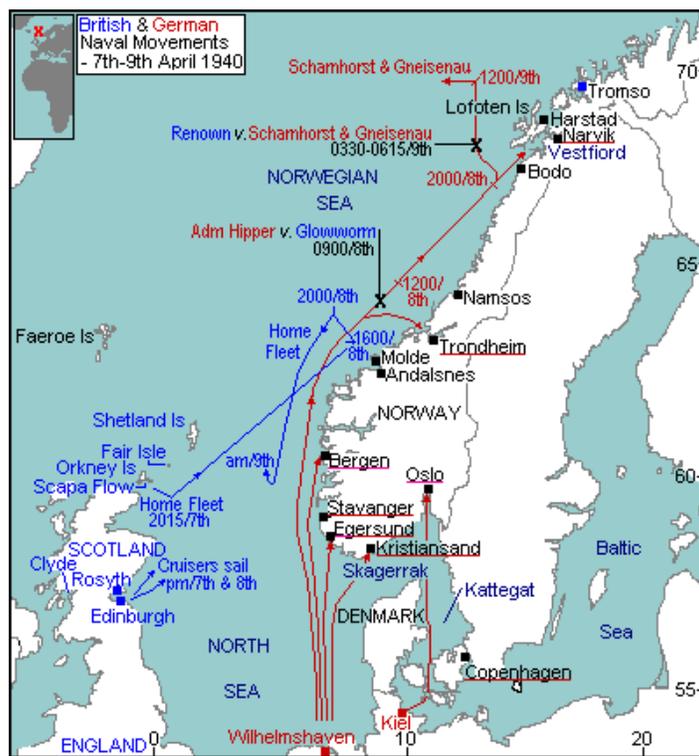
Depois da derrota militar, o governo francês acabou capitulando ao nazismo. Quem levou o marechal Pétain e o fascismo francês ao governo, depois da *drôle de guerre* de 1940, foi a Câmara Legislativa eleita em maio de 1936, com maioria da Frente Popular. Presos e internados por ordem do governo originário das eleições de 1936, que deram maioria aos partidos de esquerda, centenas de militantes e intelectuais foram presa fácil para a polícia de Vichy, quando o regime do marechal sucedeu à Terceira República, em 10 de julho de 1940. Os dirigentes exilados da socialdemocracia alemã foram entregues a Hitler. Lluís Companys, presidente da Generalitat da Catalunha, foi entregue às autoridades hitleristas, que o repassaram à Espanha de Franco, onde foi fuzilado em outubro de 1940, na fortaleza de Montjuic, em Barcelona. Em breve, milhares de

⁸¹ Robert Gertwarth. *Op. Cit.*, p. 189.

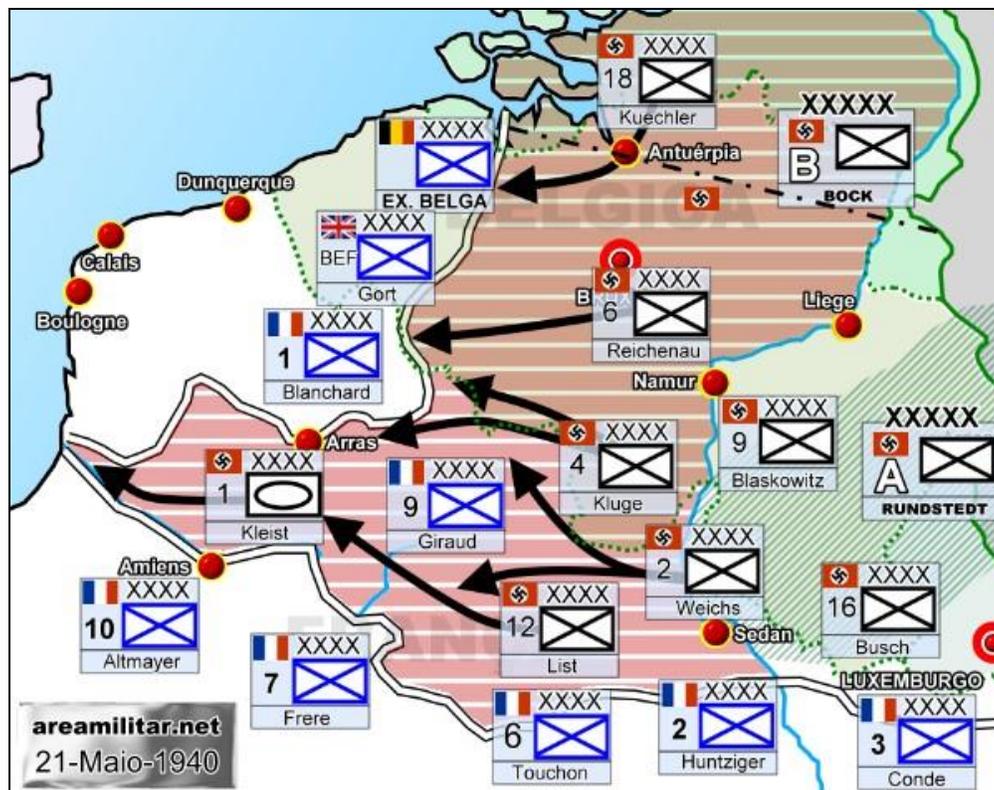
⁸² Eric J. Hobsbawm. *Op. Cit.*, pp. 38-46.

⁸³ Jean-Jacques Marie. *Op. Cit.*, p. 545.

judeus alemães e austríacos saíram dos campos de concentração franceses para os *stalags* de Auschwitz, de onde a maioria não voltou.



1940: guerra de posições pela Noruega



Blitzkrieg alemã sobre a França, maio de 1940

A socialdemocracia francesa teve desse modo responsabilidade direta no desaparecimento da República e na sua substituição pelo regime fascizante de Vichy. Esse “golpe de estado legal” foi organizado com o consentimento e até participação da maior parte dos seus dirigentes. Quando a França declarou guerra à Alemanha, em 3 de setembro de 1939, havia seis ministros socialistas no governo do radical-socialista Daladier. Mas, depois da invasão da Finlândia pelas tropas soviéticas, Daladier foi acusado de fraqueza e cedeu seu lugar a um “verdadeiro governo de união nacional”, presidido por um político de direita, Paul Reynaud. Este designou o marechal Pétain vice-presidente do Conselho de Ministros. Léon Blum aprovou essa decisão, e dois socialistas participaram do novo governo, concretização da “união sagrada”.

No contexto de avanço aparentemente imparável da Alemanha, as tropas britânicas foram forçadas a evacuar do continente em Dunquerque, abandonando seu equipamento pesado na França, no início de junho de 1940. Em 10 de junho, a Itália também invadiu a França, declarando guerra ao governo francês e ao Reino Unido; doze dias depois, os franceses se renderam e o território de seu país foi dividido em zonas de ocupação alemãs e italianas. A conduta a adotar diante da ofensiva dos exércitos alemães dividiu o Conselho de Ministros, que renunciou. Pétain foi encarregado de formar o novo governo, no qual figuravam ainda dois socialistas. Pétain não era precisamente um desconhecido. Em 1940, ele tinha 84 anos e um passado, no mínimo, “carregado”. Ganhara seus galões na Primeira Guerra Mundial, tendo em seu ativo a carnificina da batalha de Verdun, uma das mais sangrentas da história das guerras modernas, com um milhão de mortos; foi também o responsável pela repressão dos atos de confraternização dos soldados das trincheiras francesas com os soldados alemães, no ano de 1917. Em 1925-1926, a República Francesa, em sinal de gratidão, encarregara-o de aniquilar o movimento nacionalista de Abd-el-Krim no Marrocos, tarefa que ele cumpriu à perfeição. Em 1940, o velho chefe militar, que costumava terminar suas ordens do dia com a fórmula viril: “Vamos acabar com eles!”, já não tinha o ardor de antigamente. Queria acabar com a guerra o mais rápido possível; virou apóstolo da capitulação e, em 22 de junho de 1940, assinou o armistício que nomeou a Alemanha “potência de ocupação”.

Entre todas as tentativas de explicar a derrocada dos exércitos franceses, convém reter uma que não vem da área militar. Depois do medo da Frente Popular, embora esta fosse controlada pelos dirigentes socialdemocratas e stalinistas, grande parte da burguesia francesa não desejava resistir ao poderio hitlerista. A lembrança do proletariado parisiense organizando a defesa de Paris contra os exércitos prussianos, em 1870, proclamando a Comuna de Paris, rondava as noites dos governantes franceses. Quando Pétain, então desempenhando a excelsa missão de representar a França junto ao governo espanhol de Franco, foi chamado de volta a Paris, confidenciou ao novo ditador espanhol: “Minha pátria foi derrotada e estão me chamando para fazer a paz e assinar o armistício. O senhor tinha razão. Aí está o resultado de trinta anos de marxismo. Estão me chamando para tomar em mãos a nação”.

O historiador americano Robert O. Paxton relatou o boato que se espalhou em 10 de junho de 1940, da iminência de uma Paris “sovietizada”, que veio reforçar a posição dos que defendiam a capitulação imediata.⁸⁴ O padre Teilhard de Chardin inquietava-se, em 18 de junho: “Evitaremos a revolução? Tudo é possível depois de um choque como este”. A anarquia e o “perigo vermelho” eram as obsessões de Pétain e dos altos mandos militares. Mais tarde, Laval, chefe do governo de Vichy, estendeu essa doutrina a toda a Europa: “Desejo a vitória da Alemanha porque, sem ela, o bolchevismo amanhã estaria em toda parte”. A maioria dos dirigentes da SFIO escolheu o apoio ativo à fração burguesa que defendia essa política. Em 10 de julho de 1940, o Parlamento francês

⁸⁴ Robert O. Paxton. *La France de Vichy 1940-1944*. Paris, Seuil, 1999.

pronunciou-se em favor dos plenos poderes conferidos ao marechal Pétain e do desaparecimento das instituições republicanas. Dos 175 parlamentares socialistas eleitos pela Frente Popular, só 36 votaram contra. Em 3 de julho, os britânicos atacaram e afundaram a frota francesa na Argélia, para evitar a sua eventual tomada pela Alemanha.

Em junho, durante os últimos dias da batalha da França, a União Soviética anexou Estônia, Letônia e Lituânia e, em seguida, conquistou a disputada região romena da Bessarábia. Com a França neutralizada, a Alemanha começou uma campanha de supremacia aérea sobre o Reino Unido para preparar a invasão das ilhas britânicas. A campanha aérea, finalmente, fracassou (depois, no entanto, de provocar graves danos às cidades e à infraestrutura inglesas) e os planos de invasão foram cancelados. Usando os portos franceses recém-capturados, a *Kriegsmarine* obteve sucesso contra a melhor preparada Marinha Real, usando U-boats contra os navios britânicos no Atlântico. A Itália mussoliniana, por sua vez, começou a operar no Mediterrâneo, com o início do cerco de Malta (posse britânica) em junho, a conquista da Somália Britânica em agosto e em uma incursão no Egito, que até então era administrado pelos britânicos, em setembro de 1940. O Japão aumentou o bloqueio contra a China em setembro, ao capturar várias bases no Norte da agora isolada Indochina Francesa.

Durante todo esse período, os Estados Unidos, ainda não oficialmente beligerantes, tomaram algumas medidas para ajudar à China e aos aliados ocidentais. Em novembro de 1939, a Lei de Neutralidade norte-americana foi alterada para permitir compras de armas pelo chamado *cash and carry* por parte dos aliados (França e Inglaterra). Em 1940, após a captura alemã de Paris, o tamanho da Marinha norte-americana aumentou significativamente e, depois da incursão japonesa na Indochina, o país embargou ferro, aço e peças mecânicas contra o Japão. Em setembro, os Estados Unidos concordaram ainda em comerciar destróieres estadunidenses para bases britânicas. Ainda assim, a maioria do público norte-americano continuava a se opor a qualquer intervenção militar direta no conflito.

No final de setembro de 1940, o Pacto Tripartite uniu o Império do Japão, a Itália fascista e a Alemanha nazista, para formalizar a aliança militar das potências do Eixo. Esse pacto estipulou que qualquer país, com exceção da União Soviética, que atacasse qualquer uma das potências do Eixo, seria forçado a ir para a guerra contra os três em conjunto. Durante este período, os Estados Unidos criaram uma “zona de segurança” que abrangia cerca de metade do Oceano Atlântico, onde a Marinha dos EUA protegeria os comboios britânicos. Como resultado, a Alemanha e os Estados Unidos viram-se envolvidos em uma guerra naval no Atlântico Norte e central em outubro de 1941, apesar de os Estados Unidos se manterem ainda oficialmente neutros no conflito “europeu”.

O Eixo expandiu-se em novembro de 1940, quando a Hungria, a Eslováquia e a Romênia aderiram ao Pacto Tripartite. Seus governos eram nacionalistas de direita, mas não fascistas. A Romênia de Ion Antonescu, em 1941, fez uma contribuição para a futura guerra do Eixo contra a URSS, ao recapturar territórios cedidos à URSS (a Bessarábia e outros). No início de abril de 1940, após a assinatura pela Bulgária do Pacto Tripartite, os alemães fizeram uma intervenção nos Bálcãs (Grécia e Iugoslávia) forçando os aliados a evacua-los depois que a Alemanha conquistou a ilha de Creta, no final de maio. Os aliados também obtiveram alguns sucessos militares. Em outubro de 1940, a Itália invadiu a Grécia (para grande desgosto de Hitler, que não fora oficialmente comunicado da intenção mussoliniana) mas, diante da forte resistência grega, em poucos dias foi

repelida e forçada a voltar para a Albânia, além de obrigar Hitler, a contragosto, a enviar forças militares à região para sustentar seu aliado peninsular.⁸⁵

“O primeiro estágio da mundialização da guerra derivou da entrada em guerra de Itália, com a abertura do front africano onde, da Líbia até Etiópia, as tropas italianas se confrontaram com os blindados britânicos”.⁸⁶ a participação italiana na guerra não foi, portanto, secundária. Os alemães logo intervieram na região para ajudar a Itália. Hitler enviou forças alemãs para a Líbia em fevereiro de 1940; no final de março elas lançaram uma ofensiva contra as enfraquecidas forças da *Commonwealth* britânica (australianos, neozelandeses). Em menos de um mês, as forças da *Commonwealth* foram empurradas de volta para o Egito com exceção do sitiado porto de Tobruk. Inglaterra tentou desalojar as forças do Eixo em maio e novamente em junho, mas falhou em ambas as ocasiões. Em dezembro de 1940, as forças britânicas da *Commonwealth* começaram contra-ofensivas contra as forças italianas no Egito e na África Oriental Italiana. No início de 1941, depois das forças italianas terem sido empurradas de volta para a Líbia pelas forças militares da *Commonwealth*, Churchill ordenou uma expedição de tropas inglesas na África. A Marinha italiana sofreu derrotas significativas, quando a *Royal Navy* colocou três de seus navios de guerra fora de ação depois de um ataque em Tarento; vários outros de seus navios de guerra foram neutralizados em batalhas em alto mar.



⁸⁵ William Shirer sustentou que a invasão à Iugoslávia e à Grécia, ocupadas pelas tropas nazistas em abril de 1941, atrasou o ataque alemão à URSS, o que teria sido fatal para a máquina de guerra nazista (*The Rise and Fall of the Third Reich*. Nova York, Simon & Schuster, 1960).

⁸⁶ Alberto De Bernardi. *Da Mondiale a Globale*. Storia del XX secolo. Turim, Bruno Mondadori, 2008, p. 200.

Benito Mussolini havia declarado guerra contra a Inglaterra e a França duas semanas após os exércitos destas nações terem saído de Dunquerque em junho de 1940, convocando todos os soldados que a Itália tinha na Líbia, um total de 220.000, para iniciar um combate contra os britânicos no Egito e capturar do Canal de Suez. A ofensiva teve início em setembro de 1940: não avançou muito em território inimigo, chegando somente até Sidi Barrani. Hitler pretendia enviar para a área uma de suas novas armas, as Divisões *Panzer*, que foram recusadas. Mussolini continuou a sua campanha invadindo o delta do Nilo e em seguida a Albânia, o que provocou o descontentamento de Hitler. Erwin Rommel foi nomeado comandante do *Afrika Korps* e chegou ao Norte de África em fevereiro de 1941 enquanto as forças italianas estavam recuando através de Trípoli. Para confundir as aeronaves de reconhecimento aliadas, Rommel ordenou que fossem construídos centenas de tanques com árvores e restos de carros, fazendo parecer que a força alemã era bem maior.

Tentando conter uma grande ofensiva alemã, os britânicos enviaram para Tobruk as suas melhores unidades. Os primeiros combates entre o *Afrika Korps* e as forças britânicas iniciaram no dia 24 de fevereiro: Erwin Rommel utilizou as táticas da *blitzkrieg*. O avanço alemão continuou, passando por Trípolitania, Cirenaica e Benghazi, capturando em seguida Bardia e Salum no dia 15 de abril, conseguindo chegar até a fronteira com o Egito, forçando os britânicos a recuarem até os arredores de Tobruk. Tomar Tobruk era de vital importância para a continuação da campanha na África pois era o melhor porto de todo o Norte da África, podendo facilitar a logística para o *Afrika Korps*. Rommel se aproximou de Tobruk e iniciou o ataque a 11 de abril. A batalha durou até o domingo 13 de abril: 500 soldados alemães com 20 blindados contra os 34.000 defensores britânicos não poderiam ter sucesso. Um novo ataque ocorreu a 30 de abril: a 15ª Divisão Panzer sofreu grandes baixas contra as tropas aliadas, com perdas de até 50%, 1.200 soldados. Mesmo não tendo conseguido tomar Tobruk, a linha de frente alemã avançou mais 700 milhas em território inimigo. Rommel, além de conquistar prestígio militar imenso, virou um herói popular lendário na Alemanha de Hitler (que Rommel tentou assassinar pouco mais de três anos depois...).⁸⁷ A guerra, já transformada em mundial, ainda era do Eixo.



Afrika Korps: blindado alemão

⁸⁷ Erwan Bergot. *O Afrika Korps*. Lisboa, Ulisseia, 1974; Paul Carell. *Afrika Korps*. São Paulo, Flamboyant, 1967.

Na Alemanha e na Itália, e nos países europeus ocupados pelo Eixo, a perseguição política, ideológica e racial, recrudesciu. Expulsões e matanças em massa tornaram-se, crescentemente, fatos corriqueiros. O nazi-fascismo punha definitivamente em prática uma ideia longamente acalentada na Europa: “A ideia genuinamente moderna de criar nações-Estado etnicamente homogêneas por meio da repressão, expulsão e assassinato de minorias ‘suspeitas’ não foi de modo algum uma invenção nazista; estava de acordo com a lógica do darwinismo social e do positivismo sociológico –a ideia de que a sociedade humana pode ser aperfeiçoada por meio da quantificação científica, da classificação étnica e, se necessário, da separação violenta”.⁸⁸

Viveu-se na Europa uma completa contrarrevolução cultural: “A partir da ascensão ao poder de Hitler houve um êxodo em grande escala desde a Alemanha e, depois, em grau menor, desde França e Itália, Áustria ou Hungria. Escritores e físicos, sociólogos e historiadores da arte, pintores e compositores, se estabeleceram no Novo Mundo e efetuaram importantes contribuições ao desenvolvimento das especialidades e disciplinas respectivas e à vida intelectual em geral”.⁸⁹ O retrocesso cultural europeu deslocou historicamente o Velho Continente do centro da cultura mundial, um posto que nunca iria recuperar. Na América, o principal (embora não único) beneficiário do exílio de grande parte da classe intelectual e artística europeia foram os EUA (no cinema, no teatro, nas ciências humanas, principalmente), ao ponto de se afirmar que: “A emigração aos Estados Unidos dos intelectuais europeus que fugiram da tirania fascista configurou-se como o evento cultural mais importante do segundo quarto de século”.⁹⁰

⁸⁸ Robert Gerwarth. *Op. Cit.*, p. 183.

⁸⁹ Walter Laqueur. *Europa después de Hitler*. Madri, Sarpe, 1985, p. 7.

⁹⁰ H. Stuart Hugues. *Da Sponda a Sponda*. L'emigrazione degli intellettuali europei e lo studio della società contemporanea. Bologna, Il Mulino, 1977, p. 11.

7. CENÁRIO ASIÁTICO E CENÁRIO MUNDIAL

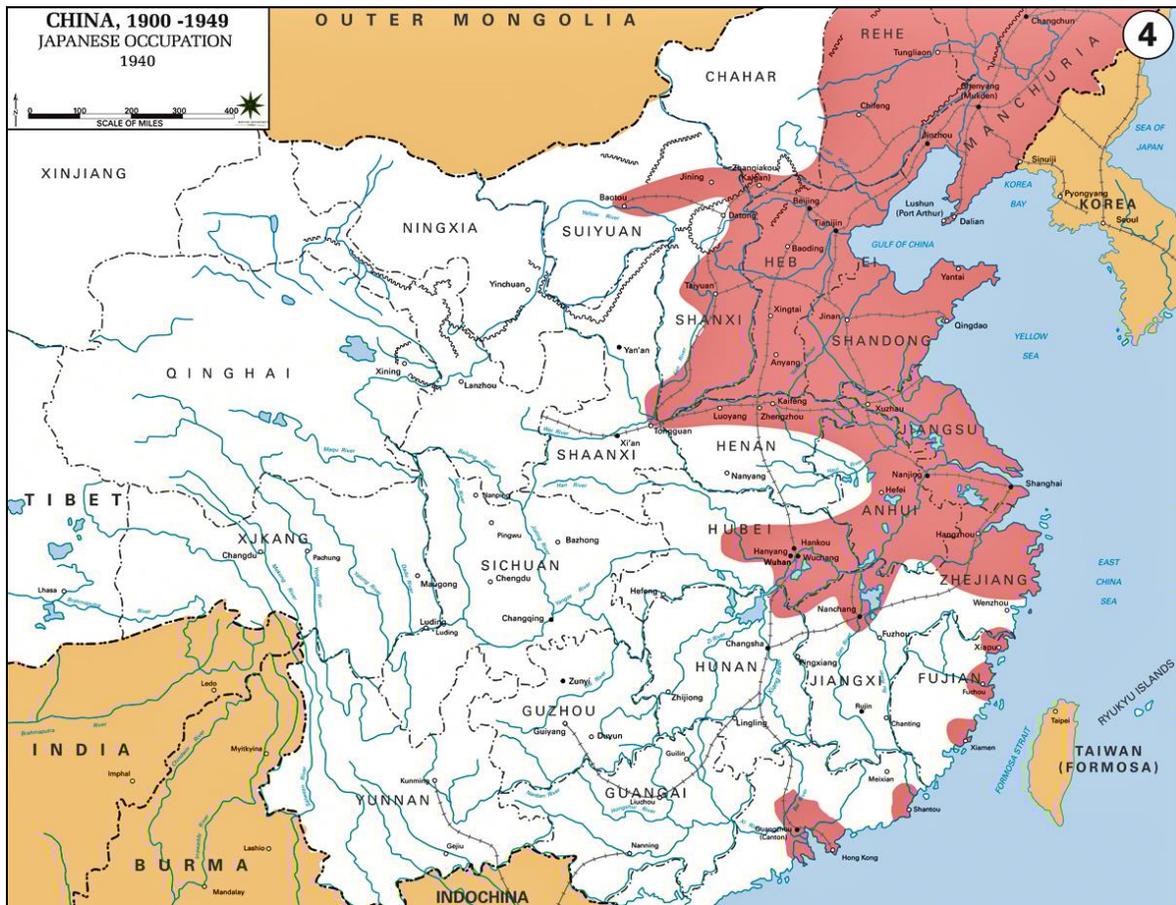
No Oriente Médio, as forças britânicas se esforçaram, em primeiro lugar, em anular um golpe de estado pro-nazista no Iraque, que tinha sido apoiado por forças aéreas alemãs a partir de bases da Síria controlada pela França de Vichy. Os britânicos, com a ajuda da “França Livre” (as escassas tropas leais ao exilado general de Gaulle, que tinha conclamado à luta contra Alemanha desde Londres), invadiram a Síria e o Líbano. Com medo de perder o apoio árabe depois da revolta de 1936-1939,⁹¹ às vésperas da guerra mundial, Inglaterra emitira em 1939 um “Livro Branco” restringindo a imigração judia e prometendo a independência da Palestina dentro de dez anos.⁹² Mas como resultado da crise econômica mundial e da ascensão de Hitler, assim como das perseguições antisemitas na Alemanha, os refugiados judeus chegavam em grande número na Palestina. Em 1939, o *ischuv* judeu, agora com 500 mil almas, estava altamente militarizado e organizado economicamente como uma unidade separada. O *Mufti* palestino, por sua vez, se refugiou em Berlim, tornando-se instrumento do regime nazista. Centenas de comunistas palestinos e simpatizantes foram presos pelos ingleses em um campo de concentração próximo de Beersheba.

Na Ásia, apesar de várias ofensivas de ambos os lados, a guerra entre a China e o Japão foi quase paralisada em 1940. Com o objetivo das forças japonesas terem uma melhor posição em caso de guerra contra as potências ocidentais, o Japão tomou o controle militar do Sul da Indochina. Em agosto, as forças militares dos comunistas chineses lançaram um ofensiva na China Central; em retaliação, Japão instituiu medidas duras em áreas ocupadas para reduzir os recursos humanos e

⁹¹ A revolta árabe de 1936-1939 foi frequentemente descrita como produto do “fanatismo religioso árabe” e da “xenofobia generalizada”, mas a religião exerceu um papel muito menor nela do que em revoltas precedentes. As massas nas ruas eram jovens urbanos, *shebab*, liderados pelo partido *Istaqlal* (da Independência), grupo nacionalista laico composto por árabes muçulmanos, cristãos e judeus das cidades. As principais demandas (fim da imigração judaica, proibição da venda de terras árabes aos judeus e o estabelecimento de um “governo de representação nacional palestino”) direcionava a luta contra os colonialistas britânicos e o sionismo, apoiado por Inglaterra. A Palestina, região predominantemente agrária, viu crescer nesses anos uma indústria de guerra. Milhares de trabalhadores árabes e também judeus foram empregados nas estradas de ferro, nas refinarias de petróleo, nas fábricas de metais, e como trabalhadores civis nos campos militares. No Egito - onde crescia rapidamente a indústria têxtil, do petróleo e ferrovias - as lideranças nacionalistas e religiosas tradicionais perderam muito do seu respaldo popular após o tratado anglo-egípcio de 1936.

⁹² O discurso de abertura do Congresso Pan-Árabe na Síria dizia; “A Grã Bretanha deve mudar sua política na Palestina e, se não o fizer, estaremos livres para nos alinharmos com outras potências europeias, cujas políticas lhe são contrárias” (Alemanha). Estas palavras alarmaram os dirigentes britânicos. Em 1907, fora constituído em Jaffa um gabinete para estruturar a colonização judia, que já vinha sendo realizada com recursos do “Fundo Nacional Judeu”, estabelecido pelo V Congresso Sionista. Quando começou a Primeira Guerra Mundial, já existiam 44 colônias agrícolas judaicas na Palestina; em 1917, quase no final do conflito na Europa, foi divulgada a Declaração Balfour, do governo inglês, que garantia a colonização judia da região. Depois da guerra, a partilha do Oriente Médio deu à Inglaterra a Mesopotâmia (atual Iraque), a Palestina e a Jordânia, e para a França, a Síria e o Líbano. As companhias industriais e comerciais europeias começaram a intervir no mundo árabe, interessadas no controle das jazidas petrolíferas da região. Lord Kitchener, amo do Egito, planejava dividir a região meridional da Síria até Haifa e Acre para criar uma unidade territorial separada, sob o controle britânico; como parte desse desenho, na ocasião de sua visita à Palestina em 1911, escrevia que seria melhor “que os judeus colonizassem o país o quanto antes possível”. O movimento sionista ainda era pequeno e fraco em relação a outras alternativas, como o Bund (partido operário judeu de Rússia, Polônia e Lituânia) e a emigração a outros países, como os Estados Unidos. Durante a administração palestina do Império Otomano, entre 1881 e 1917, de uma emigração total de 3.177.000 judeus europeus, apenas 60 mil foram à Palestina. Já na época do controle britânico, de 1919 até a criação do Estado de Israel, em 1948, de uma emigração de 1.751.000 pessoas, 487 mil se mudaram para a região. Foi após as perseguições nazistas na Europa que a emigração judia para o Oriente Médio aumentou significativamente.

materiais dos comunistas. Com a situação na Europa e na Ásia relativamente estável, a Alemanha, o Japão e a União Soviética fizeram seus preparativos bélicos. Com os soviéticos desconfiados das crescentes tensões com a Alemanha e o planejamento japonês para tirar proveito da guerra na Europa, aproveitando as possessões europeias ricas em recursos no sudeste da Ásia, as duas potências assinaram o pacto de neutralidade nipônico-soviético, em abril de 1941. Em contraste, os alemães estavam constantemente fazendo preparativos para um ataque à URSS, com as suas forças se acumulando na fronteira soviética (o ataque aconteceu apenas dois meses depois do pacto Japão-URSS que, aparentemente, tinha reforçado a aproximação do Kremlin ao Eixo).



Ocupação japonesa da China, 1940

O Japão aproveitou no Pacífico as vitórias alemãs na Europa. O governo holandês concordou em fornecer suprimentos de petróleo ao Japão a partir das Índias Orientais Holandesas, recusando-se no entanto a entregar o controle político de suas colônias. A França ocupada do governo colaboracionista de Vichy, por outro lado, concordou finalmente com a ocupação japonesa da Indochina Francesa. Em 1941, a Alemanha enviou tropas para ajudar a combatida Itália a manter suas linhas militares na Grécia e no Norte da África contra os ingleses. A batalha pela ilha de Creta, porém, causou grandes baixas aos alemães. Enviado ao Egito, o *Afrikkorps* alemão fez o que pôde para dominar o estratégico porto de Tobruk e os campos de petróleo da região, até ser repellido pelos ingleses, em novembro de 1942. Pouco depois, os Estados Unidos entraram no teatro europeu do conflito, enviando suas primeiras tropas para o Mediterrâneo. As bases aéreas americanas em território brasileiro (Natal), no caminho para o Norte da África, sem esquecer da

batalha entre a esquadra inglesa e o couraçado alemão *Graff Spee*, na boca do Rio da Prata,⁹³ foram exemplos de como todas as áreas do planeta estavam mobilizadas numa luta global. O Brasil declarou guerra ao Eixo em 1942, porém só enviou soldados ao front italiano dois anos depois, em julho de 1944, declarando que a Alemanha estava afundando navios brasileiros.



O *Graff Spee* afundando no Rio da Prata

Até 1941, a política americana com relação ao Japão tinha sido ambígua, e o mesmo poder-se-ia dizer de sua política com relação à Alemanha hitleriana, isto ao ponto de Hitler ter como um de seus objetivos centrais, já em plena guerra em múltiplas frentes, manter a neutralidade dos Estados Unidos: “Impedir o ingresso na guerra dos Estados Unidos virou, a partir do verão de 1940, um dos objetivos essenciais da estratégia e da política do Reich”.⁹⁴ Essa tentativa estava condenada de antemão ao fracasso, pois como já analisara (antes da guerra) a IV Internacional: “Os fundamentos da potência imperialista americana têm uma envergadura mundial. Seus

⁹³ O *Admiral Graff Spee* era chamado de “couraçado de bolso”, pois fora construído nos termos limitantes do Tratado de Versalles, que proibiam a Alemanha a construção de navios de combate além de certa (pequena) tonelagem. O navio partiu do porto de Wilhelmshaven, em 21 de agosto de 1939. Sua função era atuar como navio corsário no comércio do Atlântico Sul. Apoiado pelo seu navio de abastecimento, o *Altmark*, suas ordens eram afundar navios mercantes britânicos, mas evitar a todo custo o combate com forças inimigas. Após afundar nove navios mercantes, o *Graff Spee* resolveu tentar uma última investida em local próximo da baía do Rio da Prata, mas encontrou uma força inglesa com três navios, HMS Ajax, HMNZS Achilles e HMS Exeter. Após combate desigual, o comandante Hans Langsdorff ordenou que o navio buscasse refúgio no porto de Montevideú. Langsdorff foi intimado pelo governo uruguaio a deixar o porto; os três navios ingleses aguardavam o *Graff Spee* para um combate final, que foi acompanhado à distância por uruguaios e argentinos nas costas de ambos os países. Em inferioridade numérica, com o navio danificado e com ordens de Adolf Hitler de não o deixar ser capturado pelos ingleses, Langsdorff desembarcou sua tripulação e fez com que o couraçado fosse pelos ares e afundasse completamente. O comandante Langsdorff suicidou-se envolto na bandeira de combate alemã. Os marinheiros alemães salvos foram recebidos e instalados em quartos de aluguel em Buenos Aires, onde se supreenderam (agradavelmente) com as fartas rações de carne que consumiam os argentinos. Boa parte deles (poucos eram os nazistas de carteirinha) se instalou definitivamente na Argentina (testemunho do pai do autor, que conheceu vários deles, NDA). Hoje, a sete quilômetros da costa do Uruguai, no Rio da Prata, jaz o esqueleto do couraçado - um dos orgulhos da marinha de Hitler, afundado não por torpedos inimigos, mas por ordem de seu capitão (Dudley Pope. *The Battle of the River Plate. The hunt for the German pocket battleship Graf Spee*. Londres, McBooks Press, 2005).

⁹⁴ Saul Friedlander. *Hitler et les États-Unis 1939-1941*. Paris, Seuil, 1966, p. 297.

interesses econômicos na própria Europa são muito importantes... Será impossível para os Estados Unidos ficar fora da próxima guerra mundial. Não somente participará como beligerante, mas é possível prever que entrará nela muito mais rapidamente do que na última guerra mundial".⁹⁵ Leon Trotsky já tinha analisado que a emergência dos Estados Unidos como principal potência capitalista mundial tinha sido a principal consequência da Primeira Guerra Mundial.⁹⁶

Em julho de 1941, os Estados Unidos, o Reino Unido e outros governos ocidentais reagiram à invasão da Indochina com um congelamento de bens japoneses; os EUA (que forneciam 80% do petróleo consumido pelo Japão) também responderam aplicando um completo embargo de petróleo ao país. O Japão foi forçado a escolher entre abandonar suas ambições na Ásia e prosseguir a guerra contra a China, ou perder os recursos naturais de que precisava; os militares japoneses não consideravam a primeira opção, e muitos oficiais consideraram o embargo do petróleo como uma declaração tácita de guerra pelos EUA.

O Império Japonês planejava aproveitar as colônias europeias na Ásia para criar um perímetro defensivo por todo o Pacífico Central; os japoneses estariam assim livres para explorar os recursos do sudeste asiático, e esgotariam militarmente por exaustão os já sobrecarregados países aliados contra o Eixo (com os EUA ainda fora da guerra). Para evitar uma intervenção americana nesse perímetro de segurança, foi planejada a neutralização da Frota do Pacífico dos Estados Unidos. Em 7 de dezembro de 1941, o Japão atacou os domínios britânicos e norte-americanos com ofensivas quase simultâneas contra o sudeste da Ásia e o Pacífico Central, que incluíram o ataque contra a frota americana em Pearl Harbor, os desembarques na Tailândia e na Malásia, e a batalha de Hong Kong (colônia inglesa).⁹⁷ Esses ataques levaram os Estados Unidos, o Reino Unido, a China, a Austrália e vários outros países a emitir uma declaração de guerra formal contra o Japão. Na esperança de que o Japão, depois de Pearl Harbor, também atacasse a URSS - o que seria bom para a Alemanha, que já invadira a URSS, seis meses antes -, Hitler apressou-se em declarar guerra aos EUA.



Guerra no Pacífico: desembarque norte-americano em Guadalcanal

⁹⁵ Le rôle mondial de l'impérialisme Américain, *Les Congrès de la Quatrième Internationale*, ed. cit, pp. 277-285.

⁹⁶ Leon Trotsky. *Adonde va Inglaterra*. Europa y América. Buenos Aires, El Yunque, 1975.

⁹⁷ Philip S. Jowett. *The Japanese Army 1931-1945*. Nova York, Osprey Publishing, 2002.

Mas o Império Japonês já estava ocupado em sua luta no Pacífico contra os EUA, não queria confrontar a União Soviética (com a qual, como vimos, tinha celebrado um pacto em abril), acrescentando uma “segunda frente” cujas tropas e suprimentos bélicos não conseguiriam sustentar: “Por que Hitler, já inteiramente esgotado na Rússia, declarou gratuitamente guerra aos EUA, dando assim ao governo de Roosevelt a oportunidade de entrar no conflito europeu ao lado da Grã-Bretanha, sem enfrentar esmagadora resistência política em casa? Pois havia muito pouca dúvida na mente de Washington de que a Alemanha nazista constituía um perigo muito mais sério, ou de qualquer modo muito mais global, para a posição dos EUA que o Japão. Os EUA, portanto, preferiram concentrar-se mais em ganhar a guerra contra a Alemanha do que contra o Japão. O cálculo foi correto... Não há explicação adequada para a *loucura* de Hitler, embora saibamos que ele persistente e impressionantemente subestimou a capacidade de ação, para não falar do potencial econômico e tecnológico, dos EUA, porque julgava as democracias incapazes de agir” (grifo nosso).⁹⁸ Será a “loucura” hitleriana fator suficiente para explicar acontecimentos de alcance histórico mundial, como a guerra entre a Alemanha e os EUA, ou o Holocausto?

No Atlântico, os britânicos conquistaram um impulso moral importante ao afundar o emblemático encouraçado alemão Bismarck. Ainda mais importante foi a bem sucedida resistência da *Royal Air Force* (RAF) inglesa, durante a batalha da Grã-Bretanha, aos ataques da *Luftwaffe* alemã. Em agosto de 1940, a Luftwaffe havia reunido 2.669 aeronaves operacionais, que abrangiam 1.015 bombardeiros, 346 caças de mergulho, 933 caças e 375 caças com armamento pesado. Uma grande desvantagem dos ingleses é que eles não podiam empregar todos seus recursos na defesa da ilha, pois era preciso manter suas posições no exterior, principalmente no Mediterrâneo. Não havia mais contingente de pilotos, recrutas com pouco mais de duas horas de vôo eram levados a linha de frente e eram abatidos muito facilmente pelos pilotos alemães, que tinham a maior força aérea do mundo. A reação inglesa deveu ao uso de uma tecnologia nova na aérea militar: o radar, que diminuía a necessidade de aviões caças voando em função de ronda, pois passou a ser possível definir a localização dos aviões de ataque alemães minutos após sua descolagem no continente europeu.

No dia 25 de agosto de 1940, em resposta ao bombardeio de Londres pela aviação alemã, 81 bombardeiros da RAF atacaram a Berlim. O fato assombrou os berlinenses, o alto comando alemão e o próprio Hitler. Vale lembrar que a Europa Ocidental estava quase que completamente nas mãos dos nazistas. Hitler prometeu vingança, num discurso a 4 de setembro. Simultaneamente, Hermann Göring, comandante da Luftwaffe, recebeu ordens para arrasar Londres. A *blitz* começou a 7 de setembro. Na primeira semana de setembro, o comando de caça aéreo britânico encontrava-se a beira do colapso. Tendo concentrado seus ataques aos aeródromos da RAF e estações de radar, o objetivo da Luftwaffe em obter superioridade aérea para preparar uma invasão (conforme o plano original), havia sido atingido. A determinação do comando alemão em “castigar” os ingleses, tentando obrigá-los a um acordo de paz em separado através de uma campanha de terror aéreo, selou o destino da batalha.

Pois os alemães mudaram os seus alvos: além de Londres passaram a atacar outras cidades, dando tempo para que a RAF pudesse se recompor, a ponto de causar perdas entre os aviões bombardeiros alemães, que tornaram impraticável o prosseguimento da ofensiva aérea alemã. Disto resultou a reviravolta da batalha nos meses de setembro e outubro, uma derrota política estratégica da Alemanha, que gerou dúvidas a respeito da eficácia e objetividade do poderio alemão mesmo entre líderes simpatizantes a Hitler, como Franco e Pétain. A 31 de outubro de 1940 o comando alemão “adiou indefinidamente” os bombardeios diurnos em larga escala sobre

⁹⁸ Eric J. Hobsbawm. *Op. Cit.*, p. 48.

o Reino Unido, embora os noturnos tenham prosseguido esporadicamente até as vésperas da “Operação Barbarossa” (invasão da URSS, em junho de 1941). A RAF perdeu 1.023 aviões (todos caças), enquanto a Luftwaffe perdeu 1.887 (dos quais 873 caças): a RAF levou vantagem de 1,8, embora nos registros de combates caça-caça a relação se inverta, tendo sido superada pela Luftwaffe na razão de 0,85.

Do lado britânico houve 544 mortos militares. Os mortos alemães, incluindo os tripulantes de bombardeiros chegaram a 2.698. A maioria das mortes foram civis: dentre os britânicos, estimam-se em cerca de 40 mil mortos e 46 mil feridos e mutilados. E, no final de 1941 os EUA estavam, agora sim oficialmente, em guerra contra *todo* o Eixo (e não mais só em guerra subreptícia contra o Japão, na China, e em guerra comercial contra a Alemanha, nos mares), aliados portanto, de fato, da Inglaterra e da URSS (e do que sobrava da França).



Londres sob ataque aéreo, outubro de 1940

Na segunda metade de 1941, Alemanha ocupava um terço do continente europeu e governava quase metade de todos os habitantes da Europa. Na França ocupada, os franceses tentavam ouvir as emissões da BBC inglesa: “Aqui Rádio Londres: a França fala aos franceses”. Quando o general De Gaulle começou sua cruzada radiofônica, de Londres para a França, ele era relativamente pouco conhecido no seu próprio país. Tinha participado do ataque das potências externas contra a Rússia soviética, em 1918-19. Na França, estava longe de constituir uma unanimidade. Suas posições passadas ou recentes de militar pertencente ao círculo do marechal Pétain, seu conhecido desdém pelos partidos políticos e sua hostilidade à “democracia”, produziam desconfiança. No final da guerra, como se sabe, De Gaulle se tornou o salvador da independência da França, o herói nacional, o homem forte da luta anti-Vichy, o antifascista, o líder político que negociava de igual para igual com os governos aliados apesar do desprezo manifestado a seu respeito pelos ingleses e, sobretudo, pelos norte-americanos, quando de sua chegada a Londres como exilado.

Seu sucesso político inegável, sua capacidade de ser o homem providencial que restaurou o Estado dentro da ordem, da dignidade e da calma, são devidos em sua maior parte à política do PCF, de acordo com os interesses da burocracia do Kremlin, que orientaram sua agência francesa em direção à guerra patriótica contra a Alemanha, suspendendo indefinidamente a guerra de classe contra o imperialismo capitalista.

8. ECONOMIA DE GUERRA

O primeiro problema de qualquer guerra é seu financiamento. As “economias de guerra” resultantes da concorrência bélica interimperialista não foram estatais, mas economias *privadas* que admitiram um dirigismo estatal. Daniel Guérin ilustrou pioneiramente esse processo para a Alemanha,⁹⁹ depois estudado por Charles Bettelheim,¹⁰⁰ e, sobretudo, por Adam Tooze: “Em vez de se opor à mudança política, como havia feito em 1918-1919, o grande capital participou ativamente em numerosos aspectos da Revolução Nacional hitlerista. A iniciativa provinha, certamente, das autoridades políticas (mas) em quase todos os casos, inclusive naqueles em que caberia esperar algum tipo de resistência, os representantes políticos do regime encontraram colaboradores nas empresas alemãs. O programa de autarquia, o rearmamento, e ainda as numerosas novas autoridades de regulação foram todas assessoradas e dinamizadas pelo *know how* gerencial da indústria alemã. É inútil nacionalizar as empresas, teria dito Hitler, se é possível nacionalizar a população”.¹⁰¹ A economia alemã se transformou em economia de guerra na segunda metade da década de 1930, no meio às dificuldades derivadas das limitações impostas pelo Tratado de Versalhes, que o regime nazista driblou através de meios, principalmente, políticos.

A economia de armamentos foi, sobretudo, o meio para conjurar a nova crise do capitalismo norte-americano, depois do craque de 1929, produzida a partir de 1937, depois da relativamente infrutífera *relance* econômica devida à política rooseveltiana (*New Deal*) dos anos precedentes. Em um texto de 1942 (*Les Tâches de la 4ème Internationale en Europe*), redigido na Bélgica ocupada pelo nazismo, o marxista Abraham Leon (que morreu em Auschwitz, em 1944) resumiu: “Todos os fatores progressistas do capitalismo, que tornam inevitável a instauração do socialismo, aceleram sua putrefação. Os germes de uma organização racional das forças produtivas, os trustes e cartéis, se transformaram em instrumentos de uma organização planejada da economia de guerra. O desenvolvimento da técnica mudou-se em desenvolvimento da técnica da ciência da morte e da destruição. A guerra se transforma na essência do capitalismo, o único mercado capaz de absover o excedente da produção. A ‘solução’ da crise crônica do capitalismo transformado em força mundial de produção só é possível através do investimento maciço no aparelho de produção via o desperdício insensato da riqueza. Na ausência de outras fontes de mais-valia, o capitalismo começa a absorver sua própria substância”.

⁹⁹ Daniel Guérin. *Fascisme & Grand Capital*. Paris, Syllepse, 1999.

¹⁰⁰ Charles Bettelheim. *L'Économie Allemande sous le Nazisme*. Paris, François Maspéro, 1971.

¹⁰¹ Adam Tooze. *Le Salaire de la Destruction*. Formation et ruine de l'économie nazie. Paris, Les Belles Lettres, 2012 (pp. 148-149). Segundo o autor: “A virada cultural e ideológica do estudo do fascismo remodelou definitivamente nossa compreensão de Hitler e de seu regime... Enquanto nossa compreensão das políticas raciais e dos mecanismos interiores da sociedade alemã sob o nazismo foi transformada nos últimos anos, a história econômica do regime progrediu pouco... Marcas como Krupp, IG Farben, Siemens deram corpo ao mito da invencibilidade industrial alemã (mas) a economia alemã nos anos 1930 diferia pouco da média europeia: sua renda per capita estava dentro da média europeia, comparável à dos atuais Irã ou África do Sul. O consumo da maioria dos alemães era modesto e situado atrás daquele da maioria de seus vizinhos da Europa ocidental. A Alemanha de Hitler era uma sociedade ainda parcialmente modernizada, onde mais de quinze milhões de habitantes viviam do artesanato ou da agricultura tradicionais... É possível [portanto] racionalizar a agressividade do regime hitleriano como uma resposta inteligível às *tensões nascidas do desenvolvimento desigual do capitalismo mundial, tensões que, bem entendido, estão ainda presentes*” (pp. 18-19) (grifo nosso). O autor propõe que o (relativo) ataso econômico alemão foi um fator decisivo na deflagração e no desfecho da Segunda Guerra Mundial.

As realidades econômicas confirmavam a análise do marxista belga. O índice de produção industrial dos EUA, de 110 em 1929, tinha caído para 58 em 1932. Com sua política inflacionária, Roosevelt fomentou a recuperação: o índice pulou para 87 em 1935, para 103 em 1936, para 113 em 1937. Mas, a partir de agosto desse ano, a recessão econômica reapareceu: a produção industrial caiu 27% em quatro meses. Por esse motivo, na Segunda Guerra Mundial a participação dos Estados Unidos não foi, como na Primeira Guerra, “preventiva”, mas central (por isso o conflito foi chamado, quase logo de cara, de “mundial”, ao contrário da precedente “guerra europeia”). A guerra foi bem-vinda para a economia norte-americana. A situação de crise econômica nos EUA só foi superada com a Segunda Guerra Mundial e com a aprovação do maior orçamento de defesa de sua história: só a guerra deu, portanto, um fim à crise econômica iniciada em 1929. Os desempregados, de 10 milhões (em 1934-35) passaram para oito milhões (em 1936-37), mas já superavam novamente 11 milhões em 1938, e ainda eram 10 milhões em 1940. O quadro só foi revertido em 1942, depois do ataque japonês a Pearl Harbor, quando a máquina bélica norte-americana começou a funcionar a todo vapor.

Em 1940, o democrata Franklin D. Roosevelt se apresentou novamente como candidato presidencial (já fora eleito em 1932 e 1936). A guerra, já iniciada na Europa e em outros teatros, fez com que sua reeleição fosse bem sucedida (embora o próprio Roosevelt não propusesse, tanto quanto os republicanos, a participação direta dos EUA nela), mais do que o “êxito” (duvidoso) da sua política de *New Deal*. O apoio de um setor da “opinião pública” (mídia e outros grupos de pressão) a uma eventual participação norte-americana na guerra era grande, à diferença do que ocorrera na Primeira Guerra Mundial, e apesar da existência de líderes sindicais, como John L. Lewis, que se opunham à entrada na guerra dos EUA. A figura de Hitler, e o ódio que despertava na opinião pública, devido à sua política interna hiper-reacionária, foi decisiva para essa mudança de opinião. No contexto pré-bélico norte-americano (e bélico mundial), Roosevelt isolou e reduziu o espaço dos principais líderes de esquerda do CIO (*Congress of Industrial Organizations*, a ala combativa do sindicalismo norte-americano, surgida em meados da década de 1930) antes de iniciar o rearmamento de 1940-1941.

Com a “normalização” do CIO, uma vez consolidada a nova central sindical (com 3.727.000 filiados em 1937, contra 3.440.000 da antiga AFL, *American Federation of Labor*, representante do “sindicalismo de ofício” pelego) iniciou-se nela um movimento de reaproximação com seus antigos inimigos no campo sindical: John Lewis, rompendo com a AFL em 1936, tinha dado um passo adiante em relação ao “gompersismo” (o “peleguismo” americano, derivado do nome de seu líder histórico Samuel L. Gompers), mas “os fundadores do CIO - Lewis, Hillman, Dubinsky - não fizeram senão pôr um casaco de força num movimento novo e de esquerda que já se desenvolvia. Não tiveram sucesso total, pois um número importante de revolucionários, com o consentimento daqueles, penetraram a nova organização, e nela construíram trincheiras tão sólidas que depois foi impossível desalojá-los. Mas atingiram seu objetivo essencial: criar uma nova AFL de tendência moderada e evitar a formação de uma nova central sindical combativa e vermelha”.¹⁰²

Em novembro de 1937, John Lewis e Homer Martin interviram publicamente contra os grevistas da fábrica automotriz Pontiac: a grande imprensa conservadora chamou então Lewis de *Labor Stateman*. Em 1940, Philipp Murray, líder do CIO, declarou que raramente apoiava as *sit-down strikes*, greves com ocupação do local de trabalho, enquanto Walter Reuther, na General Motors, chamou a “aceitar o pior dos acordos, pelo bem do país.” Os “sindicalistas progressistas” não protestaram: Walter Reuther abandonou o SPA (Partido Socialista) para apoiar o governador

¹⁰² Daniel Guérin. *Estados Unidos 1880-1950*. Movimiento obrero y campesino. Buenos Aires, CEAL, 1972, p. 89.

Murphy para o Senado; Philipp Murray convidou para o congresso da SWOC o prefeito de Chicago (Kelly) - autor do “Massacre do Memorial Day” de 1937 - no quadro do apoio à terceira eleição de Roosevelt. O movimento operário norte-americano perdia sua independência política, depois dos avanços realizados com a fundação e desenvolvimento do CIO.

A entrada dos EUA na guerra foi o elemento principal usado para disciplinar a classe operária norte-americana por um longo período histórico. A Segunda Guerra Mundial encontrou a classe operária norte-americana estabelecida com firmeza: conforme a produção industrial se reavivava sob o estímulo da concessão de créditos (*Lenlease*) e o rearmamento, os operários organizados na CIO iniciaram uma greve por aumento de salários (a primeira desde 1937), dirigida diretamente a Roosevelt e ao Comitê de Mediação da Defesa. À cabeça estavam os mineiros; seu sindicato fundamentou o precedente de “*closed shop*” (contratação só de filiados ao sindicato) e a eliminação das diferenças tradicionais de salários no Sul. Motivados por isso, os trabalhadores das indústrias de “*open shop*” começaram a se juntar nas campanhas organizativas da CIO. Ford e Bethlehem, os mais importantes patrões anti-CIO, recuaram, na primavera de 1940, ante as demandas do sindicato automotriz e do comitê para a organização dos trabalhadores de aço. Os piquetes de massas, os esquadrões móveis e o bloqueio das fábricas por meio de montanhas de carros, voltaram a ser métodos de luta, em especial na greve da Ford. Ainda que a repressão estivesse aumentando, o clima geral do verão-outono de 1941 teve um impulso que recordava o “espírito de 37”.

Do ponto de vista das relações de classe internas aos EUA, a Segunda Guerra Mundial trouxe modificações decisivas: “O período entre 1941 e 1945, dominado pelo esforço bélico, foi tão importante para a configuração definitiva da nova estrutura de gestão trabalhista quanto o havia sido o período entre 1936 e 1940. Do ponto de vista empresarial, as companhias fizeram grandes progressos durante a guerra, progressos que seriam críticos em anos posteriores. Após 1941, muitos patrões utilizaram a disciplina de tempo de guerra para tentar recuperar parte da iniciativa e controle que haviam entregue aos sindicatos industriais no final da depressão. Promoveram a arbitragem de muitos conflitos por reivindicações, confiando em tirar da fábrica a nova máquina dos procedimentos de reivindicações”, instalada nos locais de trabalho pelo impacto adquirido pelo sindicalismo industrial desde meados da década de 1930. Além disso: “Aumentaram tremendamente o número do pessoal de supervisão, esperando contrabalançar as novas prerrogativas sindicais quanto a reivindicações e antiguidade com uma maior intensidade na direção e no controle exercidos sobre a mão de obra. Muitos patrões utilizaram a oportunidade concedida pela *War Time Labor Distributes Act* (Lei de Conflitos Trabalhistas em Tempo de Guerra) e pela *War Labor Board* (Junta Trabalhista de Guerra) para centralizar a maquinaria legal que mediava os conflitos que se produziam no âmbito produtivo entre empresas e sindicatos, de forma que muitas empresas incrementaram seu ritmo de produção aproveitando-se do esforço de guerra para justificar a aceleração”.¹⁰³ A burguesia norte-americana tentou manter o “modelo de relações trabalhistas de guerra” no pós-guerra, e também, como veremos, de estendê-lo internacionalmente.

No novo quadro político interno criado pela guerra mundial, ao resolver favoravelmente aos seus interesses o agudo conflito de classe que havia percorrido à sociedade norte-americana durante o meio século precedente, a burguesia dos EUA criou as bases para a passagem da hegemonia econômica mundial, que já possuía antes da guerra, para a hegemonia política mundial sobre o mundo capitalista, que se expressaria nas instituições políticas e econômicas criadas depois (e em

¹⁰³ David M. Gordon. *Trabajo Segmentado, Trabajadores Divididos*. Madri, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986, p. 236.

consequência) da guerra. A economia dos Estados Unidos atingiu, durante a guerra, um estágio que a tornou dependente da demanda estatal: a produção industrial duplicou em cinco anos, perfazendo entre 40% e 45% do total da produção, período no qual o “setor civil” não variou em valor absoluto. Os empregos industriais passaram de 10 para 17 milhões entre 1939 e 1943, o total de empregos de 47 para 54 milhões no mesmo período. Se o PIB aumentou 150% durante a guerra, a nova concentração econômica (favorecida pelas falências provocadas pela depressão econômica da década de 1930) determinou a feição definitiva do capital monopolista nos EUA - 250 sociedades industriais passam a controlar 66,5% da produção total, uma percentagem equivalente àquela controlada por 75 mil empresas antes da guerra.¹⁰⁴

A guerra provocou um boom econômico nos EUA. As exportações dos Estados Unidos passaram de pouco mais de cinco bilhões de dólares em 1941, para quase US\$ 14,5 bilhões em 1944. No período 1938-1944, a produção de guerra passou de 2 para 100, nos Estados Unidos; de 4 para 100, na Inglaterra; de 16 para 100, na Alemanha; de 8 para 100, no Japão.¹⁰⁵ O crescimento das despesas bélicas foi proporcionalmente maior nos aliados do que no Eixo. A transformação das economias capitalistas em economias de guerra, e os diversos pontos de partida para atingir tal objetivo, determinaram, em última instância, a superioridade militar “aliada”: Fritz Stenberg calculou em 80 bilhões de dólares o valor do material de guerra produzido pelos Estados Unidos, a Inglaterra e o Canadá, no período prévio ao desembarque conjunto na França de 6 de junho de 1944.¹⁰⁶ No mesmo período, a Alemanha e seus aliados tiveram uma produção equivalente a US\$ 15 bilhões, isto é, uma superioridade de mais de cinco para um em favor dos aliados, do ponto de vista dos recursos econômicos consagrados ao esforço bélico. Inicialmente, era Alemanha nazista a que consagrava mais recursos econômicos à defesa e à guerra, até exauri-los em 1944 (ano de sua maior produção bélica), o que foi inclinando a balança de poder bélico em favor dos aliados (embora Inglaterra ainda gastasse o equivalente a 50%, ou menos, dos recursos consagrados pela Alemanha à guerra).

Montante das despesas militares dos principais beligerantes (em bilhões de dólares de 1940)¹⁰⁷

Ano	EUA	URSS	Inglaterra	Alemanha	Japão
1940	2	10	10	19	1,3
1941	10	15	13	25	1,8
1942	31	21	14	32	2,75
1943	56	24	15	40	4
1944	65	27	14	40	5,6
1940-1945	218	124	78		
1940-1944		97	66	156	15,45
1941-1945		114			
1942-1945	206				

No início da guerra, as despesas militares conjuntas da Alemanha e do Japão (somadas, US\$ 20,3 bilhões) quase duplicavam as dos EUA e a Inglaterra (somadas, US\$ 12 bilhões: a URSS era ainda

¹⁰⁴ Alan S. Milward. *La Segunda Guerra Mundial 1939-1945*. Barcelona, Crítica, 1986. Ver também: Osvaldo Coggiola. *Segunda Guerra Mundial*. Um balanço histórico. São Paulo, Xamã, 1995.

¹⁰⁵ Marcel Roncayolo. *Le Monde Contemporain de la Seconde Guerre Mondiale à nos Jours*. Paris, Robert Laffont, 1985, pp. 52 e 68.

¹⁰⁶ Fritz Stenberg. *El Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1978.

¹⁰⁷ Jacques Wolff. Le financement de la Deuxième Guerre Mondiale. *Revue d'Histoire de la Deuxième Guerre Mondiale et des Conflits Contemporains* nº 144, Paris, Presses Universitaires de France, outubro 1986.

oficialmente neutra, embora vinculada por um pacto à Alemanha). As despesas militares dos EUA centuplicaram, ao longo de toda a guerra, as despesas anuais em tempos de paz; as da URSS só decuplicaram, e as da Inglaterra cresceram em ritmo mais lento ainda. As despesas da Alemanha, embora perfazendo 2,5 das despesas militares inglesas, eram bem inferiores às dos EUA no final da guerra, e um quarto (25%) inferiores às desse país para a totalidade da guerra. As despesas totais dos aliados, somadas, perfizeram US\$ 420 bilhões para a toda a guerra; as do Eixo “só” US\$ 171,5 bilhões (uma cifra que não cresceria significativamente acrescentando as despesas italianas 1940-1943), ou seja, uma vantagem para os aliados equivalente a quase 2,5 das despesas militares do Eixo. Antes da eclosão da guerra, os aliados já tinham também vantagens significativas em termos populacionais e econômicos. Em 1938, os aliados europeus ocidentais (Reino Unido, França, Polônia e os domínios britânicos) tinham uma população e um produto interno bruto (PIB) 30% maior do que o Eixo; se as colônias fossem incluídas, a vantagem dos aliados seria ainda maior, de 5:1 em população e quase 2:1 em PIB. Na Ásia, China tinha cerca de seis vezes a população do Império do Japão, mas um PIB apenas 89% mais elevado, o que seria reduzido a três vezes em termos populacionais e apenas 38% do PIB, se as colônias japonesas fossem incluídas na comparação.

Despesas militares e PIB (em bilhões de dólares de 1940)¹⁰⁸

País	1940	1941	1942	1943	1944	1945
EUA						
PIB	100	115	129	142	152	149
Despesas	2	10	31	56	65	54
%	2	8,7	24	39,4	42,7	36,2
Inglaterra						
PIB	37	39	40	41	38	36
Despesas	10	13	14	15	14	12
%	27	33,3	35	36,5	36,8	33,3
URSS						
PIB	87	80	57	63	76	
Despesas	10	15	21	24	27	27
%						
Alemanha						
PIB	53	54	56	61	61	
Despesas	19	25	32	40	40	
%	35,8	46,3	57,1	65,5	65,5	
Japão						
PIB	11	11,2	11,25	12,5	13,65	
Despesas	1,3	1,8	2,75	4	5,6	
%	11,8	16,3	24,4	32	41	

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*.

O percentual de despesas militares da URSS (não indicado na tabela) só se tornou equivalente ao dos países capitalistas aliados (não ao da Alemanha), oscilando em torno de 40% em 1942-1943, devido à destruição produtiva causada no país pela própria guerra. O crescimento do PIB dos EUA durante a guerra foi espetacular, contrastando com uma relativa estabilidade nos outros países, e uma queda acentuada na URSS, país que sofreu as maiores destruições do seu aparelho produtivo. O crescimento do percentual do PIB dedicado a gastos militares foi importante nos EUA, comparado com os países aliados, ainda assim bem inferior ao percentual dos países do Eixo e ao seu crescimento ao longo da guerra, que evidenciava economia levadas até o limite da exaustão para manter o esforço bélico. Os aliados, EUA inclusive, tinham ainda “gordura para cortar”, uma vantagem estratégica.

Apesar das vantagens econômicas e populacionais dos aliados terem sido mitigadas durante os ataques rápidos da Alemanha e do Japão, elas se tornaram um fator decisivo desde 1942, depois que os Estados Unidos e a União Soviética juntaram-se aos aliados. Embora a maior capacidade de produção dos aliados em relação ao Eixo muitas vezes seja atribuída aos maiores acessos à recursos naturais, outros fatores, como a relutância da Alemanha e do Japão em empregar as mulheres em sua força de trabalho, o bombardeio estratégico feito pelos aliados contra seus adversários, e a transformação tardia da Alemanha em uma plena economia de guerra, também contribuíram. Mais significativa do que os recursos econômicos totais consagrados ao esforço bélico é a proporção destes em relação ao produto bruto (PIB) de cada país.



Fordismo bélico nos EUA: produção em série

Nem a Alemanha nem o Japão (seus governos e Estados Maiores militares) pensavam, no início da guerra, em ter de lutar em uma guerra prolongada. Uma vez envolvidos na guerra, para aumentar sua produção se viram obrigados a utilizar milhões de trabalhadores estrangeiros; a Alemanha usou cerca de doze milhões de pessoas vindas de fora, principalmente da Europa Oriental,

enquanto o Japão escravizou mais de 18 milhões de pessoas no Extremo Oriente da Ásia.¹⁰⁹ Na Alemanha, Hitler recusava a alternativa de que as mulheres substituíssem, nas fábricas, os homens deslocados para o front de guerra (segundo seu ministro Albert Speer, porque isso lhe parecia aproximar o fantasma da revolução social que ele tinha vivido em 1918-1919).¹¹⁰ A.J.P. Taylor foi unilateral, no entanto, ao concluir que Hitler era menos um demônio histórico do que um dirigente preocupado com a sorte de seu país e que, na verdade, carecia da intenção de deflagrar um conflito mundial (teria se conformado com um *Lebensraum* alemão na Europa).¹¹¹ Segundo Taylor, o conflito mundial teria sido “imposto” pelas potências aliadas, inclusive no que diz respeito ao Japão, o qual, após o embargo imposto pelos Estados Unidos em agosto de 1941, “estava fadado a render-se ou ir à guerra”.

É perfeitamente possível estar de acordo com isso, ao mesmo tempo, reconhecer que o caráter das contradições nas quais estava imerso o imperialismo alemão (do qual Hitler e o nazismo eram a expressão paranóica: “epilético alemão com uma máquina de calcular no cérebro e um poder ilimitado nas mãos”, definiu-o Trotsky em 1940) obrigavam-no a envolver-se numa disputa de alcance mundial, devido ao seu choque inevitável com o imperialismo norte-americano, tal como foi analisado por Trotsky no seu último documento dado a público, o *Manifesto de Emergência da IV Internacional*: “Se a guerra é levada até o fim, se o exército alemão obtém vitórias, se o espectro da dominação alemã sobre a Europa surgir como um perigo real, o governo dos Estados Unidos deverá tomar uma decisão: permanecer à margem, permitindo a Hitler assimilar as novas conquistas, multiplicar a técnica alemã, transformando as matérias primas das colônias conquistadas, e preparar o domínio alemão *sobre todo o planeta*, ou, ao contrário, intervir no desenrolar da guerra para contribuir a cortar as asas do imperialismo alemão” (grifo nosso).¹¹² Um fato notável é que o percentual das despesas militares dos aliados ocidentais em relação ao gasto público total foi superior, ao longo da guerra, ao equivalente dos principais países do Eixo.

¹⁰⁹ Sobre o trabalho forçado dos estrangeiros na Alemanha nazista, ver: Edward L. Homze. *Foreign Labor in Nazi Germany*. Nova Jersey, Princeton University Press, 1967: “A mão de obra estrangeira foi decisiva para manter a capacidade produtiva da Alemanha. Embora sete milhões de alemães de sexo masculino fossem acrescentados à força de trabalho entre junho de 1940 e outubro de 1944, a totalidade da força de trabalho civil se estabilizou em 36 milhões durante a guerra graças ao uso de trabalhadores estrangeiros... Com o progresso da guerra e da urgência das necessidades econômicas, o conflito entre ideologia e economia se resolveu pela gradual erosão da ideologia. O estatuto do trabalhador do Leste, em especial, evoluiu daquele do desprezado *Untermensch* para aquele do ‘trabalhador hóspede’, como Sauckel chamou-o em finais de 1944” (pp. 131-164). A aproximação da derrota militar alemã começava a impor respeito pelas há pouco chamadas “raças inferiores”...

¹¹⁰ Albert Speer. *Inside the Third Reich*. Nova York, Phoenix, 2003.

¹¹¹ A.J.P. Taylor. *Op. Cit.*: “Ele chegou ao ponto que chegou porque os demais não sabiam o que fazer com ele... Hitler jamais teve um plano de *Lebensraum*. Não houve estudos dos recursos dos territórios que deviam ser conquistados; nenhuma definição nem mesmo de quais deveriam ser esses territórios. Não houve o recrutamento de um quadro capaz de realizar tais ‘planos’, nenhum levantamento dos alemães que poderiam ser transferidos, e muito menos sua inscrição. Quando grandes áreas da Rússia soviética foram conquistadas, seus administradores viram-se desorientados, sem qualquer instrução sobre se deveriam exterminar a população existente, explorá-la, ou tratá-la como amiga ou inimiga... Embora o objetivo de ser uma grande potência seja a capacidade de travar uma grande guerra, a única maneira de continuar sendo grande é não entrar em guerra, ou travá-la em escala limitada... Depois da guerra, quiseram atribuir-lhe a culpa de tudo que havia acontecido, a despeito das provas. Isso se ilustra pela convicção quase universal de que Hitler iniciou o bombardeio indiscriminado de civis, *quando ele foi iniciado pelos responsáveis pela estratégia britânica*” (grifo nosso) (pp. 15-23). O autor considera que a origem da guerra “mundial” foi determinada pelo fato da guerra sino-japonesa e a guerra na Europa e em suas colônias ocorrerem de forma simultânea, fundindo-se aleatoriamente em 1941. As afirmações de Taylor a respeito da não-responsabilidade (relativa) de Hitler na deflagração da guerra mundial provocaram as iras de Barbara Tuchman (*A Marcha da Insensatez*. De Troia ao Vietnã. Rio de Janeiro, José Olympio, 2005).

¹¹² *Les Congrès de la Quatrième Internationale*. Paris, La Brèche, 1978.

Relação entre gasto público total e gasto bélico (em bilhões de unidades monetárias locais)¹¹³

País	Gastos totais	Gastos militares	%
Inglaterra	24,8	20,7	83,5
EUA	269,9	236,5	87,6
Alemanha	657	445	67,7
Japão	137,5	108	78,5
URSS	1.146,8	569,8	49,6

Com uma economia quase totalmente estatizada, a URSS gastou proporcionalmente menos, em termos de gasto público, que os restantes países beligerantes. Em se utilizando, como termo de comparação entre os aliados, não o PIB nem o gasto público, mas a renda nacional, vê-se que a URSS “gastou” mais homens, mas relativamente menos recursos econômicos e financeiros estatais, para obter uma vitória bélica que foi, centralmente (como veremos adiante) sua. Ao se considerar a totalidade da renda nacional (incluindo nas contas a renda salarial, principalmente) têm-se:

Percentual da renda nacional consagrada à guerra entre os países aliados¹¹⁴

País	1939	1940	1941	1942	1943	1944
Inglaterra	15	39	49	53	54	54
EUA	2	3	11	35	46	46
URSS	22	27	35	45	48	44



A economia norte-americana em guerra: cartaz de propaganda

¹¹³ Jacques Wolff. *Op. Cit.*

¹¹⁴ *Idem.*

Do seu lado, a Alemanha nazista financiou boa parte de seus gastos militares mediante o saque (material e financeiro) dos países ocupados, em especial a França. Hermann Göring organizava verdadeiras razzias nesses países; sem falar do roubo de riquezas, ouro, dinheiro e obras de arte, organizado pela hierarquia nazista em seu próprio benefício, boa parte de cujo resultado foi para os bancos suíços (que, até data recente, se negavam a restituí-los aos descendentes de seus últimos proprietários legítimos).¹¹⁵ O marco alemão foi sobrevalorizado artificialmente, controlando-se todos os institutos ou bancos de emissão dos países ocupados: os alemães podiam comprar em toda Europa a preços convenientes, pois era seu próprio país quem fixava compulsoriamente as taxas de câmbio.

A “Organização Todt” foi reorganizada quando da morte por acidente de seu titular,¹¹⁶ o próprio Todt, sendo nomeado Albert Speer para chefiá-la; a Alemanha deu “diretamente o poder aos industriais para fortalecer sua economia (de guerra). Constituiu-se um Conselho de Armamentos, *Rüstungstrat*, com Afred Krupp, Poensgen, da companhia de aço, Hermann Röchling e Pleiger, das Empresas Göring”. Mas nenhuma reorganização deu conta do problema central: “Em inícios de 1943 a mão de obra alemã atingiu seu ponto culminante. Já a partir do inverno 1941-42 a demanda de mão de obra mostrava tendência a ultrapassar a oferta, mas, graças ao recrutamento de trabalhadores estrangeiros, a mão de obra total, militar e civil, aumentou. A partir de 1943 o número total de civis empregados no Reich diminuiu continuamente. Os alemães se viram diante do problema de manter a produção com menos recursos, agravado pela perda da iniciativa militar, e pelo aumento das empresas dos países ocupados que trabalhavam por conta da Alemanha... A partir de 1942, o território controlado pelos alemães se reduziu; as primeiras zonas perdidas foram precisamente as regiões da Rússia que até 1942 tinham demonstrado ser fonte abundante de trabalhadores”.¹¹⁷ Entre meados de 1938 e meados de 1942, o alistamento militar alemão fez a força de trabalho civil encolher em 7,8 milhões. O racismo exterminador ariano tocava seu limite: o limite econômico, ou seja, o *trabalho* e sua necessidade. Devido à escassez crescente, a importação de mão de obra não se limitou aos prisioneiros de guerra, os operários estrangeiros contratados eram cinco milhões em 1942: “Serão sete milhões em maio de 1944, oito milhões um ano depois... Os operários estrangeiros eram inicialmente voluntários atraídos pelos salários elevados”.¹¹⁸

Hitler não queria as mulheres alemãs nas fábricas, e teve de pagar um alto preço por isso, pois os salários dos trabalhadores estrangeiros não eram fictícios, e eram bem maiores à média europeia. A economia-ficta (não há saque que compense a ausência de produção econômica-industrial real) acabou deixando sua marca na esfera militar nazista. No início, eram as estatísticas econômicas as fictícias, logo passaram a sê-lo também as militares: “A progressiva redução dos recursos da Alemanha foi dissimulada por uma política de segredo extremo no interior do país e de uma crescente diluição das unidades militares. O número de divisões era mantido semelhante ao

¹¹⁵ Jean Ziegler. *Svizzera: l'Oro e i Morti*. Milão, Mondadori, 1997.

¹¹⁶ *Organisation Todt* (OT) foi um grupo alemão de construção e engenharia fundado durante os anos do Terceiro Reich. Criado por Fritz Todt, o *Reichsminister für Rüstung und Kriegsproduktion*, foi anexado ao exército e foi ativo durante toda a Segunda Guerra Mundial. O grupo construía as infraestruturas de comunicações e de defesa, incluindo fábricas de armamento e campos de concentração. O grupo foi ainda responsável pela Muralha do Atlântico, docas de submarinos, e defesas alemãs na Itália. O grupo era formado por um número pequeno de conselheiros técnicos e engenheiros e um enorme número de trabalhadores estrangeiros (1,5 milhão em 1944). Em 1942, com a morte de Todt, numa queda de avião, o grupo foi removido do controle militar e tornou-se parte do governo central sob o controle de Albert Speer.

¹¹⁷ Arnold Toynbee. *La Europa de Hitler*. Madri, Sarpe, 1985, p. 173.

¹¹⁸ Pierre Miquel. *La Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires, Emecé, 1990, p. 521.

inicial; a falsidade das cifras, como índices da força militar efetiva, não aparecia de modo evidente”.¹¹⁹ O próprio Hitler, no final da guerra, se tornou prisioneiro de suas fantasias econômico-militares. A produção de aviões aliada (URSS incluída) triplicou a produção do Eixo, durante o decurso da guerra. A produção norte-americana, por outro lado duplicou a produção soviética, em que pese a URSS carregar com o fardo maior do combate contra a Alemanha: a União Soviética lutou, em comparação com as potências capitalistas, mais com homens do que com armas.

Produção de aviões durante a Segunda Guerra Mundial

País	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	Total
Inglaterra	7.940	15.049	20.094	23.672	26.263	26.461	12.070	131.549
EUA	2.141	6.086	19.433	47.836	85.898	96.318	46.001	303.713
URSS	10.382	10.565	15.735	25.436	34.900	40.380	20.900	158.218
Alemanha	8.295	10.826	12.401	15.409	24.807	40.593	7.540	119.871
Japão	4.467	4.768	5.088	8.861	16.693	28.180	8.263	76.320
Total	33.225	47.294	72.751	121.214	188.561	231.852	94.774	789.671

As economias capitalistas (as economias dos principais países beligerantes) se transformaram em *economias de guerra* durante o conflito (o que não chegou a ser o caso da URSS). A Primeira Guerra Mundial, por outro lado, fora basicamente financiada através de impostos (Inglaterra) ou de empréstimos (Alemanha); a Segunda Guerra Mundial, sem dispensar esses mecanismos, foi encarada através da configuração de economias *dirigidas*, baseadas no aumento sem precedentes da despesa pública (em defesa), sem falar na incorporação das representações sindicais (ou corporativas, no caso dos países do Eixo) ao “esforço comum” do Estado Nacional em guerra. A democracia (representação parlamentar) não foi destruída nos dois blocos em luta na Primeira Guerra Mundial; ela estava, ao contrário, completamente ausente nos países de um dos blocos (o Eixo) da Segunda Guerra Mundial. Esse “keynesianismo militar-corporativo”, baseado na anulação da independência de classe das organizações dos trabalhadores, ou na sua simples destruição, fatores que foram duradouros (para além da guerra), representou um ponto de virada na história do capitalismo mundial.

¹¹⁹ Basil Liddel Hart. *History of the Second World War*. Londres, Cassel & Co - Pan Books, 1973.

9. HOLOCAUSTO: PREPARAÇÃO

Em que pese o uso maciço de mão de obra estrangeira, a guerra mundial deu também uma impulsão decisiva ao “universo concentracionário” na Alemanha. As “empresas SS” tiveram um desenvolvimento maior a partir de 1939, com a nomeação de Oswald Pohl como diretor geral do Ministério do Interior e com a ajuda de industriais alemães favoráveis do nazismo: “A 30 de abril de 1942, Oswald Pohl, chefe do ‘Escritório Principal Económico e Administrativo SS’ enviava a Himmler um informe sobre ‘A situação atual dos campos de concentração’, em que se lia: ‘A guerra produziu câmbios estruturais visíveis nos campos de concentração e modificou radicalmente suas tarefas, no que se refere ao uso dos detidos. A detenção só por motivos de segurança, educativos ou preventivos, já não estava no primeiro plano. O centro de gravidade se deslocou para o lado econômico’. O regulamento ditado em consequência dizia que os detidos deveriam trabalhar até o esgotamento, para atingir o máximo rendimento; que a jornada de trabalho seria ilimitada, e que só dependeria da estrutura e natureza do trabalho”.



Campos de concentração nazistas na Europa ocupada, 1939-1945

O mesmo autor completa: “Grande parte dessa mão de obra gratuita e escrava foi aproveitada por grandes empresas, como Krupp e Siemens; mais particularmente, em Auschwitz, a *IG Farbenindustrie* instalou em Buna, terceiro campo de Auschwitz, uma fábrica de borracha sintética. Por ela passaram 35.000 detidos, dos quais morreram 25.000. Outras grandes empresas alemãs também participaram e se beneficiaram do Holocausto, entre elas a *Bayerische Motoren-Werke* (BMW), Volkswagen e Daimler Benz. IBM, o conhecido gigante estadunidense da informática, trabalhou para o regime nazista: as cartas perfuradas da IBM serviram para identificar e catalogar os que seriam eliminados.¹²⁰ Também a Ford e a General Motors utilizaram trabalho escravo sob Hitler, fabricando veículos militares em Colônia para o exército alemão...

¹²⁰ Cf. Edwin Black. *IBM et l'Holocauste*. Paris, Robert Laffont, 2001.

Volkswagen e Ford (negam hoje) o pagamento das indenizações que reivindicam os sobreviventes dos trabalhos forçados”.¹²¹

O grande truste químico *IG Farben* não somente utilizou massivamente a mão de obra escrava em Auschwitz e outros campos: também produziu o gás Zyklotron B, que servia para exterminar as vítimas do sistema concentracionário. Oskar Schindler e alguns outros empresários que salvaram numerosos judeus da morte, celebrizados no filme de Steven Spielberg (*A Lista de Schindler*) foram exceção, não um caso frequente, e menos ainda uma regra. O caráter do conflito mundial esclarece parcialmente, desse modo, seu aspecto mais atroz: o assassinato (genocídio) de seis milhões de judeus na Europa. Arno Mayer situou, polemicamente, a “solução final” dentro da lógica de guerra do nazismo: “O limite que separa a expulsão, o encerramento nos guetos, as deportações e os assassinatos esporádicos, do massacre e da destruição sistemáticas, não foi ultrapassado senão um certo tempo depois da invasão nazista da União Soviética, em 22 de junho de 1941 (...) Só em 20 de janeiro de 1942, na conferência de Wannsee, foram tomadas as medidas para a ‘solução final’, que implicava a tortura e o aniquilamento dos judeus de toda a Europa ocupada e controlada pelos nazistas”.¹²² Essa datação da fatídica decisão é objeto de controvérsias históricas. Em Wannsee foram de fato feitos levantamentos numéricos dos judeus do toda Europa, inclusive de países neutros, revelando o propósito de aniquilação total, sem respeitar fronteiras ou normas jurídicas de nações não incluídas dentro do Reich. O primeiro gaseamento em Auschwitz (Oswiecim) teve lugar em janeiro de 1942, mas ainda numa base experimental. Segundo Robert Gertwarth, foi numa séria de reuniões celebradas em finais de abril de 1942 entre Hitler e Himmler que se definiu a estrutura da implementação de um programa pan-europeu de aniquilamento metódicos dos judeus, a ser levado adiante a partir de maio desse ano. A intenção ou desejo geral de extermínio dos judeus, bem entendido, existiam antes dessa data (Arno Mayer, no entanto, questionou que, antes dela, existisse a decisão concreta de passar da intenção à prática genocida). Em Wannsee se reuniram só quinze hierarcas nazistas, sob a presidência de Reinhardt Heydrich, quem principiou a conferência lembrando que o plano inicial fora a expulsão dos judeus dos territórios do Reich. Até 1941, no entanto, os judeus expulsos somavam “só” 573 mil, dos quais 360 mil alemães, 147 mil austriacos e 30 mil do Protetorado de Boêmia e Moravia. A política de emigração forçada fora suspensa com a explosão da guerra mundial “por motivos de segurança”, a possibilidade de que os judeus expulsos levassem para os inimigos do Terceiro Reich conhecimentos e experiência profissional (inclusive bélica) que seriam postas à serviço do inimigo. A opção de enviar judeus para territórios ao Leste surgira com a invasão da URSS, em junho-julho de 1941. Os judeus enviados para esse destino seriam agrupados em campos de concentração e usados para tarefas penosos e duras (construção de estradas, principalmente) e pereceriam, em sua maioria, devido às próprias condições de trabalho. Ainda isto não seria, segundo Heydrich, a “solução final” ou, nas suas palavras, a “terceira fase”, em cujo detalhe não entrou, ou pelo menos não registrou nos atos do evento.¹²³

Os “detalhes” dessa “fase”, aparentemente, foram tratados paralelamente, ou logo depois, em reuniões de cúpula celebradas entre Hitler, Himmler e Heydrich, com alguma outra presença

¹²¹ Alejandro Teitelbaum. El Holocausto y las grandes empresas. *El Diplô* nº 69, Buenos Aires, março 2005. Em 1999 o governo alemão anunciou finalmente a criação de um fundo de indenização aprovisionado pelo Estado e por empresas como Allianz, BASF, Bayer, BMW, Daimler-Chrysler, Deutsche Bank, Friedrich-Krupp, Krupp-Hoesch, Hoechst, Siemens, Volkswagen e Dresdner Bank. Na Europa oriental, centro do genocídio, não existe nada de semelhante.

¹²² Arno J. Mayer. *La “Solution Finale” dans l’Histoire*. Paris, La Découverte, 1990, pp. 506-507.

¹²³ Mark Roseman. *Il Protocollo del Wannsee e la Soluzione Finale*. Milão, Mondadori, 2014.

ocasional de algum outro burocrata da morte (Eichmann, perito em “assuntos judeus” das SS, talvez). Arno J. Mayer usou o termo “judeocídio”; o termo “genocídio”, hoje comumente usado, foi cunhado por um jurista norte-americano de origem judia em plena guerra mundial.¹²⁴ A polêmica sobre a natureza do Holocausto judeu afunilou duas tendências básicas de interpretação. Os “intencionalistas” acham que o Holocausto foi planejado por Hitler desde o início. Os “funcionalistas” defendem que o Holocausto foi iniciado em 1942 como resultado da crise da política nazi de deportação de judeus, e das iminentes derrotas militares na Rússia: as fantasias prévias de exterminação delineadas por Hitler em *Mein Kampf* (em que *Judah* era apresentada como peste global; os judeus podiam pertencer a uma raça, mas não à humanidade) e na literatura nazista teriam sido mera propaganda e não constituíam planos concretos (essa foi também a estratégia da argumentação da defesa dos nazistas nos julgamentos de Nüremberg).

Hitler tinha escrito, em 1921 no *Völkische Beobachter* (a respeito de Walter Rathenau, judeu e ministro de Fazenda da República de Weimar): “É preciso evitar a subversão de nosso povo, se necessário recluindo seu vírus instigador em *campos de concentração*”.¹²⁵ Daniel Goldhagen, indo fundo na primeira vertente de análise mencionada acima, argumentou que os alemães em geral sabiam e participaram com convicção no Holocausto, que teria sua origem num antissemitismo alemão profundamente enraizado. Goldhagen viu na Igreja cristã uma das suas origens, citando (abundantes) passagens do Novo Testamento claramente antissemitas.¹²⁶

Não faltam os que conciliam ambas as posições: “Como os intencionalistas, acho que Hitler abrigou a intenção de exterminar os judeus; essa intenção, porém, não era absoluta, mas condicionada, por-se-ia em prática no caso de uma situação bem definida, por exemplo, o fracasso de seus planos de conquista, deixando aberta a via para aplicar outras políticas. Ao igual que os funcionalistas, sustento que uma combinação de circunstâncias foi essencial para o cumprimento dessa intenção, para seu traslado à prática; aqui, a percepção do fracasso da campanha russa e suas consequências estratégicas jorgaram um papel decisivo”.¹²⁷ O que mais falta, porém, é uma explicitação clara do que está em jogo nesse debate, que poupa, não os executores, mas sim uma boa parte dos responsáveis (políticos e históricos) pelo pior crime em massa praticado na história. Finalmente, “o Holocausto é fenomenologicamente único em virtude do fato de que nunca antes um Estado se fixara, como objetivo de princípio e como política de fato, a tarefa de aniquilar fisicamente cada um dos homens, mulheres e crianças pertencentes a um povo determinado”.¹²⁸

Foi na situação social criada pela crise mundial e pela ascensão do nazismo que os mitos antissemitas encontraram o seu campo mais fértil de propagação: “O pequeno-burguês necessita uma instância superior, além da natureza e da história, protegida contra a competição, a inflação, a crise e a venda em leilão público. À evolução, à concepção materialista, ao nacionalismo – aos séculos XX, XIX e XVIII – opõe-se o idealismo nacional como fonte de inspiração heróica. A nação de Hitler é a sombra mitológica da própria pequena-burguesia, delírio patético que lhe mostra o

¹²⁴ Raphael Lemkin. *Axis Rule in Occupied Europe*. Washington, Carnegie Endowment for World Peace, 1944.

¹²⁵ Instituição criada pelas autoridades inglesas, no início do século XX na África do Sul, durante a “guerra dos bôers”.

¹²⁶ Daniel Goldhagen. *Hitler's Willing Executioners*. Ordinary Germans and the Holocaust. Nova York, Alfred A. Knopf, 1996. É fato que alemães que se recusaram a participar nas matanças maciças de judeus e em outros crimes, em geral, não foram punidos pelos nazistas. A resistência nesse plano era, portanto, possível. Alemães casados com judeus ou judias que optaram por se manter com o seu companheiro/a permaneceram não-castigados e suas esposas/os judias sobreviveram.

¹²⁷ Philippe Burrin. *Hitler e os Judeus*. Gênese de um genocídio. Porto Alegre, L & PM, 1990.

¹²⁸ Steven Katz. *The Holocaust in Historical Context*. Nova York, Oxford University Press, 1994, p. 28.

seu reinado milenar sobre a terra. Para elevar a nação por cima da história, se lhe dá o apoio da raça. A história é considerada como a emanção da raça. As qualidades da raça são construídas independentemente das diversas condições sociais. Ao rejeitar a concepção econômica como inferior, o nacional-socialismo desce para uma etapa mais baixa: do materialismo econômico recorre ao materialismo zoológico (...) Do sistema econômico contemporâneo, os nazistas excluem o capital usurário e bancário como se fosse o demônio. Mas é precisamente nessa esfera onde a burguesia judia ocupa um lugar importante. *Os pequeno-burgueses se inclinam diante do capital em seu conjunto, mas declaram guerra ao maléfico espírito de acumulação sob a forma de um judeu polonês com uma longa capa que, muito frequentemente, não tem um centavo em seus bolsos. O pogrom se converte na prova mais elevada da superioridade da raça*".¹²⁹

O prognóstico de Trotsky - a inevitável política nazista de extermínio dos judeus - estava relacionado ao seu prognóstico da irrupção de uma nova guerra mundial, mas não dependia desta. Em 1938, Trotsky afirmava que "o número de países que expulsa os judeus cresce sem parar. O número de países que podem aceitá-los decresce... Podemos, sem dificuldade, imaginar o que espera os judeus com o mero início da próxima guerra mundial. Mas mesmo sem guerra, o próximo desenvolvimento da reação mundial significa com certeza o *extermínio físico dos judeus*".¹³⁰ Essas linhas foram escritas "bem antes que os fornos de Hitler começassem a sua tarefa, quando o mundo inteiro era indiferente em relação ao problema dos judeus".¹³¹ No mesmo artigo, de dezembro de 1938, Trotsky não apenas alertou contra o perigo de extermínio dos judeus, mas contra a proximidade dessa catástrofe, e lançou um apelo para que todos os elementos progressistas viessem ao auxílio.

Para os judeus de todas as classes isso era uma obrigação, já que, num momento em que a Palestina aparecia como uma "trágica miragem", o Birobidjã (a "república judia" criada pelo Kremlin dentro da URSS) como uma "farsa burocrática", e os países da Europa e do mundo novo fechavam as suas fronteiras para a imigração judaica, apenas a revolução podia salvá-los do massacre: "A IV Internacional foi a primeira a proclamar o perigo do fascismo e indicar o caminho para a salvação. A IV Internacional chama as massas populares a não se deixarem enganar e a encarar abertamente a realidade ameaçadora. A salvação reside apenas na luta revolucionária... Os elementos progressivos e perspicazes do povo judeu têm a obrigação de vir ao auxílio da vanguarda revolucionária. O tempo preme. Um dia agora equivale a um mês ou até um ano. O que fizerem, façam rápido!".¹³²

O que estava sendo feito era outra coisa: em 1925 Vladimir Zeev Zobotinsky havia criado a "união mundial dos sionistas revisionistas" que, sem esconder sua admiração pelo fascismo, defendia a construção de um Estado judeu corporativo nas duas margens do Jordão, na Palestina; deu origem aos grupos terroristas Irgun (1931) e Stern (1940) e à promoção da imigração ilegal, negociando com todos os governos (fascistas incluídos). E os judeus da Europa, a grande maioria?: "Para Trotsky não era questão de 'esperar' pelo socialismo (para salvá-los). Medidas práticas imediatas eram necessárias para salvar os judeus dos açogueiros nazistas. Com a derrota da revolução socialista na Europa, nada poderia ter ajudado senão uma campanha internacional poderosa para revelar os verdadeiros planos de Hitler e forçar os países do Ocidente a abrir as suas portas e oferecer asilo aos judeus, principalmente os Estados Unidos e a Inglaterra. Trotsky

¹²⁹ Leon Trotsky. *El Fascismo*. Buenos Aires, CEPE, 1973, pp. 77-78, 80-81, grifo nosso.

¹³⁰ Leon Trotsky. Appeal to American Jews menaced by fascism and anti-semitism. *On the Jewish Question*. Nova York, Pathfinder Press, 1994, p. 29.

¹³¹ Jejiel Harari. Trotsky et la question juive. *Dispersion et Unité* nº 11, Jerusalém, 1971.

¹³² Leon Trotsky. *Op. Cit.* p. 30.

chamou por uma ação massiva em torno da demanda de asilo *já* para os judeus ameaçados. Tal demanda era capaz de unir todos os verdadeiros oponentes do fascismo, socialistas ou não, em um movimento de massas que poderia ter salvado milhões das câmaras de gás”.¹³³ Trotsky não via a ameaça de extermínio dos judeus como um produto das características intrínsecas e do antissemitismo secular do povo alemão (como afirma uma corrente da historiografia do nazismo e, mais recentemente, Daniel Goldhagen), mas como um problema criado pelo capitalismo, sendo que a “questão judaica é mais crítica no país capitalista mais avançado da Europa, a Alemanha”.¹³⁴

“Em uma frase memorável, animada pela premonição das câmaras de gás, Trotsky resumiu assim a essência do nazismo: ‘Tudo o que a sociedade, se tivesse se desenvolvido normalmente [por exemplo em direção ao socialismo] deveria ter expulsado, como excremento da cultura, está agora brotando pela sua garganta: a civilização capitalista está vomitando a barbárie não digerida”.¹³⁵ E havia o perigo do antissemitismo nos Estados Unidos chegar a se tornar tão crítico ou pior do que na Alemanha: “A vitória do fascismo nesse país [a França] significaria o fortalecimento da reação, e o crescimento monstruoso do antissemitismo violento em todo o mundo, sobretudo nos Estados Unidos,”¹³⁶ que rejeitou grupos judeus em fuga da Europa nazista, durante a guerra.

A perspectiva do massacre *geral* dos judeus foi denunciada pela IV Internacional desde, pelo menos, 1938, vinculando-a à situação histórica de meados do século XX: “*Antes de esgotar a humanidade ou de a afogar no sangue, o capitalismo envenena a atmosfera mundial com os vapores deletérios do ódio nacional ou racial. O antissemitismo é uma das piores convulsões da agonia do capitalismo*”, chamando a “denunciar implacavelmente todos os preconceitos de raça e todas as formas e nuances da arrogância nacional e do chauvinismo, em especial o antissemitismo”.¹³⁷ A denúncia, o alerta e o chamado à luta, porém, não estavam, nesse caso, a serviço da denúncia do “mal absoluto”, mas do modo de produção capitalista e dos extremos desumanos que ele poderia atingir para garantir sua sobrevivência. Trotsky e a IV Internacional não só alertaram para a possibilidade do Holocausto, mas também foram a única tendência política presente na Europa que chamou a lutar contra ele - isto é, não só contra o antissemitismo em geral, mas contra a *perspectiva concreta do extermínio do povo judeu*.

Em um documento de maio de 1940 Trotsky fez um de seus últimos comentários sobre o “problema judeu” e a sua inserção no problema mais geral do mundo em guerra: “O mundo do capitalismo em decomposição está superlotado. A questão de se admitir cem refugiados a mais se torna um grande problema para uma potência mundial como os Estados Unidos. Na era da aviação, telégrafo, telefone, rádio e televisão, viagens de país a país estão paralisadas por passaportes e visas. O período do desgaste do comércio exterior e declínio do comércio interno é, ao mesmo tempo, o período da intensificação monstruosa do chauvinismo e especialmente do antissemitismo. No período de sua ascensão, o capitalismo tirou o povo judeu do *ghetto* e o utilizou como instrumento de sua expansão comercial. Hoje a sociedade capitalista decadente está tentando espremer o povo judeu por todos os seus poros; dezessete milhões de indivíduos de dois bilhões que habitam o globo, isto é, menos de 1%, não encontram mais um lugar sobre o nosso planeta! Em meio à vastidão das terras e maravilhas da tecnologia, que conquistou os céus

¹³³ Peter Buch. Introduction, in: Leon Trotsky. *On the Jewish Question*, ed. cit.

¹³⁴ Leon Trotsky. Interview with Jewish correspondents in Mexico. *On the Jewish Question*, ed. cit., p. 20.

¹³⁵ Isaac Deutscher. *Los Judios no Judios*. Buenos Aires, Kikiyon, 1969.

¹³⁶ Leon Trotsky. Appeal to American Jews menaced by fascism and anti-semitism. *Op. Cit.*, p. 29.

¹³⁷ Leon Trotsky. *Programa de Transição*. Porto Alegre, Combate Socialista, s.d.p., p. 28.

para o homem assim como a terra, a burguesia conseguiu converter o nosso planeta em uma prisão atroz...”.¹³⁸

Uma rede de mais de 40 mil instalações na Alemanha e nos territórios ocupados pelos nazistas foi utilizada para concentrar, manter, explorar e matar judeus e outras vítimas. A perseguição e o genocídio foram realizados em etapas. Várias leis para excluir os judeus da sociedade civil - com destaque para as Leis de Nüremberg de 1935 - foram decretadas na Alemanha antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Campos de concentração foram criados; os presos enviados eram submetidos a trabalho escravo até morrerem de exaustão ou doenças. Quando a Alemanha ocupou os territórios da Europa Oriental, unidades paramilitares especializadas, *Einsatzgruppen*, assassinaram mais de um milhão de judeus em fuzilamentos em massa. Judeus e ciganos foram confinados em guetos superlotados, até serem transportados, através de trens de carga, para campos de extermínio, onde, se sobrevivessem à viagem, a grande maioria era sistematicamente morta em câmaras de gás.

Cada ramo da burocracia alemã esteve envolvido na logística que levou ao extermínio. A guerra definiu melhor seus meios, utilidade (para o nazismo) e contornos políticos: na Europa oriental “a violência contra os judeus servia para aproximar os alemães e os elementos da população local não judaica [facilitando os objetivos militares alemães]... As pessoas que respondiam às incitações alemãs sabiam que estavam agradando ao novo senhor e, acreditando ou não que os judeus fossem responsáveis [pela guerra], por meio de suas atitudes confirmavam a visão do mundo nazista”.

Durante uma turnê realizada pelo Oeste da URSS e parte da Europa oriental ocupada, em julho de 1941 (apenas um mês depois da invasão nazista da URSS), Heinrich Himmler ordenou a matança imediata inclusive de mulheres e crianças judias; um mês depois, ainda (em agosto), veio a ordem de extermínio total das comunidades judaicas na URSS ocupada: “Os oficiais e soldados da *Wehrmacht* (pensavam que) a eliminação dos judeus podia ajudar a levar uma guerra cada vez mais difícil a uma conclusão vitoriosa, ou a evitar a resistência dos partisanos, ou pelo menos melhorar os suprimentos de víveres [pois haveria menos pessoas para consumi-los]... Com o passar do tempo, os oficiais militares [que não aprovavam o extermínio judeu] acabaram se convencendo de que a chacina de judeus era necessária. Não porque a guerra estava a ponto de ser vencida, como Hitler e Himmler ainda podiam crer no verão de 1941, mas porque ela poderia ser facilmente perdida... A guerra para destruir a União Soviética se tornara uma guerra para liquidar os judeus”.¹³⁹

Teria sido o Holocausto, uma tragédia definidora de nossa contemporaneidade, portanto, um subproduto (“efeito colateral”) da guerra contra a URSS? Obvia e definitivamente *não*. Se é verdade que “o assassinato em massa ainda estava além do concebível na década de 1930, mesmo para Heydrich e seu centro planejador antijudaico dentro do SD”, ainda nessa década (antes da guerra) operou-se uma transformação ideológica. Os inimigos iniciais da Alemanha designados pelo nazismo (o bolchevismo e a maçonaria) “eram [passaram a ser] meramente ‘criações’ do mundo judeu”.¹⁴⁰ O extermínio do judaísmo passou a ser visto como a extirpação do “mal” pela raiz, ou seja, passou a ser um objetivo *em si*, não um simples recurso demagógico.

¹³⁸ La guerre impérialiste et la révolution prolétarienne mondiale. In: *Les Congrès de la Quatrième Internationale*. Paris, La Brèche, 1978.

¹³⁹ Timothy Snyder. *Op. Cit.*, pp. 233, 245, 257.

¹⁴⁰ Robert Gertwarth. *Op. Cit.*, pp. 118 e 125.



Chegada de judeus, mulheres e crianças, a Auschwitz

O indubitável papel central de Hitler (e de sua ideologia racista antissemita, farta e lunaticamente exposta em *Mein Kampf* desde 1923) no Holocausto não deve fazer esquecer seus fatores estruturais. Como o feitiço que acaba fugindo ao controle de seu feiticeiro, o antissemitismo político de Hitler (que ele inculcou no partido nazista), acabou se transformando, com o partido transformado em Estado, em mola mestra de um genocídio que poucos acreditavam fosse possível nessas dimensões: “Havia pessoas que eram elas próprias não mais do que antissemitas latentes, procurando formas de mostrar que eram mais antissemitas, agir contra judeus, prontos a se envolverem em ações contra judeus. Mais e mais pessoas foram absorvidas pelo partido nazista, que era determinado por esse antissemitismo racial, por essa necessidade patológica de expulsar os judeus da Alemanha. Mais as pessoas aderiam ao partido nazista, mais estavam expostas a isso. A nação se tornou mais intensamente antissemita. E o antissemitismo dos radicais do partido nazista se estendeu à burocracia de Estado, à organização policial, se tornou um leitmotiv do regime como um todo, sem ter penetrado da mesma maneira nas ideias do povo em sua maioria... A improvisação radical terminou na solução final e nas câmaras de gás. Na Conferência de Wannsee, em janeiro de 1942 (sobre a solução final da questão judaica), vêm-se os planos serem meticulosamente traçados para a destruição de milhões de judeus, mesmo em países que a Alemanha não havia conquistado, como a Grã-Bretanha, Irlanda ou Suíça”.¹⁴¹

A “loucura nazista” revelava-se assim, também, militarmente suicida. No final da guerra, o mais importante para a liderança nazista era levar a cabo o extermínio dos judeus. Depois de diversos ensaios, como a perseguição e extermínio dos doentes mentais alemães durante vários anos, a solução final, com o emprego de câmaras de gás, foi finalmente posta em operação em 1942. A partir de então, todos os esforços alemães se concentraram nisso. A prioridade atribuída ao transporte de prisioneiros para os campos de extermínio, em detrimento de objetivos militares, comprova-o. A malha ferroviária foi modificada para acelerar a evacuação dos judeus dos guetos, embora isso prejudicasse a mobilidade e a resistência do exército alemão ao ataque aliado. Na perspectiva de Hitler, se a guerra não pudesse ser ganha, era preciso ao menos eliminar os judeus da face da Europa (já que não do mundo).

¹⁴¹ Ian Kershaw. *Op. Cit.*

Que explicação cabe? Para explicar o “fenômeno Hitler” na sua integralidade, Ian Kershaw utilizou a teoria da “liderança carismática”, do sociólogo alemão Max Weber, elaborada antes do nazismo, a partir de personagens religiosos. Em períodos de grande crise, esses personagens, profetas, parecem oferecer a salvação para as pessoas: o *carisma* era algo visto no personagem por aqueles ao redor dele. Não significa que o personagem fosse grandioso, num sentido convencional, mas que tinha qualidades de liderança heróica, investidas nele pela visão dos outros, o que Weber chamava de “comunidade carismática”. Para Kershaw, “Hitler não tinha grande apelo pessoal e era um talentoso orador popular, além disso é difícil ver o que o povo enxergava nele. No contexto da República de Weimar, da perda da guerra, da humilhação nacional, turbulências políticas, miséria econômica, crise cultural, as pessoas estavam preparadas para investir nesse indivíduo, ver nele qualidades de grande liderança que poderiam trazer uma salvação nacional para a Alemanha. À medida que o partido nazista ganhava terreno, mais pessoas eram atraídas pelo apelo popular de Hitler”. O alpinismo social oportunista parece ter sido um fator chave: “O interesse que ele provocava nas pessoas ao redor vinha do poder que ele encarnava, ele oferecia um futuro brilhante para elas e para a Alemanha. Ele era um homem capaz de oferecer às pessoas oportunidades impossíveis de imaginar”.

A teoria de Kershaw do nazismo como “um estranho modelo de liderança imposto a uma moderna forma de funcionamento de estado burocrático” se encontra justaposta aos acontecimentos e processos da história do nazismo de modo artificial, pois em momento algum ela esclarece ou explica a trama profunda de algum deles, considerados isoladamente, e só explica “as tensões e estruturas do regime (que) nascem da natureza dessa liderança carismática”. Isto não se explica só pelo histórico complexo de inferioridade dos historiadores (“coleccionadores de documentos”) perante os “teóricos” (filósofos ou sociólogos), perante os quais os primeiros exibiriam uma limitada projeção teórica.

Pois falar de “pessoas” (ou “dos alemães”) em geral, sem distinguir classes sociais, partidos e processos políticos, sublinhando o fascínio e apoio popular suscitado por Hitler entre eles, conclui implicitamente na tese da “culpabilidade geral” do povo alemão pelo nazismo (“A estrada para Auschwitz foi construída com ódio, mas pavimentada pela indiferença”) e, sobretudo, pelo próprio Holocausto judeu, tese que Daniel Goldhagen explorou com consequência (e conclusões políticas) mais explícitas.¹⁴² Joachim Fest generalizou a tese, concluindo em que: “Hitler representa o mal em estado puro, o oposto da civilização... demonstrou que o mal está presente na natureza humana, a impregna”.¹⁴³ Kershaw contestou, com um exame detalhado de documentos, as teorias “revisionistas” que tentaram absolver Hitler do Holocausto. Se, de fato, não existiu uma ordem escrita por Hitler para a execução da “solução final para a questão judaica”, isso não o isenta da responsabilidade pelo extermínio de milhões de judeus, pois, além de estimular verbalmente essa “aniquilação” (palavra que usava com prodigalidade), ele estava perfeitamente a par do que se passava nos campos de concentração, e encorajava seus subordinados para irem mais longe.

Desde pontos de partida opostos, Ian Kershaw (“funcionalista”) e Daniel Goldhagen (“intencionalista”) chegaram a um terreno comum: emancipar o genocídio judeu perpetrado pelo nazismo das condições históricas gerais que o propiciaram. A “solução final da questão judaica”

¹⁴² Daniel Goldhagen. *Op. Cit.* Cabe assinalar que, ao contrário, Steven Spielberg, “ao tratar da deportação judaica sob o nazismo, realça o ‘bom alemão’, recusando-se a engrossar a condenação em bloco da Alemanha, ao contrário do que fez a maior parte dos judeo-gentios americanos”, como o próprio Goldhagen (Edgar Morin. *O Mundo Moderno e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, p. 104).

¹⁴³ Joachim Fest. *Hitler*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1991.

foi, na expressão de Klaus Fischer, “a solução final da questão alemã”,¹⁴⁴ mas a ideia poderia ser estendida para outros nacionalismos metropolitanos (na França de Charles Maurras as correntes que propunham um antissemitismo elevado à condição de política de Estado - generalizando o “caso Dreyfus” - não eram pequenas, nem marginais).

Na era histórica imperialista, a “Grande Alemanha” (o *Lebensraum* dos “geopolíticos” alemães do século XIX) só poderia se realizar pelo extermínio de povos e culturas inteiras da Europa (e alhures, se tivesse se realizado), em primeiro lugar os judeus – o holocausto judeu contemporâneo (a *Shoah*), quantitativa e qualitativamente superior aos pogroms que o precederam, não foi a realização de um sonho atávico contido num disseminado e imemorial antissemitismo universal, mas a revelação da “essência” do nacionalismo imperialista alemão nas condições históricas da crise e declínio imperialista, que encontrou na Alemanha seu ponto crítico: “O antissemitismo (nazista) foi o produto ‘espontâneo’ de uma situação particular, não uma doutrina estranha forçada a entrar no cérebro das pessoas por uma classe dirigente sem escrúpulos. Vimos os primeiros surtos de antissemitismo (político) no movimento pan-germânico dos Sudetos, que fez causa comum, no campo conservador, com as expressões demagógicas e oportunistas de Lueger (*'Sou eu quem decide quem é judeu'*)”.¹⁴⁵ O antissemitismo foi um instrumento *político* (que tinha, como visto, antecedentes) do nazismo para impor seus objetivos, nacionais e internacionais.

A relativa artificialidade teórica (isto é, uma teoria que é imposta aos fatos a partir de uma autoridade teórica), no caso de Kershaw, dilui o mérito de se opor à vulgaridade corrente, ou seja, atribuir exclusivamente à dinâmica mental e ideológica de Hitler o expansionismo alemão, a marcha para a guerra e o genocídio (tendo sido o restante da sociedade alemã, incluídos o Exército, os partidos políticos e até os próprios nazistas, “enganada” por uma espécie de “poder hipnótico” do ditador, o reverso simétrico da tese da “culpabilidade geral”). Certamente, “a dinâmica ideológica do regime nazista não tinha a ver de forma nenhuma apenas com a *Weltanschauung* personalizada de Hitler. Na realidade, seus objetivos ideológicos haviam desempenhado apenas um papel secundário em sua política expansionista e não teriam destaque na crise polonesa durante o verão de 1939”.¹⁴⁶

A Alemanha nazista tinha por base *política* uma reunião (aliança) caótica de burocracias rivais em constante luta. A ditadura nazista não era um totalitarismo monolítico, mas uma coalizão instável de diferentes blocos. Os conflitos corporativos e políticos entre a *Wehrmacht* e os corpos policiais de extermínio nazistas (SS e SD) percorreram, com maior ou menor intensidade, toda a guerra. Os diferentes grupos de poder dentro do Estado (dispostos a se matarem uns aos outros, o que começou na “noite das facas longas” de 1934) tinham de operar de forma coincidente com as ideias representadas (e expostas) pelo próprio Hitler. O determinante crucial desse regime era a liderança de Hitler. Cada um desses grupos rivais tinha de apelar a Hitler, não o desafiava nem competia com ele, o que estabelece uma diferença, política, com o fascismo italiano, cujo “Grande Conselho” acabou derrubando Mussolini (nada disso aconteceu com Hitler, nem no seu último final, em que pese este ter levado o país a uma crise ainda muito pior do que aquela em que mergulhou a Itália mussoliniana).

“‘Trabalhar para o *Führer*”, diz Kershaw, [sob o comando de imperativos ideológicos genéricos, como a remoção dos judeus e a expansão territorial] é uma ideia que se pode aplicar em qualquer

¹⁴⁴ Klaus P. Fischer. *History of an Obsession. German judeophobia and the Holocaust*. Londres, Bloomsbury Academic, 2001.

¹⁴⁵ Stuart J. Woolf. *Il Fascismo in Europa*. Bari, Laterza, 1973, p. 120.

¹⁴⁶ Ian Kershaw. *Op. Cit.*

tipo de administração”, uma conclusão que nos deixaria bastante pessimistas acerca do futuro da história humana e, neste caso específico, nos impede compreender a especificidade da política e do Estado nazistas (os seus milhões de vítimas testemunham até hoje, surda e silenciosamente, acerca da horrorosa importância dessa especificidade). “Hitler, afinal, foi o terrível produto de um tempo que aceitou a destruição como forma de redenção”: dificilmente uma conclusão como essa esclarece alguma coisa e, mesmo se aceita, caberia, no mínimo, se interrogar acerca do por que de “tempos” como esse se tornarem eventualmente possíveis.

Sobre a catástrofe final do regime nazista, Kershaw pensa que “até um estágio muito perto do fim ele pensou que ainda havia alguma chance, acreditava que algo aconteceria para salvar a Alemanha, que haveria no último momento uma disputa entre os aliados, e não era o único a pensar nisso. Achava que algo aconteceria”. A liderança de Hitler era autodestrutiva: “A liderança carismática destruiu a capacidade efetiva do regime de agir como coletividade. Não era possível desafiar Hitler. Hitler era insubstituível, e enquanto ele estava lá o caminho para a destruição já estava feito, ninguém poderia removê-lo, não havia possibilidade de complô contra ele, não havia forma de organização na Alemanha como a que depôs Mussolini na Itália, em julho de 1943. Nesse sentido, era intrinsecamente autodestrutivo”. O nexó óbvio entre fatalismo (inclusive astrológico, no caso de Hitler) e a autodestruição, é a ignorância. Mas essa conclusão nos deixa ainda no plano da subjetividade, e mais oculta do que esclarece a horrorosa objetividade histórica do nazismo.

10. HOLOCAUSTO: EXECUÇÃO

Na sua formulação, a “solução final” nazista do “problema judaico” devia afetar onze milhões de judeus europeus, os que viviam sob a ocupação alemã (ou na própria Alemanha), os dos estados neutros (Turquia, Irlanda, Suécia, etc.), os dos estados em guerra contra a Alemanha (Grã-Bretanha), sem poupar mulheres, crianças e velhos. A política de extermínio nazista, prevista para ser levada integralmente a cabo no final da vitoriosa guerra alemã (que a liderança nazista calculou inicialmente para acontecer no ano 1942) percorreu diversas etapas, determinadas pelo conflito bélico, e eliminou fisicamente seis milhões. Depois das primeiras deportações e assassinatos em massa, “uma ‘solução completa’ da questão judaica ainda tinha de ser encontrada. Em novembro ou dezembro de 1940, na época em que Hitler tomou a decisão de atacar a URSS no ano seguinte, Heydrich recebeu a ordem de Hitler (via Göring) de preparar o primeiro rascunho de um ‘projeto de solução final’ a ser implementado após o término da guerra [que o alto comando nazista previa para 1942]... Eichmann calculou que esse projeto afetaria ‘por volta de 5,8 milhões de judeus’, um aumento significativo quando comparado com a cifra de 4 milhões citada no plano Madagáscar... A era das expulsões em massa terminou quando os preparativos militares para a Operação Barbarossa fizeram parar os últimos transportes de deportação para a Polônia em meados de março de 1941. Ainda no verão de 1941, Heydrich continuava a imaginar a solução final em termos de reassentamento forçado na extremidade mais distante da esfera de influência alemã... A transição gradual para o genocídio só aconteceria depois do ataque alemão à URSS em 1941”.¹⁴⁷ As circunstâncias bélicas adiantaram os planos.

O nazismo levou até o fim uma tendência *já presente* na guerra imperialista, *em primeiro lugar* na Alemanha, tornando-a absoluta e até sobreposta às outras. Em fevereiro de 1942, ao calor das primeiras derrotas da Alemanha na URSS, o líder da Frente do Trabalho nazista, Robert Ley, discursou em um estádio esportivo berlinense: “A judiaria vai e deve ser exterminada. Essa é nossa missão sagrada. *É disso que trata esta guerra*” (grifo nosso). O uso de caminhonetes e câmaras de gás, no entanto, não só buscou acelerar a matança (ou simplesmente torná-la viável, dada a quantidade de pessoas a serem exterminadas), mas também torná-la mais impessoal. Ainda assim: “O extermínio de judeus foi visto, às vezes, como uma linha de montagem de assassinato em massa industrializado; essa imagem contém algum elemento de verdade. Nenhum outro genocídio na história foi levado a cabo por meios mecânicos - exposição a gases letais - em instalações especialmente construídas (mas) essas instalações não operaram de modo eficiente ou efetivo e, se a impressão causada por chamá-las de industrializadas é de que eram automatizadas ou impessoais, trata-se então de algo falso”.¹⁴⁸

Foi necessária uma impulsão perfeitamente *política e ideológica*, impulsionada e organizada desde o próprio centro do poder nazista (o próprio Hitler), com seus constantes ataques retóricos antissemitas, que tinham a função de pontapé inicial e de criação de uma mentalidade genocida, posta em prática através de níveis sucessivos e superpostos implicando milhares de pessoas, desde os primeiros escalões até os últimos executores e vigilantes dos campos de concentração ou de extermínio. Não houve simples automatismo burocrático, “inocente” ou simplesmente idiota. No final do processo de extermínio, três milhões de judeus foram assassinados em campos de extermínio, 700 mil em caminhonetes (por inalação de gás carbônico), 1,3 milhão foi fuzilado pelas SS, pela polícia, por milícias auxiliares ou por colaboradores locais das tropas alemãs. O extermínio dos judeus era visto como uma política de guerra: “Para Hitler, Himmler, Heydrich e Goebbels em particular, a intensificação simultânea de medidas repressivas contra os vários

¹⁴⁷ Robert Gertwarth. *Op. Cit.*, pp. 217-218.

¹⁴⁸ Richad J. Evans. *O Terceiro Reich em Guerra*. São Paulo, Planeta, 2012, p. 365.

movimentos de resistência na Europa ocupada, a escalada do assassinato metódico de judeus na URSS e a deportação de judeus do Reich estavam logicamente conectadas. Como presumiam que o comunismo e o judaísmo eram em grande parte idênticos, estavam convencidos também de que os judeus eram também os principais engenheiros dos movimentos de resistência antialemã nos territórios ocupados. Até certo ponto, essa lógica se transformou em uma profecia que se realizava automaticamente. Com poucas outras opções de sobrevivência disponíveis, muitos judeus dos Estados bálticos e da Bielorrússia gravitaram para os partisanos comunistas em atividade nas florestas dos territórios ocupados”.¹⁴⁹

Um milhão morreu de fome, doenças ou brutalidades em guetos e campos de concentração nos territórios ocupados. Chega-se assim a um total de aproximados 5,5 milhões de judeus europeus massacrados, número que a abertura dos arquivos soviéticos fez crescer até seis milhões, cifra citada (com conhecimento de causa) pelo criminoso nazista Adolf Eichmann em seu julgamento em Jerusalém em 1961. Sem desconsiderar os genocídios paralelos (de homossexuais, ciganos,¹⁵⁰ retardados mentais, deficientes físicos,¹⁵¹ prisioneiros de etnia eslava e até Testemunhas de Jeová) nunca se matou tanto, tão cruelmente, tão concentradamente e em tão pouco tempo.

A “guerra contra os judeus”, na expressão de Lucy Davidowicz,¹⁵² a guerra contra uma população desarmada, sem Estado e sem nacionalidade reconhecida, foi um acontecimento sem par, qualitativamente diferenciado, e ao mesmo tempo social e politicamente integrado na história de seu tempo. Atenuar um milímetro sequer da responsabilidade nazista na *shoah*, devido à cumplicidade ativa ou passiva de outras forças, nacionalidades ou grupos sociais ou étnicos, ou mesmo responsabilizando atavismos imemorais, significa ofender a inteligência e a consciência humana. Isto não significa ignorar que as primeiras ideias de enviar maciçamente os judeus europeus para algum lugar “de onde não pudessem sair” (especificamente, a ilha de Madagáscar) proviram, não dos nazistas, mas dos governos diretistas-nacionalistas da Romênia (Antonescu) e da Polônia (governo que foi arrasado pelo nazismo em 1939, resgatado pelos aliados ocidentais, que o alojaram em Londres e reconheceram como autêntico representante do país): “O objetivo original de Hitler era expulsar, não exterminar; forçar todos os judeus a abandonar a Alemanha, não matá-los... o tratamento dado por Hitler aos judeus era parte integrante de sua concepção de luta mundial. Foi em virtude da guerra que a política alemã estava se voltando, gradativamente,

¹⁴⁹ Robert Gertwarth. *Op. Cit.*, pp. 259-260.

¹⁵⁰ O número de mortos foi de aproximadamente 130 mil dos quase um milhão de *Roms* e *Sinti* que viviam na Europa controlada pelos nazistas. As estimativas situam-se entre 90 mil e 220 mil. Um estudo calculou uma mortalidade de pelo menos 220 mil e, possivelmente, perto de 500 mil, explicitamente excluindo o Estado Independente da Croácia, onde o genocídio de ciganos foi intenso. Martin Gilbert estimou um total de mais de 220 mil mortos dos 700 mil ciganos na Europa.; proporcionalmente à população cigana europeia, um percentual de mortos equivalente ao de vítimas judias.

¹⁵¹ *Aktion T4* foi um programa criado em 1939 para manter a "pureza" genética da população alemã através do extermínio ou da esterilização de cidadãos alemães e austríacos classificados como deficientes físicos ou mentais. Entre 1939 e 1941, de 80 a 100 mil adultos, cinco mil crianças e mil judeus foram mortos em instituições médicas do Reich. As estimativas (muito imprecisas) situam esses assassinatos entre 20 mil e 400 mil. 300 mil pessoas do dois sexos foram esterilizadas à força. Estima-se também que mais de 200 mil pessoas com transtornos mentais de todos os tipos foram condenadas à morte. Junto com os deficientes físicos, pessoas que sofriam de nanismo também foram perseguidas. Muitas foram colocadas em exposição em gaiolas e sofreram experimentos médicos. Apesar de não serem formalmente obrigados a participar, psiquiatras e instituições psiquiátricas estiveram no centro do embasamento, planejamento e execução dessas atrocidades, e constituíram a ligação com a aniquilação dos judeus e de outras pessoas "indesejáveis" durante o Holocausto. Depois de fortes protestos por parte das igrejas católicas e protestantes alemãs, em 24 de agosto de 1941 Hitler ordenou o cancelamento do programa T4.

¹⁵² Lucy Dawidowicz. *The War Against the Jews*. Holt, Rinehart & Winston, 1975.

na direção de uma ‘solução mais ou menos final’... Em janeiro de 1942, a exterminação sistemática dos judeus de toda a Europa tornou-se a política oficial alemã”.¹⁵³ O autor acrescenta que essa política foi suspensa em novembro de 1944, mas que os judeus continuaram a morrer (a serem exterminados) em massa por outros motivos e causas (trabalho forçado e “maus tratos”, além de fome e epidemias).

Durante a guerra, no campo “judeu” (sobretudo sionista) o “Livro Branco” inglês de 1939 sobre a Palestina confirmou a virada na política britânica já esboçada dois anos antes, exatamente quando se aprofundava a perseguição antissemita na Europa. Ao abandonar a ideia da criação de um Estado judaico, as autoridades mandatárias inglesas rompiam com a política seguida até então. Isso representava um sério revés para os sionistas. Estes tiveram que adotar uma nova estratégia: promover a imigração ilegal, tarefa “facilitada” pelo genocídio judeu que a Alemanha nazista estava perpetrando na Europa central e oriental. O mundo estava fechado para a imigração judia, a Europa toda tendia a se transformar num vasto campo de concentração: nessas circunstâncias a Palestina aparecia como o lugar de refúgio para os judeus europeus, sobretudo do centro e do Leste do continente. Além disso, os sionistas procuraram obter o apoio dos EUA para substituir o apoio britânico. Alguns grupos armados sionistas lançaram-se numa campanha de guerrilha contra as autoridades britânicas e os árabes. Nessa altura a *Haganá* não era o único grupo armado judaico. Havia também o *Irgun* e o *Stern*, que se destacaram pela sua violência.

O extermínio judeu na Europa não foi inesperado, e menos ainda uma expressão apenas mais “radical” do antigo e disseminado antissemitismo europeu (alemão inclusive): “O antissemitismo desenvolveu-se, de modos diferentes, em todas as nações ocidentais, mas só pode se tornar oficial com a tomada do poder pelos nazistas na Alemanha. Na primeira metade do século XX, o antissemitismo foi muito virulento na França, principalmente na direita e na extrema-direita... O antissemitismo moderno integra e reaviva o antijudaísmo popular oriundo do cristianismo. Ele alimenta um antissemitismo das classes superiores que querem continuar a monopolizar as altas funções; integra no complô judeo-maçônico o mito do complô maçônico engendrado pela Igreja e pela reação monárquica; é alimentado pelo antidemocratismo, o conservadorismo e o nacionalismo... Seria puro delírio reduzir os antijudaísmos remanescentes ao antissemitismo que levou a Auschwitz”.¹⁵⁴ O autor diz mais do que pensa ao vincular o nacionalismo (imperialista) com o antissemitismo exterminador (diverso do antijudaísmo espamódico dos pogroms do século XIX), embora não se refira a era histórica mundial em que se produziu essa vinculação.

A dimensão inédita e diferenciada do Holocausto judeu fez Zygmunt Bauman afirmar: “(O Holocausto) foi o enésimo episódio da longa série de homicídios em massa tentados, e da série não muito menor daqueles de fato realizados. Mas apresenta também características que não divide com nenhum dos casos precedentes de genocídio, (características que) têm um sabor claramente moderno. Sua presença sugere que a modernidade contribuiu para o Holocausto de modo mais direto que o da sua fraqueza e desorientação. Sugere que o papel da civilização moderna na deflagração e na execução do Holocausto foi ativo, não passivo. Sugere que o Holocausto foi, na mesma medida, produto e falência da civilização moderna”.¹⁵⁵

Cabe comentar a respeito que uma coisa é afirmar que o Holocausto (diversamente dos genocídios ameríndio ou africano, nos séculos precedentes, que não se basearam em *políticas* [isto é, intenções] de extermínio completo das populações afetadas) foi executado com métodos industriais (“modernos”), daí sua espantosa e macabra eficiência. Como resumiu Donatella Di

¹⁵³ John Lukacs. *A Última Guerra Europeia*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, pp. 471-475.

¹⁵⁴ Edgar Morin. *Op. Cit.*, pp. 72-76.

¹⁵⁵ Zygmunt Bauman. *Modernità e Olocausto*. Bolonha, Il Mulino, 1992, p. 131

Cesare, “o extermínio (dos judeus) não teve precedentes porque nunca tinha acontecido que se assassinasse em uma linha de montagem. A industrialização da morte, que assumiu a precisão quase ritual da técnica, encontrou no uso do gás uma mudança qualitativa. A morte por gás em escala industrial introduziu o anonimato dos massacradores em face de vítimas sem nome, e consentiram a diluição da responsabilidade. Não é por acaso que a ética seja um dos grandes temas depois da *Shoah*”. Outra coisa, porém, e completamente diferente, é responsabilizar genericamente uma “modernidade” pelo crime que, como todo crime e mais do que qualquer outro crime, teve executores e cúmplices bem concretos e identificáveis, em graus diversos de responsabilidade (todos, porém, criminais), e também causas e mecanismos (econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos) que, além de identificáveis, continuam vivos e presentes, não só na Alemanha e na Europa. Pensar de outro modo é condenar-se à resignação, esperando de modo fatalista pela próxima “falência” (“posmoderna”?) e seu holocausto *ad hoc*.

O extermínio dos judeus da Europa¹⁵⁶

País	População judia antes da guerra	População judia exterminada	Percentual exterminado
Polônia	3,300,000	3,000,000	91
Países Bálticos	253,000	228,000	90
Alemanha & Austria	240,000	210,000	88
Boêmia & Morávia	90,000	80,000	89
Eslováquia	90,000	75,000	83
Grécia	70,000	54,000	77
Holanda	140,000	105,000	75
Hungría	650,000	450,000	70
Belorússia	375,000	245,000	65
Ucrânia	1,500,000	900,000	60
Bélgica	65,000	40,000	60
Iugoslávia	43,000	26,000	60
Romênia	600,000	300,000	50
Noruega	1,800	900	50
França	350,000	90,000	26
Bulgária	64,000	14,000	22
Itália	40,000	8,000	20
Luxemburgo	5,000	1,000	20
Rússia	975,000	107,000	11
Dinamarca	8,000	120	2
Finlândia	2,000	?	?
Total	8,861,800	5,933,900	67

Num diapasão semelhante ao de Bauman, embora não equivalente, para Michael Löwy: “Se o extermínio dos judeus pelo Terceiro Reich é comparável a outros atos bárbaros, nem por isso ele deixa de ser um evento singular. É necessário recusar as interpretações que eliminam as diferenças entre Auschwitz e os campos soviéticos, ou os massacres coloniais, os pogroms etc. O crime de guerra que tem mais afinidades com Auschwitz é Hiroshima: nos dois casos delega-se a tarefa a uma máquina de morte formidavelmente moderna, tecnológica e ‘racional’. Mas as diferenças são fundamentais. Inicialmente, as autoridades americanas não tiveram jamais como

¹⁵⁶ Raul Hilberg. *The Destruction of the European Jews*. Nova York, Yale University Press, 1961.

objetivo – como aquelas do Terceiro Reich – realizar o genocídio de toda uma população: no caso das cidades japonesas, o massacre não era, como nos campos nazistas, um fim em si mesmo, mas um simples ‘meio’ para atingir objetivos políticos. O objetivo da bomba atômica não era o extermínio da população japonesa como fim autônomo. Tratava-se sobretudo de acelerar o fim da guerra e demonstrar a supremacia militar americana face à União Soviética”.¹⁵⁷ E pendurar a ameaça da destruição atômica sobre o conjunto da humanidade, caberia acrescentar.

As diferenças apontadas por Löwy são bastante óbvias. Contudo, elas não esclarecem o Holocausto tal como esclarecem a política e a decisão norte-americana de usar a arma atômica contra o Japão. O Holocausto era (ou não), finalmente, necessário ao nazismo, isto é, ao imperialismo alemão em condições de guerra mundial? Sob quais circunstâncias? Evacuar as condições históricas, convidadas apenas sob o nome genérico de “modernidade”, equivale a chegar à mesma conclusão de Joachim Fest sobre o nazismo como “o mal em estado puro, o oposto da civilização... o mal que está presente na natureza humana e a impregna”. Todos os outros “males” ficam assim relativizados e, até certo ponto, justificados na medida em que se trate de esforços destinados a acabar com “o mal em estado puro, o oposto da civilização”. Qual civilização, a civilização em geral ou a civilização capitalista? O “mal absoluto”, sem especificação histórica ou de classe, remete à introdução do absoluto na história e, em última instância, à intervenção divina (o “bem absoluto”).



¹⁵⁷ Michael Löwy. *Barbárie e Modernidade no século XX*. <http://www.ecodebate.com.br/2010/05/20/>, onde o autor acrescenta: “Para obter esses objetivos políticos, a ciência e a tecnologia mais avançadas foram utilizadas e centenas de milhares de civis inocentes, homens, mulheres e crianças foram massacrados – sem falar da contaminação pela irradiação nuclear das gerações futuras. Uma outra diferença com Auschwitz é, sem dúvida, o número bem inferior de vítimas. Mas a comparação das duas formas de barbárie burocrático-militar é muito pertinente. Os próprios dirigentes americanos estavam conscientes do paralelo com os crimes nazistas: em uma conversa com Truman no dia 6 de junho de 1945, o secretário de Estado, Stimson, relatava seus sentimentos: ‘Eu disse a ele que estava inquieto com esse aspecto da guerra... porque eu não queria que os americanos ganhassem a reputação de ultrapassar Hitler em atrocidade’. Em muitos aspectos, Hiroshima representa um nível superior de modernidade, tanto pela novidade científica e tecnológica representada pela arma atômica, quanto pelo caráter ainda mais distante, impessoal, puramente técnico do ato exterminador: pressionar um botão, abrir a escotilha que liberta a carga nuclear. No contexto próprio e asséptico da morte atômica entregue pela via aérea, deixou-se para trás certas formas manifestamente arcaicas do Terceiro Reich, como as explosões de crueldade, o sadismo e a fúria assassina dos oficiais da SS. Essa modernidade se encontra na cúpula norte-americana que toma – após ter cuidadosa e ‘racionalmente’ pesado os prós e os contras – a decisão de exterminar a população de Hiroshima e Nagasaki: um organograma burocrático complexo composto por cientistas, generais, técnicos, funcionários e políticos tão cinzentos quanto Harry Truman, em contraste com os acessos de ódio irracional de Adolf Hitler e seus fanáticos”.



Extermínio judeu: Auschwitz-Birkenau

O numericamente maior massacre humano da Segunda Guerra Mundial, incluindo nele o Holocausto judeu, teve por teatro as “terras de sangue” (Polônia, países bálticos, Hungria, Bielorrússia, Romênia, Ucrânia, Rússia ocidental). O Holocausto veiculou a passagem do antissemitismo (antijudaísmo) localizado, periódico e funcional ao poder político (como era o caso na Rússia czarista, mas também na França republicana), para a perspectiva do extermínio geral sem limites de tempo ou espaço. Poucos foram os que perceberam, na mesma hora, naquela época, essa horrível transformação. O nazismo realizou a sombria perspectiva de extermínio do povo judeu, em escala europeia (e pretendia, com certeza, realizá-la em escala mundial). Os Estados Unidos e o Vaticano tinham conhecimento do genocídio que estava sendo posto em prática, pelo menos desde 1942, fatos e conhecimentos diante dos quais se omitiram (em que pesem todas as explicações e desculpas posteriores): os EUA (assim como o Brasil) recusaram o

ingresso de refugiados judeus europeus, em plena guerra mundial.¹⁵⁸ Um relatório norte-americano sobre os campos de concentração (de abril de 1945, quando só Berlim e outras localidades alemãs ainda resistiam aos aliados) concluía: “Parece que os judeus, os russos e os poloneses, foram tratados com mais severidade que as outras nacionalidades” (!). Fingida inocência (ou fingida idiotice). A possibilidade de atacar diretamente os centros de extermínio nazista (especialmente Auschwitz) por via aérea, a partir de bases situadas na Itália, existiu e foi considerada, sendo rejeitada pelo Departamento de Guerra dos EUA. Mas essa decisão não foi posta na conta do “mal absoluto”.

Diante dos terríveis fatos (o massacre, suas cumplicidades e suas omissões) Walter Laqueur concluiu: “Nem o governo dos Estados Unidos, nem o da Grã-Bretanha, nem Stalin evidenciaram maior interesse pelo destino dos judeus. Mantiveram-se informados através de organizações judaicas e através de seus próprios canais. Desde o princípio, a imprensa soviética divulgou muitas informações gerais sobre atrocidades nazistas nas áreas ocupadas, mas só raramente revelou que os judeus estavam marcados para extermínio... Não reconhece nem mesmo que, se a imprensa soviética tivesse feito advertências específicas em 1941 (e ela estava informada sobre os acontecimentos no território ocupado), vidas poderiam ter sido salvas...”.

O mesmo autor deixa bem claro que: “As primeiras (esporádicas) notícias soviéticas sobre os massacres de judeus eram por vezes rejeitadas como "propaganda comunista" no Ocidente. Em Londres e Washington os fatos sobre a "solução final" foram conhecidos desde logo, e chegou aos chefes de serviços secretos e secretários do Exterior e da Defesa. Mas esses fatos não foram considerados de grande interesse ou importância, e as autoridades não acreditaram neles, ou pelo menos os consideraram exagerados. Não houve tentativas deliberadas de deter o fluxo das informações sobre as matanças (exceto, durante algum tempo, por parte de funcionários do Departamento de Estado), mas, sobretudo, falta de interesse e descrença. Essa descrença pode ser explicada pela falta de conhecimento anglo-americano dos assuntos europeus em geral e do nazismo em particular. Embora se admitisse em geral que os nazistas se comportavam de maneira menos cavalheiresca do que os exércitos alemães em 1914-18, a ideia do genocídio, porém, parecia muito exagerada. A natureza maligna do nazismo escapava à sua compreensão”.¹⁵⁹ Mas essa compreensão existia nas fileiras da humanidade mais consciente, contemporaneamente aos fatos. Em 1942, em plena guerra, David Ben-Gurion delineou o plano de instalação do “Estado judeu”,¹⁶⁰ prevendo o deslocamento de dois milhões de judeus europeus para a Palestina; mas, no

¹⁵⁸ Saul Friedlander. *Pio XII y el III Reich*. Barcelona, Península, 2007.

¹⁵⁹ Walter Laqueur. *O Terrível Segredo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

¹⁶⁰ David Ben-Gurion (1886- 1973) foi o primeiro primeiro-ministro de Israel. Foi líder do sionismo socialista e um dos fundadores do Partido Trabalhista Israelense, que governou Israel nas primeiras três décadas da sua existência. Ben-Gurion nasceu David Grün na Polónia, que era então parte do Império Russo. Chocado pelos pogroms em seu país natal, foi viver na Palestina em 1906. Trabalhou inicialmente como jornalista e adotou o nome hebraico Ben-Gurion quando iniciou a sua carreira política. Em 1915 foi expulso da Palestina, então sob o domínio do Império Otomano, devido às suas atividades políticas. Passando a viver em Nova York em 1915, casou-se com Paula Munweis; a família regressou à Palestina após a Primeira Guerra Mundial, quando foi conquistada pelos britânicos. Foi um dos líderes políticos do movimento do Sionismo Trabalhista durante os quinze anos anteriores à criação do Estado de Israel; essa corrente havia se tornado a tendência dominante dentro da Organização Sionista Mundial. Em 1938, num encontro com sionistas trabalhistas da Grã-Bretanha, Ben-Gurion afirmou: "Se eu soubesse que seria possível salvar todas as crianças da Alemanha ao trazê-las para a Inglaterra, ou apenas metade ao transportá-las para a Terra de Israel, então eu optaria pela segunda alternativa. Pois temos que tomar em consideração não apenas as vidas destas crianças, mas também a história do povo de Israel". As palavras soam sinistras, e provavelmente nunca Ben-Gurion as teria pronunciado se soubesse a dimensão do genocídio que já estava começando. Ben-Gurion encorajou os judeus a se engajarem no exército

mesmo ano, a cúpula nazista abandonava seu plano de desterro em massa, substituindo-o pelo plano de extermínio. A cúpula sionista, cega, planejava para o mundo de pós-guerra. Depois da invasão da União Soviética pela Alemanha nazista (1941), as informações recebidas de todas as fontes já não diziam respeito ao fechamento de negócios judeus e violação de direitos humanos, nem mesmo à fome e às doenças, mas sim ao assassinato em massa. "Uma pátria para quem?", perguntou em fevereiro de 1943 Chaim Greenberg, o reputado escritor judeu, referindo-se a Israel, "para os milhões de mortos em seus cemitérios da Europa?". Foi, porém, uma voz isolada na época.



Kibbutz Yagur, na Palestina, 1940

O único órgão existente que unia as várias organizações judias era o Congresso Judaico Mundial, associação voluntária de comunidades e organizações judaicas representativas, fundado "para assegurar a sobrevivência e estimular a unidade do povo judeu". Surgiu em 1936, numa reunião em Genebra, a que compareceram delegados de 32 países. Seu presidente era o rabino Stephen Wise, dirigente dos judeus norte-americanos; Nahum Goldmann era presidente de seu conselho executivo. Wise comparecera à conferência de paz de Versalhes (em 1919) e ali falara em favor dos direitos dos judeus (e dos armênios). Em 1931, provocou a derrubada de Chaim Weizmann

britânico, e ao mesmo tempo encorajou a imigração ilegal de refugiados judeus europeus para a Palestina, no período em que os justamente os britânicos tentavam bloquear a imigração judaica. É também considerado o arquiteto da *Yishuv* e da *Haganah*, a força paramilitar do movimento trabalhista sionista, que facilitava a imigração clandestina, defendia os *kibbutz*s e outros aglomerados judaicos contra a resistência dos árabes expropriados pelos imigrantes; a *Haganah* seria a espinha dorsal das futuras Forças de Defesa de Israel. Durante o período pré-estado na Palestina, Ben-Gurion foi um dos principais representantes políticos judaicos. Os britânicos negociavam frequentemente com a *Haganah* para atacar grupos mais violentos, envolvidos na resistência contra os britânicos. Ben-Gurion era um forte oponente do movimento do "sionismo revisionista" liderado por Zeev Jabotinsky e o seu sucessor Menachem Begin. Durante as primeiras semanas da existência de Israel, decidiu dismantlar todos os grupos armados e substituí-los por um exército oficial. Foi primeiro-ministro de Israel entre 1948 e 1952, sendo sucedido por Moshe Sharett. Em 1953, Ben-Gurion anunciou a sua intenção de se retirar do governo e instalar-se no Kibbutz Sde-Boker, no deserto do Negev. De regresso ao governo (foi novamente primeiro ministro entre 1955 e 1962) Ben Gurion colaborou com britânicos e franceses na "guerra do Sinai" (Canal de Suez) de 1956.

como líder do movimento sionista mundial, por ser demasiado tolerante com os árabes. Em inícios de 1933 assegurou aos líderes judeus alemães ser impossível que a Grã-Bretanha e a França permitissem a tomada do poder por Hitler... Entregar o destino judeu aos cuidados das potências revelar-se-ia, finalmente, suicida.

A imprensa do *Poalei Zion* na Palestina noticiou com satisfação, em 1942, que os centros de treinamento agrícola na Polónia e em outros países, nos quais os *halutzim* (pioneiros) se estavam preparando para a vida nos aldeamentos coletivos palestinos, continuavam funcionando. O genocídio judeu estava já em pleno andamento, com seu centro exatamente na Polónia.¹⁶¹ Outros jornais judeus da Palestina região registravam com satisfação que 24 livrarias judias ainda estavam abertas no gueto de Varsóvia, e outras três em Cracóvia. *Ha'alam*, o órgão do movimento sionista mundial, não publicou nenhuma notícia sobre os massacres de judeus durante a primeira metade de 1942; divulgou, porém, um artigo de Apollinari Hartglass, líder judeu polonês que fugira de Varsóvia depois da invasão nazista que, com uma lógica tortuosa, procurava provar que, embora o mundo tivesse a princípio ignorado a catástrofe judaica, havia descoberto agora o seu valor de propaganda e estava "na realidade exagerando-a duas vezes e mais".

Outros jornais sionistas noticiaram que Amsterdã seria o ponto de embarque para os judeus europeus, para um destino desconhecido além-mar. Veiculou-se inclusive a versão segundo a qual os judeus seriam simplesmente deportados, enquanto os poloneses seriam todos mortos pelos nazistas. Algumas notícias sobre os massacres em massa eram publicadas, mas não mereciam, em geral, crédito; aceitava-se que desgraças houvessem de fato ocorrido, mas também se acreditava que o número de vítimas havia sido exagerado de modo gritante. O *Hatzoffe* e o *Davar* diziam que era preciso receber com muita cautela todas as histórias de atrocidades supostamente contadas por "soldados que voltavam do front"... O *wishful thinking* levou à pior catástrofe que povo algum teve de enfrentar ao longo da história.

A omissão do Vaticano em relação ao Holocausto (que tentou ser desmentida, tardiamente e sem sucesso, durante o pós-guerra) foi perfeitamente lógica com sua posição política geral (anticomunista e contrarrevolucionária) no "altar" da qual foi sacrificada qualquer consideração humanitária, até demagógica. Informava, em outubro de 1941 (em plena ofensiva alemã contra a URSS) o representante alemão na Santa Sede que "o Papa tem sentimentos amistosos para o Reich. Depois de uma derrota decisiva da União Soviética, talvez chegasse o momento de uma possibilidade de paz. O Papa lamenta que, no preciso momento em que o *Führer* e o Terceiro Reich levam a cabo tão grandes façanhas, circulem na Alemanha opiniões pouco fundamentadas a respeito de sua atitude". O autor que fez autoridade histórica na matéria disse mais do que pensava ao afirmar que "talvez o Papa pensasse que ao intervir (em favor dos judeus) prejudicaria tremendamente seu grande projeto político: a inversão das alianças bélicas que levaria a criar uma frente de potências anglo-saxãs, unidas com a Alemanha (se possível, sem Hitler), contra a

¹⁶¹ A informação consta no livro de Walter Laqueur, *O Terrível Segredo*, ed. cit. Diante da dimensão da tragédia judia, toda ironia está interdita. Mas não a compreensão, nem a discussão. Em 1942, a política de extermínio total do nazismo não era ainda conhecida, mas os massacres de judeus cometidos nos países ocupados pelo exército alemão eram de domínio público. Nem a necessidade de manter o otimismo diante do futuro, nem o *wishful thinking*, nem sequer a fuga diante do horror da realidade justificam que, sobretudo em se tratando de socialistas, não se chamasse o mundo civilizado a lutar mundialmente contra a selvageria antisemita do nazismo, e se tentasse tranquilizar os judeus insistindo na colonização da Palestina (expulsando a população autóctone): o objetivo do sionismo se tornava mais importante do que a vida daqueles que o próprio movimento sionista dizia representar.

União Soviética”.¹⁶² A razão da hostilidade (ou melhor, distanciamento) de Pio XII em relação a Hitler e ao nazismo devia-se ao totalitarismo pagão praticado pelo Estado nazista, que levou o *Führer* a prender, torturar e assassinar numerosos membros do clero católico alemão, e a arrebanhar membros, reais ou potenciais, da feligresía católica nesse país, para o culto do “Reich de mil anos” e de seu supremo sacerdote.

As negociações dos sionistas com os nazistas, que tiveram lugar desde antes da guerra,¹⁶³ só tiveram algum resultado no final da guerra, graças à decomposição do Eixo e da hierarquia nazista: “À medida que a boa sorte do Eixo foi se esvaindo, os romenos perderam o apetite pelos pogroms... Em dezembro de 1942, o embaixador alemão em Bucarest informou o ministério de Relações Externas em Berlim que Antonescu [premiê e ditador da Romênia] havia organizado a emigração de 75 a 80 mil judeus para Palestina e Síria, em troca da soma principesca de 200 mil *leis* por pessoa. O ministério alemão se opôs, mas isso não serviu de nada. Os judeus partiram em grupos pequenos para a Palestina. A Romênia se transformou em local de passagem para a emigração judia, legal ou clandestina, da Eslováquia, Hungria, Norte de Transilvânia e Polônia”.¹⁶⁴

Coisa semelhante acabou acontecendo, tarde demais, na própria Alemanha nazista: “Em fevereiro de 1945, um delegado sueco do Congresso Mundial Judeu, Storch e, mais tarde, em abril, outro membro desse organismo, Masur, quem conseguiu se entrevistar pessoalmente com Himmler, conseguiram um sucesso miraculoso: o *Reichsführer SS* negou-se a transmitir a ordem do *Führer* de executar os presos políticos e explodir os campos de concentração à medida que avançassem as tropas aliadas. Com essa decisão foram poupadas 800 mil vidas humanas”.¹⁶⁵

O “milagre” não tinha mistério: a derrota completa e a decomposição do nazismo. Heinrich Himmler flertou seriamente com a ideia de recompor sua imagem e operar como intermediário entre a Alemanha derrotada e os aliados ocidentais. Manteve um grupo de mais de 130 “prisioneiros excelentes” (altos oficiais inimigos, altos dignatários alemães destituídos, nobres de toda Europa, até o líder político judeu francês Leon Blum), “uma operação em que a sede de vingança e o cálculo formavam uma mistura opaca baseada num antigo plano de Himmler, fazer reféns para usá-los como moeda de troca, com a absurda ideia de que no último momento poderia negociar com as potências vencedoras nas costas de Hitler, e tirar algum proveito... Nesse plano desempenhou um papel importante a ideia delirante de contar com um reduto nas montanhas, a chamada ‘fortaleza alpina’”,¹⁶⁶ situada junto a um lago idílico, para onde Himmler levou seus prisioneiros privados pouco antes do fim da guerra, de onde eles foram libertados pela dispersão das forças nazistas e a chegada do exército norte-americano.

A completa derrota do nazismo era o único meio para acabar com o Holocausto. No final da Segunda Guerra Mundial, os seis milhões de judeus exterminados pelo nazismo equivaliam a 65% da população judia da Europa, que era de 9,4 milhões antes da guerra (não se contam nesse percentual os judeus obrigados a fugir de seus países, em direção da Palestina ou de outros destinos) e a 40% do total da população judia mundial, equivalente a 16,7 milhões de pessoas, à época. Um pedaço, dos mais significativos, da cultura e da história europeia, desaparecia para sempre.

¹⁶² Saul Friedländer. *Pio XII y el III Reich*. Barcelona, Península, 2007, pp. 94 e 12, respectivamente.

¹⁶³ Yehuda Bauer. *Ebrei in vendita?* Milão, Mondadori, 1998.

¹⁶⁴ Déborah Dwork e Robert Jan van Pelt. *Holocausto*. Una historia. Madri, Algaba, 2004, p. 416.

¹⁶⁵ Jacques de Launay. *La Diplomacia Secreta*. Durante las dos guerras mundiales. Bogotá, Norma, 2009.

¹⁶⁶ Hans Magnus Enzensberger. *Hammerstein o el Tesón*. Buenos Aires, La Página, 2013, pp. 290-291.

11. A URSS EM GUERRA

A União Soviética valeu-se do acordo secreto com a Alemanha - privada pela Paz de Versalhes de possuir forças militares mecanizadas e aviação militar - para treinar seus futuros comandantes sob a orientação de veteranos profissionais alemães. Estes tinham liberdade para testar as suas táticas de guerra mecanizada e aérea nas estepes do interior da URSS. Em contrapartida, a Alemanha comprometia-se a ministrar cursos de comando e Estado-maior a grupos de jovens oficiais soviéticos. O acordo funcionou satisfatoriamente para ambas as partes. Foi nas planícies da URSS que os teóricos alemães desenvolveram os fundamentos da técnica da *blitzkrieg* - guerra-relâmpago - por meio da qual eliminaram rápida e inapelavelmente seus adversários europeus ocidentais-continentais na Segunda Guerra Mundial, e foi nas academias militares de Berlim que jovens oficiais soviéticos, experimentados apenas em combate, começaram a dominar os rudimentos de logística, transporte militar, tática de guerra de movimento e estratégia adequada às condições de guerra moderna. Um desses oficiais chamava-se Gueorgui Jukov (ou Zhukov).

O pacto germano-soviético foi cuidadosamente oculto nas versões russas acerca da Segunda Guerra Mundial,¹⁶⁷ chegando-se ao extremo do conhecido historiador G. A. Deborin definir a guerra como “inter-imperialista” entre 1939 e 1941, e como “guerra de libertação” a partir da invasão da União Soviética pela Alemanha (22 de junho de 1941).¹⁶⁸ Um pacto que levou a imprensa dos partidos comunistas do mundo inteiro a abrir generosas páginas para as longas litanias e tiradas anti-britânicas de... Joseph Goebbels. Um pacto que levou o ministro alemão Ribbentrop a propor à União Soviética o ingresso... no Pacto Anti-Komintern. Um pacto que levou o PC francês a solicitar a publicação legal de seu jornal *L'Humanité* às tropas nazistas de ocupação da França. Um pacto que permitiu a preparação da máquina alemã de guerra (parte da qual era treinada na própria União Soviética) para a guerra em toda Europa. Um pacto através do qual, segundo o depoimento de um ajudante direto de Stalin, a União Soviética fornecia “trigo, grãos, petróleo, minerais estratégicos e também borracha, látex, soja, que vinham do sudeste asiático, transportados pela União Soviética para abastecer a Alemanha (...) O último trem com nosso fornecimento cruzou a fronteira uma hora antes da invasão (da União Soviética pela Alemanha)”.¹⁶⁹

Como ficar surpreendido, nesse quadro, com o fato de que Stalin se recusasse a acreditar na iminência da invasão nazista, que lhe fora anunciada pelos chefes da espionagem soviética no Ocidente (Leopold Trepper, codinome de Lejb Damb) e no Oriente (Richard Sorge) - segundo relatado nas memórias do primeiro -¹⁷⁰, pelo seu próprio embaixador em Berlim (entre muitos outros alertas), e que, inclusive, se recusasse a acreditar nela até depois da invasão começada, o que teve um custo enorme em vidas, material bélico e vantagens estratégicas para a União

¹⁶⁷ Oleg A. Rzheshevski. *La Segunda Guerra Mundial*. Mito y realidad. Moscou, Progreso, 1985.

¹⁶⁸ G. A. Deborin. *Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Fulgor, 1966.

¹⁶⁹ Valentin Bereshcov. Amor a Hitler cegou União Soviética. *Folha de S. Paulo*, 22 de junho de 1991.

¹⁷⁰ Leopold Trepper. *O Grande Jogo*. Lisboa, Horizonte, 1975: “A revolução havia degenerado num sistema de terror e de horror; os ideais do socialismo estavam ridicularizados por um dogma fossilizado que os verdugos tinham a desfaçatez de chamar de marxismo. Todos os que não se sublevaram contra a máquina stalinista são responsáveis por isso, coletivamente responsáveis. Não faço exceções e não escapo deste veredicto. Mas, quem protestou? Quem elevou sua voz contra o ultraje? Os trotskistas puderam reivindicar essa honra. Nos tempos dos grandes expurgos, só podiam clamar sua rebelião nos vastos desertos gelados para onde haviam sido enviados para serem exterminados. Nos campos sua conduta foi admirável, mas suas vozes se perderam na tundra”.

Soviética?¹⁷¹ Como atribuir isto às limitações pessoais do próprio Stalin - como fez Krushev no seu “relatório secreto” ao XX Congresso dos PCUS, em 1956 - e não à política estratégica de toda a camada dirigente da União Soviética? Quando a invasão alemã finalmente aconteceu, a 22 de junho de 1941, Stalin se recusou, inicialmente, a acreditar nela (sua primeira providência foi chamar... o embaixador alemão, para confirmar o que estava acontecendo). Segundo as memórias de Jukov, tentou limitar a resposta militar soviética para “evitar provocar” Hitler e buscar ainda uma paz (uma vigência do pacto de 1939) nas condições de uma total *blitzkrieg* das forças da *Wehrmacht* em território soviético: “Um único dirigente escapa à paralisia que Stalin impõe a todos: o almirante Kuznetsov, comissário da Marinha, que desde 19 de junho organiza sistematicamente a camuflagem dos barcos e sua dispersão. Em 21 de junho à tarde coloca a frota em estado de alerta e avisa por telefone os comandantes da frota do Norte, do Báltico e de Sebastopol. A marinha soviética, de pouco interesse para Stalin, será assim a única arma capaz de evitar o desastre no início da invasão. Depois da guerra, Stalin fará pagar ao almirante o espírito de iniciativa demasiado eficaz”.¹⁷²

O desastre bélico da União Soviética durante a primeira metade da guerra não precisou esperar até a invasão da União Soviética pelo exército de Hitler. Já na invasão à Finlândia, uma das consequências do pacto germano-soviético, em 1940, a União Soviética perdeu 200 mil homens (quase a metade do que os Estados Unidos e a Inglaterra perderam em toda a guerra) porque as

¹⁷¹ Constantine Pleshakov. *A Loucura de Stalin*. Os trágicos dez dias iniciais da Segunda Guerra Mundial no front oriental. Rio de Janeiro, Difel, 2008: “Era quase certo que os alemães em breve se apossariam de Minsk e logo prosseguiriam com facilidade até Moscou. Sem qualquer plano eficaz para controlar a situação, os generais optaram por uma espécie de paliativo. Disseram a Stalin que duas linhas paralelas de defesa tinham que ser formadas... Stalin concordou com tudo. Estava desesperado. Ouvindo os conselhos de Jukov, admitiu que naquela hora a única medida eficaz seria procurar retardar a marcha de Hitler até Moscou enquanto esperavam reforços vindos da Sibéria e do Extremo Oriente” (p. 228). Ver também: David M. Glantz. *Soviet Military Deception in the Second World War*. Londres, Frank Cass, 1989. Stalin fez Molotov pronunciar o discurso radiofônico conclamando à população à resistência contra o invasor.

¹⁷² Jean-Jacques Marie. *Op. Cit.*, p. 569. Nikolai Guerassimovitch Kuznetsov (1904-1974), em 1939, com apenas 34 anos, foi nomeado Comissário do Povo para Frota Vermelha, posto que manteve durante a Segunda Guerra Mundial. Desempenhou um papel crucial durante as primeiras horas da guerra, quando sua notória independência pessoal e atitude resoluta evitaram a destruição da Frota Vermelha. Kuznetsov estava convencido da inevitabilidade de uma guerra contra a Alemanha nazista. No mesmo dia da invasão alemã, Semyon Timoshenko e Gueorgui Jukov haviam emitido um despacho proibindo aos comandantes soviéticos reagir às “provocações alemãs”. A Frota, contudo, dispunha de um Comissariado do Povo (*narkomat*) separado: Kuznetsov detinha um posto separado da cadeia de comando: aproveitou-se disso para uma manobra ousada. Na madrugada de 22 de junho de 1941, Kuznetsov ordenou que todas as esquadras soviéticas se colocassem em prontidão de combate. Às 4h45 daquela mesma manhã, a *Wehrmacht* iniciou a Operação Barbarossa. A Frota Vermelha era a única arma soviética pronta para resistir à ofensiva alemã, resistindo ao ataque sem perder um único navio ou aeronave. Durante os dois anos seguintes, a principal preocupação de Kuznetsov foi a proteção do Cáucaso contra uma invasão alemã. Durante a guerra, o Mar Negro foi seu principal teatro de operações: Kuznetsov aperfeiçou táticas de assalto anfíbio. Em fevereiro de 1944, ele foi promovido à patente de Almirante de Esquadra - posto recém criado. No mesmo ano, Kuznetsov foi laureado com a ordem de Herói da União Soviética. De 1946 a 1947, foi vice-ministro das Forças Armadas da URSS e comandante-em-chefe das Forças Navais. Em 1947, foi afastado de seu posto por ordem de Stalin e, em 1948, bem como vários outros almirantes, foi levado a julgamento pelo Tribunal Naval. Kuznetsov foi rebaixado a contra-almirante, enquanto os outros almirantes receberam sentenças de prisão de diferentes durações. Em 1951, Stalin encerrou a condição de pária de Kuznetsov, mais uma vez colocando-o no comando da frota (como ministro da Frota da URSS), mas sem restaurar sua patente, que foi devolvida após a morte de Stalin, em 1953. No mesmo ano, tornou-se primeiro-vice-ministro da Defesa da URSS.

suas tropas estavam, depois da decapitação do Exército Vermelho em 1937, dirigidas, segundo Gerhard L. Weinberg, por “incompetentes aterrorizados”.¹⁷³

Em 22 de junho de 1941, o Eixo, comandado pela Alemanha nazista, atacou a URSS com três milhões de soldados alemães e mais de 600 mil soldados italianos, húngaros e finlandeses, numa frente de batalha de 1.500 quilômetros. Hitler deixou claro para o alto comando militar que a “Operação Barbarossa” devia ser travada como uma “guerra total de aniquilamento do inimigo”. Logo depois da invasão nazista, para a União Soviética, “os três meses e meio iniciais, constituíram uma desgraça sem lenitivo. A maior parte da força aérea russa desapareceu em poucos dias. Milhares de tanques foram destruídos. Milhões de soldados russos foram aprisionados numa série de cercos espetaculares durante a primeira quinzena de luta. Na segunda semana de julho, os generais alemães davam a guerra como ganha”.¹⁷⁴

Contados os reforços ulteriores, Hitler atacou a URSS com 4,4 milhões de homens, divididos em 153 divisões super-organizadas. Contra eles, o Exército Vermelho contava com três milhões de homens na fronteira ocidental da URSS, mal preparados e mal chefiados. Ainda assim, na véspera do assalto, a URSS possuía um armamento superior ao alemão: um número igual de morteiros e canhões (39 mil), mas mais de 9.000 aviões contra 4.400 da Luftwaffe, onze mil blindados contra 4.000 *panzers* alemães. Dessa superioridade material soviética não restou praticamente nada depois de apenas três dias de combate.

A colaboração militar russo –alemã remontava, nos tempos recentes, à década de 1920. O Alto Comando militar alemão tecera, nesse período, relações estreitas com o comando do Exército Vermelho, alguns de cujos comandantes tinham sido oficiais do exército russo na Primeira Guerra Mundial: “A guerra de Hitler contra a URSS selou o final dessa comunidade de interesses. Na barbárie da guerra até a morte afundou a velha classe militar [alemã] que uma vez fora a base de sustentação da cooperação russo-alemã”.¹⁷⁵ O velho oficialato alemão, de origem nobre (*junker*) foi tirado do primeiro plano por um comando novo, de outra origem social e totalmente identificado com o nacional-socialismo hitleriano, numa espécie de minigolpe interno. A invasão alemã da União Soviética em junho de 1941, juntamente com a decapitação stalinista do Exército Vermelho (liquidação de seus generais, recusa em preparar o país para o ataque alemão e o bloqueio da resistência nos primeiros dias da invasão), praticamente levaram à destruição da URSS em 1941. Winston Churchill, no entanto, ficou “contentíssimo” com a invasão alemã da URSS, que fazia esta, obrigadamente, rever sua aliança com a Alemanha. Dirigiu imediatamente uma mensagem à nação: “Todo homem ou Estado que combater o nazismo terá nossa ajuda”. E evocou “os soldados russos na soleira de sua terra natal, guardando os campos que seus pais cultivaram desde tempos imemoriais”.¹⁷⁶

Não era exatamente o que estava acontecendo nesse momento. Em três meses, três milhões de soldados soviéticos foram feitos prisioneiros, a maioria deles morreu no cativeiro. Em poucas semanas, Alemanha ocupara territórios da URSS que englobavam 40% de sua população, a maior parte de sua produção e equipamento industrial e agrícola, 65% do carvão, 68% do ferro, 58% do

¹⁷³ Gerhard L. Weinberg. *Op. Cit.* No Comitê Central do PCUS de março de 1940, “Voroichilov, com o aval de Stalin, reportou números falsos: 52.000 mortos e 181.000 feridos da parte do Exército Vermelho, contra 70.000 mortos e 200.000 feridos da parte da Finlândia. Se a estatística é a arte da mentira, esta foi uma de suas obras primas” (Jean-Jacques Marie. *Op. Cit.*, p. 542).

¹⁷⁴ Alexander Werth. *A Rússia na Guerra 1941-1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 157.

¹⁷⁵ Hans Magnus Enzensberger. *Op. Cit.*, p. 223.

¹⁷⁶ John Keegan. *Um Mundo em Chamas*. Uma breve história da Segunda Guerra Mundial na Europa e na Ásia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, p. 76.

ação, 60% do alumínio, 41% do equipamento ferroviário, 38% dos cereais, 84% do açúcar, além de fazer 2.053.000 prisioneiros soviéticos até o mês de novembro de 1941, isto é, em pouco mais de quatro meses de guerra:¹⁷⁷ “Depois do primeiro choque com o inimigo, o exército foi incapaz de reagir por falta de diretrizes... O conjunto do aparato estava acostumado a não ter nenhuma iniciativa e a esperar as consignas que chegavam de cima. É por esse motivo que a primeira onda de desorganização produzida pelo ataque inimigo tinha criado um caos total, muito mais profundo do que se tivesse resultado unicamente de fatores militares”.¹⁷⁸

A 7 de novembro de 1941, com as tropas alemãs já perto de Moscou, Stalin, parcialmente recomposto de sua surpresa e pavor iniciais, pronunciou um breve discurso na parada militar consagrada ao 24º aniversário da Revolução de Outubro, onde o tom nacionalista-patriótico contrastava abertamente com o histórico conteúdo classista e internacionalista da celebração: “Camaradas do Exército e Marinha Vermelhos, comandantes e instrutores políticos, guerrilheiros e guerrilheiras! O mundo inteiro os vê como uma força capaz de aniquilar as hostes espoliadoras de agressores alemães, e os povos da Europa subjugados por elas os consideram seus libertadores. Recaiu sobre vocês, portanto, a grande missão emancipatória: mostrem-se dignos dela! A guerra travada por vocês é uma guerra justa de libertação. Nessa luta, inspirem-se nos grandes exemplos de nossos valentes antepassados: Aleksandr Nevski, Dmitri Donskoy, Kuzma Minin, Dmitri Pozharski, Aleksandr Suvorov, Mikhail Kutuzov! Sejam cobertos pela bandeira vitoriosa do grande Lenin! Pela total destruição dos agressores alemães! Morte aos invasores alemães! Vivam nossa gloriosa Pátria, sua liberdade e sua independência!”.¹⁷⁹

Na URSS, em 1941, “as atitudes em relação aos alemães eram complexas. A propaganda pré-guerra tivera êxito no convencimento de muitos cidadãos soviéticos de que os alemães comuns, ao contrário de seus líderes, eram simpáticos ao Estado dos trabalhadores. Até mesmo quando esses alemães surgiram como agressores uniformizados no território soviético, muitos não conseguiram se acostumar à ideia de que estes eram os inimigos”. Stalin rapidamente recrutou os dois maiores nomes da literatura russa do momento, Alexei Tolstói e Ilya Ehrenburg (judeu), providenciando-lhes completa proteção, para escreverem artigos jornalísticos pintando os alemães como cães ferozes, descrevendo as atrocidades cometidas pelos alemães no front e nas regiões russas conquistadas (“Eu conclamo ao ódio”, tituló Tolstói um de seus primeiros artigos). O mais famoso romance de Ehrenburg, *A Tempestade*, conclui numa Praça Vermelha cheia de pessoas ouvindo entusiastas o discurso supracitado de Stalin.

E, no front, as coisas mudaram rapidamente; os russos “mantinham seu terreno ou avançavam em contra-ataques fúteis lançados por oficiais que eram inexperientes, incompetentes, temerosos de seus superiores ou tudo isso ao mesmo tempo. Eles se jogavam em ondas suicidas contra as linhas alemãs e eram mortos aos milhares. Era uma experiência assustadora até mesmo para os

¹⁷⁷ Isaac Deutscher. *Stalin*. Uma biografia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

¹⁷⁸ Pierre Broué. *Op. Cit.*, p. 401.

¹⁷⁹ Previamente, assegurava que “o inimigo não é tão poderoso como pretendem alguns intelectuais acovardados, nem é um demônio tão medonho como o pintam. Quem pode negar que mais de uma vez nosso Exército Vermelho fez fugir em pânico as celebradas tropas alemãs? Considerando não a propaganda vaidosa difundida pela Alemanha, mas a real situação do país, será fácil perceber que esses agressores fascistas estão próximos da ruína. O povo alemão, hoje faminto e empobrecido, perdeu quatro milhões e meio de soldados em quatro meses de guerra, esvaindo em sangue suas reservas humanas, e já está sendo tomado por um ânimo insurgente, tal como os povos da Europa submetidos ao jugo dos agressores alemães, por não ver a guerra terminar. A agressão alemã está no limite das forças, e não há dúvida de que ela não pode ir muito além. Mais alguns meses, um semestre, ou talvez um ano, e a Alemanha hitleriana deverá ruir sob o peso dos próprios crimes”. O prazo foi maior (quatro anos), sem falar nos óbvios exageros sobre a situação terminal da Alemanha em 1941.

soldados (alemães) que já tinham combatido na França e na Polônia. Os russos continuavam a lutar não somente quando lutar se tornava sem sentido, mas também quando era fisicamente impossível. Cercados, em número menor, desorganizados, frequentemente sem seus comandantes, sem munição, combustível, remédios ou alimentos, eles eram abatidos ou rendiam-se apenas quando não tinham mais nada com o que lutar. Números substanciais de soldados sumiam nas florestas para voltar até suas linhas ou para juntar-se aos grupos de partisanos que já estavam começando a se formar”.¹⁸⁰

No ano seguinte (1942), a guerra mundial começou a mostrar sua reviravolta estratégica. Na URSS, como apontou Pierre Broué, a reviravolta começou em finais (inverno) de 1941, quando os alemães, em Rostov e Sebastopol, “enfrentaram pela primeira vez uma encarnçada resistência, casa a casa, rua a rua, combate corpo a corpo”. Milícias operárias e populares se organizaram nas cidades mais importante ainda não ocupadas pelas tropas nazistas, se não espontânea, independentemente das ordens oficiais; elas “não só patrulhavam os bairros e treinavam com regularidade, mas também assumiam a defesa de determinados setores do front. ... O decreto que tornou obrigatória a instrução militar para os que tem entre 16 e 50 anos só foi assinado em setembro, mais de um mês depois dessa medida ter sido colocada em prática e sem ter sido precedida por uma campanha de imprensa e por reuniões”.¹⁸¹

Na visão retrospectiva norte-americana, a reviravolta bélica mundial coincidiu com as primeiras vitórias dos EUA na guerra do Pacífico contra o Japão, em especial nas sangrentas batalhas de Midway e Guadalcanal. Não lhe faltam, certamente, motivos reais. Em junho de 1942, os japoneses conquistaram algumas das Ilhas Aleutas, no extremo Norte do Pacífico e parte do território americano do Alasca, e um pequeno grupo de ilhas do Cinturão de Fogo, nas fronteiras do Polo Norte. O receio de que os japoneses pudessem atacar o território americano a partir daquele ponto motivou a construção de uma longa estrada e de um oleoduto, que atravessou vários estados americanos até a região do Alasca, mobilizando o *home front* na defesa das fronteiras norte-americanas. 1942 marcou a virada, nos EUA, em direção ao esforço pela “guerra total”. Após a campanha de Guadalcanal, os aliados iniciaram várias operações contra o Japão no Pacífico. Em maio de 1943, forças aliadas foram enviadas para eliminar as forças japonesas nas Aleutas. Logo depois começaram suas operações principais para isolar Rabaul, através da captura de ilhas vizinhas para quebrar o perímetro central japonês do Pacífico nas ilhas Gilbert e Marshall. Ao final de março de 1944, os aliados tinham concluído ambos os objetivos, e, adicionalmente, neutralizaram a principal base japonesa em Truk, nas Ilhas Carolinas. Em abril, as forças aliadas lançaram uma operação para retomar a Nova Guiné Ocidental.

Entretanto, em julho de 1941, logo depois da invasão da URSS pela Alemanha, o Reino Unido e a União Soviética haviam acordado, finalmente, uma aliança militar contra a Alemanha. Nesse quadro, os britânicos e os soviéticos invadiram o Irã para garantir o “Corredor Persa” e os campos de petróleo iranianos. O governo persa tinha reafirmado formalmente sua neutralidade depois do ataque das tropas alemãs na União Soviética, em junho de 1941. Stalin temia a criação de uma segunda frente no Sul. A influência alemã no Irã foi um pretexto para a ocupação e o reparto de Pérsia em zonas de ocupação, levado adiante conjuntamente pela URSS e a Inglaterra. A ocupação estava limitada a uma duração de seis meses, a serem contados depois do fim da guerra, segundo estabelecido no tratado com a Pérsia, de 29 de janeiro de 1942. Tropas britânicas e soviéticas invadiram o país, para não perder sua principal fonte de abastecimento de petróleo. O monarca

¹⁸⁰ Rodric Braithwaite. *Moscou 1941*. Uma cidade e seu povo na guerra. Rio de Janeiro, Record, 2009, pp. 101 e 117.

¹⁸¹ Pierre Broué. *Op. Cit.*, p. 406.

Reza Pahlavi se exilou na ilha Maurício, e abdicou em favor de seu filho, Mohammed Reza. O novo Xá permitiu a ingleses e russos utilizar a estrada de ferro, e manter suas tropas no Irã até o final da guerra. Mohammed Reza tinha sido educado em Londres e sequer falava persa (farsi). Os interesses britânicos no país fizeram que o novo Xá se tornasse um fantoche, fazendo suas vontades sem maiores resistências, especialmente na escolha dos primeiros-ministros, os governantes *de facto* no regime iraniano.

Em outubro de 1941, quando os objetivos operacionais do Eixo na Ucrânia e na região do Báltico foram alcançados (apenas os cercos de Leningrado e Sebastopol ainda continuavam), a grande ofensiva alemã contra Moscou foi renovada. Após dois meses de intensos combates, o exército alemão quase atingiu os subúrbios da capital soviética, onde as tropas alemãs, esgotadas, foram forçadas a suspender sua ofensiva. Grandes territórios haviam sido conquistados pelas forças do Eixo, mas sua campanha não tinha atingido seus objetivos principais: duas cidades importantes permaneciam nas mãos da URSS, a capacidade de resistência dos soviéticos não tinha sido eliminada; a União Soviética mantinha uma parte considerável do seu potencial militar, pagando no entanto um preço humano enorme.¹⁸² A fase *blitzkrieg* da guerra na Europa havia terminado. No início de dezembro, as reservas recém mobilizadas permitiram aos soviéticos atingir a equivalência numérica com as tropas do Eixo. Isto, assim como dados de inteligência que estabeleceram que um número mínimo de tropas soviéticas no Oriente era o suficiente para impedir qualquer ataque pelo exército japonês, permitiu à URSS começar uma grande contra-ofensiva que teve seu início em 5 de dezembro ao longo de mil quilômetros da frente oriental, empurrando as tropas alemãs de 100 a 250 quilômetros para o Oeste.



Rua de Leningrado em 1942

Os primeiros retrocessos estratégicos das forças do Eixo se verificaram, de fato, “em finais de 1942, quando a situação começou a se modificar radicalmente para o Eixo, que sofreu o primeiro golpe na África setentrional, onde, a 23 de outubro, o marechal (inglês) Montgomery, ajudado pelo fato de que os aliados haviam obtido uma clara superioridade aérea na bacia do Mediterrâneo, tornando extremamente difícil o provisionamento e suprimento bélico das tropas

¹⁸² David M. Glantz. *The Siege of Leningrad, 1941–1944: 900 Days of Terror*. Nova York, Zenith Imprint, 2001. O cerco de Leningrado durou 900 dias, de 8 de setembro de 1941, a 27 de janeiro de 1944. Durante o sítio, o Exército vermelho teve 1.017.881 soldados mortos, capturados ou desaparecidos, e 2.418.185 feridos ou doentes. Entre os civis, se registraram 642.000 mortos durante o cerco, além de 400.000 mortos durante a evacuação.

italo-alemãs, deflagrou uma poderosa ofensiva partindo de El Alamein. A resistência da infantaria italiana foi tenaz, mas vã; não podiam lutar com fuzis '91 contra os blindados briânicos e contra a forte artilharia inimiga. Nem os alemães conseguiram se opor ao ataque, longamente preparado. A 3 de novembro, começou a retirada italo-alemã, e de imediato começou a se falar de recuar para defender Tripolitânia [Líbia] abandonando de vez toda a Cirenaica".¹⁸³ Era a primeira retirada *estratégica* do Eixo na guerra.

No cenário bélico mundial, no entanto, o ponto de virada foi a primeira derrota do exército de Hitler em Stalingrado, com a morte de quase metade dos efetivos do Eixo envolvidos na batalha, derrota que iniciou a contagem regressiva do poderio militar alemão, até então quase invicto. A operação militar conduzida pelos alemães e seus aliados contra as forças russas pela posse de Stalingrado (atual Volgogrado), às margens do rio Volga, entre 17 de julho de 1942 e 2 de fevereiro de 1943, foi o ponto de virada na frente Leste da guerra, marcando o limite da expansão alemã no território soviético; é considerada a maior e mais sangrenta batalha de toda a história, causando morte e ferimentos em cerca de dois milhões de soldados e civis. Stalin havia impedido os civis de deixarem o lugar: sua presença encorajaria as forças soviéticas a defenderem a cidade, sendo os civis postos a ajudar cavando trincheiras e fortificações defensivas em todo o perímetro urbano. Em 23 de agosto, um forte bombardeio aéreo causou um grande incêndio, matando milhares de civis e transformando Stalingrado numa paisagem repleta de destroços e ruínas fumegantes. A impotente força aérea soviética foi esmagada pela Luftwaffe, perdendo 201 aviões no período de uma semana no fim de agosto. Apesar de reforços aéreos, as perdas soviéticas continuaram grandes durante o mês de setembro, fazendo com que a força aérea alemã tivesse o domínio completo dos céus sobre Stalingrado e regiões próximas durante as primeiras semanas de combate.

O peso da defesa inicial da cidade caiu em cima de um regimento de artilharia antiaérea, composto por jovens mulheres voluntárias, sem treinamento específico de tiro para alvos terrestres. Sem apoio de outras unidades soviéticas, as atiradoras continuaram em seus postos disparando contra os *panzers* alemães. O comando alemão comunicou que foi necessário eliminar uma a uma até que todas as baterias estivessem destruídas. Os soviéticos se valeram também de milícias de trabalhadores industriais que não estivessem diretamente envolvidos na produção de guerra. Por algum tempo, tanques continuaram a ser produzidos nas fábricas e a ser tripulados por operários. Eles eram transportados diretamente da fábrica para a frente de combate, muitas vezes sem pintura nem aparelho de mira do canhão. No fim de agosto, o Grupo de Exércitos Sul da Alemanha havia atingido o rio Volga, ao Norte de Stalingrado, seguido de outro avanço pelo rio até o Sul da cidade. No começo de setembro, os soviéticos podiam apenas reforçar e realimentar suas tropas dentro da cidade por perigosos caminhos ao longo do Volga, sob constante bombardeio aéreo e de artilharia terrestre alemã. Em 5 de setembro, dois exércitos soviéticos organizaram um ataque maciço contra o *Panzerkorps* – as divisões blindadas nazistas, mas foram contidos pela Luftwaffe. Nos dias seguintes, ataques de *Stukas* alemães ajudaram a destruir mais tanques russos da contra-ofensiva blindada soviética. Na cidade em ruínas, dois exércitos russos estabeleceram suas linhas de defesa entre casas e fábricas destruídas, numa luta de simples sobrevivência. A expectativa de vida dos praças recém-chegados era de menos de 24 horas e a dos oficiais, de três dias. Em 27 de julho, Stalin baixou a ordem 227, decretando que todos os comandantes locais que aprovassem uma retirada não autorizada em sua área deviam ser levados imediatamente a julgamento. O slogan era: "Nenhum passo atrás!".

¹⁸³ Franco Catalano. *Dalla Grande Crisi a Yalta*. Roma, Nuove Edizione Operaie, 1978, p. 301.

A doutrina militar alemã era baseada no princípio do combate com forças armadas combinadas e uma cooperação próxima e conjunta dos blindados, infantaria, engenharia, artilharia e bombardeio aéreo do solo inimigo. Os soviéticos adotaram a tática de simplesmente se colocar nas linhas de frente o mais próximo que fosse fisicamente possível, escapando na medida do possível da artilharia e bombardeios aéreos alemães, geralmente feitos às suas costas. Isto fazia com que as tropas alemãs tivessem que avançar num combate corpo a corpo. Combates cruéis aconteciam em cada rua, sótão, fábrica ou porão de cada casa ou construção. Os alemães diziam que capturavam uma cozinha, mas ainda lutavam pela sala de estar. A estação de trem de Stalingrado mudou de mãos catorze vezes em seis horas de combates. Um contra-ataque soviético perdeu uma divisão inteira de 10 mil homens num único dia, matando um número equivalente de soldados alemães. Um pelotão de soldados soviéticos transformou um edifício de apartamentos numa fortaleza impenetrável. O prédio dominava uma praça no centro da cidade. Os soldados soviéticos a cercaram com minas, montaram metralhadoras nas janelas e selaram as janelas no porão. Não tiveram substituição nem reforços por dois meses e aguentaram a posição até o fim do conflito. Após cada onda de ataques, durante o segundo mês da batalha, os russos tinham que sair do prédio e chutar e empurrar as pilhas de corpos de alemães mortos, para que a linha de tiro para a praça das metralhadoras e armas antitanques ficasse livre.

Sem possibilidade de vitória à vista, os nazistas começaram a transferir artilharia pesada para a cidade, incluindo um gigantesco canhão de 800 milímetros, transportado por estrada de ferro, o *Dora*. Os atacantes, entretanto, não fizeram grandes esforços para enviar tropas através do Volga, permitindo aos soviéticos instalar um grande número de baterias de artilharia ao longo do rio, que continuava a bombardear as posições alemãs. Os defensores, na cidade, usavam as ruínas destes bombardeios como posições de defesa. Os *panzers* alemães se tornavam inúteis no meio de montes de destroços que chegavam a formar pilhas de oito metros de altura e eram varridos pela artilharia antitanque inimiga. Franco-atiradores soviéticos usaram as ruínas para infligir pesadas baixas às tropas alemãs. O comando militar soviético transferiu as forças do Exército Vermelho da área de Moscou para o baixo Volga, e sua aviação de todo o resto do país para a cidade. Em outubro, determinada a quebrar a resistência soviética, a Luftwaffe, comandada por Wolfram von Richthofen, intensificou seus bombardeios com mais de duas mil saídas de missões em 14 de outubro de 1942, atacando as posições ao longo do rio, ao redor da cidade e na fábrica de tratores Dzherzhinsky, local de uma resistência das mais encarniçadas, matando centenas de soldados e dizimando regimentos inteiros. Nesta altura dos combates, a aviação soviética praticamente havia deixado de existir em Stalingrado. O 62º Exército, cortado em dois, havia sido paralisado pela interrupção nas linhas de suprimentos.

Com os soviéticos encurralados numa pequena faixa de 900 metros na margem Oeste do Volga, mais de 1200 ataques de bombardeiros de mergulho *Stuka* foram feitos na tentativa dos alemães de finalmente eliminá-las. Apesar do forte bombardeio, o 62º Exército Vermelho, reduzido a 47 mil homens e 19 tanques, resistiu a todas as tentativas alemãs de tomar a margem Oeste do rio. A Luftwaffe continuou dominando os céus em novembro; a resistência aérea soviética durante o dia era inexistente, após dois meses de ataques, sua flotilha original de 1600 aviões havia sido reduzida para 950. Os bombardeiros tinham sido duramente atingidos, com 232 aviões sobreviventes de um total inicial de 480. Apesar de superioridade em qualidade de material bélico contra os soviéticos, e tendo a seu dispor 80% dos recursos da Luftwaffe na frente oriental, os alemães não puderam impedir o paulatino crescimento do poder aéreo soviético. Quando a contra-ofensiva começou, os soviéticos já tinham superioridade aérea numérica sobre a Luftwaffe.

A força soviética de bombardeiros, *Aviatsiya Dalnego Destviya*, tendo sofrido pesadas baixas durante os dezoito meses iniciais de guerra, estava limitada a voar à noite. Entretanto, a situação da Luftwaffe começava a ficar difícil. Em 8 de novembro, esquadrilhas alemãs foram retiradas da frente oriental para combater os desembarques norte-americanos no Norte da África. A força aérea alemã se viu espalhada através de toda a Europa, lutando para manter sua força em outros setores da guerra contra a URSS. Após três meses de carnificina e de um avanço lento e custoso em vidas, os alemães finalmente atingiram as margens do Volga, capturando 90% da cidade arruinada e dividindo as forças inimigas remanescentes em dois pequenos bolsões. No começo do inverno russo, blocos de gelo se acumulavam nas águas geladas, dificultando a navegação e o abastecimento das forças defensoras. Mas apesar de todas as dificuldades de logística e a inclemência do tempo, a luta continuava violenta na cidade. As batalhas na fábrica de aço Outubro Vermelho, na fábrica de tratores e na fábrica de armamentos, tornaram-se manchetes em todo o mundo. Enquanto os soldados soviéticos defendiam suas posições mantendo os alemães sob fogo, os operários reparavam os tanques e outros armamentos próximos ao campo de batalha, muitas vezes na própria linha de fogo. Estes civis também se apresentavam voluntariamente para tripular os tanques, substituindo os soldados mortos ou feridos, apesar de não terem nenhuma experiência em combate nem na operação das armas de guerra.

Reconhecendo que suas tropas estavam mal preparadas para uma ofensiva durante o inverno, o comando das forças armadas alemãs decidiu realizar uma contra-ofensiva geral na frente de Stalingrado. A ofensiva alemã havia sido paralisada por uma combinação da violenta resistência do Exército Vermelho dentro da cidade com péssimas condições climáticas. O planejamento da contra-ofensiva soviética foi feito com táticas para encurralar e destruir o 6º Exército alemão e demais tropas do Eixo em torno de Stalingrado. Durante o cerco, os comandos alemães, húngaros, italianos e romenos que protegiam os flancos do grupo de exércitos alemão haviam pedido apoio a seus quartéis-generais. O 2º Exército Húngaro, em sua maioria unidades mal equipadas e mal treinadas, tinha a missão de defender um setor de 200 quilômetros da frente Norte de Stalingrado: isto resultou numa linha muito tênue de defesa; os apelos para reforço dos flancos foram ignorados. Finalmente, no outono, os generais soviéticos Vasilievsky e Jukov, responsáveis estratégicos na área de Stalingrado, concentraram maciças forças nas estepes ao Norte e ao Sul de Stalingrado. O flanco Norte dos alemães era particularmente vulnerável, já que era defendido pelas tropas húngaras, romenas e italianas, com equipamento, treinamento e moral muito inferior às tropas da *Wehrmacht*. A fraqueza era conhecida e explorada pelos soviéticos, que preferiam enfrentar tropas não-alemãs sempre que possível.

O plano era manter os alemães lutando em Stalingrado para atacar os flancos guarnecidos por outras tropas do Eixo com todas as forças e fechar os alemães dentro da cidade. Durante os preparativos para a ofensiva, o marechal Jukov visitou pessoalmente a frente. A operação recebeu o nome-código de *Urano*. Em 19 de novembro, o comando do Exército Vermelho lançou a operação. As forças atacantes consistiam de três exércitos completos, compostos de dezoito divisões de infantaria, oito brigadas de tanques, duas brigadas motorizadas, seis divisões de cavalaria e uma brigada antitanques. Mal equipado e disperso em linhas frágeis e finas de defesa, o 3º Exército romeno, que guardava o flanco Norte do 6º Exército alemão, foi esmagado pelos atacantes. No dia 20, os soviéticos lançaram outro ataque, desta vez ao Sul, contra o 4º Corpo de exército romeno, composto em sua maioria apenas de tropas de infantaria, que foi destruído quase imediatamente. Os atacantes se movimentaram rapidamente em forma de pinça e dois dias depois se encontraram a 50 quilômetros de Stalingrado. O exército alemão estava cercado; a notícia da iminência de sua derrota alcançou repercussão mundial.

Cerca de 230 mil soldados alemães e romenos, além de um regimento de infantaria da Croácia, se viram cercados dentro de um bolsão. Dentro do cerco, além dos soldados, se encontravam mais de dez mil civis e milhares de soldados soviéticos prisioneiros dos alemães, capturados durante a batalha. Os atacantes rapidamente estabeleceram dois fortes cinturões, um interno contra tentativas de fuga das tropas aprisionadas e outro externo, contra possíveis reforços vindos de outras regiões em poder dos alemães. Adolf Hitler havia declarado, em discurso no fim de setembro, que jamais deixaria a cidade. Com a notícia do cerco, os comandantes do Exército o pressionaram para que autorizasse uma imediata retirada das tropas para o oeste do rio Don, mas Hitler, assegurado pelo comandante da Luftwaffe, Hermann Göring, de que Stalingrado podia ser abastecida e reforçada por uma ponte aérea que os permitiria continuar lutando até que reforços chegassem, proibiu a retirada.

O comandante da 4ª Frota Aérea da Luftwaffe, von Richthofen, tentou fazer com que cancelassem essa decisão, sem sucesso, e sabedor da impossibilidade de meios para suprir um exército cercado de mais de 300 mil homens. O 6º Exército alemão era o maior exército do mundo, duas vezes maior que um exército alemão regular, em quantidade de soldados e equipamentos. Além dele, cercado, também se encontrava grande parte do 4º Exército Panzer, formado de blindados. Suas necessidades básicas eram de 800 toneladas diárias; e a frota aérea alemã só seria capaz de abastecê-los com menos de 200. Hitler ordenou a resistência a qualquer custo: o 6º Exército seria abastecido por ar. A ponte-aérea fracassou. Além das péssimas condições do tempo, falhas técnicas, uma pesada artilharia antiaérea e interceptações de caças russos cada vez em maior número, levaram os alemães a perderem 488 aeronaves. Finalmente, uma média de 97 toneladas de suprimentos era descarregada diariamente, menos de um oitavo do necessário. O transporte que conseguia pousar era utilizado para evacuar feridos, doentes e especialistas técnicos do enclave cercado – um total de 42 mil conseguiu ser evacuado.



Soldados alemães combatendo em Stalingrado

O 6º Exército alemão lentamente morria de fome. Pilotos alemães ficavam chocados em constatar que os soldados encarregados de descarregar os aviões, muitas vezes não o conseguiam devido à fome e exaustão. As perdas para o grupo de transportes da Luftwaffe foi pesada; 269 *Junkers* foram abatidos, um terço do total deles na frota aérea na frente oriental. A frota de *Heinkel* perdeu 169 de seus aviões; os alemães perderam perto de mil experientes tripulantes de bombardeiros, no esforço de manter de pé as tropas alemãs em Stalingrado. As perdas eram tão grandes que várias unidades aéreas alemãs foram simplesmente dissolvidas. As

forças soviéticas consolidaram suas posições ao redor de Stalingrado e os esforços alemães para romper o bolsão começaram. Uma tentativa de romper o cerco do exército cercado no Sul da cidade foi impedida em dezembro. O impacto do rigoroso inverno russo começou a fazer efeito em favor dos atacantes. O rio Volga congelou, o que permitiu aos soviéticos transportar suprimentos para suas forças em Stalingrado de maneira mais rápida e segura. Os alemães cercados rapidamente começaram a ficar sem combustível e suprimentos médicos; milhares começaram a morrer de fome, doenças e congelamento.

Em 16 de dezembro de 1942, os soviéticos lançaram uma segunda ofensiva, que visava empurrar as forças do Eixo pelo rio Don e capturar Rostov. Se bem sucedido, esse ataque cercaria todo o resto do Grupo de Exércitos Sul, um terço de todas as forças do Eixo na União Soviética. A 6ª Divisão Panzer foi trazida da Bretanha, na França, para constituir a ponta de lança das novas unidades. As 80 composições ferroviárias que transportavam estes equipamentos e tropas foram retardadas devido as pontes destruídas, trilhos arrancados e ataques de guerrilheiros. A missão era romper o cerco russo e auxiliar a "Fortaleza de Stalingrado": a 21 de dezembro, o general alemão Manstein chegou a 48 km dos postos avançados do 6º Exército, no entanto era tarde demais para salvá-los.

A forças alemãs cercadas em Stalingrado estavam sem esperança de reforços, mas as tropas desconheciam isso, acreditando que eles se encontravam a caminho. Alguns oficiais do estado-maior do general Friedrich von Paulus solicitaram a seu comandante que ignorasse as ordens de Adolf Hitler e tentassem romper o bolsão de qualquer maneira, mas o general recusou, já que não concebia desobedecer ordens superiores. Os alemães não tinham combustível suficiente para a tarefa e seria praticamente impossível romper o cerco a pé. Os alemães presos no cerco na área de Stalingrado se retiraram para os subúrbios da cidade. A perda de dois aeroportos, em janeiro, pôs um fim à ponte aérea e a evacuação de feridos. Não houve mais pousos da Luftwaffe em Stalingrado: mesmo com poucos meios, os alemães continuaram a resistir, em parte por não querer cair prisioneiros nas mãos dos soviéticos, acreditando que seriam executados sumariamente. Os *hiwis* (voluntários russos anticomunistas que lutavam ao lado dos alemães, com o general Vlassov) não tinham a menor ilusão sobre seu destino se fossem capturados.

Os soviéticos, do seu lado, ficaram surpresos com o grande número de soldados que eles haviam cercado e tiveram que reforçar suas tropas no cerco. A guerra urbana recomeçou com fúria, mas desta vez eram os nazistas que eram empurrados para as margens do Volga. Eles fortificaram suas posições nos distritos industriais e os soviéticos encontraram a mesma dificuldade para desalojá-los, numa luta casa-a-casa, que haviam causado aos invasores alemães no começo da batalha. Sem combustível, os tanques alemães eram inúteis na cidade, sendo usados como canhões imóveis, alvos fáceis para as armas antitanques soviéticas. No dia 24 de janeiro, foi enviada a Hitler mais uma mensagem desesperada assinada por von Paulus que traduzia a real situação do 6º Exército. Durante seu depoimento em Nurenberg, von Paulus declarou que recebeu a seguinte resposta: "Capitulação impossível. O 6º Exército cumprirá com seu dever histórico em Stalingrado até o último homem a fim de possibilitar a reconstrução da frente oriental". Era a luta levada até o suicídio.

Em fins de janeiro, um enviado soviético fez uma oferta aos sitiados alemães, levada pessoalmente ao general von Paulus: caso se rendessem em 24 horas, eles receberiam garantias de vida para todos os prisioneiros de guerra, cuidados médicos para os feridos e doentes, rações de comida normais e repatriação de prisioneiros para onde eles desejassem ao fim da guerra. Von Paulus, sob as ordens de Hitler, recusou a oferta, assegurando a total destruição do 6º Exército e o futuro calvário de seus sobreviventes. Em 3 de janeiro, Paulus calculou que, de 150 mil soldados alemães em Stalingrado, apenas 35 mil tinham condições de combate. Adolf Hitler promoveu

Friedrich von Paulus a marechal de campo a 30 de janeiro de 1943, no décimo aniversário da sua ascensão ao poder. Como jamais um marechal alemão havia sido feito prisioneiro de guerra, Hitler supôs que com a promoção von Paulus fosse lutar até a morte ou se suicidar, mas quando as forças soviéticas na cidade se aproximaram de seu quartel-general, no dia seguinte, ele se rendeu. Hitler fizera chover promoções e condecorações sobre von Paulus e seus oficiais e praças, mas o destino estava traçado. Os remanescentes do exército alemão renderam-se a 2 de fevereiro; 91 mil homens esfomeados, doentes e exaustos foram feitos prisioneiros, entre eles 22 generais.

Cerca de onze mil alemães e soldados do Eixo de outros países recusaram a rendição oficial, achando que lutar até a morte seria melhor que uma morte lenta nas prisões. Essas forças continuaram a lutar em pequenas unidades até o começo de março de 1943, escondidos em porões e sótãos, com seu número diminuindo enquanto as tropas soviéticas iam fazendo a limpeza da cidade: 2.418 destes homens foram mortos e 8.646 capturados. Apenas 5 mil dos 91 mil prisioneiros de guerra alemães em Stalingrado sobreviveram ao cativeiro e retornaram para casa depois da guerra. Após a rendição, eles foram mandados para campos de trabalho por toda a União Soviética, doentes, sem cuidados médicos e com fome, e a grande maioria deles morreu. Alguns oficiais mais graduados foram levados a Moscou e usados para propaganda antinazista; alguns fundaram o Comitê Nacional por uma Alemanha Livre. Outros, incluindo von Paulus, assinaram um documento anti-Hitler transmitido por rádio para as tropas alemãs na frente oriental. O general Walther von Seydlitz-Kurzbach ofereceu-se para formar um exército anti-Hitler com sobreviventes alemães de Stalingrado, mas a oferta não foi aceita pelos soviéticos. Só em 1955 os últimos alemães restantes de Stalingrado foram repatriados para a Alemanha.

Alemanha não foi oficialmente informada do desastre até o fim de janeiro de 1943. Stalingrado não foi a primeira derrota nazista na guerra, nem a primeira grande derrota na história das forças armadas alemãs, mas sua escala não tinha paralelo. Alguns dias depois da rendição, em 16 de fevereiro de 1943, o ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels, fez seu discurso em Berlim, onde conclamou a nação a uma guerra total, que necessitaria de todos os recursos do país e todos os esforços da população alemã. A batalha de Stalingrado durou 199 dias e foi uma das maiores da história humana. O número de baixas nunca foi calculado com exatidão. Segundo algumas estimativas, as tropas do Eixo sofreram cerca de 850 mil baixas, muitos deles prisioneiros de guerra que morreram em cativeiro entre 1943 e 1955; 400 mil alemães, 200 mil romenos, 130 mil italianos e 120 mil húngaros morreram, foram feridos ou capturados. Dos 91 mil alemães feitos prisioneiros em Stalingrado, 27 mil morreram em questão de semanas. Os 50 mil *hiwis* foram mortos ou aprisionados pelo Exército Vermelho.¹⁸⁴ Os soviéticos sofreram cerca de 1.130.000 baixas, sendo 480 mil mortos e prisioneiros e 650 mil feridos. Na cidade, 750 mil foram mortos ou feridos. Além disso, 40 mil civis soviéticos tinham sido mortos em Stalingrado e seus subúrbios numa única semana de bombardeio aéreo, quando o 6º Exército e o IV Exército Panzer se aproximavam da cidade em julho de 1942; o total de civis mortos nas áreas fora da cidade é

¹⁸⁴ A *Russkaya Osvoboditel'naya Armiya* era conduzida por Andreï Vlassov, general desertor do Exército Vermelho depois de capturado pelos alemães. Vlassov constituiu um exército russo aliado às tropas alemãs, que não entrou em combate contra o Exército Vermelho, mas agiu na Europa oriental. Hitler tinha pouca confiança nos "eslavos" de Vlassov, que tinha se beneficiado dos expurgos stalinistas em finais da década de 1930 para ascender na hierarquia militar soviética. No final da guerra, o exército de Vlassov tentou passar para o lado dos aliados, e apoiou a sublevação de Praga. Ainda assim, foi entregue pelos aliados à URSS, onde foi preso e torturado até ser enforcado em agosto de 1946, junto com seus oficiais (Wilfried Strick-Strickfeld. *Contre Staline et Hitler. Le général Vlassov et le mouvement de libération russe*. Paris, Presses de la Cité, 1971; Jürgen Thorwald. *L'Illusion. Les soldats de l'Armée Rouge dans les troupes d'Hitler*. Paris, Albin Michel, 1975).

desconhecido. No total, a batalha resultou num total de 1,7 a 2 milhões de baixas de ambos os lados.

A partir de 1942, houve uma mudança do caráter da guerra devido à intervenção da produção em massa de armas, à mudança da iniciativa, assim como do papel crescente da população civil, armada ou não. Essa mobilização, no entanto, no caso da URSS, pouco teria conseguido sem o transplante da indústria soviética e a sua reconstrução no Leste do país. A guerra se tornou “industrial”: as operações militares foram o “investimento” de forças acumuladas, paralelamente à destruição das forças do adversário. Na propaganda, houve enormes esforços dos governos aliados na mobilização de sua “opinião pública” na cruzada pela democracia. A ofensiva alemã da primavera de 1942 fora concebida para ser decisiva na destruição das bases da resistência russa e principalmente para a apropriação do petróleo do Cáucaso. Para cobrir esta operação houve a necessidade de cortar o eixo do Volga e tomar Stalingrado que, segundo o alto comando alemão, os russos se esgotariam em defender. De início, o sucesso da ofensiva foi absoluto apesar do papel reduzido dos tanques, enquanto que o da infantaria havia sido acrescido, implicando em ataques frontais e grandes enfrentamentos. A derrota da ofensiva alemã, além do aspecto material, foi sobretudo uma derrota moral, diplomática e política. O mito da invencibilidade alemã cedeu o lugar ao prestígio dos “vencedores de Stalingrado”.

No início de 1942 houve uma nova ofensiva do *Afrika Korps* de Erwin Rommel¹⁸⁵ contra o Egito, porém, devido à falta de homens, de material e de combustível, os alemães capitularam diante da contra-ofensiva do sétimo exército do general Montgomery. No dia 8 de novembro do mesmo ano, foi executada a operação *Torch* contra Casablanca, Orão e Alger marcando a entrada da África do Norte francesa na guerra, inicialmente sob a insígnia do almirante Darlan e da “revolução nacional”. Devido à campanha da Tunísia em sequência, o Eixo abandonou a África. Ocorreu então uma mudança na relação de forças na guerra aérea. Iniciaram-se os bombardeios noturnos na Alemanha e em seguida o bombardeio estratégico pela frota de “fortalezas” e “super-fortalezas”, na tentativa de abalar as populações civis. Com o acréscimo do raio de ação da aviação e a utilização dos porta-aviões como escolta, os aliados se tornaram finalmente senhores da comunicação marítima. Graças ao aperfeiçoamento do sistema de detecção, a frota submarina alemã entrou em um processo de extinção. Enquanto isto, os aliados iniciaram a construção em larga escala do material bélico que permitiria o desembarque na Europa (os *landing ships*).

Na frente de batalha russa, onde a infantaria em massa desempenhava novamente um papel decisivo, entraram em cena o tanque *Stalin*, de 57 toneladas, e o avião *Stormovik*. Após uma nova ofensiva alemã em julho, que aniquilou trinta de suas divisões, as forças se encontraram irremediavelmente desiguais: cinco milhões de soldados russos contra três milhões de alemães extenuados. Hitler continuou proibindo recuar. No verão e no outono, uma série de ofensivas

¹⁸⁵ Erwin Johannes Eugen Rommel (1891-1944) foi marechal de campo do exército alemão que ficou famoso por sua intervenção na África do Norte entre 1941 e 1943, no comando do *Afrika Korps*, destacamento do exército alemão destinado a auxiliar as forças italianas que batiam em retirada frente ao exército britânico. Por sua audácia e domínio das táticas de guerra com blindados, granjeou o apelido de *Raposa do Deserto* e, entre os árabes, de *Libertador* (do imperialismo britânico). Implicado no atentado contra Hitler em 1944, Rommel recebeu a visita de dois oficiais generais em 14 de outubro desse ano. Os termos do *Führer* eram: ir a Berlim, passar por um julgamento e ser condenado à morte, condenando também sua família a ser confinada em um campo de concentração ou, sozinho, acompanhar os dois oficiais e ingerir veneno para suicidar-se, opção que garantiria a integridade de seus familiares. Rommel escolheu a segunda alternativa, despediu-se da família e acompanhou os oficiais. Às 13:25 os generais Burgdorf e Maisel fizeram a entrega do cadáver de Rommel ao hospital de Ulm. Seu funeral foi celebrado em 18 de outubro com as mais altas honrarias militares do Terceiro Reich; oficialmente sua *causa mortis* foi anunciada como o efeito dos ferimentos de batalha que recebera meses antes.

russas, que pela primeira vez se mantiveram no inverno, libertaram definitivamente a Crimeia, a Ucrânia, e a cidade de Leningrado. A sorte da guerra mudou: “Uma vez que a guerra russa não se decidira em três semanas, como Hitler esperava, a Alemanha estava perdida, pois não estava equipada nem poderia aguentar uma guerra longa. Apesar de seus triunfos tinha, e produzia, muito menos aviões do que a Grã-Bretanha e a Rússia, sem contar os EUA. Uma nova ofensiva alemã em 1942, após o inverno terrível, pareceu tão brilhantemente bem sucedida como todas as outras, e levou os exércitos alemães a fundo no Cáucaso e no vale do baixo Volga, mas não mais podia decidir a guerra. Os exércitos alemães foram detidos em Stalingrado (verão de 1942 - março de 1943). Depois disso, os russos começaram por sua vez o avanço”.¹⁸⁶

E, sobretudo, “no inverno de 1942, durante a batalha de Stalingrado, os resíduos de confiança na vitória do povo alemão foram se evaporando. A notícia do contra-ataque soviético filtrou-se através do grosso muro do silêncio oficial de Berlim. Era impossível ocultar o elevado número de baixas... A derrota de Stalingrado provocou uma crise moral na Alemanha (...) O regime usou a crise como uma oportunidade para cambiar a confiança cega na vitória em uma sombria defesa da pátria contra a bárbara ameaça bolchevique. Goebbels foi o inspirador da mudança. A 30 de janeiro de 1943, em discurso pronunciado no Sporpalast de Berlim, transmitiu à nação a essência do novo realismo de Hitler: ‘Nesta guerra não haverá vencedores nem vencidos, só sobreviventes e aniquilados’. Já não mais se tratava de uma guerra vitoriosa de conquistas imperiais, mas da sobrevivência do povo alemão. A nova linguagem sugeria uma nação assediada. O partido (nazista) se apropriou do tema da defesa final de Europa contra o Leste... Em janeiro de 1944, 77% (dos alemães) já considerava perdida a guerra... Um informe da polícia secreta de março de 1944 apontou que o moral alemão estava em seu ponto mais baixo desde o início da guerra”.¹⁸⁷



Soldados soviéticos celebrando a vitória numa Stalingrado arrasada

O discurso “interno” nazista adquiriu matizes delirantes: “O 6º Exército sacrificara-se heroicamente [em Stalingrado] para salvar a antiga civilização europeia das hordas de bárbaros asiáticos oriundos da Sibéria. Conforme o fim se aproximava, Goebbels assegurou-se de que as transmissões de rádio, reportagens e discursos dos líderes nazistas fossem recheados com alusões a antigas lendas e mitos alemães (como a) heroica, terrível e suicida vingança alemã contra Etzel, rei dos hunos, ateando fogo ao palácio real. A semelhança com a resistência suicida do 6º Exército era clara. Goebbels fez da Alemanha nazista a herdeira automeada de Atenas, de Roma, da

¹⁸⁶ Eric J. Hobsbawm. *Op. Cit.*, p. 47.

¹⁸⁷ Richard Overy. *Porqué Ganaron los Aliados*. Buenos Aires, Tusquets, 2011, pp. 395-396.

crisandade e de dois mil anos de civilização europeia. Essa seria a linha principal da propaganda alemã pelo restante da guerra”.¹⁸⁸ A primeira repercussão das vitórias militares russas na Alemanha fora, porém, anterior, e exatamente no baixo ventre da potência germânica, a economia (setor industrial): “No início de 1942 houve (na Alemanha) uma mudança significativa na situação do trabalho. O sucesso do contra-ataque russo não só destruiu as esperanças em um período de entrincheiramento, como fora possível em invernos precedentes, mas exigiu também um aumento imediato do número de homens em armas. As perdas da *Wehrmacht* tinham tido pela primeira vez sérias proporções”.¹⁸⁹

Com todos esses elementos reunidos, uma reviravolta política interna na Alemanha era agora possível.

¹⁸⁸ Rupert Matthews. *Stalingrado*. São Paulo, M.Bokks, 2013, p. 186.

¹⁸⁹ Arnold Toynbee. *La Europa de Hitler*. Madri, Sarpe, 1985, p. 171.

12. O COMEÇO DA DERROTA DO EIXO

Durante o inverno de 1941-1942 teve fim o uso da *blitzkrieg* pela Alemanha no Leste, produziu-se o ingresso dos EUA na guerra e iniciou-se um crescimento sistemático da resistência antinazista nos territórios ocupados pelo Terceiro Reich. A maré bélica começou a mudar de direção. No novo clima político na Alemanha, *provocado sobretudo pelas vitórias soviéticas*, floresceram as conspirações dentro do próprio exército alemão para matar Hitler, que foram várias (não apenas a mais conhecida, do aristocrático coronel von Stauffenberg), geralmente protagonizadas por oficiais de origem aristocrática (que se viam como a própria encarnação da nação, ou como os novos Brutus destinados pela história para assassinar o tirano demente), às vezes com apoio dos serviços secretos britânicos (combinadas com o projeto de um armistício bilateral), e que, incrivelmente, fracassaram absolutamente todas, o que nada diz de bom acerca da suposta e lendária “eficiência alemã”.

A articulação desses atentados com movimentos de resistência civil na Alemanha, sugerida por diversos autores, é provável: “Entre 1933 e 1945, três milhões de alemães foram detidos em campos de concentração por razões políticas, por poucas semanas ou por todo o período; deles, uns 800 mil por comportamento ativo de resistência. No mesmo período, 32.600 pessoas foram justiçadas depois de sentença judicial”.¹⁹⁰ Segundo o jornal clandestino trotskista francês *La Vérité*, em 1942, “os prisioneiros libertados nos informam acerca de frases pronunciadas pelos soldados alemães contra o regime de Hitler. Operários e prisioneiros franceses, de retorno de Alemanha, nos confirmaram que tumultos (sobretudo manifestações de donas de casa) aconteceram em Nüremberg e Berlim”.¹⁹¹ Durante a guerra, porém, a resistência política antinazista alemã era dificultada, pois equivalia à traição nacional e valia a morte imediata. Ainda assim, grupos antinazistas atuaram ininterruptamente na Alemanha em guerra, desqualificados como “derrotistas”.¹⁹²

A “Operação Valquíria” (*Operation Walküre*) foi um dos *quinze* planos elaborados por militares alemães para assassinar Adolf Hitler. O atentado foi realizado a 20 de julho de 1944 pelo coronel Claus Schenk Graf von Stauffenberg. Hitler saiu apenas levemente ferido da explosão de uma bomba em seu quartel-general na Prússia Ocidental. A represália não se fez esperar: mais de quatro mil pessoas, membros e simpatizantes da resistência, foram executadas nos meses seguintes. Dois anos antes, em 1942, os irmãos von Stauffenberg e outros membros da resistência elaboraram uma declaração de governo pós-derrubada de Hitler. Os conspiradores defendiam a volta dos direitos previstos na Constituição de 1933, mas rejeitavam o restabelecimento da democracia parlamentar. Claus aliou-se aos generais Friedrich Olbricht, Albrecht Mertz von Quirnheim e Henning von Tresckow na conspiração. Os planos do atentado que mataria Hitler foram elaborados com a participação de Carl Friedrich Goerdeler e de Ludwig Beck.

Os conspiradores mantinham contatos com setores (conservadores) da resistência civil. Os planos visavam a eliminação de Hitler e seus sucessores potenciais, Hermann Göring e Heinrich Himmler. A primeira tentativa de atentado em Rastenburg, no dia 15 de julho, fracassou. A segunda, a 20 de

¹⁹⁰ Giorgio Vaccarino. *Storia della Resistenza in Europa 1938-1945*. Milão, Feltrinelli, 1981, p. 59.

¹⁹¹ Apud Yvan Caïpeau. *Contre Vents et Marées*. Les révolutionnaires pendant la Seconde Guerre Mondiale. Paris, Savelli, 1977, p. 127.

¹⁹² Em março-abril de 1945, numa Breslau (Wrocław) que resistia até a insanidade o avanço soviético (a cidade foi praticamente destruída pelas autoridades nazistas para transformá-la num *bunker* e para reconstruir um aeroporto que permitisse a fuga dessas mesmas autoridades) os agitadores antinazistas, assim como velhos e crianças a partir de dez anos que não participassem do trabalho forçado imposto pelos líderes alemães, eram fuzilados sumariamente.

julho, matou quatro das 24 pessoas na sala, mas Hitler sobreviveu. Na capital alemã, porém, os conspiradores comunicaram por rádio que o *Führer* estava morto. Duas horas mais tarde, a notícia foi desmentida. Na mesma noite, von Stauffenberg, von Haeften, von Quinheim e Olbricht foram executados por traição. No dia seguinte, os mortos foram enterrados com seus uniformes e condecorações militares. Mais tarde, Hitler mandou desenterrá-los e ordenou sua cremação.¹⁹³

Um informe da Gestapo de 29 de julho de 1944 constatou que “a preparação intelectual do atentado começou faz muito tempo. Werner von Alvensleben menciona uma *soirée* realizada em casa do general von Hammerstein... Definiu-se como desesperada a situação do Reich em consequência da entrada dos EUA na guerra, até o ponto de se considerar absolutamente necessário um acordo de paz. A Gessler foi confiada a tarefa de sondar na Suíça o inimigo.... (Ele) voltou no verão-outono de 1942 com a informação de que Churchill não queria negociar com um governo nacional-socialista”. A partir desse ano (o mesmo da Conferência de Wannsee, que confirmou e sistematizou o Holocausto judeu) se organizaram vários atentados contra Hitler oriundos de pequenos setores do próprio exército alemão, alguns deles desastrosos, e outros os mais importantes) adiados por motivos políticos: era necessário que a catástrofe alemã devida à guerra hitleriana ficasse clara aos olhos da maioria da população; Kunrat von Hammerstein, oficial de origem nobre da *Wehrmacht* e ferido de guerra (participante de segunda linha no atentado de 20 de julho de 1944), escreveu no seu diário: “Se alguém ousasse matar Hitler antes que o último alemão veja claramente o abismo em que estamos por sua causa, a mentira da punhalada pelas costas o beneficiará inclusive depois da guerra”.¹⁹⁴

No Japão, também surgiram nos círculos dirigentes (surdas) vozes derrotistas. Em Berlim, em fevereiro de 1943, Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler, conclamara os alemães para uma “guerra total” (*total krieg*) contra a URSS. Esse foi o cenário decisivo da guerra, pois foi o exército soviético que infringiu 75% das baixas ao exército do Terceiro *Reich* na guerra. As melhores tropas alemãs estavam na frente Leste, não na ocidental. Quando algumas divisões da frente Leste foram redirecionadas por Hitler para as Ardenas, na frente ocidental, após o desembarque aliado em Normandia (junho de 1944) a derrota que impuseram às tropas aliadas motivou um pedido de Churchill a Stalin de abertura de novas frentes no Leste, sob risco de nova inflexão no destino da guerra. Churchill foi rapidamente atendido, a diferença do que tinha acontecido com os insistentes pedidos anteriores de Stalin de abertura de uma “segunda frente”, quando todo o esforço da guerra contra o Eixo na Europa estava nas costas da União Soviética.

Na Itália, uma “segunda frente” de porte menor foi improvisada. No mês de julho de 1943, o Sul da Itália foi invadido em dois pontos: desembarque na Sicília e em Salerno. No entanto as tropas aliadas foram contidas na península por várias vezes, até a primavera de 1944. No Pacífico, vencedoras em duas batalhas aeronavais, as tropas americanas começaram a se aproximar da costa japonesa. Do lado oeste, em dezembro de 1943, na conferência de Teerã decidia-se o desembarque na Normandia. No dia 6 de junho de 1944, 4.700 navios desembarcavam 75 divisões em dois portos artificiais. No Sul da França, na costa provençal, um segundo desembarque ocorreu no dia 15 de agosto. Combinando a ação da Resistência à utilização das tropas aerotransportadas e dos bombardeios massivos, Paris foi definitivamente libertada das tropas alemãs, no dia 25. Em fins de novembro de 1944, a França e a Bélgica já haviam sido reconquistadas pelos aliados.

No Leste, no início do verão do mesmo ano, as linhas de 1941 foram parcialmente reconstituídas. Em consequência de uma grande ofensiva na Europa Oriental, Romênia e Bulgária assinaram o

¹⁹³ Paul Berben. *O Atentado contra Hitler*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1962.

¹⁹⁴ Hans Magnus Enzensberger. *Op. Cit.*, pp. 253-255.

armistício, Hungria foi invadida, Iugoslávia e Albânia, apoiadas pelo exército russo, foram liberadas pela ação dos partisanos. Em dezembro, os blindados russos já se encontravam às portas de Varsóvia. Enquanto isto, as tropas britânicas retomavam Creta. Em julho de 1943, finalmente, os soviéticos enfrentaram os alemães em Kursk, na maior batalha de tanques blindados da história. O poderio dos adversários era praticamente equilibrado. Os comandantes alemães Kluge e Manstein dispunham de 900 mil homens, 10 mil peças de artilharia de todos os calibres, 2.700 tanques e canhões de assalto e 2.500 aviões de combate de todos os tipos. Do outro lado, o exército soviético contava com um milhão e 300 mil homens, 20 mil peças de artilharia, três mil tanques e canhões de assalto e 2.650 aviões, quase todos caças e caças-bombardeiros. A superioridade numérica dos soviéticos era equilibrada pela experiência dos alemães: o resultado, mais do que dos efetivos empenhados, dependeria da capacidade e estratégia de comando.

A *Wehrmacht* e a *Luftwaffe* estavam melhor equipadas do que nunca na guerra. A indústria militar alemã crescia a ritmo exponencial, apesar do bombardeio aliado. Em 1942, havia produzido 5.700 tanques médios e pesados. Em 1943, essa cifra subiu para 11.900. A produção de aviões havia dobrado em dois anos e a de munição, triplicado. A *Wehrmacht* estava sendo equipada com novas e poderosas armas. A “Operação Cidadela”, nome dado pelos alemães à maior batalha convencional do mundo até então, que incluiu o maior número de perdas aéreas em um só dia na história da guerra, foi iniciada a 5 de julho de 1943 com ofensivas simultâneas alemãs dirigidas por Manstein, pelo Sul, e por Kluge, pelo Norte. A cobertura aérea alemã era excelente, pois a *Luftwaffe*, reforçada com grupos retirados da frente italiana, tinha condições para efetuar três mil saídas aéreas por dia contra as posições soviéticas. Com essa cobertura e com o apoio dos novos tanques *Panther* e canhões *Ferdinand*, Manstein e Kluge estavam convencidos de que romperiam as linhas soviéticas e teriam condições para reiniciar uma nova ofensiva em direção a Moscou, explorando a desorganização e desmoralização das forças soviéticas, depois de derrotá-las.

Mas os soviéticos, nessa altura, estavam preparados: a Frente Central de Rokossovsky e a de Voronev de Nikolai Vatutin tinham de fazer frente à ofensiva alemã organizada em 50 divisões. O início da batalha, fixado para 4 de maio, foi adiado para 12 de junho e posteriormente para 4 de julho, a espera de novos tanques que, segundo Hitler, inclinariam a balança a seu favor. Os adiamentos anularam as possibilidades alemãs de um ataque surpresa e deram tempo aos soviéticos de preparar as medidas de defesa adequadas. As duas fases da batalha de Kursk foram surpreendentemente rápidas, características da guerra de movimento que os próprios alemães haviam aperfeiçoado e refinado. Kluge nem ao menos chegou a pequena distância das linhas soviéticas.

A poderosa artilharia, a concentração de armas antitanque e os extensos campos minados que encontrou pela frente, assim como um poderoso contra-ataque soviético contra sua ala esquerda o forçaram a passar rapidamente da ofensiva à defensiva. No Sul, Manstein conseguiu abrir algumas brechas nas linhas de defesa de Vatutin, mas as reservas de Koniev foram lançadas sobre sua vanguarda e a luta que se seguiu foi a maior batalha de blindados da história. No dia 12 de julho, apenas uma semana depois do início, a vitória soviética já era evidente. As forças de Jukov passaram à ofensiva geral ao longo de toda a frente perseguindo o inimigo derrotado, cujas baixas tinham sido enormes. Os tanques *Panther* não tinham se mostrado tão eficientes quanto haviam previsto seus criadores, ao passo que os enormes canhões *Ferdinand*, que não contavam com a proteção de armas automáticas eficientemente dispostas, tinham sido presa fácil da infantaria soviética.



Kursk

A derrota em Kursk pôs fim à ofensiva alemã na URSS. Hitler teve de cancelar a Operação Cidadela em 13 de julho: “É a última vez que escuto a meu Estado Maior”, afirmou. Kursk foi o ponto culminante da “era Panzer”. Em Kursk, o Exército Vermelho simplesmente arrasou 30 divisões alemãs, sete das quais eram divisões Panzer. A reserva blindada central com que contava a *Wehrmacht* na URSS, fundamental para fazer frente à crise bélica, tinha desaparecido. Guderian reconheceu que a fracasso da operação representou “uma derrota decisiva”. Na esteira dos alemães em retirada, as forças de Jukov, prosseguindo na contra-ofensiva, reconquistaram não somente os pontos-chave de Orel e Karkov como também Kiev, ampliando sua frente geral de operações do mar Negro ao Báltico. As perdas soviéticas na batalha de Kursk e nas que se seguiram nunca chegaram a ser reveladas. Sabe-se que os alemães perderam mais de 400 mil homens que, ao contrário dos russos, não tiveram substitutos. O fato das derrotas sucessivas impostas aos alemães não ter resultado numa desordenada debandada de forças desmoralizadas, tendo-se processado em boa ordem, não desmente o fato de que a retirada alemã marcou definitivamente o fim da capacidade ofensiva do exército nazista.¹⁹⁵

A partir de Kursk, Hitler não mais reuniu condições para uma grande ofensiva contra a URSS: os alemães se empenharam apenas em batalhas defensivas, tentando adiar ao máximo o desfecho fatal. Para os soviéticos, Kursk produziu uma série de resultados imediatos. Não somente garantiu a reconquista de vastas áreas industriais e do imenso celeiro da Ucrânia, como ainda contribuiu para convencer os soldados soviéticos que nada ficavam a dever aos alemães. Se a defesa de

¹⁹⁵ David M. Glantz e Jonathan M. House. *The Battle of Kursk*. Lawrence, University Press of Kansas, 1999; Robin Cross. *Citadel*. The battle of Kursk. Nova York, Michael O'Mara Books, 1993; David M. Glantz. *When Titans Clashed*. How the Red Army stopped Hitler. Lawrence, University Press of Kansas, 1995.

Leningrado, a vitória em Moscou e a derrota imposta aos alemães em Stalingrado tinham dependido muito da iniciativa de alguns militares de talento, da capacidade de improvisação e da exploração de fatos circunstanciais, Kursk demonstrou que o novo Exército Vermelho, forjado na guerra, tinha condições de enfrentar as melhores, mais bem equipadas e mais bem comandadas forças alemãs em terreno e momento escolhido por elas, detê-las, batê-las e compeli-las a recuar. A partir de Kursk, a iniciativa em toda a frente oriental escapou definitivamente aos alemães e passou a ser detida pelos soviéticos. As consequências políticas da batalha também foram cruciais: Bulgária, Romênia, Hungria e a própria Finlândia, considerando sua própria segurança, reconsideraram sua posição em relação à Alemanha, com a consequente aceleração do colapso do nazismo.

A reviravolta bélica não esteve determinada só pela inércia devida ao peso econômico e demográfico dos aliados. Ela refletiu também o aguçamento, em condições extremas, do embate entre revolução e contrarrevolução, e a vigência das relações sociais de produção criadas pela Revolução de Outubro na União Soviética: “Não é difícil compreender o significado real da resistência dos russos à invasão alemã, seu caráter inicial de luta de vanguarda e de classe e o caráter massivo que tomou a partir de 1942. Contra a *Wehrmacht*, a população soviética empreendeu uma luta pela sobrevivência, na medida em que a vitória alemã teria significado a morte a curto prazo para milhares deles, uma escravidão e uma regressão histórica tais que, comparado com elas, o regime stalinista pareceria uma verdadeira idade de ouro. O que sabia uma pequena minoria – na qual se encontravam os opositores que se sacrificaram às portas de Moscou – durante os primeiros meses de 1941, a experiência acabou ensinando ao resto da população. A conquista alemã significava historicamente não só a destruição do regime stalinista, mas também a destruição de todas as realizações econômicas, de todas as ‘conquistas de Outubro’ e de uma parte importante das forças produtivas, a reintegração do território e dos recursos soviéticos no sistema capitalista e, principalmente, uma adaptação forçada às necessidades e exigências do imperialismo alemão... (Isso) supunha a aniquilação pela violência direta ou pela fome de milhões de russos (cuja) existência cotidiana estava assegurada - mesmo que de maneira precária – por uma economia baseada na nacionalização dos meios de produção, inclusive a terra, no monopólio do comércio exterior e na direção planificada da economia. O lugar reservado aos povos da URSS por uma Alemanha imperialista era o de colônias que oferecessem um mercado aos produtos de sua indústria, e de reservatório de produtos agrícolas e de matérias primas. Os planos de organização econômica previam a ‘naturalização’ ou ‘desindustrialização’ da Rússia, deixando somente os campos e as minas.

E, sobretudo: “Essa transformação não seria de modo algum uma restauração do passado feudal. Apesar do entusiasmo manifestado diante da ‘cruzada’ pelos últimos restos dos brancos da guerra civil... os nazistas jamais tiveram a intenção - ao contrário do que afirmou a propaganda soviética - de restabelecer os antigos proprietários ou de devolver as terras aos nobres... tanto porque a explicitação desse propósito teria atraído para Hitler o ódio geral da população, quanto porque não entrava nos cálculos nazistas trabalhar para outros que não fossem os dirigentes da classe proprietária alemã. Hitler solicitou pessoalmente a seus funcionários que cuidassem para que nenhum russo pudesse se tornar um grande proprietário de territórios do Leste. Tal colonização da Rússia implicava na necessidade de eliminar qualquer elemento suscetível de desempenhar um papel na resistência à dominação nazista, como podia ser a classe operária, organizada ou não, ou a *intelligentsia*. Uma ordem do estado-maior econômico de Göring, de 23 de maio de 1941, prescrevia a destruição de todos os setores industriais nos territórios conquistados, precisando: ‘Proibição absoluta de tentar salvar a população da morte por inanição’... O genocídio exigia que

seus executores estivessem persuadidos de caráter sagrado de sua missão”.¹⁹⁶ Os massacres civis de “judeus e comunistas”, perpetrados pelos comandos de extermínio nazistas, despejaram quaisquer dúvidas acerca das intenções alemãs para com os derrotados, em graus variados (variação dependente do lugar atribuído àqueles pelos nazistas, na sua “hierarquia biológica”).

Se a revolução engendra necessariamente a contrarrevolução, o contrário também é verdadeiro. O processo não foi só “russo”, foi internacional: “ *Talvez o fato básico fosse que as convulsões da guerra tivessem tornado possível uma retomada da expansão comunista, contida desde 1919*”,¹⁹⁷ não se referindo apenas ao avanço avassalador dos exércitos soviéticos a partir de 1943, mas também ao desenvolvimento de uma ampla resistência classista, presente na Europa inteira,¹⁹⁸ e até no próprio centro do campo “aliado”, inclusive nos EUA. Já em 1941, os mineiros franceses fizeram greve em Nord Pas-de-Calais, apesar da ocupação alemã: “Nem a rádio inglesa nem o general de Gaulle em Londres julgaram bom falar da greve dos mineiros cujo caráter de classe - que os inquietava - justificava sua decisão de não incluí-la dentro das ações de resistência”.¹⁹⁹ Após as greves, alguns jovens requisitados para o STO (Serviço de Trabalho Obrigatório) na Alemanha *prennent le maquis*, ou seja, iniciaram uma resistência armada, inicialmente rural (daí o nome de *maquis*, arbusto típico das florestas francesas) que seria encampada e dirigida pelo PC francês, no sentido de uma aliança com o representante da (nessa altura fantasmal) burguesia antinazista, o general de Gaulle (refugiado na Inglaterra).²⁰⁰

A resistência classista, ou simplesmente antinazista, na França, certamente pouco ou nada teve a ver com a atividade da socialdemocracia. Vários de seus líderes históricos tornaram-se adeptos de Pétain; o secretário-geral da SFIO, Paul Faure, tornou-se conselheiro de Laval, o homem-forte do novo regime colaboracionista. Dirigentes sindicais entraram para o governo de Pétain e um deles, René Belin, foi até nomeado ministro do Trabalho. Esse movimento não alcançou apenas a cúpula das organizações, mas todo o aparato sindical e político, em especial os socialistas eleitos em todos os níveis; sob o regime da “Revolução Nacional”, 90% dos conselheiros gerais da SFIO (eleitos pelos departamentos), e 75% dos conselheiros municipais, permaneceram em seus cargos. Não era possível ter alguma ilusão sobre a “Revolução Nacional” de Pétain. O regime de Vichy, dentro das circunstâncias da França estar parcialmente ocupada pelo exército alemão, era abertamente uma ditadura, uma mistura de corporativismo à moda de Franco ou de Salazar com fascismo à moda de Hitler ou Mussolini. E, sem maiores problemas, o governo de Pétain promulgou o mesmo arsenal repressivo contra os judeus que existia na Alemanha.

A SFIO, a “velha casa”, praticamente deixou de existir durante os primeiros anos da ocupação alemã. Impõe-se o paralelo com as posições da Igreja católica nesse período: diante do racha da burguesia, os prelados se dividiram. A maioria, particularmente a alta hierarquia, se colocou a serviço do marechal Pétain e ajudou-o a implantar seu regime corporativista e repressivo. Outros eclesiásticos juntaram-se à Resistência e participam, ou ajudaram a ação clandestina antinazista. Pouco numerosos nos primeiros anos, os “padres resistentes” cumpriram a tarefa de fazer esquecer, quando da Libertação, todos os padres que colaboraram com o ocupante nazista ou com o governo de Vichy.

O mesmo vale para os socialistas: os poucos opositores de primeira hora ao regime de Pétain forjaram, em 1945, a lenda de um Partido Socialista que participou da Resistência. Na verdade, a

¹⁹⁶ Pierre Broué. *O Partido Bolchevique*, ed. cit., pp. 408-410.

¹⁹⁷ David Thomson. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973, p. 166.

¹⁹⁸ Giorgio Vaccarino. *Op. Cit.*

¹⁹⁹ Pierre Broué. *Histoire de l'Internationale Communiste 1919-1943*. Paris, Arthème Fayard, 1997, p. 762.

²⁰⁰ Cf. André Bendjebbar. *Libérations Rêvées, Libérations Vécues*. Paris, Hachette, 1994.

divisão entre eles reproduziu com bastante exatidão as duas estratégias dos patrões franceses. Uns, a serviço do marechal e de um Estado de rapina, baseado nos princípios de uma ditadura policial; outros, subordinados ao general de Gaulle pela reconstrução de uma França independente, mas burguesa. Quando, em 1942, o “delegado geral do general de Gaulle nos territórios ocupados”, Jean Moulin, foi encarregado de montar um comitê de seis notáveis para preparar os quadros do futuro regime que viria a ocupar o poder no dia seguinte à Libertação, escolheu um socialista, Robert Lacoste, como membro do futuro governo. A parcela resistente da SFIO praticamente se confundira com o movimento de resistência gaullista.

O PCF passou a hegemonizar a resistência ativa e armada contra a ocupação nazista, mas com uma política nacionalista anti-alemã (que, no momento da “Libertação”, se traduziu na consigna à *chacun son boche*), e subordinada à aliança da URSS com os imperialismos “aliados”. Os trotskistas franceses, por sua vez, defenderam uma política independente e classista, embora divididos em dois grupos (que defendiam políticas diversas diante da Resistência), publicando clandestinamente seu jornal *La Vérité*. A sua atividade era explicitamente internacionalista. Merece destaque, por ser quase caso único na “Europa de Hitler”, a publicação na França de *Arbeiter und Soldat*, periódico classista dirigido aos soldados alemães, com incríveis tiragens entre cinco e dez mil exemplares.²⁰¹ Quinze soldados da *Wehrmacht* participavam da difusão do jornal entre as tropas alemãs. Os organizadores dessa atividade clandestina eram o exilado militante trotskista alemão (e judeu) Paul Widelin, que chegou à França via Bélgica em 1943, e o francês Marcel Hic. A Gestapo passou a perseguir o jornal de modo prioritário; uma traição de um soldado alemão acabou desmantelando o grupo: Widelin e Hic foram presos pela Gestapo, torturados e executados em outubro de 1944.²⁰² Os trotskistas alemães, por sua vez, muito enfraquecidos durante a ditadura nazista, terminaram na sua quase totalidade no exílio, onde continuaram a publicar seu jornal *Unser Wort* a partir de Buenos Aires (onde também encontrou refúgio a *Nouvelle Revue Française*, NRF, sob a direção de Roger Caillois, e até parte do acervo da Cinemateca Francesa).

Em 23 de agosto de 1941, em uma estação do metrô parisiense, um antigo membro das Brigadas Internacionais da Espanha, “o coronel Fabien”, abateu com dois tiros de pistola um oficial alemão. Foi o primeiro atentado da Resistência. As consequências não se fizeram esperar: três jovens comunistas foram executados pela Gestapo. Daí por diante, o exército alemão, muitas vezes ajudado pela polícia francesa de Vichy, praticou a política da chantagem com reféns. Inicialmente estes foram tomados entre os prisioneiros, depois entre a população civil. A direção do PCF deu como orientação aos prisioneiros comunistas na iminência de serem executados, de cantarem a Marselhesa. A maior parte obedeceu a linha do partido. Gabriel Péri, conhecido dirigente do PCF, que seria, após sua morte, objeto de um verdadeiro culto, escreveu em sua última carta: “Eu vou morrer para que a França viva... Adeus e que viva a França!”. Mas os militantes continuavam a pensar que a política antifascista e patriótica não era mais do que uma etapa necessária e que, em

²⁰¹ Segundo informou a brochura *La Lutte des Trotskystes sous la Terreur Nazie*, publicada pelo PCI francês em agosto de 1945, pouco depois da Libertação. Na Bélgica, o pequeno PCR (Partido Comunista Revolucionário, IV Internacional) impulsionou o jornal resistente *Het Vrije Woord*, em flamenco, dirigido à população local (houve uma importante greve operária em Liège, em 1941, no país ocupado pelos nazistas). Mas também publicaram *Das Freie Wort*, em alemão, dirigido aos soldados e pessoal da *Wehrmacht*, que chegou a tirar quatro mil exemplares e ser distribuído (clandestinamente, claro) por soldados alemães que se ofereceram espontaneamente para fazê-lo. O jornal, mimeografado, foi publicado até setembro de 1944 (Jan-Willem Stutje. Ernest Mandel en résistance. Les socialistes révolutionnaires en Belgique 1940-1945. *La Belgique Sauvage* nº 7, Bruxelas, outono 2011).

²⁰² Yvan Craipeau. *Contre Vents et Marées*. Les révolutionnaires pendant la Seconde Guerre Mondiale. Paris, Savelli, 1977.

seguida, viria outro combate no qual os objetivos seriam abertamente revolucionários. Em contradição total com a orientação chauvinista e anti-alemã de seu partido, o antigo secretário comunista do sindicato dos metalúrgicos parisienses, Jean-Pierre Timbaud, gritou diante do pelotão de execução: “Viva o Partido Comunista Alemão!”.

A partir de 1942, o movimento complexo e combinado que se chamou “Resistência” amplificou-se. Após o ataque alemão contra a URSS, a nova orientação do PCF que priorizava a luta armada, a guerrilha, contra o ocupante, recebeu a adesão de uma camada importante de intelectuais, de quadros operários e beneficiou-se de um real apoio na população. Destacamentos de partisans passaram a operar nas cidades. O PCF impulsionou uma organização, em escala nacional, dos grupos armados, que efetuavam atentados, sabotagens, ações de comandos, missões de informação: são os Franco-Atiradores e Partisans. É notável constatar que a história, seguindo nisto as lembranças dos participantes, reteve a sigla de FTP, mas o PCF sempre utilizou o símbolo de FTPF, com um “F” final de *francês*, para marcar bem os limites patrióticos a não serem ultrapassados. As FTP eram a principal expressão militar da Frente Nacional. Os primeiros grupos de combatentes, e quase sempre os mais solicitados, foram os membros da MOI, mão de obra imigrada, que reunia militantes estrangeiros fugitivos das perseguições: alemães, italianos, espanhóis, poloneses, judeus.

Em 1943, apareceram dois novos elementos que desenvolveram a Resistência. Em primeiro lugar, a criação do STO, o Serviço do Trabalho Obrigatório, imposto pela Alemanha, que tinha uma necessidade inesgotável de mão de obra e que queria deportar, com a ajuda do governo francês de Vichy, milhares de trabalhadores franceses. A recusa de uma grande parte, em particular os jovens, e sua passagem para a clandestinidade, permitiu o desenvolvimento de *maquis* nos campos e nas montanhas. Por outro lado, uma fração importante da burguesia despreendeu-se do regime de Vichy, voltou-se para De Gaulle e reforçou as organizações da resistência de orientação gaullista. Mas as forças controladas pelos comunistas permaneceram predominantes: os FTP eram a ponta de lança da luta armada contra as forças de ocupação. Eram os acontecimentos internacionais que primavam na determinação da orientação do PCF. Em junho de 1942 os EUA e a URSS declararam num comunicado conjunto a necessidade e a urgência de se abrir uma segunda frente na Europa Ocidental, para se aliviar o cerco que o exército alemão fazia ao redor de Stalingrado.

Para fixar uma parte, a mais importante, do exército alemão na França, os dirigentes do PCF colocaram toda a sua força no alçamento de um movimento de resistência unificado. Isto passava pela total subordinação à autoridade do general De Gaulle, que enviou para a França o seu representante, Jean Moulin que, sob seu comando, federou as principais organizações da Resistência, com os comunistas num lugar preponderante, mas submetidos aos objetivos e diretrizes do general De Gaulle. Um alto responsável do partido, Fernand Grenier, reuniu-se com os gaullistas em Londres, onde De Gaulle o nomeou “conselheiro para o Comissariado do Interior”, o que não significava nada, mas permitia a Fernand Grenier fazer declarações em nome do PCF na Rádio Londres: “Nós traduzimos o sentimento dos franceses proclamando nossa confiança no general De Gaulle, que é o primeiro em levar o estandarte da resistência”. E, trocando gentilezas, o general reconhecia que: “Os destacamentos de franco-atiradores constituem a vanguarda da França combatente”. Ele escreveu ao Comitê Central do PCF: “A chegada de Fernand Grenier, a adesão do PCF ao Comitê Nacional, que ele me trouxe em seu nome, a colocação à minha disposição, enquanto comandante em chefe das forças livres, das valentes formações de franco-atiradores, que vocês constituíram e animaram, são manifestações da unidade francesa, uma nova prova de vossa vontade em contribuir para a liberação de nosso

país”. Praticamente no mesmo dia que Stálin anunciou a dissolução da Terceira Internacional, o PCF reconheceu a autoridade do general De Gaulle aderindo ao CNR.

De Gaulle desconfiava dos “combatentes da sombra”, dos guerrilheiros, do povo em armas, e tentava cobrir todos os movimentos de resistentes com uma autoridade militar em acordo com o Estado Maior dos exércitos aliados. Para este fim foram criadas as FFI, forças francesas do interior, logo situadas sob as ordens do general Koenig. Seguindo orientação do PCF, as FTP se integraram nas FFI. Em junho de 1944, estas últimas foram absorvidas pelo exército regular. O PCF tornou-se a ala negociadora, o braço armado da coalizão da Resistência, que os gaullistas, graças aos meios técnicos e financeiros concedidos pelos aliados, superaram sem grande dificuldade, e sem praticamente nenhuma oposição desde que os maquis comunistas eram frequentemente desfavorecidos em armas e apoio logístico, por vezes até mesmo completamente abandonados, como foi o caso dos maquis de Vercors, esmagados pelas tropas alemãs.

A guerra começou a se desdobrar em luta de classes em diversos países beligerantes. Em setembro-outubro de 1941, as greves e operações-tartaruga na Tchecoslováquia (transformada, a parte tcheca, em Protetorado de Boêmia e Morávia) provocaram uma queda de 18% na produção industrial: Hitler enviou Reynhard Heydrich para governar o país e impor a “paz social” mediante um terror indiscriminado. Na Itália, o movimento grevista foi explosivo em 1943, ameaçando criar uma situação de duplo poder,²⁰³ sendo o pano de fundo social do movimento dos *partigiani* e do golpe de estado do Conselho Fascista que derrubou Mussolini nesse mesmo ano (a abertura da “segunda frente” na Itália se deveu mais a considerações políticas do que estratégico-militares). Os partidos operários tradicionais (socialistas e, sobretudo, comunistas) se esforçaram por enquadrar o movimento operário e popular dentro de uma política de “união nacional” antifascista, excluindo toda política classista, internacionalista e revolucionária, o que suscitou enormes críticas na sua base (“Há oposição em Nápoles, Roma, Milão, e sem dúvida em outros lugares”, escrevia o dirigente comunista Mauro Scoccimaro) e o fortalecimento de diversos grupos e correntes à sua esquerda, que colocavam a questão: “Resistência nacional ou luta de classes?”²⁰⁴ O fascismo deslavado do patronato italiano durante os vinte anos precedentes não deixava margens para dúvidas na resposta.

Grécia viveu a fundo o horror da ocupação nazista. 500 mil gregos perderam a vida durante a Segunda Guerra Mundial, mais de 7% da sua população. 54 mil dos 70 mil judeus que habitavam Grécia foram exterminados no Holocausto judeu. Nos “cercos” urbanos, multidões eram encurraladas nas ruas, para que informadores disfarçados pudessem apontar os apoiadores da ELAS (a organização armada de resistência) e da EAM (frente política controlada pelo PC grego) à Gestapo e aos “Batalhões de Segurança” (que haviam sido formados pelo governo colaboracionista para ajudar os ocupantes nazistas), para que fossem executados. Despir e violar mulheres era um meio comum de assegurar confissões. Execuções em massa tiveram lugar em público, para intimidar os resistentes; os cadáveres eram deixados pendurados nas árvores, guardados por colaboradores do Batalhão de Segurança, para impedir a sua remoção.²⁰⁵ Em resposta, a ELAS levava a cabo contra-ataques dirigidos às tropas alemãs e seus esbirros. Na altura do outono de 1944, Grécia estava devastada pela ocupação e pela fome. O movimento *partisan* de resistência nasceu em Atenas, mas fixou bases nas aldeias e zonas rurais; durante a guerra antinazista, Grécia foi progressivamente libertada a partir do interior pelos partisans, ou *andartes*, em grego.

²⁰³ Umberto Massola. *Gil Scioperi del '43*. Roma, Riuniti, 1973.

²⁰⁴ Arturo Peregalli. *Through fascism, war and revolution. Revolutionary History* vol. 4, nº 5, Londres, 1995.

²⁰⁵ Mark Mazower. *Inside Hitler's Greece*. Nova York, Yale University Press, 2001.

Os primeiros grupos guerrilheiros de resistência se constituíram em maio de 1942. Em junho, Anatholis Klaras (“Aris Velouchiotis”) já comandava 500 *andartes*. Desde 1942 também, greves operárias explodiram na Grécia ocupada pelos nazistas. Os operários gregos se negavam a cooperar com o esforço de guerra do Terceiro Reich: “As resistências balcânicas passaram por uma etapa decisiva no outono de 1943, por ocasião da capitulação italiana, pelo fato de que os alemães não podiam substituir imediatamente o aliado enfraquecido. Os partisans gregos conseguiram, então, ocupar novas zonas e apoderar-se de um armamento importante, que se acrescentou ao que era atirado de paraquedas ou fornecido pelos britânicos. Em finais de 1944, no momento da evacuação dos Bálcãs pelos alemães, os movimentos de resistência ocupavam, tanto na Iugoslávia quanto na Grécia ou na Albânia, um lugar determinante no plano militar e político”.²⁰⁶

A EDES (Exército Nacional Republicano), concorrente da ELAS fundada com um programa de “democracia socialista” pelo general Zervas, foi rapidamente manipulada por agentes ingleses e monárquicos, entrando em conflito militar com a ELAS já antes da derrota nazista. A ELAS tinha libertado dezenas de aldeias e se tornado um governo paralelo, administrando diversas partes do país, onde o Estado literalmente desaparecia. Em inícios de 1943, Aris Velouchiotis foi convocado pelo Comitê Central (CC) do PC grego, que o acusou de “levar adiante uma guerra de classes” (e não uma guerra nacional) e de “exterminar os proprietários feudais”, assim como de provocar o confronto militar com a EDES do general Zervas: Velouchiotis foi “posto sob o controle” do CC. No mesmo ano, a agonizante Internacional Comunista criticava o líder comunista iugoslavo Tito por “conferir um caráter comunista ao movimento de resistência”.

O movimento de luta antinazista, no entanto, ganhou seu próprio impulso e dinâmica. Em Atenas, a 20/21 de dezembro de 1942, os operários em greve eram 40 mil. Eles participaram no dia seguinte de uma mobilização de rua convocada pela EAM. Em fevereiro do ano seguinte, greves e manifestações urbanas conseguiram impedir o deslocamento de mão de obra grega para a Alemanha; os funcionários públicos chegaram a obter um aumento de salários. As forças ocupantes alemãs e colaboracionistas ficaram rodeadas nas cidades pelas “fortalezas vermelhas” das periferias, onde as tropas e milícias nazistas só conseguiam realizar pequenas operações, retirando-se de imediato. Já havia 40 mil *andartes* nas montanhas e zonas rurais. O prestigioso coronel Sophoulis, escolhido pelos ingleses para unificar a “resistência nacional antinazista” em concorrência com a EAM, capturado por Aris Velouchiotis, foi politicamente convencido por este, e se passou com 700 oficiais gregos, armas e bagagens, para a EAM. A 18 de abril de 1944, nas montanhas, o PC grego (EKK) constituiu um “Comitê Político de Libertação Nacional” (PEEA) com caráter de governo provisório, sob o controle do próprio PC.

Os trotskistas europeus, sentindo o vento da história mudar de direção, decidiram reorganizar a IV Internacional no continente. Desde o início da guerra mundial, o secretariado da organização tinha se trasladado aos EUA, onde funcionava sob a responsabilidade do SWP (*Socialist Workers Party*) norte-americano, com participação preponderante de seus dirigentes (James P. Cannon, Joseph Hansen), mas também do holandês Jan van Heijenoort (ex secretário de Trotsky no México), e até do brasileiro Mário Pedrosa (“Lebrun”) representando a América Latina (Pedrosa abandonou logo a IV Internacional, juntando-se à fração de Max Schachtman, que não aceitava a “defesa incondicional da URSS” postulada por Trotsky).²⁰⁷ Com grande esforço, o Secretariado

²⁰⁶ Philippe Masson. *A Segunda Guerra Mundial*. História e estratégias. São Paulo, Contexto, 2010, p. 248.

²⁰⁷ “Considerado em escala histórica, o antagonismo entre o imperialismo mundial e a União Soviética é infinitamente mais profundo do que aquele que opõe os distintos países capitalistas entre si [embora] o monstruoso desenvolvimento do burocratismo soviético e as difíceis condições de vida das massas trabalhadoras

Europeu provisório da organização (criado no verão de 1943 nos países sob ocupação nazista) convocou e realizou uma conferência europeia clandestina (fevereiro de 1944) em Saint-Germain-La Poterie, na França ocupada, com a participação de quinze delegados de vários países, entre os quais os belgas Abraham Leon (autor do postumamente clássico *A Questão Judia*, morto em Auschwitz em 1945) e Ernest Mandel, no pós-guerra mundialmente reconhecido como economista marxista. Os temas centrais do evento, que durou seis dias, foram a postura a ser adotada diante dos movimentos nacionalistas de resistência nos países ocupados e a perspectiva da revolução na Alemanha.

Nos Estados Unidos, houve greves dos mineiros, dirigidas por John L. Lewis, em maio e novembro de 1943; e greve dos ferroviários no mesmo ano. Apesar da legislação anti-grevista dos EUA, em 1944 houve 224 greves não autorizadas, com 388 mil grevistas.²⁰⁸ O Partido Comunista nos EUA, no entanto, defendeu a suspensão de todas as greves durante o período de guerra e denunciava os grevistas das minas de carvão dos EUA como “traidores” e “quinta coluna pró-nazista”. Na própria Alemanha o atentado contra Hitler de julho de 1944 foi preparado junto com uma possível greve geral, organizada pela resistência clandestina.²⁰⁹ No entanto, “(desde o início de 1944) o elemento predominante (nos conspiradores anti-Hitler) era o medo da bolchevização da Alemanha... O governo surgido do golpe de Estado ofereceria a capitulação só aos aliados ocidentais, os quais deixariam aos alemães continuar lutando no front oriental [contra a URSS]. Tratava-se de incitar os aliados para um cambio de alianças”.²¹⁰ Os conspirados antinazistas parecem ter querido conservar algumas das conquistas territoriais nazistas (como os Sudetos), mediante um acordo prévio com os aliados. A participação operária e popular teria se limitado ao apoio de alguns ex líderes sindicais

As resistências antinazistas nas regiões ocupadas pela Alemanha, depois canonizadas como “nacionais” e “patrióticas”, foram organizadas inicialmente sobre a base das redes criadas pelos partidos das Internacionais (socialista e comunista). As resistências viraram nacional-burguesas pela política de suas direções (inclusive, e principalmente, socialistas e comunistas) não pela sua composição “natural”. Na França, o PCF forneceu a estrutura básica de organização dos FTP (*Franc Tireurs Partisans*), assim como é conhecida a total hegemonia do PCI – para o melhor e para o pior – entre os *partigiani* italianos. A carnificina stalinista contra os trotskistas continuou na resistência antinazista: Pietro Tresso (“Blasco”), dirigente trotskista italiano ex membro da direção do PCI, fugido na França da repressão fascista, foi assassinado pelos seus “companheiros” do PCF quando revistava como membro da resistência armada antinazista nesse país.²¹¹

O caso da Polônia foi decisivo, pois foi o principal teatro da “solução final”. Hitler tinha resolvido fazer daquele país o matadouro da Europa. A Polônia foi derrotada e ocupada pelos alemães no outono de 1939 e, em seguida, dividida entre a Alemanha e a União Soviética. E poucos dias depois da invasão da Rússia pelos alemães, em junho de 1941, a Polônia oriental foi reocupada, bem como os países bálticos e partes da Rússia Branca e a Ucrânia, pela Alemanha nazista. Uma organização nacional armada clandestina foi organizada na Polônia, a ZWZ (*Zwiazek Walki Zbrojnej*) que em 1942 se transformou no AK (*Armia Krajowa*, “Exército Interno”). O Partido Socialista Polonês (PPS) e o Partido dos Camponeses (SL - *Stronnictwo Ludowe*) eram os mais

reduziram drasticamente a força de atração do estado operário sobre o proletariado de todo o mundo” (Leon Trotsky. *A Guerra e a IV Internacional*. São Paulo, POR, sdp).

²⁰⁸ Daniel Guérin. *Op. Cit.*

²⁰⁹ Ernest Mandel. O papel do indivíduo na História: o caso da II Guerra Mundial. *Ensaio 17/18*, São Paulo, 1989.

²¹⁰ Gilbert Merlio. *Les Résistances Allemandes a Hitler*. Paris, Tallandier, 2003, p. 312.

²¹¹ Pierre Broué. Meurtres au maquis. *L'Égalité* nº 52, Paris, abril 1997.

fortes na resistência, ao passo que as principais figuras do governo no exílio eram homens de centro ou de direita. No início, o único grupo que se recusava a formar a frente única foram os comunistas. Em 1941-1942, os comunistas poloneses mal existiam: o partido havia sofrido um expurgo maciço em fins da década de 1930, incluída a eliminação física de sua direção em Moscou, e acabara sendo dissolvido. Os comunistas poloneses estabeleceram, individualmente, contato com Moscou, pelo rádio, em 1942. Que força tinha o AK? Como organização militar estava longe de ser notável, e os esquemas de insurreição armada contra os alemães preparados por alguns de seus líderes eram fantásticos. Tinha, porém, uma ampla rede de simpatizantes e informantes em toda a Polônia. Na Polônia, ao contrário da França e da maioria dos países europeus, não havia quase colaboradores políticos. Os alemães encontravam informantes entre os criminosos e marginais, mas não entre os elementos de que a resistência era constituída. Os alemães não se dispunham a conceder aos poloneses nem mesmo uma limitada autonomia política. Os poloneses eram uma raça inferior, dominada; portanto, não havia margem de colaboração. Além disso, o domínio alemão foi, na Polônia, muito mais sangrento e repressivo do que na Europa ocidental, setentrional ou mesmo meridional: um milhão de civis poloneses foram mortos durante a guerra.



O levante do gueto de Varsovia, incendiado pelos nazistas, 1943

No gueto de Varsóvia, a dependência em que os judeus se encontravam, precisando dos poloneses para a transmissão de suas mensagens ao exterior, era total. Os judeus nos guetos tinham grande dificuldade de estabelecer contato até mesmo com a resistência polonesa. Houve contatos entre o *Hashomer Hatzair*, o movimento juvenil sionista-socialista, que fazia parte da antiga Internacional Operária e Socialista, e a liderança dos Escoteiros Poloneses. Um deles, "Hubert" (Kaminski) era então diretor do *Biuletyn Informacyjny* do AK: o relatório sobre Chelмно, a primeira descrição dos assassinatos em massa de judeus realizados com gás, foi transmitido ao Ocidente através desse canal. Muito mais importantes foram os laços entre o Bund, partido socialista e anti-sionista, representado por Leon Feiner, e os socialistas poloneses do PPS. Feiner ("Mikolaj", "Berezowski") transmitia informações a "Arthur" pelo rádio do AK e por mensageiros.

"Arthur" era Zygielbojm, representante do Bund em Londres que, tendo fugido da Polônia em 1940, chegou a Inglaterra procedente da América, em abril de 1942, e tornou-se o mais veemente dos porta-vozes judeus poloneses no exterior. Leon Feiner era advogado, e principal dirigente do Bund polonês. Foi através dessas redes que se estabeleceram os contatos que viabilizaram o levantamento do gueto, em 1943.²¹²

Na Iugoslávia ocupada, os *partisans* já eram 300 mil em 1943 e em outubro do ano seguinte, o líder comunista Tito entrou, vitorioso, em Belgrado, antes do Exército Vermelho. Como não situar nessa perspectiva a luta mais heroica da guerra, o levantamento do *ghetto* de Varsóvia, dirigido pelas organizações judias de esquerda sobreviventes, após enfrentamento e destituição prévias da direção (*Judenrat*) judaica conciliadora?²¹³ No gueto houve uma intensa vida e debate políticos, publicando-se, inclusive, o jornal *Bandeira Vermelha*, fiel à IV Internacional, sob a responsabilidade de Salomon Erlich (codinome A. Stein). O problema principal dos movimentos de resistência foi que “se os aliados ocidentais desencorajaram a constituição de grandes formações populares na Europa e confiaram à resistência, sobretudo, tarefas de sabotagem e de informação, Stalin não pareceu ter em grande conta nem sequer esta última função, e teve, como foi demonstrado, em baixa consideração a contribuição militar da resistência, de cujo voluntarismo autônomo sempre desconfiou”.²¹⁴ Aliados ocidentais e burocracia do Kremlin tinham um ponto em comum: evitar que a resistência antinazista se tornasse politicamente autônoma e ensejasse, com a degradingolada da “Europa de Hitler”, uma revolução social.

Do ponto de vista militar, foi decisiva para o desfecho da guerra a derrota do exército nazista na União Soviética. Mas esta derrota não foi alheia aos fatores apontados acima. No início da guerra, o ódio contra a burocracia moscovita na URSS era tão grande que “as tropas alemãs eram recebidas como libertadoras na Ucrânia, até começarem a queimar as aldeias, expulsar as mulheres e crianças e executar os homens”.²¹⁵ Quando ficou claro que os planos de Hitler eram “naturalizar” (sic) a Rússia, transformá-la num vasto celeiro com o trabalho escravo dos russos, a mobilização patriótica foi imensa. Mas esta pouco teria conseguido sem “o transplante da indústria na segunda metade de 1941 e no começo de 1942, e a sua reconstrução no Leste (que) deve figurar entre as mais estupendas realizações de um trabalho organizado pela União Soviética durante a última guerra. O crescimento rápido da produção bélica e sua reorganização sobre novas bases, dependia da urgente transferência da indústria pesada das zonas ocidentais e centrais da Rússia europeia e da Ucrânia para a retaguarda longínqua, fora do alcance do exército alemão e da aviação”.²¹⁶ Tal feito teria sido impossível num país onde existisse propriedade privada da grande indústria. Na França ocupada pelos nazistas, o grande patronato industrial colaborou quase na sua totalidade com o exército de ocupação.

Depois da derrota inicial, que dizimou parte substancial do exército soviético, a recomposição da força militar da União Soviética foi um *tour de force* econômico-social. A nova indústria militar soviética, reconstituída nas regiões não ocupadas pelas tropas alemãs, produziu centenas de milhares de tanques e aviões entre 1941 e 1945. Foram mobilizados, na União Soviética, todos os recursos naturais e humanos, inclusive, e de modo especial, o trabalho forçado nos campos de trabalho que abrigavam milhões de prisioneiros, provocando, aqui também, uma mortandade em

²¹² Henri Minczeles. *Histoire Générale du Bund*. Um mouvement révolutionnaire juif. Paris, Denöel, 1999.

²¹³ Roney Cytrynowicz. *Memória da Barbárie*. A história do genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Edusp/Nova Stella, 1990, p. 142.

²¹⁴ Giorgio Vaccarino. *Op. Cit.*, p. 550.

²¹⁵ Ben Abraham. *Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Sherip Hapleita, 1985, p. 40.

²¹⁶ Alexander Werth. *Op. Cit.*, p. 244.

massa.²¹⁷ A ajuda aliada não chegou a cobrir 10% da produção soviética. Por outro lado, “na batalha de Kursk [a grande batalha baseada em tanques de 1943] a taxa de baixas (do exército soviético) foi a metade daquela da (defesa de) Moscou, e em 1944, essa taxa caiu para um quarto. Sem esta melhora na eficiência, o esforço bélico soviético teria afundado em 1943. A reconstrução de um exército quase inteiramente novo sobre as ruínas do destruído exército de 1941, capaz de defender-se com sucesso contra o atacante, representou o resultado mais extraordinário de toda a guerra”.²¹⁸

Um feito em grande parte devido ao fato de que a inicial catástrofe do Exército Vermelho levou Stalin (ou melhor, toda a direção stalinista) a “afrouxar” as rédeas burocráticas, pelo menos no comando militar; “O sistema militar russo funcionou remarcadamente bem a partir de 1942, uma vez que Stalin se dispôs a deixar no comando oficiais capacitados”. Dentre eles, destacou-se Gueorgui Jukov, que fez rapidamente se espalhar a expressão “onde está Jukov, está a vitória”.²¹⁹ Ao contrário, o Estado Maior da *Wehrmacht* esteve a todo momento submetido à “paranoia” pessoal de Hitler, que impôs uma estratégia cada vez mais irrealista, com base numa relação baseada numa “constante humilhação” dos oficiais de carreira pelo *Führer*, sobretudo quando os comandos militares alemães já compreendiam que a guerra estava irreversivelmente perdida.²²⁰

Engels já apontara, no século precedente, que a estrutura autoritária (arcaica) de comando do exército inglês fora a chave de sua derrota na guerra da Crimeia (para não falar do colapso do comando aristocrático-autoritário das forças armadas czaristas, retratado no célebre filme *Encouraçado Potemkin* de Serguei Eisenstein, na guerra russo-japonesa de 1904-1905). No Exército Vermelho, ao mesmo tempo, “os uniformes e insígnias mudaram consideravelmente, devolvendo-lhe em grande parte as tradições russas da Primeira Guerra Mundial, isto é, as fardas e insígnias czaristas”.²²¹ Um novo retrocesso da Revolução de Outubro, uma reafirmação do poder

²¹⁷ Edwin Bacon. *The Gulag at War*. Londres, Macmillan, 1996: “A maior parte do esforço do Gulag na economia de guerra foi realizado sob direto control do NVKD (sucessora do KGB, polícia política da URSS). Em 1940, o NVKD preencheu 13% do volume do trabalho na economia soviética. Entre 1941 e 1944 um total de mais de dois milhões de prisioneiros eram oficialmente usados em construções supervisionadas pelo NVKD” (p. 40). O Gulag era um sistema de campos de trabalho composto por 476 campos para os quais se enviaram, ao todo, 18 milhões de pessoas. Depois da guerra, pelo acordo dos aliados na Conferência de Yalta, milhões de prisioneiros de guerra e civis foram usados em trabalhos forçados na URSS. Os prisioneiros húngaros foram forçados a trabalhar na União Soviética até 1955.

²¹⁸ Richard Overy. *Russia in Guerra 1941-1945*. Milão, Il Saggiatore, 2011, p. 224.

²¹⁹ Hanson W. Baldwin (jornalista norte-americano de temas militares no *New York Times*; em 1943 recebeu o Prêmio Pulitzer pela sua cobertura da Segunda Guerra Mundial) disse dele: “Sua mais corajosa luta foi contra o controle absoluto dos comissários políticos, que venceu durante a guerra, garantindo aos comandantes a flexibilidade de ações e decisões que é indispensável”. Para Isaac Deutscher: “Com exceção da figura institucionalizada de Lenin, Jukov provavelmente foi o primeiro líder a emergir na União Soviética aureolado pela reputação de herói popular e genuinamente soviético”. Seus adversários na guerra, os generais alemães de Rundstedt a Manteufel, estão entre os que reconheceram as qualidades de comandante de Jukov. Em depoimento a Basil Liddell Hart, Guderian, o maior especialista alemão em forças blindadas, declarou: “Jukov é um dos raros soldados capacitados a considerar várias alternativas antes de uma batalha decisiva - e a dedicar-se, com os maiores recursos e a maior disposição, à alternativa correta” (*History of the Second World War*, ed. cit.). Jukov tinha sobrevivido com esforço aos expurgos no Exército Vermelho. Os húngaros não guardaram boas lembranças dele: “O marechal Jukov foi o carniceiro da Hungria [em 1956] e, certamente, não teria vacilado um segundo se lhe fosse confiada a tarefa de restabelecer a ferro e fogo, em 1968, o domínio soviético sobre a Checoslováquia. Mais que um soldado, foi um simples aplicador da política soviética”.

²²⁰ Max Hastings. *Armageddon*. The battle for Germany 1944-1945. Nova York, Alfred A. Knopf, 2004, p. 170.

²²¹ Steven J. Zaloga. *El Ejército Rojo*. Barcelona, RBA, 2011, p. 39.

autônomo da casta militar, depois do brutal expurgo stalinista de 1937 e dos anos sucessivos; Stalin, na década de vida que lhe restava, não mais ousaria mexer com a casta militar.



Tropas irregulares polonesas, AK, no levante de Varsóvia, 1944

Foi exatamente o momento em que a guerra começava a se inclinar para os aliados (mais especificamente, para a URSS contra a Alemanha) que Stalin (que em momento algum abdicou sequer parcialmente do comando *político* da URSS) escolheu para pressionar o Partido Comunista da URSS (o PCUS) e a direção da Internacional Comunista (IC), sediada em Moscou, no sentido da dissolução da Internacional. A IC já não passava do fantasma burocrático e melancólico do que alguma vez fora; sua dissolução era, obviamente, uma garantia suplementar dada por Stalin aos governos capitalistas aliados da URSS acerca de seu comportamento futuro. Como a proclamação da dissolução demorasse (Kalinin, no Politburô do PCUS, chegou a se opor a ela) Stalin decidiu comunicá-la unilateralmente, a 28 de maio de 1943, ao correspondente da agência Reuter em Moscou: “A dissolução da IC é uma iniciativa justa e adotada no bom momento porque facilita a organização do combate em comum de todas as nações desejosas de liberdade contra o inimigo comum, o hitlerismo”.²²²

Não se poderia ser mais claro: não restou, ao PCUS e aos partidos da IC, mais do que encampar uma “decisão” da qual foram informados através... da imprensa norte-americana. A 10 de junho, o Presidium do Comitê Executivo da IC encampava a “decisão” adotada por cima de sua cabeça: “Não se previa nenhuma outra forma de de vinculação internacional entre os partidos comunistas. E tampouco se fazia a menor alusão à possibilidade de estabelecê-la no futuro”.²²³ No ano seguinte, o PC dos EUA se dissolveu, transformando-se em “associação” e proclamando seu apoio eleitoral ao presidente Franklin D. Roosevelt. Em 1943 ainda, os republicanos ianques culpavam os comunistas pelas revoltas raciais em Detroit, o que era obviamente uma inverdade,

²²² Pierre Broué. *Op. Cit*, p. 797. Em 15 de maio de 1943, depois de celebrada a Conferência de Teerã dos países “aliados”, URSS incluída, o Presidium do comitê executivo da Internacional Comunista, “tendo em conta a maturidade dos partidos comunistas” nacionais, e para evitar os temores dos países capitalistas aliados, decidiu dissolver a Internacional Comunista. Depois da guerra, em 1947, foi criada a *Kominform* (Oficina de Informação Comunista) como substituta da Komintern, em reunião celebrada perto de Wrocław, na Silésia polonesa, que reunia os partidos comunistas de Bulgária, Checoslováquia, França, Hungria, Itália, Polônia, a União Soviética e Iugoslávia. Foi dissolvida em 1956.

²²³ Fernando Claudín. *A Crise do Movimento Comunista*. São Paulo, Expressão Popular, 2013, p. 35.

que revelava no entanto o agudo sentido de classe da política racista. Em 1944, o ex presidente republicano Herbert Hoover, tomando nota da dissolução da IC no ano precedente, manifestava: “O internacionalismo comunista de Rússia foi deslocado pela aspiração nacional de libertar a mãe Rússia”...



URSS: da luta antiimperialista à aliança anti-fascista

Nada disso impedia enxergar a derrota do Terceiro *Reich* na União Soviética - a guerra Alemanha vs. URSS (1941-1945) foi a mais sangrenta da história: “Entre 1941 e 1945, na frente Leste, a maioria das forças terrestres e aéreas da Alemanha nazista e seus aliados foi completamente destruída pela União Soviética (no que foi) o *componente decisivo* da Segunda Guerra Mundial” - ²²⁴ derrota que livrou a humanidade da ameaça militar nazista, a maior máquina de guerra do mundo. A 6 de junho de 1944 teve lugar o desembarco aliado na Normandia, o conhecido “Dia D” dos aliados ocidentais. Contrastando com as enormes dificuldades dos aliados ocidentais, em 22 de junho, os exércitos soviéticos lançaram uma ofensiva estratégica na Bielorrússia (conhecida como “Operação Bagration”), que resultou na destruição quase completa do Grupo de Exércitos de Centro alemão. Logo depois, outra ofensiva soviética forçou o recuo das tropas alemãs da Ucrânia ocidental e Polônia oriental.

Em 1943, os aliados ocidentais começaram uma campanha para reconquistar o Mediterrâneo, começando pela invasão da Sicília para depois invadir o sul italiano. Entre setembro de 1943 e abril de 1945, 60 mil soldados aliados e 50 mil alemães morreram na Itália. As baixas dos aliados (incluindo mortos, feridos, desaparecidos e prisioneiros) chegaram a 320 mil e as perdas das forças do Eixo (excluindo os que se renderam com a assinatura da rendição final) foram de 658

²²⁴ Chris Bellamy. *Absolute War*. Soviet Russia in the Second World War. Londres, Macmillan, 2007. A guerra marítima, a frente oriental, a ofensiva aérea e a reconquista da Europa são considerados habitualmente os quatro campos de conflito decisivos da Segunda Guerra Mundial.

mil.Nenhuma campanha na Europa ocidental custou mais em termos de perdas de vidas entre forças de infantaria do que a campanha na Itália (o Brasil participou da campanha enviando 25 mil homens do Exército pela FEB, uma esquadra de navios da Marinha e um grupamento de caças da FAB).

Os comandantes dos EUA defendiam invadir a França o quanto antes; os britânicos defendiam uma política de ataque focada no Mediterrâneo. A invasão à França ocorreria no início de 1944, precedida por uma campanha de menor importância na Itália, com vistas a eliminar Itália da guerra de uma vez por todas. Eliminar Itália da guerra iria permitir que a força naval dos aliados, principalmente a Marinha Real Britânica, dominasse completamente o Mediterrâneo, aumentando a comunicação com o Egito, o Extremo Oriente, o Oriente Médio e a Índia. Isso também significaria que os alemães teriam que redistribuir suas tropas da frente oriental para defender Itália e a costa Sul da França. Os Italianos também teriam que tirar suas tropas da União Soviética para defender seu próprio país. Uma invasão conjunta da Sicília começou em 10 de julho de 1943 com as unidades anfíbias e aéreas. As forças de defesa alemãs e italianas não foram capazes de impedir os aliados de ocuparem a ilha, ainda que tenham conseguido com sucesso a evacuação de boa parte de suas tropas. Forças do 8º Exército Britânico desembarcaram no Sul da Itália continental, em 3 de setembro de 1943, no dia em que o governo italiano concordou com um armistício com os aliados. O armistício foi anunciado em 8 de setembro pelo marechal Pietro Badoglio, membro do Grande Conselho Fascista que chefiou a derrubada de Mussolini (acordada também com o rei Vittorio Emanuele).²²⁵

Era mais do que a queda de Mussolini, era o início do desmantelamento do Estado italiano, uma perspectiva contra a qual combateram nazistas e aliados: “Badoglio foi constrangido a ordenar a libertação dos detidos políticos; inicialmente excluiu do benefício a anarquistas e comunistas, mas depois teve de ceder [eles eram a grande maioria dos detidos]... Em 24 horas as tropas nazistas disseminadas na península ocuparam as praças fortes italianas, sem encontrar, na maior parte dos casos, nenhuma resistência. Em Roma, tropas (italianas) e civis combateram por duas horas até içar a bandeira branca. A confusão era total, em toda parte... As forças armadas italianas, no país e nos fronts externos, desapareceram, assim como desaparecera todo poder legítimo na Itália, que perdera a identidade de Estado nacional e até sua unidade territorial: os exércitos estrangeiros mandam em todo o país, ao Sul ingleses e americanos, ao Norte e ao centro, os alemães. Vittorio Emanuele III, escondido, é rei só de nome, os EUA e a Inglaterra não o reconhecem”.

Mussolini, libertado por um comando enviado por Hitler de sua prisão no Gran Sasso, estabeleceu no Norte um novo Estado fascista, com sede na cidadezinha de Salò, a República Social Italiana: “O fascismo reerguido não tem nenhuma legitimidade, e o próprio ditador parece a sombra de si

²²⁵ Havia consenso na casa real de Saboia e no novo ministério, chefiado por Badoglio, comandante do exército, que era preciso solicitar um armistício aos aliados e sair da guerra de imediato; Itália estava sendo bombardeada diariamente e os aliados já apareciam como os futuros vencedores do conflito mundial. Badoglio pediu um reunião aos anglo-americanos em Lisboa (país neutro), absolutamente secreta. Badoglio enviou o general Giuseppe Castellano em 16 de agosto a Lisboa, com plenos poderes para assinar um armistício, o que foi feito. Mussolini foi deposto pelo Grande Conselho Fascista, um gesto motivado pela invasão aliada. Logo depois de preso, Mussolini foi resgatado da prisão no Gran Sasso por forças especiais alemãs. Após seu resgate, Mussolini chefiou a República Social Italiana (República de Saló) no Norte da Itália que não havia sido ocupado por forças aliadas. Ao final de abril de 1945, com a aparente derrota total do Eixo, tentou fugir para a Suíça; foi rapidamente capturado, julgado por um tribunal popular e sumariamente executado próximo ao lago de Como por guerrilheiros italianos. Seu corpo foi trazido para Milão onde foi pendurado de cabeça para baixo em uma praça para exibição pública e confirmação de sua morte.

mesmo. A república de Mussolini só existe por vontade dos nazistas que concedem ao *duce* só a aparência de um Estado soberano. Trentino, Alto Adige, Istria e Veneza Giulia foram anexadas ao Terceiro Reich, e até a capital Roma, sob comando alemão, está perdida”.²²⁶ Itália não mais era um país, mas um campo de batalha entre aliados e nazistas e, potencialmente, de uma guerra civil entre italianos.

Em 9 de setembro, as forças do 5º Exército dos EUA, esperando pouca resistência, desembarcaram ao Sul, em Salerno, na “Operação Avalanche”; as forças britânicas, por sua vez, desembarcaram em Tarento. O esforço aliado estava centrado no porto de Nápoles, o porto mais ao Norte que poderia receber apoio aéreo aliado por caças operacionais baseados na Sicília. À medida que os aliados avançavam, eles encontraram terreno cada vez mais difícil. Hitler foi convencido de que a defesa da Itália deveria ser realizada o mais longe possível da Alemanha. Albert Kesselring foi responsabilizado pelo comando alemão de toda a Itália e ordenou a preparação de uma série de linhas defensivas ao Sul de Roma. A “Linha de Inverno” provou ser um grande obstáculo para os aliados no final de 1943, detendo o avanço do 5º Exército, no lado ocidental da Itália. Depois de quatro grandes ofensivas entre janeiro e maio de 1944 a linha foi finalmente quebrada por um ataque combinado dos exércitos 5º e 8º concentrados ao longo de uma frente de 32 quilômetros quilômetros entre o Monte Cassino e a costa ocidental. As forças canadenses encarregadas de capturar Roma suportaram dura resistência alemã.

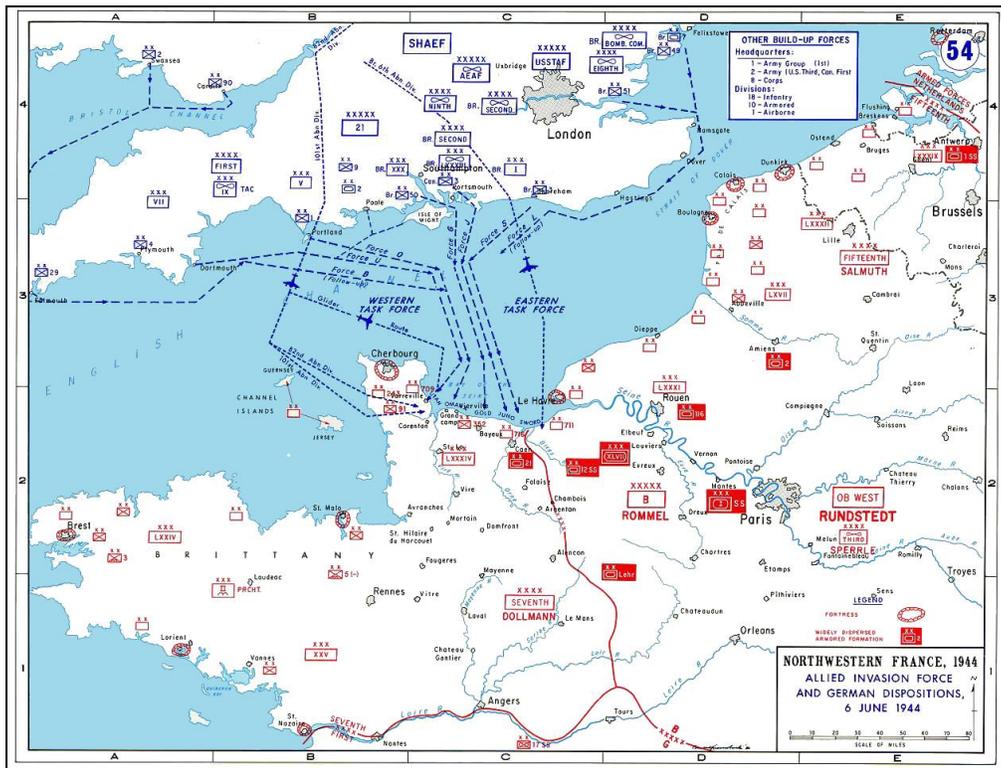
As primeiras a entrarem em Roma foram, porém, as tropas norte-americanas, que usaram as tropas canadenses literalmente como escudo. Roma havia sido declarada “cidade aberta” pelo exército alemão e nenhuma resistência foi encontrada. As forças dos EUA tomaram posse de Roma em 4 de junho de 1944. Após a captura de Roma e a invasão da Normandia, em junho, muitas unidades americanas e francesas (sete divisões), foram retiradas da Itália durante o verão de 1944, para participar na Operação Dragão, a invasão aliada do Sul da França. No período de junho a agosto de 1944, os aliados avançaram além de Roma, chegando a Florença. Na grande ofensiva dos aliados, no outono de 1944, que começou em 25 de agosto, as defesas da “Linha Gótica” alemã foram penetradas. A luta assumiu características de uma *guerra civil*, com importantes greves operárias desde 1943, e forte atividade dos *partigiani* (comandados pelo Partido Comunista Italiano) no Norte da Itália.

Em fevereiro de 1945, os aliados (incluindo as tropas brasileiras) empurraram os defensores alemães a partir do ponto mais alto de Monte Castello, Monte Belvedere e Castelnuovo, privando-os de posições de artilharia; deflgraram também uma operação contra o transporte marítimo e fluvial no porto de Veneza, em 21 de março de 1945. A ofensiva final dos aliados começou com bombardeios aéreos e de artilharia a 9 de abril de 1945. Em 25 de abril, o *Comitê de Libertação* dos *partigiani* italianos declarou uma revolta geral; no mesmo dia, depois de ter atravessado o rio Pó no flanco direito, as forças do 8º Exército avançaram para o Nordeste em direção a Veneza e Trieste. O 5º Exército dos EUA se dirigiu para o Norte em direção da Áustria e também para Milão. O avanço em direção a Turim da divisão brasileira levou o exército alemão-italiano (das forças italianas que permaneceram leais a Mussolini e ao Eixo) da Ligúria ao seu colapso. Em finais de abril chegou o fim; com as forças do Eixo na Itália retirando-se em todas as frentes e tendo perdido a maior parte de sua força de combate, o seu comando se rendeu. O general Heinrich von Vietinghoff assinou o documento de rendição em nome dos exércitos alemães na Itália em 29 de abril, trazendo formalmente as hostilidades ao fim a 2 de maio de 1945. Apenas uma semana depois, seria a vez da Alemanha nazista cair.

²²⁶ Simona Colarizzi. *Storia del Novecento Italiano*. Milão, BUR, 2007, pp. 279-281.

13. O FIM DA GUERRA MUNDIAL

A 6 de junho de 1944 (chamado de *Dia D*), cerca de 100 mil soldados aliados, com o apoio de 6 mil navios e 5 mil aviões, desembarcaram na costa da Normandia, França, abrindo uma nova frente de guerra no Oeste da Europa. O assalto foi realizado em duas fases: um assalto aéreo de 24 mil britânicos, estadunidenses, canadenses e tropas franceses “livres”, aerotransportados pouco depois da meia-noite, e um desembarque anfíbio da infantaria aliada e divisões blindadas na costa, com início às 6:30 da manhã. Havia também operações de engodo para distrair as forças da Alemanha nazista longe das áreas de pouso real. A operação foi a maior invasão anfíbia de todos os tempos, com o desembarque de mais de 160 mil soldados. Soldados e material foram transportados a partir de Inglaterra por aviões. Os desembarques ocorreram ao longo de um trecho de 80 quilômetros na costa da Normandia. Foi na Conferência de Teerã que pela primeira vez Stalin ouviu falar da “Operação Overlord”, o nome código do grande desembarque anglo-americano nas costas da França atlântica, coordenado com a invasão do Sul daquele país. Stalin não aceitara o plano de Churchill de uma operação partindo dos Bálcãs, para abrir um flanco na defensiva alemã da Europa central. Era uma tergiversação de Churchill feita às custas do Exército Vermelho, que ainda tinha que empurrar os alemães para fora da URSS. Era evidente que o caminho mais curto para o fim da guerra era que os aliados ocidentais atravessassem o Canal da Mancha para “libertar” a França, ocupar a região industrial do Ruhr alemão, e, sintonizados com os soviéticos vindos do Leste, levar os nazistas à capitulação; roteiro que rapidamente ganhou o apoio de Roosevelt. Em troca desse “gesto”, Stalin comprometeu-se - assim que a guerra contra Hitler se encerrasse - a declarar guerra ao Império Japonês para acelerar o fim do conflito na Ásia.



Rotas de desembarque-invasão aliada no Dia D

Para confundir os alemães, os aliados criaram a Operação *Fortitude*, um falso desembarque em Pas-de-Calais, "comandado" pelo general Patton; foram criados barcos e tanques falsos de madeira, plástico ou lona a Leste da Inglaterra para confundir aviões espíões alemães. Idosos

reservistas ficavam o dia inteiro enviando mensagens falsas via rádio entre si. Hitler estava muito confiante de que o desembarque seria em Pas-de-Calais, por causa de um espião que lhe forneceu informações falsas, já que era um agente duplo a serviço da Inglaterra. Rommel acreditava que o desembarque seria na Normandia; sob ordens de Hitler teve que ir (inutilmente) para Pas-de-Calais. O desembarque aliado teve dificuldades imprevistas: tanques anfíbios não puderam desembarcar por causa da turbulência causada pela grande movimentação de barcos e navios no Canal da Mancha; os tanques viraram e os soldados desembarcaram sem apoio pesado, o que explica as grandes baixas e número de mortos e feridos da operação. Além disso, devido à artilharia antiaérea, muitos paraquedistas saltaram fora da zona prevista; alguns deles se enroscaram nas árvores, foram vistos pelos soldados alemães e morreram antes mesmo de por os pés na França. Ainda assim, as tropas aliadas iniciaram um avanço em direção do interior da França e de Paris,²²⁷ cheio de dificuldades, que cresceram com a contraofensiva alemã a partir das Ardenas, baseada em tropas deslocadas da frente oriental.

Enquanto isso acontecia no Oeste, no Leste o sucesso do avanço das tropas soviéticas impulsionou a resistência na Polônia a iniciar várias revoltas, embora a maior delas, em Varsóvia, além de uma revolta eslovaca no Sul, não terem recebido auxílio soviético e acabarem sendo derrotadas pela repressão alemã. Na revolta de Varsóvia, cerca de 200.000 civis morreram:²²⁸ “A insurreição foi deflagrada por ordem do governo [polonês no exílio] de Londres, com o acordo do Conselho de Unidade Nacional. O comando militar soviético não foi avisado. A resistência de Varsóvia - como a de Paris - desejava manifestar seu poder e sua vontade de independência antes da chegada das forças libertadoras... O general (polonês) Bor Komarovski só se dirigiu a 11 de setembro ao seu suposto aliado, o marechal (soviético) Rokossovski, solicitando a intervenção das tropas soviéticas, que uma contraofensiva alemã havia feito retroceder a 60 quilômetros da capital polonesa. Os aliados, partindo de bases italianas e, depois, de bases cedidas pelos soviéticos, enviaram armas lançadas em paraquedas, operação de muito custo e quase sem incidência sobre a batalha de Varsóvia. Os russos capturaram Praga, nos subúrbios de Varsóvia, e bombardearam as posições alemãs a partir dessa cidade, mas sem lançar um ataque frontal”.²²⁹ Quando o exército russo ocupou finalmente Varsóvia, no ano seguinte, não teve necessidade de

²²⁷ Ao final do conflito, as tropas do Eixo se viram encurraladas e, como último recurso, plantaram explosivos nas bases da Torre Eiffel, e tentaram demoli-la. A torre só foi reinaugurada anos mais tarde, a 17 outubro de 1948. Hitler dera a ordem (não cumprida) de queimar Paris. Muitas mulheres francesas, em protesto aos recorrentes estupros, penduraram suas roupas íntimas no topo da Torre Eiffel, com o auxílio das tropas aliadas. Algumas, após esse protesto, se lançaram ao vazio do topo da torre.

²²⁸ Norman Davies. *O Levante de 44. A batalha por Varsóvia*. Rio de Janeiro, Record, 2010. Quando o Exército Vermelho se encontrava às portas da cidade, os poloneses se insurgiram contra os alemães numa batalha que durou 63 dias e deixou a cidade em ruínas. A capital polonesa era o obstáculo para a marcha do Exército Vermelho de Moscou a Berlim. Russos e aliados omitiram-se, a resistência polonesa lutou com quarenta mil combatentes para expulsar os alemães. Na luta contra as fortemente armadas tropas alemãs, o AK (o exército clandestino polonês) demonstrou coragem e um nível de organização e disciplina militar surpreendente. Uma audácia que surpreendeu os alemães: “A batalha de Varsóvia foi a mais encarniçada de todas, desde o início da guerra e, caso não tivéssemos lançado mão de todos os meios de que dispúnhamos, teria sido perdida”, declarou Heinrich Himmler. As estatísticas das mortes da população civil são macabras, mas os números do confronto militar falam por si só: os alemães sofreram 26 mil baixas, e o AK, 25 mil, ou seja, perdas praticamente idênticas. Os nazistas, que sempre trataram os membros do AK como bandidos, tiveram que tratá-los como soldados, de acordo com a Convenção de Genebra. A rendição honrosa, com as armas nas mãos, foi assistida em silêncio pelos alemães com uma expressão de admiração pelos *Stolze Polen* (briosos poloneses). Quando Varsóvia foi finalmente libertada dos nazistas pelo Exército Vermelho, dois terços dos seus habitantes tinham morrido ou tinham sido deportados.

²²⁹ François Fejtö. *Histoire des Démocraties Populaires*. Paris, Seuil, 1971, p. 43.

equacionar o problema político do futuro lugar da aniquilada resistência nacional clandestina polonesa (o contrário aconteceu, com consequências de longo alcance, na Iugoslávia).

A ofensiva do Exército Vermelho no Leste da Romênia desestabilizou e destruiu consideravelmente as tropas alemãs na região e desencadeou bem sucedidos golpes de Estado na Romênia e na Bulgária, seguidos pelo deslocamento desses países para o lado dos aliados. Em setembro de 1944, as tropas do Exército Vermelho avançaram para a Iugoslávia e forçaram a rápida retirada dos Grupos E e F do exército alemão na Grécia, Albânia e Iugoslávia. Os partisanos iugoslavos liderados pelos comunistas, com Josip Broz Tito, que havia liderado uma campanha de guerrilha cada vez mais bem sucedida contra a ocupação nazista desde 1941, controlavam grande parte do território iugoslavo e estavam engajados em retardar as forças alemãs mais ao Sul.

Os efetivos do PC iugoslavo tinham passado de 80 mil em 1941 para 150 mil em 1942, 300 mil em 1943, 500 mil em 1944, e atingiriam 800 mil em 1945. No último ano da guerra, os efetivos combatentes guerrilheiros já haviam superado amplamente em números as tropas de ocupação nazistas: “As resistências balcânicas passaram por uma etapa decisiva no outono de 1943, por ocasião da capitulação italiana, pelo fato de que os alemães não podiam substituir imediatamente o aliado enfraquecido. Os partisanos conseguiram, então, ocupar novas zonas e apoderar-se de um armamento importante, que se acrescentou ao que era atirado de paraquedas ou fornecido pelos britânicos. Em 1944, no momento da evacuação dos Bálcãs pelos alemães, os movimentos de resistência ocupavam, tanto na Iugoslávia quanto na Grécia ou na Albânia, um lugar determinante no plano militar e político”.²³⁰ No Norte da Sérvia, o Exército Vermelho, com apoio de forças militares búlgaras, ajudou os guerrilheiros em uma libertação conjunta da capital Belgrado em 20 de outubro de 1944.²³¹ Poucos dias depois, os soviéticos lançaram um ataque maciço contra a Hungria ocupada pelos alemães, que durou até a queda de Budapeste, em fevereiro de 1945. Em contraste com as vitórias soviéticas nos Bálcãs, a resistência finlandesa contra a ofensiva soviética no Istmo da Carélia impediu a ocupação do território finlandês pela URSS, e levou à assinatura do armistício soviético-finlandês, com a subsequente mudança da Finlândia para o lado dos aliados.

O avanço final contra a Alemanha estava previsto para o início de 1945. O plano incluía ataques coordenados e simultâneos no amplo front oriental. Marcada para o dia 20 de janeiro, a ofensiva foi antecipada para o dia 12 a pedido dos aliados ocidentais. Estes estavam envolvidos em uma grande operação para conter o ataque alemão na região das Ardenas, e pediram ajuda aos soviéticos para aumentarem a pressão sobre o flanco Leste da *Wehrmacht* de forma a aliviarem a pressão sobre si. O poder de fogo soviético, sua grande vantagem em equipamentos e o ânimo de oficiais e soldados de levarem a guerra ao solo alemão não demorou a se fazer sentir. Varsóvia foi libertada do jugo alemão em apenas cinco dias. Logo o Exército Vermelho avançava pelas planícies polonesas em perseguição das forças alemãs em retirada. Aquelas que por algum motivo não conseguiram mover-se rapidamente, foram cercadas e obrigadas a pedir rendição.

Ao Norte, os soviéticos invadiram os países bálticos, firmaram posição na Prússia oriental e rapidamente cercaram a cidade de Königsberg. A frente Leste nazista entrou em colapso rapidamente. Muitas unidades alemãs eram simplesmente empurradas para trás pelo avanço soviético, e aquelas que não conseguiam recuar a tempo, caíam cercadas e dizimadas. Ao Sul, a ofensiva soviética progredia com menor vulto. Mesmo assim, Budapeste, que os alemães haviam conseguido manter contra duas tentativas soviéticas de tomá-la, caiu em 13 de fevereiro. Hitler

²³⁰ Philippe Masson. *A Segunda Guerra Mundial*. História e estratégias. São Paulo, Contexto, 2010, p. 248.

²³¹ Nos acordos de Yalta, no entanto, a URSS concordou com uma influência compartilhada na Iugoslávia: 60% para os soviéticos, 40% para as potências ocidentais. A história mandou esse acordo para a lata do lixo.

insistiu na necessidade de se manter a Hungria sob controle. Por isso, ordenou um contra-ataque para retomar Budapeste e o quanto de território húngaro fosse possível.

Tropas foram trazidas da frente ocidental e mesmo de pontos de luta no front Leste de forma a fortalecer as unidades que tentariam a retomada da capital húngara. Sob comando do general SS Josef Dietrich, um dos oficiais mais próximos do *Führer* alemão, o 6º Exército Panzer SS lutou juntamente com o 2º Exército Panzer contra um inimigo com forças três vezes superiores e em condições climáticas e de terreno que dificultavam em muito a realização de manobras de ataque. Iniciada em 6 de março, a ofensiva pegou os soviéticos de surpresa e mostrou-se, de início, promissora. Contudo, pouco mais de uma semana após o início da luta, os alemães já haviam perdido a iniciativa. No dia 20, Dietrich ordenou que suas forças se entrincheirassem e se preparassem para o inevitável contra-ataque soviético. O 6º Exército Panzer SS se encontrava de volta às posições que havia utilizado para o início da luta. Um total de 14.000 alemães e pouco mais de 30.000 soviéticos morreram nessa frustrada operação.

Na segunda semana de fevereiro, o segundo front bielorusso do marechal Konstantin Rokossovski penetrou na Prússia Ocidental de forma que o Grupo de Exército Vístula sob comando de Heinrich Himmler foi obrigado a recuar para as cidades da região. Quando a ala direita do primeiro front bielorusso juntou-se ao ataque na Prússia, as condições pioraram consideravelmente para os alemães. O 2º e 3º Exércitos Panzer perderam contato com as forças alemãs postadas ao redor de Berlim, e ficaram isolados. O primeiro front ucraniano do marechal Konev ainda não havia cruzado o rio Oder, com dificuldades para submeter a cidade de Breslau (a atual Wrocław polonesa), e por isso não havia ultrapassado os limites da Silésia. Konev, como Jukov, desejava chegar à Berlim e ser reconhecido como o conquistador do baluarte nazista. Em todos os setores que atacavam, os soviéticos possuíam força avassaladora. A resistência alemã era forte, porém sem esperanças de deter por muito tempo o inimigo. Enquanto Rokossovski invadia a Prússia, Hitler acreditava que tinha que manter o controle da situação por meio de um contra-ataque ao Norte, na Pomerânia, contra o flanco exposto do primeiro front bielorusso. Os alemães conseguiram reunir 1.200 tanques e blindados para a operação de ataque. A falta de combustível e munição fazia os oficiais acreditarem que o ataque não poderia ter objetivos ambiciosos, só trazer algum alívio para civis e soldados situados diante dos exércitos de Rokossovski e Jukov. Por fim, os alemães lançaram a ofensiva no dia 16 de fevereiro, mas logo o 2º Exército de Tanques soviético do primeiro front bielorusso tornou a empurrar os alemães de volta às suas linhas de partida.

Em 30 de março os soviéticos entraram na Áustria. Viena foi forçada a rendição em 13 de abril, após quatro dias de luta. No início de abril, Berlim se encontrava ameaçada pelo Sul, com a travessia do Oder pelas forças de Konev. Agora bastava um movimento das tropas do primeiro front ucraniano de cercar a capital alemã pelo Sul e um movimento similar da frente dirigida por Jukov pelo Norte para deixar Berlim isolada do restante do país. A 9 de abril de 1945, Königsberg, na Prússia Oriental, caiu sob o domínio do Exército Vermelho, liberando assim a segunda frente bielorrussa de Rokossovski para cruzar em direção à margem oriental do rio Oder. Durante as primeiras duas semanas de abril, os soviéticos realizaram a sua mais rápida realocação de unidades na guerra. Jukov concentrou a primeira frente bielorrussa, que havia sido posicionada ao longo do rio Oder, em uma área em frente a Seelow. A segunda frente bielorrussa moveu-se para as posições deixadas pelas forças de Jukov ao Norte. Enquanto a reorganização ocorria, espaços foram deixados entre as frentes e parte das forças do 2º Exército Alemão, que tinha formado bolsas de resistência perto de Danzig na Pomerânia, conseguiram escapar através do rio Oder. No Sul, o marechal Konev reagrupou suas forças para participar da tomada de Berlim.

As três frentes soviéticas tinham em conjunto 2,5 milhões de homens, 6.250 tanques, 7.500 aviões e 41.600 peças de artilharia e morteiros. Jukov decidiu concentrar tropas no intuito de

atacar o último obstáculo natural antes de Berlim: as colinas de Seelow. Uma vez conquistado aquele ponto, Berlim estaria a apenas 60 quilômetros de seus exércitos. A 20 de março, Heinrich Himmler foi substituído como comandante do grupo de Exército do Vístula pelo general Gotthard Heinrici, um dos melhores táticos de defesa do exército alemão. Ele previu corretamente que o principal avanço soviético seria feito no setor do rio Oder defronte às colinas pela curta distância até a capital alemã. Heinrici decidiu-se por manter pequenas guarnições ao longo do rio de forma a manter a aparência de que suas defesas seriam estabelecidas ali. Ao mesmo tempo, ele ordenou a seus oficiais que fortificassem pontos elevados situados nas colinas. Diminuiu a linha defensiva em algumas áreas para aumentar o número de soldados disponíveis para defender Seelow. Os engenheiros do exército alemão transformaram as margens do Oder, já saturado pela corrente da primavera, em um lodaçal, de forma a dificultar a movimentação de tanques e blindados. Diante disto foram construídos três cinturões de defesa que alcançavam os arredores de Berlim. Estas linhas consistiam em poços e instalações de canhões antitanque e em uma extensiva rede de trincheiras e de bunkers.

O 3º Exército Panzer comandado pelo general von Manteuffel foi posicionado para receber o grosso da arremetida das forças da primeira frente bielorrussa. Suas tropas eram uma miríade de unidades desfalcadas de homens e equipamentos. À sua direita, estavam posicionados o 4º Exército Panzer e o 9º Exército Alemão. Suas tarefas eram auxiliar o 3º Exército Panzer e impedir que as forças de Konev realizassem o movimento em pinça pelo sul que cercaria a capital do Reich e as forças que a defendiam. O ataque às colinas de Seelow começou na madrugada de 16 de abril. O primeiro front bielorusso abriu o ataque com fogo de artilharia e barragem de foguetes Katiuchas. O seu poder de fogo era avassalador. Mais ao Sul, as tropas de Konev também abriram fogo contra as posições alemãs. Pouco tempo depois, sua infantaria e tanques avançavam sobre as defesas alemãs situadas do outro lado do Oder. Com a decisão de Heinrici de concentrar suas unidades na segunda linha de defesa, o fogo soviético apesar de imenso, pouco dano causou. Quando chegou a hora dos tanques avançarem, não só encontraram muito lodaçal e crateras abertas por sua própria artilharia, como também se viram frente à frente com intactas unidades de defesa do inimigo. Posicionada em Seelow, a artilharia alemã possuía excelente visão dos atacantes às margens do rio. O poder de fogo delas não tardou em abrir claros na compacta formação de tanques e blindados soviéticos.

Enquanto isso, o primeiro front ucraniano obteve sucesso em seu avanço. Os exércitos de Konev cruzaram o rio Oder com relativamente poucas baixas e fizeram os alemães recuarem. O 4º Exército Panzer sob ordens do general Gräser lutava desesperadamente para manter as margens do rio, mas agora não apenas se via empurrado para trás pelo avanço inimigo, como já havia a ameaça de ter sua coesão quebrada. Suas unidades começavam a perder contato entre si uma vez que os soviéticos se infiltravam nos espaços deixados sem defesa. Com as dificuldades de Jukov em frente as Seelow, Stalin permitiu que Konev utilizasse seus exércitos para atacar Berlim pelo Sul. Assim, a 18 de abril, Konev ordenou que o 3º Exército de Tanques do general Rybalko e o Quarto Exército de Tanques do general Lelyushenko realizassem inflexão de suas forças para atacar Berlim pelo Sul.

O primeiro front bielorusso realizou custosos e lentos progressos para tomar as posições alemãs nas colinas de Seelow. Somente no dia 19 de abril os últimos remanescentes das defesas montadas pelo general Heinrici recuaram para Berlim. Estas tropas formaram grande parte das unidades que lutaram a definitiva batalha no interior da capital alemã. O 9º Exército Alemão lutava desesperadamente para não ser cercado juntamente com o 12º Exército pelo avanço das tropas do primeiro front ucraniano. As ordens de Hitler para que os soldados não cedessem um palmo de terra, custava muitas vezes o cerco de tropas alemãs pelo inimigo. A 20 de abril, as

baterias do primeiro front bielorusso começaram a fazer fogo sobre Berlim. Era o sinal claro para os que ainda tinham esperança de deter os russos em Seelow de que a guerra estava perdida.

Atacada por poderosas pinças blindadas pelo Leste e pelo Sul, as guarnições de Berlim resistiram por pouco mais de dez dias. A esperança da hierarquia nazista parece ter sido a de resistir até a chegada das tropas das potências ocidentais “para nos substituir no front de combate [contra a URSS]”, segundo confiou, com as tropas russas já em Berlim, Heinrich Himmler ao delegado do governo sueco, o conde Bernadotte.²³² Himmler não era o único: “Os assustados berlinenses... foram encorajados a acreditar no boato de que os americanos estavam se unindo à batalha contra os russos. Muitos ouviram aeronaves sobrevoar a cidade durante a noite de 23 de abril sem jogar bombas. Esses aviões, disseram uns aos outros, deviam ser americanos, e talvez estivessem soltando paraquedistas, mas, praticamente, as únicas tropas indo para Berlim naquela época não eram alemãs nem americanas, mas francesas” [além das soviéticas, claro].²³³



Jornal norte-americano anuncia, respeitosamente, a morte do *Führer*

No dia 30 de abril Hitler, finalmente, se suicidou. Em 2 de maio, a cidade se rendia. O custo em termos de vidas humanas foi altíssimo para ambos os lados. Os soviéticos sofreram 20 a 25 mil mortos na cidade e 81 mil mortos durante a operação inteira. Outros 280 mil foram reportados como feridos ou doentes durante o período da operação. Os alemães sofreram mais de 450 mil mortos, feridos ou desaparecidos, incluindo civis. Após a morte de Hitler, o almirante alemão Karl Dönitz tornou-se o novo *Reichspräsident* e Joseph Goebbels o novo *Reichskanzler*. O suicídio de Goebbels, junto a toda sua família (crianças incluídas) a 1º de maio de 1945 deixou ao primeiro a tarefa exclusiva de negociar a rendição alemã. O alto comando alemão e a maioria das forças armadas alemãs renderam-se incondicionalmente aos aliados a 8 de maio de 1945. No seu único comunicado à nação alemã, Karl Dönitz ainda elogiava o *Führer*, até insinuando que tivesse caído em combate, como o grande combatente da humanidade contra o bolchevismo, acusando à potências ocidentais de se aliarem a este. Um verdadeiro testamento do nazismo, primeiro contrarrevolucionário (anticomunista), e só depois nacionalista (imperialista) alemão. Embora algumas forças alemãs continuassem (incrivelmente) a lutar durante mais alguns dias, a guerra na Europa havia efetivamente chegado ao fim.

²³² Jacques de Launay. *Op. Cit.*, p. 246.

²³³ Anthony Beevor. *Berlim 1945: a Queda*. Rio de Janeiro, Record, 2005, p. 367.

A consciência “aliada” da necessidade de evitar uma queda revolucionária (internacional) do nazismo determinou que as bases da ordem mundial do pós-guerra começassem a ser lançadas pelos EUA e a Inglaterra já em 1942 (com a “Carta do Atlântico”). A partir de 1943 se sucederam as cúpulas dos aliados, nas quais procurou-se associar claramente à burocracia stalinista à ordem mundial do pós-guerra: novembro de 1943, em El Cairo; dezembro de 1943, em Teerã; fevereiro de 1945, em Yalta; agosto de 1945, em Potsdam, quando se estabeleceu que a União Soviética conservaria os territórios concedidos à URSS pelo pacto Hitler-Stalin (basicamente, os países bálticos). Outros elementos desmentem o caráter ideologicamente “antifascista” da guerra “aliada”: nas suas memórias, por exemplo, Churchill afirmou que Mussolini teria sido bem recebido pelos aliados (durante a guerra) se ele tivesse oferecido a estes a paz.²³⁴

Hitler suicidou-se (com sua amante Eva Braun, transformada em sua esposa horas antes), como vimos, em 30 de abril de 1945. A hierarquia nazista (o que dela sobrava) informou oficialmente que tinha morrido em combate - Ian Kershaw foi o primeiro historiador de destaque a admiti-lo - para evitar que as remanescentes tropas alemãs iniciassem, depois dessa “deserção final”, uma revolta de massas contra os oficiais da *Wehrmacht* e contra o próprio governo nazista. A colaboração URSS-aliados ocidentais foi decisiva para que a derrota nazista não levasse ao início da revolução na Alemanha, peça-chave da revolução europeia. A política nacional-revanchista levada adiante pelo exército da União Soviética levou a que as tropas alemãs defendessem até o último quartirão de Berlim, com Hitler já morto e inclusive quando toda resistência já era absurda (125 mil berlinenses morreram nos últimos combates de rua na capital do Reich).²³⁵



Berlim 1945: soldados-crianças alemãs nos últimos dias da guerra

A isso se somaram as violências de todo tipo praticadas pelas tropas soviéticas contra a população civil alemã em seu avanço sobre Berlim, e depois da capitulação da Alemanha. Na sua crônica-diário, o escritor Ernest Jünger anotou (para 10 de maio de 1945, em Kirchhorst): “A casa está cheia de refugiados. Alguns falam por um tempo, repondo-se durante uma hora e continuando depois seu caminho; outros permanecem por uma noite; outros, enfim, ficam durante um tempo indefinido. Ontem alojamos três mulheres fugidas de Dömitz, dos russos. Uma delas conta que depois dos tanques apareceram os soldados, que entraram em todas as casas pistola em mão.

²³⁴ Norman Davies. *No Simple Victory*. World War II in Europe, 1939–1945. Londres, Penguin Group, 2008.

²³⁵ Em 1942, em texto já citado, Abraham Leon afirmava que “a propaganda chauvinista de Stalin reforça a frente interna alemã e impede a desagregação do exército hitleriano, privando o proletariado (alemão) de sua carta principal na luta (contra Hitler). Identificando-se com os bandidos capitalistas anglo-saxões, Stalin leva água ao moinho da propaganda demagógica de Hitler”.

Pouco depois, toda a zona se agitava com os gritos das mulheres. As desgraçadas foram violentadas, fuziladas a queima-roupa, jogadas num montão, molhadas com gasolina e incendiadas. Quando a mulher descrevia o brilho das chamas não se conteve e chorou. Depois de enterrar no jardim as condecorações de seu marido morto, conseguiu chegar até a outra margem do Elba, fugindo dos russos”.²³⁶ Houve exceções (Kurt Vonnegut contou, em *Matadouro 5*, o caso de um soldado russo executado a tiros por um oficial do Exército Vermelho depois de ser surpreendido violentando uma mulher anciã numa estação de metrô usada como refúgio por mulheres e crianças), mas foram isso, exceções.



Berlim, maio de 1945: bandeiras da URSS por toda parte

A destruição urbana da Alemanha era total: “Quando o Terceiro Reich rendeu-se aos aliados, a devastação na Alemanha era completa. Cidades, aldeias, estradas de ferro e portos estavam em ruínas. Escolas, tribunais, governos locais, serviços públicos, todos estavam derrubados. Informes descreviam os habitantes perambulando, parando para coletar gravetos, remexendo nos restos de suas casas, dirigindo-se às sedes governamentais para fazer perguntas cujas respostas nunca viriam”.²³⁷ A barbárie evocada por Rosa Luxemburgo no final da Primeira Guerra era agora palpável para cada alemão.

²³⁶ Ernest Jünger. De los diarios. In: Hans Rauschnig. 1945. El año de la catástrofe. Barcelona, Barral, 1971, p. 125.

²³⁷ Lucian K. Truscott. When the warriors stood down. *Military History* Vol. 28, nº 2, Leesburg, julho 2011.

A guerra mundial não concluiu ainda. No momento em que a Alemanha se rendia aos aliados, a batalha de Okinawa, na ilha do mesmo nome (no arquipélago de Ryukyu, no Sul das quatro maiores ilhas do Japão), definiu o cenário final da “guerra do Pacífico”. Foi o maior ataque anfíbio durante a campanha do Pacífico, e a maior batalha marítimo-terrestre-aérea da história, acontecida entre abril a junho de 1945. Os norte-americanos planejaram a Operação *Downfall*, a invasão das principais ilhas do Japão, que nunca aconteceu. Em algumas batalhas como a de Iwo Jima, não existiam civis, mas em Okinawa existia uma grande população, e as baixas civis na batalha foram no mínimo de 130 mil pessoas. As baixas norte-americanas somaram mais de 72.000, dos quais 15.900 mortos ou desaparecidos, o dobro de Iwo Jima e Guadalcanal juntas. Cerca de um quarto da população civil da ilha foi morta. Houve 107 mil japoneses mortos ou capturados; muitos soldados preferiram cometer suicídio a serem capturados.

A campanha terrestre norte-americana era controlada pelo 10º Exército, comandado por *Simon Bolivar* Buckner, Jr (sic). No final da campanha, Buckner foi morto por um ricochete de artilharia, sendo a baixa de mais alta patente dos EUA na guerra inteira. A campanha japonesa era comandada no Sul pelo general Mitsuru Ushijima, que acabou cometendo suicídio no fim. A 1ª de abril de 1945, no Mar da China, a maior força naval da história (a norte-americana) penetrou profundamente em águas japonesas. Com uma força composta de 40 navios-aérodromos, 18 couraçados, 200 contratorpedeiros, centenas de navios de transporte, cruzadores, cargueiros, submarinos, caças-minas, navios de desembarques e mais uma infinidade de outras embarcações dava-se início a "Operação Iceberg", cujo objetivo conquistar Okinawa.

Quando foi planejado o assalto a Okinawa, a guerra na Europa estava chegando ao fim. A maioria dos estrategistas achava que o Japão lutaria até o último alento, mesmo vendo-se cercado e em situação insustentável. Muitos temiam a tarefa custosa de invadir o Japão e realizar uma limpeza das forças japonesas espalhadas pelo continente asiático. Acreditavam que tais operações prolongariam a guerra por mais um ano. Submarinos norte-americanos já haviam, em 1944, destruído todas as embarcações japonesas. O barco de tropas *Toyama Maru* tinha sido afundado a caminho de Okinawa pelo *USS Sturgeon*, causando uma perda de cerca de 5600 homens, nove meses antes da campanha terrestre. O navio de evacuação *Tsushima Maru* tinha sido afundado pelo *USS Bowfin*; foi um crime de guerra (jamais julgado): 1.484 mulheres e crianças morreram.



Soldados norte-americanos em Okinawa

A tecnologia antiaérea japonesa não estava à altura dos aviões aliados. Pouco antes da batalha decisiva, o navio de guerra *Yamato* foi afundado por suporte aéreo aliado, na sua viagem até Okinawa, na desastrosa operação *Ten-Go*. O japonese tinham como plano levá-lo à praia de Okinawa e usá-lo como uma bateria terrestre. A batalha terrestre teve lugar depois. Os soldados norte-americanos penetraram através da parte Sul-central com muita facilidade, depois ocuparam Norte; houve um combate intenso na montanha *Yae-dake*. O Norte inteiro caiu a 20 de abril de 1945. Combater no Sul era mais difícil, os soldados japoneses escondiam-se em cavernas, mas o avanço aliado era impossível de parar. A ilha caiu em 22 de junho, mas alguns japoneses continuaram a combater, incluindo o prefeito de Okinawa, Masahide Ota. A baixa estado-unidense mais famosa foi a do correspondente de guerra Ernie Pyle, que virou personagem de histórias em quadrinhos, morto por um atirador japonês.

Os tombadilhos de vôo, revestidos de couraça, existentes nos navios-aeródromos ingleses revelaram-se de valor inestimável; a couraça restringia os danos causados pelos *kamikases* (pilotos-suicida japoneses). Os navios-aeródromos americanos sofriam terrivelmente quando as bombas perfuravam o tombadilho e explodia nos hangares. Os canhões de pequeno calibre dos navios não eram suficientes para evitar um ataque *kamikase*. Descobriu-se que o radares tinham suas limitações: os aviões japoneses voavam a baixa altitude, muitos ataques não foram detectados, ou as telas ficavam saturadas, confundindo os analistas.



Cartaz do Tio Sam anunciando a destruição do Japão: seu instrumento não foi o que tem na mão

Faltava apenas a rendição do Império do Sol Nascente. Depois de uma campanha de bombardeios que destruiu várias cidades japonesas, os aliados prepararam uma invasão do Japão. A guerra na Europa terminara com o acordo de rendição em 8 de maio de 1945: juntamente com Inglaterra e China, os Estados Unidos pediram a rendição incondicional das forças armadas japonesas na Declaração de Potsdam em 26 de julho de 1945, ameaçando com uma "destruição rápida e total" caso a intimação não fosse aceita. Não houve nenhum cálculo estabelecendo em 500 mil as

prováveis baixas aliadas em caso de invasão do Japão, pretexto para o uso da arma atômica. Em agosto de 1945, o Projeto Manhattan dos EUA já tinha testado com sucesso (no deserto de Nevada) um artefato atômico e produzido armas com base em dois projetos alternativos.²³⁸ O 509º Grupo Composto das Forças Aéreas do Exército dos Estados Unidos foi equipado com aeronaves Boeing B-29 *Superfortress* abrigadas em Tinian, nas Ilhas Marianas.

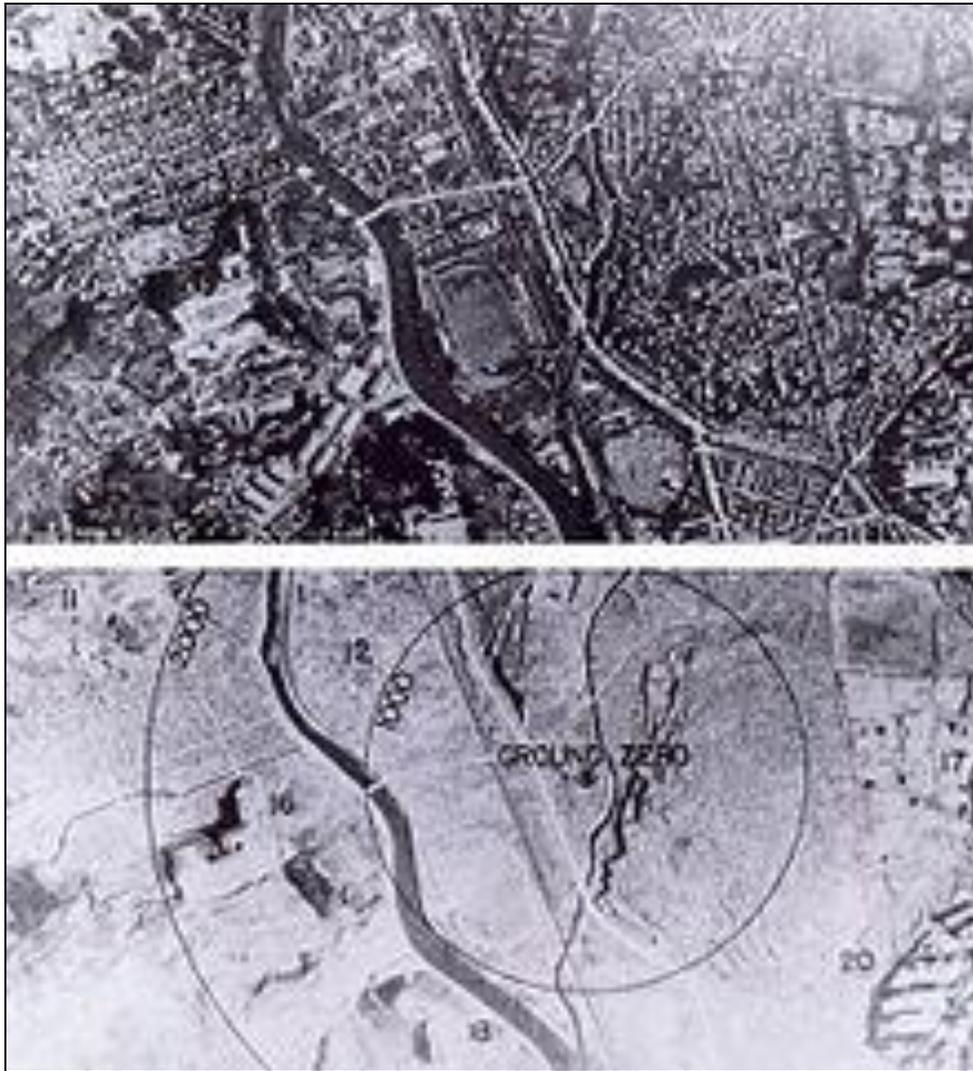
A bomba atômica de urânio (*Little Boy*) foi lançada sobre Hiroshima em 6 de agosto de 1945, seguido por uma explosão de uma bomba nuclear de plutônio (*Fat Man*) sobre a cidade de Nagasaki em 9 de agosto. Em um relatório secreto de maio de 1945 ao presidente Truman, o *Target Committee*, composto pelos generais Groves, Norstadt e do matemático Von Neumann – observava: “A morte e a destruição irão não somente intimidar os japoneses sobreviventes a fazer pressão pela capitulação mas também assustar a União Soviética. Em síntese, a América poderia terminar mais rapidamente a guerra e, ao mesmo tempo, ajudar à moldar o mundo do pós-guerra”. Dentro dos primeiros meses após os ataques atômicos, os efeitos agudos das explosões mataram entre 90 mil e 166 mil pessoas em Hiroshima e 60 mil e 80 mil seres humanos em Nagasaki; cerca de metade das mortes em cada cidade ocorreu no primeiro dia. Durante os meses seguintes, vários morreram por causa do efeito de queimaduras, envenenamento radioativo e outras lesões, que foram agravadas pelos efeitos da radiação.²³⁹ “Como Sarajevo, e mais do que Sarajevo, Hiroshima representou um divisor de águas da história contemporânea. Depois dela, o mundo não seria mais o mesmo, e os homens não seriam mais os mesmos... é sobretudo através dessa presença (atômica) e desse medo que o gênero humano foi amadurecendo uma consciência maior de seu destino comum”.²⁴⁰ O autor da frase se pergunta se isso não seria *wishful thinking*: o problema consiste em supor que essa suposta consciência maior do destino comum da humanidade seria capaz de se sobrepor aos concretos e objetivos interesses de classe e de Estado em que a humanidade se divide.

Em ambas as cidades japonesas bombardeadas, a grande maioria dos mortos foram civis. Em 15 de agosto, poucos dias depois do bombardeio de Nagasaki e da declaração de guerra contra o Japão por parte da União Soviética, o Japão anunciou sua rendição aos aliados. Em 2 de setembro, o governo japonês assinou o acordo de rendição, encerrando a Segunda Guerra Mundial.

²³⁸ O exilado físico Albert Einstein escreveu uma carta para o presidente dos EUA dizendo que os alemães estavam próximos de construir a bomba atômica e incentivando-o a construir uma também. Stephen Hawking disse que culpar Einstein pela bomba atômica seria o mesmo que culpar Isaac Newton pelas quedas de aviões.

²³⁹ Durante a guerra a retórica da aniquilação e da exterminação do Japão era tolerada nos EUA; de acordo com a embaixada britânica em Washington, os norte-americanos consideravam os japoneses como “uma massa anônima de vermes”. Caricaturas representando japoneses como macacos, eram comuns. Uma pesquisa de opinião pública de 1944 perguntou o que deveria ser feito com o Japão e descobriu que 13% do público estadunidense era a favor de “matar” todos os japoneses: homens, mulheres e crianças. Depois da bomba de Hiroshima explodir com sucesso, Robert Oppenheimer se dirigiu a uma assembleia em Los Alamos “juntando as mãos, como um boxeador premiado”. A notícia do bombardeio atômico foi recebida com entusiasmo nos Estados Unidos; uma pesquisa na revista *Fortune* no final de 1945 mostrou uma minoria significativa de norte-americanos (22,7%) que desejavam que mais bombas atômicas fossem lançadas sobre o Japão. Houve censura, por parte do governo norte-americano, de fotografias que mostrassem cadáveres e sobreviventes mutilados. Os sobreviventes dos bombardeios atômicos são chamados de *hibakusha*, “pessoas afetadas pela explosão.” Em 2014, 192.719 *hibakushas* eram reconhecidos pelo governo japonês. Os memoriais em Hiroshima e Nagasaki contêm listas com os nomes dos *hibakusha* mortos desde os ataques atômicos. Atualizado anualmente, nos aniversários dos atentados, em agosto de 2014, os memoriais gravam os nomes de mais de 450 mil *hibakusha*; 292.325 em Hiroshima e 165.409 em Nagasaki. Os *hibakusha* e seus filhos foram vítimas de discriminação no Japão devido à crença de que o envenenamento radioativo fosse hereditária ou contagiosa. Houve aumento de defeitos ou malformações congênitas entre as crianças nascidas de sobreviventes de Hiroshima e Nagasaki.

²⁴⁰ Giuliano Procacci. *Storia del Mondo Contemporaneo*. Roma, Riuniti, 1999, p. 316.



Vista aérea de Nagasaki, antes e depois da bomba



Jornal brasileiro ainda usando aspas para se referir ao novo engenho da morte (“petardo”)

Graças às bombas atômicas lançadas sobre o Japão? Apesar do terrível poder dessas armas, o anterior bombardeio de Tóquio e a destruição de numerosas cidades japonesas pelas bombas convencionais mataram muito mais gente. Foi com a entrada na guerra do Exército Vermelho da União Soviética, dois dias depois do bombardeio de Hiroshima, que os japoneses foram finalmente levados à rendição. O Japão estava acostumado a perder cidades para os bombardeios norte-americanos; o que seus líderes militares mais temiam era a total destruição militar do país por uma ofensiva do Exército Vermelho. Os mais altos líderes militares norte-americanos foram claros ao dizer que a bomba atômica era desnecessária, que o Japão estava prestes a se render e que era imoral a morte de um enorme número de civis. O almirante William Leahy, chefe do staff militar do presidente Truman, escreveu que “o uso desse armamento bárbaro em Hiroshima e Nagasaki não tinha serventia material em nossa guerra contra o Japão. Os japoneses já estavam derrotados e prontos para se render. Adotamos um padrão ético comum aos bárbaros da Idade das Trevas. Eu não fui ensinado a fazer a guerra dessa maneira, e as guerras não podem ser vencidas destruindo mulheres e crianças”.

O comandante geral da Força Aérea Militar dos EUA, Henry Arnold, deu uma declaração pública, onze dias depois de Hiroshima ser atacada, ao *New York Times*: “A derrota japonesa era irreversível antes mesmo de cair a primeira bomba atômica, porque os japoneses perderam o controle de seu próprio espaço aéreo”. O almirante Chester Nimitz, comandante em chefe da frota do Pacífico, disse dois meses depois do bombardeio que “a bomba atômica não teve papel decisivo na derrota do Japão, de um ponto de vista puramente militar”. O almirante William Halsey Jr., comandante da Terceira Frota dos EUA, afirmou em 1946, que “a primeira bomba atômica era um experimento desnecessário... Foi um erro tê-la lançado... [os cientistas] tinham esse brinquedo e queriam testá-lo, então a jogaram” (!). O general Dwight Eisenhower, por sua vez, declarou em suas memórias que, quando foi notificado da decisão de usar armas atômicas, “expressei a ele minhas graves apreensões, primeiro com base na convicção de que o Japão já estava derrotado e o lançamento da bomba era completamente desnecessário, e segundo porque pensei que nosso país devia evitar chocar a opinião pública mundial pelo uso de uma arma cujo emprego já não era, pensava eu, obrigatório como medida para salvar vidas americanas... não era necessário atingi-los com aquela coisa horrível.” Curtis Le May, chefe do 21º Comando de Bombardeiros, foi a público no mês seguinte a Hiroshima e Nagasaki, dizendo que “a bomba atômica não teve absolutamente nada a ver com o fim da guerra.”

A inteligência norte-americana já tinha quebrado os códigos japoneses e sabia que o governo japonês estava tentando negociar a rendição via Moscou. Há muito já havia aconselhado que a esperada declaração de guerra russa, no início de agosto, junto com a garantia de que o imperador do Japão seria autorizado a permanecer como uma figura impotente, traria a rendição muito antes que o primeiro passo da invasão de novembro dos EUA pudesse ser dado. Os conselheiros mais próximos do presidente Truman viam a bomba como arma diplomática, e não simplesmente militar. O secretário de Estado James Byrnes, por exemplo, acreditava que o uso de armas atômicas ajudaria os Estados Unidos a dominar mais fortemente a era pós-guerra. De acordo com o cientista do Projeto Manhattan Leo Szilard: “[Byrnes] estava preocupado com o comportamento da Rússia no pós-guerra... [e pensou] que a Rússia poderia ser mais manejável se fosse impressionada pelo poderio militar norte-americano, e que uma demonstração da bomba podia impressionar a Rússia”.²⁴¹ O pós-guerra começou ainda na guerra.

²⁴¹ Gar Alperovitz. *Atomic diplomacy: Hiroshima and Potsdam*. The use of the atomic bomb and the American confrontation with Soviet power. Londres, Pluto Press, 1994.

14. REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA EUROPA

“A justificativa nazista para a guerra contra a URSS fora a necessidade de um *Lebensraum* (espaço vital) às expensas dos povos eslavos inferiores que habitavam as grandes planícies férteis do Leste. Quando os homens do Exército Vermelho atravessaram as fronteiras alemãs nos últimos meses da guerra e constataram o bom nível de vida existente nesse país supostamente empobrecido, que tinha tido tão urgente necessidade de expansão, isso causou ainda mais fúria”.²⁴² A explicação não basta. Pois não foi só isso. Foi à toa que operários socialistas ou comunistas alemães penduraram bandeiras vermelhas em suas janelas para receber o Exército Vermelho:²⁴³ este recebeu ordens expressas de não confraternizar com a população local. As violações sistemáticas de mulheres alemãs foram, em parte, produto desse interdito, as numerosas crianças nascidas desses episódios de violência, foram (como aconteceu em outros países europeus em decorrência das violações praticadas pelas tropas nazistas de ocupação, ou mesmo das relações consentidas) discriminadas nas sociedades de pós-guerra, ao ponto de, décadas depois, terem sido implantados (na Noruega, por exemplo) programas de atenção médico-psiquiátrica especialmente dirigidos a esses “bastardos da guerra”.

O drama alemão esteve longe de se esgotar nas suas fronteiras. A política de expulsão dos alemães (isto é, em quase todos os casos, de pessoas de origem germânica, cujas famílias estavam instaladas nessas regiões fazia séculos), na Europa oriental ocupada (em sua maior parte) pelo Exército Vermelho, além da violência empregada pelos aliados ocidentais contra soldados alemães prisioneiros e civis da mesma nacionalidade,²⁴⁴ prolongou a matança e a catástrofe humanitária da guerra, na Europa, pelo menos até inícios da década de 1950. Essa política não levou em conta questões políticas ou ideológicas, nem mesmo trajetórias pessoais: “Os [alemães] antifascistas e os judeus alemães eram tratados exatamente como todos os outros indivíduos de origem germânica, sendo definidos pela sua ‘germanidade’ e não pela sua atitude durante a guerra ou por sua posição política”.

Onze milhões de alemães deveriam ser expulsos da Polônia: a fuga da maioria destes diante do avanço do Exército Vermelho não impediu que, ao final da guerra, ainda houvesse 4,4 milhões de “alemães” étnicos no país, somados a 1,25 milhão que “retornaram” às terras de seus ancestrais findo o conflito: “Segundo os planos soviéticos, essas pessoas seriam empregadas como mão de obra forçada, em nome do pagamento de reparações de guerra, ou deslocadas”.²⁴⁵ No monumental “êxodo” (esta vez... alemão), “os últimos dias da Prússia oriental foram os mais tristes de sua história. 2,5 milhões de pessoas a abandonaram em colunas infinitas de carretas em fuga; os sobreviventes da terível marcha forçada se empilharam nas cidades portuárias de Pillau e Danzig... Para centenas de milhares de fugitivos a dolorosa odisséia não acabou quando saíram da Heimat. Também no Reich tantos deles foram esmagados no mecanismo triturador da guerra, capturados pelas tropas soviéticas que avançavam, ou morrendo de fome ou de tifo nos campos de recolhimento”.²⁴⁶ Segundo Guido Knopp, quinze milhões de alemães foram deportados de territórios do Leste europeu, incluída a Prússia oriental alemã, dos quais mais de dois milhões não

²⁴² Frederick Taylor. *Exorcising Hitler*. The occupation and denazification of Germany. Londres, Bloomsbury, 2012, p. 48.

²⁴³ Enquanto o *National-Komitee Freies Deutschland*, constituído em 1943 na URSS, adotava como própria a bandeira tricolor da República de Weimar...

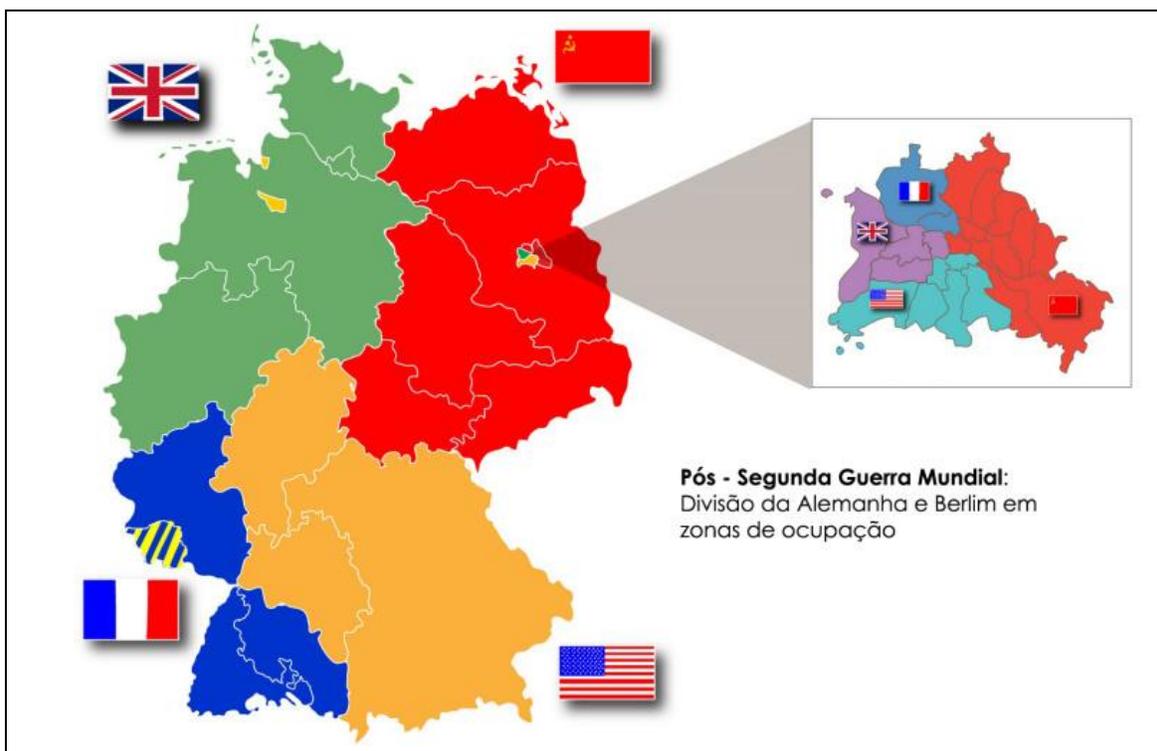
²⁴⁴ Cf. James Bacque. *Other Losses*. The shocking truth behind the mass deaths of disarmed German soldiers and civilians under General Eisenhower’s command. Toronto, Prima Publishing, 1989.

²⁴⁵ Keith Lowe. *L’Europe Barbare 1945-1950*. Paris, Perrin, 2013, pp. 263 e 270.

²⁴⁶ Guido Knopp. *Tedeschi in Fuga*. Milão, TEA, 2004, p. 75.

sobreviveram ao traslado para Oeste. No Leste europeu, “os campos de concentração não foram desmantelados; sua direção foi assumida pelos novos padrões”, afirmava um informe reservado de um correspondente do *Foreign Office* britânico.

As cifras dos “deslocados” alemães da guerra dispensam comentários: quase sete milhões foram expulsos das terras que Polônia anexou na sua fronteira ocidental, ao longo dos rios Oder e Neisse, isto é, das fronteiras orientais da Alemanha. A estes cabe acrescentar três milhões deslocados da Checoslováquia, e 1,8 milhão de outros territórios europeu-orientais; ao total 11.730.000 refugiados alemães. Muitos morreram nos deslocamentos, feitos em geral a pé, muitos outros morreram já na própria Alemanha, despreparada para recebê-los. Nas zonas alemãs de ocupação anglo-americana, a população alemã aumentou de 23%, na zona oriental, ocupada pela URSS, de 25%. Os deslocados germanófonos praticamente não traziam nada consigo: além de lhes ser proibida qualquer possibilidade de retorno, limitou-se drasticamente o dinheiro e pertences que poderiam carregar (o pouco que levavam, além disso, em geral lhes fora roubado durante o percurso por “milícias patrióticas” ou por uma população hostil). Nos campos de refugiados, a vida era precária e as mortes frequentes: o último deles subsistiu, na Alemanha, até 1957.²⁴⁷



Pós - Segunda Guerra Mundial:
Divisão da Alemanha e Berlim em zonas de ocupação

As medidas “humanitárias” dos aliados (URSS incluída) diante do drama humano em curso foram tardias e ineficazes e, contra a visão retrospectivamente positiva de Tony Judt,²⁴⁸ foram

²⁴⁷ István Déak et al. *The Politics of Retribution in Europe*. World War II and its aftermath. Nova Jersey, Princeton University Press, 2000.

²⁴⁸ Tony Judt. *Pós-Guerra*. Uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro, Objetiva, 2008. O autor qualifica a política aliada de “façanha” (p. 46), levando em conta seus esforços para realocar as pessoas chegadas ao seu destino nos campos de refugiados (e não o drama maior, que foi o percurso até esses campos, como corretamente faz Kurt Lowe, em obra citada). Judt contabiliza os realocamentos em dezenas, até centenas, de milhares, mas os deslocamentos se contaram em milhões. É significativo, porém, que reconheça que, durante a guerra e depois, “foi a política do Estado, não o conflito armado, a que provocou maiores danos” (p. 36).

qualificadas de “desumanas” pela correspondente *sur place* do *New York Times*. A língua alemã foi proibida em todos os países da Europa oriental; os escassos remanescentes germanófonos foram proibidos até de usá-la em casa ou em suas comunicações pessoais. A história alemã de regiões como os Sudetos (na Checoslováquia) ou a Silésia (na Polônia) foi banida do ensino escolar. Na Romênia, os germanófonos foram expulsos mesmo não existindo nenhuma (ou quase) hostilidade popular contra eles (o país fora aliado da Alemanha durante quase toda a guerra).

No total, “era o inverso do que fora tentado durante a Primeira Guerra Mundial: em vez de deslocar as fronteiras para adaptá-las aos habitantes da região, os governantes de Europa decidiram deslocar os povos para adaptá-los às fronteiras”. Isto provocou, como vimos, carnificinas batizadas de “limpezas étnicas” em todos os países da Europa oriental, inclusive naqueles que pertenciam à URSS (Ucrânia ou Bielorrússia): “Os velhos nichos étnicos imperiais, onde judeus, alemães, magiares, eslavos, e dezenas de outras etnias ou nacionalidades, que casavam entre elas, brigavam e se reconciliavam do jeito que podiam, desapareceram. Foram substituídos por uma série de Estados-Nação monoculturais, com populações mais ou menos etnicamente homogêneas; Europa oriental *limpou-se* a si mesma, em grande escala”.²⁴⁹



Berlim 1945: mulheres “limpando” a cidade destruída

Ao lado e paralelamente à catástrofe humanitária, o conflito de classe recrudescceu com a degringolada da Europa nazista, em grande parte por causa dela. A Segunda Guerra Mundial teve seu fim com uma sucessão de armistícios e de capitulações das forças do Eixo, como um lento processo de decomposição. A suposta vitória do “mundo livre” foi a de uma coalizão heterogênea

²⁴⁹ Kurt Lowe. *Op. Cit.*, pp. 280-218.

entre potências que tinham na oposição aos seus inimigos seu único ponto em comum. Quanto à “liberação”, esta não constituiu simplesmente para as populações europeias o fim de um pesadelo. Com a destruição ou a partida das tropas alemãs, o problema principal deixou de pertencer à ordem militar, e passou a ser uma questão política. Em todos os países da Europa, o Estado, destruído pela ocupação e seu governo desacreditado pela colaboração — como foi o caso do regime de Vichy, na França — se tornou, de certa maneira, “ausente”. Ele não poderia ser pura e simplesmente substituído sem riscos por uma administração direta das autoridades militares.

O maior perigo residia, para as novas autoridades, na “subversão”, ou seja, na revolução: por toda parte surgiam movimentos operários, levantes populares, milícias e tropas armadas de partisans, organismos insurrecionais, comitês nas fábricas. Surgiram as características de um movimento revolucionário, e por consequência da possibilidade de uma “dualidade de poderes” e de um choque violento com as tropas “libertadoras”. De um modo geral, apenas onde isto lhes parecia indispensável, os aliados enfrentaram esta situação com soluções de substituição. Na França, o governo provisório de Alger, dirigido pelo general De Gaulle, obteve, não sem dificuldade, seu reconhecimento. O general, que em 1940 apenas queria continuar o combate, se apresentava como a encarnação da continuidade do Estado. Na Bélgica, na Noruega e na Grécia, os “governos reais” exilados em Londres, retornaram a seus países com as tropas aliadas. Na Itália, um governo de união nacional, chefiado por Bonomi, sucedendo a Badoglio, teve por missão, sob o rígido controle dos aliados, assegurar a “continuidade”. Nos outros estados europeus destruídos pelo nazismo, os tratados de Yalta previam a constituição de governos de união nacional, associando os partidos comunistas a todos os outros partidos, e especialmente aos “governos em exílio”, como foi o caso da Polônia, da Iugoslávia e da Checoslováquia. Nos países aliados ao Eixo, a potência ocupante praticou uma política similar.

No território francês, o prestígio do general de Gaulle cresceu de tal modo que obteve o apoio de diversos grupos e se tornou um símbolo nacional para todas as formações da resistência pertencentes ao CNR (*Comité National de la Résistance*), que Georges Bidault presidia. Além disto, ele tinha a seu favor, apesar de seus conflitos particulares com Roosevelt, o reconhecimento e um certo apoio por parte das nações aliadas. Outro apoio fundamental com que podia contar era o das forças armadas regulares: a divisão de Leclerc e o exército de Lattre. Setores decisivos da burguesia, que souberam passar para a resistência a tempo, também optaram por apoiá-lo, já que para alguns ele era uma espécie de salvador, e para os outros, “dos males o menor”. Por outro lado, todos os membros dos partidos políticos que hostilizaram ostensivamente Vichy, ou ao menos se identificaram com os aliados, também se mostraram favoráveis a de Gaulle.

No entanto, toda essa sólida retaguarda não se revelou suficiente para aliviar o general de dois de seus maiores temores: a criação em Paris de uma “Comuna”, e a influência do Partido Comunista Francês. Tratou-se de um momento de intensos conflitos sociais. O verão de 1944 foi marcado por grandes movimentos de massa por todo o país. A importância política e militar do PCF preocupava de Gaulle. Com efeito, o papel desempenhado pelos militantes do PCF nas organizações e nos organismos da Resistência era preponderante: eles se encontravam em maioria em sua instância militar, a Conac, e estavam à frente das Forças Francesas do Interior, em um grande número de regiões. Por outro lado, nos últimos meses houve a formação e armamento de “milícias operárias patrióticas” nas fábricas, o que anunciava uma situação revolucionária na ordem pós-nazista. Finalmente, a partir do verão de 1944, o afluxo de adesões foi crescente, não somente à central sindical, a CGT, que o líder do PCF, Benoît Frachon, dirigia, mas também ao próprio PCF. A proposta de de Gaulle foi impor a unidade do Estado francês. Para combater os elementos do “segundo poder”, o apoio aberto dos dirigentes do PCF se tornava uma condição

indispensável. Desta forma, a presença de ministros comunistas no governo da Libertação foi proposta e mantida; as “milícias patrióticas”, contra as quais o PCF fez campanha, foram dissolvidas. Dentro desta mesma linha de ação, Maurice Thorez foi anistiado. Em seu discurso de janeiro de 1945, o líder do PCF decretou as novas palavras de ordem do partido: “Um só Estado! Uma só Polícia! Um só Exército!”, “Unir-se, combater, trabalhar: batalha da produção” denunciando assim a “greve, arma dos trusts”, e conclamando a “arregaçar as mangas!”.

Foi o apoio do PCF que, numa larga medida, venceu a desconfiança de numerosos trabalhadores em relação ao general reacionário que falava de Londres: a propaganda do partido destilava, dia após dia, na classe operária e na pequena burguesia, o veneno do ódio chauvinista e racista contra o “boche”. Eram ainda seus apelos à unidade nacional, aos bons patrões, aos padres católicos, quando a imensa maioria da Igreja esteve do lado de Pétain e da colaboração com os nazistas, que prepararam a recolocação do destino do país nas mãos de seus antigos donos.

Em 1945, quando De Gaulle distribuiu a homenagem suprema em reconhecimento àqueles que combateram por ela, as condecorações militares, um responsável da FTP, pedindo por seus homens disse: “Eles serviram a França ao mesmo tempo que a seu partido”. Para uma parte importante dos combatentes existia a esperança de um futuro melhor após a libertação. Afinal de contas, eles eram numerosos, tinham armas, estavam do mesmo lado que o poderoso Exército Vermelho que acabava de infligir uma memorável derrota aos nazistas em Stalingrado. Eles aspiravam a um mundo novo, sem marechais, nem generais e nem patrões. E para desfazer esta aspiração profunda, para restaurar a ordem burguesa, para recolocar os operários no trabalho, nas fábricas devolvidas a seus “legítimos” proprietários, os capitalistas, que tinham na maioria dos casos colaborado com Vichy e os nazistas, era preciso toda a força da aliança entre De Gaulle e o PCF, era precisa a submissão do PCF a De Gaulle.

Este já tinha tomado a dianteira desde abril de 1942, declarando à rádio de Londres: “A libertação nacional não pode ser separada da insurreição nacional”. A direção do PCF lhe seguiu os passos e faz da insurreição nacional o objetivo último da luta dos comunistas. No *L’Humanité* clandestino de 1º de agosto de 1943, Maurice Thorez escreveu, parafraseando o general: “A insurreição nacional é inseparável da libertação nacional”. Apesar das garantias dadas pelo PCF, o general de Gaulle temia que, após a libertação de Paris, os comunistas instaurassem “um poder dominado pela Terceira Internacional”. Ele tinha razão de temer a potência de um povo em armas, mas ele errava ao temer a tomada do poder pelo PCF.

Pelos acordos de Yalta, e em seguida de Potsdam, se confirmaram as zonas de influência de cada grande potência. A França e a Itália permaneceram no campo das “democracias”, a Grécia passou para a dominação inglesa e, nos outros países, um sutil equilíbrio foi tentado. Houve, entretanto, diversos imponderáveis, e, sobretudo, a Iugoslávia, que devia estar sob a dupla influência da Rússia e dos aliados (meio a meio segundo as memórias de Winston Churchill), mas escapou ao plano pré-estabelecido e caiu nas mãos dos partisanos. Na França: “Isolados do mundo e, além disso, da direção do partido, os comunistas franceses puderam sonhar com a insurreição contra o ocupante e em fazer a revolução contra a burguesia. Os comunistas não tinham nem a vontade, nem a missão, nem mesmo, se podemos dizer, o direito. Sem dúvida mais de um esquerdista roeu o seu freio, ao menos até o retorno de Maurice Thorez. Mas o próprio André Marty, acusado mais tarde de ter preconizado a tomada do poder na Libertação, para a instauração do socialismo, teve de se defender de não ter jamais sonhado com isto... Nenhuma informação recente, nenhuma ordem precisa provam naquele momento a vontade revolucionária do Partido Comunista; que o general tivesse acreditado, que ele tivesse querido prevê-la para poder detê-la ou que ele tivesse

agitado a ameaça para forçar a mão com os aliados era a sua missão, seu dever, ou sua astúcia”.²⁵⁰

Eis a ordem nº 3 do Comitê Militar Nacional das FTPF, em 10 de agosto de 1944, distribuída para a ação insurrecional em Paris: “Com as milícias patrióticas, sob o controle e a autoridade dos Comitês de Libertação, oponham a legalidade francesa do governo provisório da República à lei de traição do inimigo. (...) Franco-atiradores e partisans da região parisiense façam da palavra de ordem do general De Gaulle TODOS AO COMBATE o grito de Paris sublevada. Oficiais e soldados parisienses dos franco-atiradores e partisans, avante pela insurreição nacional! VIVAM AS FORÇAS FRANCESAS DO INTERIOR! VIVA A FRANÇA! VIVAM OS ALIADOS!”.

Isto valeu ao coronel das FFI, Rol-Tanguy, militante comunista, a honra de colocar a sua assinatura sobre a ata de capitulação do general von Choltitz, comandante de Paris, ao lado da do general Leclerc, que havia chegado em 25 de agosto na capital com sua divisão blindada. Mas no dia seguinte todas as honras eram para o general de Gaulle que sob os vivas de “Viva De Gaulle! Viva o Exército!”, desfilou nos Champs Elysées e se instalou com seus homens nos ministérios. A ordem tornava de novo a reinar em Paris. Nesta tarefa, os comunistas ocuparam o seu lugar. Na Assembléia Consultiva, órgão improvisado do novo poder, Jacques Duclos, o número 1 do PCF na ausência de Maurice Thorez, ainda em Moscou, declarava em dezembro de 1944: “O governo provisório da República francesa que o general De Gaulle preside, sabe que ele pode contar conosco para ajudá-lo no cumprimento de sua tarefa. Nós esperamos dele que, com a energia e a audácia indispensável no período difícil que nós vivemos, se dedique a reunir todos os franceses, a galvaniza-los, a arrastá-los ao combate e ao trabalho, sob o signo da independência e da grandeza da França”.

“Combate e trabalho”, estas duas palavras resumiram o essencial do programa do PCF em 1944-45. No Conselho Nacional da Resistência, CNR, desde maio de 1943, os comunistas não tinham feito proposições revolucionárias na elaboração da carta do futuro governo. Reformas e nacionalizações que não tocavam a estrutura capitalista da sociedade a reconstruir eram a essência deste programa que tinha conseguido a unanimidade dos membros do CNR. Após a libertação, os dirigentes comunistas membros do governo provisório não formularam nenhuma reivindicação de caráter radical. Os trabalhadores ingleses estiveram bem mais à esquerda em seu programa eleitoral. A verdadeira preocupação dos gaullistas era a vontade dos americanos de administrar os países liberados. Eles tinham preparado uma série de medidas: censura da imprensa, utilização do material militar recuperado in loco, administração civil que deixava apenas um pequeno espaço para as autoridades nacionais. Para grande surpresa da população, eles haviam fabricado moeda “francesa” com os dólares por modelo. O governo provisório da República Francesa, GPRF, só foi reconhecido, após inúmeras dificuldades, no dia 23 de outubro de 1944. O jornal *Le Monde* foi fundado em dezembro de 1944, no lugar do *Temps*, jornal reacionário e colaboracionista. Seu fundador e diretor Hubert Beuve-Méry vinha da escola de executivos de Uriage, organismo criado sob o governo de Vichy pelo marechal Pétain.

A ideia de “milícias operárias” tinha sido lançada por Benoît Frachon em um número do *L’Humanité* clandestino em agosto de 1943. Frachon era secretário adjunto da CGT desde antes da guerra e membro eminente da direção do partido. Estas milícias, no entanto, tornaram-se logo “milícias operárias patrióticas”, para não serem mais do que “milícias patrióticas” na primavera de 1944. Consciente do perigo, Stálin tinha condenado, embora em vão, as brigadas proletárias do PC iugoslavo. As “milícias patrióticas” colocavam os militantes operários ao serviço da reconstrução do país. Em 28 de outubro de 1944, um decreto do governo provisório pronunciou o

²⁵⁰ Jacques Fauvet. *Histoire du Parti Communiste Français*. Paris, Fayard, 1964-1965.

desarmamento das milícias. Num primeiro tempo houve uma onda de protestos nas fileiras comunistas e a direção nacional se mobilizou para defender “as guardas patrióticas”. Em 26 de novembro, de Gaulle aterrisou em Baku para encontrar-se com Stálin. No dia seguinte, Maurice Thorez, que tinha passado todo o período da guerra em Moscou, foi enfim autorizado pelo general a reentrar na França. E logo, em nome da palavra de ordem central do partido: “Tudo pelo front”, o secretário-geral do PCF se pronunciou por “um único governo, um único exército, um exército republicano e uma única polícia”. Na mesma ocasião ele pediu a dissolução de todos os comitês que tinham visto o dia da libertação e que ocupavam as tarefas de administração local, preenchendo o vazio deixado pelo desabamento do regime de Vichy.

É verdade que os gaullistas temiam um levante popular que eles estimavam serem incapazes de controlar sem o apoio dos comunistas. Este apoio, justamente, jamais lhes faltou desde a entrada em guerra da Alemanha contra a URSS. Para recolocar a França burguesa sobre seus trilhos, esse apoio também não faltará. Por todos os lados onde os maquis comunistas eram muito influentes, a insurreição popular não teve lugar.

Em abril de 1943, no Norte da Itália, explodiu uma insurreição operária, apoiada na greve geral, e dispondo de 300 mil partisans armados. Durante dez dias, as Comissões Operárias permaneceram à frente das fábricas. Os CDL (comitês de libertação), onde estavam representados principalmente os comunistas, os socialistas e o Partido de Ação, lideravam as cidades e aldeias. Porém, assim que chegaram as tropas aliadas, o Comitê Aliado, do qual participava um representante da União Soviética, ordenou a dissolução do Comitê de Libertação da Itália do Norte, órgão da insurreição, assim como de todos os CDL, e a anulação de suas decisões. Também foi declarado o “estado de guerra”, o que permitia suspender as liberdades reconquistadas, inclusive impor o desarmamento dos *partigiani*. Porém, a reação dos combatentes foi de resistência em aceitar estas medidas: um grande número de fábricas permaneceu nas mãos de operários, e regiões inteiras nas mãos dos CDL, da mesma forma que muitos *partigiani* não entregaram suas armas. A classe operária italiana de um modo geral apenas acatou as decisões sob pressão dos dirigentes do PCI, como membros do novo governo italiano. Graças ao apoio dos operários, o PCI, que em abril contava com 400 mil membros, em dezembro de 1945 viu seu número de adesões crescer para 1,7 milhão. A CGIL (central sindical), por sua vez, ultrapassou os cinco milhões de membros. Este movimento, ao qual uma parte da pequena burguesia aderiu, levou a direção do PCI a combater a presença em suas fileiras de “aventureiros e esquerdistas”, segundo a expressão de Togliatti em seu discurso de 15 de maio em Turim.

Na Bélgica, o governo real de Londres dirigido pelo social-cristão Pierlot, levou juntamente com socialistas e comunistas uma política de “união”. No início de novembro, foi decidida a dissolução das FI (forças armadas do interior), o que adicionado à situação econômica gerou uma explosão popular. Seguiu um grande movimento de manifestações de massas, contido pelas forças britânicas. Os ministros comunistas pediram demissão do governo. O governo Pierlot manteve os direitos ao trono de Leopoldo III.

Depois da retirada alemã, no entanto, a ELAS manteve seus 50 mil guerrilheiros armados fora da capital e, em maio de 1944, aceitou a vinda de tropas britânicas e a submissão dos seus homens ao comando do general inglês Ronald Scobie. No país vizinho ao norte, diante da iminência da derrota nazista na Europa, a Liga Comunista da Iugoslávia, liderada por Josip Broz-Tito, tornou a colocar no tapete político internacional a questão da unidade política dos países dos Bálcãs. A URSS se interpôs nesse objetivo, contrário aos acordos celebrados pelo Kremlin com os EUA e Inglaterra em Yalta e Potsdam, preanunciando o conflito e a ruptura Stalin-Tito de 1948. Em geral, a colaboração da burocracia do Kremlin com os imperialismos “aliados” foi decisiva para desarmar

os elementos de guerra civil com que o segundo conflito mundial culminou em vários países da Europa, que possuíam um potencial suscetível de envolver todo o continente.

Na Grécia, diversamente, a resistência antinazista chegou a se desdobrar em guerra civil revolucionária: “A revolução grega de dezembro de 1944, apesar do controle total do país pelas tropas da ELAS, foi esmagada pela intervenção das tropas britânicas, depois da capitulação dos dirigentes stalinistas da ELAS que devolveram as armas, aplicando as diretivas de Stalin de unificação das forças patrióticas numa Frente Nacional”.²⁵¹ A medida foi parte de um acordo internacional da URSS com as potências ocidentais: “As decisões de Yalta sobre a organização interna dos países da Europa oriental se inspiravam na fórmula de Frentes Nacionais (Frentes Patrióticas, Frentes Populares) lançadas pela URSS e aprovada pelos ocidentais durante a guerra... A aliança anglo-americana-soviética devia se desdobrar em cada nação europeia em uma aliança das forças políticas indo dos comunistas até a direita nacional antialemã”.²⁵² Pouco antes da entrada das forças inglesas em Atenas, o PEEA se reuniu com os representantes do governo monárquico no exílio; em que pese o descontentamento dos chefes *andartes* e do próprio CC do KKE, sob a pressão dos enviados ingleses e da missão soviética encabeçada pelo coronel Popov, o PEEA capitulou diante das exigências hegemônicas do governo grego no exílio.

Na Grécia, esse acordo revelou logo de cara completamente seu caráter reacionário: “Em Atenas, o Exército Britânico, *ainda em guerra com a Alemanha*, abriu fogo (e deu armas aos locais que haviam colaborado com os nazistas para que também o fizessem) sobre uma multidão de civis que se manifestava a favor dos partisans. Para colocar de novo o rei grego no poder e manter o comunismo à distância, Churchill mudou as alianças para passar a estar do lado dos apoiadores de Hitler, contra aqueles que haviam sido seus aliados. Quando 28 civis foram assassinados em Atenas, a responsabilidade não foi dos nazistas, mas dos ingleses... ‘Ainda consigo ver muito claramente, não me esqueci’, afirma Titos Patríkios. ‘A Polícia de Atenas disparou sobre a multidão, do telhado do Parlamento, na Praça Syntagma. Os jovens homens e mulheres jaziam em poças de sangue, toda a gente corria escada abaixo, tomada de choque, em pânico total’. ‘Eu estava profundamente convicto de que venceríamos (aos nazistas)’: a vitória não chegou nesse dia, tal como não se pretendeu que o que acontecera não mudaria a história de um país que, libertado do Reich de Hitler havia umas meras seis semanas, estava agora a caminho de uma sangrenta guerra civil...

“O poeta recorda, cada cena, cada disparo, o que aconteceu na praça principal da vida política grega, na manhã de 3 de dezembro de 1944. A multidão levava bandeiras gregas, norte-americanas, inglesas e soviéticas, e gritava ‘Viva Churchill, Viva Roosevelt, Viva Stálin’. Vinte e oito civis, na maioria jovens, foram mortos e centenas foram feridos. ‘Pensávamos que seria uma manifestação como qualquer outra. O nosso trabalho do costume. Ninguém esperava um banho de sangue’. A lógica dos ingleses era pérfida e brutal: o primeiro-ministro Winston Churchill considerava que a influência do Partido Comunista no movimento de resistência que ele próprio apoiara no decurso da guerra (a Frente de Libertação Nacional, EAM) se fortalecera mais do que ele havia calculado, o suficiente para prejudicar seu plano de colocar de novo o rei grego no poder e manter o comunismo à distância. Portanto mudou as alianças para passar a estar do lado dos apoiadores de Hitler”.²⁵³

²⁵¹ Documents sur la révolution grecque de décembre 1944. *Les Cahiers du Cermtri* n° 60, Paris, março de 1991.

²⁵² François Fejtö. *Histoire des Démocraties Populaires*. Paris, Seuil, 1972, pp. 31-32.

²⁵³ Ed Vulliamy e Helena Smith. Athens 1944: Britain’s dirty secret. *The Observer*, Londres, 30 de novembro de 2014.



Atenas, 3 de dezembro de 1944: a mortífera repressão inglesa

Os acordos de Yalta e Potsdam tiveram por objetivo fundamental fornecer o quadro legal para a política *contrarrevolucionária* das potências capitalistas e da burocracia da URSS: “Depois do ataque nazista à URSS, o problema das esferas de influência foi posto sobre a mesa, desde o primeiro momento, nas negociações entre os ‘três grandes’ e, também desde o primeiro momento, foi acompanhado da intensificação propagandística acerca dos objetivos reais perseguidos pelos ‘três’”.²⁵⁴ Os acordos previam as seguintes "taxas de influência" por país para os aliados ocidentais e para a URSS, respectivamente: Hungria: 50%-50%; Iugoslávia: 50%-50%; Romênia: 10%-90%; Bulgária: 25%-75%; Grécia: 90%-10%. Grécia ficava reservada para o imperialismo inglês, como potencial plataforma de ataque militar ao Oriente Médio, dividido ainda em mandatos britânico e francês, obtidos depois da Primeira Guerra Mundial. As pretensões do imperialismo norte-americano ao aceitar a Europa Oriental como uma zona de influência soviética ainda não eram claras. E tampouco as de Stalin. Os objetivos e as certezas foram se desenvolvendo aos poucos e, certamente, o esmagamento da revolução na Grécia foi um momento chave, pois aconteceu precisamente quando o imperialismo norte-americano decidiu retornar à Europa. Foi exatamente quando Harry Truman expôs a teoria de contenção (*containment*) da União Soviética, que deu início à “guerra fria”.

Entre 1941 e 1944, durante a ocupação nazista na Grécia, haviam surgido vários grupos de resistência de diferentes filiações políticas - de monarquistas até comunistas - com predomínio da Frente de Libertação Nacional (EAM), organizada pelo KKE. A burguesia grega se agrupava em torno do rei George II, que se encontrava no exílio, enquanto as organizações de esquerda haviam formado um governo clandestino, apoiando-se sobre a bem-sucedida organização da ELAS, que tinha o maior peso militar na resistência antifascista. A EAM, controlada pelo KKE (partido comunista grego), contava com aproximadamente dois milhões de membros em 1944. A ELAS, seu braço militar, fora fundada em fevereiro de 1942.

Devido a isso: “No início de setembro de 1943, Churchill visualizou a possibilidade de uma intervenção das tropas britânicas para impor um governo que entrasse em acordo com os desejos

²⁵⁴ Fernando Claudín. *A Crise do Movimento Comunista*. São Paulo, Expressão Popular, 2013, p. 471.

e interesses ingleses. Mas, para realizar este plano, Churchill precisava da concordância de seus dois parceiros na guerra, Roosevelt e Stálin. Oferecendo concessões a Stálin em outras partes dos Bálcãs, particularmente na Romênia, Churchill tentava manejar a Grécia livremente”.²⁵⁵ Grécia, chave e porta de acesso ao Mediterrâneo oriental, era estrategicamente mais importante para os ingleses e para o imperialismo em geral. Em abril de 1944, os partidos monarquistas formaram, tardiamente, um governo grego no exílio no Cairo, sob os auspícios dos aliados ocidentais. Este governo não foi reconhecido pela resistência grega, “mais eficaz do que os movimentos de resistência existentes na França e na Itália (que eram mais conhecidos que o movimento grego) – apenas em 1943-1944 a resistência grega matou o feriu mais de seis mil soldados alemães”.²⁵⁶

Em maio do mesmo ano, representantes dos outros partidos políticos gregos e dos grupos de resistência se reuniram no Líbano, visando chegar a um acordo sobre um governo de “unidade nacional”. Apesar da EAM acusar às outras forças gregas de colaborar com o inimigo nazista, e apesar das acusações contra a EAM-ELAS de cometer assassinatos, roubos e banditismo (o que era a mais absoluta verdade, havida conta da direção stalinista das forças irregulares, que semeavam o terror nas aldeias e vilarejos gregos), foi alcançado um acordo formando um governo de união nacional. Dos 24 ministros designados, seis eram filiados à EAM. O acordo foi possível graças às instruções dadas pela URSS ao KKE para que evitasse ameaçar a “união dos aliados”, ou seja, defender um programa de revolução social. No verão de 1944, já era evidente que os alemães logo estariam fora da Grécia, pois as forças militares soviéticas já avançavam pela Romênia em direção à Iugoslávia. O governo grego no exílio, liderado por George Papandreou, transferiu-se para Caserta, na Itália, preparando-se para voltar à Grécia. Conforme o “Acordo de Caserta”, firmado em setembro de 1944, todas as forças da resistência grega ficariam sob o comando do general Ronald Scobie, comandante das tropas inglesas. Na Bélgica, na Noruega e na Grécia, os “governos reais”, as monarquias, exilados em Londres, retornaram a seus países junto com as tropas aliadas.

Após a evacuação alemã de Atenas a 12 de outubro de 1944, a ELAS se apossou do país em nome do governo Papandreou, que chegou a Atenas no dia 18 seguindo o exército britânico de Scobie. Em dezembro de 1944, após o fim da ocupação nazista (em alguns casos, como em Creta e outras ilhas do Mar Egeu, guarnições alemãs permaneceram sob o controle até maio e até junho de 1945, quando Alemanha já havia assinado a capitulação em Berlim), o governo monárquico no exílio retornou. Apesar da forte inserção da EAM na Grécia, os monarquistas, com a ajuda do Reino Unido, conseguiram manter sob o seu controle as cidades de Atenas e Tessalônica. Os comunistas controlavam praticamente todo o restante do país. Logo depois da derrota e da evacuação (expulsão) nazista do país, na Grécia foi gritante a contradição entre as decisões tomadas pelos aliados e as tomadas pela ELAS (Exército Democrático da Grécia), que aqueles se esforçavam em aniquilar. Em vez de integrar a ELAS no novo exército, Papandreou e Scobie exigiram o desarmamento das forças de guerrilha “irregulares”. Os seis membros da EAM do novo gabinete demitiram-se em protesto. Houve confrontos violentos em Atenas depois de 200.000 marcharem contra essas exigências. A Lei Marcial foi declarada a 5 de dezembro, dois dias depois do massacre de Syntagma. O general Scobie, em superioridade militar, aceitou um cessar-fogo em troca da retirada da ELAS de Atenas; as tropas do ELAS saíram com 15.000 prisioneiros.

Finalmente chegou-se a um acordo, o “Pacto de Varkiza”, assinado pelos partidos políticos gregos, em fevereiro de 1945, sob a pressão britânica e da URSS. O acordo previa a completa desmobilização da ELAS e de todos os grupos armados resistentes, a anistia para crimes políticos,

²⁵⁵ Georges Catephores. *The Greek partisans*, *New Left Review* nº 79, Londres, junho de 1973.

²⁵⁶ Tony Judt. *Op. Cit.*, p. 49.

a realização de um referendo para decidir o futuro da monarquia e eleições legislativas: “A resistência grega teve o mesmo caráter revolucionário da iugoslava e adquiriu um vigor comparável ao desta. Em finais de 1944, era praticamente a senhora do país. A direção do PC grego, porém, não soube ter a mesma firmeza, diante das pressões de Moscou, dos iugoslavos. Fez graves concessões à política de ‘união nacional’ e aceitou compromisso com os aliados que facilitaram o êxito da intervenção armada inglesa contra a revolução grega. O acordo Churchill-Stálin, de outubro de 1944, encarregou-se do resto”.²⁵⁷ Enquanto os aviões ingleses ainda metralhavam a população ateniense, “o governo soviético nomeava um embaixador junto ao governo monárquico grego. E, na Conferência de Yalta, mal terminado o combate entre os intervencionistas e os resistentes, Stálin declarava: ‘Confio na política do governo britânico na Grécia’. O acordo de Varkiza foi utilizado pelos imperialistas ingleses e a reação grega para restabelecer o poder monárquico e desencadear uma repressão terrorista contra as forças operárias e democráticas”.²⁵⁸

O regente da Grécia, Arcebispo Damaskinos, e os monarquistas, concordaram em realizar as eleições legislativas sob a supervisão das tropas aliadas. O KKE continuaria legal. Em abril de 1945 seu líder, Nikos Zachariadis, retornou do campo de concentração de Dachau, na Alemanha, e declarou que o objetivo do KKE era uma "democracia popular" a ser obtida por meios pacíficos. O Pacto de Varkiza, imposto por Stalin, significou uma grande derrota política, mais do que militar, para o KKE. Segundo o pacto, só os crimes políticos seriam anistiados. Muitos atos de resistência cometidos durante a ocupação alemã foram considerados crimes comuns e, portanto, excluídos da anistia. Em consequência, 40 mil comunistas ou antigos membros da ELAS foram presos: muitos partisans veteranos esconderam suas armas nas montanhas e cinco mil deles escaparam para a Iugoslávia.

O premiê inglês Winston Churchill viajou pessoalmente para Atenas, quando obtidas as garantias de segurança convenientes, a fim de coordenar pessoalmente a repressão britânica contra a esquerda e os setores que resistissem à “nova ordem”, tendo como testemunha de suas reuniões com as autoridades gregas o próprio embaixador da URSS. Gangues de direita mataram mais de 1.100 civis nas ruas, deflagrando a guerra civil quando forças do governo começam a combater o Exército Democrático da Grécia (DSE), organizado pelo KKE e composto majoritariamente por antigos soldados da ELAS. O descontentamento social e político se propagou: a economia capitalista grega se encontrava em situação terminal, o governo protegia os colaboradores do nazismo e conservava os sinistros “Batalhões de Segurança” das antigas autoridades colaboracionistas. Prevendo um iminente choque militar, ou seja, uma guerra civil, Churchill enviou do Egito a Brigada de Montanha, uma tropa inglesa de guerra civil.²⁵⁹ A Grécia se viu assim envolvida em uma longa e sangrenta guerra civil, que culminou com a derrota das forças irregulares por volta de 1949,²⁶⁰ forças que enfrentaram uma coalizão político-militar de todas as forças vencedoras da guerra mundial (*URSS incluída*), o que levou o premiê inglês Winston Churchill a declarar na Câmara dos Comuns: “*Acredito que o trotskismo define melhor o comunismo grego e de outras seitas do que o termo habitual. E tem a vantagem de ser também repudiado na Rússia (risos prolongados)*”.

²⁵⁷ Fernando Claudín. *Op. Cit.*, pp. 453-454.

²⁵⁸ André Kedros. *La Résistance Grecque*. Paris, Robert Laffont, 1967.

²⁵⁹ A organização trotskista egípcia fez campanha contra a participação dos soldados do exército britânico estacionado no Egito na repressão à revolta dos trabalhadores e grupos da resistência grega contra a restauração monárquica, em meados de 1945. O PC egípcio se omitiu.

²⁶⁰ Miguel Etchegoyen. *Grecia: el Movimiento Guerrillero de Liberación en la Posguerra*. Buenos Aires, CEAL, 1973.

O *Kapitanios* Aris Velouchiotis, que condenava os acordos patrocinados pelos aliados como uma capitulação política, foi expulso do PC grego e denunciado como traidor; logo depois, foi caçado pelos “brancos” protegidos pelos britânicos e assassinado no dia 16 de junho de 1945; sua cabeça foi exposta em praça pública. A guerra civil grega, no entanto, não fazia senão começar. Em 28 de novembro, Papandreou anunciou a dissolução de todos os grupos armados da resistência antinazista. Os comunistas aceitaram a decisão, mas exigiram a retirada da Brigada de Montanha, e em seguida pediram sua demissão do governo. Em dezembro, o PC grego e o EAM organizaram uma greve geral e manifestações que o exército britânico e a polícia reprimiram violentamente. Iniciaram-se então os combates entre a ELAS e as tropas britânicas, assistidas pelos corpos gregos regulares e os antigos “colaboradores”.



Aris Velouchiotis

Em seu discurso à Câmara dos Comuns, Churchill anunciou: “Trata-se de um combate de três ou quatro dias destinado a prevenir um massacre horrendo no centro de Atenas, cidade onde todas as formas de governo foram varridas, e onde havia o risco da instalação de *um trotskismo nu e triunfante*” (grifo nosso). A obsessão de Churchill com o trotskismo era perfeitamente consciente, não um recurso retórico. Depois de 33 dias de combate, a ELAS, derrotada apenas em Atenas, assinou um armistício sob a pressão do Partido Comunista. Em 12 de fevereiro de 1946, fixando as modalidades do desarmamento da ELAS, o adiamento das eleições e a não participação da EAM no governo, foram assinados tratados com o governo Plastiras. Em 31 de março de 1946, realizaram-se eleições para o parlamento grego - boicotadas pelo KKE - formando-se um novo governo, de centro-direita. Em seguida, um referendo, realizado em 1º de setembro, permitiu a restauração da monarquia, e o rei George II voltou a Atenas. A EAM, que controlava a maior parte da Grécia, ainda tentou tomar o controle da capital, mas foi derrotada. A derrota das forças da EAM significou o fim da sua primazia política: a ELAS fora desarmada, a EAM continuou como uma organização multipartidária.

No final de 1946, apesar das reticências do PC grego (KKE), como reação defensiva ao “terror branco” e sem dúvida sob a pressão do PC iugoslavo, um exército de partisans gregos foi reconstituído nas montanhas sob o comando do general Markos, beneficiado da ajuda iugoslava. A guerra civil grega foi travada entre 1946 a 1949, envolvendo as forças armadas do governo monárquico grego, apoiadas pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos, contra o KKE e seu braço armado, o Exército Democrático da Grécia (DSE), juntamente com a maior organização de resistência da Grécia - a Frente Nacional de Liberação (EAM) e seu braço armado, a ELAS, com o

apoio da Bulgária, Iugoslávia e Albânia. O mortífero gás napalm foi usado pela primeira vez no pós-guerra pelas Forças Armadas dos EUA na guerra civil grega; aldeias inteiras foram destruídas e queimadas, junto com seus habitantes. No total, houve 158.000 mortos, e um milhão de pessoas foram “realocadas” durante a guerra.²⁶¹

A situação grega configurava uma crise internacional: “Na reunião soviético-búlgaro-iugoslava de Moscou, o problema da federação balcânica e danubiana apareceu ligado à questão grega. Pouco antes da reunião de Moscou, o governo albanês havia solicitado do iugoslavo o envio de duas divisões da fronteira greco-albanesa. Belgrado deu uma resposta favorável, mas Molotov comunicou aos iugoslavos que o governo soviético se opunha resolutamente, ameaçando em tornar pública sua atitude se os governos de Tirana e Belgrado não anulassem as medidas previstas. Na reunião de 10 de fevereiro, Stálin afirmou energeticamente que a luta armada na Grécia não tinha o menor futuro e que os iugoslavos deviam interromper a ajuda aos comunistas gregos. Evidentemente, dados os meios militares que o imperialismo americano estava usando na Grécia, as forças revolucionárias não podiam vencer sem uma assistência militar soviética adequada, e Stálin não queria se comprometer nesse terreno. O informe de Zdanov na reunião do Kominform foi suficientemente significativo a esse respeito. A indecisão da Grécia no projeto de federação balcânica equivalia a proclamar publicamente que o movimento comunista estava disposto a intensificar a ajuda aos combatentes gregos. Era um desafio para Washington inconciliável com a estratégia stalinista”.²⁶²

O Partido Comunista grego, tendo rejeitado o resultado das eleições de 1946, levantou-se nas montanhas da Macedônia e na região de Épiro, onde estabeleceu um governo paralelo na cidade de Konitsa. O governo monarquista pediu ajuda aos britânicos, os que, por sua vez, pediram reforços ao presidente dos EUA, Harry Truman. Os comunistas tinham apoio político e logístico dos recém fundados Estados “democrático-populares” do Norte (Albânia, Iugoslávia, Bulgária). Apesar do fracasso militar das forças governistas de 1946 até 1948, o aumento da ajuda norte-americana ao governo monárquico grego, a diminuição do recrutamento de voluntários para o DSE e os efeitos da ruptura Tito-Stalin levaram à derrota dos insurgentes; os monarquistas conseguiram se impor militarmente.

O projeto de Federação dos Bálcãs naufragou junto com os *antares* gregos na sua guerra contra a aliança monárquico-burguesa-inglesa-americana. Em janeiro de 1948, o veterano dirigente da Internacional Comunista Georges Dimitrov deu a conhecer um projeto de Confederação balcânico-danubiana, englobando a Polônia, a Tcheco-eslováquia e a Grécia. Algumas semanas depois, a *Pravda* de Moscou se manifestou contrária a esse projeto. Em fevereiro, a imprensa de Belgrado reproduziu o comunicado da *Pravda*, sem comentários. Dimitrov se retratou publicamente.²⁶³ Na Grécia, por sua vez, o DSE sofreu uma derrota militar catastrófica no verão de 1948, com quase 20.000 baixas. E, em julho de 1949, Tito fechou a fronteira iugoslava com a Grécia, negando proteção ao DSE. Um cessar-fogo na Grécia foi finalmente assinado a 16 de outubro de 1949. Era o fim da guerra civil grega, e a derrota da revolução.

Quanto à liberação da Europa do Leste, na declaração de Molotov em abril de 1944, os dirigentes da União Soviética asseguraram a todos sua vontade de não transformar o regime político e social dos países onde tiveram de fazer o Exército Vermelho penetrar. No entanto *The Economist* de

²⁶¹ Edgar O'Ballance. *The Greek Civil War 1944–1949*. Nova York, Frederick A. Praeger, 1966; C. M. Woodhouse. *The Struggle for Greece, 1941-1949*. Londres, Ivan R. Dee, 2002. Muitos dos exilados da guerra civil grega só receberam permissão para voltar ao país... em 1982.

²⁶² Fernando Claudín. *Op. Cit.*, p. 447.

²⁶³ François Fejtö. *Op. Cit.*, p. 202.

fevereiro de 1946 afirmava que “o Exército Vermelho era precedido pelo mito revolucionário, e a certeza de sua chegada encorajava os elementos mais radicais da classe operária a ações revolucionárias. O esfacelamento do nazismo foi seguido de manifestações de um espírito de revolução social. Os operários tomavam as fábricas e resolviam entre eles o destino dos executivos nazistas ou nazificados”. Na Romênia, diante do avanço russo, das manifestações e dos levantes populares, o rei Michel deu um golpe de Estado, mandou prender o ditador Antonescu, e denunciou sua política pro-alemã. Formou um governo de união nacional, presidido por um general, abriu espaço para os socialdemocratas, e, em seguida, em novembro, para os comunistas. Com a chegada do Exército Vermelho, a ordem foi restabelecida. 15 dias depois de Yalta, após o ultimato russo lançado por Vychinsky, em março de 1945 foi formado um “governo de Frente Nacional Democrática”, dirigido pelo líder camponês Grozea, com três ministros comunistas.

Na Bulgária, no último momento da guerra o governo declarou guerra à União Soviética. Com a aproximação das tropas russas iniciou-se uma greve geral, seguida de manifestações: a bandeira vermelha foi desfraldada em Sofia, a capital. No dia seguinte à entrada do exército russo, em maio de 1945, foram organizados um golpe de Estado e um governo de “Frente Patriótica” dirigido pelo coronel Georgiev, um homem de direita, com o líder agrário Petkov, e dois comunistas, no gabinete. Imediatamente recorreram à dissolução das milícias e ao desarmamento dos operários. O mesmo processo ocorreu na Hungria: um governo provisório foi criado em meio ao caos sangrento decorrente da instalação, em outubro de 1944, de um governo fantoche, pelos alemães. Composto por representantes de quatro grandes partidos antinazistas, o governo provisório era liderado pelo general Mitlos, e foi instalado em Budapeste em fevereiro de 1945, em um quadro de absoluta ruína do país.

Devido à diversidade de condições em que se encontravam os outros países do Leste europeu, o processo de liberação do nazismo se revelou diferente em cada país. Na Checoslováquia, por exemplo, o governo de Londres de Edvard Beneš foi reconhecido por todos os aliados, e apoiado pelo Partido Comunista, o único que apesar da repressão (três comitês centrais sucessivos detidos e aniquilados), conservara uma organização no país. Foi apenas no último momento que se constituiu o “Conselho Nacional Tcheco”, dominado pela personalidade de seu vice-presidente, o comunista Josef Smrkovsky. *The Economist* descreveu a “revolução” que ocorreu no país com o esfacelamento do nazismo: “Os conselhos estavam estabelecidos em todas as cidades, vilarejos e bairros; os comitês que haviam tomado praticamente todas as empresas durante a revolução resultavam da ação dos comunistas clandestinos”. Na realidade, os “Conselhos Nacionais” e os comitês operários detinham o poder, contando com o apoio e o entusiasmo de uma população que aspirava em sua maioria ao socialismo, “talvez a única oportunidade de revolução social no país”.²⁶⁴

Em março de 1945, Beneš negociou em Moscou a nova formação de seu governo (dos 25 ministros, oito eram comunistas), e a entrada de seu próprio partido na Frente Nacional dirigida pelo comunista Gottwald. O governo era presidido pelo socialdemocrata Fierlinger, ex-embaixador em Moscou. Instalado em Kosice no fim do mesmo mês, ele publicou seu programa: restabelecimento do Estado Tcheco; expulsão das minorias alemã e húngara; reforma agrária; controle estatal dos bancos e indústrias-chaves; aliança com União Soviética. Em relação à situação que de fato vigorava, o programa foi considerado por todos como o mínimo do mínimo, isto é, um freio em relação movimento real da sociedade. No dia 5 de maio de 1945, Sirkovsky liderou uma insurreição em Praga, com o apoio de uma greve geral. Após quatro dias de combate

²⁶⁴ François Fejtö. *Op. Cit.*

as tropas do general Koniev entraram na cidade. Em seu discurso em Praga, Gottwald declarou que não se tratava de “fazer uma revolução socialista”: considerados um “segundo poder”, os sindicatos da cidade foram dissolvidos, e uma ofensiva foi dirigida contra os comitês de fábrica.

Por outro lado, na Polônia, a situação difícil ao extremo gerou uma divisão entre os aliados. A tradicional violência dos sentimentos anti-russos dos nacionalistas poloneses era acrescida pelas execuções recentes de poloneses pelos russos e mais ainda pela repressão nazista da insurreição de Varsóvia em 1944, que não fora apoiada pelos soviéticos. O governo em exílio em Londres possuía um forte caráter anti-russo. Além disso, ele dispunha no ocidente de forças armadas (o exército de Anders), e era tido como autoridade reconhecida pelo exército interno (AK) esmagado em Varsóvia, mas durante muito tempo força motriz da Resistência.

Os comunistas poloneses não tinham força, foram perseguidos no período anterior à guerra, e seus líderes fuzilados por Stalin em 1938, na URSS. O partido comunista havia sido dissolvido por ser considerado um “ninho de espiões”. Reconstituído na Polônia, especialmente por Wladislaw Gomulka, ele criou suas próprias unidades, o Exército Popular (AL), que buscava o apoio dos operários e dos camponeses mais pobres, mas frequentemente entrava em conflito com o AK, o “exército interno”. Depois da insurreição de Varsóvia, ocorreu um processo de transformação da guerra nacional em guerra civil: o AK constituiu a NIE que manteve contra os russos a resistência armada com formações mais à direita como o NSZ. Durante o inverno de 1944, os russos apoiaram o “Partido Operário” e a “União dos Patriotas”, formada em Moscou. Ambos constituíram um “Comitê Polonês de Liberação Nacional”, cujos cargos mais importantes se encontravam nas mãos dos comunistas. Instalado em Lublin para as zonas liberadas, este comitê foi estendendo sua autoridade ao país inteiro. Em Londres houve uma cisão entre a maioria do governo em exílio (Arciszewski) e o líder camponês Mikolajczyk, que aceitou, sob a pressão dos aliados, o “compromisso de Yalta”, e voltou à Polônia, em junho de 1945, no cargo de vice-presidente do Conselho. Na realidade, tratou-se de uma verdadeira guerra civil - ações armadas, represalias, punições, repressão feroz e exterminação do que restou do AK - que constituiu o pano de fundo da instalação de um governo que se queria de “união”. Esta situação permaneceu, ainda em 1947, quando um dos chefes militares poloneses, o general Walter, caiu em uma armadilha dos “brancos”, provavelmente antigos integrantes do AK. Trinta mil resistentes civis pediram em 1949 o benefício da anistia.

A situação política na Europa ocidental se mostrava muito precária. Em nenhum país era possível entrever possibilidades de reedificação econômica a curto prazo. No plano político, a herança dos governos de “união nacional” era absolutamente catastrófica. No tocante à indústria, a prioridade era dada ao processo de readaptação de uma economia bélica, que era muito lento diante dos danos sofridos nas minas: a carência de carvão atinge cruelmente as fábricas assim como os civis. Além disto havia também o problema da “depuração” provocada pelas divisões profundas que se instalam nas relações políticas. A depuração dos “colaboradores” dos alemães atingia também os representantes das classes dirigentes. Os esforços dos governos de união em extirpar a vingança dos tribunais populares e fazer exercer a “justiça” pelos tribunais regulares foram muito mal recebidos e percebidos, visto que o corpo dos magistrados dos regimes pro-nazistas se mantinha, em linhas gerais, intacto. Na Itália e na Alemanha, os antigos fascistas e nazistas encontraram um apoio e até mesmo um refúgio na administração militar aliada.

De um modo geral, a chave da “normalização” se encontrava nas mãos dos partidos operários, o PS e sobretudo o PC, cuja única e enorme influência - devida ao prestígio da União Soviética, a seu papel na resistência e à implantação de sindicatos -, pode explicar a relativa calma social e política que imperou na Europa durante este período crucial. Esse esquema de “liberação” não se aplicou a toda a Europa: certas regiões fugiram do padrão determinado pelos aliados e não seguiram a

política por eles proposta, como foi o caso do PC iugoslavo e do movimento de massas na Grécia. Por outro lado, havia a Espanha franquista. Vejamos como se deu o desenvolvimento original que abalou na Iugoslávia os planos da partilha sancionada em Yalta e criou o fundamento de um grave conflito futuro com a União Soviética de Stalin.

Em um momento inicial Tito ameaçou resistir pelas armas no caso de um desembarque ocidental no território iugoslavo. Ocorreu então uma verdadeira competição de velocidade dos partisanos com o exército russo para a liberação de Belgrado. Os dirigentes do PC iugoslavo protestaram oficialmente contra o comportamento do exército russo — prática de estupros sistemáticos. O protesto encaminhado pessoalmente por Milovan Djilas a Stalin em pessoa, foi descartado de modo desdenhoso pelo líder do Kremlin, como relatado pelo próprio Djilas.²⁶⁵ Em Yalta, os “grandes” decidiram a aplicação imediata do acordo Subasic-Tito, e este cedeu apesar da indignação de seus partisanos. No entanto, Subasic não tinha base nem força armada, e não podia, por consequência, impedir a caçada aos *chetniks* e a Mihailovic. Eles se juntaram, na emigração, ao grupo de políticos que pleiteavam uma intervenção militar aliada, imprescindível neste momento. O PCI e seus aliados da Frente Popular alcançaram a maioria esmagadora na Assembleia Constituinte eleita em janeiro de 1945. Rapidamente o país entrou, por meio de nacionalizações totais e de reforma agrária, no processo de “construção do socialismo”. Não se tratava, como se pensou na época, de uma vitória de Stalin, mas de uma derrota que ele não esqueceria, o prolongamento da política de ruptura com a burguesia, começada durante a guerra pela atuação dos partisanos.

Para além dos conflitos localizados, a colaboração da burocracia do Kremlin com os imperialismos “aliados” foi decisiva para desarmar os elementos da guerra civil com que o segundo conflito mundial culminou em vários países da Europa ocidental, que possuíam um potencial suscetível de envolver todo o continente.²⁶⁶ Foi ela que permitiu o desarmamento dos *partigiani* italianos, que tinham participado de modo decisivo da derrubada da ditadura de Mussolini. Na França, a política de colaboração contrarrevolucionária com o stalinismo atingiu dois objetivos: 1) O desarmamento das forças armadas irregulares, como um aspecto da reconstituição do Estado imperialista francês, e 2) A liquidação de toda possibilidade de um levantamento de classe como desdobramento final da luta antinazista: “(Em 1945) nas minas do Norte, por exemplo, foi necessária toda a autoridade do PCF para impedir que as múltiplas paralisações ‘degenerassem’ em uma greve geral que teria coberto todo o território (...) é indubitável o caráter espontâneo da maioria das greves (...) os dirigentes sindicais não vacilaram em apelar a sanções do Estado contra os grevistas contrários às suas diretivas”.²⁶⁷ No que diz respeito ao primeiro aspecto, “o general de Gaulle decidiu a integração das FFI e dos FTP (Forças Francesas do Interior e Franco-Atiradores e Partisans) no exército regular. Em outubro de 1944, decretou a dissolução das Milícias Patrióticas. O PCF protestou inicialmente com violência contra essa medida. Mas terminou por aceitá-la diante das ordens de Maurice Thorez, seu secretário-geral, que voltou da Rússia em novembro de 1944, depois de anistiado da acusação de deserção. Diversos historiadores

²⁶⁵ Milovan Djilas. *Conversações com Stalin*. Porto Alegre, Editora Globo, 1962.

²⁶⁶ Em dezembro de 1944, o subsecretário de Estado dos EUA, Dean Acheson, em visita à Grécia, advertiu seu governo que “esse cenário se desenvolvia já na Iugoslávia e na Grécia; Acheson temia que a agitação se multiplicasse de um extremo a outro do continente, engendrando uma guerra civil geral na Europa. Algumas semanas depois da vitória aliada, o papa Pio XII alertava também sobre a fragilidade da paz recentemente restaurada” (Keith Lowe. *Op. Cit.*, p. 90).

²⁶⁷ Grégoire Madjarian. *Conflits, Pouvoirs et Société à la Libération*. Paris, UGE, 1980, p. 337.

concordam em que existia um projeto insurrecional da resistência comunista interior, mas que ele foi combatido por Stalin, mais interessado na absorção da Europa Oriental”.²⁶⁸

Stalin estava “mais interessado” em um acordo com os “aliados”, o que incluía, claro, um “cordão de segurança” para a União Soviética na Europa Oriental (que os EUA tentaram furar com o chamado Plano Marshall [ver mais adiante], o que motivou a descida da “cortina de ferro” e o início da “guerra fria”) mas, sobretudo, a desativação da “bomba” revolucionária nos países capitalistas mais importantes, os da Europa Ocidental. De Gaulle carecia de base social e política sólida e própria para reconstituir o Estado (a quase totalidade da burguesia francesa fora colaboracionista). O PCF lhe forneceu essa base. Em consequência disso, por um lado, colaborou com a reconstituição do imperialismo francês, praticamente desfeito durante a guerra, tomando parte nos massacres de Sétif e de Guelma (na África do Norte), ao mesmo tempo em que, em nome da luta contra o “imperialismo japonês”, encorajou os ex-FTP integrados no exército do general Leclerc a participar da retomada da Indochina “francesa”, chamando a preservar o “quadro” da União Francesa, isto é, a apoiar a guerra colonial do imperialismo francês contra o Vietnã. Isto permitiu não apenas a reconstituição do Estado, mas a reciclagem, dentro do mesmo, dos funcionários do regime colaboracionista de Vichy, alguns dos quais foram transformados em “heróis da resistência”: “*Contrariamente ao que se pensa habitualmente, os altos funcionários de Vichy não tiveram maiores problemas em se integrar na IV República*”.²⁶⁹ Preservados os quadros fundamentais do Estado, foram livradas à “vingança popular” algumas mulheres (as “tondues”, com suas cabeças raspadas) que tinham dormido com soldados alemães...

Os acordos de Yalta e Potsdam tiveram por objetivo fundamental fornecer o quadro legal para a política contrarrevolucionária, continuidade “legal e pacífica” do conteúdo das hostilidades militares e do horror bélico. Os acordos previam as seguintes “taxas de influência” por país para os aliados ocidentais e para a URSS, respectivamente: Hungria: 50%-50%; Iugoslávia: 50%-50%; Romênia: 10%-90%; Bulgária: 25%-75%; Grécia: 90%-10%. A história não deixou saber como semelhantes percentuais poderiam ser implementados, mas eles deixam perfeitamente claro o espírito de conciliação (ao menos temporária) existente entre os “três grandes”, incluído o visceralmente anticomunista Churchill. O pomo inicial da discórdia era a Polônia (o pomo real era a Alemanha), sobre a qual, “em princípio, ficou combinado: a Rússia ia engolir a Polônia; a Polônia ia engolir um pedaço da Alemanha, e o restante da Alemanha seria retalhado de acordo com um plano ainda a ser determinado”.²⁷⁰ Durante seu avanço pela Polônia, o Exército Vermelho havia prendido os dirigentes do exército interior, AK, que participara da resistência antinazista.²⁷¹

O governo (capitalista, direitista e antissemita) polonês no exílio de Londres foi chutado para escanteio pelos aliados ocidentais, que tiveram que “engolir”, eles também, o “governo de Lublin”, um governo-marionete montado por Stalin: “Roosevelt e Churchill concederam à URSS a linha Curzon e abandonaram de fato o governo de Londres sem obter contrapartida verdadeira da parte de Stalin”.²⁷² Durante a “guerra fria” subsequente, essa conduta dos “grandes ocidentais” perante Stalin (a URSS) foi qualificada como “mole”, mas ela não fazia senão expressar a necessidade vital para as potências capitalistas de um acordo estratégico com o Kremlin (depois do qual, poderia haver disputas parciais, além do que todos os acordos, mesmo os estratégicos,

²⁶⁸ Serge Bernstein e Pierre Milza. *Histoire du Vingtième Siècle 1939-1953*. Paris, Hatier, 1985, p. 93. Cf. também François Fonvielle-Alquier. *El Gran Miedo de la Posguerra 1946-1953*. Barcelona, Dopesa, 1974.

²⁶⁹ Philippe Bourdrel. *L'Épuration Sauvage*. Paris, Perrin, 2002.

²⁷⁰ Charles L. Mee. *O Encontro de Potsdam*. Rio de Janeiro, Record, 1976, p. 131.

²⁷¹ Martin Gilbert. *A Segunda Guerra Mundial*. Lisboa, Dom Quixote, 1989, p. 253.

²⁷² Pierre de Senarclens. *Yalta*. Paris, Presses Universitaires de France, 1990, p. 98.

são precários por natureza, como bem sabia, pelo menos, Churchill – Hitler tinha-os, publicamente, qualificados de “pedaços de papel que se podem rasgar a qualquer momento”). Sem um acordo com o Kremlin, a ex “Europa de Hitler” poderia explodir.

O exorcismo do nazismo não foi um processo apenas “alemão”. Em 8 de agosto de 1945, as quatro potências (Estados Unidos, União Soviética, Grã Bretanha e França) assinaram, em Londres, o acordo sobre o Tribunal Militar Internacional e seus estatutos. Antes e depois dessa data, houve sérias desavenças entre os aliados acerca de como proceder: Churchill, por exemplo, pretendia que fosse realizado um fuzilamento exemplar e imediato da alta cúpula nazista. Os representantes da URSS também adogavam por procedimentos expeditivos. Prevaleceu o ponto de vista norte-americano, de realizar julgamentos com direito de defesa e com normas jurídicas *ad hoc*, toda vez que se tratava da primeira experiência internacional nesse sentido (nada de parecido ocorrera ao fim da Primeira Guerra Mundial). Os líderes nazistas foram acusados de ferir o direito consuetudinário internacional, e sofreram punições por “crimes contra a paz, de guerra e contra a humanidade”, especificados no Acordo de Londres (de 1945). O Tribunal de Nüremberg serviu como principal ponte para a “internacionalização dos direitos humanos”; pela primeira vez condenavam-se pessoas no âmbito internacional, legal e politicamente, pelo que ocorrera dentro de um território nacional (ou de vários).²⁷³



Nüremberg, banco dos acusados: Hermann Göering, Rudolf Hess, Joachim von Ribbentrop, Wilhelm Keitel, Karl Dönitz, Erich Raeder, Baldur von Schirach, Fritz Sauckel.

Os primeiros processos contra os 24 principais criminosos de guerra da Segunda Guerra Mundial, dirigentes do nazismo, ante o *International Military Tribunal*, IMT, foram realizados entre 20 de novembro de 1945 e 1º de outubro de 1946, na cidade alemã de Nüremberg. Três cadafalsos foram instalados no presídio para a execução, na manhã de 16 de outubro de 1946, de dez penas de morte contra representantes do regime nazista, por enforcamento. Na execução de Ribbentrop, o carrasco trabalhou mal na execução, e a corda estrangulou o ex-chanceler por vinte minutos antes que ele morresse. Das doze penas de morte pronunciadas, apenas dez foram executadas. Martin Bormann, o assessor mais próximo de Hitler em seu quartel-general, estava desaparecido, sendo julgado à revelia e condenado à morte. Hermann Göring suicidou-se na

²⁷³ Joanisval Brito Gonçalves. *Tribunal de Nüremberg 1945-1946. A gênese de uma nova ordem no direito internacional*. Rio de Janeiro, Renovar, 2004.

véspera do dia 16. O inefável Hjalmar Schacht, mago das finanças hitlerianas, dobradiça entre o nazismo e o grande capital alemão, ex presidente do *Reichsbank*, foi absolvido (alegou que “nada sabia” sobre as atrocidades do regime...) e prosseguiu sua carreira de professor universitário e conselheiro financeiro, na Alemanha, até a década de 1970.²⁷⁴ Do julgamento foram excluídos os principais proprietários do conglomerado IG Farben, que era formado pelas empresas Bayer, Hoechst e BASF. Segundo relatório oficial das forças ocupantes, das 324.766 ações que compunham o cartel IG Farben, unicamente 35.616 estavam nas mãos de pessoas com residência na Alemanha, enquanto quase o triplo, 86.671 ações, estavam nas mãos de investidores de nacionalidade estadunidense, e quase cinco vezes mais, 166.100 ações, estavam nas mãos de cidadãos suíços. Mais de 80% do capital social de IG Farben era financiado a partir de Wall Street e da Suíça, face a pouco mais de 10% de financiamento alemão. Os responsáveis empresariais alemães de IG Farben não foram processados nos julgamentos de Nüremberg, e foram excluídos da investigação penal os proprietários dos Estados Unidos, Reino Unido e outros países.

Após esses julgamentos, foram realizados os “Processos de Guerra” de Nüremberg, que levaram em conta médicos, juristas, pessoas importantes do governo nazista. Os processos aconteceram perante o Tribunal Militar Americano, onde foram analisadas 117 acusações contra os criminosos. A “cabeça visível” do nazismo foi julgada e condenada, eventualmente até executada. A sua enorme rede política, ao contrário, pouco sofreu, e quase nada sofreram os responsáveis e beneficiários sociais e econômicos do regime, sobretudo os círculos empresariais que se beneficiaram do trabalho forçado do universo concentracionário, que compreendiam inclusive empresas com participação de capitais oriundos de países que haviam combatido contra Alemanha, embora houvesse inicialmente processos que os implicaram.²⁷⁵

Na Alemanha, a “denazificação” da sociedade foi cuidadosamente planejada para implementar os acordos contrarrevolucionários internacionais. Dos mais de cinco mil alemães pertencentes ao alto escalão nazista detidos, em 1951 apenas cinquenta permaneciam presos. No total, de mais de 13 milhões de alemães “questionados”, em 1949 havia apenas 300 presos; em contraste: “*Dos 11.500 juízes em atividade na Alemanha do pós-guerra, 5.000 haviam atuado nas cortes nazistas*”.²⁷⁶ A execução dos carrascos julgados em Nüremberg foi a cortina de fumaça da preservação da coluna vertebral do Estado alemão, embora mudando, como não poderia ser de outro modo, seu *caput* político (embora este não fosse propriamente novo): “Os anos 1950 na Alemanha Federal (RFA) poderiam ser chamados os da ‘reintegração’ ou, como fizeram alguns comentaristas de esquerda, os da ‘restauração’ – menos do nazismo do que da velha Alemanha autoritária e conservadora, na qual o nazismo cresceu”.²⁷⁷

Segundo Simon Wiesenthal, 100 mil alemães tomaram parte, em formas variadas, das operações de exermínio nazistas (Daniel Goldhagen, mais recentemente, elevou essa cifra para meio milhão

²⁷⁴ Hjalmar Schacht. *Setenta e Seis Anos de Minha Vida*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1999.

²⁷⁵ Os processos foram: Caso I - Processo contra os médicos, 9 de dezembro de 1946 - 20 de agosto de 1947; Caso II - Processo Milch, 2 de janeiro - 17 de abril de 1947; Caso III - Processo contra os Juristas, 17 de fevereiro - 14 de dezembro de 1947; Caso IV - Processo Pohl, 13 de janeiro - 3 de novembro de 1947; Caso V - Processo Flick, 18 de abril - 22 de dezembro de 1947; Caso VI - Processo IG Farben, 14 de agosto de 1947 - 30 de julho de 1948; Caso VII - Processo de generais no sudeste da Europa, 15 de julho de 1947 - 19 de fevereiro de 1948; Caso VIII - Processo RuSHA, 1 de julho de 1947 - 10 de março de 1948; Caso IX - Processo *Einsatzgruppen*, 15 de setembro de 1947 - 10 de abril de 1948; Caso X - Processo Krupp, 8 de dezembro de 1947 - 31 de julho de 1948; Caso XI - Processo Wilhelmstraßen, 4 de novembro de 1947 - 14 de abril de 1948; Caso XII - Processo contra o Alto Comando, 30 de dezembro de 1947 - 29 de outubro de 1948.

²⁷⁶ Roney Cytrynowicz. *Op. Cit.*, p. 150.

²⁷⁷ Frederick Taylor. *Op. Cit.*, p. 358.

de pessoas involucradas). Desses, só 10 mil foram julgados, por tribunais aliados ou militares, ou por tribunais civis, depois da guerra. O campo de concentração de Auschwitz teve 7.000 guardas permanentes (só 750 foram castigados no período de pós-guerra). O campo de Dachau tinha 4.100 funcionários no momento do fim da guerra. O centro de coordenação das investigações e processos por crimes nazistas estabelecido na Alemanha... em 1958, contabilizou 333.082 pessoas implicadas em atividades criminais na guerra. Os tribunais alemães de pós-guerra abriram investigações acerca de 11,6 milhões de pessoas; destas, só 168.696 foram levadas a julgamento formal. As condenações, na maior parte dos casos, se reduziram a detenções provisórias, multas ou restrições de emprego.

Os conflitos entre a URSS e o imperialismo ocidental, posteriores aos acordos mediante os quais deu-se fim à guerra, chegaram a ser muito agudos em algumas regiões e países, sem no entanto comprometer os acordos que deram continuidade ao caráter contrarrevolucionário da Segunda Guerra Mundial. A CIA e outras agências dos EUA usaram ao menos mil ex agentes nazistas como espiões e informantes no pós-guerra: “Nos anos 1950, chefes dos serviços de segurança e inteligência (norte-americanos), a exemplo de J. Edgar Hoover, do FBI, e Allen Dulles, da CIA, recrutavam agressivamente antigos nazistas de todas as patentes como ativos secretos na luta contra os soviéticos”.²⁷⁸ A reciclagem da hierarquia média do nazismo, tanto no Estado alemão quanto no exterior, foi um fenômeno generalizado: o descabeçamento (mediante prisões ou execuções) de sua porção mais visível (que, em boa parte, foi auxiliada pela Igreja católica para fugir em direção de regiões longínquas) foi o tapume destinado a ocultar a preservação da coluna vertebral do Estado nazista a serviço dos novos mandantes da Alemanha e do mundo. No bastião católico na Europa, a Espanha franquista, a greve geral contra o regime que sacudiu o País Basco na primeira semana de maio de 1947, naufragou no meio à indiferença internacional...

País	Porcentagem	Concordância de Stalin
Rússia	90%	✓
Itália	10%	✓
Grécia	90%	✓
Hungria	10%	✓
Yugoslávia	50/50	✓
Hungria	50/50	✓
Bélgica	Rússia: 75%	✓
	Itália: 25%	✓

Original do acordo de percentuais de influência na Europa Oriental entre Stalin e Churchill (a concordância de Stalin está indicada pelo “V” na parte superior da folha)

Deve-se acrescentar que a desgraça dos judeus da Europa não concluiu com o fim do nazifascismo. Na URSS “libertadora dos campos de concentração”, desde 1946 o regime stalinista optou por um endurecimento interno para corrigir as “liberalidades” necessariamente impostas

²⁷⁸ Eric Lichtblau. Nazistas a serviço dos EUA. *Folha de S. Paulo*, 28 de outubro de 2014.

pelo contexto bélico precedente. O “fechamento” tomou o nome de “zhdanovismo” (do nome do lugartenente “cultural” de Stalin, Andrei Zhdanov), uma espécie de pré-macarthismo stalinista. A censura voltou com força: “O principal alvo do zhdanovismo era a *intelligentsia* profissional, acusada de bajular o Ocidente e tachada de ‘cosmopolitismo’ (um termo que dava uma ideia do antissemitismo oculto do regime daqueles anos)”.²⁷⁹ Nem tão “oculto”, o “Comitê Judeu Antifascista” da URSS, formado durante a guerra, foi dissolvido, seus membros (intelectuais e artistas de grande destaque) perseguidos e alguns até fuzilados. Iniciada a “guerra fria”, o Comitê foi acusado de planejar a instauração de uma república judia na Crimeia, para transformá-la numa plataforma do imperialismo norte-americano, o que deu o pretexto para o início de uma perseguição antissemita baseada, como os expurgos precedentes, num suposto complô.²⁸⁰

Ilya Ehrenbug e Vassilij Grossman, intelectuais de destaque do próprio regime stalinista, viram, primeiro, censurado, e depois não publicado, seu trabalho de grande fôlego chamado *Livro Negro* sobre as atrocidades praticadas pelas tropas nazistas contra os judeus durante a invasão e ocupação da URSS. Os judeus húngaros e poloneses prisioneiros na URSS (geralmente na Sibéria ou na Ásia Central) com seus compatriotas, para os quais o “Comitê Judeu” soviético, assim como personalidades internacionais, pediram a liberdade, continuaram presos até serem repatriados nos anos seguintes, em virtude de acordos realizados por seus países com a URSS.²⁸¹ Nos seus países de origem os aguardava a hostilidade, oficial e até popular, a mesma que recebeu os sobreviventes do Holocausto na Ucrânia e na Polônia, onde houve verdadeiros *pogroms* no imediato pós-guerra; só uma parte menor de seus bens, e nenhuma de suas propriedades, lhes foi restituída.

A maioria desses judeus da Europa oriental (os que de fato puderam) acabou migrando para a Palestina (a partir da segunda metade de 1948, para Israel), parte deles veio a constituir a ossatura administrativa (e militar) no novo Estado sionista, inicialmente no segundo escalão (mas sempre acima dos judeus de origem oriental ou africana). A burocracia do Kremlin e seus aliados do Leste europeu, que apoiaram a criação do Estado de Israel (a Checoslováquia lhe forneceu armamento e aviões capturados das tropas nazistas em retirada, com os quais o exército sionista fez a guerra de 1948-1949 contra os países árabes, dita “guerra de independência”) carrega reponsabilidade pesada pelo drama palestino, que depois explorou demagogicamente contra as potências imperialistas no contexto da “guerra fria”.

A principal questão que enfrentou os aliados na Europa, definindo a posterior “guerra fria”, foi a questão alemã. Em junho de 1948, a URSS bloqueou o acesso aos setores de Berlim controlados pelos EUA, a França e a Inglaterra. Antes disso, a URSS tinha proposto que as grandes empresas do país se transformassem em propriedade *internacional* pública (literalmente, um condomínio econômico dos vencedores da guerra). Os franceses pretendiam separar a região mineira e industrial do Rühr do restante da Alemanha, mas a região estava sob o controle da Inglaterra. Nos sindicatos regionais crescia a influência do Partido Comunista. O governo (trabalhista) inglês propôs um sistema de propriedade estatal sob o controle do *Länd* (a autoridade regional). A fome levava os trabalhadores a verdadeiras “greves selvagens” isoladas e sem coordenação, enquanto o carvão do Rühr era vendido à França por 15 *Reichsmark* (RM) a tonelada (o preço internacional

²⁷⁹ Moshé Lewin. *O Século Soviético*. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 166. A coisa toda culminou no episódio do “complô dos médicos”, todos judeus, em 1952-53, última tentativa de Staln, no final de sua vida, de organizar um expurgo em grande escala na URSS, com um alvo claramente racista.

²⁸⁰ Joshua Rubinstein e V. P. Naumov. *Stalin's Secret Pogrom: the Postwar Inquisition of the Jewish Anti-Fascist Committee*. New Haven, Yale University Press, 2001.

²⁸¹ Antonella Salomoni. *L'Unione Sovietica e la Shoah*. Bolonha, Il Mulino, 2007.

era de 30 RM): era, como notou Maurizio Donato, a reparação solicitada pelos franceses (que lhes foi negada), mas não de forma oficial, e baseada na fome e superexploração dos trabalhadores alemães.



Inverno de 1947 na Alemanha destruída e exaurida: os manifestantes pedem comida (*brot*) e aquecimento (*kohle*)

O nó górdio foi quebrado pelos EUA (originando a reação soviética). Sob pretexto de combate à inflação (galopante) eles definiram e impuseram uma nova moeda, o *Deutsche Mark* (DM), impresso nos EUA e concentrado na base americana de Kassel. Em 20 de junho de 1948 entrou em vigor a reforma do sistema monetário alemão. Entre os arquitetos da reforma monetária estava Ludwig Erhard, diretor de economia das três regiões de ocupação ocidental e futuro chanceler federal alemão. Erhard discursou no rádio, a 21 de junho de 1948: "Após as tensões dos últimos dias, a normalidade cotidiana voltou a reinar entre nós. O povo alemão foi hoje em paz ao trabalho, e eu acredito que poucos não o fizeram com um sentimento de libertação que os tornou conscientes do quão fundo chegamos ao abismo". O abismo era o da população alemã desde o final da guerra: uma quantidade enorme de dinheiro, para a qual havia poucas mercadorias disponíveis. Viajar centenas de quilômetros atrás de um saco de batatas ou atacar trens para roubar carvão fazia parte do cotidiano do pós-guerra tanto quanto o mercado negro.

Os franceses foram avisados na última hora da reforma monetária, os soviéticos nem isso. Dos alemães, o democristiano Konrad Adenauer (futuro chanceler) e o banqueiro Hermann Abs eram os únicos ao corrente. 40 DM (dez dólares) por cada 60 RM, salários (congelados) e preços foram mantidos iguais, no início: foi, segundo o parlamentar britânico Aidan Crawley, "*one of the harchest acts of confiscation imposed on a people by their conquerors*". Os preços foram depois liberados, e em poucas semanas (inflação mediante) as poupanças de milhões de pequenos poupadores viraram pó, como acontecera na hiperinflação de 1923 (contra cujo fantasma boa parte da "classe média" alemã apoiara Hitler). Em julho, o general Clay (EUA) declarou em nota oficial que a "ajuda Marshall" à Alemanha dependia de que os alemães "deixassem de exigir a propriedade social dos meios de produção" (sic).



Europa libertada?

A socialdemocracia (SPD) dirigida por Schoemacher, aceitou a condição. As greves recomeçaram, até concluir numa greve geral (batizada de *Arbeitsruhe*, suspensão do trabalho, em vez de *Generalstreiche*) de 12 de novembro de 1948,²⁸² que atingiu os setores norte-americano e inglês da Alemanha (a central sindical da zona francesa furou o movimento). Controle militar, repressão, colaboração socialdemocrata (e stalinista, no Leste) deram conta da greve e do movimento operário alemão por um longo período,²⁸³ derrota da qual resultou a divisão do país em uma zona capitalista a Oeste, e um enclave militar do Kremlin (batizado de RDA, República Democrática da Alemanha) a Leste.

²⁸² Maurizio Donato. '48- Il marco americano. *La Contraddizione* nº 149, Roma, dezembro 2014.

²⁸³ A primeira tentativa de uma nova greve geral alemã só aconteceu em junho de 1996, quase sete anos depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, e quase cinquenta anos depois da greve de 1948.

15. DA ECONOMIA BÉLICA À “NOVA ORDEM ECONÔMICA”

A intervenção norte-americana na Segunda Guerra Mundial foi, como vimos, gradual: sendo o país economicamente mais poderoso, interessou-se pelo enfraquecimento das forças em combate na Europa para entrar em combate “para valer” só no final da guerra, como já fizera guerra precedente, quando os EUA ficaram de fato com os espólios dos demais países. O fato da Segunda Guerra Mundial ter sido a única solução possível para a crise econômica marca uma diferença importante em relação à Primeira Guerra, na qual a questão principal era a redistribuição do mundo entre as potências imperialistas e não, para todos os protagonistas, a anexação à máquina capitalista enguiçada, de um motor artificial (a economia armamentista e, posteriormente, a economia de guerra) que seria doravante peça essencial para o funcionamento da economia capitalista mundial.²⁸⁴ No final da guerra, os EUA foram vítimas de uma miragem-illusão, pois detinham a maioria dos investimentos externos mundiais, da produção manufaturada e das exportações; eles produziam a metade do carvão mundial, 2/3 do petróleo e mais da metade da eletricidade. E, sobretudo, detinham mais de 60% das reservas mundiais de ouro (com valor de US\$ 26 bilhões, para um total estimado em US\$ 40 bilhões) e a bomba atômica (“exclusividade” que foi quebrada pela URSS em 1948). Os EUA estavam em posição de ganhar mais do que qualquer outro país com a liberação do comércio mundial. Como disse William Clayton, Secretário de Estado dos EUA para Assuntos Econômicos: "Precisamos de mercados - grandes mercados - por todo o mundo, onde poderemos comprar e vender".



Houve previsões de que a paz traria de volta a depressão e o desemprego devido ao fim da produção bélica e ao retorno dos soldados ao mercado de trabalho, sem falar no “aumento da inquietude trabalhista” (lutas operárias). Os EUA queriam uma “ordem econômica mundial” na qual pudessem penetrar em mercados previamente fechados e abrir novas oportunidades para investimentos estrangeiros para suas empresas. Joseph Schumpeter, economista austriaco exilado estabelecido nos EUA,²⁸⁵ pensava que as políticas “anti-capitalistas” (anti-liberais, na verdade) cresceriam no período pós-bélico, que a maioria dos “intelectuais” se oporia ao ressurgimento do capitalismo no pós-guerra. Diante da possível falência econômica do capital, a política “anticapitalista” consistiria na continuidade dos controles de preços e salários que caracterizara a economia bélica, e até da política tributária pré-bélica, que visara uma tímida redistribuição da renda. O capitalismo pós-bélico seria, para Schumpeter, um “capitalismo em uma câmara de oxigênio” sustentado na despesa pública “como recurso permanente para regular o pulso da vida

²⁸⁴ Michael Kidron. *El Capitalismo Occidental de Postguerra*. Madri, Guadarrama, 1971.

²⁸⁵ Durante a República de Weimar, na Alemanha, Schumpeter havia participado de uma “Comissão de Socialização da Economia”, junto a Karl Kautsky, Rudolf Hilferding, e outros economistas socialistas.

econômica”. O sistema não conseguiria funcionar, ao ponto que seria “perfeitamente natural - uma necessidade prática - que fosse incrementada a administração estatal” ao ponto de se chegar ao socialismo.

Os governos capitalistas agiram com rapidez contra essa possibilidade. O delineamento de uma “nova ordem econômica mundial” precedeu, durante a guerra, o estabelecimento da ordem política internacional, realizado na Conferência de San Francisco (1945) que deu origem às Nações Unidas. A conferência de Bretton Woods estabeleceu, em julho de 1944, regras para as relações comerciais e financeiras entre os países capitalistas (e pretendia estabelecê-las, também, para a URSS). O presidente da conferência foi o norte-americano Henry Morgenthau, autor de um célebre projeto de “ruralização” da Alemanha. A confiança do Reino Unido e dos EUA em sua vitória na Segunda Guerra Mundial era completa. A conferência estabeleceu uma ordem monetária internacional “totalmente negociada”, “negociação”, no entanto, realizada sob a presença implícita na sala de exércitos ainda em pé de guerra.

Para reconstruir as relações econômicas mundiais enquanto a guerra ainda grassava, 730 delegados de 44 nações se encontraram em New Hampshire para a conferência monetária e financeira das (ainda formalmente inexistentes) Nações Unidas (oficialmente, no entanto, a conferência foi chamada de *United Nations Monetary and Financial Conference*.²⁸⁶ Os delegados deliberaram e assinaram o Acordo de Bretton Woods (*Bretton Woods Agreement*), definindo um sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica internacional, criando o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (*International Bank for Reconstruction and Development*, ou BIRD) (mais tarde dividido entre o Banco Mundial e o "Banco para investimentos internacionais") e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas organizações começaram a funcionar em 1946, depois que um número suficiente de países ratificou o acordo. No mesmo ano, 23 países, denominados “fundadores”, iniciaram negociações tarifárias, o que resultou em 45.000 concessões comerciais e alfandegárias. A “Organização Internacional do Comércio” planejada, no entanto, não saiu do papel, e foi substituída em 1947 pelo GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*, Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio).²⁸⁷

²⁸⁶ A lista de países representados em Bretton Woods incluía: África do Sul, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Checoslováquia, Dinamarca, Equador, El Salvador, Egito, Estados Unidos, Etiópia, Filipinas, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Honduras, Índia, Irã, Iraque, Iugoslávia, Libéria, Luxemburgo, México, Nicarágua, Nova Zelândia, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Reino Unido, República Dominicana, União Soviética, Uruguai e Venezuela. Apenas dois países, EUA e Inglaterra, tinham condições de influir nas decisões do encontro, sendo que o primeiro estava numa posição muito superior, pois a guerra fora travada fora do seu território.

²⁸⁷ Em dezembro de 1945, os EUA tinham convidado seus aliados a iniciar negociações para criar um acordo multilateral para redução recíproca das tarifas de comércio, tentando criar uma “Organização Internacional do Comércio” (ITO - *International Trade Organization*). Houve um Comitê Preparatório de fevereiro de 1946 até novembro de 1947. O projeto de criação da OIC era ambicioso, pois, além de estabelecer disciplinas para o comércio de bens, continha normas sobre emprego, práticas comerciais restritivas, investimentos estrangeiros e serviços. Significava um plano de “disciplinamento do mundo” aos interesses econômicos das potências dominantes (que não conseguiu, no entanto, superar as contradições entre e dentro delas). Em 1948 as negociações da Carta da OIC não foram completadas. A Carta não entrou em vigor, pois o Congresso norte-americano nunca a aprovou. Em outubro de 1947 um acordo foi alcançado pelo GATT; 23 países assinaram o “Protocolo de Provisão de Aplicação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio” com o objetivo de evitar uma onda protecionista: diversos países haviam tomado medidas para proteger os produtos nacionais e evitar a entrada de produtos de outros países, com altos impostos para importação. O GATT, instituição provisória, foi o único instrumento multilateral a tratar do comércio internacional de 1948 até o estabelecimento, em 1995, da OMC.

As principais disposições do “sistema Bretton Woods” foram: a obrigação de cada país adotar uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor indexado ao dólar - em torno de 1% - cujo valor, por sua vez, estaria ligado ao ouro numa base fixa de 35 dólares por onça *troy*, unidade de peso equivalente a 31 gramas (estabelecendo taxas de câmbio fixas,²⁸⁸ com o objetivo da estabilidade cambial) e a provisão pelo FMI de financiamento para dificuldades temporárias de pagamento.²⁸⁹ As bases políticas do sistema foram dadas pela concentração de poder em um pequeno número de Estados capitalistas, e a presença de uma potência dominante capaz de assumir a hegemonia (os EUA).

Os representantes dos EUA propuseram a criação de um “Fundo de Estabilização” (que, finalmente, seria o FMI), que deveria oferecer recursos para os países, garantindo a reconstrução. Keynes defendeu a criação do *Clearing Union*, um Banco Central internacional, que seria o responsável pela emissão de moedas que serviriam como referência internacional. Keynes buscava também mitigar a hegemonia dos EUA. Bretton Woods oficializou o duplo papel do dólar no cenário internacional, a atuação como reserva monetária e a função de moeda de crédito. E, apesar do “domínio intelectual” de Keynes sobre a conferência, ela representou uma completa vitória política dos EUA.²⁹⁰ A proposta norte americana vinha reforçada com os estatutos do BIRD, depois Banco Mundial, elaborados um mês antes. Privilegiava a estabilidade das taxas de câmbio e o levantamento de restrições ao comércio internacional, de modo a favorecer seus investimentos no estrangeiro.

O arranjo estabelecido em Bretton Woods refletiu a ascensão dos EUA como potência hegemônica, e o declínio da Inglaterra. Ao final da guerra os EUA foram os grandes vitoriosos não apenas no plano militar, mas principalmente no econômico. Os países do Eixo - Alemanha, Itália e Japão - foram derrotados militarmente e terminaram com suas economias arrasadas; os principais países aliados, Inglaterra e França, embora vitoriosos, tiveram como saldo de guerra além dos danos humanos e materiais, forte perda de reservas e endividamento junto aos EUA, decorrentes das compras de armamentos e provisões de guerra. Abria-se uma etapa em que os EUA, no papel de potência hegemônica no mundo ocidental, cumpririam, simultaneamente, o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e a função de “emprestador de última instância” ou “prestamista internacional”, através da atuação de seu banco central, o Federal Reserve, FED, com importante papel como regulador da liquidez internacional do sistema.

²⁸⁸ Ao fixarem um determinado valor em ouro para a sua moeda, os países simultaneamente fixavam uma determinada taxa de câmbio em relação ao dólar americano. Como duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si, estava encontrado um sistema de fixação das taxas de câmbio das moedas nacionais em relação às outras. Era nisso que consistia o regime de taxas de câmbio fixas. O FMI deveria decidir dentro de 72 horas a aprovação ou não na mudança no câmbio de um país filiado. Caso o FMI não aprovasse, a insistência na variação no câmbio poderia acarretar a sua expulsão.

²⁸⁹ Keynes idealizara um fundo com amplos recursos e poderes. O que os norte-americanos acabaram fazendo foi bem diferente. Destruíram a ideia de saques automáticos, concordaram com recursos muito modestos, criaram uma série de exigências para saques e empréstimos e deram ao diretor-executivo de seu próprio país direito de veto. Em 22 de julho de 1944, as principais nações do mundo saíram de Bretton Woods com um sistema dólar-ouro. O dólar seria livremente aceito com o compromisso de ser trocado por uma paridade fixa com o ouro. Os bancos centrais dos países se comprometiam a comprar dólares caso a paridade estabelecida fosse ameaçada. O dólar substituiu o ouro e tornava-se a verdadeira moeda mundial.

²⁹⁰ Keynes se opôs a que as sedes do BIRD e do FMI ficassem em Washington. Ele as queria "a uma distância segura da política do Congresso [dos EUA] e dos cochichos nacionalistas das embaixadas". Sugeriu que as instituições fossem sediadas fora dos EUA ou, pelo menos, em Nova York. Mas as duas ficaram a menos de três quadras da Casa Branca. Atualmente, 177 países, praticamente todos os da ONU (que são 192), estão filiados ao BIRD e ao FMI.

Exemplo claro foi o empréstimo feito pelos EUA à Inglaterra em dezembro de 1945, US\$ 3,75 bilhões, reembolsáveis em cinquenta anos à taxa de juros anual de 2%. Esta operação destinou-se a dar cobertura ao Banco Central inglês, que, exaurido pelo dispêndio militar, teve um crescimento dramático em seu estoque de ativos financeiros estrangeiros em libras esterlinas, que ao longo da guerra passou de 600 milhões para 3,6 bilhões. A Inglaterra não poderia fazer frente a uma conversão desses títulos em libras, moeda forte ou ouro, e portanto não poderia garantir a conversibilidade de sua moeda: não lhe restava alternativa senão recorrer ao crédito norte-americano e ceder às suas exigências.



Harry D. White (EUA) e John M. Keynes (Inglaterra) em Bretton Woods

Para John Maynard Keynes, a conferência de Bretton Woods deveria terminar com a "era da mendicância", ou seja, a sucessão de guerras comerciais, protecionismo, desemprego, hiperinflações e miséria nas décadas de 1920 e de 1930. Na plateia estavam os futuros ministros dos governos militares brasileiros Roberto Campos e Octavio Gouvêa de Bulhões, o economista Eugenio Gudín e o ministro da Fazenda de Getúlio Vargas, Artur de Souza Costa. O Brasil foi signatário do acordo. A União Soviética também assinou o acordo, mas jamais o ratificou. Do esboço de Keynes saíram várias ideias básicas: sepultar o ouro como garantia necessária do comércio internacional, a "reliquia bárbara", como chamava o economista inglês ao padrão-ouro.

O raciocínio era que ao só emitirem suas moedas em função da quantidade de ouro que possuíam em seus bancos centrais, países diante de um déficit em sua balança comercial apenas podiam corrigir seus desequilíbrios por meio de um freio nas importações. Ao perder reservas, os governos encolhiam na mesma proporção a quantidade de moeda em circulação, ou desvalorizavam unilateralmente suas moedas, criando recessão e desemprego. Keynes previa uma instituição internacional para regular o fluxo econômico mundial, um fundo com moeda própria, composto por divisas dos países membros, para socorrer países que tivessem problemas em seus balanços de pagamentos. Seriam permitidos saques nas reservas do fundo para países que apresentassem desequilíbrios. Mas, ao se submeterem à tutela de um organismo internacional, as nações integrantes do acordo se comprometeriam a obter aprovação para mudar o valor de sua moeda, ou seja, a manter suas taxas de câmbio fixas.

O fundamental do "sistema" era o papel central do dólar como moeda pivô. De 1944 até o início da década de 1950, a escassez de dólares manifestou-se em superávits nas contas correntes dos EUA e na demanda internacional de dólares para constituir reservas (nem cabia cogitar na

convertibilidade em ouro das moedas dos outros países industrializados). As taxas de câmbio eram fixas, mas com mecanismos de flexibilidade e ajustamento, para permitir aos governos corrigir problemas no balanço de pagamentos, por meio dessa taxa, em vez de controles de importação ou deflação doméstica. O FMI foi criado para a operação do sistema, supostamente “para suprir instrumentos de crédito destinados a aliviar dificuldades temporárias no balanço de pagamentos e problemas decorrentes de endividamento externo”. Os créditos provinham das cotas de cada um dos países membros. O Banco Mundial tinha o papel de fornecer financiamento para a reconstrução da Europa destruída pela guerra, e depois para os “países em desenvolvimento”, outorgando-lhes financiamentos de longo prazo para projetos de investimento e programas de desenvolvimento.

Evocou-se até a possibilidade de um papel-moeda mundial, “moeda dos bancos centrais”, que não pudesse ser atingida pelos ataques inflacionistas nacionais, regulada por um conselho mundial de governadores dos bancos centrais (ou de ministros das Finanças), que aplicariam uma disciplina estrita: sua emissão dependeria exclusivamente das necessidades do comércio mundial, e não das necessidades próprias de qualquer país. Seria “boa como ouro”, sendo emitida em quantidades limitadas e medidas, o que resolveria o problema da penúria da liquidez internacional. A proposta neste sentido foi feita por Keynes em 1943; ele chegou a propor um nome para essa moeda, *bancor*. A proposta chocou com dificuldades intransponíveis. Não era verdade que tal sistema estivesse ao abrigo da inflação das diversas moedas “nacionais”: se a balança de pagamentos de um país fosse deficitária, e se recusasse a deflação para evitar a crise, acabaria por desfazer-se de todo seu ouro, se não obtivesse uma quantidade suplementar de “moeda de reserva mundial”. Assim, a inflação universal expulsaria o ouro das reservas de troca, compostas, cada vez mais, exclusivamente por “moeda mundial”. A quantidade emitida, por sua vez, deveria aumentar em proporção maior que as trocas mundiais, sob pena de condenar os países centrais do comércio mundial à deflação: a inflação das moedas nacionais acabaria por se repercutir sobre a “moeda mundial”. Tal moeda, gerida por um “conselho mundial”, como um ente de peritos “independentes” de todos os governos e potências, seria uma ficção (e uma solidariedade total entre as potências imperialistas seria uma quimera).

Em vez disso, passou-se para o sistema do *Gold Exchange Standard*: os ajustes automáticos da massa monetária às reservas de ouro e, portanto, a flutuação automática do poder de compra global, eram suprimidos. No novo sistema, a reserva de troca de qualquer banco central já não era constituída unicamente por ouro e por algumas divisas privilegiadas (principalmente o dólar e a libra esterlina). Um mecanismo, garantido pelo FMI, fez com que, quando as reservas de ouro de um país diminuíssem, pudessem ser compensadas, quer pelas “moedas de reserva” (dólar e libra esterlina), quer por créditos internacionais, ou ainda por uma combinação de ambos. No regime do *Gold Exchange Standard*, o preço do ouro representava o valor do dólar fixado pelo *Federal Reserve* dos EUA em relação ao ouro. A proposta de Keynes, como vimos, era a criação do *International Clearing Union* (ICU), composta pelos bancos centrais dos países representados que ficariam com o compromisso de registrar e compensar todos os pagamentos internacionais a partir do *bancor*. O ICU funcionaria como um banco central supranacional podendo conceder crédito aos países associados que estivessem em dificuldades no seu balanço de pagamentos. Seria permitido aos países adotar restrições cambiais e comerciais sempre que necessário para tornar compatível o pleno emprego com o equilíbrio nas contas externas. Keynes considerava importante o controle dos fluxos de capitais de curto prazo.²⁹¹

²⁹¹ Keynes morreu pouco mais de um ano depois da conferência de Bretton Woods. Sua influência na determinação da ordem econômica de pós-guerra pertence mais ao domínio da lenda (nessa ordem, os interesses

A proposta norte-americana, de Harry White,²⁹² mantinha o ouro como meio de pagamento internacional, mas apenas o dólar teria seu valor diretamente fixado em ouro.²⁹³ E, ao invés do ICU, foi criado o FMI, mais limitado. Mas, nos círculos da grande finança de Wall Street, tanto a criação do FMI quanto o controle dos fluxos de capitais foram considerados um passo atrás na busca de uma ordem liberal como nos tempos do padrão-ouro. A ideia de que os EUA bancariam uma instituição internacional disputando o monopólio dos bancos no mercado internacional de crédito foi criticada pelos grandes banqueiros de Nova York, que abominavam a ideia de ter que dividir seu poder sobre o crédito internacional: o FMI, diziam, poderia incentivar a irresponsabilidade fiscal na medida em que os países em dificuldades no seu balanço de pagamentos teriam direito a obter crédito oficial do novo organismo. A associação dos banqueiros norte-americanos declarou que “um sistema de cotas em uma associação que dá aos devedores a impressão de que terão sempre direitos a créditos até um determinado montante não é digno de confiança em princípio, e gera esperanças que não poderão ser concretizadas”.

Os *Articles of Agreement* que deram vida ao FMI entraram em vigor em 27 de dezembro de 1945, cinco meses depois do fim da guerra, quando se verificou a ratificação e assinatura deles por 29 países, correspondentes à subscrição de 80% do valor das quotas originalmente fixadas como "capital social" inicial. Em março do ano seguinte foi realizada a primeira reunião do *Board of Governors*. Em 1º de março de 1947, o Fundo começou as suas operações, tendo o primeiro empréstimo sido concedido à França. O sistema estabelecido em Bretton Woods era, segundo a “nova ortodoxia” (keynesiana) destinado a eliminar da seguinte maneira os problemas de balanço de pagamentos: se o país acusasse déficit teria que decidir (em consulta com o FMI) se o mesmo era temporário ou "fundamental". Se temporário, podia tomar empréstimo de reservas (divisas estrangeiras) ao FMI para financiar suas importações líquidas até que o déficit fosse eliminado, em outras palavras, tomar de empréstimo reservas com as quais teria meios para estabilizar a

do imperialismo norte-americano se imporiam, com poucas ideias e muitas armas, e com as necessidades decorrentes da luta de classes mundial e do enfrentamento com a URSS). O papel de Keynes foi simbólico, isto sim, da última participação, com algum peso próprio, do Império Britânico nos *affaires* políticos mundiais. Durante a guerra, Keynes tinha sido feito nobre (em 1942) e, em 1944, o governo britânico expediu seu *White Paper on Employment Policy*, com o que concedia ao “keynesianismo” o caráter de doutrina oficial do país. Cinquenta anos depois de Bretton Woods, José Roberto Campos, membro da delegação brasileira, lembrou que, incluindo os delegados e o pessoal de apoio, estavam no *Grand Hotel* pouco mais de 300 homens. Na época não havia mulheres diplomatas ou economistas. E os casados não podiam levar suas mulheres: “O pessoal dizia que essa era a principal estratégia do presidente da conferência, Henry Morgenthau”. Campos lembrou que, nos corredores do hotel, dizia-se: “Esse judeu sabe que 300 homens juntos, depois de 20 dias sem mulher, vão assinar qualquer coisa”. Houve uma única exceção. Lord Keynes foi autorizado a levar sua mulher, a dançarina Lídia Lokopova, “uma loirinha miudinha e saltitante”, lembrou Campos: “Foi uma curiosa exceção. Como comentavam os participantes da conferência, a exigência de castidade não foi descumprida. Keynes era conhecido homossexual”. Esse tipo de observação parece ter sido a principal contribuição da delegação brasileira ao mitificado encontro de Bretton Woods.

²⁹² Harry Dexter White era assessor técnico do departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Depois de Bretton Woods, foi taxado de comunista e perseguido pelo Comitê de Atividades Antiamericanas do senador Joseph Mc Carthy; tendo como um dos seus “inquisidores” o então senador republicano, Richard Nixon.

²⁹³ Além de garantir a supremacia política dos EUA nas relações econômicas internacionais, a proposta arrematava uma tendência secular. Segundo Triffin: “O século que se encerrou com a Primeira Guerra Mundial assistiu à substituição gradativa da moeda-mercadoria internacional (ouro e prata) pelas moedas fiduciárias nacionais, que circulavam apenas dentro das fronteiras de cada país. Esse processo chegou ao seu final na década de 1920, e em princípios da década de 1930, com o desaparecimento universal do ouro da circulação monetária ativa, e mesmo das reservas de caixa dos bancos comerciais e de depósito”. A configuração geral deste padrão foi instituída, oficialmente, na Conferência de Gênova, em 1922. A proibição da posse de ouro monetário pelos particulares ocorreu em 1933, nos EUA.

taxa cambial de sua moeda, comprando-a ela própria a fim de erradicar-lhe a oferta excessiva no mercado de divisas estrangeiras. Se o déficit fosse considerado "fundamental", o FMI autorizaria o país a deixar que caísse sua taxa cambial (isto é, que desvalorizasse a moeda) a fim de eliminar o déficit.

A ideologia dominante era menos o liberalismo do que o “anti-protecionismo”, contra a proliferação de controles e barreiras de comércio típica da década de 1930, quando os controles das trocas minaram o sistema internacional de pagamentos, o que supostamente tinha provocado a “grande depressão”. A política de *beggar-thy-neighbor* ("empobrece teu vizinho"), com os governos usando tarifas alfandegárias para aumentar a sua competitividade e reduzir os déficits do balanço de pagamentos, e as desvalorizações competitivas, tinham resultado em deflação, diminuição da produção, desemprego em massa e declínio generalizado do comércio mundial, que ficou restrito a blocos monetários (grupos de nações que empregavam uma moeda equivalente, como o bloco da libra esterlina), limitando o fluxo internacional de capitais e os investimentos estrangeiros. A consequência da crise de 1929 (o acirramento da concorrência internacional) era apresentada como sendo a sua própria causa. A ideologia dos “planejadores de Bretton Woods”, o “liberalismo controlado”, era na verdade a expressão ideológica da saída da crise, possibilitada pela guerra mundial, e da superação dos principais conflitos interimperialistas, pela derrota bélica do Eixo. O conceito de “segurança econômica”, com um “sistema econômico liberal internacional” como garantia de paz, tinha sido desenvolvido por Cordell Hull, Secretário de Estado dos EUA de 1933 a 1944.²⁹⁴



Secretário de Estado Cordell Hull, o *hot warrior*

Para Harry White, representante do Tesouro dos EUA em Bretton Woods: “A falta de um alto grau de colaboração econômica entre as nações industrializadas resultará, inevitavelmente, em guerra econômica que será o prelúdio e instigador de guerra militar em uma escala ainda maior”. Os Estados capitalistas concordaram em cooperar para regular o sistema econômico internacional, com tarifas baixas e encorajando a redução de barreiras ao comércio e ao fluxo de capitais. A

²⁹⁴ Cordell Hull argumentava que a causa fundamental das duas guerras mundiais estava nas guerras comerciais (os acordos bilaterais de controle de comércio e trocas da Alemanha e o sistema de preferência imperial praticado pela Inglaterra com os membros ou antigos membros do Império Britânico): “Comércio sem obstáculos significa paz; altas tarifas, barreiras comerciais e competição econômica injusta, guerra. Se conseguíssemos tornar o comércio mais livre, (com) menos discriminações e obstruções, de tal modo que um país não ficaria mortalmente invejoso de outro e os padrões de vida de todos os países pudessem crescer, eliminando com isso a insatisfação econômica que alimenta a guerra, teríamos uma chance razoável de paz durável”.

concentração de poder nos EUA “facilitou” (seria melhor dizer forçou) o acordo entre os Estados presentes.

A Segunda Guerra Mundial fora, em definitiva, o método capitalista para encontrar uma saída à depressão econômica mundial da década de 1930, originada na crise de 1929, em termos capitalistas: a destruição das forças produtivas, do potencial produtivo da humanidade. A ordem de pós-guerra, como vimos acima, começou a ser delineada pela “Carta do Atlântico”, esboçada em agosto de 1941 em encontro do presidente norte-americano Roosevelt com o primeiro-ministro britânico Winston Churchill, com vistas a “estabelecer um amplo e permanente sistema de segurança geral”. A guerra, porém, concluiu com explosões sociais revolucionárias em vários países, e com o literal afundamento do capitalismo em territórios (Leste europeu, Balcãs, China) que abrigavam mais de um quinto da população mundial, o que aconteceu no breve lapso de quatro anos (final de 1945 – final de 1949). No carro-chefe da economia mundial capitalista, os EUA, somente após 1942, com a entrada na Segunda Guerra Mundial, o país conseguiu sair de fato da depressão econômica da década de 1930. Através da economia de guerra, toda a capacidade produtiva foi posta em funcionamento.

Os EUA emergiram da Segunda Guerra Mundial como a mais forte economia capitalista do mundo, com rápido crescimento industrial, forte acumulação de capital e alto grau de monopolização da economia. Já no final da Primeira Guerra Mundial, os EUA haviam se tornado o maior credor do mundo e, ao final da década de 1920, o país respondia por mais de 42% da produção industrial global (França, Inglaterra e Alemanha juntas detinham 28%). Condições necessárias para a ulterior supremacia internacional do dólar já existiam: a acumulação nos EUA de uma parte considerável da reserva mundial de ouro, e a unificação da moeda nacional, emitida por uma só autoridade com poder para atuar como “garante de última instância”.²⁹⁵ Depois da crise de 1929, no entanto, a única época em que nos EUA houve emprego e “prosperidade econômica” real foi durante a Segunda Guerra Mundial, pois o socorro do *New Deal* à indústria fora só emergencial; e em 1939 existiam ainda 9,5 milhões de desempregados nos EUA, ou 17,2% da população economicamente ativa. Na guerra, por outro lado, os EUA não sofreram destruições em seu território, e enriqueceram vendendo armas e emprestando dinheiro aos países aliados; a produção industrial dos EUA em 1945 era mais do que o dobro da produção anual da década precedente.

A guerra mundial obrigou à criação de novas áreas de produção, que exigiram a construção de centenas de novas fábricas, financiadas pelo governo, e vendidas ao final do conflito aos gigantes industriais a preços nominais. Para dirigir o Departamento de Produção de Guerra (*War Production Board*), sucessor do Escritório de Direção da Produção (*Office of Production Management*) comandado por William Knudsen, ex presidente da General Motors, Roosevelt nomeou Donald M. Nelson, ex-executivo da *Sears Roebuck*. O general Brehon Somervell, chefe

²⁹⁵ Os EUA tinham 15% das reservas mundiais de ouro em 1899. A “fuga de ouro” foi contida com a *Gold Standard Act* de 1900, que pôs fim ao bimetalismo (o dólar era cotado em ouro e prata), ajustou o dólar com firmeza ao padrão-ouro e obrigou os bancos privados a terem um respaldo nesse metal para a emissão de notas. A quantidade de ouro nas mãos do público triplicou entre 1899 e 1910, como também a do Tesouro. O montante de ouro da reserva mundial correspondente aos EUA passou de 15% a 30%, ao mesmo tempo em que muitos outros países (Áustria-Hungria, Rússia, Japão) adotaram também o padrão-ouro. A participação do ouro em funções monetárias na circulação interna foi gradualmente abolida depois da Primeira Guerra Mundial, proibindo-se, inclusive, o entesouramento privado de ouro monetário, função que se tornou monopólio dos bancos centrais. No padrão ouro-câmbio o ouro foi complementado pelo padrão monetário do país líder como reserva internacional dos demais países, realizando juntamente com o ouro a função de liquidação de saldos internacionais.

dos Serviços de Fornecimento para as forças armadas (*Services of Supply*) representava os interesses do mundo financeiro e empresarial: o poder real estava em suas mãos. Durante os anos de guerra, com mais e mais poder e dinheiro, os militares, alguns deles oriundos de grandes corporações, e comissionados durante o conflito, progressivamente passaram a decidir sobre todas as facetas da vida americana. Paulatinamente formou-se um consórcio entre militares e indústria, que passou a utilizar-se dos meios de propaganda de massa para alimentar seus interesses mútuos.

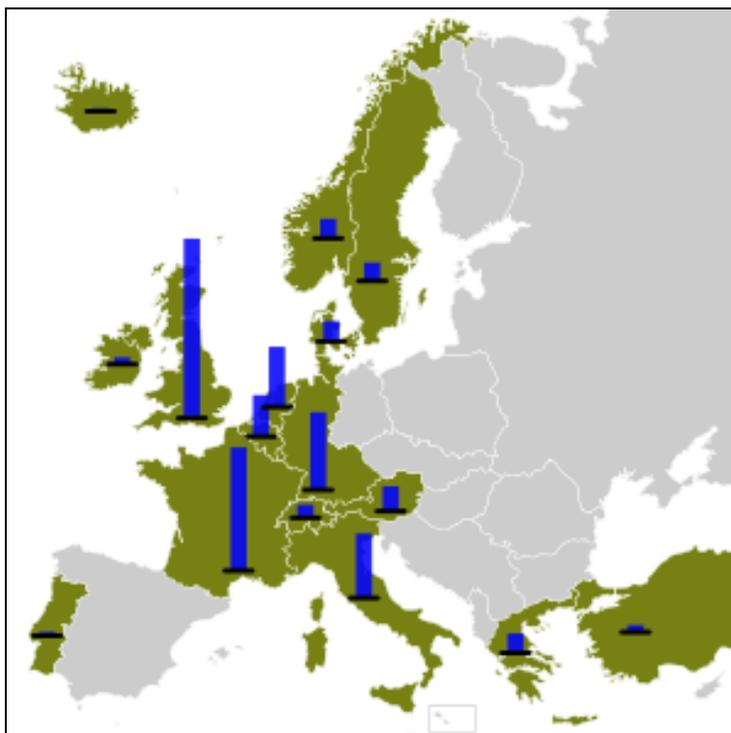
No final de 1943 eram produzidos materiais de guerra em quantidade excedente, de tal sorte que se projetou uma redução de produção da ordem de US\$ 1 bilhão por mês ao longo de 1944. De julho de 1940 até agosto de 1945, fábricas e estaleiros norte-americanos produziram quase 300.000 aviões, 86.000 tanques, três milhões de metralhadoras, 71.000 navios, além de aço, petróleo e alumínio. O Estado tinha sido decisivo para a constituição de grandes indústrias na produção de armas em grande escala: os dirigentes dessas empresas não eram “capitalistas típicos”; o Estado era seu cliente exclusivo; fornecia-lhes o essencial do seu financiamento, e uma parte importante do seu trabalho de pesquisa e desenvolvimento técnico. Em 1944, o presidente da *General Electric* propôs uma *economia de guerra permanente*: deveria existir um contínuo relacionamento entre a indústria e os militares, núcleo de uma futura mobilização geral e a garantia de uma produção militar substancial, a qual, presumia, continuaria no mundo de pós-guerra. Cada produtor importante de material de guerra deveria designar um executivo, com patente de coronel da reserva, para funcionar como elemento de ligação com o Pentágono.

Para os industriais norte-americanos, a alternativa seria a preservação do “Estado Militar”, garante de lucros sem precedentes. O programa de cooperação proposto em 1944 seria administrado pelo governo federal, pelo presidente e pelos departamentos de Guerra e Marinha, ficando o Congresso só com a missão de votar os fundos necessários. O papel da indústria seria cooperar na parte que lhe competia. Durante a guerra, o balanço do poder interno dos EUA foi deslocado: em 1939, apenas 10% dos funcionários civis federais, cerca de 80 mil pessoas, trabalhavam para agências de segurança nacional. No final da guerra, a administração federal crescera de 800 mil para cerca de quatro milhões de funcionários, dos quais 75% ocupava-se de atividades ligadas aos militares. No pós-guerra a burocracia militar manteve-se intacta, enquanto as relações com a indústria e o meio financeiro foram preservadas e ampliadas, mesmo com a queda do orçamento de defesa ao final do conflito.

O plano inicial dos EUA após a guerra visava impedir que as nações derrotadas pudessem voltar a confrontar novamente as grandes potências vencedoras. A ideia inicial era desmembrar a Alemanha e transformá-la numa nação agrária. Destino semelhante esperava ao Japão: o plano norte-americano pretendia castigar severamente o povo japonês por sua “aventura militarista”, impedindo que o Japão tirasse qualquer benefício da nova ordem internacional. Mas tudo mudou após o início da guerra fria: a política externa norte-americana assumiu como prioridade o desenvolvimento de seus aliados na Europa e na Ásia, como ficou provado na aprovação do Plano Marshall em 1947,²⁹⁶ na dispensa das reparações de guerra e no cancelamento de parte das

²⁹⁶ Aprovado durante a Conferência de Paris, em 1947, o Plano contou com o apoio dos 16 países presentes ao encontro. No ano seguinte à reunião, foi criada a Organização para a Cooperação Econômica Europeia. Os maiores beneficiados pelos US\$ 13 bilhões (US\$ 140 bilhões, em valores de 1994) liberados pelos EUA foram Inglaterra (24%), França (20%), Alemanha ocidental (11%) e Itália (10%). O socorro financeiro não foi apenas em empréstimos, mas também em equipamentos. A ajuda durou até 1952, mas mesmo depois disso os EUA continuaram a resolver problemas de balanço de pagamentos dos países e problemas de escassez de dólares. O Plano representou 2% do PIB norte americano e não se traduziu em restrições: no primeiro ano do Plano o PIB per capita dos EUA estava 25% acima daquele de 1940, e parte desses fundos de reconstrução serviram para financiar

dívidas. A ideia de uma economia pós-guerra de livre comércio e livre movimentação de capitais mostrou-se, no entanto, inviável.²⁹⁷



Plano Marshall: quantidade total relativa de ajuda por país

A Conferência de Bretton Woods foi a conclusão de dois anos e meio de planejamento da reconstrução do pós-guerra pelos EUA e Inglaterra, buscando um sistema internacional de pagamentos que permitisse que o comércio progredisse sem o medo de desvalorizações monetárias repentinas ou flutuações selvagens das taxas de câmbio. Na ausência de um mercado europeu forte para suas exportações, a economia dos EUA seria incapaz de sustentar a prosperidade que ela alcançara durante a guerra. Além disso, a inflação afetara os salários nos EUA: no final de 1945, já haviam acontecido greves importantes nas indústrias do automóvel, da eletricidade e do aço. O magnata norte-americano Bernard Baruch propunha "eliminar o subsídio ao trabalho e a competição acirrada nos mercados exportadores, bem como prevenir a reconstrução de máquinas de guerra". No final da guerra, os EUA emergiram-se como potência capitalista hegemônica, limitada devido a relação de forças entre as classes de um lado, e pela tendência da guerra interimperialista em se transformar em revolução social, de outro. É diante deste quadro que se estruturou a nova ordem econômica mundial após 1945. Os *Articles of*

e dinamizar as exportações americanas para o mercado europeu. Mostrando que o "super-imperialismo" era impossível, os EUA foram obrigados a financiar, por razões de segurança econômica e política, seus futuros rivais no mercado mundial.

²⁹⁷ Eric J. Hobsbawm resumiu: "A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, sobretudo do lado americano, os governos das duas potências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência e não tentava ampliá-la com uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista. Em troca não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética" (*Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995).

Agreement que deram vida ao FMI entraram em vigor em 27 de dezembro de 1945, quando se verificou a ratificação e assinatura deles por 29 países, correspondentes à subscrição de 80% do valor das quotas originalmente fixadas como sendo o "capital social" inicial. Em março do ano seguinte foi realizada a primeira reunião do *Board of Governors*. Em 1º de março de 1947, o Fundo começou as suas operações, o seu primeiro empréstimo foi concedido à França exaurida.

Os fundos do Fundo eram, porém, insuficientes. O Secretario de Estado dos EUA, James Byrnes,²⁹⁸ declarou em janeiro de 1947 sua preocupação com o crescimento do comunismo na Europa. Em março, o presidente Truman lhe fez eco, declarando a necessidade de ajudar economicamente os Estados europeus. Um conselho de 52 pessoas, supervisionadas pelas autoridades dos EUA, foi posto em pé para discutir e levar adiante a tarefa. Em junho desse ano, O Secretario do Tesouro George Marshall anunciou, na Harvard University, o *European Recovery Program*, ERP, que ficaria conhecido como "Plano Marshall". O "Plano" lançado em julho de 1947 para a "reconstrução da Europa", fez com que, de 1949 a 1953, os EUA transferissem em empréstimos e subvenções ao Velho Continente US\$ 33 bilhões. De 1949 a 1952, do seu lado, as instituições criadas em Bretton Woods enviaram à Europa apenas US\$ 3 bilhões. Um dos problemas do recém criado sistema monetário internacional - na verdade, seu próprio princípio de funcionamento - começava a se tornar claro.



A "generosa" ajuda norte-americana era, na verdade, uma ajuda ao próprio capitalismo dos EUA: "O primeiro, forte, estímulo à integração europeia veio dos próprios EUA, e certamente não por filantropia. As políticas protecionistas e a fragmentação dos mercados constituíam um obstáculo notável para a expansão econômica das empresas dos EUA, que tinham necessidade de mercados necessários para aproveitar as economias de escala derivadas do incremento da produtividade, em consequência das novas tecnologias introduzidas como subproduto da atividade bélica".²⁹⁹

²⁹⁸ James Francis Byrnes (1882-1972) foi um político estadunidense do estado da Carolina do Sul. Durante sua carreira de mais de quarenta anos, Byrnes serviu como membro da Câmara dos Representantes entre 1911 e 1925, senador de 1931 a 1941, juiz da Suprema Corte de 1941 a 1942, Secretário de Estado entre 1945 e 1947 e governador da Carolina do Sul de 1951 a 1955. Ele foi um dos poucos políticos a servir nos três ramos do governo federal. Byrnes era um amigo próximo do presidente Franklin D. Roosevelt e foi um dos homens mais poderosos dos Estados Unidos, tanto internamente quanto internacionalmente, na década de 1940.

²⁹⁹ Maurizio Donato. *Op. Cit.*

Valores do Plano Marshall (1948-1951)

País	1948/49 (US\$ milhões)	1949/50 (US\$ milhões)	1950/51 (US\$ milhões)	Total acumulado (US\$ milhões)
 Áustria	232	166	70	468
 Bélgica e Luxemburgo	195	222	360	777
 Dinamarca	103	87	195	385
 França	1085	691	520	2296
 Alemanha	510	438	500	1448
 Grécia	175	156	45	376
 Islândia	6	22	15	43
 Irlanda	88	45	0	133
 Itália	594	405	205	1204
 Holanda	471	302	355	1128
 Noruega	82	90	200	372
 Portugal	0	0	70	70
 Suécia	39	48	260	347
Suíça	0	0	250	250
 Turquia	28	59	50	137
 Inglaterra	1316	921	1060	3297
Totais	4,924	3,652	4,155	12,731



Plano Marshall: os EUA "unificam" Europa

O Plano Marshall não foi, por outro lado, apenas um plano econômico. Ele se impôs como um fator de pressão político-social, acompanhando não só a “guerra fria”, mas também a remodelação das relações trabalhistas e das relações entre as classes dos dois lados do Atlântico. A AFL-CIO pressionou, nos EUA, para que fundos públicos crescentes fossem consagrados ao Plano e, no plano internacional, rompeu a aliança que, em 1945, tinha-a levado a criar uma central sindical internacional com sindicatos e centrais dirigidas ou influenciadas por partidos comunistas. Onde o partido comunista fosse mais forte, engajou-se na cisão do movimento sindical com vistas à criação de sindicatos e centrais anticomunistas (como no caso da CGT-*Force Ouvrière*, na própria França, cisão da CGT “comunista”). Nos EUA, “as firmas de capital intensivo mostraram o caminho para o acordo entre capital (*business*) e trabalho. Elas recuperaram a *Wagner Act* de 1935 e trabalharam estreitamente com o governo e os sindicatos em agências como a *War Production Board* e a *War Labor Board*, que reconstituíram a *détente* governo-capital-trabalho obtida sob a *War Industries Board*, 25 anos antes. Isso foi concluído em 1945, com a *National-Labor Management Conference*, que assinalou a disposição dos gerentes para acompanhar o governo no reconhecimento do novo status do sindicalismo independente”.³⁰⁰ “Independente”, seria mais correto.



Plano Marshall: imagem de propaganda usando família com seis filhos (fato bastante comum na Europa de pós-guerra)

No esteio da mudança nas relações trabalhistas realizada nos EUA durante a guerra, foi constituído um Comitê de Produtividade Anglo-Americano e uma *Economic Cooperation Agency* (ECA), ao ponto dos anos 1947-1955, o auge da “guerra fria”, terem sido definidos como a “Era do

³⁰⁰ Michael J. Hogan. *The Marshall Plan*. America, Britain, and the reconstruction of Western Europe 1947-1952. Nova York, Cambridge University Press, 1987, p. 15.

Plano Marshall”: “A crescente harmonia de classes dos EUA foi definida como uma função da qualidade da gestão (*management*). Trabalhadores que ocupavam postos de gestão não mais eram definidos como traidores, sindicatos não eram culpabilizados ou acusados de traição se cooperassem na gestão para elevar as vendas ou a produtividade... Não havia uma clara divisão entre trabalhadores e gerentes, na que era chamada de ‘sociedade aberta’. Nesse contexto, o papel dos sindicatos era o de regular a gestão no local de trabalho e não apresentar desafios à patronal... Os valores do Plano Marshall, promovidos através um extenso programa de engenharia social, forneceram o quadro para operar pressões moderadoras (*deradicalising pressures*) no movimento operário (europeu) na década de 1950”.³⁰¹

O objetivo básico do Plano Marshall era a Europa: “Os *American Marshall Planners* trataram de transformar os problemas políticos em problemas técnicos, solucionáveis, diziam, na medida em que a velha maneira europeia de conduzir os negócios e os velhos hábitos de conflitos de classe cedessem seu lugar aos métodos norte-americanos de gerenciamento científico e cooperação corporativa”.³⁰² Anthony Crossland impulsionou uma ala “revisonista” nesse sentido no trabalhismo britânico, o mesmo acontecendo, sob outras formas, na socialdemocracia alemã (SPD) e na francesa (SFIO). A literatura sociológica norte-americana inspirada em Elton Mayo (“Os problemas políticos são ilusões criadas por homens diabólicos. Os verdadeiros problemas sociais são problemas de engenharia”) teve ampla circulação e promoção em escala transatlântica. Se a guerra desarticulou e destruiu a vanguarda operária nos países de capitalismo avançado, o pós-guerra deveria completar a obra, constituindo não só um movimento operário mas um operariado domesticado ao capitalismo.

A “reconstrução da Alemanha” (“milagre” econômico incluído) inseriu-se nesse contexto. Além do Plano Marshall, que teve o país como seu segundo principal beneficiário (depois da França), em 1953 foram concluídas negociações relativas ao débito externo alemão, que comprometia a estabilidade econômica do país. Os 23 bilhões de dólares devidos pela principal potência derrotada na guerra receberam um desconto de 50%, sendo acordado que o restante poderia ser pago ao longo de trinta anos, condições generosas inéditas que visavam transformar a RFA em uma barreira economicamente sólida em tempos de “guerra fria” contra a URSS: a base do “milagre alemão” foi, antes do mais, *política*.

Os acordos de “partilha do mundo” foram impulsionados para impor um limite ao processo de decomposição econômica e política mundial, através da colaboração da liderança vitoriosa do campo capitalista com a burocracia da URSS. Convidado a visitar a União Soviética, o comandante em chefe das tropas dos EUA na Europa (e futuro presidente) Dwight Eisenhower teve por cicerone o próprio marechal Jukov. Em Moscou, depois de um desfile militar na Praça Vermelha, que assistiram em companhia de Stalin, os dois líderes militares trocaram um abraço, sendo ovacionados pela massa popular - tributo jamais prestado a Stalin, que deve ter contribuído para intensificar os ciúmes suscitados pela popularidade do marechal. E Stalin não esquecia facilmente desafetos, reais ou imaginários. Decidido a afastar Jukov do centro das atenções, a dificuldade residia em como fazê-lo, após a grande vitória lograda sobre a Alemanha.

Um simples afastamento teria efeitos negativos no Exército Vermelho no qual, por iniciativa de Jukov, os antigos “comissários políticos” tinham sido privados de parte de seus antigos poderes. Stalin preferiu agir “sutilmente” (para seus parâmetros habituais). Quase um ano após o fim da guerra, em abril de 1946, Jukov foi chamado da Alemanha para assumir o comando de todas as

³⁰¹ Anthony Carew. *Labour under the Marshall Plan*. The politics of productivity and the marketing of management science. Detroit, Wayne State University Press, 1987, pp. 248-249.

³⁰² Michael J. Hogan. *Op. Cit.*, p. 19.

forças do exército soviético. Em julho, Stalin designou-o comandante do Distrito Militar de Odessa, posto obscuro e afastado do centro das grandes decisões. A transferência para Odessa foi seguida de outra, para o comando do Distrito Militar dos Urais, posição ainda mais obscura do que a primeira. Era evidente que Stalin não queria compartilhar com ninguém, e muito menos com um líder militar popular, os louros e as glórias da vitória. Como não podia simplesmente eliminar Jukov, afastava-o do centro do poder, aguardando pacientemente (“mestre da dosagem” tinha-o chamado Trotsky) a oportunidade adequada para dar uma solução final ao caso do marechal que poderia fazer sombra ao seu prestígio. Essa oportunidade nunca chegou.

A vitória sobre o nazismo na URSS foi relativizada pela sobrevivência do domínio burocrático, que comprometeu-a: 1) No plano interno: pela sobre-exploração do trabalho em que foi baseada (acionamento, bloqueio salarial com aumento do volume monetário de 250%), pelo aumento dos poderes burocráticos, e o restabelecimento dos graus no Exército Vermelho, que fortaleceu o corpo de oficiais; 2) No plano mundial, pelos acordos celebrados em Yalta, Teerã e Postdam, quando se pretendeu estabelecer uma espécie de condomínio mundial, que foi a base política da ulterior “guerra fria” e do chamado “equilíbrio do terror”. Com o final da Segunda Guerra Mundial, quando o prestígio internacional da URSS atingia seu cume, teve início também o processo de crise da sua liderança.



Marechais da URSS na Segunda Guerra Mundial: I.S. Konev, A.M. Vasilevsky, G.K. Jukov (ao centro, sentado), K.K. Rokossovski, K.A. Meretskov, entre outros

As causas foram, em primeiro lugar, internas. A política de "união nacional", necessária para sustentar o esforço de guerra, supôs o relaxamento da repressão, o que foi tornando crescentemente insuportáveis para a população as condições de pós-guerra: a indústria de bens de consumo ficou mais atrasada, em relação à indústria pesada, do que no pré-guerra; a isso somou-se a crise do alojamento (50% das habitações foram destruídas durante a guerra, havia 22 milhões de sem-teto em 1945); a seca em 1946 (houve revoltas em Kharkov, reprimidas com armamento pesado); a inflação e o desenvolvimento do mercado negro; o arrocho salarial (o operário médio ganhava o mínimo de sobrevivência, entre 350 e 900 rublos, ao mesmo tempo em que os privilégios eram mantidos: 16% dos habitantes das cidades ganhavam mais de 2.900 rublos); o fluxo de habitantes das áreas rurais para as cidades.

Como resultado da Segunda Guerra Mundial, a URSS tinha ganho novas fronteiras, e 24,5 milhões de habitantes novos (que compensavam as enormes perdas humanas acumuladas durante a guerra). A recuperação econômica deveria ser garantida por um novo Plano Quinquenal, no qual se estabelecia uma inacreditável (e, sobretudo, insuportável) taxa de poupança da renda nacional equivalente a 27% anual, o que implicava uma política de austeridade e disciplina do trabalho, crescentemente incompatíveis com a nova situação econômica e social. Diante do esboçar-se da crise, o regime apelou para os remédios conhecidos: repressão e novos expurgos, que se prolongaram até 1953, quando Stálin morreu nas vésperas de um novo expurgo (motivado pelo chamado "complô dos médicos"). Contrariamente à versão difundida durante a "guerra fria", a assimilação do Leste europeu, sua transformação (junto com a URSS) em "campo socialista", não esteve nos planos de Stálin, que teria pretendido apenas tender um "cordão sanitário" de segurança da URSS na sua fronteira ocidental, mas ter sido o resultado da crise da sua política internacional. E, com certeza, não estava nos planos de Stalin a Revolução Chinesa de 1949.

Mas é verdade que com o final da Segunda Guerra Mundial e a ocupação militar do Leste europeu, o poder e o prestígio da burocracia política da URSS atingiu seu zênite. Sua política, então, parecia consistir em utilizar a luta de classe mundial para cumprir seus compromissos com seus parceiros de Yalta e Postdam, e ao mesmo tempo pressioná-los. Na Polônia, Stalin interpretou à sua maneira a cláusula acordada com Roosevelt e Churchill: "O governo provisório de Lublin será reorganizado sobre uma base mais ampla, com representantes da própria Polônia e dos poloneses no exílio". Stalin atribui-se, com a força incontestável do Exército Vermelho ocupando o país, o direito de determinar quem era "representativo" da Polônia e dos poloneses, e quem não: os representantes anglo-saxões tiveram de engolir em seco. A direita republicana, nos EUA, preparou sua volta ao governo (com Eisenhower e, sobretudo, McCarthy) acusando Roosevelt de ter permitido a "sovietização" da Europa oriental.³⁰³ A crise econômica capitalista do imediato pós-guerra foi, no entanto, rapidamente minando as bases da política de pressão da burocracia do Kremlin: a partir de 1947, com o Plano Marshall, a política da URSS começa a experimentar os sintomas da pré-guerra: oscilações e viradas no plano internacional, expurgos no plano interno (no Leste europeu houve uma versão em menor escala, mas não menos trágica, dos "processos" russos da década de 1930). A pressão internacional já não surtia efeito: a chamada "guerra fria" foi assim, também, um produto dessa crise do stalinismo, que evidenciou-se com a ruptura Stálin-Tito (1948).

Paralelamente manifestaram-se as primeiras tensões graves no campo diretamente dominado pelo PCUS e seus aliados, com a rebelião crescente dos operários de Berlim Oriental (em junho de 1953, a greve geral no Leste alemão foi contida com o apoio dos exércitos ocupantes das potências ocidentais). As tensões se agravaram com a centralização burocrática do "campo socialista": a criação do Comecon, uma espécie de "mercado comum socialista", em 1949, consagrou, em primeiro lugar, uma política de saque, pela URSS, dos países da Europa Oriental. Essa política criou uma força centrífuga, ao tornar as lideranças impostas pelo Kremlin potencialmente atraídas pelo mercado mundial. A construção do muro de Berlim em 1961 atendeu, mais que à "defesa da RDA contra o imperialismo", a dar resposta definitiva à revolta operária e popular de junho de 1953, que teve seu epicentro em Berlim e atingiu 274 cidades da Alemanha Oriental, nas quais figuravam os maiores centros industriais do país. As dimensões dessa revolta revelam o grau de tensão e a gravidade da situação social e política da RDA. Foi o início de um processo de rebeliões antiburocráticas no "campo socialista" que se estendeu até a década de 1990.

³⁰³ Chester Wilmot. *La Lotta per l'Europa*. Milão, Mondadori, 1953.

16. REVOLTA COLONIAL: ORIENTE MÉDIO, SUDESTE ASIÁTICO, AMÉRICA LATINA

A guerra mundial abalou o conjunto do sistema imperialista, e provocou o colapso do Império Britânico. As colônias e semicolônias do velho sistema imperial já não mais eram apenas países agrários ou mineiradores: a penetração do capitalismo já tinha originado um proletariado e um movimento operário “coloniais”. No Oriente Médio, já desde antes da guerra a situação da região era de transição geopolítica, pontuada por revoltas populares e nacionalistas.



Em virtude das necessidades de guerra das potências coloniais, na Palestina, o trabalho compartimentado começou a ceder lugar para um grande número de árabes e judeus trabalhando lado a lado em fábricas. A força de trabalho urbana árabe aumentou de aproximadamente 40.000 a 130.000 trabalhadores; os trabalhadores ferroviários ocupavam a vanguarda: “A guerra e o período imediatamente após ela foram testemunhos não apenas de um grau de colaboração sem precedentes entre os sindicatos ferroviários árabes e judeus mas também de uma militância inédita”.³⁰⁴ Trabalhadores ferroviários árabes e judeus de Haifa lançaram reivindicações conjuntas em 1940, e protestaram juntos em dezembro de 1942, com uma greve de três dias de todas as

³⁰⁴ Zachary Lockman. *Comrades and Enemies*. Arab and Jewish workers in Palestine, 1906-1948. Los Angeles, University of California Press, 1996.

oficinas de Haifa desafiando a proibição das greves em setores essenciais da indústria. Os acampamentos militares britânicos constituíram um foco da luta conjunta: “Os 15.000 judeus e 35.000 árabes contratados para construí-los e mantê-los tinham os seus parcos salários comidos pela inflação de tempos de guerra, alimentando seu descontentamento. A *Histadrut*, sindicato judeu, tinha uma base de apoio fraca nos acampamentos: a maioria dos trabalhadores judeus eram *mizrahim* (originários do Oriente Médio) enquanto o *establishment* sionista era conduzido por judeus *ashkenazim*, originários da Europa central e oriental. As organizações ativas nos acampamentos eram principalmente o PCP (partido comunista palestino), o *Hashomer Hatzair* (corrente sionista de esquerda), e o PAWS, sindicato nacionalista árabe. A *Histadrut* chamou, finalmente, uma greve de um dia em maio 1943”.³⁰⁵ Milhares de trabalhadores árabes se uniram aos grevistas judeus, mas o PCP denunciou a greve por boicotar o esforço de guerra aliado...

Os antecedentes do nacionalismo pan-arábico, no entanto, devem ser buscados na política de stalinistas e nacionalistas árabes durante a II Guerra Mundial. Enquanto os comunistas árabes e judeus faziam campanha pelo alistamento no exército colonial britânico, assim como os sionistas, os nacionalistas árabes se alistavam na Legião Árabe. Os sionistas de esquerda juntaram-se ao PCP para organizar um comitê palestino de auxílio à URSS, alinhada com os “aliados”. Isto implicava a solidariedade com a Inglaterra, opressora histórica dos povos árabes. Todas as forças políticas da Palestina se uniram em apoio ao Império Britânico, exceto os seguidores do *Mufti* árabe pró-nazista. As massas árabes, na Palestina, Egito ou Iraque, não apoiavam a potência britânica contra os regimes do Eixo. Mussolini escrevia a Hitler acerca da grandiosa possibilidade do Eixo se transformar na liderança das massas árabes ou islâmicas. No Cairo, não obstante a “União Democrática” criada em 1939 para formar uma “aliança anti-fascista”, milhares de trabalhadores e pobres tomaram as ruas dando vivas ao exército alemão. “O inimigo de meu inimigo é meu amigo”. Os nacionalistas do exército egípcio, o cerne do futuro grupo de oficiais liderado por Nasser que se sublevou contra o Rei Faruk e o derrubou em 1952, procuraram estabelecer contatos com o regime pró-nazista de Rashid Ali no Iraque; o próprio governo egípcio declarou guerra à Alemanha e Itália apenas em fevereiro de 1945. Na situação explosiva do Oriente Médio, no entanto, havia espaço para uma campanha contra ambos os blocos imperialistas. Mas (quase toda) a esquerda se alinhou com os opressores imperialistas, deixando os nacionalistas militares como donos exclusivos do campo político da luta antiimperialista. Mais de uma geração teve que passar para que se experimentassem as limitações do nacionalismo laico árabe, ao preço de derrotas banhadas em sangue.

O petróleo fora descoberto na região, em primeiro lugar na Pérsia (Irã), em 1908; mais tarde na Arábia Saudita (1938) e nos outros estados do Golfo Pérsico, e também na Líbia e na Argélia. O Oriente Médio revelou possuir a maior reserva mundial de fácil acesso de petróleo. Os países que emergiram vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, os EUA principalmente, mas também a Rússia, Inglaterra e França, voltaram suas atenções para o controle do Oriente Médio visando suas reservas petrolíferas. As reservas de petróleo do Oriente Médio eram vastas e praticamente intocadas: o Oriente Médio possuía 30,7% das reservas mundiais de petróleo, os EUA possuíam 39,6%, a URSS 11,3%, Venezuela 11%, Índias Orientais Holandesas 1,8%, México 1,2%, Colômbia 1%, Romênia 0,8%. As previsões apontavam para a importância crescente do petróleo do Oriente Médio; a verdadeira extensão das suas reservas começou a ser descoberta apenas a partir da década de 1950. Em 1943 o Oriente Médio produzia apenas 5,7% do petróleo mundial; os EUA, 66,1%. Entre 1948 e 1972 a margem de participação americana na produção mundial total de

³⁰⁵ Arlene Clemesha. Da Declaração Balfour à derrota do movimento operário árabe-judaico. *Entre Passado & Futuro* n° 2, São Paulo, Universidade de São Paulo-CNPq, 2002.

petróleo caiu de 64 para 22%, não obstante sua produção ter quase duplicado: o motivo do declínio foi a emergência do Oriente Médio, cuja produção passou de 1,1 milhão de barris para 18,2 milhões de barris diários, um aumento de 1.500%.³⁰⁶

O aguçamento da luta anticolonial, iniciada bem antes da guerra, foi marcante, sobretudo, na Ásia e na África do Norte. Durante a guerra, a derrota inicial da França e o enfraquecimento do colonialismo inglês possibilitaram o avanço da revolta anticolonial. A vitória dos japoneses sobre os ingleses no Pacífico deu ensejo para a sublevação das massas das Filipinas, de Cingapura, do Oriente Médio, contra o colonialismo anglo-franco-americano, ainda durante a guerra mundial. Nesse marco houve a sublevação da Índia, da China, do Norte da África. O início da guerra fez também com que os EUA pressionassem diretamente à América Latina, do México até a Argentina, para alinhar todos os países contra o Eixo (ou melhor, com os EUA).

Em janeiro de 1942 foi realizada a Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, impulsionada pelos EUA (com seu novo aliado bélico, o Brasil de Getúlio Vargas, inicialmente simpatizante declarado do Eixo) com vistas a alinhar bélica e politicamente a América Latina: Cordell Hull, Secretário de Estado norte-americano, chegou a utilizar a ameaça de invasão militar contra as renitentes Argentina, Bolívia e Chile, que não declararam guerra ao Eixo. A necessidade de se guarnecer a costa do continente era fundamental para os EUA e para os aliados que navegavam em águas americanas. A defesa completa do hemisfério seria uma difícil tarefa para os EUA, tratando-se de 15 milhões de milhas quadradas divididas em seis zonas estratégicas, das quais apenas a zona continental da América do Norte, possuía poder militar relevante.

Em caso de uma vitória do Eixo na Eurásia, a capacidade defensiva dos EUA no hemisfério ocidental se basearia no seu poder naval e aéreo; para isso era imprescindível a utilização de bases aéreas e navais na América do Sul. Já a Inglaterra “não estava preocupada. O trabalho da Argentina fabricando elementos para a guerra era mais útil do que sua participação nos campos de batalha. Sem a carne e a lã argentinas, Grã-Bretanha poderia ter perecido. Isso contribuía para que Argentina se mantivesse independente de Washington, do Pentágono e do capital ianque. Com a exceção de Argentina, Bolívia e Chile, todos os países latino-americanos tinham se submetido imediatamente aos desejos de Washington e romperam relações com o Eixo ou lhe declararam guerra. Várias repúblicas produtoras de açúcar ou bananas tinham sido mais rápidas que os EUA. Mas os EUA sentiam fobia da falta de solidariedade continental, e se queixavam de que alguns países não seguissem a linha de Washington”.³⁰⁷

Porém, as pressões diplomáticas ianques “culminaram no total isolamento do governo argentino em todo o Hemisfério Ocidental, e acabaram surtindo efeito: resultaram no empastelamento de jornais declaradamente pró-Eixo em circulação na Argentina; mas, por tímida que fosse a cooperação ensejada por Buenos Aires, o quadro de instabilidade política na forma dos constantes golpes militares, mais as manifestações pró-nacional-socialistas em vários quadros da sociedade argentina, fizeram com que o governo Roosevelt implementasse medidas mais hostis,

³⁰⁶ Daniel Yergin. *O Petróleo*. Uma história de ganância, dinheiro e poder. São Paulo, Scritta, 1994, p. 516. A exploração do petróleo do Oriente Médio, particularmente do Norte do Irã, também fazia parte dos planos da União Soviética. A produção interna de petróleo ficara muito aquém das metas estabelecida pelos planos quinquenais. O segundo plano quinquenal por exemplo, estabelecia o aumento da produção de 23,3 milhões de toneladas em 1932 para 47,5 milhões em 1937, chegando de fato a 30,5 milhões de toneladas. Em 1940 a produção não passava de 35 milhões de toneladas não obstante a meta estabelecida para esse ano em 50 milhões de toneladas. Tantos erros de cálculo levaram ao estabelecimento de uma meta mais moderada para 1950 - 35,4 milhões de toneladas - e à tentativa de superar suas dificuldades com o controle sobre os novos campos de petróleo no Oriente Médio.

³⁰⁷ Carleton Beals. *América Latina, Mundo en Revolución*. Buenos Aires, Palestra, 1964, p. 194.

como o congelamento das reservas de ouro argentinas nos EUA e a retirada de seu embaixador de Buenos Aires. A medida foi seguida pelas demais repúblicas latino-americanas, resultando no isolamento diplomático que amargou a Argentina. No âmbito econômico, ainda que os contratos comerciais de fornecimento de carne continuassem vigentes, seu pagamento ficou por longo período congelado, até que as rusgas diplomáticas fossem dirimidas. A diplomacia argentina se valia da dependência comercial e financeira inglesas não só da carne, mas também do couro e do trigo argentinos, para que não resultassem retaliações econômicas mais severas de seu posicionamento, tido como pró-fascista...”.

O governo militar da Argentina (produto do golpe militar de 4 de junho de 1943, encabeçado por uma fração militar tida como pro-nazista,³⁰⁸ o GOU, Grupo de Oficiais Unidos), finalmente, “jogou a toalha”: “As pressões encabeçadas pelo governo dos EUA surtiram efeito, e a Argentina acabou sendo o último país a declarar guerra à Alemanha e Japão. A declaração, firmada em março de 1945, ainda assim dirigindo-se diretamente contra o Japão e, apenas por extensão, à Alemanha, por serem países aliados, foram produto do desgaste do governo argentino na luta política interna com a oposição, bem como do desenvolvimento da guerra no plano externo, com a inflexão marcada pela campanha no Leste europeu e com o desembarque aliado na costa normanda da França, aliando-se a tudo isso o conjunto de pressões orquestradas pelos EUA”.³⁰⁹ Mas a crise, nacional e internacional, não ficou por aí, pois a pressão ianque forçou a demissão do vice-presidente e Ministro da Guerra, Juan Domingo Perón, que tinha tecido fortes laços com as lideranças e organizações sindicais quando responsável pela Secretaria de Trabalho e Previdência Social (1943-1944): a reação operária e sindical não se fez esperar, e desaguou na jornada de 17 de outubro de 1945, quando os operários de Buenos Aires ocuparam a Praça de Maio, reivindicando a volta de Perón e forçando o recuo governamental. Nascia assim o *peronismo*, movimento nacionalista que marcou toda a América do Sul, o imaginário mundial (sobretudo através da figura de Evita, a mulher de Perón e porta-bandeira dos “descamisados”), e a história política argentina ulterior.³¹⁰

Na América Latina, no pós-guerra, o papel preponderante foi assumido pelos institutos políticos dos EUA, pelos pactos bilaterais ou pelos tratados regionais, sob o patrocínio norte-americano.³¹¹

³⁰⁸ Isidoro Ruiz Moreno. *La Neutralidad Argentina en la Segunda Guerra*. Buenos Aires, Emecé, 1997.

³⁰⁹ Rodrigo Medina Zagni. *Identidades em Guerra*. As políticas dos Estados Unidos para a América Latina durante a Segunda Guerra Mundial. Tese de Doutorado, Prolam-USP, 2013.

³¹⁰ Durante o governo de Perón (1946-1955) não poucos nazistas, e não de baixa patente (Eichmann, Mengele, chegou-se a falar em Martin Bormann) acharam refúgio na Argentina, alguns sem sequer precisar trocar de nome, como Erich Priebke, o açougueiro das Fossas Ardeantinas de Roma. A imaginação sensacionalista de alguns situou na Argentina o último refúgio de um Adolf Hitler ainda vivo, e até a possibilidade da reconstrução de um “Quarto Reich” a partir da Argentina peronista (Perón chegou a contratar os serviços de um dos principais físicos atômicos do Terceiro Reich, Hans Richter, que ganhou laboratórios exclusivos perto de Bariloche). A simpatia ideológica de regime pelo nazi-fascismo (sem falar das fantasias do Quarto Reich germano-argentino) parece ter jogado, nessa generosa recepção peronista de criminosos de guerra, um papel menor do que o incentivo econômico e a intermediação da Igreja Católica (Vaticano). Derrubado Perón, Adolf Eichmann foi capturado em Buenos Aires por um comando israelense em 1960 e levado para Israel (onde foi julgado e executado em 1961); Joseph Mengele, seu vizinho em terras portenhas, antes disso, fugiu para o Paraguai e depois para o Brasil, onde morreu afogado em Bertioga (São Paulo).

³¹¹ Foi criada, por exemplo, a Escola Militar do Caribe (posteriormente *School of Americas*) na zona do Canal de Panamá, escola que desde 1961 teve o centro das suas atividades no treino “contra-insurgente” dos oficiais latino-americanos. A economia de esforços que este investimento militar significava para os EUA está ilustrada por estas cifras, de 1967: o custo médio de um soldado norte-americano era de 5.400 dólares, o de um das forças armadas “complementares”, 540.

Era um método de dominação mais barato, porque evitava a custosa (e arriscada) tarefa de manter permanentemente tropas nos territórios considerados como de "interesse vital" (embora a ocupação direta fosse sempre o último recurso, como o demonstrou a lista de intervenções militares, as bases militares disseminadas pelo mundo). Depois da guerra mundial, a pressão política e militar sobre América Latina completou-se com a assinatura (1947) do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), prevendo o direito de intervenção militar em qualquer país latino-americano em caso de agressão externa. A República Dominicana foi vítima em 1965 desse tratado, quando foi invadida pelos *marines*, travestidos em soldados da OEA.

Por trás da fachada da vitória comum contra o nazismo, no Oriente Médio e na Ásia Central os elementos da iminente "guerra fria" começaram a se desenhar já no decorrer da guerra, inclusive no Irã ocupado em condomínio por aliados ocidentais e soviéticos. Em 1944, depois de um período de negociações das firmas petrolíferas britânicas e americanas, a URSS manifestou interesse pelas concessões petrolíferas persas. As negociações com a URSS fracassaram em outubro de 1944 pela resistência apresentada pelo governo iraniano. Meio ano depois do fim da guerra, no entanto, a URSS continuava ocupando o Azerbaijão. Sob a proteção das tropas, o Kremlin tinha preparado a anexação dos territórios do Norte da Pérsia, com ajuda do partido comunista *Tudeh*. Em 1944, o *Tudeh* realizava atos em defesa de concessões petrolíferas para a URSS no Norte do país, admitindo que as do Sul ficassem em mãos britânicas e americanas: era a chamada "política do equilíbrio positivo", consistente no saque conjunto (e partilhado) do país pela Grã-Bretanha, os EUA e a URSS. Em dezembro de 1945 foi proclamada a denominada República Autônoma do Azerbaijão, mas não houve uma cessão declarada à URSS. Quase ao mesmo tempo se constituiu também uma "república popular curda" no oeste de Azerbaijão (Mahabad).

A 4 de abril de 1946, a URSS concluiu com o governo de Teerã um tratado - não ratificado - de cinquenta anos, sobre a exploração conjunta dos campos petrolíferos do Norte do Irã. Depois do tratado, as tropas do exército russo foram retiradas do Norte de Pérsia em maio de 1946. Para contrabalançar a ação da União Soviética, o governo de Teerã aceitou, em agosto de 1946, três ministros do Partido Comunista *Tudeh*. A monarquia persa tentava uma política de colaboração de classes, tornada necessária diante da explosão, no final da guerra, do movimento das minorias nacionais (especialmente curdos e azéris), assim como da greve geral dos trabalhadores do petróleo, que foi levada ao impasse pelos sindicatos dirigidos pelo *Tudeh*. Em finais de 1946, o governo iraniano deu um trágico final a essa política com a vitoriosa intervenção militar no Azerbaijão e a sangrenta repressão do movimento independentista curdo. Um suposto atentado contra o Xá serviu como motivo para proibir o *Tudeh*. O exército imperial, sob ordem do governo, entrou em Tabriz e massacrou o povo do Azerbaijão. A mesma sorte foi reservada à efêmera República de Mahabad.

No período final da guerra, os EUA, para invadir o Norte da África, compactuaram com um declarado fascista e colaboracionista francês, o general Darlan que, quando precisou da ajuda americana, tornou-se um "democrata". No dia da libertação de Paris - festejado em todo o mundo como uma vitória da liberdade - na Argélia, e em Madagascar, as tropas francesas reprimiam em massa às revoltadas populações locais. A revolta anticolonial desdobrou a guerra mundial em guerra nacional anti-imperialista. O final da Segunda Guerra Mundial, além disso, possibilitou à URSS maior presença política na área do Mediterrâneo. Durante a guerra e imediatamente depois, a política soviética foi definido seus objetivos no Oriente Médio: influência nos negócios petrolíferos, estabelecimento de uma esfera de interesses no espaço árabe e criação de um *glacis* (cordão sanitário geográfico e estatal) frente ao Ocidente.

A crescente pressão sobre Turquia, o apóio soviético aos curdos iranianos, iraquianos e turcos, a guerra civil na Grécia, assim como os acontecimentos no Irã (Pérsia), produziram uma intensificação da intervenção americana na região, e deram álibi para a revisão da política norte-americana sobre a União Soviética, prefaciando a “guerra fria”. Aplicando a chamada “Doutrina Truman”, de 12 de março de 1947, os Estados Unidos se comprometeram a “apoiar os povos livres que se opunham a se submeter ao jugo de minorias armadas ou de pressões estranhas”. Os EUA já se reservavam o direito exclusivo de definir o que era uma “minoría”, e o que era “estranho” ...³¹²

Antes disso, um informe governamental inglês de outubro de 1945 lembrou que o Oriente Médio era uma região vital para os britânicos, sobretudo pelo petróleo. Entre 1939 e 1948, a região passara da produção da oitava parte do petróleo mundial para produzir a quarta parte. Além disso, o Oriente Médio, por causa do Canal de Suez e das bases militares do Mediterrâneo oriental, representava uma ligação chave em todo o sistema de comunicação do Império Britânico. Nunca parecia ter sido tão grande a autoridade da Inglaterra: aparência enganosa. O Iraque e Egito constituíram estados independentes. A Transjordânia chegou ao mesmo estatuto na primavera de 1946. Um movimento nacionalista árabe em pleno auge questionava os tratados e mandatos que os ligavam ao soberano britânico. Somente Chipre e Palestina seguiam sob o controle total da metrópole britânica: era importante conservar o domínio da Palestina, território em que Inglaterra dispunha de tropas no caso de distúrbios graves na região.

No final da guerra, as greves e as manifestações dos trabalhadores se alastraram pelo Oriente Médio. Durante os anos de 1945-1947, se desenvolveu uma ampla ação operária no Egito. Em janeiro de 1946, sete mil operários têxteis iniciaram uma greve no Cairo, que se estendeu durante as semanas seguintes, com a aparição de comitês operários que fizeram um chamamento à greve geral, chamamento que a direção sindical viu-se obrigada a apoiar. Já em 1946 se desenvolveu uma onda de greves entre os ferroviários, seguidos de uma greve geral, contra a chegada da comissão anglo-americana de investigação da Palestina, uma greve de solidariedade dos trabalhadores da *Iraq Petroleum*, e uma greve dos trabalhadores iranianos de Abadan. Em novembro de 1946, o aniversário da declaração Balfour deu lugar a uma nova greve geral. A agitação prosseguiu em 1947 no porto de Bassora, culminando em protestos massivos contra o projeto de manter as bases britânicas.

O delta do Nilo foi tomado por uma série de lutas operárias. No Cairo, uma greve geral em 1946 de operários e estudantes exigiu a retirada da Grã-Bretanha do país. Também em 1946, no Iraque, houve uma greve dos trabalhadores do ramo petrolífero de Kirkuk; enquanto que em 1948, protestos contra o governo fantoche que permitia a permanência das bases militares britânicas levaram a uma revolta em ampla escala no país. No Irã, uma greve no campo petrolífero de Agha Pani, em maio de 1946, foi seguida por uma greve geral nos campos da Companhia Anglo-Iraniana de Petróleo. Ainda em 1946, produziram-se grandes greves nas ferrovias. No Iraque passaram a circular quatro jornais diários comunistas e um diário comunista curdo, enquanto o Partido Comunista ganhava seguidores entre os ferroviários, professores e inclusive no exército (o imperialismo britânico auxiliou o desenvolvimento da Irmandade Muçulmana contra o comunismo). Na Palestina, os trabalhadores ferroviários e dos correios tiveram um papel de liderança na mobilização de outros trabalhadores árabes e judeus a despeito das diferenças de origem comunitária.

³¹² Robert Fisk. *The Conquest of the Middle East*. Nova York, Counterpunch, 2007; Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

Foi criado o Congresso dos Trabalhadores Árabes (CTA) que, com a *Histadrut*, liderou uma greve de sete dias em um campo militar britânico nas proximidades de Tel Aviv. Trabalhadores árabes e judeus se uniram em piquetes conjuntos nos portões do acampamento e marcharam pelas ruas centrais de Tel Aviv cantando “vida longa à unidade entre trabalhadores árabes e judeus”, “os trabalhadores árabes e judeus são irmãos”. Em abril de 1946 a Histadrut e o CTA lideraram em todo o país uma greve dos trabalhadores das companhias petrolíferas. Houve também greves dos trabalhadores dos correios, telégrafos e companhia telefônica, e uma grande greve geral do funcionalismo público. Tanto sionistas como nacionalistas árabes se opuseram à expansão da greve: os primeiros porque não queriam pôr em risco sua pressão para obter do governo britânico o aumento da cota de imigração; os segundos porque seguiam a orientação do *Mufti* de Jerusalém, que se opunha à cooperação entre trabalhadores árabes e judeus.

Em janeiro de 1947, o CTA juntamente com um comitê de trabalhadores judeus liderou a greve de centenas de trabalhadores da refinaria de Haifa: “Em março, 1.600 trabalhadores da *Irak Petroleum* entraram em greve sob a liderança do CTA. De forma espontânea estourou uma greve de 40.000 trabalhadores dos campos militares em toda a Palestina. Nacionalistas de ambos lados encenaram uma provocação sangrenta para desmontar a unidade de classe na histeria nacionalista. Em 1946-47 as forças militares judias começaram a preparar-se para a partição da Palestina. A *Haganah*, ligada à Histadrut e à liderança trabalhista, concentrou-se principalmente na construção de uma força militar com tropas que haviam integrado a Brigada Judaica do Exército Britânico, com armas desviadas pelos trabalhadores judeus dos acampamentos militares britânicos. O braço militar da direita sionista, o *Irgun*, engajou-se em ataques terroristas como o atentado a bomba no Hotel King David de Jerusalém em julho de 1946, que matou vários oficiais do exército britânico. Os sionistas concentravam seus esforços na separação de árabes e judeus em todas as cidades de população mista. A liderança árabe fiel ao *Mufti*, por sua vez, lançou um apelo pelo boicote do comércio e negócios judeus. Os choques intercomunitários tornaram-se praticamente diários em todas as cidades de população mista”.³¹³

O sionismo não era um movimento nacionalista dos povos oprimidos na Europa do Leste nem um movimento colonialista na Palestina:³¹⁴ foi desde o início uma tentativa de postular como solução para a questão judaica (o antissemitismo enraizado na divisão da sociedade em classes), o estabelecimento de um Estado nacional judeu através da colonização de uma terra alheia, com a expulsão da população local (população declarada como “não existente”, no caso palestino). O sionismo, na Europa do Leste ou na Palestina, combinou a agitação de uma solução nacionalista para um problema internacional e de classe, com um projeto colonial associado aos interesses das potências imperialistas. A sua diferença em relação aos outros projetos coloniais, em períodos mais distantes na história, é que o seu objetivo não foi a exploração da população colonial e sim sua expulsão. Em dezembro de 1947, David Ben Gurion declarava, em assembleia do Mapai (futuro Partido Trabalhista de Israel) que “só um Estado com 80% de judeus seria um Estado estável e sustentável”.

O Estado de Israel nasceu de uma decisão da ONU sob a égide dos EUA e da URSS. Em 14 de maio de 1947, o representante soviético Andreij Gromyko se pronunciou na tribuna da ONU por um “Estado judeu-árabe único com direitos iguais para os judeus e os árabes”, porém precisando: “Se esta solução resultar irrealizável devido as relações cada vez mais tensas entre os judeus e os

³¹³ Arlene Clemesha. *Op. Cit.*

³¹⁴ O comunismo da Palestina surgiu de um racha no *Poalei Sion* (partido sionista de esquerda, reconhecido pela Internacional Socialista). O núcleo do Partido Comunista da Palestina surgiu entre imigrantes e trabalhadores judeus que se distanciaram do programa sionista, fundando o PCP em 1922.

árabes, então teria que estudar uma segunda solução que incluísse a divisão em dois estados independentes, um estado judeu e um estado árabe”. No “Estado Judeu” desenhado pela ONU havia 219 povoados e quatro cidades árabes. No final de novembro de 1947 as Nações Unidas votaram a favor a partição da Palestina, atribuindo aos judeus 55% do território palestino, apesar de constituírem só um terço de sua população, vivendo principalmente nas cidades e ocupando 6% da terra. Uma “sessão especial” da Assembleia Geral da ONU aprovou o plano por 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções. O novo Estado não foi reconhecido pela Liga Árabe (Egito, Síria, Líbano, Jordânia).

A partir de novembro de 1947, a Haganah, organização paramilitar judia, entrou em confronto com a população civil árabe. Em dezembro a Liga Árabe organizou o Exército de Liberação Árabe, uma força de voluntários palestinos. Os britânicos se retiraram da região, findo o seu Mandato concedido pela finada “Liga das Nações”. O Estado de Israel foi proclamado em 15 de maio de 1948, sob intensa pressão na ONU com base na crescente revelação dos horrores e do extermínio perpetrados pelo nazismo contra o judaísmo europeu durante a Segunda Guerra Mundial. A ONU mostrou-se, no entanto, incapaz de aplicar o plano de partilha que votara. Não se tendo previsto nada para substituir as forças britânicas, sua retirada deixou os árabes e os judeus frente a frente.³¹⁵ Os grupos armados judeus asseguraram as posições dentro dos territórios que o plano da ONU lhes concedia e procuraram ocupar outros. A “limpeza étnica” da Palestina começou em finais de 1947, e incluiu massacres em massa, mulheres e crianças incluídas, como em Dawaymeh e Deir Yassin (outubro de 1948). A partir de 15 de maio de 1948 a guerra alargou-se com a entrada na Palestina de uma coligação de forças regulares transjordanianas, egípcias e sírias, ajudadas por contingentes libaneses e iraquianos, que entraram no território palestino quando a população local já sofria a ação dos exércitos israelenses havia cinco meses. As forças árabes foram derrotadas pelas forças israelenses, que já haviam começado a expulsão em massa da população árabe palestina.³¹⁶



Nakbah 1948: expulsão de árabes palestinos

³¹⁵ Alain Gresh e Dominique Vidal. *Palestine 1947. Une division abortée*. Bruxelles, Éditions Complexe, 2004.

³¹⁶ Ilan Pappé. *La Pulizia Etnica della Palestina*. Roma, Fazi, 2008.

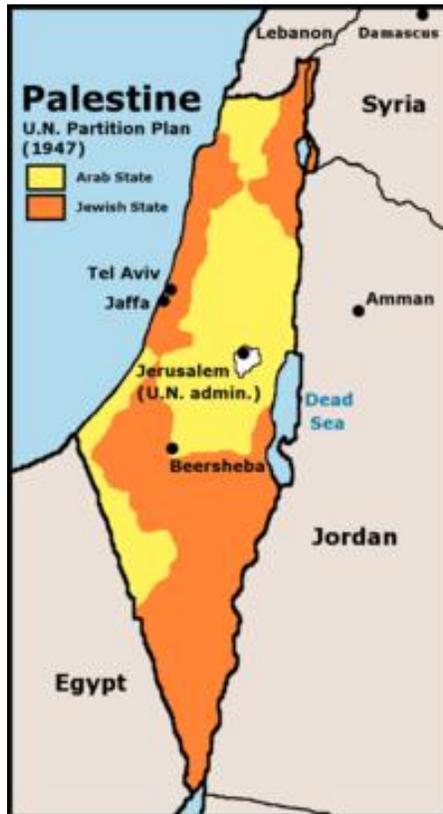
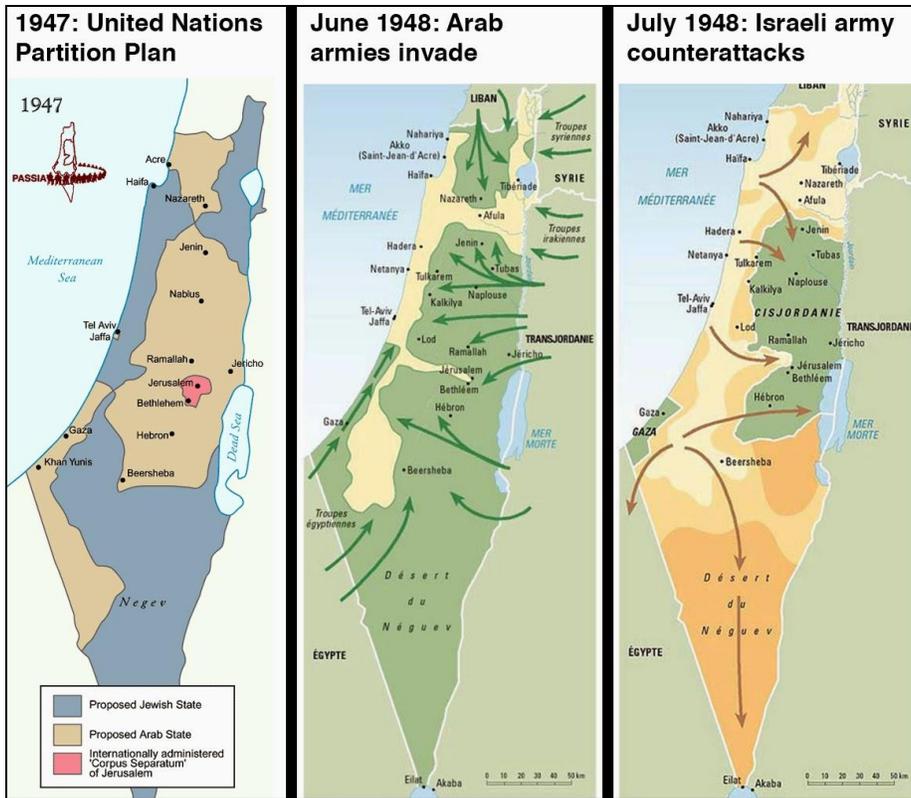
Com a criação de Israel, houve uma vasta expulsão da população árabe local. Em Haifa, o exército israelense procedeu a um reagrupamento que a própria municipalidade judaica de cidade denunciou como a criação de “guetos”. As violências foram de tal calibre que A. Cizling, dirigente sionista de esquerda, protestou no Conselho de Ministros: “Agora alguns judeus se comportam como nazistas e todo meu ser se estremece”. Várias cidades mistas, à exceção de Jerusalém, passaram ao controle das forças israelenses: 350.000 a 400.000 palestinos iniciaram o caminho do êxodo. Em junho de 1948, 180 dos povoados árabes foram evacuados e 240 mil árabes foram obrigados a partir; outros 152 mil saíram dos 70 povoados e as três cidades (Yalta, Jenin e Acre) do “Estado Árabe” que estavam sob controle da Haganah. As cifras da ONU informaram “381 mil pessoas deslocadas”. Depois do armistício, os dirigentes sionistas responderam com uma negativa ao mediador da ONU que sugeriu a volta de uma fração dos palestinos.

Uma resolução do Conselho de Segurança da ONU propôs organizar essa “volta”, que o Estado de Israel não aceitou. A chegada massiva de imigrantes judeus - 350 mil entre 15 de maio de 1948 e finais de 1949 - impunha as expulsões dos árabes. Uma lei sobre “as propriedades abandonadas” tornou possível a confiscação dos bens de toda pessoa ausente. Porém, entre os últimos meses de 1948 e o início de 1949, cinquenta mil árabes voltaram ao seu lar. Em setembro, seguia havendo 170 mil árabes, “cidadãos israelenses” de segunda categoria. Os outros, quase um milhão, passaram a viver na Cisjordânia e Gaza, na Jordânia, no Líbano ou na Síria, em acampamentos miseráveis. O nacionalismo árabe secular começou em oposição à política stalinista (da URSS e dos PCs locais), incluído seu apoio à criação de Israel. Os desenvolvimentos seguintes exacerbaram a crise dos PCs em todo o Oriente Médio, com o apoio declarado da burocracia do Kremlin para a fundação do Estado sionista em 1948, posteriormente a subordinação dos PCs às formações nacionalistas burguesas em nome da teoria da revolução em “duas etapas”, as derrotas tanto do movimento comunista como do movimento de libertação nacional árabe na Síria, Egito, Iraque, Sudão, Iêmen.³¹⁷

O Estado de Israel originou-se de uma limpeza étnica: a “guerra árabe-israelense” terminou após os vários acordos de cessar-fogo entre israelenses e árabes, firmados entre fevereiro e julho de 1949. A guerra foi declarada pelos Estados árabes, que haviam rejeitado o Plano da ONU de partição da Palestina (Resolução 181 das Nações Unidas). Os exércitos árabes combinados (Egito, Síria, Iraque, Jordânia, Líbano e Arábia Saudita) atacaram Israel por três frentes diferentes, convergindo para a faixa de território que era o Estado de Israel. A ofensiva árabe foi derrotada pelo exército israelense, fortemente armado graças, entre outras coisas, à incorporação de material bélico cedido pela URSS via Checoslováquia. A guerra de 1948-1949 foi lançada pelos israelenses, que ampliaram seu território com uma área de 20 mil km² (75% da superfície original da Palestina). O território restante foi ocupado pela Jordânia, que anexou a Cisjordânia, e pelo Egito, que ocupou a Faixa de Gaza. A guerra provocou o deslocamento de aproximadamente 900 mil palestinos, que deixaram as áreas incorporadas por Israel.³¹⁸

³¹⁷ O colapso político do stalinismo (bem como, depois, do nacionalismo árabe secular) foi o principal motivo da reemergência do islamismo político no Oriente Médio, incluída a Palestina.

³¹⁸ "Esse acontecimento teve pouco impacto em outros lugares. Os recém-independentes Estados muçulmanos do Paquistão e da Indonésia estavam imersos em preocupações próprias. O Irã ficou indiferente. Mas, no mundo árabe, era impossível permanecer desligado. A ocupação da Palestina por colonos sionistas da Europa afetava o mundo todo. Um egípcio, um iraquiano, um saudita, um sírio não eram afetados do mesmo modo que um árabe palestino, mas todos tinham um sentimento de perda. O que até então fora uma cultura comum para árabes muçulmanos, cristãos e judeus, sofreu uma séria fratura, uma ruptura profunda que viria a se tornar conhecida como a *Nakbah*, o desastre. A vitória sionista tinha desafiado a modernidade árabe, e alguns escritores se



perguntavam se a continuidade da presença árabe na história fora destruída para sempre" (Tariq Ali. *Clash of Fundamentalisms*. Londres, Verso, 2002).



Plano da ONU para a partição da Palestina de 1947 (acima) e linha do armistício de 1949

Assim, apenas dois anos após do fim “oficial” da Segunda Guerra Mundial, o frágil equilíbrio atingido pelas potências era questionado em diversas regiões do mundo. Apesar do apoio à “ordem” dado por Stalin e pelos partidos comunistas, as barreiras contra a revolução se revelaram insuficientes: as transformações sociais e políticas na Europa do Leste foram profundas e não correspondentes ao objetivo pré-estabelecido pelas potências vencedoras; a difícil “reconstrução” obtida na Europa ocidental se mostrava extremamente frágil; e, sobretudo, brechas enormes foram abertas na Ásia no sistema de Yalta-Potsdam.



Forças coloniais na Indochina Francesa, 1940

Na Ásia ocorreu um processo que praticamente não conheceu trégua, da guerra mundial à guerra civil em diversos países. Os dois anos que seguiram ao “final” da guerra se mostraram semelhantes aos acontecimentos ocorridos na Grécia e na Iugoslávia, pela precariedade da paz que se pretendeu instalar. A oposição voltou a surgir entre as antigas potências da Europa ocidental, que procuravam fórmulas para conservar seus impérios, e o imperialismo norte-americano, formalmente anti-colonialista, cujo objetivo era aniquilar todas as barreiras que se opunham à sua expansão; e finalmente, o esfacelamento do sistema colonial que, após a capitulação japonesa, abria um vazio político no qual se precipitaram os povos asiáticos colonizados, levando os dirigentes dos movimentos nacionalistas e dos PCs muito além do que eles tinham previsto.

Uma série de independências proclamadas na guerra foram contestadas. Na Indochina, por exemplo, os japoneses proclamaram a independência do Vietnã em março de 1945, e logo foram imitados pelos reis do Laos e do Camboja. No mesmo ano, os dirigentes do Viet-Minh proclamaram a RDVN (República Democrática do Vietnã do Norte), com a “Revolução de Agosto”. Segundo os acordos de Potsdam, se iniciou o desarmamento dos japoneses no Norte do 16º paralelo pelos chineses, e no Sul pelos britânicos. O governo de união nacional de Ho Chi Minh, do qual fazia parte todo o leque de partidos e até os partidários do antigo imperador Bao-Dai, anunciou sua renúncia à “luta de classes” para se concentrar na “independência nacional”, e desmentiu as intenções de reforma agrária que lhe eram atribuídas. Ele reprimiu as tentativas de resistência ao desembarque britânico, e aniquilou as forças dos trotskystas quando estas se mostraram perigosas para sua hegemonia política - incluído o assassinato do seu principal dirigente, Ta Tu Thau, no dia 31 de agosto de 1945.

Em novembro, ocorreu a autodissolução do PC vietnamita, para facilitar o entendimento com a burguesia local e as forças da metrópole. No começo do ano seguinte, em março, na conferência de Fontainebleau, Ho Chi Minh aceitou a ocupação temporária da Conchinchina, onde um corpo expedicionário francês desembarcou sob a asa britânica. A RDVN, reconhecida como um “estado livre”, aderiu então à União Francesa. Na França, de 1944 a 1947, os ministros comunistas participavam, da recolocação em bom estado da economia do país. Utilizando sua dupla etiqueta de dirigentes operários e de ministros, eles se opuseram às greves, inclusive com medidas duras, como em 1946, durante a grande greve dos operários da imprensa e dos trabalhadores postais. Eles ajudaram também, da melhor forma que puderam, o Estado francês a manter o seu império colonial, seriamente abalado durante a guerra.

Em maio de 1945, a aviação francesa bombardeou as aldeias da Kabila, na Argélia, tomando como pretexto uma manifestação a favor da autonomia do povo argelino em Sérif. Charles Tillon, antigo responsável nacional das FTP e membro do comitê político do PCF, era o ministro da Aviação do governo. Quando em dezembro de 1946, o governo começou a “suja guerra da Indochina”, prólogo da guerra do Vietnã, bombardeando a população do porto de Haiphong, os deputados comunistas votaram os créditos do exército e as felicitações do parlamento ao corpo expedicionário francês. As iniciativas do alto comissário francês de Argenlieu multiplicaram os incidentes: no dia 24 de novembro de 1946 a frota francesa bombardeou Haiphong, deixando 6 mil mortos, no mínimo. Era, finalmente, a ruptura: no dia 19 do mês seguinte o Viet-Minh atacou Tonkin, a guerra da Indochina começava.

Na Indonésia, os nacionalistas (Hatta, Sukarno), levados pelos japoneses e pelo movimento popular, proclamaram a independência. O governo holandês se esforçou em retomar sua posição, menos em Java. Mas, em outubro de 1946, foram realizados os acordos de Linggadgati, reconhecendo a independência indonésia. Novos empreendimentos holandeses levaram à ruptura dos acordos e à retomada dos combates armados em sequência às operações de polícia

visando a integração da república numa federação. O poderoso PC indonésio sustentou o governo nacionalista do PNI (partido nacionalista) cujos compromissos eram criticados à esquerda pelo partido Marba do veterano comunista Tan Malakka. Quando a guerra fria começou a guerra mundial ainda não havia cessado no Sudeste asiático e na Indonésia: o massacre dos comunistas indonésios em 1947 foi apenas o primeiro de uma longa lista.

Em 1948 teve lugar também a Conferência Interamericana de Bogotá, que Carleton Beals qualificou de “desastrada”, para os EUA, que não conseguiram “normalizar” diplomaticamente a situação continental. O peronismo, na Argentina, aparecia como o símbolo de uma potencial rebelião continental antiimperialista, que encontraria sua vertente mais radical na revolução boliviana de 1952. Depois da Conferência, Perón, já firmemente ancorado na presidência da Argentina, declarou que “a melhor maneira de conservar o pan-americanismo” era “dar um fim à exploração da América Latina pelos capitais e os trustes imperialistas...”. A sombra da revolução latino-americana já se projetava sobre o continente, antecipando a tomada de La Paz pelos mineiros bolivianos armados (1952) e o assalto ao quartel de Moncada, em Cuba (1953), encabeçado por um advogado chamado Fidel Castro.

17. REVOLUÇÃO COLONIAL: ÍNDIA E CHINA

Com a guerra mundial em andamento, Inglaterra declarou Índia, sua colônia, país beligerante: o partido nacionalista (o Congresso) rompeu então politicamente com a administração colonial e declarou “imperialista” a conflagração bélica; 90 mil operários de Mumbai (Bombay) declararam greve geral (o PC indiano, em virtude da aliança Alemanha-URSS, sustentou essa política). O Congresso retirou-se dos governos provinciais, a crise do estatuto colonial da Índia se fez aberta. E não fechou em 1941, com o ataque alemão à URSS, quando o Congresso mudou sua política, oferecendo cooperação aos países aliados, sem renunciar à reivindicação de um governo autônomo para a Índia. A missão britânica de Lorde Cripps entrevistou-se com o líder nacionalista Jawaharlal Nehru, buscando, sem conseguir, uma solução ao conflito dentro do quadro do estatuto colonial. Em 1942, a administração colonial inglesa da Índia começou uma forte repressão interna, com um milhar de mortos e 60 mil detidos, entre os quais o *Mahatma* Gandhi.

A situação da Índia tornou-se tensa desde a repressão ao levante popular de agosto de 1942. A inflação assolava a população. O ano de 1943 foi marcado pela “fome do século” em Bengala, onde os circuitos de distribuição foram bloqueados para as requisições de guerra. Para muitos britânicos a Índia era apenas um grande fardo (a dívida pública britânica já ultrapassava quatro bilhões de dólares em 1945); a persistência do “terrorismo” (a ação de grupos armados independentistas) alimentava a vontade de descolonização. Em março de 1946, o novo primeiro ministro inglês trabalhista Clement Attlee enviou uma missão ministerial para negociar a independência, com um projeto de união federal permitindo às províncias muçulmanas distinguir-se sem no entanto romper com a “União Indiana”. Mas no dia 10 de julho do mesmo ano, a necessidade da soberania da Constituinte prevista foi reafirmada na declaração de Nehru. Alguns dias depois, a Liga Muçulmana rompeu o acordo e se pronunciou em favor de um país separado. Menos de um mês depois, no dia 16 de agosto, explodiram manifestações sangrentas em Calcutá, com seis mil mortos. Conflitos e motins se sucediam nas unidades indianas do exército, aos aviadores e marinheiros de Bombay se juntavam os operários.

Só no fim da guerra mundial Gandhi e os dirigentes do Partido do Congresso foram libertados pela administração colonial. Nesse momento, o novo governo trabalhista inglês manobrou contra a perspectiva da independência da Índia, impulsionando ao mesmo tempo a partilha do país, favorecendo o enfrentamento religioso interno. O Partido do Congresso liderado por Mahatma Gandhi não enfrentou a divisão imposta ao subcontinente pelo colonialismo britânico, que determinou a constituição de vários países independentes (Índia, Paquistão, e depois Bangladesh - antigo Paquistão Oriental - Ceilão, atual Sri Lanka). Além disso, a Caxemira, alvo de disputa indo-paquistanesa, se edificou sobre a técnica conhecida como “sistema subjacente de alianças”: alguns Estados principescos deveriam aceitar as normas britânicas e um residente britânico que representaria a Coroa inglesa. Formalmente, a Caxemira era parte das Índias Britânicas, e depois da grande insurreição dos sipais na Índia, de 1857, foi usada como bastião da reação colonialista. Quando o nacionalismo do Congresso começou a consolidar-se, os príncipes da Caxemira foram usados diversas vezes para combatê-lo. Finalmente, em 1935, quando a aplicação inglesa da *Indian Act* foi aprovada, criando uma legislação central com um certo poder, para contrabalançar o peso dos nacionalistas, o plano foi realizado de modo a poupar os príncipes: os Estados principescos de Caxemira não estavam dentro da Índia.

O Congresso Nacional Indiano restringiu-se formalmente à Índia Britânica. Os príncipes de Caxemira eram autocratas semifeudais, sob proteção britânica, e reivindicavam falar por seus Estados no momento em que um voto censitário (13% da população) era utilizado para eleger a Assembleia Constituinte da Índia. As regras muçulmanas, por sua vez, sempre foram

proeminentes na Liga Muçulmana; os senhores feudais de Caxemira não hesitariam em optar pelo Paquistão, caso seus territórios estivessem dentro de suas fronteiras. Desde a década de 1930, o Congresso Nacional Indiano estava discutindo sobre a reforma agrária e abolição dos latifúndios semifeudais. Uma Conferência Popular de Estado lançou uma agitação pacífica em vários lugares. Mas em Caxemira surgiu uma situação diferenciada. Os aliados do Congresso impuseram normas tão exploratórias e brutais quanto seus predecessores feudais, marcadas, agora, pelo sectarismo da “comunidade hindu”. Aparte uma pequena classe de *jaigirdars* muçulmanos, estes foram privados de todos os direitos. O mesmo ocorreu com a maioria de budistas e hindus não-*rajput*, especialmente os hindus de Caxemira, conhecidos como *pandits*.

Em 1946, se produziram motins na *Royal Indian Navy*, ao mesmo tempo em que o Congresso obtinha 55,5% dos votos nas eleições provinciais (censitárias, com a participação de só 11% dos membros do sexo masculino adulto): a Liga Muçulmana obteve 427 dos 507 escaños reservados aos muçulmanos. Os acontecimentos se precipitaram, criando uma situação revolucionária na Índia, onde não faltaram manifestações de descontentamento e desobediência entre os *Tommies* (as tropas inglesas na Índia), assim como uma grave crise política na metrópole inglesa. A greve insurrecional dos marinheiros índios precipitou as definições políticas: para isso, o governo inglês tomou devida nota de que o Congresso e a Liga Muçulmana combatiam a greve revolucionária, que finalmente cedeu, declarando “render-se à Índia, não à Inglaterra”.

À Inglaterra, exausta pela guerra, não restava senão a manobra, não para evitar a independência, mas para dividir o novo país e influir na formação de seu nuevo governo. O primeiro governo interino índio começou a funcionar em setembro de 1946, sob a direção de Jawaharlal Nehru como primeiro ministro, nomeado pelo vice-rei britânico. Em 20 de fevereiro de 1947, Attlee anunciou que as autoridades britânicas se desvincilhavam de suas responsabilidades no território indiano em junho de 1948, o que foi antecipado em um ano. Lord Mountbatten, na própria Índia, desenhou o plano de divisão da antiga colônia em dois países (em realidade, em três ou mais territórios): a União Indiana, o Paquistão e os velhos Estados principescos, que se uniriam a um ou outro país. A Índia foi declarada independente, às pressas, em julho de 1947. O histórico representante dos “intocáveis” (os *dalit*), Ambedkar, foi nomeado ministro de Justiça do novo governo.

Para o imperialismo inglês, a carta de la divisão se mostrou a mais efetiva para evitar que a independência da Índia fosse o início de um cataclismo de todo o império colonial inglês (e não só inglês). A família Nehru, com seu fundo *brahmin*, caracterizou a hegemonia das altas castas no moderno movimento nacional indiano. As lideranças muçulmanas, com sua exigência uma representação política separada, deram o passo para um Estado muçulmano, que esteve na base do Estado de Paquistão (1947). As populações hindus e muçulmanas, no entanto, não estavam geograficamente separadas, como limites precisos (ou mesmo imprecisos): o separatismo desaguou em um conflito sangrento entre hindus e muçulmanos, uma guerra não declarada entre os Estados recém fundados de Índia e Paquistão.

A matança resultante resultou em milhões de mortos e refugiados de ambas partes. Os muçulmanos sobreviventes nos territórios em que eram minoria fugiram para o Paquistão; os hindus sobreviventes ao massacre dentro dos limites do Estado de Paquistão fugiram para a nova República da Índia. A independência foi de fato o início de uma guerra civil, de um banho de sangue provocado pelos antagonismos religiosos e nacionais. Eles não foram, no entanto, os únicos fatores: a agitação camponesa no Telengana (província de Hyderabad) se transformou no mesmo ano em uma insurreição, com redistribuição de terras e execuções dos grandes proprietários e funcionários coloniais.

A independência da antiga Índia inglesa rasgou assim o território em três fragmentos: o Ceilão, a própria Índia e o Paquistão, ele mesmo composto por vários territórios distantes dois mil quilômetros entre si. A transferência se deu sob a autoridade do Lord Mountbatten, último governador geral. Durante meses, os conflitos transformaram o país em uma “Índia de fogo”: uma dupla guerra civil assolou a fronteira do Punjab que cortava ao meio o território habitado pelos *sikhs*; aproximadamente 500 mil pessoas encontraram a morte nessa sucessão de massacres; os êxodos massivos foram a solução encontrada pelos cinco milhões que deixaram o Paquistão para a Índia e pelos seis milhões que de lá fugiram para o Paquistão. A partilha também deixou suas consequências no plano econômico: as fábricas de algodão de Bombay e de Ahmedabad dependiam das plantações do Paquistão, as tecelagens indianas de juta se encontravam na Índia e suas plantações no Paquistão; os indianos comandavam a alimentação dos canais de irrigação no Paquistão ocidental.

Os conflitos limítrofes armados entre Índia e Paquistão, além disso, começaram imediatamente após a independência dos dois países. O conflito se ampliou geograficamente e continuou na guerra entre Índia e Paquistão pela Caxemira (1947-1949). A população de Caxemira aderiu inicialmente às propostas do Congresso Nacional Indiano, acreditando que este os livraria da opressão dos grandes senhores. Essas esperanças foram traídas, e a Caxemira passou a ser usada como moeda de troca do jogo diplomático de um nacionalismo burguês que se manifestou incapaz de unir os diferentes povos da península Índica numa federação democrática, superando as divisões religiosas ou tribais.

Isto foi usado pelo imperialismo inglês para manter a influência sobre a região quando, depois da independência, foi estabelecido um acordo para a divisão de Caxemira (com 45% para a Índia, 33% para o Paquistão e o restante para a China, ainda sob o governo pró-imperialista de Chiang Kai-Shek), sob a égide da ONU, acordo que previa um referendo popular para o estabelecimento do status nacional de Caxemira, referendo que nunca foi realizado. O novo país, a Índia, surgiu com 22 estados federados, nove territórios autônomos e um distrito dotado de estatuto especial para a capital federal Delhi. A 30 de janeiro de 1948 o *Mahatma* Gandhi foi assassinado por um fanático religioso hindú em Delhi: sua família e a família Nehru, porém, mantiveram o controle da política indiana durante o meio século posterior. Em janeiro de 1950, finalmente, foi proclamada a Constituição da União Indiana.³¹⁹

Na China, logo no início de 1944 os esforços do general americano Stilwell para reconciliar nacionalistas e comunistas foi de encontro à intransigência de Chiang Kai-Shek, apesar da boa vontade e das concessões dos dirigentes comunistas. A partir de agosto de 1945 deu-se uma verdadeira caçada aos territórios: o território ocupado pelos japoneses foi confiado aos seus colaboradores chineses, encarregados de assumir o comando para evitar a ocupação pelos comunistas, transmissão de poder assegurada pela “ponte aérea” americana de 80 mil homens. Os comunistas, apesar de estarem sem acesso às cidades, retidos no campo até mesmo pelo exército russo, continuaram a estender sua influência. Nas cidades que foram por eles retomadas, Chiang organizou uma repressão feroz, especialmente em Xangai onde esmagou uma greve geral. As negociações continuaram no meio desta “paz”, mas foram rompidas em outubro de 1945.

O resultado da Segunda Guerra Mundial favorecera os aliados na China. As tropas da URSS ocuparam a Manchúria chinesa, até então em mãos do Japão. Pelos acordos EUA-URSS-Inglaterra, a China deveria ficar em mãos do governo nacionalista do Kuomintang (encabeçado pelo *generalíssimo* Chiang Kai-Shek), mas boa parte de seu território estava nas mãos dos Exércitos (4° e 8°) controlados pelo Partido Comunista (PCCh). Os comunistas ocupavam de fato o poder

³¹⁹ Percival Spear. *Historia de la India*. México, Fondo de Cultura Económica, 1969.

nessas áreas, mas estavam desorganizados. Realizaram então, em maio 1945, seu VII Congresso, onde, para marcar suas diferenças com Moscou, proclamaram o "Pensamento de Mao Ze Dong" como a "expressão do comunismo chinês". Os soldados dos corpos militares do PCCh não se engajavam pela força. Por esse motivo, o 4º e o 8º exércitos eram inteiramente compostos de voluntários. Os 4º e o 8º exércitos foram se transformando na "China em armas". Em 1944 controlavam dezenove "áreas liberadas", onde promoveram reformas democráticas (eleição dos órgãos de poder em votação universal e secreta, ainda que um terço dos cargos devia ser preenchido por comunistas). Os exércitos agrupavam 950 mil homens, apoiados por milícias populares (2.200.000 homens) e por unidades de autodefesa nas aldeias (cerca de 10 milhões de homens e mulheres). O domínio do PCCh abrangia um território de 950 mil quilômetros quadrados, com uma população de 100 milhões de habitantes.

Por outro lado, o PCCh esforçou-se em liquidar toda a dissidência no seu interior ou nos setores por ele controlados. Assim, o Estado Maior do seu exército mandou fuzilar o chefe militar trotskista Chou Li-ming. O dirigente dos trotskistas chineses, Chen Chi-chang, tinha sido morto pelos japoneses, enquanto Chen Tu-xiu, o fundador do PCCh, que tinha aderido à oposição trotskista na década de 1930, morria nas prisões de Chiang Kai-Shek. Os trotskistas proclamavam a necessidade de aliar a guerra com a revolução social (distribuição das terras aos camponeses), com o objetivo de garantir uma base social à luta contra o inimigo estrangeiro.

O general Marshall foi então incumbido de uma missão extraordinária na China: seus esforços foram concentrados na conciliação, um projeto de constituição e de formação de um "governo de união nacional", com a dissolução prévia das unidades militares comandadas pelos comunistas. Chiang Kai-Shek se opunha obstinadamente a qualquer acordo, enquanto os comunistas chegaram a lhe restituir a Manchúria conquistada no começo de 1946; crescia entretanto a repressão às manifestações nas cidades de Xangai e de Pequim. Pelos acordos com os Estados Unidos, estes davam apoio explícito ao governo de Chiang (57 divisões de Chiang, 700 mil homens, foram armadas e equipadas pelos EUA enquanto apenas 2% da ajuda da UNRRA, órgão de auxílio criado pelos aliados, destinavam-se às grandes regiões liberadas pelos comunistas). Em janeiro de 1947, quando chegou ao fim a missão Marshall, a guerra civil que havia prosseguido numa sucessão de tréguas, se generalizou, sucedendo à guerra sem transição.

No final da Segunda Guerra Mundial houve, desse modo, a retomada da guerra civil na China. A Frente Única Antijaponesa fora apenas um parêntese na guerra civil de 1927-1930. Desaparecido o "perigo japonês", as contradições internas da China reapareceram em toda a sua força. Os vencedores da guerra (URSS e EUA) tentaram, porém, minimizá-las. A condição imposta era a dissolução dos exércitos controlados pelo PCC. Stalin aconselhou o Partido Comunista chinês a aceitar, mas Mao aferrou-se decididamente às armas: sabia que perdê-las significava a morte certa, como acontecera em 1927 no massacre de Cantão. As armas dos japoneses, recuperadas pelo exército soviético, estavam em mãos do PCCh.

O PCCh, de fato, criara nos campos uma nova sociedade e um novo regime político. Dadas as condições efetivas da guerrilha, cada dirigente, cada militante, mesmo de base, podia ter a todo o momento de assumir, sozinho, decisões e iniciativas de que dependeriam a vida e a vitória daqueles que tinham posto sua confiança na vanguarda dos comunistas perante a invasão inimiga: precisamente por isso era necessária uma extrema firmeza na orientação ideológica geral, mas ao mesmo tempo uma ágil capacidade de decisões autônomas e de iniciativas responsáveis. Nesta perspectiva deve ser visto o relevo atribuído por Mao aos problemas de método na luta, a sua denúncia da estagnação, da abstração, do autoritarismo e da anarquia e o seu apelo simultâneo à firmeza nos princípios e à originalidade na sua aplicação.

Mas havia outras exigências: no fim da Longa Marcha, os comunistas chineses eram cerca de 40 mil, dispersos na clandestinidade, nas prisões, nas fileiras do Exército Vermelho ou espalhados pelas antigas «bases vermelhas» do Sul. Em 1942, os inscritos no Partido eram 800 mil, mas já eram mais de 1.200.000 quando, em abril de 1945, se reuniu em Yenan o VII Congresso do Partido (a dezoito anos de distância do VI Congresso, realizado em Moscou em 1928). As estruturas organizativas do Partido também tinham de ser reconstituídas, porque as que existiam nas cidades antes da repressão dos anos 1930 já não subsistiam, e as que se haviam formado a partir das bases na guerrilha e na Longa Marcha não bastavam para dirigir o novo esforço gigantesco se não fossem enquadradas, coordenadas, sistematizadas e, sobretudo, “verticalizadas” pela direção partidária.

Chiang Kai-Shek atrapalhou as negociações de paz, pois só tinha uma coisa em mente: acabar com os comunistas. Sentia-se confiante para isso depois dos reforços militares recebidos. Em julho de 1946 pôs em marcha a ofensiva contra os "vermelhos", com um exército enorme, novamente apoiado por 500 aviões, desta vez pilotados majoritariamente por oficiais norte-americanos. Para piorar as coisas para os comunistas chineses, em 1946, no curso das negociações de paz entre o PCCh e o Kuomintang, a URSS reconheceu diplomaticamente o governo do Kuomintang, na suposição de que o PCCh seria derrotado numa nova guerra civil (em 1950, após a proclamação da República Popular da China, Stalin reconheceu haver cometido um sério erro de avaliação). Mao tinha chegado a aprovar a fusão militar de seus exércitos com os de Chiang. Mas logo viu desvanecer-se a possibilidade de uma "nova democracia" sem guerra civil e, sobretudo, sem revolução social. Enfrentando primeiro a ofensiva de Chiang mediante a guerra de guerrilhas, Mao lançou em março de 1947 a Campanha do Noroeste, cuja palavra de ordem central era "reforma agrária imediata!". Desta vez, a luta pela democracia e pela unidade nacional não estaria separada da luta pela revolução social. Começou então a acontecer o que ninguém no mundo acreditava possível: os 4º e 8º Exércitos se transformam no Exército Popular de Libertação (EPL).

Abandonados por Stalin, cujo conselho apontando para a formação de um governo de unidade nacional com Chiang Kai-Shek eles tinham rechaçado, e cercados, pois o Exército Vermelho (soviético) havia entregue a Manchúria para Chiang, os líderes comunistas chineses tiveram que se confrontar com a mais poderosa ofensiva que as tropas nacionalistas jamais lançaram contra o seu exército. A única possibilidade que lhes restava (igual à situação que tiveram de enfrentar os líderes do PC da Iugoslávia em 1942-1943) era a mobilização revolucionária das massas. Rechaçando sua linha stalinista dos anos anteriores, adotaram um programa de reforma agrária, que foi saudado pelas massas com grande entusiasmo. Por todos os lados surgiram comitês camponeses e grupos de resistência que se organizaram para defender e estender a reforma agrária e para esmagar Chiang, o representante dos latifundiários.

O avanço do exército de Mao foi, sobretudo, o produto do recrutamento massivo do campesinato revolucionário e do paralelo colapso do exército camponês de Chiang, que foi contaminado pela revolução e pela fome de terras. O próprio PC chinês sofreu uma modificação em sua composição social: os filhos educados dos camponeses acomodados, que constituíam a espinha dorsal de seus quadros até esse momento (e alguns deles tenderam a se opor à explosão da violência camponesa elementar desatada pela virada realizada pelo seu partido) foram submersos pelo afluxo de novos militantes endurecidos na forja da própria revolução. O nascimento da revolução chinesa foi o começo do fim do stalinismo do PC chinês; o PC chinês deixou de se subordinar às diretrizes do Kremlin e ficou sob a dependência das massas e de suas ações; sua composição social foi realmente modificada.

O PC chinês conservou de seu passado uma série de conceitos burocráticos que vieram a refletir-se em suas ações: no tímido caráter de sua reforma agrária, em limitar-se ao Norte da China, e no

esforço consciente do PC para manter o proletariado urbano isolado na revolução. Mas, paralelamente à ação dos exércitos dirigidos pelos comunistas, a vida social se deteriorava totalmente nas regiões controladas por Chiang: o salário de um trabalhador qualificado permitia comprar, em 1946, 350 quilos de arroz por ano; em 1948, só 40. A inflação era galopante: de janeiro de 1946 até agosto de 1948, os preços multiplicaram-se por 67. A burguesia especulava e investia no estrangeiro. Um dólar valia 12 milhões de fabi (um fósforo, 200 fabi). De agosto de 1948, até abril de 1949, o índice de preços passou, em Xangai, de 100 para 13.574.000 (ou seja, os preços multiplicam-se por 135.740). Uma papelaria comprou, por exemplo, 800 caixas de notas de 2 mil iuan (1 iuan = 3 milhões de fabi) para... fabricar papel! A própria burguesia - incluindo os generais do exército de Chiang - vendia aos comunistas as armas recém-entregues pelos Estados Unidos.

A corrupção do exército “nacional” era total. A população pobre experimentava enorme repugnância diante do exército e do governo de Chiang. Além disso, este aparecia como agente direto dos Estados Unidos, e isto num país (a China) que levava mais de um século lutando contra as potências estrangeiras. O EPL transformou-se assim no autêntico exército chinês. A guerra civil e a guerra nacional transformaram-se em uma só. A vitória do EPL foi a vitória da China contra os seus opressores, assim como a dos camponeses e trabalhadores contra os seus exploradores. Às vezes os guerrilheiros do EPL pareciam na iminência de sucumbir. Recuperavam-se e tornavam a combater; mas quase ninguém fora da China contava com a possibilidade imediata de seu triunfo total. Ainda em 1948 Stalin aconselhava Mao, como aconselhara Chen Tu-Xiu vinte e tantos anos antes, a fazer as pazes com o Kuomintang; e ao ser informado dos planos de Mao para uma ofensiva geral, menosprezou-os por quiméricos e temerários (Stálin chegou a qualificar Mao de “Dom Quixote chinês”).



A guerra civil na China

Certamente, para evitar um rompimento público com Moscou, Mao assumiu a cor protetora da ortodoxia stalinista. Stalin se dava conta da complexidade do jogo de Mao; e não teria o tolerado em qualquer partido comunista situado numa esfera da política mundial que ele considerasse vital

para seus interesses. Mas até 1949 a China ocupava uma posição secundária nos cálculos de Stalin; e o comportamento de Mao parecia-lhe tão “quixotesco” - e exteriormente tão submisso, que não exigia a “excomunhão”: “Nunca os guerrilheiros chineses, durante sua longa provação, foram beneficiados com qualquer auxílio russo. Sentiam profundo ressentimento, mas sorriam e escondiam a decepção. Desde a guerra Stalin lhes dera motivo para nova e amarga indignação. As tropas soviéticas que ocuparam a Manchúria após a rendição do Japão trataram a região como se fosse território inimigo conquistado, e não uma parte da China. Os comunistas chineses ficaram horrorizados ao ver que os russos tratavam as indústrias da Manchúria como presa de guerra, desmontavam muitas fábricas e instalações e embarcavam-nas para a União Soviética. Aí estavam as origens de uma tremenda discórdia”.³²⁰

O exército dirigido pelo PCCh, o Exército Popular de Libertação, apoiado na rebelião de milhões de camponeses, foi inclinando a balança em seu favor. Rechaçados os primeiros ataques de guerrilha, passou então para a “guerra de posições”. O exército de Chiang se desestruturou, e muitos de seus efetivos passaram para o EPL, que assim reforçou suas fileiras. Chiang era totalmente incapaz de pôr fim à corrupção entre seus próprios homens. Em 1948, o EPL passou à ofensiva na Manchúria, no Norte e na China Central. Na Conferência de Hopei do PCCh de junho de 1948, Liu Shao-Chi, recém-chegado de Moscou, desaconselhou (provavelmente “inspirado” por Stalin) uma rápida vitória militar.

O PCCh e o EPL responderam com fatos: em janeiro de 1949 entraram vitoriosamente em Pequim, obrigando Chiang a fugir. Em dezembro, Chiang e o que restava de seu governo refugiaram-se na ilha de Formosa (Taiwan). A embaixada da URSS foi a última legação estrangeira a ficar ao seu lado, até o último momento. Em 1.º de outubro de 1949 foi proclamada a República Popular da China (RPC). No seu governo, o PCCh (único partido político nacionalmente organizado e com apoio de massas) não era majoritário, simplesmente porque não o queria. Na composição da Conferência Política Consultiva havia representantes dos partidos políticos (142), regionais (102), do Exército (60), diversos (profissões, associações culturais, minorias nacionais, chineses de ultramar) (206) e “personalidades convidadas” (75). No novo governo, a viúva de Sun Yat-sen representava simbolicamente a “burguesia nacional”. A unidade nacional da China, enfim alcançada, tinha sido obrigada a passar por cima do cadáver do partido designado pelo PCCh como representante da burguesia nacional: o KMT, que constituiu um “governo no exílio” em Formosa (esse sim com apoio da burguesia chinesa). O governo de Taiwan, proclamada república independente, foi reconhecido como única representação estatal chinesa na ONU até a década de 1970.

A política do PCCh no governo da RPC foi assim resumida por Mao, em 1950: “Nós entendemos que a meta desta revolução não é acabar com a burguesia em geral, mas é acabar com a opressão nacional e feudal; que as medidas tomadas nesta revolução não visam a abolir, mas a proteger a propriedade privada, e que, como resultado desta revolução, a classe trabalhadora poderá constituir a força que conduzirá a China ao socialismo, embora o capitalismo possa ainda crescer em certa medida durante um tempo bastante longo. ‘Terra para os pequenos proprietários’ significa a transferência da terra dos exploradores feudais para os camponeses, transformando a propriedade privada dos senhores feudais em propriedade privada dos camponeses, emancipados das relações agrárias feudais, permitindo assim a transformação de um país agrícola em um país industrial”.

³²⁰ Isaac Deutscher. *Op. Cit.*

Em apenas cinco anos, porém, quase toda a burguesia chinesa, começando pelos grandes proprietários ausentes, foi expropriada.³²¹ Com o partido comunista no poder, deu-se uma rápida transição para a economia socialista. As coisas aconteceram muito mais rapidamente do que Mao e a direção do PCCh previam. Não se tratou só de uma questão de “ritmo”, mas da natureza social do processo econômico. A burguesia chinesa, que durante os séculos XIX e XX tinha se mopestrado incapaz de encabeçar uma revolução democrática e uma luta frontal contra a opressão estrangeira e os grandes proprietários de terra, manifestou-se também incapaz de acompanhar tal processo, quando executado por um partido que representava as massas. A passagem para uma economia onde predominasse a propriedade social foi surpreendentemente rápida, mas a causa foi mais política do que econômica. A burguesia não podia tolerar que o Estado (o primeiro que realmente unificava a China depois da queda da última dinastia) ficasse sob a direção de organismos sob pressão dos trabalhadores, o PCCh e o EPL, e começou de imediato um processo de boicote. O sinal foi dado pela potência na qual a burguesia chinesa tentara se apoiar para reconstituir seu Estado depois da Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos.

Os EUA estenderam logo um cordão de isolamento ao redor da "China Vermelha", negando-lhe reconhecimento diplomático (na ONU, o governo de Chiang Kai-Shek foi reconhecido como o legítimo governo chinês, apesar de exercer sua autoridade só na ilha de Formosa) e intercâmbio econômico. Chegou-se a proibir que qualquer cidadão norte-americano pusesse os pés na RPC. Assim tratou o "mundo livre" uma revolução que, no entanto, não lhe manifestou de início qualquer hostilidade. Quando a República Popular da China foi proclamada, o nível da produção agrícola e industrial da China era inferior àquele anterior à Segunda Guerra Mundial. Em doze anos, a inflação multiplicara os preços por oito bilhões; os transportes estavam totalmente desorganizados; a maioria das instalações do "coração industrial da China" (a Manchúria) tinham sido desmanteladas pela URSS ou destruídas pelo exército de Chiang.

O governo da RPC tentou enfrentar esses problemas através da política definida por Mao Ze Dong. Em 1949, mesmo depois da nacionalização de certas indústrias chave, e das propriedades dos dirigentes do KMT, o capital privado controlava ainda 48,7% da produção industrial. Foram adotadas uma série de medidas: um Tratado de Cooperação com a URSS, assinado por Mao e Stalin, que resultou num empréstimo da URSS de 300 milhões de dólares em cinco anos (isto representava apenas 3% dos investimentos nacionais; os 97% restantes seriam fornecidos pelo esforço do povo chinês); a adoção de uma série de leis: sindical, de reforma agrária, de casamento (que anulava a tradicional poligamia masculina), de divórcio; a constituição de três "companhias mistas" com a URSS, que enviou à China vários técnicos; aumentos salariais de 100% inicialmente e mais 30% depois. Depois de um ano de governo, o premiê da RPC, Zhou En-lai, pôde anunciar: o território estava pacificado, a unidade nacional realizada, a inflação estava contida desde março de 1950, e 90% das estradas de ferro estavam reconstruídas. Mas ao boicote econômico da burguesia (evasão de capitais), existente desde o início, somou-se, a partir de 1950, a intervenção da RPC na guerra da Coreia, onde Syngman Rhee liderava o governo pró-americano e ameaçava as fronteiras da China (dessa guerra resultou a divisão do país em Sul e Norte). A RPC viu-se na obrigação de realizar grandes investimentos no orçamento da defesa e a avançar na estatização da economia.

O *Jen Min Ji Pao* (jornal do PCC), de 25 de outubro de 1950, conclamou a "corrigir radicalmente a política de generosidade" para com a burguesia. A partir de 1950, os elementos sociais de uma mudança política se definiram: nos campos, atividade dos “tribunais populares”, com execuções e condenações a trabalhos forçados aos antigos proprietários; uma campanha política nacional

³²¹ Enrica Collotti Pisichel. *Storia dell'Asia orientale 1850-1949*. Roma, Carocci, 2004.

contra o imperialismo norte-americano; a repressão às atividades das igrejas, sobretudo às missões estrangeiras; finalmente, as tropas chinesas ocuparam o Tibete, em 1950; o PCCh lançou o movimento dos "três anti" (contra a corrupção, contra o desperdício e contra a burocratização). Gerou-se um clima geral de tensão, onde não faltou o medo de uma grande fome, em 1951.

Na Manchúria, o dirigente comunista Kao Kang deu início a um plano pelo aumento da produção, seguindo o "modelo soviético". Tratou-se de uma mudança que foi oficialmente sancionada em dezembro de 1952, quando Chou En-lai anunciou o Primeiro Plano Quinquenal, e em outubro de 1953, quando o PCC anunciou a "nova linha geral para a transição ao socialismo". No início de 1952, quatro quintos da indústria pesada já haviam passado para as mãos do Estado; no fim de 1952, a reforma agrária estava 75% realizada e 12 milhões de hectares passam para 90 milhões de pessoas; os empresários privados ficaram com apenas um terço do comércio atacadista, metade do varejista e um terço da produção industrial. O governo criou uma Comissão da Planificação do Estado (com Kao Kang), e no Plano Quinquenal deu-se prioridade à indústria pesada: anunciou-se um investimento de 18 bilhões de dólares, num ritmo incrível: 25 % do produto nacional seria consagrado à indústria, em 1956 (na época da sua industrialização, os EUA nunca investiram mais de 20% do PIB). Um esforço semelhante só era possível através de uma rápida estatização do excedente nacional. O ritmo da "socialização da economia" superou todos os planos dos dirigentes do PCCh.



Concentração popular-camponesa para a reforma agrária na China, junho 1950

Em 1955, decidiu-se a coletivização da agricultura. Um ano depois, 96 % dos camponeses encontravam-se organizados em um milhão de cooperativas: o plano previa que só um terço dos camponeses se encontraria nessa condição no fim de 1957. A coletivização completa só estava

prevista para 1960, o que já era muito rápido. A produção agrária continuava sendo a base da economia chinesa. O ponto de partida foi muito baixo: em 1951, o parque de tratores era de duas mil unidades (um trator para cada 120.000 acres, contra um para cada 119 nos EUA, ou um para cada 998 na URSS). O PCCh encampou o movimento em 1956, com as “Três Transformações Socialistas” - expropriação da burguesia industrial, expropriação do comércio urbano e implantação de um movimento cooperativo no campo. As “Três Transformações” sancionavam uma situação já existente na sociedade chinesa: o "tempo bastante longo" que Mao previra para o fim do capitalismo chinês limitou-se, na verdade, a poucos meses.

A Revolução Chinesa tinha se transformado, num processo sem solução de continuidade, isto é, *permanente*, em revolução socialista. Com ela, a revolução colonial, nascida antes da guerra mundial, desenvolvida durante a guerra mundial, obtinha sua maior vitória mudando seu caráter de classe. A China conquistou definitivamente sua unidade nacional sob direção comunista; o imenso e populoso Hindustão, sob direção do nacionalismo burguês e de casta, ao contrário, pagou por isso o preço de sua divisão em meia dúzia de Estados.

18. A CONTRARREVOLUÇÃO METROPOLITANA

Um governo de abertas simpatias nazi-fascistas sobreviveu à guerra na Europa, a ditadura da Espanha de Francisco Franco: seu “caso” foi levantado em Potsdam por Stalin, que preferiu não insistir no assunto diante do mutis de seus aliados. Apesar da presença na frente russa da Divisão Azul de Franco, ela não foi considerada “força beligerante” e, portanto, Espanha não seria “liberada”. Em setembro de 1944, a tentativa de penetração na Espanha de entre 10 a 20 mil resistentes espanhóis vindos da França, realizada apesar da reticência do PC espanhol, foi mal sucedida, chocando-se com o exército de Yagüé. Ela teve seu fim com a ordem formal de retirada dada pelo dirigente do PC espanhol Santiago Carrillo. Durante os futuros trinta anos da *noche negra* franquista, o regime militar-clerical se sustentou na repressão e na convicção, no ocidente, de que ele “garantia a ordem interna”, além de ser um bastião seguro contra a União Soviética e o comunismo. Logo no início de 1945 a aviação dos Estados Unidos havia utilizado, na Espanha, aeródromos que se tornaram bases militares permanentes dos EUA.

O apoio dos Estados Unidos a Franco já era explícito antes do fim da guerra. No *New York Journal American* de 14 de fevereiro de 1945 lia-se: “Com a derrota iminente da Alemanha e sua destruição enquanto bastião contra o comunismo, a Espanha e Portugal assumem o papel de barreira contra a onda vermelha”. A guerra fria já estava na agenda norte-americana:³²² “O pós-guerra europeu supunha abrir uma porta à todas as forças políticas espanholas exiladas, confiantes em que sua contribuição para a vitória sobre o fascismo europeu ver-se-ia recompensada com um justo apoio à luta contra o sobrevivente espanhol de idêntica matriz ideológica, o franquismo”;³²³ essa esperança viu-se totalmente frustrada. As pequenas unidades guerrilheiras do PCE (Partido Comunista Espanhol) na Espanha languideceram (sem apoio sólido sequer da URSS) até desaparecer; a própria ANFD (Aliança Nacional de Forças Democráticas) criada em outubro de 1944 dividiu-se e naufragou, com o PCE denunciando sua infiltração pelos serviços secretos ingleses.

Da mesma forma que não houve, na Europa, um “V Day”, mas uma série de capitulações que se prolongou durante meses, a ordem não foi restabelecida em pouco, nem por muito, tempo na Europa. Até na Grécia, onde o conflito interno se tornou uma verdadeira guerra, os partisans retomaram as armas dois anos após sua derrota, e foi preciso aguardar durante mais de vinte anos o golpe de estado dos coronéis para quebrar por alguns anos o movimento operário e popular. Na França e na Itália, durante três anos a ordem burguesa teve de continuar recorrendo aos serviços de ministros comunistas. A “reconstrução” da Europa se identificou com o período em que a revolução social foi contida na Europa, embora ela abalasse, sobretudo na Ásia, a partilha do mundo realizada pelas potências. Yalta e Potsdam foram o cenário escolhido pelos “grandes” para dividir o mundo em áreas de influência “permanentes”. Para tanto teria sido necessário dispor da possibilidade de parar o curso da história, ou de congelar o conflito entre as classes, gerado por contradições agravadas pela própria guerra mundial.

As consequências políticas na Europa não seguiram o curso que se esperava na chamada “liberação”. Esta não significou uma mudança das condições de vida, mas, se fizemos abstração dos espantosos sofrimentos diretos causados pela guerra, sua agravação.³²⁴ Durante os dois anos que seguiram o fim das operações militares, após a contenção vitoriosa da revolução social, a

³²² John Lewis Gaddis. *Estados Unidos y los Orígenes de La Guerra Fría 1941-1947*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1989.

³²³ Felipe Nieto. *La Aventura Comunista de Jorge Semprún*. Buenos Aires, Tusquets, 2014, p. 81.

³²⁴ André Bendjebbar. *Op. Cit.*

situação econômica e social europeia beirou a catástrofe. Um indício significativo desse processo foi a data das primeiras eleições destinadas a erguer um governo “democrático” nos países europeus, de acordo com a promessa que havia sido feita pelos aliados. Na Holanda elas ocorreram doze meses após a liberação de sua capital; na França, treze meses depois; na Checoslováquia, 14; na Bélgica, 17; e finalmente na Itália, 24 meses depois.

Na França, os movimentos de resistência, a CGT, sindicato que acabava de se reconstituir como central unitária onde os comunistas eram majoritários, e o PCF, faziam pressão sobre os chefes de empresas para que eles colaborassem com eles no quadro dos “comitês patrióticos de empresa”. Era a batalha pela produção justificada pelo prosseguimento da guerra: “A greve torna-se uma arma dos trustes”, segundo a expressão de Maurice Thorez, o dirigente do PCF que, em 21 de julho de 1945, discursou diante dos mineiros de Waziers (Norte da França): “É preciso aqui, caros camaradas, saldar o sacrifício de vossos camaradas da metalurgia que renunciaram a suas férias pagas para fabricar para vocês martelos perfuradores. São os mesmos camaradas que, no último inverno, nas forjas e oficinas de Meudon, havendo falta de energia elétrica durante o dia, pediram e obtiveram de sua direção, trabalhar de noite num frio rigoroso e sem suplemento salarial, para poder produzir para vocês”.

Um de seus próximos, o coronel Passy, explicou que o general de Gaulle fingiu acreditar que o PCF representava uma “terrível ameaça”. Os comunistas foram membros do governo provisório e, até maio de 1947, ocuparam responsabilidades ministeriais: ministérios do Trabalho, da Produção Industrial, da Economia Nacional, da Reconstrução, da Defesa Nacional... Em novembro de 1946, Maurice Thorez, que já era vice-presidente do Conselho de ministros, reivindicou para si o posto de presidente do Conselho, uma espécie de primeiro-ministro. Apesar do seu “programa aceitável para todos os republicanos” sua candidatura não foi mantida. Ao mesmo tempo, aureolado do título que ele se concede de “partido dos fuzilados” e do prestígio da União Soviética, o PCF tornou-se o primeiro partido político da França, com 380 mil aderentes em janeiro de 1945, 800 mil no final de 1946. Sua imprensa tirava dez milhões de exemplares, um quarto de toda a tiragem da imprensa nacional. Nas eleições para a Assembléia Constituinte, em 21 de outubro de 1945, o PCF obteve 5.011.000 votos, 26,1% dos eleitores, e o maior número de cadeiras (148) entre todos os partidos. Mas o PCF era um partido da ordem. Na França, um jornal clandestino, embora nem marxista, nem próximo da classe operária, *Combat*, no qual escrevia Albert Camus, escolhia como divisa: “Da Resistência à Revolução”? Era isso que reavivava os pesadelos de Stálin: “Ele contemplava com incredulidade e temor a maré montante da revolução que ameaçava levar a muralha do 'socialismo num só país' ao lado da qual ele tinha edificado o seu templo. Aquele que era tido como um profeta do marxismo e do leninismo aparecia neste momento como o homem mais conservador do mundo”.³²⁵

No que diz respeito à economia, apesar da “batalha pela produção” abraçada em todos os países pelos chefes do movimento operário, a situação se caracterizou pela extrema lentidão da reconstrução, o marasmo mais do que a retomada econômica. Na França a produção industrial de 1944 não passava de 30% da produção de 1938, e atingiu apenas 50% em 1946. A Holanda atingiu 60% em janeiro de 1946. A Alemanha, que pela guerra perdeu mais de um terço de seus homens adultos e 50% de suas riquezas naturais, se viu privada do valor de 300 milhões de dólares na zona ocidental, e de 4 bilhões para a zona russa, ou seja, 70% do seu potencial industrial. O balanço acusava portanto, uma situação financeira catastrófica, um déficit gigantesco no orçamento (seis vezes superior ao de 1938 na França), uma circulação fiduciária excessiva que gerava uma inflação galopante.

³²⁵ Isaac Deutscher. *La Russie après Lenine*. Paris, Seuil, 1954.

O problema do abastecimento se agravou. O mercado racionado ofereceu aos alemães apenas mil calorias diárias contra as 1.500 mínimas necessárias, aos franceses apenas sete quilos de açúcar por ano no lugar dos 25 quilos de antes da guerra. Os dois outros mercados, o “cinza”, baseado no sistema de troca, e o negro, ofereciam praticamente tudo a preços astronômicos, fora do alcance dos assalariados e da massa da população. De um modo geral, houve um aumento salarial após a liberação, mas não acompanhando a elevação dos preços; em relação ao período anterior à guerra o salário real sofreu uma queda de 50%. O desemprego continuou: 300 mil desempregados na Bélgica em 1945, quatro milhões na Itália em 1946...

A crise da sociedade que se alastrava por todo o território europeu lembrava de forma trágica à Alemanha no fim da Primeira Guerra Mundial: as regiões bombardeadas e os centros industriais sofriam uma assustadora crise de moradia (na Alemanha, apenas 1/4 das casas foi reconstruído nos dezoito meses posteriores ao fim da guerra); a mortalidade, especialmente a infantil, assim como as doenças infecciosas, progrediam impiedosamente; e finalmente os fenômenos de decomposição social, bandos de crianças abandonadas circulando na Itália e na Alemanha (em Brandeburgo o número delas era avaliado em dez mil; *Alemanha Ano Zero* de Roberto Rossellini, filmado em 1945 retratando essa situação, transformou-se num marco do neorealismo italiano e do cinema em geral), prostituição em larga escala, tráfico de toda espécie e fortunas insolentes construídas às custas do mercado negro. *The Economist* fazia um balanço da situação alemã no final de 1946 e a qualificava de “acumulação apocalíptica de desastres”. No *Manchester Guardian* de 8 de fevereiro de 1947 podia-se ler: “Apenas o terrível frio, a apatia por estar continuamente esfomeado e uma miséria humana além de todo pensamento de revolta impedem a explosão de levantamentos desesperados”.

A situação da França não era tão desesperadora à primeira vista. No entanto, homens políticos e de negócios de 1946 a comparavam, sempre em particular, à Alemanha de 1923. No âmbito político houve ao desgaste dos governos de coalizão. Os partidos operários, socialistas e comunistas, participaram destes governos já que sua autoridade parecia necessária, após a liquidação dos elementos de duplo poder, para dar uma coloração “socializante” às medidas de proteção à economia e as nacionalizações. As “reformas” eram apresentadas como conquistas operárias: as “comissões internas” italianas foram transformadas em comitês de empresa. A participação efetiva destes partidos se revelava indispensável para moderar, e até mesmo impedir quando necessário, as reivindicações operárias, convencer à classe trabalhadora da necessidade dos “sacrifícios” para reconstruir uma economia que nunca deixou de ser capitalista (na França, o PC explicava que os trusts eram os responsáveis pela sabotagem da produção e que não queriam a reconstrução econômica do país).

Pouco a pouco o mapa político adquiriu novas formas: a “direita” (isto é, a direita abertamente nazi-fascista) desapareceu, passando a sustentar de um modo geral os novos partidos cristãos, o PSC na Bélgica e na Alemanha, o MRP na França e a DC na Itália. Os movimentos de resistência perderam sua definição política e seu perfil libertário; seus chefes passaram a integrar os partidos tradicionais. Os partidos das coalizões governamentais - inclusive os comunistas - se gabavam, no entanto, do “programa da resistência”, que não ia além de um certo número de “reformas de estrutura”. As batalhas políticas travadas em torno das novas “constituições” apresentaram cisões das classes dominantes: por um lado, o rei Leopoldo III da Bélgica cristalizava à sua volta os elementos das classes dirigentes que queriam um Estado forte, mas teve de ceder diante das manifestações de rua. Por outro lado, o general de Gaulle entrou em conflito com o “regime de partidos”, deixou o poder a uma coalizão tripartite, se colocando na “reserva”, como campeão potencial de um regime bonapartista (o que acabaria acontecendo doze anos depois, com o golpe de 1958 que deu lugar à V República).

A inflação, a queda do nível de vida, provocou um levante operário que a “polícia sindical” não conseguiu impedir: na França, por exemplo, as greves nas empresas de imprensa, em seguida dos correios, foram combatidas com afinco pela direção da CGT e sua fração comunista. Mas, acima de tudo, em fevereiro de 1947 o exemplo da greve da Renault, onde apareceram em posição dirigente os trotskistas, combatendo as diretrizes da CGT e do PCF, foi o sinal inicial de uma onda de greves que durante meses se estendeu por diversos ramos produtivos.

Na Itália, em 1945, foi preciso a autoridade política do PCI para obter um desarmamento parcial das unidades de partisans. O descontentamento, alimentado pela miséria e pelo desemprego, crescia na medida em que a imprensa atacava as greves e manifestações, denunciando os “crimes” comunistas; a “depuração” contra os fascistas teve um caráter bastante limitado, com numerosos fascistas se reciclando como “democratas”.³²⁶ Em 22 de agosto de 1946, começa o que o historiador Piscitelli chama de “rebelião partidária”: várias centenas de partisans armados ganham a montanha e proclamam o “Comando Geral dos Partisans Revolucionários”. O movimento se estende em todo o norte do país. Em Pallanza, uma prisão foi atacada para libertar partisans acusados. O governo de Gasperi negociou com uma delegação vinda de Roma e fez importantes concessões materiais. O Partido Comunista e o Partido Socialista conseguiram, a grandes penas, convencer os chefes partisans a abandonar sua atitude “insurrecional”.

Na Alemanha também, depois do terrível frio do inverno de 1946-1947, começou uma onda de greves. A 2 de abril de 1947, 300 mil grevistas se reuniam na região mineira-siderúrgica do Rühr “contra a fome” (a ração alimentar havia caído para 800 calorias na zona norte-americana, e para 750 no Rühr), e mais 250 mil manifestantes se fizeram ver nos grandes centros urbanos. Os dirigentes sindicais social-democratas se viram submersos pelo movimento que escapava ao seu controle, atingindo inúmeras cidades, reivindicando a abertura dos livros de contas das empresas, o controle operário da produção, e até a socialização da economia. Depois de numerosas manifestações e greves parciais, o movimento culminou na fracassada greve geral de novembro de 1948. Na Espanha franquista, onde ainda havia 200 mil prisioneiros políticos, e onde, no mesmo ano de 1947, os dirigentes sindicais Manuel Rodriguez e Cristino Garcia foram fuzilados, iniciou-se no dia 1º de maio, em Bilbao, a primeira grande greve depois da guerra civil, com 60 mil grevistas em 7 de maio; seis mil prisões foram decretadas pelo regime franquista, atingindo todas as lideranças grevistas. Dois anos após o final da guerra, levantando-se contra as próprias direções dos partidos que lutaram pela união e a “paz civil”, eram estes exemplos do espectro da revolução que ressurgia?

Os governos de “união nacional” do Leste europeu não tinham a revolução social em seu programa, mas apenas o estabelecimento de regimes democráticos aliados à União Soviética. Lá também, os PCs que se beneficiavam da presença direta e do apoio do exército russo, tiveram de pagar um alto preço às tentativas de escape do movimento de massas ao seu controle. Por exemplo, na Alemanha, os “comitês anti-fascistas” foram dissolvidos e, assim como na Checoslováquia, os conselhos operários de local de trabalho foram integrados às empresas, os sindicatos reorganizados (a direção da ROM, central sindical tcheca, passou a ser designada pelos partidos da coalizão).

³²⁶ Cf. Hans Woller. *I Conti con Il Fascismo. L'epurazione in Italia 1943-1948*. Bolonha, Il Mulino, 1997: “Em 1943 Itália foi o primeiro país a derrubar um regime fascista, e foi o único que o fez com suas próprias forças, antes da chegada dos aliados. Enquanto Hitler, Qusling, Horthy ou Mussert estavam ainda solidamente no poder, Itália rompeu decisivamente com seu passado, inicialmente com relutância e sob a forte pressão das potências ocupantes, depois com um empenho sempre maior e finalmente, no biênio 1944-1945, com um rigor quase revolucionário que custou a vida a muitos fascistas, mas também suscitou uma forte reação que, já em 1946, levou a uma anistia tão ‘benévola’ que muitos a consideraram como uma ato de clemência geral” (p. 569).

A desagregação da burguesia leste-europeia após a ocupação e a derrota alemãs, a necessidade de controle pelos ocupantes, e a necessidade de responder ao menos aparentemente às aspirações das massas que esperavam da “democracia popular” a aniquilação da burguesia e da aristocracia fundiária levaram, num primeiro momento, à nacionalização dos bens industriais e comerciais pertencentes aos nazistas, aos alemães ou aos seus colaboradores. A realidade precedeu a lei. Paralelamente ocorreu uma reforma agrária que expropriou sem indenização as terras dos *junkers*, dos magnatas ou ainda das minorias alemãs expulsas. A média e a pequena burguesia aliou-se aos partidos “camponeses” de inspiração social-cristã, membros da coalizão governamental: o “Partido Popular” na Polônia, o “Socialista Nacional” na Checoslováquia, os “Pequenos Camponeses” na Hungria, o “Nacional-Camponês” na Romênia, os “Agrários” na Bulgária. Estes partidos obtiveram resultados que não podiam ser negligenciados nas eleições, onde eles se apresentaram separadamente dos PCs quando isso era possível. Os PCs que em geral, controlavam a polícia, constituíam o núcleo das organizações de massas e controlavam os partidos social-democratas com os quais, muitas vezes, chegaram a fusionar, como no caso exemplar da Alemanha oriental (onde a fusão deu nascimento ao SED, Partido Socialista Unificado da Alemanha).

Em todos os países do Leste, foram executados planos de curto prazo que visavam a reconstrução econômica. Quando analisados em relação à situação inicial precária e ao ponto de partida catastrófico, os resultados se revelaram positivos. O nível de vida dos operários aumentou na Polônia e na Hungria, e não diminuiu na Checoslováquia. O mercado negro foi severamente punido, muitas vezes com medidas extremas, como o bloqueio das contas bancárias na Alemanha do Leste. Por outro lado, na Iugoslávia, onde o conjunto da indústria havia sido nacionalizado desde 1946, e a burguesia cassada da vida política, um plano bem mais ambicioso foi adotado. Foi um início de revolução, limitada e estreitamente controlada pela burocracia stalinista. O outro aspecto foi o desenvolvimento de uma burocracia de Estado pletórica, que absorveu grande número de elementos das antigas classes possuidoras, e sempre submetida a um controle rigoroso por uma polícia política nas mãos dos dirigentes dos PCs, e sob o controle e domínio do Kremlin.

Nascia assim um conjunto de “Estados Operários deformados (ou burocratizados)”, resultantes da expropriação da grande propriedade fundiária e do capital, e do controle e repressão das tendências revolucionárias (dirigentes trotskistas, como o poeta Zavis Kalandra na Checoslováquia, ou militantes anarquistas, foram detidos ou simplesmente fuzilados; em breve a “nova burocracia” [ou “nova classe”, para Milovan Djilas] conheceu seus expurgos stalinistas, desta vez com um viés claramente antisemita, começando pelo processo do dirigente comunista Laszlo Rajk, na Hungria). Ressaltemos uma sequela do fato da revolução ter sido mal contida na Grécia: no final de 1946, apesar das reticências do PC grego, como reação defensiva ao terror branco, e sem dúvida sob a pressão do PC iugoslavo, um exército de partisans foi reconstituído nas montanhas sob o comando do general Markos, beneficiando da ajuda iugoslava.

A questão central do destino da Europa estava, no entanto, na Alemanha. A política nacional-revanchista levada adiante pelo exército da União Soviética levou a que as tropas alemãs defendessem até o último quartelão de Berlim em abril-maio de 1945. A colaboração contrarrevolucionária entre o imperialismo anglo-americano e a burocracia dirigente da URSS foi decisiva para que a derrota nazista não levasse ao início da revolução proletária nesse país, que seria, como duas décadas antes, a peça-chave da revolução europeia. A concordância soviética com os imperialismos “aliados” em ocupar e dividir militarmente a Alemanha fez pender uma espada de Dâmocles sobre a cabeça da classe operária alemã, que foi a arma principal para reconstituir o Estado na Alemanha depois da degradingolada nazista (permitindo inclusive a

reciclagem de numerosos quadros nazistas na nova ordem). A ação e a autoridade da URSS pesaram para combater a tendência para a unidade operária na Alemanha, que teve inúmeras manifestações: criação de um “partido dos trabalhadores” unindo ex-prisioneiros socialistas e comunistas na Turíngia, em abril de 1945; de um “partido socialista unificado” em Brunswick; de um “comitê de unidade” socialista-comunista no campo de concentração de Buchenwald.³²⁷



Churchill, Truman e Stalin em Berlim

Se foram as tropas inglesas as que dissolveram, em Hamburgo, o “Comitê de Ação” socialista-comunista,³²⁸ foi a direção militar soviética a responsável pela dissolução dos Comitês Antifascistas no país todo. A mola-mestra da reconstituição da Segunda Internacional, neste período, foi o SPD alemão. Este conheceu uma grave crise logo após a queda de Hitler e a derrota alemã, quando os resistentes antinazistas do SPD iniciaram uma dinâmica unitária com os comunistas (“Unidade! Nunca mais divisão e luta fratricida”, foram as palavras de ordem lançadas) e outras organizações de esquerda, em que se colocavam as bases de uma frente única

³²⁷ O marechal Jukov comandou as tropas soviéticas que ocuparam Alemanha Oriental. Não só por isso, esperava-se muito de suas *Recordações e Reflexões* (Gueorgui Zhukov. *Memorias y Reflexiones*. Moscou, Progreso, 1970), compiladas e editadas em um volume publicado em 1969. O maior interesse e expectativa reinava em torno das revelações que Jukov poderia fazer a respeito de um assunto que conhecia de primeira mão, o grande expurgo de que foram vítimas tantos de seus companheiros de armas, quando Stalin privou o Exército Vermelho da nata de sua oficialidade. Mas as memórias do marechal constituíram uma decepção. A obra foi produzida e editada de acordo com um critério de mútuas concessões com a alta burocracia russa. Se Jukov foi autorizado a dizer alguma coisa do que pretendia, o preço que teve de pagar por essa liberalidade foi pesado. Com exceção de experiências pessoais, Jukov pouco acrescentou ao que se sabia sobre a guerra civil e os primeiros anos do Estado soviético. Quem esperava uma análise do papel de Trotsky, como comissário da Guerra e forjador do Exército Vermelho também ficou desapontado. Omissão maior ainda - ou indício seguro de que a censura extorquiu do marechal um alto preço para permitir-lhe que publicasse uma parte das suas recordações - é a insignificante alusão ao grande expurgo, tratado apenas de passagem, em dois breves parágrafos. A diminuta referência prova de que os censores soviéticos não vacilaram em cortar passagens do texto, uma vez que o próprio autor já manifestara seu propósito de denunciar os responsáveis pelos crimes e ilegalidades cometidos sob o stalinismo.

³²⁸ Françoise Foret. La reconstruction du SPD après da 2ème Guerre Mondiale. *Le Mouvement Social* nº 95, Paris, abril de 1976.

operária. Os Estados Maiores dos exércitos ocupantes intervieram para bloquear essa perspectiva. Ao Leste alemão, o SPD consentiu na sua absorção pelo partido stalinista (PC), que criou as bases de um poder burocrático na RDA que não passava de uma folha de parreira da ocupação do país pelas tropas russas. No Oeste, o SPD foi reorganizado sob a liderança de Schoemacher, com base na interdição do Partido Comunista Alemão e na aliança com os representantes norte-americanos.

Sobre essa base foi reconstituída, no Oeste da Alemanha, a socialdemocracia, com a colaboração das tropas de ocupação anglo-americanas, para criar uma peça-chave para a reconstituição do Estado na Alemanha Ocidental: “Foi no contexto desse medo universal que a estratégia e a tática a serem aplicadas na Alemanha foram decididas em comum entre os imperialistas aliados e a burocracia stalinista, com vistas à destruição de toda possibilidade de uma revolução alemã (...) No plano econômico, isto manifestou-se no infame plano Morgenthau, que propunha o desmembramento da Alemanha, a destruição da sua base econômica e sua ruralização (...) Todos lembram do ditado de (Ilya) Ehrenburg, ‘o único alemão bom é o alemão morto’, que foi repetido um milhão de vezes pelos meios de comunicação (...) A classificação de todo alemão como pária constituía a política contrarrevolucionária comum para garantir que não haveria revolução alemã. Ainda depois de finda a guerra, continuavam vigentes as ordens que proibiam às tropas aliadas qualquer confraternização com a população alemã (...) Stalin levou adiante uma política deliberada quando, depois da ocupação de uma região alemã, substituía as tropas de assalto por unidades vindas das regiões mais atrasadas (da União Soviética), com as conseqüentes de pilhagens, violações, assassinatos, etc. A política de capitulação incondicional atingiu seu objetivo, a destruição de toda possibilidade de revolução na Alemanha, uma política em cuja formulação Stalin teve um papel capital”.³²⁹

Os acordos de partilha de influência (Yalta e Potsdam) entre as potências precederam à institucionalização da ordem internacional de pós-guerra, legalizada (e legitimada) através da constituição da ONU (Organização das Nações Unidas). A principal diferença da ONU, criada em 1945, em relação à Liga das Nações, foi sua constituição com a participação central da URSS, contra a qual tinha sido organizada a “Liga” de 1922. No meio-tempo, tinha acontecido a celebração de um acordo mundial entre a burguesia imperialista vitoriosa no confronto bélico e a burocracia do Kremlin, que tinha procurado infrutuosamente um acordo dessa natureza já na década de 1930 (Pactos Laval-Stalin, Hitler-Stalin, política das Frentes Populares). A força adquirida pela URSS, depois de sua vitória contra o nazismo na Europa, obrigou os EUA e a Inglaterra a aceder a um acordo dessa natureza. O “covil dos bandidos colonialistas” (tal como o chamara Lênin) de 1922 tivera que ser substituído por um covil mais consoante com a natureza real do imperialismo capitalista, e que incluísse as burocracias contrarrevolucionárias.

Antes do término da Segunda Guerra Mundial, os Estados aliados já cogitavam a criação de uma organização internacional que viesse substituir à Liga das Nações, completamente falida antes do início da guerra.³³⁰ A 25 de abril de 1945 realizou-se, em San Francisco (EUA), uma conferência com a presença dos representantes de cinquenta nações em guerra contra as potências do eixo, que objetivava concretizar a criação da nova organização internacional, a ONU. Nas palavras do Secretário de Estado dos EUA, Cordell Hull, com respeito ao papel que caberia à organização, “já não haverá necessidade de esferas de influência, de alianças, de balanças de poder ou de nenhum

³²⁹ Sam Levy. Sur la politique militaire prolétarienne. *Cahiers Léon Trotsky* nº 43, Paris, setembro de 1990.

³³⁰ A Liga das Nações não resistiu às contradições e à desagregação do capitalismo de entre-guerras, que se expressou no surgimento dos regimes nazi-fascistas. As tentativas mais sérias de se evitar a guerra, como a conferência de Munique de 1938, passaram por fora da falida Liga das Nações.

outro acordo especial que, durante um passado infeliz, as nações requereram para salvaguardar a sua segurança”.

Os trabalhos para criação da Organização terminaram no dia 25 de junho de 1945, com a elaboração da Carta das Nações Unidas, a lei que regularia a ONU, cujo objetivo foi definido como “estabelecer e manter a solidariedade e a concórdia dos povos, o respeito à lei, à justiça, aos tratados, bem como a segurança e a paz internacional”. A Carta é um tratado que obriga a todos os estados-membros. Além disso, como estatui o artigo 103, as obrigações internacionais nela assumidas sobrepõem-se a todas as demais. Na ONU constam duas categorias de membros: os originários e os admitidos. Os primeiros são aqueles que se fizeram presentes na Conferência de São Francisco, ou que haviam assinado a Declaração das Nações Unidas de 1942 (51 membros).

A ONU foi fruto dos acordos entre a burocracia do Kremlin e as potências capitalistas vitoriosas na Segunda Guerra Mundial, que compreendiam a divisão do mundo em “esferas de influência” de cada uma delas. Declarava-se “baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros”: a própria denominação da organização indicava tratar-se de uma união política e militar contra outras nações (que não as “Unidas”): não se justificava que uma organização criada para manter a paz na comunidade das nações recebesse a denominação adotada por umas na guerra contra outras. A Carta das Nações Unidas foi assinada um ano depois dos acordos de Bretton Woods, em 26 de junho de 1945, e entrou em vigor em 24 de outubro do mesmo ano. O termo “Nações Unidas” já aparecia na “Declaração” de 1º de janeiro de 1942, em que 26 nações se engajavam a continuar juntas a guerra contra as potências do Eixo. Em 1945, 49 nações já haviam assinado a Declaração, baseada na “defesa dos direitos humanos”, incluídos vários países que se caracterizavam pela violação sistemática e histórica desses direitos. Na criação da ONU, Alemanha e Japão, obviamente, não participaram, pois estavam ainda em guerra contra os aliados.³³¹

Não foi a menor das ironias que o Portugal fascista de Salazar figurasse entre os fundadores desse pacto que, segundo o seu preâmbulo, deveria servir à “defesa dos princípios da democracia”. Europa renunciava, depois da guerra mundial, a toda pretensão de liderança política mundial, mas buscou recuperar, na economia, o terreno perdido na arena bélica. Os projetos de unidade europeia nasceram desse objetivo, formulado desde os primórdios do segundo pós-guerra. Previamente, como vimos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), por sua vez, foram criados em 1944, na conferência de Bretton Woods (EUA). A URSS recusou o seu ingresso no FMI ou no BIRD. Essas duas organizações tem um sistema decisório que não é baseado no princípio de que cada país tem um voto, como a ONU, mas na cota de capital que cada país tem no Fundo Monetário e no Banco Mundial. Isso deu uma representação enorme a países como os EUA, a Grã-Bretanha e a França: com pouco menos de 18% das cotas, os EUA passaram a controlar o FMI. Embora o FMI ou o BIRD não tenham o poder normativo (legal) da ONU, possuíram desde o seu início um poder político real muito superior.

³³¹ A 25 de abril de 1945 realizou-se, na cidade de São Francisco (EUA), a conferência com representantes de cinquenta nações em guerra contra as potências do eixo, que criou a Organização das Nações Unidas (ONU). Nas palavras do Secretário de Estado dos EUA, Cordell Hull, “já não haverá necessidade de esferas de influência, de alianças, de balanças de poder ou de nenhum outro acordo especial que, durante um passado infeliz, as nações requereram para salvaguardar a sua segurança”. Em dezembro de 1948 foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que contém trinta artigos e é precedida de um preâmbulo que proclama os direitos fundamentais, isto é, que, em teoria, os governos, os Estados, ou a própria ONU, não teriam legitimidade para retirá-los de qualquer indivíduo. Em 1948, também, como vimos acima, a ONU resolveu em favor da fundação do Estado de Israel, sancionando de fato a expulsão dos povos árabes que habitavam a Palestina, que tinham participado de importantes revoltas anticoloniais no decorrer da guerra.

A suposta democratização das relações internacionais expressou, também, o uso privilegiado do desvio democrático (e, nos casos limite, da política de Frente Popular, isto é, da colaboração com os partidos operários) para conjurar o perigo revolucionário, em especial nos grandes centros capitalistas. Na IV Internacional prevaleceu, no entanto, uma orientação baseada na suposição de que as potências imperialistas só conseguiriam sustentar o capitalismo na Europa mediante ditaduras de tipo franquista, e que o imperialismo norte-americano seria visto pelas massas como tão predador quanto o nazismo: “(Isto) fechou qualquer análise séria das consequências da política seguida pelo SWP³³² e pelo Secretariado Europeu da IV Internacional, política que serviu para reduzir o trotskismo a uma força impotente durante a maior parte do século”.³³³ Em breve (em 1952-1953), a IV Internacional conheceu uma importante cisão, que deu início a um processo de dispersão que assumiu características mitocondriais (seus adversários o aproveitaram para qualificar o trotskismo de geneticamente sectário e dividido). Organizações e partidos trotskistas tiveram, no entanto, um importante (às vezes decisivo) papel político em alguns países (Bolívia, Ceylão, Índia, Argentina, Estados Unidos), mas sem preencher as condições para uma alternativa política internacional, o que os levou a debilitar-se (e, em demasiados casos, a degenerar) inclusive no plano nacional.

Terminado o conflito bélico, seus resultados determinaram uma nova situação na economia mundial. Na Europa ocidental, com o Plano Marshall, os Estados Unidos promoveram, através de grandes intervenções estatais o redirecionamento das economias nacionais para novas formas de produção capitalista. A intervenção estatal se tornou um imperativo para a reconstrução do capitalismo europeu. Na Europa ocidental, os partidos socialistas ou trabalhistas continuaram a atuar durante a Segunda Guerra, abertamente ou na clandestinidade (casos da Alemanha, Itália, dos países fascistas ou ocupados pelas tropas do Eixo). Na Inglaterra, o *Labour Party* inglês, em 1940, depois da derrocada da França e da queda de Chamberlain, havia ingressado no gabinete de Churchill, onde chegou a iniciar, conjuntamente com intelectuais liberais, consideráveis reformas sociais. O *Plano Beveridge* foi elaborado em 1942 sob a égide do ministro do Trabalho socialista Ernest Bevin; a reforma democrática do sistema de ensino começou em 1944 com a *Education Bill*.

Após o término da guerra, o *Labour Party* rompeu a sua coligação com Churchill e os conservadores. Nas eleições parlamentares de 5 de julho de 1945 conquistou uma vitória espetacular. Com quase 12 milhões de votos, a sua posição havia melhorado em 3,6 milhões de votos em relação às últimas eleições do ano de 1935, passando a dispor, pela primeira vez na história do partido, de uma maioria absoluta no Parlamento. O governo de Attlee introduziu grandes reformas em matéria de política social. O serviço público de saúde sem caráter de seguro foi uma medida exemplar em matéria de política social, que, apesar da intensa oposição inicial ao mesmo por parte dos médicos e dos partidos burgueses, mesmo os conservadores (*tories*) não ousaram revogar quando retornados ao governo.

A estatização da mineração do carvão, em grande parte já tornada antieconômica devido às suas deficiências de ordem técnica, a estatização do Banco da Inglaterra, do sistema de transporte e da siderurgia constituíram outras tantas incursões do Estado na ordem econômica britânica. A *Education Bill* foi consideravelmente aprofundada, abrindo-se a oportunidade do acesso às universidades aos filhos especialmente dotados de trabalhadores. Os governos trabalhistas de 1945-1951, ainda assim, não modificaram basicamente a estrutura classista da sociedade

³³² *Socialist Workers Party* dos EUA, principal seção da IV Internacional.

³³³ Daniel Gaido e Velia Luparello. Estrategia y táctica en un período revolucionario. *En Defensa del Marxismo* nº 42, Buenos Aires, maio de 2014.

britânica; o governo perdeu o apoio das classes médias, não conseguindo entusiasmar a classe operária. A difícil situação econômica do país impôs o racionamento dos bens de consumo. O papel do trabalhismo inglês, como vimos, foi decisivo no enfrentamento do calcanhar de Aquiles da potência que dominara o mundo entre 1815 e 1914: o seu império colonial, com seu epicentro na crise revolucionária na península Índica.

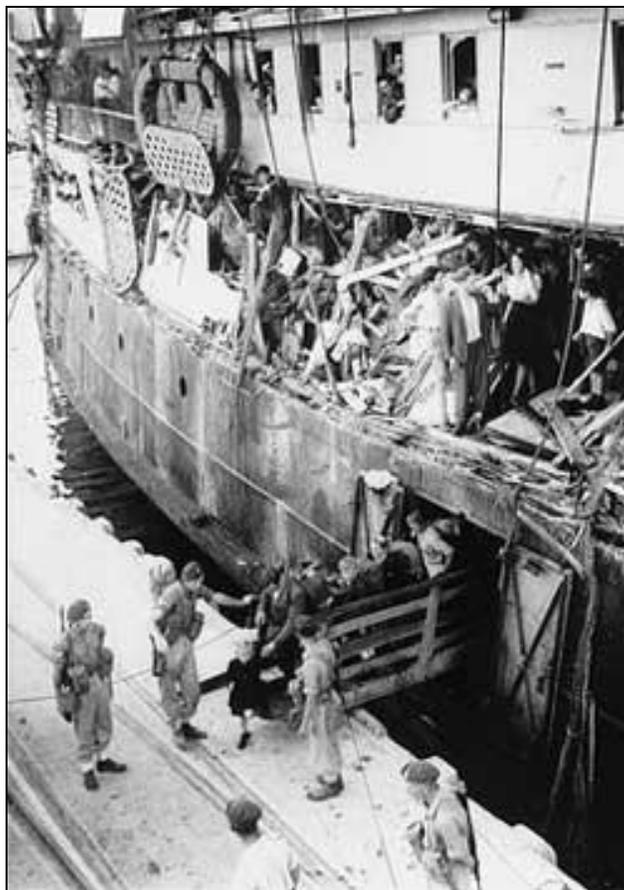
Muito mais desastrosa foi a saída de Inglaterra de seu Mandato na Palestina. Durante a guerra mundial, as autoridades britânicas admitiram limitar a imigração judaica para a Palestina, pois dependiam do petróleo árabe para seu esforço de guerra. Ao completar as quotas, os imigrantes adicionais eram repatriados. Os grupos sionistas reagiram com violência. A partir de 1942, Washington havia tomado uma parte importante no organismo de coordenação do desenvolvimento econômico do Oriente Médio estabelecido pela Grã Bretanha. Os EUA estavam ausentes dessa região. As companhias petrolíferas norte-americanas se introduziram no Oriente Médio. Foi o ponto de partida da intervenção americana. Em 4 de novembro de 1944, o ministro de Estado inglês no Oriente Médio foi assassinado por dois membros do grupo terrorista *Stern*. No mês seguinte, o Partido Trabalhista britânico tomou a dianteira e firmou um compromisso permitindo a imigração judaica ilimitada para a Palestina. Anthony Eden, ministro do Exterior, assegurou que o governo britânico daria total apoio à união árabe, o que mostrava as diferenças entre os políticos britânicos a respeito da questão palestina.

Em março de 1945 os países árabes organizaram a Liga Árabe, com base no anti-sionismo. Poucos meses depois, quando o líder do Partido Trabalhista inglês se tornou primeiro-ministro, estava claro que os ingleses perdiam cada vez mais o controle da situação. Cada tentativa de reprimir a “desordem” gerava ainda mais violência. Em junho de 1946 a *Haganah* dinamitou todas as pontes sobre o rio Jordão. Líderes sionistas foram presos. Em 22 de julho, a Irgun retaliou, dinamitando uma ala do hotel Rei Davi, quartel-general do exército britânico em Jerusalém, matando 91 pessoas, ingleses, judeus e árabes. Finalmente, o primeiro-ministro decidiu retirar-se da Palestina, a exemplo do que fizera na Índia. Ernest Bevin (1881-1951), ministro trabalhista do Exterior, declarou (fevereiro de 1947) que os ingleses entregariam às Nações Unidas seu mandato sobre a Palestina. Em junho, um comitê especial da ONU chegou à Palestina para estudar a futura divisão política, mas o cenário político palestino estava em pé de guerra: três terroristas da Irgun estavam condenados à morte por enforcamento e dois soldados ingleses eram mantidos como reféns pelos judeus para forçar sua libertação.

Ao mesmo tempo, muitos refugiados judeus dirigiram-se à Palestina clandestinamente. Em 1947, um navio vindo de Marselha, o *Êxodo*, transportando 4.500 sobreviventes do campo de concentração de Bergen-Belsen na Alemanha, foi interceptado em Haifa por navios de guerra britânicos. A história correu o mundo porque os imigrantes a bordo divulgaram o fato através do rádio. No entanto, o *Êxodo* rendeu-se e retornou a Marselha, onde a “democracia francesa” negou asilo aos refugiados que, por fim, desembarcaram em Hamburgo. Nesse mesmo dia, os três terroristas da Irgun foram enforcados e em represália os dois soldados ingleses reféns dos terroristas judeus também foram enforcados e seus cadáveres foram dinamitados com minas explosivas. Menahem Begin, futuro primeiro-ministro de Israel e um dos líderes da Irgun, disse: “Nós retribuimos na mesma moeda”.

O assassinato dos soldados ingleses deu origem a vários distúrbios antissemitas em várias cidades inglesas - Londres, Liverpool, Glasgow e Manchester -, fatos que não aconteciam na Inglaterra desde o século XIII. Uma sinagoga em Derby foi incendiada e destruída... apenas dois anos depois do fim da Segunda Guerra e da abertura dos campos de concentração na Alemanha. Apesar disso os britânicos decidiram sair o mais rápido possível da Palestina. No final de 1947, as Nações Unidas propuseram o fim do mandato britânico e a divisão da Palestina em dois estados, um

judeu e outro árabe; a cidade de Jerusalém permaneceria sob administração internacional, ideia já defendida por Theodor Herzl no século XIX. Os sionistas aceitaram.³³⁴ Os Estados Unidos e a União Soviética votaram a favor da resolução da ONU; a Grã-Bretanha votou contra, mas não tinha mais como controlar os acontecimentos. A revolta da população árabe foi generalizada, originando um conflito que se estendeu até o presente.



O Exodus em Haifa, impedido de desembarcar por tropas inglesas

Não foi só na península índica e no Oriente Médio que os trabalhistas ingleses tiveram que administrar a decadência do poder imperial do Reino Unido. A pressão em matéria de política exterior dos EUA, e a situação econômica da Inglaterra, condicionaram o gradativo esvaziamento da posição de independência do país na sua política face à Alemanha, e a seguir na sua política para o Leste europeu. O mesmo governo trabalhista, que na própria Inglaterra havia nacionalizado a produção de ferro, aço e carvão, se viu obrigado a ceder às pressões dos Estados Unidos e chegar a proibir à Assembleia Legislativa do Estado federado alemão da Renânia do Norte e Westfalia a concretização das medidas de socialização que vinham sendo exigidas, não só por parte dos dois partidos trabalhistas, mas até mesmo pela ala de trabalhadores da União Democrática Cristã (CDU).

³³⁴ *Et pour cause*: na partilha da Palestina histórica, proposta e aprovada pela ONU, o Estado árabe deveria ficar com aproximadamente 43% do território, enquanto que ao Estado sionista competiria controlar 56%. Os restantes 1%, Jerusalém, seriam colocados sob mandato internacional administrado pela ONU. Essa divisão não respeitava a ocupação das terras e a maioria populacional árabe, pois a maior parte do território seria controlada por uma minoria judia. Assim, após a guerra de 1948-49, a ocupação sionista da Palestina havia ascendido a mais de 70% do território, deixando aos árabes as piores terras de cultivo para sobreviver.

Os planos do chefe trabalhista do Escritório Econômico para a zona de ocupação britânica, Victor Agartz, finalmente caíram por terra, quando do enquadramento da zona nas "instâncias bizonais" sob a égide norte-americana. Passado algum tempo, a Inglaterra foi forçada a colaborar nas medidas militares dos americanos contra a União Soviética, a ingressar no Pacto de Bruxelas, e a incorrer em elevados gastos armamentistas. Seguiu-se a anuência à definitiva divisão da Alemanha mediante a criação da República Federal da Alemanha, deliberada na Conferência de Londres, realizada em fevereiro de 1948 com a exclusão da União Soviética, em flagrante contradição com o pactuado no acordo de Potsdam, e com as deliberações das quatro potências de ocupação de junho de 1945. Em abril de 1949, Inglaterra ingressou na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), no que foi chamado pelo ministro do Exterior, Devin, como "*resolute acceptance of American leadership*" ("decidida aceitação da liderança americana"). O governo trabalhista inglês aceitou o triunfo da revolução chinesa e reconheceu a República Popular da China. Nas eleições para a Câmara dos Comuns de 1950, o *Labour Party* conseguiu aumentar seu número de votos para 13,3 milhões.

No Japão, usando o Estado, controlado pela sua força militar de ocupação, os Estados Unidos promoveram uma espécie de "revolução capitalista", com reforma agrária incluída, supostamente para eliminar o poder da "classe feudal", responsável pelo militarismo japonês. Convém se deter na política de contenção da revolução no Japão do segundo pós-guerra. As relações trabalhistas supostamente pouco conflitantes, no Japão, tem mais a ver com o esmagamento do movimento operário no período do "expurgo vermelho" do pós-guerra, do que com uma "docilidade natural" do operário japonês. A base da acumulação do capitalismo japonês de pós-guerra foi a derrota do movimento operário independente, para o qual contribuiu a ocupação do país pelos Estados Unidos no pós-guerra, depois das bombas atômicas de Hiroxima e Nagasaki, e a integração dos sindicatos ao Estado e à própria empresa capitalista. Os sindicatos se integraram cada vez mais na estrutura supervisora da empresa, convertendo-se em sócios do capital e cooperando com a iniciativa privada no esforço de competir nos mercados internacionais. A participação sindical na gestão empresarial foi o aspecto decisivo, subordinando as mudanças nos processos de trabalho.

A partir de setembro de 1945, e até à implementação do Tratado de Paz de São Francisco, em 1952, o Japão esteve sob ocupação dos aliados, comandada pelo general Douglas MacArthur. Comandante supremo das forças aliadas (SCAP), MacArthur recebia ordens diretas do Departamento de Guerra de Washington. Foi criada, em Washington, uma Comissão para Assuntos Orientais e um Conselho de Aliados representando a Inglaterra, a União Soviética, os EUA e a China, com sede em Tóquio, mas na prática a comissão era informada após os acontecimentos, e o Conselho era ignorado. Os soldados japoneses foram repatriados do estrangeiro, o Japão não manteve relações externas ou negócios com o exterior até recuperar sua soberania em 1952. Parecia a volta ao isolamento da Era Tokugawa.

Reinava a censura e os repórteres americanos ou europeus considerados indesejáveis tinham dificuldade em renovar a licença exigida para entrar no Japão. A população, sem alimentação, sem roupas e sem casas, não mantinha o orgulho e a arrogância dos tempos de guerra. O Estado xintoísta foi eliminado, o Imperador renunciou à sua origem divina. Em 1946, sob a direção do SCAP, comissões de proprietários e de arrendatários escolheram terras qualificadas para compra e revenda a arrendatários compradores, a terra era comprada e vendida a preços pré-inflacionados, de tal forma que a maior parte liquidou as suas dívidas em quatro anos. A reforma agrária acabou com os aspectos mais revoltantes da injustiça e da miséria agrárias. O seu impacto foi semelhante ao da revisão fiscal da "Era Meiji" (revolução "por cima", iniciada pelo Imperador em 1868), converteu uma agricultura com dificuldades numa rede dinâmica capaz de produzir mais, e de consumir os produtos industriais.

O cenário político japonês, inclusive sob a ocupação norte-americana, deslocou-se para a esquerda. O direito ao voto foi estendido às mulheres em dezembro de 1945. Os socialistas (PSJ) se achavam divididos em quatro frações, quando se uniram em 1945. Das quatro frações, uma afastou-se em 1948, restando outras três, conhecidas pelos nomes de seus líderes: a fração Nishio (de direita), a Kawakami (de centro) e a Suzuki (de esquerda). Em 1946 criou-se a Juventude Comunista (vinculada ao Partido Comunista, ilegal desde 1930), que em janeiro do ano seguinte conseguiu organizar uma reunião nacional de 30 mil estudantes de 40 universidades, com vistas a criar uma federação nacional estudantil. Em 1947-1948 o PSJ participou, em aliança com dois outros partidos, de um gabinete de coalizão, e pela primeira vez na história japonesa um socialista, Katayama Tetsu, foi nomeado primeiro-ministro. O partido e o governo foram dominados pela fração Nishio, fortemente anticomunista, da qual Katayama era membro. Exigiu-se então que a fração Suzuki, de esquerda, deixasse o governo. Com isso, também o governo caiu, em meio a escândalos financeiros.



Zengakuren

Mas os partidos conservadores foram os principais beneficiários do novo meio rural criado pelas reformas de pós-guerra: com uma política de proteção contra as importações chegou-se a um novo nível de prosperidade agrária. A nova classe média camponesa constituiu a clientela política do partido da “nova direita”, o PLD (Partido Liberal Democrático). Na indústria esboçou-se um plano para acabar com 1.200 companhias, os maiores *zaibatsu* foram reestruturados nas unidades que os constituíam, e separados das famílias que tinham estado no seu centro; os nomes de família eram tabu (os Seguros Mitsui, por exemplo, tomaram o nome de Seguro Central). Em vez da rede de empresas controlada por uma família, elas agora eram um grupo de empresas reunidas em volta de um banco, *keiretsu*. Isto favoreceu o aparecimento de novos empresários individuais, como os fundadores da Sony e da Matsushita.

O PSJ sofreu severa derrota nas eleições de janeiro de 1949 para a Câmara dos Deputados, sua posição parlamentar tombou de 143 cadeiras para 48. Esse episódio marcou o fim do predomínio da ala direita no PSJ. Em 1948 formou-se o *Zengakuren*, central nacional dos estudantes, dirigida pelo PCJ (Partido Comunista Japonês), com 400 delegados de 138 universidades. A massa estudantil organizou manifestações antiamericanas em forma de “serpentes humanas”. Em 15 de junho, uma estudante morreu na repressão à ocupação da Universidade de Tóquio. No dia seguinte, o governo solicitou ao presidente dos EUA, Eisenhower, que anulasse sua visita ao país,

o que foi aceito. No Congresso do Partido Socialista, em abril de 1949, pela primeira vez a facção de esquerda conquistou o posto de secretário-geral para seu líder, Mosaburo Suzuki. E, nas eleições de 1949, o Partido Comunista obteve, pela primeira vez, mais de três milhões de votos.

Os sindicatos, durante os longos anos da guerra (o Japão esteve em guerra desde 1931, com a invasão da China, até 1945), foram transformados em associações patrióticas para garantirem a estabilidade social e trabalhista. As primeiras medidas tomadas durante a ocupação favoreceram a formação de sindicatos dóceis às novas autoridades. A esquerda, no entanto, trabalhou para radicalizar o movimento sindical, e conseguiu-o. O Japão vivia uma situação pré-revolucionária, entre 1945 e 1947, quando as reivindicações estritamente sindicais foram superadas pela luta pelo controle operário da indústria e da produção. Em janeiro de 1946, foram contabilizados 29 mil trabalhadores envolvidos em lutas pelo controle operário; em maio eles já eram 139.148 (comparados com 109.410 que participavam em greves salariais). O jornal *Yomiuri*, a Mitsui e a Toshiba foram ocupados pelos trabalhadores.³³⁵

A convocação de uma greve geral foi anunciada para fevereiro de 1947. O SCAP conseguiu debelá-la, deixando claro que os objetivos “modernizadores” da ocupação tinham estritos limites de classe. Em julho de 1950, do *Mindo* (central sindical formada com apoio dos ocupantes norte-americanos) surgiu a *Sohyo*, Conselho Geral dos Sindicatos do Japão, que rapidamente atingiu a cifra de três milhões e meio de filiados, com base em setores que careciam de direito de greve (funcionários públicos, docentes, ferroviários). A chama estava lançada e, durante a década de 1950, desenvolveu-se um amplo processo paredista, como a greve da companhia de automóveis Nissan em 1953. No mesmo ano de 1950, surgiu uma oposição de esquerda ao PCJ no *Zengakuren*, com participação de trotskistas e anarquistas, muito ativa nos anos sucessivos.

Os movimentos operários e estudantis lançaram reivindicações políticas (contra a ocupação da Coreia do Sul pelos EUA, o repúdio ao rearmamento japonês, contra o Tratado de São Francisco e o Tratado de Defesa Mútua EUA-Japão). A burguesia japonesa tentou refundar seu poder, matando o movimento operário na fábrica, suscitando longa e tenaz resistência. Os cinco primeiros anos de *Sohyo* sob a direção de Takano, sobretudo entre 1952 e 1954, foram marcados por grandes conflitos industriais. A luta dos 7600 trabalhadores da Nissan (Datsun) foi a mais importante. O sindicato da Nissan era o baluarte da Federação de Trabalhadores do Automóvel, *Zenji*. Os operários rejeitaram o aumento dos ritmos de produção, as horas suplementares obrigatórias e a rotatividade do trabalho. Era a primeira tentativa de “racionalização” fabril, que levaria ao chamado “toyotismo” e aos novos métodos de organização e gestão do trabalho.

Com apoio das grandes corporações patronais renascidas, a Nissan utilizou o *lock out*, as detenções, os processos judiciais, as ameaças físicas, a violência e o suborno para dividir as fileiras operárias e romper sua organização. O sindicato oficial, com verdadeiras tropas de assalto, estava dirigido por Shioji Ichiro. O sindicato da Nissan resistiu bravamente, mas foi derrotado, o próprio *Zenji* foi dissolvido pouco depois. Outras batalhas prolongadas foram protagonizadas pela Federação de Trabalhadores da Energia Elétrica (*Densan*) e a Federação de Mineiros do de Carvão (*Tanro*). Os trabalhadores da *Densan* organizaram greves em que houve cortes de energia durante meses. A *Tanro* sobreviveu a uma greve de 113 dias das minas de carvão para impedir a demissão de 12% de seus membros.

A campanha de racionalização produtiva atingiu seu ponto culminante durante a recessão posterior ao fim da guerra da Coreia (na qual o Japão foi o maior fornecedor dos EUA). Nas siderúrgicas, o fabricante de armas japonês *Nippon Steel* (Nikko) demitiu mil operários,

³³⁵ Joe Moore. *Japanese Workers and the Struggle for Power*. Madison, University of Wisconsin, 1983.

desencadeando forte resistência dos trabalhadores sindicalizados, e também de suas famílias e de toda a população de Muroran na ilha de Hokkaido, mas novamente a patronal dividiu o sindicato e desmantelou a greve. Takano e os dirigentes do *Sohyo* responderam à ofensiva do capital transformando toda a comunidade ao redor das fábricas estratégicas em forças de luta, com a palavra de ordem: "Toda a cidade e toda a família em luta".

Foi contra esta onda de lutas que as autoridades de ocupação lançaram o "expurgo vermelho", que pôs na ilegalidade o PCJ e demitiu 50 mil operários, na sua maioria ativistas sindicais. A operação macartista estendeu-se a muitos outros âmbitos da vida social, e teve o apoio do Partido Socialista (PSJ). Com a derrota da greve da Nissan as organizações de base dos trabalhadores foram alijadas das organizações nacionais, e limitaram seu âmbito de atividade dentro das empresas, criando a ideologia da lealdade dos trabalhadores para com as empresas. As negociações centralizaram-se no bônus semianual. O funcionamento da empresa era normalmente o resultado de uma cooperação entre os sindicatos e a gerência. Na década de 1960, um empregado japonês trabalhava 2150 horas anuais, contra uma média de 1650 no restante do mundo capitalista (nos EUA e na Inglaterra essa média era de 1900).

No imediato pós-guerra, a preocupação essencial das potências ocidentais encabeçadas pelos EUA foi a preservação das estruturas capitalistas nos bastiões históricos (e, em boa medida, também econômicos) do capital mundial, na Europa ocidental e suas áreas coloniais: "Na medida em que se fez evidente o colapso econômico europeu e começou a guerra fria, fez-se necessário tirar Alemanha de seu estancamento... Em julho de 1946, os EUA ofereceram unificar sua zona (alemã) com Inglaterra e França, para acelerar sua recuperação industrial. Os franceses, que temiam a força de uma Alemanha revitalizada, no início recusaram, mas depois se uniram aos outros. (A fusão) precisava do concurso voluntário dos próprios alemães. EUA e Inglaterra decidiram permitir que os alemães tivessem um papel mais ativo na condução do país";³³⁶ não "ativo" o suficiente para determinarem a base de sua política econômica, que foi definida pelo "golpe monetário" norte-americano de 1948, ao qual já nos referimos.

No ano seguinte, em março de 1947, a "Doutrina Truman" foi proclamada pelo presidente dos EUA em sessão parlamentar, fazendo da contenção (*containment*) do comunismo o eixo da política externa norte-americana, em primeiro lugar na Europa. Em 1947, os partidos comunistas abandonaram os governos da França, Itália e Bélgica, cada vez mais alinhados com a política exterior ianque. Em 1948 os EUA, pela primeira vez na sua história, impulsionaram e negociaram uma aliança militar em tempo de "paz", votada por seu Senado (resolução Vandenberg) em junho desse ano. A "Aliança Atlântica" se transformou em "pacto (militar) atlântico", que foi finalmente firmado em Washington, em abril de 1949, por doze países (EUA, Canadá, França, Inglaterra, Benelux, Itália, Noruega, Dinamarca, Islândia, Portugal). A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) estipula que o ataque militar contra qualquer um de seus membros (incluindo suas sobreviventes possessões coloniais, como a Argélia) deveria ser respondida por todos. Um *standing group* (EUA, Inglaterra, França), sediado em Washington, passou a operar como "direção estratégica". O bloco capitalista hegemônico pelos EUA declarava assim a "guerra fria".³³⁷

O chamado "bloco socialista", por sua vez, resultou tanto de medidas defensivas da burocracia da URSS contra a ofensiva capitalista em suas "áreas de influência", como do desfecho da luta interna de classes em países que estavam fora delas (a China e os Bálcãs). Apresentado no Ocidente como monolítico e expansivo, pelas necessidades ideológicas da "guerra fria", o bloco

³³⁶ John Spanier. *La Política Exterior Norteamericana a partir de la Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1991, p. 62.

³³⁷ Maurice Vaisse. *Les Relations Internationales depuis 1945*. Paris, Armand Colin, 1991, p. 31.

estava, ao contrário, eivado de contradições (que se manifestaram pública e inicialmente na ruptura Stalin-Tito, em 1948,³³⁸ e atingiram ponto culminante com a ruptura sino-soviética em 1962, que tornou público um conflito já latente desde a tomada do poder pelo Partido Comunista Chinês, ao arrepio da política ordenada por Stalin, em 1949).

Na Europa do Leste, quase toda ocupada pelas tropas soviéticas, “com exceção da Checoslováquia, a indústria privada, em virtude das destruições provocadas pela guerra e pelas ocupações estrangeiras, recebeu golpes dos quais não se recuperou. A inflação, em Hungria e Romênia, definiu sua ruína. A indústria privada teve de trabalhar para as reparações de guerra tanto quanto as empresas controladas pelo Estado... obrigadas a contrair créditos cada vez maiores junto aos bancos públicos”.³³⁹ O capital, nesses países, estava ferido de morte. O último recurso dos capitalistas foi reclamar a nacionalização das empresas falidas (quase todas), com a URSS ocupando o lugar externo (saqueador) que antigamente ocupava a vencida Alemanha.

Com a presença dos exércitos soviéticos, a tomada do poder pelos PCs no quadro da instauração das “democracias populares” não foi, como afirmou depois a propaganda capitalista ocidental, uma sornateira “implantação do comunismo”, mas uma medida preventiva destinada a evitar crises revolucionárias (e também dar continuidade ao saque econômico desses países em favor da URSS), que foi acompanhada da “depuração” das tendências de esquerda (dentro ou fora dos PCs) que poderiam ter proposto uma saída anticapitalista alternativa. A repressão assassina se abateu sobre a esquerda, inclusive dentro dos partidos stalinistas (os antigos representantes da burguesia sofreram, ao máximo, o exílio, quando não se integraram aos novos regimes).

A expropriação do capital e o fechamento das fronteiras econômicas (e políticas), a “cortina de ferro”, caiu quando os EUA tentaram furar o novo bloco econômico “soviético” convidando os países do Leste a se integrarem ao “Plano Marshall”. A divisão da Alemanha foi produto das sistemáticas provocações ocidentais, que levaram o lugar-tenete de Stalin, Zhdanov, a proclamar em 1947 que existiam no mundo “dois campos” (capitalista e comunista), uma reação burocrática aos ataques imperialistas. Em junho de 1948, como vimos, a URSS bloqueara todo acesso terrestre dos aliados a Berlim oriental (Berlim ocidental, encravada na “zona soviética” da Alemanha, ficava assim isolada: os aliados capitalistas organizaram uma ponte aérea para abastecê-la). Um ano depois, as potências ocidentais proclamaram a RFA (República Federal da Alemanha) ao que se seguiu, em outubro de 1949, a proclamação da RDA,³⁴⁰ um estado-fantoches de caráter defensivo da burocracia do Kremlin, que foi o resultado da crise de sua política alemã: “Na tentativa de garantir uma influência decisiva não só na zona soviética, mas também na ocidental, (Stalin) criara em Berlim um número restringido de partidos políticos e de órgãos rudimentares de Administração. Comunicou aos comunistas alemães sua vontade de tornar à

³³⁸ O conflito entre a Liga Comunista que comandava a República Socialista Federativa da Iugoslávia e o PCUS resultou na expulsão da Liga do Kominform em 1948. Ao contrário de outros países na Europa ocupada pela Alemanha, a Iugoslávia libertou sem grandes apoios diretos dos aliados ocidentais ou da União Soviética seu território. O Exército Vermelho apenas ajudou os partisanos iugoslavos na captura de Belgrado. O líder iugoslavo Josip Broz Tito teve papel político determinante. Isto já tinha levado a alguns atritos antes que a Segunda Guerra Mundial se acabasse. A ala “pró-soviética” da Liga (Kardelj) foi eliminada, assim como os núcleos trotskistas no país. Tito usou o distanciamento da URSS para conseguir o auxílio dos EUA através do Plano Marshall, e mais tarde para promover o Movimento de Países Não-Alinhados.

³³⁹ François Fejtő. *Op. Cit.*, p. 155. Na Checoslováquia, com uma resistência e bases econômicas mais fortes do capital, foi necessário um golpe de Estado (em 1948) para garantir a transição para uma “democracia popular”-ditadura burocrática stalinista.

³⁴⁰ Robert J. McMahon. *Guerra Fria*. Porto Alegre, L&PM, 2012, p. 43.

Alemanha ‘democrática’, conduzida por um governo do qual não teria o controle exclusivo”,³⁴¹ ou seja, em acordo de duração indefinida com os aliados.



No país-pivô da crise europeia, a Alemanha dividida pela ocupação militar dos aliados, ainda em 1952 Stalin propôs uma unificação baseada num tratado de paz (armistício) e eleições gerais, proposta rejeitada pelo governo capitalista de Konrad Adenauer (o “Muro de Berlim” foi construído só nove anos depois). Nenhuma concessão abalava, nessa altura, a política definida pelos EUA já em 1946 (*antes*, portanto, do Plano Marshall), baseada, entre outras coisas, “na convincente análise das relações entre ideologia e diplomacia na URSS devida a George F. Kennan, encarregado de negócios norte-americano em Moscou. A confluência de tendências externas e internas, em finais de fevereiro e inícios de março de 1946 [apenas seis meses depois do fim da guerra, e antes da bomba atômica soviética, NDA] provocou a reorientação fundamental da política dos EUA diante da URSS... A partir de agora, os políticos norte-americanos considerariam à URSS não como um aliado muito particular, mas como um inimigo em potência, *cujos interesses vitais não poderiam ser reconhecidos sem pôr em perigo os interesses dos EUA*... A nova postura ficou conhecida por um termo pouco preciso, mas ominoso: ‘política de contenção’” (grifo nosso).³⁴² A nova polícia mundial do capitalismo foi quem tomou a iniciativa de pôr o mundo no limiar de um novo conflito de alcance mundial, exatamente para alicerçar sua função policial.

³⁴¹ Wojtech Mastny. *Il Dittatore Insicuro*. Stalin e la Guerra Fredda. Milão, Corbaccio, 1998, p. 27.

³⁴² John Lewis Gaddis. *Op. Cit.*, p. 327.

20. AS CONSEQUÊNCIAS DE LONGO PRAZO DA GUERRA

Para os EUA, a guerra mundial foi o grande reativador econômico interno e o alicerce de sua hegemonia econômica mundial; os países europeus em guerra converteram-se de exportadores para importadores de mercadorias e de capital. O parque industrial militar virou, em todos eles, um fator decisivo para a realização da mais-valia. O monopólio da emissão de uma moeda de aceitação mundial, como determinado em Bretton Woods, foi fundamental para o financiamento da expansão capitalista dos EUA. As pesquisas feitas com dinheiro público para garantir a defesa nacional foram transformadas em elementos da reestruturação produtiva (energia nuclear, aviação, telecomunicação, computação): as inovações surgidas nos centros de pesquisas militares acabaram transformadas em bens industriais produzidos pelos monopólios privados.

O episódio central da “caçada à esquerda”, nas fábricas e sindicatos dos EUA, durante a Segunda Guerra Mundial, foi o prelúdio da ofensiva geral contra a esquerda durante a guerra fria. Ao castrar a combatividade sindical e eliminar os núcleos revolucionários (os trotskistas, por exemplo, que tinham conquistado posições dirigentes no importante sindicato dos *teamsters*, os caminhoneiros, e no movimento de desempregados na década de 1930,³⁴³ foram objeto de prisões e de um processo judicial por “traição ao país”, em 1941),³⁴⁴ a burguesia norte-americana removeu o obstáculo central para exercer o papel de potência hegemônica do imperialismo capitalista e, finalmente, de polícia mundial, nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. A intervenção econômica estatal se tornou um imperativo para a reconstrução do capitalismo europeu, reconstrução que era decisiva para os EUA.

Depois de uma nova recessão nos EUA, em 1947 (que fez muitos temerem a repetição do craque de 1929), houve uma nova expansão do complexo industrial-militar, sob justificativa de defesa do “mundo livre”. O enfrentamento na Coreia foi seu pretexto e estopim. Em 1950, a União Soviética boicotou o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em protesto contra a representação da China pelo governo da “República da China” situada em Formosa, encabeçada pelo Kuomintang de Chiang-Kai-Shek. Em 27 de junho de 1950, dois dias antes da “invasão norte-coreana” do Sul da península, e três meses antes da entrada chinesa no conflito, o presidente Truman despachou a 7ª Frota dos Estados Unidos para o estreito de Taiwan. Na ausência da voz e voto dissidente da União Soviética, que poderia ter vetado a decisão, os Estados Unidos e outros países passaram a resolução nº 84, em 7 de julho de 1950, no Conselho de Segurança, autorizando a intervenção militar na Coreia. Logo depois os EUA entraram, sob cobertura da ONU, na guerra da Coreia: os Estados Unidos ocuparam a Coreia do Sul, e lá se mantiveram durante mais de cinquenta anos, cobertos por uma resolução do Conselho de Segurança da ONU.

Na batalha de Pusan, as forças da ONU- Estados Unidos, e as da Coreia do Norte, se enfrentaram entre 4 de agosto e 18 de setembro de 1950. Um exército norte-americano de 140 mil soldados foi reunido para resistir ao exército de Pyongyang que havia invadido a Coreia do Sul com 98 mil soldados. As forças da ONU montaram a resistência no Perímetro de Pusan, para onde foram empurrados, uma linha defensiva de 225 quilômetros, rechaçando repetidos ataques norte-coreanos durante seis semanas de combate em torno das cidades de Taegu, Masan e Pohang e o rio Nakdong. As tropas norte-coreanas, apesar dos problemas logísticos e de pesadas perdas, lançaram-se ao ataque com o objetivo de penetrar no perímetro e destruir a linha de defesa. A força inimiga, porém, valeu-se do porto para reunir uma esmagadora vantagem numérica, armamento moderno e fluxo logístico, a par do apoio da armada e da força aérea. Depois de seis

³⁴³ Carl Skoglund. The 1934 Minneapolis strike. *Revolutionary History*, Vol. 2, nº 1, Londres, primavera 1989.

³⁴⁴ James P. Cannon. *Socialism on Trial*. Nova York, Pathfinder Press, 1970.

semanas, a força norte-coreana retrocedeu derrotada após o contra-ataque em Incheon. A batalha foi o avanço mais profundo levado a cabo pelas tropas do Norte; os combates ulteriores levaram a guerra a um virtual empate.

Em 30 de setembro, o primeiro-ministro chinês, Zhou En-lai, ameaçou intervir na guerra em favor da Coreia do Norte se os americanos cruzassem o paralelo 38. Zhou também aconselhou os norte-coreanos a recuar e combater em forma de guerra de guerrilha. Em outubro, as forças do Norte foram expulsas de suas posições e os sul-coreanos os perseguiram. Confiante na vitória, o general Douglas MacArthur exigiu a rendição incondicional do Norte, mas recebeu uma recusa. A capital do Norte, Pyongyang, foi tomada pelas forças “da ONU” em 19 de outubro de 1950. MacArthur propôs levar a guerra até a China, inclusive usando armas atômicas. O presidente Truman discordou e ordenou que as forças americanas se detivessem na fronteira chinesa-coreana. A China justificou sua entrada na guerra como sendo uma resposta a "agressão americana sob o disfarce da ONU". Kim Il-sung, o líder comunista norte-coreano, já havia apelado para Mao para que a China interviesse na guerra em seu favor. Stalin, por sua vez, disse aos seus conselheiros que seu país não iria interferir na Coreia, mas aprovou o envio de suprimentos.



Coreia: soldados norte-americanos andam entre presos políticos mortos pelo governo da Coreia do Sul (Daejon, 1950)

Em 18 de outubro de 1950, Mao ordenou que 200 mil soldados chineses entrassem na Coreia. Segundo Michael J. Hogan, “o fim do Plano Marshall começou em novembro de 1950, quando os exércitos chineses interviram na guerra da Coreia”,³⁴⁵ que foi o início formal da “guerra fria”. Mas a China de Mao se limitou a “chutar o pau” (de maneira bem consciente) de uma barraca que já mal se sustentava. Uma série de ofensivas chinesas, com muitas baixas, determinaram o recuo das tropas norte-americanas “da ONU”. Em 24 de novembro, o 8º exército norte-americano lançou uma ofensiva na costa noroeste da Coreia do Norte, mas foi detido pelos chineses. No dia seguinte, forças militares dos Estados Unidos, da Coreia do Sul e do Reino Unido, foram severamente atacadas por tropas chinesas na batalha do rio Chongchon. Frente ao retrocesso inesperado, o presidente Truman declarou situação de emergência e deu prioridade máxima dos recursos militares disponíveis para a região.

Em 1951, chineses e norte-coreanos lançaram sua terceira ofensiva conjunta. As forças americanas e sul-coreanas foram forçadas a recuar. Ocupados combatendo os chineses, as forças militares dos Estados Unidos e da Coreia do Sul não conseguiram impedir que os norte-coreanos conquistassem Seul pela segunda vez na guerra, em 4 de janeiro de 1951. Foi frente a essa

³⁴⁵ Michael J. Hogan. *Op. Cit.*, p. 380.

sucessão de derrotas que o general MacArthur considerou realizar ataques com armas nucleares contra a China e contra a Coreia do Norte. Simples loucura de um protótipo do personagem (um general norte-americano anticomunista paranóico) interpretado por Sterling Hayden,³⁴⁶ no filme de Stanley Kubrick, *Dr. Strangelove?*

MacArthur não era uma voz isolada, sua loucura era compartilhada nos EUA, e não por qualquer um. A política interna norte-americana estava, no momento, dominada pelo *macarthismo*. Joseph McCarthy, em 1946, foi eleito para o Senado norte-americano pela lista do Partido Republicano em Wisconsin. No seu primeiro dia de trabalho propôs que, para acabar com uma greve de mineiros, estes fossem mobilizados para o exército. Durante os seus dez anos no Senado, McCarthy e sua equipe tornaram-se célebres e infames pelas investigações agressivas e pela campanha contra todos que eles suspeitassem ser ou simpatizar com os comunistas. Este período, compreendido entre 1950 e 1956, ficou conhecido como o *Red Scare*, ou ainda "caça às bruxas", alusão aos processos que sofreram as mulheres acusadas de bruxaria durante a Idade Média. Eram muito comuns as delações provocadas pelo clima de histeria causado por McCarthy e seus acólitos, entre os que se destacava seu braço direto parlamentar, o deputado Richard Nixon, futuro presidente do país. Todos os que fossem meramente suspeitos de simpatia com o comunismo, tornaram-se objeto de investigações e invasão de privacidade. Pessoas da mídia, do cinema, até do governo e do exército, foram acusadas de espionagem a soldo da URSS. A maior parte dos investigados pertencia ao serviço público (como Alger Hiss), à indústria do espetáculo (Barbara Bel Geddes), cientistas (David Bohm), escritores (Dashiell Hammett e Lilian Hellman), educadores e sindicalistas, e até militares de alta patente.

Na área cultural, a "caçada" atingiu atores, diretores e roteiristas de cinema que, durante a guerra, manifestaram-se a favor da aliança com a União Soviética e, depois, a favor de medidas para garantir a paz e evitar nova guerra. O caso mais famoso foi o de Charlie Chaplin. As suspeitas eram frequentemente dadas como certezas mesmo com investigações baseadas em conclusões parciais e deturpadas. Muitos perderam seus empregos, tiveram a carreira destruída e alguns foram até presos e levados ao suicídio.³⁴⁷ O casal Ethel e Julius Rosenberg, efetivamente membros do PC norte-americano (posto na ilegalidade), e também significativamente judeus, foi executado na cadeira elétrica em 1953 por ter, supostamente, repassado o segredo da bomba atômica à URSS. A execução foi a primeira de civis por espionagem na história dos Estados Unidos.

³⁴⁶ Formidável ator pertencente a, ou simpatizante do, Partido Comunista Americano, incluído nas listas negras do macarthismo, o que lhe impediu de trabalhar por longos anos, apesar de ter sido protagonista central de clássicos do cinema hollywoodiano, como *Asphalt Jungle*.

³⁴⁷ No início de 1948, dez artistas vinculados ao cinema de Hollywood foram condenados a um ano de prisão por "ligações com o comunismo" (o PC norte-americano). Após a Suprema Corte ter lhes negado recurso, Edward Dmytryk, diretor de cinema e um dos acusados, decidiu denunciar os membros do PC que conhecia. Pela "delação premiada" foi libertado em setembro de 1951. Os outros nove completaram a pena: Alvah Bessie, roteirista; Herbert Biberman, roteirista e diretor; Lester Cole, roteirista; Ring Lardner Jr., roteirista; John Howard Lawson, roteirista; Albert Maltz, roteirista; Samuel Ornitz, roteirista; Adrian Scott, produtor e roteirista; Dalton Trumbo, roteirista. As delações de Elia Kazan, diretor, também prejudicaram muitos outros artistas. A "lista negra" de Hollywood acrescentou centenas de nomes (diretores, atores, roteiristas, etc.), muitos deles conhecidos e reconhecidos (John Ireland, Ruth Gordon, Luis Buñuel, Howard Duff, Lee Grant, Sam Jaffe, Martin Ritt, e mais de uma centena de outros), que passaram a não mais ter emprego no cinema e no teatro do país. O primeiro repórter que teve coragem para confrontar e desmascarar McCarthy foi Edward R. Murrow. Após sua série de reportagens sobre o senador na rede CBS, a decadência de McCarthy não tardou a vir. McCarthy não chegou a ser expulso do Senado, mas sofreu uma moção de censura pública, e acabou desprestigiado, ficando como um pária na política estadunidense, até morrer em 1957 em decorrência de uma hepatite provocada pelo alcoolismo.

Foi nesse clima de histeria nacional anticomunista que MacArthur concebeu seu projeto de deflagrar um ataque atômico contra a China, reduzindo suas principais cidades a pó. Em 1949, no entanto, antes da iniciativa de MacArthur, o governo dos EUA aprovou o plano “Dropshot”: tratava-se de jogar sobre a URSS 300 bombas atômicas e 250 mil toneladas de explosivos convencionais. O plano estabelecia até uma data para o início do bombardeio atômico da URSS. Como frisou o jornalista-historiador que o revelou (após ser desclassificado da categoria de “segredo” nos arquivos dos EUA, em 1978), “o plano americano *Dropshot* de guerra mundial contra a União Soviética foi elaborado em 1949 por uma comissão da Junta de Chefes de Estado Maior com autorização e conhecimento do presidente Truman”.³⁴⁸ A data inicial prevista era a de 1º de janeiro de 1950: as 300 bombas eram todo o estoque nuclear dos EUA. Elas seriam jogadas sobre as cem principais cidades soviéticas.

A crise da política externa dos EUA, da qual a proposta de “guerra atômica preventiva” era uma expressão, demarcava também uma crise política interna que se resolveu através de um retorno ao chamado *bipartisanship* (compartilhamento de responsabilidades democrata-republicano) no Departamento de Estado: “Em um discurso pronunciado em Dallas a 13 de junho, [Dean] Acheson se posicionou contra os adeptos à ‘guerra preventiva’, que tinham começado a se agitar: ‘Uma guerra atômica preventiva contra a URSS é inimaginável e violaria todos os princípios morais do povo norte-americano’. O Secretário de Estado respondia desse modo a outro membro do governo, o secretário adjunto de Defesa Paul Griffith, que em discurso pelo rádio de 7 de junho tinha dito que já era hora de acabar com a expansão soviética, e revelava que em 1947 tinha aconselhado o presidente Truman a jogar algumas bombas atômicas sobre Moscou”.³⁴⁹

O fator de dissuasão do *Dropshot* foi, principalmente, a bomba atômica soviética. A União Soviética conduziu seu primeiro teste de arma atômica usando um dispositivo de implosão, o RDS-1, codinome Primeiro Relâmpago, em 29 de agosto de 1949, em Semipalatinsk, no Cazaquistão. A notícia foi um duro golpe para os EUA, porque todos os cientistas norte-americanos e a CIA haviam assegurado que os soviéticos necessitariam de no mínimo dez anos para desenvolver suas próprias armas atômicas. Com o sucesso do teste, a União Soviética se tornou o segundo país a detonar um dispositivo nuclear. O primeiro teste soviético de uma bomba de hidrogênio ocorreu bem depois, em 22 de novembro de 1955. Ela foi chamada de RDS-37. Era um desenho de implosões radioativas term nucleares multi estágios chamada de “Terceira Ideia” de Andreï

³⁴⁸ Anthony Cave Brown. *Operation World War III*. Secret American plan (dropshot) for war with the Soviet Union in 1957. Nova York, Arms & Armour Publishers, 1979. Desde o fim da guerra foram concebidos planos de ataque à URSS, que se “justificavam” pelo risco de que os avanços tecnológicos capacitassem a União Soviética para “um ataque aos EUA ou a defender-se de nosso ataque”. As bombas atômicas deviam ser usadas “para a destruição maciça de cidades” (Michael Sherry. *Preparing for the Next War*. American plans for postwar defense, 1941-1945. Nova York, Yale University Press, 1977, p. 57). Logo que os EUA produziram mais bombas, o plano foi ampliado: em 1948, o plano *Charioteer* previa, no primeiro momento, bombas atômicas sobre 70 cidades soviéticas (oito para Moscou e sete para Leningrado), além de 250 mil toneladas de bombas “convencionais”. Um plano derivado, o *Fleetwood*, previa a data de 1º de fevereiro de 1949 para o lançamento de 133 bombas atômicas. Uma comissão chefiada pelo general Harmon, da Força Aérea, estimou que “a fase inicial da ofensiva atômica provocará, pelo menos, 2 milhões e 700 mil mortos e quatro milhões de vítimas adicionais”. O plano não passou do papel. Como não existiam ainda os mísseis balísticos intercontinentais, eram previstos vôos para lançar as bombas, atômicas e convencionais. A Junta de Chefes do Estado Maior dos EUA já havia começado os exercícios para atingir Moscou, Leningrado, os Urais, a área do Mar Negro, o Cáucaso, Arkhangelsk, Tashkent, Alma-Ata, Baikal e Vladivostok. Sobre a região do Mar Negro, seriam enviados 233 bombardeiros - e atiradas 32 bombas atômicas: assumia-se que o ataque seria de surpresa. Dificuldades logísticas insuperáveis foram o motivo militar invocado para a não realização do plano (sem falar na conquista da capacidade nuclear pela URSS).

³⁴⁹ Dzelepy Stone Bourdet. *La Guerra de Corea*. Buenos Aires, Prensa Libre, 1952, p. 70.

Sakharov. A bomba atômica soviética foi produto do esforço dos cientistas da URSS, devendo alguma coisa a segredos repassados por espiões. Os materiais obtidos através dos agentes da inteligência soviética permitiram não cometer erros, evitar investigações sem sentido e reduzir os prazos para a fabricação das armas nucleares soviéticas. Foi importante o papel da rede de agentes russos no México, liderada por Leonid Eitingon: era a mesma rede que preparou e executou o assassinato de Leon Trotsky na capital mexicana, em 1940.

"Os avanços para desenvolver a bomba atômica foram entregues a Moscou por pessoas próximas a Robert Oppenheimer, Enrico Fermi e Leo Zsilárd, que lideravam o projeto Manhattan". Os cientistas, "amigos da União Soviética", compartilharam as pesquisas pelo medo de Hitler conseguir se antecipar e criar uma bomba semelhante. "Eles acreditavam que se uma nação possuísse a supremacia nuclear, impor a sua vontade ao resto do mundo".³⁵⁰ O brilhante físico alemão Klaus Fuchs, a serviço da Inglaterra durante a guerra mundial, foi detido em janeiro de 1950 e reconheceu sua culpa na espionagem atômica para a URSS. Foi processado em Londres e sentenciado a catorze anos de prisão, o máximo possível por passar segredos militares a uma nação aliada (até 1945, a URSS e a Grã Bretanha eram aliados). O monopólio nuclear dos americanos deixou de existir. A URSS agradeceu a Fuchs (que, quando liberado na Inglaterra, passou a viver na RDA) condecorando-o com a Ordem da Amizade dos Povos.³⁵¹

Com os exércitos chineses envolvidos na luta na Coreia, Mao Ze Dong pediu a Stalin mais assistência militar: o líder da URSS respondeu enviando duas divisões aéreas, três divisões de baterias anti-aérea e seis mil caminhões com suprimentos. Apesar dessas medidas, o problema logístico com suprimentos dos chineses continuou. Em 11 de abril de 1951, o presidente Truman decidiu dispensar o general MacArthur do cargo de comandante supremo das forças aliadas na Coreia: MacArthur havia cruzado o paralelo 38 com seus homens, o que levou a uma série de derrotas por parte das despreparadas forças aliadas. O general também acreditava que a decisão de usar ou não armas nucleares cabia a ele e não ao presidente. MacArthur ameaçou publicamente destruir (literalmente) a China se ela não se rendesse. Douglas MacArthur foi, finalmente, alvo de uma investigação do Congresso em maio e junho de 1951, que determinou que ele havia desobedecido as ordens do presidente.³⁵² O mundo esteve assim à beira de uma terceira guerra mundial, quando os cadáveres da segunda ainda não tinham esfriado. O impasse militar, pontuado por sangrentas batalhas, continuou por 1952 e 1953. Finalmente, o Comando das Nações Unidas, apoiado pelos Estados Unidos, a Coreia do Norte e o governo chinês assinaram os termos do armistício em 27 de julho de 1953. Este acordo decretou um cessar-fogo imediato e garantias de retorno ao *status quo ante bellum*. A guerra oficialmente acabou nesse dia, porém, até os dias atuais, nenhum tratado de paz foi firmado entre as duas Coreias. Estima-se que mais de 1,2 milhão de pessoas morreram na guerra da Coreia, desde 1950 até 1953.³⁵³

O pano de fundo econômico da retomada bélica era que, nos EUA, a manutenção das indústrias voltadas para a guerra, não dependendo da demanda privada, reduzira conjuntamente a necessidade de novos mercados externos para garantir a expansão industrial. Os gastos militares somaram, a partir da guerra da Coreia, quantidades nunca antes atingidas nos EUA em tempos "de paz" (isto é, de não-guerra mundial ou nacional declarada), e se incorporaram de modo

³⁵⁰ Juan Alberto Cedillo. *Eitingon. Las operaciones secretas de Stalin en México*. México DF, Debate, 2014.

³⁵¹ Zhores e Roy Medvedev. *The Unknown Stalin*. Nova York, I.B.Tauris, 2003.

³⁵² Stanley Weintraub. *MacArthur's War. Korea and the undoing of an American hero*. Nova York, Simon & Schuster, 2000.

³⁵³ Steven Hugh Lee. *La Guerra di Corea*. Bolonha, Il Mulino, 2007; James L.Stokesbury. *A Short History of the Korean War*. Nova York, Harper Perennial, 1995.

duradouro ao orçamento do país, perfazendo uma espécie de “economia de guerra permanente”, alimentada com base na corrida armamentista contra a URSS e nas sistemáticas intervenções contra as revoltas nacionais e sociais no mundo colonial e semicolonial. O gasto armamentista, ou seja, o gasto improdutivo do Estado, durante a Segunda Guerra Mundial tinha permitido absorver o desemprego criado pela crise da década de 1930, e posteriormente tirar (com a guerra da Coreia) o país da recessão do final da década de 1940: “Os gastos militares somaram, a partir da guerra da Coreia (1950), quantidades nunca antes atingidas. Nessas condições teve lugar a expansão do sistema capitalista internacional. Os gastos militares eram, para o sistema mundial capitalista, a principal causa da expansão e ainda do desaparecimento de uma parte das desproporções que antes limitavam a capacidade de expansão. Os encargos militares davam solução ideal ao problema colocado pela realização da mais-valia: preservavam a taxa de lucro no conjunto da economia e abriam, para as indústrias não armamentistas, mercados que de outro modo não teriam existido”.³⁵⁴

Em 1964, um articulista e diretor da revista *Fortune* escrevia: “O avanço pós-bélico baseou-se em dois tipos de acumulação que marcharam simultaneamente: dentro de cada país avançado, um florescimento ‘vertical’ no número de máquinas, no volume de energia elétrica e no número do pessoal especializado, educado e instruído; existindo também uma acumulação ‘horizontal’ nos mercados mundiais em expansão”.³⁵⁵ A descrição formal (que poderia ser expressa, em termos marxistas, como aumento da composição orgânica do capital e da extração de mais-valia relativa nas metrópoles, e aumento do investimento e extração de mais-valia monopolizada no mundo subdesenvolvido e semicolonial) esquecia o essencial. Pois a importância do gasto armamentista foi tal que a respeitada economista nekeynesiana Joan Robinson declarava, em 1962, que “uma sequência de 17 anos sem uma recessão mundial séria é uma experiência inédita para o capitalismo (mas) não se provou que as recessões possam ser evitadas, exceto pelos dispêndios em armamentos, e como, para justificar as armas, a tensão internacional tem de ser mantida, parece que o tratamento é muito pior do que a doença”. Até onde poderia se esticar o novo patamar da acumulação capitalista?

Terminado o conflito mundial, seus resultados determinaram uma nova situação na economia capitalista internacional. Para obter dólares, os países dependiam de exportações ou de empréstimos. A primeira condição não existia porque esses países estavam com suas economias destruídas. A segunda condição foi suprida pelos EUA, mas não nos quadros do que havia sido estipulado em Bretton Woods. Em 1950, o balanço de pagamentos norte-americano - resultado de exportações e movimento de capitais, empréstimos e transferências - apresentou déficit. Saíam dólares mais velozmente dos EUA para a Europa e Japão do que a rapidez de recuperação desses países permitia contabilizar como vendas norte-americanas e investimentos deles nos EUA. Para acelerar essa recuperação econômica, os EUA toleravam também uma série de práticas comerciais restritivas por parte desses países.

A conclusão é que a recuperação do pós-guerra dependia dos déficits norte-americanos - em soma, da capacidade do governo dos EUA de imprimir dólares. Pelas regras de Bretton Woods, isso tinha um limite, a capacidade das reservas em ouro dos EUA de garantirem aos bancos centrais de outros países a conversão, quando eles precisassem, de seus dólares em metal. Nessas condições teve lugar a expansão do sistema capitalista internacional.

³⁵⁴ Tom Kemp. Perspectives du développement capitaliste. *La Vérité* nº 527, Paris, fevereiro-abril 1964.

³⁵⁵ Max Ways. El avance post-bélico de los quinientos millones. In: Pierre Vilar et al. *Estudios sobre el Nacimiento y Desarrollo del Capitalismo*. Madri, Ayuso, 1978, p. 191.

Os gastos militares eram, para o sistema mundial capitalista, a principal causa da expansão, e ainda da diminuição de uma parte das desproporções que antes limitavam a capacidade de expansão.³⁵⁶ Na década de 1940, os capitalistas americanos aproveitaram a reserva de mão de obra desempregada e a capacidade industrial ociosa que foi criada pela depressão, utilizando-as para fins militares e para apoiar a economia de guerra. Os EUA puderam então produzir armamentos à vontade, sem a necessidade de novos investimentos para ampliação da capacidade industrial instalada: o PIB dobrou, em termos reais, entre 1939 e 1944; a taxa de desemprego da força de trabalho caiu de 17% em 1939, para 1% em 1944. Em 1944, os gastos militares dos EUA alcançaram 38% do seu PIB. No pico da guerra da Coreia, em 1953, 14%. Na guerra do Vietnã, em 1966, alcançaram 9,4% do PIB. De um bilhão de dólares anuais gastos com despesas militares diretas em 1939, depois da guerra, os EUA passaram a gastar 12,9 bilhões em 1949, e 43,3 bilhões em 1958.³⁵⁷ Durante a guerra, os EUA chegaram a destinar ao setor militar 42% de seu PIB (1943), 36% em 1945, 11% em 1946, caindo para a média de 6% entre 1947/1950, e de novo aumentando para 12,5% entre 1950/1955, em função dos gastos com a guerra da Coreia.

Michael Kidron caracterizou que a economia dos países capitalistas tinha virado uma “economia de armamentos”: o setor armamentista, criando uma demanda improdutiva, funcionava como um “volante de equilíbrio” da valorização do capital, evitando crises de sobre-produção, mas criando fortes pressões inflacionárias.³⁵⁸ Para Peter Jeffries, a nova era começara em 1940 (com a guerra mundial) com “rápidos progressos técnicos situados ao redor das necessidades bélicas”, repassados depois para o setor “civil”: entre 1954 e 1962, a produção da indústria elétrica e mecânica, na Inglaterra, aumentara em 40%, com um aumento da mão de obra de só 11%. No Japão (1955-1960) a produtividade elevou-se em 55%, contra 25% de reajuste dos salários reais. E o badalado “milagre alemão” teve por base o forte desemprego do país até o início da década de 1960, que permitiu uma estagnação dos salários: de 7% do comércio mundial (em 1950), Alemanha passou para 20% (em 1960), quase igualando o percentual dos EUA. Para Jeffries, isso demonstrava o aguçamento da concorrência no mercado mundial, e que a queda tendência da *taxa média* de lucro continuava agindo, em que pese a expansão da produção capitalista permitir um (conjuntural) aumento da *massa* dos lucros.³⁵⁹

Paralelamente se desenvolveu o que Ernest Mandel denominou “a constituição da investigação (produção de conhecimentos) em um ramo independente da produção”.³⁶⁰ Os investimentos em ciência e tecnologia cresceram 15 vezes nos EUA entre 1947 e 1967, enquanto o PIB o fez apenas três vezes no mesmo período. O motor desses investimentos foi a pesquisa militar. A própria natureza da indústria armamentista (com investimentos que exigem uma grande massa de capital, e produção para um mercado “cativo”) faz dela um fator extraordinário de monopolização e parasitismo econômico. A fixação arbitrária de preços eleva artificialmente seus benefícios,

³⁵⁶ Um estudo oficial dos EUA (Departamento de Comércio) demonstrou que, em épocas de grandes guerras – guerra civil americana, as duas guerras mundiais do século XX, a da Coreia e a do Vietnã – os ciclos do capital foram marcados por fases prolongadas de expansão, muito acima da média histórica, e por fases de contração e crise muito curtas. Assim, entre dezembro de 1914 e agosto de 1918, ocorreu na economia dos EUA uma expansão de quarenta e quatro meses, e uma contração de apenas sete meses; no período entre junho de 1938 e fevereiro de 1945, a expansão durou oitenta meses e a contração apenas oito meses; entre fevereiro de 1961 e dezembro de 1969 (Guerra do Vietnã), a expansão se prolongou por cento e seis meses e a contração por apenas oito meses.

³⁵⁷ *US News and World Report*, Nova York, 1º de março de 1957.

³⁵⁸ Michael Kidron. *Op. Cit.*

³⁵⁹ Peter Jeffries. *La crise du capitalisme d'après-guerre. La Vérité* n° 529, Paris, junho-julho de 1965.

³⁶⁰ Ernest Mandel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

contra-balançando a queda tendencial da taxa de lucro, que a própria indústria militar acelera. Em fases deflacionárias, os preços do “complexo industrial-militar” mantêm a tendência inflacionária.

Em 1948, por outro lado, a União Soviética fez, como vimos, os testes de sua primeira bomba atômica. Este fato marcou o antagonismo crescente com os EUA, resultando na “guerra fria”, corrida armamentista baseada no poder nuclear. Nos quarenta anos que se seguiram, os principais protagonistas acumularam capacidade nuclear suficiente para destruir todo o planeta várias vezes, além de se tornarem grandes produtores e exportadores de armamentos não nucleares. O contexto em que se insere o período de prosperidade e crescimento, que vai do pós-guerra até o início dos anos 1970, teve sua especificidade delineada pela lógica da “guerra fria”: um mundo dividido ideologicamente em dois sistemas econômicos e políticos, capitalista e socialista, sob as lideranças dos EUA e da União Soviética. A polarização política e econômica dos blocos antagonistas estabelece o referencial ideológico com que seriam introduzidos no discurso econômico ocidental o *Welfare State* e suas regulamentações sociais, com a aceitação do papel do estado como regulador, planejador, produtor ou coordenador de investimentos.

“O verdadeiro problema é que o regime capitalista tem que desenvolver a produção de algum tipo de valor de uso cujo consumo impeça o seu retorno para a esfera produtiva, que faça com que ele desapareça na própria circulação do capital. Esses antibióticos contra a superprodução são justamente aquelas mercadorias que não podem ser consumidas nem como meios de produção, nem como meios de reprodução da força de trabalho. Deve-se lembrar que a produção dessas mercadorias é capaz de elevar a taxa geral de lucro sem alterar a produtividade da força de trabalho, quer dizer, a taxa de mais valia. As modernas formas de consumo improdutivo, individuais (bens de luxo) ou estatais (armamentos) mostraram-se, historicamente, as mais adequadas para cumprir esse papel”.³⁶¹ Mas, se o boom armamentista motorizou a economia até certo ponto, foi depois sob influência das forças “normais” do mercado que a expansão prosseguiu. Tratou-se, a partir de então, de uma expansão capitalista normal: a multiplicação das indústrias de bens de produção e o desenvolvimento do mercado civil eram as condições que permitiam realizar a mais-valia.

Ainda assim, em 1963, Harry Magdoff calculava que os armamentos compreendiam 36% dos bens de consumo duráveis produzidos anualmente (nos EUA).³⁶² A tese de Paul Baran e Paul M. Sweezy - a despesa pública civil no final do *New Deal* “estava perto de atingir os seus limites extremos” - referia-se fundamentalmente às compras totais não militares do Estado em percentual do PIB. Este indicador inclui praticamente todas as contribuições diretas do Estado para o bem-estar da população, abrangendo a educação pública, as ruas e auto-estradas, a saúde, os serviços de saneamento, água e eletricidade, o comércio, a reabilitação, o lazer, a polícia e a proteção contra incêndios, os tribunais, as prisões, os serviços jurídicos, o sector administrativo. Baran e Sweezy afirmaram que o conjunto destas áreas cruciais do Estado tinha atingido em 1939 sua parte máxima do PIB, dada a estrutura de poder do capitalismo monopolista norte-americano. É notável que essa tese tenha sido confirmada mais de 40 anos depois de sua formulação.

As despesas civis de consumo e investimento do Estado, em percentagem do PIB, cresceram até 14,5% do PIB em 1938 (14,4% em 1939), caindo nos anos 1940 devido à enorme expansão dos gastos militares durante a Segunda Guerra Mundial, e voltaram a ganhar terreno nas décadas de 1950, 1960 e princípios de 1970. As despesas civis de consumo e investimento do Estado atingiram o seu ponto mais alto, 15,5% do produto nacional, em 1975 (voltando a cair em 1976

³⁶¹ José Martins. *Os Limites do Irracional*. Globalização e crise econômica mundial. São Paulo, Fio do Tempo, 1999.

³⁶² Harry Magdoff. *The Age of Imperialism*. The economics of US foreign policy. Nueva York, Monthly Review Press, 1969.

para 14,9%, o segundo nível mais alto), e estabilizando-se, por fim, em torno dos 14% desde o final dos anos 1970 até ao presente.³⁶³

O gasto armamentista, ao concentrar percentagens cada vez maiores do avanço científico e tecnológico, propiciou atividades intensivas em capital constante (máquinas e equipamentos), o que concluiu acelerando a queda tendencial da taxa de lucro, isto é, a quantidade cada vez menor de mais-valia extraída em relação ao capital social total. Preparou, também, a chamada “exclusão social”, o crescente desemprego de trabalhadores não qualificados. Para eles a indústria armamentista, que tem uma pronunciada tendência à qualificação, era um território particularmente inóspito: nos EUA essas indústrias usavam proporcionalmente 23% a mais de trabalho de profissionais especializados, 69% a mais de trabalho qualificado e 25% a mais de trabalho semi-qualificado do que a indústria em geral. A desigualdade salarial e social cresceu, estreitando tendencialmente os mercados de consumo de massa. A crise do “modelo” estava, portanto, inscrita em seu nascedouro. A proporção entre a renda dos 20% mais ricos da população mundial, e dos 20% mais pobres, cresceu de 30 para 1 em 1960, até 78 para 1 em 1994.

Nas economias capitalistas centrais, o gasto público garantiu o pleno emprego que vigorou durante mais de duas décadas. De um lado, o aumento da produtividade tendia, em que pese a rapidez da expansão econômica, a diminuir o ritmo de crescimento do emprego produtivo, mas, por outro lado, os pedidos do Estado e o consumo das camadas improdutivas faziam recuar os limites da realização da mais-valia. A extensão do trabalho improdutivo, e do gasto público aplicado em atividades que não produziam valor, compensava as tendências ao inchaço do desemprego estrutural induzido pela elevação da produtividade. O financiamento público da produção, por outro lado, gerou a inflação que se transformou, para o capital, num meio de prosseguir e intensificar a acumulação, independentemente dos obstáculos criados pelas flutuações conjunturais. Numa época dominada pela extensão dos cartéis internacionais e das firmas multinacionais no mercado dos principais produtos (em geral, de quatro a seis empresas abocanhavam 60-80% da produção) a inflação virou um imposto privado que o capital percebia dos consumidores, pelo desaparecimento da concorrência de preços. Altas taxas de inflação dão origem a uma luta mais aguda para manter padrões de vida. Na década de 1950, a inflação nos países “desenvolvidos” era, em média, de 2% anual; pulou para 4% na década de 1960; entre 1969 e 1973, subiu para 6,4% na Europa, e 4,9% nos EUA, quando, segundo Michel Aglietta, passou-se “da inflação reptante para a inflação cumulativa”.³⁶⁴

Milton Friedman e os economistas monetaristas de Chicago atribuíram a aceleração da inflação nos anos posteriores à guerra da Coreia às tentativas dos governos de manter o desemprego abaixo da taxa “natural”, à qual a economia supostamente se ajustaria (o emprego da palavra “natural” considera o capitalismo como sistema econômico insubstituível). O nível relativamente alto do emprego no mundo capitalista nos 25 anos posteriores à guerra mundial foi certamente um fator para acelerar a inflação - embora variem as opiniões sobre quanto peso se deveria atribuir aos aspectos mais estruturais do pleno emprego, tais como o poder crescente das organizações sindicais contra o funcionamento automático do mercado. Friedman elaborou uma teoria sugerindo que o alto nível de emprego era na verdade contrário aos interesses da classe trabalhadora porque, segundo ele, seria mais lucrativo para o capitalista empregar mais mão de obra do que a compatível com a “taxa natural” de desemprego apenas se os salários reais caíssem. Para Friedman todas as formas de “política de renda” eram irrelevantes, desde que a

³⁶³ Paul A. Baran e Paul M. Sweezy. *Monopoly Capital*. Nova York, Monthly Review Press, 1966.

³⁶⁴ Michel Aglietta. *Regulación y Crisis del Capitalismo*. Madri, Siglo XXI, 1979.

inflação dependia apenas das forças básicas do mercado; os “inflacionistas de custo”, por sua vez, depositaram esperanças na possibilidade de persuadir os sindicatos a fazer reivindicações salariais mais modestas. Uma vez que tais políticas “voluntárias” não tiveram êxito (e não se imagina como poderia ser o contrário) houve exigência crescente, em países europeus, de que se combatesse mais diretamente o poder dos sindicatos mediante restrições legais às suas atividades (o direito de organizar piquetes, etc.) ou imposição de penalidades financeiras aos grevistas: sugeriu-se que os grevistas perdessem o direito às pensões por desemprego, que os benefícios da previdência social às famílias dos mesmos fossem considerados como dívidas, que o salário do grevista fosse tributado em 50% etc. Essas tentativas (mal-sucedidas) para reduzir a força da classe trabalhadora eram consideradas mera remoção de imperfeições do “sistema de mercado”.

A nova arquitetura financeira internacional operava como uma espécie de sistema de seguros. Se o Banco Mundial “acompanhava” a situação dos países “subdesenvolvidos”, a OCSE, Organização para a Cooperação e Segurança Econômica nasceu em 1960, em Paris, dos trabalhos preparatórios conduzidos na gestão dos EUA do Plano Marshall para o estabelecimento da administração para a cooperação europeia (OCDE) e americana (ECA). A OCSE passou a coordenar os interesses dos 29 países mais desenvolvidos do mundo. Este poder permitiu aos oligopólios obrigar à população, inclusive à de baixos recursos, a praticar uma espécie de poupança forçada, a fixar (pela “formação -monopólica- dos preços”) seu montante em função de seu programa de investimentos, e apropriá-la sem reembolso nem juros. A inflação virou um meio para intensificar a acumulação e ampliar suas bases sociais, superposta aos mecanismos tradicionais (emissão de ações e obrigações, empréstimos bancários) que centralizavam a poupança das classes médias para transformá-la em capital, obrigando toda a população a contribuir compulsoriamente para a acumulação capitalista.

As instituições multilaterais (FMI, BIRD e GATT) deram reforço adicional para a dominação americana através da imposição de políticas econômicas ao conjunto da economia mundial. Com os acordos de Bretton Woods, e com o dólar assumindo o papel central na economia mundial, ficou clara a centralidade mundial dos capitais dos EUA. As instituições supranacionais foram o reflexo desta nova hierarquia. O período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o final dos anos sessenta caracterizou-se assim por uma afirmação hegemônica do capital dos EUA, que neste período atingiu o seu ápice. Para garantir sua supremacia mundial, houve um forte desenvolvimento das firmas multinacionais norte-americanas, particularmente na Europa, mas este se revelou insuficiente: o déficit crônico do balanço de pagamentos americano marcou um fracasso que ameaçava o papel privilegiado do dólar no sistema monetário internacional (embora uma fração importante dos investimentos de capitais norte-americanos no estrangeiro, tanto na Europa ocidental como nos países semicoloniais, não ocasionasse transferências reais de capitais dos EUA, sendo financiada por capitais de empréstimo locais).

Os EUA, detentores da moeda de reserva, seguiram uma ampla política de investimentos no exterior com um déficit sistemático do balanço de pagamentos. As despesas “invisíveis” cronicamente deficitárias foram uma das causas do déficit crônico da balança de pagamentos dos Estados Unidos. Dentre elas é necessário mencionar, em primeiro lugar, as despesas militares no estrangeiro. Por bastante tempo, esse déficit foi de fraca dimensão devido aos excedentes comerciais dos EUA: mais de seis bilhões de dólares em 1964, ano de seu apogeu. Estes excedentes conseguiam compensar as despesas militares da manutenção da política externa intervencionista, e permitiam, por outro lado, um grande investimento no exterior. Mas a repatriação dos lucros das empresas dos EUA no exterior, para equilibrar o balanço de pagamentos, não aconteceu: devido à crescente estagnação da economia dos EUA, os lucros foram crescentemente reinvestidos na própria área do investimento externo. E o superávit

comercial foi se extinguindo, até desaparecer em 1971. Nesse quadro se produziram, simultaneamente, uma transnacionalização da economia mundial, e um crescimento sustentado sem precedentes do comércio internacional. Nos EUA, as importações líquidas como percentagem do consumo aumentaram de -3,1% em 1910-19 para 5,65% em 1945-49, e 14% em 1961. Na década de 1950, o comércio mundial cresceu a um ritmo de 6% anual, chegando a 7,5% na década de 1960, com um recorde de 9,5% em 1963-66. Para Michael Kidron, "foi o comércio a chave para a economia de pós-guerra". No total, entre 1950 e 1970, o comércio mundial cresceu em 350%, enquanto a produção mundial crescia 200%. No período 1950-1973 o aumento das trocas mundiais foi da ordem de 8% ao ano em valores reais, acompanhado de mudanças no tamanho relativo das economias nacionais.

Com a nova hegemonia norte-americana no mundo capitalista, a Segunda Guerra Mundial e suas sequelas foram também, como assinalaram Milza e Bernstein, o marco do "fim do mundo europeu",³⁶⁵ com a velha Europa imperialista privada nos anos sucessivos de suas colônias e dependente, econômica e militarmente, dos EUA. As lideranças capitalistas do Velho Continente não aceitaram esse fato como decisivo nem definitivo. Certamente, Europa não era mais, econômica, política e culturalmente, o centro do mundo. O melhor da cultura europeia do pós-guerra, por outro lado, não foi produzido para recuperar essa posição, e sofreu a influência (criativa) da completa negação da humanidade que acabava-se de viver: "Quando calou o último canhão, predominava [na Europa] uma sensação de impotência e angústia. A natureza humana tinha-se revelado em seus piores aspectos... O público gozava com obras de teatro tristíssimas, e com romances e filmes pessimistas. Era um sentimento parcialmente genuíno, em especial durante os primeiros anos de pós-guerra".³⁶⁶ O simplismo do autor confunde *negatividade* com pessimismo: a miséria ítalo-alemã fez nascer, por exemplo, o neorealismo italiano, que marcou, com todo seu mérito artístico (que se sobrepôs à desesperante carência de meios técnicos e financeiros), a história do cinema mundial.

Na URSS, por sua vez, o final da guerra e o primeiro pós-guerra marcou o zenite do prestígio da burocracia stalinista, que alimentou a ilusão de uma espécie de congelamento da história, de prolongação indefinida do domínio burocrático sobre a sociedade soviética (e sobre o chamado "campo socialista") em "coexistência (mais ou menos) pacífica" com o imperialismo capitalista, no meio de um deserto político e cultural interno, do qual o *zhdanovismo* foi expressão cabal.

A "glória" tardia do capitalismo teve por base a barbárie. A Segunda Guerra Mundial foi a expressão dessa barbárie, a maior destruição de forças produtivas sociais já experimentada, o teatro do maior e mais concentrado genocídio da história, a manifestação aberta do declínio histórico do capitalismo. Nessas condições e sobre essa base teve depois lugar a expansão de pós-guerra da economia capitalista internacional, expansão que se ergueu sobre o pedestal do maior massacre já perpetrado na história do gênero humano, entre a década de 1930 e a primeira metade da década de 1950. Na história geral do capitalismo, a Segunda Guerra Mundial marcou a transição para uma economia cujo (precário) equilíbrio tornou-se dependente da despesa estatal-armamentista dos principais Estados (isto é, relativamente independente de uma situação de guerra declarada). Suas consequências e desdobramentos evidenciaram um regime social sobrevivente às suas próprias contradições imanentes mediante a intervenção econômica estatal, a economia de guerra, a ameaça permanente de novas guerras mais mortíferas do que as precedentes e, finalmente, novas guerras de fato, que só sua substituição por um novo regime de produção e de propriedade poderá afastar do horizonte do gênero humano.

³⁶⁵ Serge Bernstein e Pierre Milza. *Op. Cit.*

³⁶⁶ Walter Laqueur. *Europa después de Hitler*. Madri, Sarpe, 1985, pp. 8 e 11.

CRONOLOGIA

18 de setembro de 1931

O Japão invade a Manchúria.

2 de outubro de 1935 a maio de 1936

A Itália fascista invade, conquista e anexa a Etiópia.

25 de outubro a 1º de novembro de 1936

A Alemanha nazista e a Itália fascista assinam um tratado de cooperação em 25 de outubro; e em 1º de novembro, o Eixo Roma-Berlim é anunciado.

25 de novembro de 1936

A Alemanha nazista e o Japão imperial assinam o Pacto Anti-Komintern, isto é, Anti-Internacional Comunista, direcionado contra a União Soviética e o movimento comunista internacional.

7 de julho de 1937

O Japão invade a China, dando início à guerra no Pacífico.

11 a 13 de março de 1938

A Alemanha incorpora a Áustria na *Anchluss*, anexação.

29 de setembro de 1938

A Alemanha, a Itália, a Grã-Bretanha e a França assinam o Acordo de Munique, o qual força a República Tchecoslovaca a ceder à Alemanha nazista a região dos Sudetos, incluindo as importantes posições estratégicas de defesa militar daquele país.

14 a 15 de março de 1939

Sob pressão alemã, os eslovacos declaram sua independência e formam a República da Eslováquia. Os alemães ocupam as províncias remanescentes da Tchecoslováquia, em violação ao acordo de Munique, formando o Protetorado da Boêmia e Morávia.

31 de março de 1939

A França e a Grã-Bretanha asseguram a integridade das fronteiras do estado polonês.

7 a 15 de abril de 1939

A Itália fascista invade e anexa a Albânia.

23 de agosto de 1939

A Alemanha nazista e a União Soviética assinam um pacto mútuo de não-agressão, o Pacto Ribbentrop-Molotov, e fazem um aditamento secreto dividindo o Leste europeu entre si, em duas esferas de influência.

1º de setembro de 1939

A Alemanha invade a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial na Europa. 2 de setembro: a Alemanha anexa a cidade livre de Danzig.

3 de setembro de 1939

Honrando sua garantia de segurança às fronteiras da Polônia, a Grã-Bretanha e a França declaram guerra à Alemanha.

17 de setembro de 1939

A União Soviética invade o Leste da Polônia.

27 a 29 de setembro de 1939

Varsóvia, capital da Polônia, se rende no dia 27 de setembro. Membros do governo polonês fogem para o exílio através da Romênia. A Alemanha e a União Soviética dividem a Polônia entre si.

30 de novembro de 1939 a 12 de março de 1940

A União Soviética invade a Finlândia, iniciando a chamada Guerra de Inverno. Os finlandeses requerem um armistício e são obrigados a ceder para a União Soviética a margem norte do lago Lagoda e a pequena linha costeira finlandesa no mar Ártico.

9 de abril de 1940 a 9 de junho de 1940

A Alemanha invade a Dinamarca e a Noruega. A Dinamarca se rende no dia do ataque; a Noruega resiste até 9 de junho.

10 de maio de 1940 a 22 de junho de 1940

A Alemanha ataca a Europa Ocidental – França e os Países Baixos neutros. Luxemburgo é ocupado no dia 10 de maio; a Holanda se rende em 14 de maio, e a Bélgica em 28 do mesmo mês. Em 22 de junho, a França assina um acordo de armistício pelo qual os alemães ocupam a parte norte do país e toda a linha costeira do Atlântico; e no sul da França é estabelecido um regime colaborador dos nazistas com capital em Vichy.

10 de junho de 1940

A Itália entra na guerra, e invade o Sul da França em 21 de junho.

28 de junho de 1940

A União Soviética força a Romênia a ceder a província oriental da Bessarábia e metade da região norte da Bucovina para a Ucrânia Soviética.

14 de junho de 1940 a 6 de agosto de 1940

A União Soviética ocupa os países bálticos entre 14 e 18 de junho, articulando golpes de estado comunistas em cada um deles entre 14 e 15 de julho, para em seguida anexá-los como Repúblicas Soviéticas, entre 3 e 6 de agosto

10 de julho de 1940 a 31 de outubro de 1940

A guerra aérea conhecida como a “batalha da Grã-Bretanha” termina com a desistência da Alemanha.

30 de agosto de 1940

A Alemanha e a Itália arbitram a divisão da disputada província da Transilvânia entre a Romênia e a Hungria. A perda do norte da Transilvânia força o rei Carlos da Romênia a abdicar em favor de seu filho, Miguel, e traz ao poder uma ditadura sob comando do general Ion Antonescu.

13 de setembro de 1940

Os italianos invadem o Egito, parte do então Mandato Britânico, através da Líbia.

27 de setembro de 1940

A Alemanha, a Itália e o Japão assinam o Pacto Tripartite.

Outubro de 1940

A Itália invade a Grécia cruzando a Albânia em 28 de outubro.

Novembro de 1940

A Eslováquia (23 de novembro), a Hungria (20 de novembro) e a Romênia (22 de novembro) unem-se ao Eixo.

Fevereiro de 1941

Os alemães enviam o *Afrika Korps*, destacamento do exército alemão, para reforçar as tropas italianas enfraquecidas.

1º de março de 1941

A Bulgária une-se ao Eixo.

6 de abril de 1941 a junho de 1941

A Alemanha, a Itália, a Hungria e a Bulgária invadem e dividem a Iugoslávia. A Iugoslávia se rende em 17 de abril. A Alemanha e a Bulgária invadem a Grécia em apoio aos italianos. A resistência na Grécia chega ao fim no início de junho de 1941.

10 de abril de 1941

Os líderes do movimento terrorista Ustasha proclamam o Estado Independente da Croácia. Reconhecido de imediato pela Alemanha e Itália, o novo estado inclui a província da Bósnia-Herzegovina. A Croácia junta-se às forças do Eixo formalmente em 15 de junho de 1941.

22 de junho de 1941 a novembro de 1941

A Alemanha nazista e seus parceiros do Eixo (com a exceção da Bulgária) invadem a União Soviética. A Finlândia, procurando reparação de suas perdas territoriais para a União Soviética no armistício que finalizou a Guerra de Inverno, une-se ao Eixo pouco antes da invasão. Os alemães rapidamente invadem os países bálticos e, com ajuda dos finlandeses realizam um cerco a Leningrado (atual São Petersburgo) no mês de setembro. Mais ao centro da União Soviética os alemães conquistam Smolensk no início de agosto e, em outubro, parte rumo a Moscou. Ao sul, as tropas alemãs e romenas conquistam Kiev (Kyiv) em setembro e Rostov, às margens do rio Don, em novembro.

6 de dezembro de 1941

Uma contra-ofensiva soviética obriga os alemães estacionados nos subúrbios de Moscou a uma retirada.

7 de dezembro de 1941

O Japão bombardeia a base naval norte-americana de Pearl Harbor.

8 de dezembro de 1941

Os Estados Unidos declaram guerra ao Japão, entrando assim na Segunda Guerra Mundial. As tropas japonesas desembarcam nas Filipinas, na Indochina Francesa (Vietnã, Laos e Camboja), e na colônia britânica de Cingapura. Em abril de 1942, as Filipinas, Indochina e Cingapura caem sob domínio japonês.

11 a 13 de dezembro de 1941

A Alemanha nazista e seus parceiros do Eixo declaram guerra aos Estados Unidos.

30 de maio de 1942 a maio de 1945

Os britânicos bombardeiam Köln, ou Colônia, trazendo a guerra para dentro do território alemão pela primeira vez. Durante os três anos seguintes bombardeios anglo-americanos reduzem cidades alemãs a escombros.

Junho de 1942

As frotas navais norte-americanas e britânicas conseguem impedir o avanço naval japonês na área central do Oceano Pacífico, no atol de Midway.

28 de junho de 1942 a setembro de 1942

A Alemanha e seus parceiros do Eixo iniciam uma nova ofensiva na União Soviética. As tropas alemãs abrem seu caminho até Stalingrado, no rio Volga, até meados de setembro, penetrando profundamente na região do Cáucaso, após a conquista da Península da Crimeia.

Agosto a novembro de 1942

Em Guadalcanal, nas Ilhas Salomão, as tropas norte-americanas conseguem impedir o avanço japonês, que ia abrindo caminho, conquistando ilha a ilha, em direção à Austrália.

23 a 24 de outubro de 1942

As tropas britânicas derrotam alemães e italianos em El Alamein, no Egito, fazendo com que as forças militares do Eixo se retirassem de forma caótica através da Líbia até a fronteira leste da Tunísia.

8 de novembro de 1942

As tropas norte-americanas e britânicas desembarcam em diversos pontos nas praias da Argélia e do Marrocos, no norte da África sob controle francês. O fracasso das tropas colaboracionistas da França de Vichy em se defender contra a invasão, permite que os aliados se movam rapidamente até a fronteira oeste da Tunísia, o que provoca a ocupação do sul da França pelos alemães, em 11 de novembro.

23 de novembro de 1942 a 2 de fevereiro de 1943

As tropas soviéticas contra-atacam destruindo as linhas de defesa húngaras e romenas nas regiões a noroeste e a sudoeste de Stalingrado, e imobilizando a Sexta Tropa Alemã estacionada naquela cidade. Proibidos por Hitler de se retirarem ou tentarem escapar do cerco soviético, os sobreviventes da Sexta Tropa se rendem no dia 30 de janeiro e em 2 de fevereiro de 1943.

13 de maio de 1943

As forças do Eixo na Tunísia se rendem aos aliados, acabando com a campanha no norte da África.

10 de julho de 1943

Tropas norte-americanas e britânicas desembarcam na Sicília, Itália. Em meados de agosto os aliados passam a controlar aquela ilha.

5 de julho de 1943

Os alemães iniciam uma forte ofensiva com tanques perto de Kursk, na União Soviética. Os soviéticos enfraquecem aquele ataque em uma semana e começam uma ofensiva contra os alemães.

25 de julho de 1943

O Grande Conselho Fascista depõe Benito Mussolini, permitindo que o marechal italiano Pietro Badoglio institua um novo governo.

8 de setembro de 1943

O governo de Badoglio rende-se incondicionalmente aos aliados. Os alemães imediatamente tomam controle de Roma e do norte da Itália, estabelecendo um regime fascista fantoche sob o controle de Mussolini, que foi libertado da prisão por soldados alemães em 12 de setembro.

9 de setembro de 1943

As tropas aliadas desembarcam nas praias de Salerno, próximas à Nápoles.

6 de novembro de 1943

As tropas soviéticas libertam Kiev.

22 de janeiro de 1944

As tropas aliadas desembarcam com sucesso perto de Âncio, logo ao sul de Roma.

19 de março de 1944

Temendo a intenção da Hungria de abandonar sua parceria no Eixo, os alemães ocupam o país e forçam seu dirigente, almirante Miklos Horthy, a nomear um ministro presidente pró-alemão.

4 de junho de 1944

As tropas aliadas libertam Roma. Seis semanas depois, bombardeios anglo-americanos conseguem, pela primeira vez, atingir alvos na Alemanha oriental.

6 de junho de 1944

As tropas britânicas e norte-americanas desembarcam com sucesso nas praias da Normandia, na França, e abrem a “Segunda Frente” contra os alemães.

22 de junho de 1944=

Os soviéticos iniciam uma forte ofensiva na Bielorrússia oriental, destruindo o Grupo Central do exército alemão, e dirigindo-se para oeste até chegar ao rio Vístula através de Varsóvia, no centro da Polônia, em 1º de agosto.

25 de julho de 1944

As forças anglo-americanas saem da Normandia seguindo rumo ao Leste, em direção a Paris.

1º de agosto de 1944 a 5 de outubro de 1944

O Exército Interno da resistência polonesa subleva-se contra os alemães em uma tentativa de libertar Varsóvia antes da chegada das tropas soviéticas. O avanço soviético é contido na margem Leste do rio Vístula. Em 5 de outubro, os alemães aceitam a rendição dos remanescentes das forças do Exército Interno que lutavam em Varsóvia.

15 de agosto de 1944

As forças aliadas desembarcam no Sul da França, perto de Nice, e avançam rapidamente na direção Nordeste, rumo ao rio Reno.

20 a 25 de agosto de 1944

As tropas aliadas chegam a Paris e, no dia 25 de agosto, as Forças Francesas Livres, com o apoio dos aliados, entram na capital francesa. Em setembro, os aliados chegam até a fronteira alemã; em dezembro, quase toda a França, a maior parte da Bélgica, e a parte sul dos Países Baixos são libertadas.

23 de agosto de 1944

A chegada de tropas soviéticas induz a oposição romena a derrubar o governo de Antonescu. O novo governo faz um armistício e, imediatamente, troca de lado na guerra. A mudança de posição da Romênia obriga a Bulgária a se render em 8 de setembro, e força os alemães a se retirarem da Grécia, Albânia e Sul da Iugoslávia em outubro.

29 de agosto de 1944 a 27 de outubro de 1944

Sob a liderança do Conselho Nacional da Eslováquia, formado por comunistas e não-comunistas, as unidades da resistência eslovaca levantam-se contra os alemães e o regime eslovaco fascista nativo. Em 27 de outubro, os alemães capturam Banská Bystrica, o centro de operações da revolta, e acabam com a resistência organizada.

12 de setembro de 1944

A Finlândia conclui um armistício com a União Soviética, abandonando a parceria com o Eixo.

20 de outubro de 1944

As tropas norte-americanas desembarcam nas Filipinas.

15 de outubro de 1944

Membros do movimento fascista húngaro Cruz da Flecha dão um golpe de estado, com apoio dos alemães, para impedir que o governo húngaro continue as negociações para render-se aos soviéticos.

16 de dezembro de 1944

Os alemães iniciam a ofensiva final no Oeste, conhecida como a batalha do Bulge, em uma tentativa de reconquistar a Bélgica e dividir as forças Aliadas ao longo de toda a fronteira alemã. Em 1º de janeiro de 1945 os alemães batem em retirada.

12 de janeiro de 1945

Os soviéticos iniciam uma nova ofensiva em janeiro, libertando Varsóvia e a Cracóvia. Em 13 de fevereiro, após um cerco de dois meses, invadem a cidade de Budapeste, expulsando os alemães e seus colaboradores húngaros da Hungria no início de abril, e em seguida forçam a rendição da Eslováquia com a tomada de Bratislava no dia 4 de abril, e em 13 de abril capturam Viena.

7 de março de 1945

As tropas norte-americanas cruzam o rio Reno, na Ponte de Remagen, junto à cidadezinha do mesmo nome.

16 de abril de 1945

Os soviéticos iniciam sua ofensiva final e cercam Berlim.

Abril de 1945

Comandados pelo líder comunista iugoslavo Josip Tito, unidades de partisans, guerreiros da resistência contra os alemães, dominam Zagreb e derrubam o regime Ustasa. Os principais líderes da Ustasa fogem para a Áustria e a Itália.

30 de abril de 1945

Hitler comete suicídio.

7 de maio de 1945

A Alemanha se rende aos aliados ocidentais.

9 de maio de 1945

A Alemanha se rende aos soviéticos.

Maio de 1945

As tropas aliadas conquistam Okinawa, ilha japonesa.

6 de agosto de 1945

Os Estados Unidos lançam uma bomba atômica sobre a cidade de Hiroshima, no Japão.

8 de agosto de 1945

A União Soviética declara guerra contra o Japão e invade a Manchúria, província chinesa tomada pelo Japão em 1931.

9 de agosto de 1945

Os Estados Unidos lançam uma bomba atômica sobre a cidade de Nagasaki, no Japão.

2 de setembro de 1945

Depois de concordar, em princípio, com uma rendição incondicional no dia 14 de agosto de 1945, em 2 de setembro o Japão se rende oficialmente, pondo fim à Segunda Guerra Mundial.

DOCUMENTO 1

A LUTA CONTRA O IMPERIALISMO E CONTRA A GUERRA

(In: *A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da IV Internacional*, setembro de 1938)

Toda a situação mundial e, conseqüentemente, também a vida política interna dos diversos países encontram-se sob a ameaça da guerra mundial. A catástrofe iminente já angustia as massas mais profundas da humanidade.

A II Internacional repete sua política de traição de 1914 com tanto maior segurança quanto a Internacional "Comunista" ocupa, atualmente, o papel de primeiro violino do patriotismo. Desde que o perigo da guerra tomou um aspecto concreto, os stalinistas, sobrepunhando de longe os pacifistas burgueses e pequeno-burgueses, tomaram-se os campeões da pretensão "defesa nacional" Eles fazem exceção apenas nos países fascistas, quer dizer, naqueles onde não representam nenhum papel. A luta revolucionária contra a guerra recaí inteiramente sobre os ombros da IV Internacional.

A política dos bolchevique-leninistas sobre esta questão foi formulada nas teses programáticas do Secretariado Internacional, que guardam, ainda hoje, todo seu valor ("A IV Internacional e a Guerra", 10 de maio de 1934). O sucesso do partido revolucionário no próximo período dependerá, antes de tudo, de sua política com respeito à questão da guerra. Uma política correta compreende dois elementos: uma atitude intransigente quanto ao imperialismo e suas guerras e uma aptidão em se apoiar sobre a experiência das próprias massas.

Na questão da guerra, mais do que em qualquer outra, a burguesia e seus agentes enganam o povo com abstrações, fórmulas gerais, frases patéticas: "neutralidade", "segurança coletiva", "armamento para a defesa da paz", "defesa nacional", "luta contra o fascismo" etc. Todas estas fórmulas se reduzem no final das contas, à questão de que a guerra, quer dizer, a sorte dos povos, deve continuar nas mãos dos imperialistas, de seus governos, de sua diplomacia, de seus estados-maiores, com todas suas intrigas e todos seus complôs contra os povos.

A IV Internacional rejeita com indignação todas as abstrações que representam, para os democratas, o mesmo papel que, para os fascistas, a "honra", o "sangue", a "raça". Mas a indignação não basta. É necessário ajudar as massas por intermédio de critérios, de palavras de ordem, de reivindicações transitórias, a distinguir entre a realidade concreta e essas abstrações fraudulentas.

"DESARMAMENTO"? Mas todo o problema se resume em saber quem desarmará e quem será desarmado. O único desarmamento que possa prevenir ou pôr um fim à guerra é o desarmamento da burguesia pelos operários. Mas para desarmar a burguesia, é necessário que os próprios operários estejam armados.

"NEUTRALIDADE"? Mas o proletariado não é absolutamente neutro numa guerra entre o Japão e a China ou entre a Alemanha e a URSS. Isto significa a defesa da China e da URSS? Evidentemente, mas não por intermédio dos imperialistas que estrangularam a China e a URSS.

"DEFESA DA PÁTRIA"? Mas por esta abstração a burguesia entende a defesa de seus lucros e de suas pilhagens. Estamos prontos a defender a pátria contra os capitalistas estrangeiros, se antes imobilizarmos nossos próprios capitalistas e os impedirmos de atacar a pátria de outrem; se os operários e camponeses de nosso país tornam seus verdadeiros senhores; se as riquezas do país passam das mãos de ínfima minoria para as mãos do povo; se o exército, de instrumento dos exploradores se torna o instrumento dos explorados.

É necessário saber traduzir essas ideias fundamentais em ideias mais particulares e mais concretas, segundo o avanço dos acontecimentos e a orientação do estado de espírito das massas. É necessário, além disso, distinguir rigorosamente entre o pacifismo do diplomata, do professor, do jornalista e o pacifismo do carpinteiro, do operário agrícola ou da lavadeira. No primeiro desse caso, o pacifismo é a cobertura do imperialismo. No segundo, a expressão confusa da desconfiança diante do imperialismo.

Quando o pequeno camponês ou o operário falam de defesa da pátria, falam da defesa de sua casa, de sua família e da família de outrem contra a invasão, contra as bombas, contra os gases asfixiantes. O capitalista e seu jornalista entendem por defesa da pátria a conquista de colônias e mercados, a extensão, pela pilhagem, da parte "nacional" da renda mundial. O pacifismo e o patriotismo burgueses são mentiras completas. No

pacifismo e no patriotismo dos oprimidos há um germe progressista que é necessário saber compreender para daí tirar as conclusões revolucionárias necessárias. É necessário saber dirigir estas duas formas de pacifismo e de patriotismo uma contra a outra.

Partindo dessas considerações, a IV Internacional apoia toda reivindicação, mesmo parcial que for capaz de conduzir as massas, ainda que insuficientemente, à política ativa, despertar sua crítica e reforçar seu controle sobre as maquinações da burguesia.

É deste ponto de vista que nossa seção americana, por exemplo, apoia criticamente a proposta de um referendo sobre a questão de declaração de guerra. Nenhuma reforma democrática pode, bem entendido, impedir por si mesma, os governos de provocar a guerra quando o queiram. É necessário explicar isso abertamente. Mas quaisquer que sejam as ilusões das massas em relação ao referendo, esta reivindicação reflete a desconfiança dos operários e camponeses em relação ao governo e ao parlamento da burguesia. Sem apoiar ou ser indulgente com as ilusões, é necessário apoiar, com todas nossas forças a desconfiança progressista dos oprimidos com respeito aos opressores. Quanto mais crescer o movimento pelo referendo mais cedo os pacifistas burgueses dele se separarão, mais profundamente se encontrarão desacreditados os traidores da Internacional "Comunista", mais viva se tomará a desconfiança dos trabalhadores em relação aos imperialistas.

É deste mesmo ponto de vista que é necessário lançar a reivindicação do direito de voto aos 18 anos para os homens e mulheres. Aquele que amanhã será chamado a morrer pela "pátria" deve ter o direito de se fazer ouvir hoje. A luta contra a guerra deve começar, antes de tudo, pela MOBILIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DA JUVENTUDE.

É preciso esclarecer, sob todos os aspectos, o problema da guerra, levando-se em conta, ao mesmo tempo, o sentido com que se apresenta às massas em dado momento.

A guerra é uma gigantesca empresa comercial, sobretudo para a indústria de guerra. E por isso que as "200 famílias" são as primeiras patriotas e as principais provocadoras da guerra. O controle operário sobre a indústria da guerra é o primeiro passo na luta contra os fabricantes de guerras

A palavra-de-ordem dos reformistas - imposto sobre os benefícios da guerra, nós opomos as palavras-de-ordem: CONFISCO DOS BENEFÍCIOS DE GUERRA E EXPROPRIAÇÃO DAS EMPRESAS QUE TRABALHAM PARA A GUERRA. No país em que a indústria de guerra está "nacionalizada", como na França, a palavra-de-ordem de controle operário conserva todo seu valor: o proletariado deve ter tão pouca confiança no Estado burguês quanto no burguês individualmente.

Nenhum homem, nenhum centavo para o governo burguês!

Nenhum programa de armamentos, mas um programa de trabalhos de utilidade pública!

Independência completa das organizações operárias com respeito ao controle militar e policial!

É necessário arrancar, de uma vez por todas, a livre disposição do destino dos povos das mãos das corjas imperialistas, ávidas e impiedosas, que agem por detrás das costas dos povos.

De acordo com isso reivindicamos:

- abolição completa da diplomacia secreta, todos os tratados e acordos devem ser acessíveis a cada operário e a cada camponês;
- instrução militar e armamento dos operários e camponeses sob o controle imediato dos comitês de operários e camponeses;
- criação de escolas militares para a formação de oficiais vindos das fileiras dos trabalhadores, escolhidos pelas organizações operárias;
- substituição do exército permanente, isto é, de quartel, por uma milícia popular em união indissolúvel com as fábricas, minas, fazendas etc.

A guerra imperialista é a continuação e a exacerbação da política de pilhagem da burguesia; a luta do proletariado contra a guerra é a continuação e aprofundamento de sua luta de classe. O advento da guerra muda a situação e, parcialmente, os processos de luta entre as classes, mas não muda nem seus fins, nem sua direção fundamental.

A burguesia imperialista domina o mundo. É por isso que a próxima guerra, no que tem de fundamental, será uma guerra imperialista. O conteúdo decisivo da política do proletariado internacional será, conseqüentemente, a luta contra o imperialismo e sua guerra. O princípio básico desta luta será: "o inimigo principal está em nosso próprio país" ou "a derrota de nosso próprio governo (imperialista) é o mal menor".

Mas nem todos os países do mundo são países imperialistas. Ao contrário; a maioria dos países são vítimas do imperialismo. Certos países coloniais ou semicoloniais tentarão, indubitavelmente, usar a guerra para se livrar do jugo da escravidão. No que lhes concerne, a guerra não será imperialista, mas emancipadora. O dever do proletariado internacional será ajudar os países oprimidos em guerra contra seus opressores. Este mesmo dever estende-se também à URSS ou a outro Estado operário que possa surgir antes da guerra ou durante. A derrota de todo governo imperialista na luta contra um Estado operário ou um país colonial é o mal menor.

Os operários de um país imperialista não podem, entretanto, ajudar um país anti-imperialista por intermédio de seu governo, quaisquer que sejam, em dado momento, as relações diplomáticas e militares entre os dois países. Se os governos estabelecem uma aliança temporária e, no fundo, incerta, o proletariado do país imperialista deve continuar em oposição de classe a seu governo e apoiar o "aliado" não imperialista deste por seus próprios meios, quer dizer, pelos métodos da luta de classes internacional (agitação em favor do Estado operário e do país colonial, não somente contra seus inimigos, mas também contra seus pérfidos aliados: boicote e greve em certos casos, denúncia ao boicote e à greve em outros etc.).

Ao mesmo tempo que sustenta um país colonial ou a URSS na guerra, o proletariado não deve solidarizar-se no que quer que seja com o governo burguês do país colonial nem com a burocracia termidoriana da URSS. Ao contrário, deve manter sua completa independência política em relação a ambos. Ajudando uma guerra justa e progressiva, o proletariado revolucionário conquista as simpatias dos trabalhadores das colônias e da URSS e, deste modo, torna mais firme a autoridade e a influência da IV Internacional, podendo colaborar melhor na derrubada do governo burguês do país colonial, da burocracia reacionária da URSS.

No início da guerra, as seções da IV Internacional sentir-se-ão inevitavelmente isoladas: cada guerra pega as massas populares de imprevisível e as leva para o lado do aparelho governamental. Os internacionalistas deverão nadar contra a corrente.

Entretanto, as devastações e os males da nova guerra, que, desde os primeiros meses, ultrapassarão de longe os horrores sangrentos de 1914-1918, farão logo as massas perderem as ilusões. Seu descontentamento e revolta crescerão aos saltos. As seções da IV Internacional encontrar-se-ão à cabeça do fluxo revolucionário. O programa de reivindicações transitórias adquirirá uma candente atualidade. O problema da conquista do poder pelo proletariado far-se-á sentir em toda sua plenitude.

Antes de sufocar ou afundar no sangue da humanidade, o capitalismo envenena a atmosfera mundial com os vapores deletérios do ódio nacional e racial. O antissemitismo é atualmente uma das convulsões mais malignas da agonia do capitalismo.

A denúncia intransigente dos preconceitos de raça e de todas as formas e nuances da arrogância e do patriotismo nacionais, em particular do anti-semitismo, deve fazer da IV Internacional, como o principal trabalho de educação na luta contra o imperialismo e contra a guerra. Nossa palavra de ordem fundamental continua sendo: Proletários de todos os países, uni-vos!

DOCUMENTO 2

MANIFESTO DA IV INTERNACIONAL SOBRE A GUERRA IMPERIALISTA E A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA MUNDIAL

(Leon Trotsky, maio de 1940)

A conferência de emergência da Quarta Internacional, o partido mundial da revolução socialista, se reúne no momento inicial da segunda guerra imperialista. Já ficou para trás a etapa de tentativas de aberturas, de preparativos, de relativa inatividade militar. A Alemanha desatou as fúrias do inferno numa ofensiva geral a qual os aliados respondem igualmente com todas as forças destrutivas de que dispõem. De agora em diante e por muito tempo o curso da guerra imperialista e suas consequências econômicas e políticas determinarão a situação da Europa e de toda a humanidade.

A Quarta Internacional considera que este é o momento de dizer aberta e claramente como vê esta guerra e a seus protagonistas, como caracteriza a política a respeito da guerra e as distintas organizações trabalhistas e, o mais importante, qual é o caminho para se conseguir a paz, a liberdade e a abundância.

A Quarta Internacional não se dirige aos governos que arrastaram os povos à matança, nem aos políticos burgueses responsáveis por esses governos, nem à burocracia sindical que apoia a burguesia belicista. A Quarta Internacional se dirige aos trabalhadores e as trabalhadoras, aos soldados e marinheiros, aos camponeses arruinados e aos povos coloniais escravizados. A Quarta Internacional não tem nenhuma ligação com os opressores, os exploradores, os imperialistas. É o partido mundial dos trabalhadores, dos oprimidos e explorados. Este manifesto é dirigido a eles.

As causas gerais da guerra atual

A tecnologia é hoje infinitamente mais poderosa que em fins da guerra de 1914 a 1918, enquanto que a humanidade é muito mais pobre. Caiu o nível de vida, num país após o outro. Nos umbrais da guerra atual a situação da agricultura era pior do que quando estourou a guerra anterior. Os países agrícolas estão arruinados. Nos países industriais as classes médias caem na ruína econômica e se formou uma subclasse permanente de desempregados, os modernos párias. O mercado interno estreitou seus limites. Reduziu-se a exportação de capitais. O imperialismo realmente destroçou o mercado mundial, dividindo-o em setores dominados individualmente por países poderosos. Apesar do considerável incremento da população do planeta, o intercâmbio comercial de cento e nove países do mundo decaiu quase uma quarta parte durante a década anterior a guerra atual. Em alguns países o comércio exterior se reduziu a metade, a terceira ou quarta parte.

Os países coloniais sofrem suas próprias crises internas e as dos centros metropolitanos. Nações atrasadas, que ontem entretanto eram semi-livres, hoje estão escravizadas, (Abissínia, Albânia, China...). Todos os países imperialistas necessitam possuir fontes de matérias-primas sobretudo para a guerra, ou seja, para uma nova luta por matérias-primas. A fim de enriquecerem posteriormente, os capitalistas estão destruindo e devastando o produto do trabalho de séculos inteiros.

O mundo capitalista está superpovoado. A admissão de cem refugiados extras constitui um problema grave para uma potência mundial como os EUA. Na era da aviação, do telefone, do telégrafo, do rádio e da televisão, os passaportes e os vistos paralisam o deslocamento de um a outro país. A época da decadência do comércio exterior e interior é, ao mesmo tempo, a da intensificação monstruosa do chauvinismo, especialmente o anti-semitismo. O capitalismo, quando surgiu, tirou o povo judeu do gueto e o utilizou como um instrumento de sua expansão comercial. Hoje a sociedade capitalista em decadência trata de expulsar, por todos os seus poros, ao povo judeu; entre dois bilhões de pessoas que habitam o globo, dezessete milhões, ou seja, menos de um por cento, já não podem encontrar um lugar onde viver! Entre as vastas extensões de terras e as maravilhas da tecnologia, que além da terra conquistou os céus para o homem, a burguesia conseguiu converter nosso planeta numa prisão suja.

Lênin e o imperialismo

Em primeiro de novembro de 1914, no início da última guerra imperialista, Lênin escreveu: "O imperialismo arrisca o destino da cultura europeia. Depois desta guerra, se não triunfam umas quantas revoluções, virão

outras guerras; o conto de fadas de ‘uma guerra que acabará com todas as guerras’ não é mais do que isso, um vazio e pernicioso conto de fadas...”. Operários, recordai essa predição! A guerra atual, a segunda guerra imperialista, não é um acidente; não é consequência da vontade de tal ou qual ditador. Há muito se a previu. É o resultado inexorável das contradições dos interesses capitalistas internacionais. Ao contrário do que afirmam as fábulas oficiais para enganar ao povo, a causa principal da guerra, como de todos os seus outros males sociais (o desemprego, o alto custo de vida, o fascismo, a opressão colonial) é a propriedade privada dos meios de produção e o estado burguês que se apoia neste fundamento.

O nível atual da tecnologia e da capacidade de os operários permite criar condições adequadas para o desenvolvimento material e espiritual de toda a humanidade. Apenas seria necessário organizar correta, científica e racionalmente a economia de cada país e de todo o planeta, seguindo um plano geral. No entanto, enquanto as principais forças produtivas da sociedade estejam nas mãos dos trustes, ou seja, de camarilhas capitalistas isoladas, enquanto o estado nacional siga sendo uma ferramenta manejada por essas camarilhas, a luta por mercados, as fontes de matérias-primas, a dominação do mundo assumirá inevitavelmente um caráter cada vez mais destrutivo. Somente a classe operária revolucionária pode arrancar das mãos destas rapaces camarilhas imperialistas o poder do estado e o domínio da economia. Esse é o sentido da advertência de Lênin de que “se não triunfam umas quantas revoluções” inevitavelmente estalará uma nova guerra imperialista. Os distintos prognósticos e promessas que se fizeram então foram submetidas à prova dos fatos. Comprovou-se que era uma mentira o conto de fadas de “guerra para acabar com todas as guerras”. A previsão de Lênin converteu-se em uma trágica verdade.

As causas imediatas da guerra

A causa imediata da guerra atual é a rivalidade entre os velhos impérios coloniais ricos, Grã-Bretanha e França, e os ladrões imperialistas que chegaram atrasados, Alemanha e Itália.

O Século XIX foi a era da hegemonia indiscutida da potência imperialista mais antiga, a Grã-Bretanha. Entre 1815 e 1914 reinou, ainda que não sem explosões militares isoladas, a “paz britânica”. A frota britânica, a mais poderosa do mundo, jogou o papel de polícia dos mares. Esta era, no entanto, é coisa do passado. Já no final do Século passado, a Alemanha, armada como uma moderna tecnologia, começou a avançar para o primeiro lugar na Europa. Além do oceano, surgiu um país ainda mais poderoso, uma antiga colônia britânica. A contradição econômica mais importante que levou à guerra de 1914–1918 foi a rivalidade entre Grã-Bretanha e Alemanha. Quanto aos EUA, sua participação na guerra foi preventiva; não se podia permitir que a Alemanha submetesse o continente europeu. A derrota levou a Alemanha à impotência total. Desmembrada, rodeada de inimigos, em bancarrota pelas indenizações, debilitada pelas convulsões da guerra civil, parecia haver ficado fora de circulação por muito tempo, senão para sempre. No continente europeu, o primeiro violino voltou temporariamente às mãos da França. O balanço da vitoriosa Inglaterra depois da guerra resultou, em última instância, deficitário: independência crescente de seus domínios, movimentos coloniais em favor da libertação, perda da hegemonia naval, diminuição da importância de sua armada pelo grande desenvolvimento da aviação.

Por inércia a Inglaterra, todavia, tentou jogar um papel dirigente na cena mundial durante os primeiros anos que seguiram à vitória. Seus conflitos com os EUA começaram a tornar-se obviamente ameaçadores. Parecia que a próxima guerra estouraria entre os dois aspirantes anglo-saxões à dominação do mundo. No entanto, a Inglaterra logo teve que convencer-se de que sua força econômica era insuficiente para competir com o colosso de além oceano. Seu acordo com os EUA sobre a igualdade naval significou sua renúncia formal à hegemonia naval que na atualidade já havia perdido. Sua volta do livre comércio para as tarifas aduaneiras foi a admissão franca da derrota da indústria britânica no mercado mundial. Sua renúncia à política de “esplêndido isolamento” trouxe como consequência a introdução do serviço militar obrigatório. Assim viraram fumaça todas as sagradas tradições.

A França também se caracteriza, ainda que em menor escala, por uma inadequação similar entre seu poderio econômico e sua posição no mundo. Sua hegemonia na Europa se apoiava numa conjuntura circunstancial criada pela aniquilação da Alemanha e as estipulações artificiais do Tratado de Versalhes. Sua quantidade de habitantes e suas bases econômicas eram demasiado reduzidas para assentar sobre elas sua economia. Quando se dissipou o encantamento da vitória saiu à luz a relação de forças real. A França demonstrou ser muito mais débil do que acreditavam tanto seus amigos como seus inimigos. Ao buscar proteção se converteu, em essência, no último dos domínios conquistados pela Grã-Bretanha. A

regeneração da Alemanha, em base à sua tecnologia de primeira ordem e sua capacidade organizativa, era inevitável. Ocorreu antes do que se pensava, em grande medida, graças ao apoio da Inglaterra à Alemanha contra a URSS, das pretensões excessivas da França e, mais indiretamente, dos EUA. A Inglaterra, mais de uma vez, teve êxito nessas manobras internacionais no passado, enquanto era a potência mais forte. Em sua senilidade, demonstrou-se incapaz de dominar os espíritos que ela mesma evocou.

Armada com uma tecnologia mais moderna, mais flexível e de maior capacidade produtiva, a Alemanha começou outra vez a competir com a Inglaterra em mercados muito importantes, especialmente no sudeste da Europa e América Latina. No século XIX, a competição entre os países capitalistas se desenvolvia em um mercado mundial em expansão. Hoje, ao contrário, o espaço econômico de luta se estreita de tal maneira que os imperialistas não têm outra alternativa que a de arrancar-se uns aos outros os pedaços do mercado mundial.

A iniciativa de efetuar uma nova divisão do mundo provém agora, como em 1914, naturalmente, da Alemanha. O governo inglês, que foi pego desprevenido, tentou primeiro comprar a possibilidade de ficar à margem da guerra com concessões às custas dos demais (Áustria, Tchecoslováquia). Mas esta política podia durar pouco. A “amizade” com a Grã-Bretanha foi, para Hitler, somente uma fase tática. Londres já havia lhe concedido mais do que ele havia calculado conseguir. O acordo de Munique, com o qual Chamberlain esperava selar uma longa amizade com a Alemanha. Serviu, ao contrário, para apressar a ruptura. Hitler já não podia conseguir mais nada de Londres; a expansão posterior da Alemanha golpearia vitalmente à Grã-Bretanha. Assim foi como “a nova era de paz” proclamada por Chamberlain em outubro de 1938 conduziu, em poucos meses, à mais terrível de todas as guerras.

Os Estados Unidos

Enquanto a Grã-Bretanha fazia todos os esforços possíveis, desde os primeiros meses da guerra, para apropriar-se das posições que a bloqueada Alemanha deixou livres no mercado mundial, os Estados Unidos, quase automaticamente, desalojava a Grã-Bretanha. Dois terços de todo o ouro do mundo concentram-se nos cofres norte-americanos. O terço restante segue o mesmo caminho. O papel de banqueiro do mundo que desempenhou a Inglaterra já é coisa do passado. E em outros terrenos as coisas não andam muito melhor. Enquanto a armada e a marinha mercante da Grã-Bretanha estão sofrendo grandes perdas, os estaleiros norte-americanos constroem num ritmo colossal os barcos que garantirão o predomínio da frota norte-americana sobre a britânica e a japonesa. Os Estados Unidos se preparam, evidentemente, para alcançar o nível das duas potências, (uma armada mais poderosa que as frotas combinadas das duas potências que os seguem). O novo programa para a frota aérea se propõe a garantir a superioridade dos EUA sobre o resto do mundo.

No entanto, a força industrial, financeira e militar dos EUA, a potência capitalista mais avançada do mundo, não assegura, em absoluto, o florescimento da economia norte-americana. Pelo contrário, volta, especialmente maligna e convulsiva, a crise que afeta seu sistema social. Não se pode usar os bilhões em ouro, nem os milhões de desocupados! Nas teses da Quarta Internacional, A guerra e a Quarta Internacional, publicadas há seis anos, se prognosticava:

“O capitalismo dos Estados Unidos enfrenta-se com os mesmos problemas que em 1914 empurraram a Alemanha à guerra. Está dividido o mundo? Há que dividi-lo. Para a Alemanha tratava-se de ‘organizar a Europa’. Os Estados Unidos têm que ‘organizar’ o mundo. A história está enfrentando à humanidade com a erupção vulcânica do imperialismo norte-americano”. O New Deal e a “política de boa vizinhança” foram as últimas tentativas de postergar o estouro, aliviando a crise social com concessões em acordos. Depois da bancarrota dessa política, que consumiu dezenas de bilhões, ao imperialismo norte-americano não lhe restava outra coisa por fazer do que recorrer ao método do punho de ferro. Com um ou outro pretexto e com qualquer consigna os Estados Unidos intervirão no tremendo choque para conservar seu domínio do mundo. A ordem e o momento da luta entre o capitalismo norte-americano e seus inimigos não se conhece ainda; talvez, nem sequer Washington saiba. A guerra com o Japão teria como objetivo conseguir mais “espaço vital” no Oceano Pacífico. A guerra no Atlântico, ainda que de imediato, se dirija contra a Alemanha seria para conseguir a herança da Grã-Bretanha.

A possível vitória da Alemanha sobre os aliados pende sobre Washington como um pesadelo. Com o continente europeu e os recursos de suas colônias como base, com todas as fábricas de munições e

estaleiros europeus a sua disposição, a Alemanha (especialmente se está aliada ao Japão no Oriente) constituiria um perigo mortal para o imperialismo norte-americano. As titânicas batalhas que acontecem atualmente nos campos da Europa são, neste sentido, episódios preliminares da luta entre a Alemanha e América do Norte. França e Inglaterra são apenas posições fortificadas que possuem o imperialismo norte-americano do outro lado do Atlântico. Se as fronteiras da Inglaterra chegam até o Reno, como propôs um dos premiers britânicos, os imperialistas norte-americanos poderiam muito bem dizer que as fronteiras dos Estados Unidos chegam até o Tâmis. Em sua febril atividade de preparação da opinião pública para a guerra eminente, Washington não deixa de demonstrar uma nobre indignação pela sorte da Finlândia, Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica... Com a ocupação da Dinamarca, surgiu inesperadamente a questão da Groenlândia, que “geologicamente” faria parte do Hemisfério Ocidental e, por feliz casualidade, contém depósitos de creolita, indispensável para a produção de alumínio. Tampouco despreza Washington à escravizada China, às indefesas Filipinas, às órfãs Índias Holandesas e as rotas marítimas livres. Deste modo as simpatias filantrópicas pelas nações oprimidas e até as considerações geológicas estão arrastando os Estados Unidos para a guerra.

As forças armadas norte-americanas, no entanto, poderão intervir, com êxito, somente se contam com a França e as Ilhas Britânicas como sólidas bases de apoio. Se a França fosse ocupada e as tropas alemãs chegassem até o Tâmis, a relação e forças se voltaria drasticamente contra os Estados Unidos. Todas essas considerações obrigam Washington a acelerar o ritmo, mas ao mesmo tempo a considerar o problema de se não deixou passar o momento oportuno.

Contra a posição oficial da Casa Branca levantam-se os ruidosos protestos do isolacionismo norte-americano, que constitui somente uma variante distinta do mesmo imperialismo. O setor capitalista, cujos interesses estão ligados fundamentalmente ao continente norte-americano, Austrália e o Extremo Oriente considera que, no caso de uma derrota dos aliados, os Estados Unidos, automaticamente, obteriam para si o monopólio na América Latina e também no Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Quanto à China, às Índias Holandesas e o Oriente em geral, toda a classe governante dos Estados Unidos está convencida de que, de todo o modo, a guerra com o Japão é inevitável num futuro próximo. Com o pretexto do isolacionismo e do pacifismo, um setor influente da burguesia prepara um programa para expansão continental na América do Norte e para a luta contra o Japão. De acordo com este plano, a guerra contra Alemanha pela dominação do mundo, apenas fica adiada. E quanto aos pacifistas pequeno-burgueses do tipo de Norman Thomas e sua fraternidade são somente os corifeus de um dos planos imperialistas.

Nossa luta contra a intervenção dos Estados Unidos na guerra não tem nada em comum com o isolacionismo e o pacifismo. Dizemos abertamente aos operários que o governo imperialista não pode deixar de arrastar esse país à guerra. As disputas internas da classe governante são somente em torno de quando entrar na guerra e contra quem abrir fogo primeiro. Pretender manter os Estados Unidos na neutralidade por meios de artigos jornalísticos e resoluções pacifistas é como tratar de fazer retroceder a maré com uma escova. A verdadeira luta contra a guerra implica a luta de classe contra o imperialismo e a denúncia implacável do pacifismo pequeno-burguês. Só a revolução poderá evitar que a burguesia norte-americana intervenha na segunda guerra imperialista ou comece a terceira. Qualquer outro método é nada mais que charlatanismo ou estupidez, ou uma combinação de ambos.

A defesa da “pátria”

Há quase cem anos, quando o estado nacional ainda constituía um fator relativamente progressista, o Manifesto Comunista proclamou que os proletários não têm pátria. Seu único objetivo é a criação da pátria dos trabalhadores, que abarca o mundo inteiro. Até o final do século XIX o estado burguês, com seus exércitos e suas tarifas aduaneiras, transformou-se no maior freio ao desenvolvimento das forças produtivas, que exigem um campo de ação muito mais extenso. O socialista que hoje sai em defesa da “pátria” faz o mesmo papel reacionário que os camponeses da Vendée, que saíram em defesa do regime feudal, ou seja, das suas próprias correntes.

Nos últimos anos, e mesmo nos meses mais recentes, o mundo viu com assombro com que facilidade desaparecem do mapa da Europa os estados: Áustria, Tchecoslováquia, Albânia, Polônia, Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica... Nunca antes se transformou o mapa político com tanta rapidez, salvo na época das guerras napoleônicas. Naquela época tratava-se de estados feudais que haviam sobrevivido e tinham que dar passagem ao estado nacional burguês. Hoje se trata de estados burgueses sobreviventes que devem

dar passagem à federação de povos socialistas. A corrente, como sempre, se rompe no seu elo mais frágil. A luta dos bandidos imperialistas deixa tão pouco espaço aos pequenos estados independentes com a luta viciosa dos trustes e dos cartéis aos pequenos fabricantes e comerciantes independentes.

Por sua posição estratégica, para a Alemanha é mais proveitoso atacar seus inimigos fundamentais através dos países pequenos e neutros. Grã-Bretanha e França, pelo contrário, se beneficiam mais cobrindo-se com a neutralidade dos estados pequenos e deixando que a Alemanha, com seus ataques, os arraste ao campo dos aliados “democráticos”. O nó da questão não muda por esta diferença nos métodos estratégicos. Os pequenos satélites viram pó entre as trituradoras dos grandes países imperialistas. A “defesa” das pátrias maiores faz necessária a liquidação de uma dezena de países pequenos e médios.

Mas o que interessa à burguesia dos grandes estados não é em absoluto a defesa da pátria, mas a dos mercados, das concessões estrangeiras, das fontes de matérias-primas e das esferas de influência. A burguesia nunca defende a pátria pela pátria em si. Defende a propriedade privada, os privilégios, os lucros. Quando estes sagrados valores se vêem ameaçados a burguesia, imediatamente, se volta para o derrotismo. Foi o que ocorreu com a burguesia russa, cujos filhos, depois da Revolução de Outubro, lutaram e estão dispostos a lutar uma vez mais em todos os exércitos do mundo contra sua própria antiga pátria. Para salvar seu capital, a burguesia espanhola pediu ajuda a Mussolini e a Hitler contra seu próprio povo. A burguesia norueguesa colaborou na invasão de Hitler a seu país. Assim foi e assim será sempre.

O patriotismo oficial é uma máscara que encobre os interesses dos exploradores. Os operários com consciência de classe jogam por terra, com desprezo, esta máscara. Não defendem a pátria burguesa, mas os interesses dos trabalhadores e oprimidos de seu país e do mundo inteiro. As teses da Quarta Internacional afirmam: “Contra a consigna reacionária da ‘defesa nacional’ é necessário propor a consigna da destruição revolucionária do estado nacional. É necessário opor à loucura da Europa capitalista o programa dos Estados Socialistas Unidos da Europa como etapa prévia em direção aos Estados Socialistas Unidos do Mundo”.

A “luta pela democracia”

Não é menor o engano da consigna da guerra pela democracia contra o fascismo. Como se os operários tivessem esquecidos que o governo britânico ajudou a subir ao poder a Hitler e sua horda de verdugos! As democracias imperialistas são na realidade as maiores aristocracias da história. Inglaterra, França, Holanda e Bélgica se apoiam na escravização dos povos coloniais. A democracia dos Estados Unidos se apoia na apropriação das vastas riquezas de todo um continente. Estas “democracias” orientam todos os seus esforços no sentido de preservar sua posição privilegiada. Descarregam boa parte do peso da guerra sobre suas colônias. Obriga-se os escravos a entregar seu sangue e seu ouro para garantir a seus amos a possibilidade de continuar a serem amos. As pequenas democracias capitalistas sem colônias são satélites dos grandes impérios e levam uma fatia de seus lucros coloniais. As classes governantes desses estados estão dispostas a renunciar à democracia em qualquer momento para conservar seus privilégios.

No caso da minúscula Noruega, se revelou uma vez mais ante ao mundo a mecânica interna da democracia decadente. A burguesia norueguesa apelou simultaneamente ao governo social-democrata e à polícia, aos juízes e aos oficiais fascistas. Ao primeiro impacto sério, foram varridos os dirigentes democráticos e a burocracia fascista, que imediatamente encontrou uma linguagem comum com Hitler, se adonou da situação. Com distintas variantes, segundo cada país, já se havia levado a cabo o mesmo experimento na Itália, Alemanha, Áustria, Polônia, Checoslováquia e uma quantidade de países. Nos momentos de perigo a burguesia sempre pode livrar de travas democráticas o verdadeiro aparelho de governo, instrumento direto do capital financeiro. Só um cego contumaz pode crer que os generais e almirantes britânicos e franceses estão fazendo uma guerra contra o fascismo!

A guerra não deteve o processo de transformação das democracias em ditaduras reacionárias; pelo contrário, está levando a esta conclusão ante nossos próprios olhos. Dentro de cada país e no plano mundial, a guerra fortaleceu imediatamente aos grupos e instituições mais reacionárias. Passam a frente dos estados maiores gerais, esses ninhos de conspiração bonapartista, as feras malignas da polícia, os patriotas mercenários, as igrejas de todos os credos. Todos, especialmente o protestante presidente Roosevelt, adulam a corte do Papa, o centro do obscurantismo e ódio entre homens. A decadência material e espiritual sempre trás junto a opressão policial e uma demanda cada vez maior do ópio religioso.

Para lograr as vantagens que lhes proporciona o regime totalitário, as democracias imperialistas encaram sua própria defesa com uma ofensiva redobrada contra a classe operária e a perseguição das organizações revolucionárias. Utilizam o perigo da guerra e agora a guerra mesmo, primeiro e antes de mais nada, para aplastar aos seus inimigos internos. A burguesia segue invariável e firmemente a regra de que “o inimigo fundamental está dentro do próprio país”.

Como sucede sempre, os mais débeis são os que mais sofrem. Nesta matança dos povos, os mais débeis são os inumeráveis refugiados de todos os países, entre eles os exilados revolucionários. O patriotismo burguês se manifesta, antes de mais nada, na maneira brutal com que se tratam aos estrangeiros indefesos. Antes que se construíssem campos de concentração para os prisioneiros de guerra, já todas as democracias haviam construído campos de concentração para os revolucionários exilados. Os governos de todo o mundo, e especialmente o da URSS, escreveram a página mais negra de nossa época pelo tratamento que infligem aos refugiados, os exilados, os sem lar. Enviamos nossas mais cálidas saudações aos irmãos presos e perseguidos e lhes dizemos que não desanimem. Das prisões e dos campos de concentração capitalistas sairá a maior parte dos líderes do mundo de amanhã!

As consignas de guerra dos nazistas

As consignas gerais de Hitler não são dignas de consideração. Já faz muito que se demonstrou que a luta pela “unificação nacional” é uma mentira, já que Hitler converte o estado nacional em um estado de muitas nações, pisoteando a liberdade e a unidade dos demais povos. A luta pelo espaço vital não é mais que uma camuflagem da expansão imperialista, ou seja, da política de anexações e pilhagem. A justificativa racial desta expansão é uma mentira; o nacional-socialismo muda suas simpatias e antipatias raciais segundo suas considerações estratégicas. Um elemento, algo mais estável da propaganda fascista é, talvez, o anti-semitismo, o que Hitler conferia formas zoológicas, pondo a nu que a verdadeira linguagem da “raça” e do “sangue”: O latido do cão e o grunhido do porco. Por algum motivo Engels chamava o anti-semitismo de “socialismo dos idiotas”! O único traço verdadeiro do fascismo é sua vontade de poder, submetimento e saque. O fascismo é a destilação quimicamente pura da cultura imperialista.

Os governos democráticos, que em seu momento saudaram em Hitler um cruzado contra o bolchevismo, agora fazem dele uma espécie de Satã, inesperadamente escapado das profundezas do inferno, que viola a santidade das fronteiras, dos tratados, dos regulamentos e das leis. Se não fosse por Hitler o mundo capitalista floresceria como um jardim. Que mentira miserável! Este epilético alemão com uma máquina de calcular no cérebro e um poder ilimitado nas mãos não caiu do céu nem ascendeu dos infernos; não é mais que a personificação de todas as forças destrutivas do imperialismo, Gengis Khan e Tamerlane pareceriam aos povos pastores mais débeis como os destruidores açoites de Deus, enquanto que na realidade não expressavam outra coisa que a necessidade de mais terras de pastagem, que tinham em todas as tribos, para o qual saqueavam as terras cultivadas. Do mesmo modo Hitler, ao abalar até seus fundamentos às velhas potências coloniais, nada mais faz que oferecer a expressão mais acabada da vontade imperialista de poder. Com Hitler, o capitalismo mundial, atirado ao desespero pelo seu próprio impasse, começou a cravar em suas entranhas uma adaga afiada.

Os carneiros da segunda guerra imperialista não lograrão transformar Hitler no bode expiatório de seus próprios pecados. Todos os governantes atuais comparecerão ante o tribunal do proletariado. Hitler não fará mais que o ocupar o primeiro posto entre todos os réus criminosos.

A preponderância da Alemanha

Seja qual for o resultado da guerra, a preponderância da Alemanha já ficou claramente demonstrada. Indubitavelmente Hitler não possui nenhuma “nova arma secreta”. Mas a perfeição de todas as armas existentes e a combinação bem coordenada destas armas (sobre a base de uma indústria altamente racionalizada) conferem ao militarismo alemão um peso enorme. A dinâmica militar está estreitamente ligada com os traços peculiares de todo regime totalitário; vontade unificada, iniciativa concentrada, preparativos secretos, execução súbita. A paz de Versalhes, no entanto, rendeu um fraco favor aos aliados. Depois de quinze anos de desarme alemão, Hitler viu-se obrigado a construir um exército do nada, e graças a isso o exército está livre da rotina, da técnica e dos apetrechos obsoletos tradicionais. O treinamento tático das tropas se inspira nas novas ideias que surgem da tecnologia mais moderna. Aparentemente, só os Estados Unidos podem superar a máquina mortífera dos alemães.

A debilidade da França e Grã-Bretanha não é uma surpresa. As teses da Quarta Internacional (1934) declaram: “O colapso da Liga das Nações está indissolúvelmente ligado ao começo do colapso da hegemonia francesa no continente europeu”.

Este documento programático declara logo que “a Inglaterra dirigente tem cada vez menos êxito na concretização de seus astutos desígnios”, que a burguesia britânica está “aterrorizada pela desintegração de seu império, pelo movimento revolucionário da Índia, pela instabilidade de suas posições na China”. Nisto reside a força da Quarta Internacional, em que seu programa é capaz de passar pela prova dos grandes acontecimentos.

A indústria da Inglaterra e da França, devido à influência segura de superlucros coloniais, ficou atrasada tanto tecnológica como organizativamente. Ademais, a chamada “defesa da democracia” dos partidos socialistas criou para as burguesias britânica e francesa uma situação política extremamente privilegiada. Os privilégios sempre trazem juntos o atraso e o estancamento. Se hoje a Alemanha faz gala de um predomínio tão colossal sobre a França e Inglaterra, a responsabilidade fundamental cabe aos defensores social-patriotas, que evitaram que o proletariado arrancasse oportunamente da atrofia à Inglaterra e França, realizando a revolução socialista.

“O programa de paz”

Em troca da escravização dos povos, Hitler promete implantar na Europa uma “paz alemã” que durará séculos. Milagre impossível! A “paz britânica”, depois da vitória sobre Napoleão, pôde durar um século – não um milênio! – somente porque a Inglaterra era a pioneira de uma nova tecnologia e de um sistema de produção progressista. Apesar da potência de sua indústria, a atual Alemanha, como seus inimigos, é o caudilho de um sistema social condenado. O triunfo de Hitler, na realidade, não traria a paz senão no começo de uma série de choques sangrentos em escala mundial. Se derruba o império britânico reduz a França ao nível da Bohemia e Moravia, se se apoia no continente europeu e suas colônias, indubitavelmente a Alemanha se transformará na primeira potência mundial. Junto com ela, Itália, quando muito, e não por muito tempo, controlará a bacia do Mediterrâneo. Mas, ser a primeira potência não implica em ser a única. Somente se entraria numa nova etapa da “luta por espaço vital”.

A “nova ordem” que o Japão prepara-se para estabelecer, apoiando-se no triunfo alemão, tem como perspectiva a extensão do domínio japonês sobre a maior parte do continente asiático. A União Soviética se veria aprisionada entre uma Europa germanizada e uma Ásia japonizada. As três Américas, assim como a Austrália e Nova Zelândia cairiam nas mãos dos Estados Unidos. Se também tomamos em consideração o império provincial italiano, o mundo ficaria circunstancialmente dividido em cinco “espaços vitais”. Mas o imperialismo, por natureza, abomina a divisão de poderes. Para ter as mãos livres contra a América, Hitler teria que ajustar contas sangrentas com seus amigos de ontem, Stalin e Mussolini. Japão e Estados Unidos não ficariam observando desinteressadamente a nova luta. A terceira guerra imperialista não se daria entre estados nacionais nem entre impérios à velha moda, mas entre continentes inteiros. O triunfo de Hitler na guerra atual não significaria, portanto, mil anos de “paz alemã”, senão muitas décadas de muitos séculos de caos sangrento.

Mas um triunfo aliado não traria consequências mais brilhantes. Uma França vitoriosa só poderia estabelecer sua posição de grande potência desmembrando a Alemanha, restaurando os Habsburgos, balcanizando a Europa. A Grã-Bretanha só poderia ocupar um papel dirigente nos assuntos europeus restabelecendo sua tática de mover-se com as contradições que opõem por um lado a Alemanha e a França e por outro lado a Europa e a América do Norte. Isto significaria uma nova edição, dez vezes pior, da paz de Versalhes, com efeitos infinitamente mais prejudiciais sobre o debilitado organismo europeu. A isto há que acrescentar que é improvável uma vitória aliada sem a assistência norte-americana, e desta vez os Estados Unidos exigiriam pela sua ajuda um preço muito maior que na última guerra. A Europa invilecida e exausta, o objetivo da filantropia de Herbert Hoover, se transformaria no devedor em bancarrota de seu salvador transoceânico.

Finalmente, se supomos a variante menos provável, a conclusão da paz pelos adversários exaustos de acordo com a fórmula pacifista “nem vencedores, nem vencidos”, isto significaria a restauração do caos internacional anterior à guerra, mas dessa vez baseado em sangrentas ruínas, no esgotamento, na

amargura. Em um breve lapso saíram à luz novamente, com explosiva violência, os velhos antagonismos e estourariam novas convulsões internacionais.

A promessa dos aliados de criar, esta vez, uma federação europeia democrática é a mais grosseira de todas as mentiras pacifistas. O estado não é uma abstração, mas o instrumento do capitalismo monopolista. Enquanto não se expropriem aos trustes e bancos em benefício do povo, a luta entre os estados é tão inevitável como a luta entre os mesmos trustes. A renúncia voluntária por parte do estado mais forte às vantagens que lhe proporciona sua força é uma utopia tão ridícula como a divisão voluntária do capital entre os trustes. Enquanto se mantém a propriedade capitalista, uma “federação democrática” não seria mais do que uma má repetição da Liga das Nações, com todos os seus vícios e sem nenhuma das suas antigas ilusões. Em vão os senhores imperialistas do destino tentam reviver um programa de salvação que ficou totalmente desacreditado pela experiência das últimas décadas. Em vão seus lacaios pequeno-burgueses inventam panaceias pacifistas que há muito tempo se converteram em sua própria caricatura. Os operários não se deixarão enganar. As forças que agora fazem a guerra não levarão à paz. Os operários e soldados forjarão seu próprio programa de paz!

Defesa da URSS

A aliança de Stalin com Hitler, que levantou o pano de fundo sobre a guerra mundial, levou diretamente à escravização do povo polonês. Foi uma consequência da debilidade da URSS e do pânico do Kremlin frente à Alemanha. O único responsável por essa debilidade é o mesmo Kremlin, por sua política interna, que abriu um abismo entre a casta governante e o povo; por sua política exterior, que sacrificou os interesses da revolução mundial aos da camarilha stalinista.

A conquista da Polônia oriental, presente da aliança com Hitler e garantia contra Hitler, foi acompanhada da nacionalização da propriedade semi-feudal e capitalista na Ucrânia Ocidental e na Rússia Branca Ocidental. Sem isto o Kremlin não poderia haver incorporado à URSS ao território ocupado. A Revolução de Outubro, estrangulada e profanada, deu mostras de estar viva ainda.

Na Finlândia o Kremlin não conseguiu concretizar uma mudança social similar. A mobilização pelos imperialistas da opinião mundial “em defesa da Finlândia”, a ameaça da intervenção direta da Inglaterra e França, a impaciência de Hitler, que tinha de apropriar-se da Dinamarca e da Noruega antes que as tropas francesas e britânicas pisassem em terras escandinavas; tudo isso obrigou ao Kremlin a renunciar à sovietação da Finlândia e a limitar-se à conquista de posições estratégicas indispensáveis.

É indubitável que a invasão da Finlândia suscitou uma profunda condenação na população soviética. No entanto, os operários avançados compreenderam que, pese os crimes da oligarquia do Kremlin, segue em pé a questão da existência da URSS. A derrota na guerra mundial não só significaria a derrocada da burocracia totalitária mas a liquidação das novas formas de propriedade, o colapso da primeira experiência de economia planificada, a transformação de todo o país numa colônia, ou seja, a entrega ao imperialismo dos recursos naturais colossais que lhe daria um fôlego até a terceira guerra mundial. Nem os povos da URSS, nem a classe operária de todo o mundo tem interesse nessa saída.

A resistência da Finlândia à URSS foi, apesar de todo o seu heroísmo, nada mais que um ato de defesa da independência nacional similar à resistência que posteriormente a Noruega opôs à Alemanha. O mesmo governo de Helsinki não compreendeu quando preferiu capitular ante a URSS do que transformar a Finlândia numa base militar da Inglaterra e França. Nosso sincero reconhecimento do direito de todas as nações a sua autodeterminação não altera o feito de que na guerra atual este direito pesa tanto como uma pluma. Temos que determinar nossa linha política fundamental de acordo com os fatores básicos, não aos de décima ordem. As teses da Quarta Internacional afirmam: “A concepção da defesa nacional, especialmente quando coincide com a defesa da democracia, pode facilmente enganar aos operários dos países pequenos e neutros (Suíça, Bélgica parcialmente, os países escandinavos...). [...] Só um burguês desesperadamente tonto de uma aldeia Suíça esquecida da mão de Deus (como Robert Grimm) pode crer seriamente que a guerra mundial, na qual está metido é feita em defesa da independência da Suíça.”

Estas palavras adquirem hoje um significado especial. De nenhum modo são superiores ao social-patriota suíço Robert Grimm esses pequenos burgueses pseudo-revolucionários que crêem que se pode determinar a estratégia proletária com respeito a defesa da URSS com base em episódios táticos como a invasão da Finlândia pelo Exército Vermelho.

Extremamente eloquente, por sua unanimidade e sua fúria, foi a campanha da burguesia mundial sobre a guerra soviético-finlandesa. A perfídia e a violência que, até então, havia dado mostrar o kremlin nunca haviam despertado tal indignação na burguesia, pois toda a história da política mundial se escreve com perfídia e violência. O que despertou seu terror e indignação foi a perspectiva de que na Finlândia se produzisse uma mudança social como a que provocou o Exército Vermelho na Polônia Oriental. Estava em jogo uma ameaça real à propriedade capitalista. A campanha anti-soviética, classista da cabeça aos pés, revelou uma vez mais que a URSS em virtude dos fundamentos sociais impostos pela Revolução de Outubro, dos quais depende em última instância a existência da mesma burocracia, segue sendo um estado operário que aterroriza à burguesia de todo o mundo. Os acordos episódicos entre a burguesia e a URSS não desmentem o fato de que “tomado a escala histórica, o antagonismo entre o imperialismo mundial e a União Soviética é infinitamente mais profundo que os antagonismos que separam entre si os países capitalistas”.

Muitos radicais pequeno-burgueses até ontem estavam de acordo em considerar que a União Soviética como um possível eixo de agrupamento das forças “democráticas” contra o fascismo. Agora descobriram subitamente, quando seus países estão ameaçados por Hitler, que Moscou, que não acudiu em sua ajuda, segue uma política imperialista e que não há diferença entre a URSS e os países fascistas.

Mentiras! Responderá todo o operário com consciência de classe; Há uma diferença. A burguesia compreende essa diferença social melhor e mais profundamente que os charlatões radicais. É certo que a nacionalização dos meios de produção em um país, e ainda mais se se trata de um país atrasado, não garante, todavia, a construção do socialismo. Mas pode avançar no requisito fundamental do socialismo, ou seja, o desenvolvimento planejado das forças produtivas. Não levar em conta a nacionalização dos meios de produção em função de que, por si mesma, não assegura o bem-estar das massas é o mesmo que condenar à destruição um alicerce de granito em função de que é impossível viver sem paredes e sem teto. Um operário com consciência de classe sabe que é impossível alcançar êxito na luta pela emancipação completa sem a defesa das conquistas já obtidas, por modestas que sejam. Tanto mais obrigatória, portanto, é a defesa de uma conquista tão colossal como a economia planejada contra a restauração das relações capitalistas. Aqueles que não são capazes de defender as velhas posições não poderão conquistar outras novas.

A Quarta Internacional só pode defender à URSS com os métodos da luta revolucionária de classes. Ensinar os operários a compreenderem corretamente o caráter de classe do estado – imperialista, colonial, operários – assim como suas contradições internas, permitirá que os operários extraíam as conclusões práticas corretas em cada situação determinada. Enquanto trava uma luta incansável contra a oligarquia de Moscou, a Quarta Internacional rechaça decididamente qualquer política que ajude ao imperialismo contra a URSS.

A defesa da URSS coincide, em princípio, com a preparação da revolução proletária mundial. Rechaçamos categoricamente a teoria do socialismo num só país, esse engendro cerebral do stalinismo ignorante e reacionário. Somente a revolução mundial poderá salvar à URSS para o socialismo. Mas a revolução mundial implicará inevitavelmente na desaparecimento da oligarquia do Kremlin.

Pela derrocada revolucionária da camarilha bonapartista de Stalin

Depois de adular durante cinco anos às “democracias”, o Kremlin revelou um cínico desprezo pelo proletariado mundial ao concluir uma aliança com Hitler e ajudá-lo a estrangular o povo polonês. Se jactou de um vergonhoso chauvinismo em vésperas da invasão à Finlândia e demonstrou uma incapacidade militar não menos vergonhosa na luta posterior. Fez ruidosas promessas de “emancipar” dos capitalistas ao povo finlandês e logo capitulou covardemente ante Hitler. Esta foi a atuação do regime stalinista nestas horas críticas da história.

Os julgamentos de Moscou já haviam demonstrado que a oligarquia totalitária transformou-se num obstáculo absoluto para o desenvolvimento do país. O crescente nível das necessidades econômicas, cada vez mais complexas, já não pode tolerar o estrangulamento burocrático. No entanto, o bando de parasitas não está disposto a fazer nenhuma concessão. Ao lutar por manter sua posição, destrói o melhor do país. Não se pode supor que o povo, que realizou três revoluções em doze anos, tenha, subitamente, se tornado estúpido. Está aplastado e desorientado, mas observa e pensa. A burocracia está presente em cada dia de

sua existência com seu governo arbitrário, sua opressão, sua rapinagem e sua sangrenta sede de vingança. Os operários semi-famintos e os camponeses das granjas coletivas comentam entre si, murmurando seu ódio, os custosos caprichos dos comissários raivosos. Para o sexagésimo aniversário de Stalin obrigaram aos operários dos Urais a trabalhar durante um ano e meio no gigantesco retrato do odiado “pai dos povos” feito de pedras preciosas, empresa digna de um Xequé persa ou de uma Cleópatra egípcia. Um regime capaz de cair em tais abominações inevitavelmente granjeará o ódio das massas.

A política exterior corresponde com a política interna. Se o governo do Kremlin expressasse os verdadeiros interesses do estado operário, se a Komintern servisse à causa da revolução mundial, as massas populares da diminuta Finlândia inevitavelmente se inclinariam para a URSS e a invasão do Exército Vermelho, ou não teria sido, em absoluto, necessária ou teria sido aceita imediatamente pelo povo finlandês como uma emancipação revolucionária. Na realidade, toda a política anterior do Kremlin afastou da URSS aos operários e camponeses finlandeses. Enquanto que Hitler, nos países neutros que invade, pôde contar com a ajuda da chamada “quinta coluna”, Stalin não encontrou nenhum apoio na Finlândia em que pese a tradição da insurreição de 1918 e a existência, desde há muito tempo, do Partido Comunista Finlandês. Nestas condições a invasão do Exército Vermelho assumiu um caráter de violência militar direta e aberta. A responsabilidade desta violência cai total e unicamente sobre a oligarquia de Moscou.

A guerra constitui uma amarga prova para todo regime. Como consequência da primeira etapa da guerra, a posição internacional da URSS, apesar de seus êxitos pouco importantes obviamente piorou. A política exterior do Kremlin afastou da URSS amplos setores da classe operária mundial e os povos oprimidos. As bases estratégicas de apoio que conquistou Moscou representarão um fator de terceira ordem no conflito mundial de forças. Enquanto a Alemanha obteve a zona mais importante industrializada da Polônia e uma fronteira comum com a URSS, ou seja, uma saída para o leste. Através da Escandinávia, a Alemanha domina o Mar Báltico, transformando ao golfo da Finlândia numa garrafa fortemente fechada. A amargada Finlândia ficou sob o controle direto de Hitler. Em lugar de débeis estados neutros, a URSS agora tem após sua fronteira de Leningrado à poderosa Alemanha. Ficou evidente em todo o mundo a debilidade do Exército Vermelho decapitado por Stalin. Se intensificaram dentro da URSS as tendências nacionalistas centrífugas. Declinou o prestígio da direção do Kremlin. A Alemanha no Ocidente e o Japão no Oriente sentem-se agora infinitamente mais seguros que antes da aventura finlandesa do Kremlin.

Stálin não encontrou no seu magro arsenal mais que só uma resposta à detestável advertência dos acontecimentos: substituiu Voroshilov por uma nulidade ainda mais oca, Timoshenko. Como sempre nesses casos, o objetivo da manobra é afastar a ira do povo e do exército do principal e criminoso responsável pelas desgraças e colocar à cabeça do exército um indivíduo cuja insignificância garante que se possa confiar nele. O Kremlin revelou-se mais uma vez como centro do derrotismo. Somente destruindo este centro se colocará a salvo a segurança da URSS.

A preparação da derrota revolucionária da casta dirigente de Moscou constitui uma das tarefas fundamentais da Quarta Internacional. Não é uma tarefa simples, nem fácil. Exige heroísmo e sacrifício. No entanto, a época de grandes convulsões em que entrou a humanidade assestará golpe após golpe à oligarquia do Kremlin, destruirá seu aparelho totalitário, elevará a confiança em si mesmas das massas trabalhadoras e, portanto, facilitará a formação da secção soviética da Quarta Internacional. Os acontecimentos trabalharão a nosso favor, se somos capazes de ajudá-los!

Os povos coloniais na guerra

Ao criar enormes dificuldades e perigos aos centros metropolitanos imperialistas, a guerra abre amplas possibilidades aos povos oprimidos. O troar do canhão na Europa anuncia que se aproxima a hora de sua libertação.

Se é utópico um programa de transformações sociais pacíficas para os países avançados, o é duplamente o programa de libertação pacífica das colônias. Por outro lado, fomos testemunhas da escravização dos últimos países atrasados semi-livres (Etiópia, Albânia, China...).

A guerra atual está voltada sobre as colônias. Alguns perseguem sua possessão; outros as possuem e se recusam a soltá-las. Ninguém tem a menor intenção de liberá-las voluntariamente. Os centros metropolitanos em decadência se vêem obrigados a extrair todo o possível das colônias e devolver-lhes o

menos possível. Somente a luta revolucionária direta e aberta dos povos escravizados pode aplinar o caminho para a sua emancipação.

Nos países coloniais e semi-coloniais a luta por um estado nacional independente, e em consequência a “defesa da pátria”, é em princípio diferente da luta dos países imperialistas. O proletariado revolucionário de todo o mundo apoia incondicionalmente a luta da China ou da Índia por sua independência, porque esta luta “ao fazer romper os povos atrasados com o asiatismo, o sectarismo ou os laços com o estrangeiro [...] golpeia poderosamente aos estados imperialistas”.

Ao mesmo tempo a Quarta Internacional sabe desde já, e adverte abertamente às nações atrasadas, que seus estados nacionais tardios já não poderão contar com um desenvolvimento democrático independente. Rodeada pelo capitalismo decadente e submergida nas contradições imperialistas, a independência de um país atrasado será inevitavelmente semi-fictícia. Seu regime político, sob a influência das contradições internas de classe e a repressão externa, inevitavelmente cairá na ditadura contra o povo. Assim é o regime do Partido “do Povo” na Turquia; e do Kuomintang na China; assim será amanhã o regime de Gandhi na Índia. A luta pela independência nacional das colônias é, desde o ponto de vista do proletariado, somente uma etapa transicional no caminho que levará os países atrasados à revolução socialista internacional.

A Quarta Internacional não estabelece compartimentos estanques entre os países atrasados e avançados, entre as revoluções democráticas e as socialistas. As combina e as subordina à luta mundial dos oprimidos contra os opressores. Assim como a única força genuinamente revolucionária de nossa época é o proletariado internacional, o único programa com o qual lealmente se liquidará toda opressão, social e nacional, é o programa da revolução permanente.

A grande lição da China

A trágica experiência da China constitui uma grande lição para os povos oprimidos. A revolução chinesa de 1925 a 1927 tinha todas as possibilidades de triunfar. Uma China unificada e transformada seria neste momento uma poderosa fortaleza da liberdade no Extremo Oriente. A sorte da Ásia, em certa medida a de todo o mundo, poderia ter sido diferente. Mas o Kremlin, que não tinha confiança nas massas chinesas e buscava a amizade dos generais, utilizou todo o seu peso para subordinar o proletariado chinês à burguesia, ajudando assim Chiang Kai-Shek a aplastar a revolução chinesa. Desiludida, desunida e debilitada, a China ficou aberta à invasão japonesa.

Como todo regime condenado, a oligarquia stalinista já é incapaz de aprender com as lições da história. Ao começo da guerra Sino-japonesa, o Kremlin novamente ligou o partido comunista à Chiang Kai-Shek, aplastando, desde seu nascimento, a iniciativa revolucionária do proletariado chinês. Essa guerra, que já dura cerca de três anos, poderia ter terminado há muito numa verdadeira catástrofe para o Japão se a China a houvesse levado adiante como uma genuína guerra popular apoiada numa revolução agrária, abraçando em sua chama aos soldados japoneses. Mas a burguesia chinesa teme mais as suas próprias massas armadas do que aos invasores japoneses. Se Chiang Kai-Shek, o sinistro verdugo da revolução chinesa, se vê obrigado pelas circunstâncias a entrar numa guerra, seu programa seguirá sendo a opressão de seus próprios trabalhadores e o compromisso com os imperialistas.

A guerra na Ásia Oriental se entrelaçará, cada vez mais, com a guerra imperialista mundial. O povo chinês logrará a independência somente sob a direção de seu jovem e abnegado proletariado, que recobrará a indispensável confiança em si mesmo com o ressurgimento da revolução mundial. Ele marcará com firmeza a linha a seguir. O curso dos acontecimentos torna indispensável o desenvolvimento de nossa secção chinesa num poderoso partido revolucionário.

Tarefas da revolução indiana

Nas primeiras semanas da guerra as massas indianas pressionaram, com força crescente, aos dirigentes “nacionais” oportunistas, obrigando-os a utilizar uma linguagem desacostumada. Mas ai do povo indiano se deposita sua confiança nas palavras altissonantes! Ocultando-se atrás da consigna da independência nacional, Gandhi já se apressou em proclamar que se nega a criar dificuldades à Grã-Bretanha durante a severa crise atual. Como se em algum lugar ou em algum momento os oprimidos houvessem podido libertar-se de outro modo que não explorando as dificuldades de seus opressores.

O rechaço “moral” de Gandhi à violência reflete simplesmente o temor da burguesia indiana às suas próprias massas. Tem bons fundamentos sua previsão de que o imperialismo britânico arrastará também a eles em

seu colapso. Londres, por sua parte, prevê que a primeira ameaça de desobediência aplicará “todas as medidas necessárias”, incluindo, evidentemente, a força aérea, que na frente ocidental é deficiente. Há uma divisão do trabalho claramente delimitada entre a burguesia colonial e o governo britânico: Gandhi necessita das ameaças de Chamberlain e Churchill para paralisar com mais êxito o movimento revolucionário.

O antagonismo entre as massas indianas e a burguesia promete agudizar-se, num futuro próximo, à medida em que a guerra imperialista se converte cada vez mais numa gigantesca empresa comercial para a burguesia indiana. A abertura de um mercado excepcionalmente favorável para as matérias-primas pode promover rapidamente a indústria indiana. Se a destruição completa do império britânico rompe o cordão umbilical que liga ao capital indiano com a City de Londres, a burguesia nacional buscará rapidamente em Wall Street o seu novo padrão. Os interesses materiais da burguesia determinam sua política com a mesma força das leis da gravitação.

Enquanto o movimento de libertação estiver controlado pela classe exploradora seguirá metido num beco sem saída. A única coisa que pode unificar a Índia é a revolução agrária, realizada sob as bandeiras da libertação nacional. A revolução conduzida pelo proletariado estará dirigida não só contra o domínio britânico, mas também contra os príncipes indianos, as concessões estrangeiras, o estrato superior da burguesia nacional e os dirigentes do Congresso Nacional e da Liga Muçulmana. É a tarefa fundamental da Quarta Internacional criar uma secção estável e poderosa na Índia.

A traidora política de colaboração de classes, com a que o Kremlin vem ajudando há cinco anos aos governos capitalistas a preparar a guerra, foi abruptamente liquidada pela burguesia enquanto deixou de necessitar disfarçar-se de pacifista. Mas nos países coloniais e semi-coloniais – não somente na China e na Índia, mas também na América Latina – a fraude das “frentes populares” segue paralisando as massas trabalhadoras, convertendo-as em bucha de canhão da burguesia “progressista”, criando desta maneira uma base política nativa ao imperialismo.

O futuro da América Latina

O monstruoso crescimento do armamentismo nos Estados Unidos prepara uma solução violenta das complexas contradições que afligem ao Hemisfério Ocidental. Logo se colocará na ordem do dia, como problema imediato, o destino dos países latino-americanos. O interlúdio da política de “boa vizinhança” está chegando ao seu fim. Roosevelt ou quem o suceda, em breve lapso, tirarão as luvas de pelica e mostrarão o punho de ferro. As teses da Quarta Internacional declaram:

“América do Sul e Central só poderão romper com o atraso e a escravidão unindo a todos seus estados numa poderosa federação. Mas não será a atrasada burguesia sul-americana, agente totalmente venal do imperialismo estrangeiro, quem cumprirá este objetivo, mas o jovem proletariado sul-americano, destinado a dirigir as massas oprimidas. A consigna que presidirá a luta contra a violência e as intrigas do imperialismo mundial e contra a sangrenta exploração das camarilhas compradoras nativas será, portanto: Pelos estados unidos soviéticos da América do Sul e Central”.

Escritas há seis anos, estas linhas adquirem agora uma candente atualidade. Somente sob sua própria direção revolucionária o proletariado das colônias e das semi-colônias poderá lograr a colaboração firme do proletariado dos centros metropolitanos e da classe operária mundial. Somente esta colaboração poderá levar os povos oprimidos à sua emancipação final e completa com a derrocada do imperialismo em todo o mundo. Um triunfo do proletariado internacional livraria os países coloniais de um longo e trabalhoso período de desenvolvimento capitalista, abrindo-lhes a possibilidade de chegar ao socialismo junto com o proletariado dos países avançados.

A perspectiva da revolução permanente não significa de nenhuma maneira que os países atrasados tenham que esperar dos adiantados o sinal de partida, nem que os povos coloniais tenham que aguardar pacientemente que o proletariado dos centros metropolitanos os libere. Quem se ajuda consegue ajuda. Os operários devem desenvolver a luta revolucionária em todos os países coloniais ou imperialistas, onde existam condições favoráveis, e assim dar o exemplo aos trabalhadores dos demais países. Só a iniciativa e a atividade, a decisão e a valentia poderão materializar realmente a consigna “operários do mundo, uni-vos!”.

A responsabilidade que cabe pela guerra aos dirigentes traidores

O triunfo da revolução espanhola poderia ter aberto uma era de mudanças revolucionárias em toda a Europa e assim teria evitado a guerra atual. Mas essa revolução heróica, que abrigava em seu seio todas as

possibilidades de triunfo, dissipou-se no abraço da segunda e terceira internacional, com a colaboração ativa dos anarquistas. O proletariado internacional empobrece-se com a perda de outra grande esperança e se enriquecem com as lições de outra traição monstruosa.

A poderosa mobilização que realizou o proletariado francês em junho de 1936 revelou condições excepcionalmente favoráveis para a conquista revolucionária do poder. Uma república soviética francesa imediatamente obteria a hegemonia revolucionária na Europa, teria repercutido em todos os países, derrubado aos regimes totalitários, e desta forma teria salvo a humanidade da atual matança imperialista com suas inumeráveis vítimas. Mas a política totalmente covarde e traidora de Leon Blum e Leon Jouhaux, apoiada ativamente pela secção francesa da Komintern, levou ao desastre um dos movimentos mais promissores da década passada.

No umbral da guerra atual se localizam dois fatos trágicos: o estrangulamento da revolução espanhola e a sabotagem da ofensiva proletária na França. A burguesia se convenceu de que com tais “dirigentes dos trabalhadores” a sua disposição podia dar-se ao luxo de qualquer coisa, até de uma nova matança dos povos. Os dirigentes da Segunda Internacional impediram que o proletariado derrubasse a burguesia ao final da primeira guerra imperialista. Os dirigentes da Segunda e da Terceira Internacional ajudaram a burguesia a desatar uma segunda guerra imperialista. Que estes fatos se constituam em sua tumba política!

A Segunda Internacional

A guerra de 1914-1918 dividiu imediatamente a Segunda Internacional em dois bandos separados pela trincheira. Cada partido social-democrata defendeu sua pátria. Somente vários anos depois da guerra se reconciliaram os traidores irmãos inimizados e proclamaram a anistia mútua.

Hoje a situação da Segunda Internacional mudou muito, superficialmente. Todas as suas seções, sem exceção, apoiam politicamente a um dos bandos similares, o dos aliados: alguns porque são partidos dos países democráticos, outros porque são emigrados das nações beligerantes ou neutras. A social-democracia alemã, que seguiu uma desprezível política chauvinista durante a primeira guerra sob o estandarte dos Hohenzollern, é hoje um partido “derrotista” a serviço da França e da Inglaterra. Seria imperdoável crer que estes lacaios endurecidos se tornaram revolucionários. Há uma explicação mais simples. A Alemanha de Guilherme II oferecia aos reformistas suficientes oportunidades de obter benefícios pessoais nos corpos parlamentares, municípios, sindicatos e outros lugares. Defender a Alemanha imperial implicava defender um poço bem repleto no qual a burocracia trabalhista conservadora metia o focinho. “A social-democracia seguirá sendo patriótica enquanto o regime político lhe garanta seus ganhos e privilégios”, preveniam nossas teses há seis anos. Os mencheviques e narodniks russos eram patriotas na época do czar, quando tinham suas frações sindicais, seus jornais, seus funcionários sindicais e esperavam avançar mais longe nesta direção. Agora que perderam tudo isso tem uma posição derrotista a respeito da URSS.

Em consequência, o que explica a atual “unanimidade” da Segunda Internacional é que todas as suas seções esperam que os aliados mantenham os postos e as rendas da burocracia trabalhista dos países democráticos e lhes devolvam os que perderam a dos países totalitários. A social-democracia não acalenta ilusões inúteis sobre a proteção da burguesia “democrática”. Estes inválidos políticos são totalmente incapazes de lutar mesmo quando vêem ameaçados seus interesses pessoais.

Isto se revelou muito claramente na Escandinávia que aparecia como o santuário mais seguro da Segunda Internacional; os três países estiveram governados durante anos pela soberba, realista, reformista e pacifista social-democracia. Estes cavalheiros chamavam socialismo a democracia monárquica conservadora, mais a Igreja estatal, mais as insignificantes reformas sociais que durante um tempo foram possíveis graças aos limitados gastos militares. Apoiados pela Liga das Nações e protegido pelo escudo da “neutralidade”, os governos escandinavos especulavam com gerações de tranquilo e pacífico desenvolvimento. Mas os amos imperialistas não prestaram atenção a seus cálculos. Viram-se obrigados a eludir os golpes do destino. Quando a URSS invadiu a Finlândia os três governos escandinavos se declararam neutros no que diz respeito a esse país. Quando a Alemanha invadiu a Dinamarca e a Noruega, a Suécia se declarou neutra com relação às vítimas da agressão. Dinamarca tratou inclusive de declarar-se neutra a respeito de si mesma. Noruega, sob a boca dos canhões da sua guardiã Inglaterra, somente tentou alguns gestos simbólicos de auto defesa. Estes heróis estão muito dispostos a viver às expensas da pátria democrática, mas muito pouco dispostos a morrer por ela. A guerra que não previram derrubou, ao passar, suas esperanças de uma evolução pacífica

presidida pelo Rei e Deus. O paraíso escandinavo, refúgio final das esperanças da Segunda Internacional, transformou-se num minúsculo setor do inferno imperialista geral.

Os oportunistas social-democratas não conhecem mais que uma política, adaptação passiva. Nas condições do capitalismo decadente nada lhes resta mais que a rendição de suas posições uma após outra, o esquecimento de seu já miserável programa, o rebaixamento de suas exigências, a renúncia de toda a demanda, a retirada permanente cada vez mais e mais atrás até que não lhes reste lugar onde retirar-se, salvo algum ninho de ratos. Mas também ali chega a mão implacável do imperialismo e os arrasta tirando-os pelo rabo. Esta é a história resumida da Segunda Internacional. A guerra atual a está matando pela segunda vez e, esperamos, agora será para sempre.

A Terceira Internacional

A política da degenerada Terceira Internacional – uma mescla de cru oportunismo e aventureirismo desenfreado – exerce uma influência sobre a classe operária, ainda – se cabe – mais desmoralizadora que a de sua irmã maior, a Segunda Internacional. O partido revolucionário constrói toda a sua política sobre a consciência de classe dos trabalhadores; À Komintern nada lhe preocupa mais que contaminar e envenenar esta consciência de classe.

Os propagandistas oficiais de cada um dos setores beligerantes denunciam, às vezes bastante corretamente, os crimes do lado opositor. Há muito de verdade no que diz Göebbels sobre a violência britânica na Índia. A imprensa francesa e inglesa refletem com muita penetração a política exterior de Hitler e Stalin. No entanto, esta propaganda unilateral constitui o pior veneno chauvinista. As meias verdades são as mentiras mais perigosas.

Toda a propaganda atual da Komintern entra nesta categoria. Depois de cinco anos de adulação descarada às democracias, durante os quais todo o seu “comunismo” se reduzia a monótonas acusações contra os agressores fascistas, a Komintern subitamente descobriu, no outono de 1939, ao imperialismo criminoso das democracias ocidentais, giro completo! Desde então, nem uma palavra de condenação sobre a destruição da Tchecoslováquia e Polônia, a conquista da Dinamarca e Noruega e a chocante bestialidade dos bandos de Hitler contra os povos polonês e judeu! Hitler passou a ser um vegetariano amante da paz continuamente provocado pelos imperialistas ocidentais. A imprensa da Komintern chamava a aliança anglo-francesa “o bloco imperialista contra o povo alemão”. Nem mesmo Göebbels podia ter produzido algo melhor! O Partido Comunista Alemão exilado ardia em chamas de amor à pátria. E como a pátria alemã não deixara de ser fascista, a posição do Partido Comunista Alemão resultava... social-fascista. Por fim chegou a hora em que se concretizou a teoria stalinista do social-fascismo.

A primeira vista a atitude das seções francesa e inglesa da Internacional Comunista parecia diametralmente oposta. Diferente dos alemães, viam-se obrigados a atacar seu próprio governo. Mas este súbito derrotismo não era internacionalismo, mas uma variedade distorcida de patriotismo; estes cavalheiros consideram que sua pátria é o Kremlin, do qual depende sua prosperidade. Muitos stalinistas franceses demonstraram uma coragem inegável ao serem perseguidos. Mas o conteúdo dessa coragem se viu ensombrecido pelo seu embelezamento da política de rapina do bando inimigo. Que pensarão disso os operários franceses?

A reação sempre apresentou os internacionalistas revolucionários como agentes de um inimigo estrangeiro. A situação que criou a Komintern para as suas seções francesa e inglesa deu todos os pretextos para essa acusação, e em consequência empurrou forçosamente os operários ao patriotismo ou condenou-os à confusão e à passividade. A política do Kremlin é simples: vendeu a Hitler a Komintern junto com o petróleo e o manganês. Mas o servilismo canino com que esta gente se deixou vender atesta irrefutavelmente a corrupção interna da Komintern. Aos agentes do Kremlin não lhes resta princípios, nem honra, nem consciência; só uma coluna vertebral flexível. Mas os espinhaços flexíveis até agora nunca dirigiram uma revolução.

A amizade de Stalin com Hitler não será eterna, nem sequer durará muito tempo. Pode ser que antes que nosso manifesto chegue às massas a política exterior do Kremlin dê um novo giro. Neste caso também mudará a propaganda da Komintern. Se o Kremlin se aproxima das democracias, a Komintern novamente desenterrará de seus arquivos o Livro Marrom dos crimes nacional-socialistas. Mas isto não significa que sua propaganda assumirá um caráter revolucionário. Mudará os rótulos, mas seguirá tão servil como antes. A

política revolucionária exige, antes de tudo, que se diga a verdade às massas. Mas a Komintern mente sistematicamente. Nós lhes dizemos aos operários de todo o mundo: não creiam nos mentirosos!

Os social-democratas e os stalinistas nas colônias

Os partidos ligados aos exploradores e interessados em obter privilégios são organicamente incapazes de seguir uma política honesta para com as camadas mais exploradas dos trabalhadores e dos povos oprimidos. Mas as características da Segunda e da Terceira Internacional revelam-se com especial clareza em sua atitude para com as colônias.

A Segunda Internacional, que atua como representantes dos escravistas e como acionista da empresa da escravidão, não tem seções próprias nas colônias, se excetuarmos os grupos casuais de funcionários coloniais, predominantemente maçons franceses, e em geral os oportunistas de esquerda que aplastam a população nativa. Como renunciou oportunamente a pouca patriótica concepção da necessidade de levantar a população colonial contra a “pátria democrática”, a Segunda Internacional ganhou o privilégio de proporcionar à burguesia ministros para as colônias, quer dizer capatazes de escravos (Sidney Webb, Marius Moutet e outros).

A Terceira Internacional, que começou fazendo um valente chamado revolucionário a todos os povos oprimidos, também se prostituiu completamente num breve lapso no que concerne à questão colonial. Não faz muitos anos, quando Moscou viu a oportunidade de uma aliança com as democracias imperialistas, a Komintern propôs a consigna da emancipação nacional não só para a Abissínia e Albânia, mas também para a Áustria. Mas, a respeito das colônias da Grã-Bretanha e França, limitou-se modestamente a desejar-lhes reformas “razoáveis”. Nesse momento a Komintern não defendeu a Índia contra a Grã-Bretanha senão contra os possíveis ataques do Japão e a Tunísia contra Mussolini. Agora a situação mudou abruptamente. Independência total da Índia, Egito, Argélia!, Dimitrov não aceitará menos. Os árabes e os negros encontraram outra vez em Stalin o seu melhor amigo, sem contar, certamente, a Mussolini e a Hitler. A seção alemã da Komintern, com o descaramento que caracteriza este bando de parasitas, defende a Polônia e a Tchecoslováquia contra os complôs do imperialismo britânico. Esta gente é capaz de tudo e está disposta a tudo! Se o Kremlin muda novamente de orientação no sentido das democracias ocidentais, outra vez solicitarão respeitosamente a Londres e a Paris que garantam reformas liberais para suas colônias.

Diferentemente da Segunda Internacional, a Komintern, graças a sua grande tradição, exerce uma indubitável influência nas colônias. Mas sua base social mudou de acordo com sua evolução política. Na atualidade, nos países coloniais a Komintern se apoia nos setores que constituem a base tradicional da Segunda Internacional nos centros metropolitanos. Com as migalhas dos superlucros que obtém dos países coloniais e semi-coloniais, o imperialismo criou nestes algo similar a uma aristocracia trabalhista nativa.

Esta, insignificante em comparação com seu modelo das metrópoles, se destaca, no entanto, sobre o pano de fundo da pobreza geral e se aferra tenazmente a seus privilégios. A burocracia e a aristocracia trabalhista dos países coloniais e semi-coloniais, junto com os funcionários estatais, provêm de elementos especialmente servís aos “amigos” do Kremlin. Na América Latina um dos representantes mais repulsivos dessa espécie é o advogado mexicano Lombardo Toledano, cujos serviços especiais o Kremlin retribuiu elevando-o ao decorativo posto de presidente da Federação Sindical Latino-Americana. Ao colocar, de forma candente, os problemas da luta de classes, a guerra cria para estes prestidigitadores e falsos profetas a uma situação cada vez mais difícil, que os bolcheviques verdadeiros têm que utilizar para varrer para sempre a Komintern dos países coloniais.

Centrismo e anarquismo

Ao pôr a prova tudo o que existe e descartar tudo o que está podre, a guerra representa um perigo mortal para as Internacionais que lhe sobrevivem. Um setor considerável da burocracia da Komintern, especialmente no caso de que a União Soviética sofra alguns revezes, inevitavelmente se voltará para suas pátrias imperialistas. Os operários, pelo contrário, vão cada vez mais para a esquerda. Nessa situação são inevitáveis as divisões e as rupturas. Há uma quantidade de sintomas que indicam a possibilidade de que também rompa a ala “esquerda” da Segunda Internacional. Surgirão grupos centristas de distintas origens, romperão, criarão novas “frentes”, “bandos”, etc. Nossa época descobrirá, no entanto, que não pode tolerar a existência do centrismo. O papel patético e trágico que desempenhou o POUM, a mais séria e honesta das

organizações centristas, na revolução espanhola ficará sempre na memória do proletariado avançado como uma terrível advertência.

Mas a história gosta de repetições. Não está excluída a possibilidade de que haja novas tentativas de construir uma organização internacional do tipo da Internacional Dois e Meia ou, desta vez, a Internacional Três e Um Quarto. Esses balbucioses somente merecem atenção como reflexos de processos muito mais profundos pelos que atravessam as massas trabalhadoras. Mas desde já se pode afirmar com segurança que as “frentes”, “bandos” e “Internacionais” centristas, por carecer de fundamentos teóricos, tradição revolucionária e um programa acabado só serão efêmeros. Lhes ajudaremos criticando implacavelmente sua indecisão e ambiguidade.

Este esquema de bancarrota das velhas organizações da classe operária ficaria incompleto se não mencionarmos o anarquismo. Sua decadência constitui o fenômeno mais irrefutável de nossa época. Já antes da primeira guerra imperialista os anarco-sindicalistas franceses lograram converter-se nos piores oportunistas e servidores diretos da burguesia. A maior parte dos dirigentes anarquistas internacionais se fez patriota na última guerra. No apogeu da guerra civil na Espanha os anarquistas ocuparam cargos de ministros da burguesia. Os predicadores anarquistas negam o estado enquanto este não necessite deles. No momento de perigo, igual aos social-democratas, transformam-se em agentes da classe capitalista.

Os anarquistas entraram na guerra atual sem um programa, sem uma só ideia e com uma bandeira manchada por sua traição ao proletariado espanhol. Hoje a única coisa que são capazes de oferecer aos operários é uma desmoralização patriótica mesclada com lamentos humanitários. Ao buscar uma aproximação com os operários anarquistas que estejam realmente dispostos a lutar pelos interesses da sua classe, lhes exigiremos, ao mesmo tempo, que rompam completamente com esses dirigentes que tanto na guerra como na revolução só servem de marionetes da burguesia.

Os sindicatos e a guerra

Enquanto os magnatas do capitalismo monopolista se colocam acima do poder estatal, controlando-o desde as alturas, os dirigentes sindicais oportunistas rondam os umbrais do poder estatal tratando de conseguir que as massas operárias lhes dêem seu apoio. É impossível cumprir esta suja tarefa se se mantém a democracia operária dentro dos sindicatos. O regime interno dos sindicatos, seguindo o exemplo do regime dos estados burgueses, está se tornando cada vez mais autoritário. Em épocas de guerra a burocracia sindical transforma-se definitivamente na polícia militar do estado maior do exército dentro da classe operária.

Mas por mais que se empenhe, não tem salvação. A guerra significa a morte e destruição dos atuais sindicatos reformistas. Os sindicalistas na flor da idade são mobilizados para a matança. São substituídos pelos rapazes, mulheres e velhos, ou seja, os menos capacitados para resistir. Todos os países sairão da guerra tão arruinados que o nível dos trabalhadores retrocederá um século. Os sindicatos reformistas só são possíveis sob o regime da democracia burguesa. Mas o que desaparecerá primeiro com a guerra será a democracia, completamente putrefata. Em sua derrubada definitiva arrastará consigo a todas as organizações operárias que lhe serviram de apoio. Não haverá espaço para os sindicatos reformistas. A reação capitalista os destruirá cruelmente. É necessário prevenir disso aos operários, imediatamente e em voz bem alta, para que todos ouçam.

Uma época nova exige métodos novos. Os métodos novos exigem líderes novos. Há uma só maneira de salvar os sindicatos: transformá-los em organizações de lutas que tenham como objetivo o triunfo sobre a anarquia capitalista e a bandidagem imperialista. Os sindicatos terão um papel enorme na construção da economia socialista, mas a condição prévia para lográ-la é o derrubamento da classe capitalista e a nacionalização dos meios de produção. Somente tomando o caminho da revolução socialista poderão os sindicatos escapar ao destino de ficar enterrados sob as ruínas da guerra.

A Quarta Internacional

A vanguarda proletária é o inimigo irreconciliável da guerra imperialista. Mas não teme a esta guerra. Aceita dar combate no terreno escolhido pelo inimigo de classe. Entra nesse terreno com suas bandeiras tremulando ao vento. A Quarta Internacional é a única organização que previu corretamente o curso geral dos acontecimentos mundiais, que predisse a inevitabilidade de uma nova catástrofe imperialista, que denunciou as fraudes pacifistas dos democratas burgueses e dos aventureiros pequeno-burgueses da escola

stalinista, que lutou contra a política de colaboração de classes conhecida como “frente popular”, que questionou o papel traidor da Komintern e dos anarquistas na Espanha, que criticou irreconciliavelmente as ilusões centristas do POUM, que continuou fortalecendo incessantemente seus quadros no espírito da luta de classes revolucionária. Nossa política na guerra é apenas a continuação concentrada de nossa política na paz.

A Quarta Internacional constrói seu programa sobre os fundamentos teóricos do marxismo, sólidos como granito. Rechaça o desprezível ecletismo que predomina nas fileiras da burocracia trabalhista oficial de diferentes grupos, e que muito frequentemente serve de indicador da capitulação ante a democracia burguesa. Nosso programa está formulado em uma série de documentos acessíveis a todo o mundo. Seu eixo pode-se resumir em três palavras: ditadura do proletariado.

Nosso programa baseado no bolchevismo

A Quarta Internacional se apoia completa e sinceramente sobre os fundamentos de tradição revolucionária do bolchevismo e seus métodos organizativos. Que os radicais pequeno-burgueses chorem contra o centralismo. Um operário que tenha participado, ainda que seja uma vez, em uma greve sabe que nenhuma luta é possível sem disciplina e uma direção firme. Toda nossa época está imbuída do espírito do centralismo. O capitalismo monopolista levou até seus últimos limites a centralização econômica. O centralismo estatal no marco do fascismo assumiu um caráter totalitário. As democracias tentam cada vez mais emular este exemplo. A burocracia sindical defende com assanhamento sua maquinaria poderosa. A Segunda e a Terceira Internacional utilizam descaradamente o aparato estatal na luta contra a revolução.

Nestas condições a garantia mais elementar de êxito reside na contraposição do centralismo revolucionário ao centralismo da reação. É indispensável contar com uma organização da vanguarda proletária unificada por uma disciplina de ferro, um verdadeiro núcleo seletivo de revolucionários temperados dispostos ao sacrifício e inspirados por uma indomável vontade de vencer. Só um partido que não engana a si mesmo será capaz de preparar sistemática e afanosamente a ofensiva para, quando soe a hora decisiva, colocar no campo de batalha toda a força da classe sem vacilar.

Os cétricos superficiais deleitam-se em assinalar a degeneração em burocratismo do centralismo bolchevique. Como se todo o curso da história dependesse da estrutura de um partido! Na verdade, é o destino do partido que depende do curso da luta de classes. Mas de todas as maneiras o Partido Bolchevique foi o único que demonstrou na ação sua capacidade de realizar a revolução proletária. É precisamente um partido assim o que necessita agora o proletariado internacional. Se o regime burguês sai impune da guerra todos os partidos revolucionários degenerarão. Se a revolução proletária conquista o poder, desaparecerão as condições que provocam a degeneração.

Com a reação triunfante a desilusão e a fadiga das massas, numa atmosfera política envenenada pela decomposição maligna das organizações tradicionais da classe operária, em meio a dificuldades e obstáculos que se acumularam, o desenvolvimento da Quarta Internacional necessariamente era lento. Os centristas que desdenhavam nossos esforços, fizeram mais de uma vez tentativas isoladas e à primeira vista muito mais amplos e prometedores de unificação da esquerda. Todos eles, no entanto, viraram pó antes de que as massas tivessem uma possibilidade de lembrar sequer de seus nomes. Só a Quarta Internacional com valentia, persistência e êxito cada vez maiores se mantém nadando contra a corrente.

Passamos na prova!

O que caracteriza uma genuína organização revolucionária é, sobretudo, a seriedade com a que trabalha e põe à prova sua linha política a cada novo giro dos acontecimentos. Seu centralismo frutifica em democracia. Sob o fogo da guerra nossas secções discutem apaixonadamente todos os problemas da política proletária, comprovando a validade de nossos métodos e varrendo de passagem os elementos instáveis que somente se uniram a nós por causa de sua oposição à Segunda e Terceira Internacional. A separação dos companheiros de rota que não são de total confiança é o preço inevitável que se tem que pagar pela formação de um verdadeiro partido revolucionário.

A imensa maioria dos camaradas dos diferentes países saíram airoso da primeira prova a que os submeteu a guerra. Este fato é de inestimável significado para o futuro da Quarta Internacional. Cada membro da base de nossa organização tem, não só o direito, mas também o dever de considerar-se mais um oficial do exército revolucionário que se criará ao calor dos acontecimentos. A entrada das massas na luta

revolucionária porá de manifesto imediatamente a insignificância dos programas dos oportunistas, pacifistas e centristas. Um só revolucionário verdadeiro numa fábrica, numa mina, num sindicato, num regimento, num barco de guerra vale infinitamente mais do que cem pseudo-revolucionários pequeno-burgueses que se cozinham em seu próprio molho.

Os políticos da grande burguesia entendem muito melhor o papel da Quarta Internacional que nossos pedantes pequeno-burgueses. Na véspera da ruptura das relações diplomáticas, o embaixador francês Coulondre e Hitler, que buscavam em sua entrevista final assustar-se reciprocamente com as consequências da guerra, estavam de acordo em que “o único vencedor real” seria a Quarta Internacional. Quando da declaração das hostilidades contra a Polônia a grande imprensa da França, Dinamarca e outros países publicou notícias que informavam que nos bairros operários de Berlim apareceram cartazes que diziam “Abaixo Stalin, viva Trotsky!”. Isto significa: “Abaixo a Terceira Internacional, viva Quarta Internacional!”. Quando os operários e estudantes mais resolutos de Praga organizaram uma manifestação no aniversário da independência nacional, o “Protetor”, Barão Neurath, fez uma declaração oficial atribuindo a responsabilidade desta manifestação aos “trotskistas” tchecos. A correspondência desde Praga publicada pelo jornal editado por Benes, o ex-presidente da República Tcheco-Eslovaca, confirma o fato de que os operários tchecos estão tornando-se “trotskistas”. No entanto, estes são apenas sintomas. Mas indicam inequivocamente as tendências do processo. A nova geração de operários que a guerra empurrará para o caminho da revolução tomará nosso estandarte.

A revolução proletária

A experiência histórica estabeleceu as condições básicas para o triunfo da revolução proletária, que foram esclarecidas teoricamente:

- * O impasse da burguesia e a consequente confusão da classe dominante;
- * A aguda insatisfação e o desejo por mudanças decisivas nas fileiras da pequena burguesia, sem cujo apoio a grande burguesia não pode manter-se;
- * A consciência do intolerável da situação e a disposição para as ações revolucionárias nas fileiras do proletariado;
- * Um programa claro e uma direção firme da vanguarda proletária.

Essas são as quatro condições para o triunfo da revolução proletária.

A razão principal da derrota de muitas revoluções radica no fato de que estas quatro condições raramente alcançam ao mesmo tempo o necessário grau de maturidade. Muitas vezes na história a guerra foi a mãe da revolução, precisamente porque sacode até suas próprias bases os regimes já obsoletos, debilita a classe governante e acelera o crescimento da indignação revolucionária entre as classes oprimidas.

Já são intensas a desorientação da burguesia, o alarme e a insatisfação das massas populares, não só nos países beligerantes, mas também nos neutros; estes fenômenos se intensificarão a cada mês da guerra que passe. É certo que nos últimos vinte anos o proletariado sofreu uma derrota após outra, cada uma mais grave que a precedente, desiludiu-se com os velhos partidos e a guerra indubitavelmente o encontrou deprimido. No entanto, não se deve superestimar a estabilidade ou duração desses estados de ânimo. Foram produzidos pelos acontecimentos, estes os dissiparão.

A guerra, assim como a revolução, a fazem, principalmente, as gerações mais jovens. Milhões de jovens que não puderam ingressar na indústria começaram suas vidas como desocupados e, portanto, ficaram à margem da política. Hoje estão encontrando sua localização ou a encontrarão amanhã; o estado os organiza em regimentos e por esta mesma razão lhes abre a possibilidade de sua unificação revolucionária. Sem dúvida a guerra também sacudirá a apatia das gerações mais velhas.

O problema da direção

Permanece em pé o problema da direção. Não será traída a revolução outra vez, já que existem duas Internacionais a serviço do imperialismo enquanto que os elementos genuinamente revolucionários constituem uma minúscula minoria? Em outras palavras: Conseguiremos preparar a tempo um partido capaz de dirigir a revolução proletária? Para responder corretamente esta pergunta é necessário propô-la corretamente. Naturalmente, tal ou qual insurreição terminará seguramente em derrota devido a

imaturidade da direção revolucionária. Mas não se trata de uma insurreição isolada. Trata-se de toda uma época revolucionária.

O mundo capitalista já não tem saída, a menos que se considere saída a uma agonia prolongada. É necessário preparar-se para longos anos, senão décadas, de guerras, insurreições, breves intervalos de trégua, novas guerras e novas insurreições. Um partido revolucionário jovem tem que apoiar-se nesta perspectiva. A história lhe dará suficientes oportunidades de provar-se, acumular experiência e amadurecer. Quanto mais rapidamente se unifique a vanguarda mais breve será a etapa das convulsões sangrentas, menor a destruição que sofrerá nosso planeta. Mas o grande problema histórico não se resolverá de, nenhuma maneira, até que um partido revolucionário se ponha à frente do proletariado. O problema dos ritmos e dos intervalos é de enorme importância, mas não altera a perspectiva histórica geral nem a orientação da nossa política. A conclusão é simples: há que se levar adiante a tarefa de organizar e educar a vanguarda proletária com uma energia multiplicada por dez. Este é precisamente o objetivo da Quarta Internacional.

O maior erro cometem aqueles que, buscando justificar suas conclusões pessimistas, referem-se simplesmente as tristes consequências da última guerra. Em primeiro lugar, da última guerra nasceu a Revolução de Outubro, cujas lições estão vivas no movimento operário de todo o mundo. Em segundo lugar, as condições da guerra atual diferem profundamente das de 1914. A situação econômica dos estados imperialistas, incluindo os Estados Unidos, hoje é infinitamente pior, e o poder destrutivo da guerra infinitamente maior que há um quarto de século. Há, portanto, razões suficientes para supor que desta vez a reação por parte dos operários e exército será muito mais rápida e decisiva.

A experiência da primeira guerra não passou sem afetar profundamente as massas. A Segunda Internacional extraiu suas forças das ilusões democráticas e pacifistas que estavam quase intactas nas massas. Os operários acreditavam seriamente que a guerra de 1914 seria a última. Os soldados se deixavam matar para evitar que seus filhos tivessem que sofrer uma nova carnificina. Esta esperança foi o que permitiu aos homens suportar a guerra durante mais de quatro anos. Hoje não resta quase nada das ilusões democráticas e pacifistas. Os povos sofrem a guerra atual sem crer mais nela, sem esperar dela outra coisa que novos grillhões. Isto também se aplica aos estados totalitários. A geração operária mais velha, que levou sobre suas costas a carga da primeira guerra imperialista e não esqueceu suas lições, está longe ainda de ter sido eliminada da cena. Ainda soam nos ouvidos da geração seguinte àquela, a que ia a escola durante a guerra, as falsas consignas de patriotismo e pacifismo. A inestimável experiência política desses setores, agora aplastados pelo peso da maquinaria bélica se revelará em toda sua plenitude quando a guerra impulsionar as massas trabalhadoras a pôr-se abertamente contra seus governos.

Socialismo ou escravidão

Nossas teses, *A Guerra e a Quarta Internacional* (1934), afirmam que: “O caráter completamente reacionário, putrefato e saqueador do capitalismo moderno, a destruição da democracia, o reformismo e o pacifismo, a necessidade urgente e candente que tem o proletariado de encontrar uma saída segura do desastre eminente põe na ordem do dia, com forças renovadas, a revolução internacional”.

Hoje já não se trata, como no século XIX, de garantir simplesmente um desenvolvimento econômico mais rápido e sadio; hoje se trata de salvar a humanidade do suicídio. É precisamente a agudez do problema histórico o que faz tremer os alicerces dos partidos oportunistas. O partido da revolução, pelo contrário, encontra uma reserva inesgotável de forças em sua consciência de ser o produto de uma necessidade histórica inexorável.

Mais ainda; é inadmissível colocar a atual vanguarda revolucionária no mesmo nível daqueles internacionalistas isolados que elevaram suas vozes quando estourou a guerra anterior. Somente o partido dos bolcheviques russos representava então uma força revolucionária. Mas mesmo este, em sua imensa maioria, excetuando um pequeno grupo de emigrados que rodeavam Lênin, não conseguiu superar sua estreiteza nacional e elevar-se à perspectiva da revolução mundial.

A Quarta Internacional, pelo número de seus militantes e especialmente por sua preparação, conta com vantagens infinitas sobre seus predecessores da guerra anterior. A Quarta Internacional é a herdeira direta do melhor do bolchevismo. A Quarta Internacional assimilou a tradição da Revolução de Outubro e

transformou em teoria a experiência do período histórico mais rico entre as duas guerras imperialistas. Tem fé em si mesma e em seu futuro.

A guerra, recordemos uma vez mais, acelera enormemente o desenvolvimento político. Esses grandes objetivos que ontem não mais nos pareciam estar tão longe, senão há décadas de distância, podem delinear-se a nós diretamente nos próximos dois ou três anos, ou ainda antes. Os programas que se apoiam nas condições habituais das épocas de paz inevitavelmente ficarão suspensos no ar. Por outro lado, os programas de consignas transicionais da Quarta Internacional, que lhes parecia tão “irreal” aos políticos que não enxergavam além dos seus narizes, revelará toda sua importância no processo de mobilização das massas pela conquista do poder.

Quando começar a nova revolução os oportunistas tratarão uma vez mais, como fizeram há um quarto de século, de inspirar aos operários a ideia de que é impossível construir o socialismo sobre as ruínas e a desolação. Como se o proletariado tivesse liberdade para escolher! Terá que construir sobre os fundamentos que proporciona a história. A Revolução Russa demonstrou que o governo operário pode tirar da pobreza mais profunda até um país muito atrasado. Muito maiores são os milagres que poderá realizar o proletariado dos países avançados. A guerra destrói estruturas, ferrovias, fábricas, minas; mas não pode destruir a tecnologia, a ciência, a capacidade. Depois de criar seu próprio estado, organizar corretamente suas fileiras, aportar a força de trabalho qualificada herdada do regime burguês e organizar a produção de acordo com um plano unificado, o proletariado não só restaurará em uns anos tudo que foi destruído pela guerra, mas também criará as condições para um grande florescimento da cultura sobre as bases da solidariedade.

Que fazer

A conferência de emergência da Quarta Internacional vota este manifesto no momento em que, depois de abater a Holanda e a Bélgica e aplastar a resistência inicial das tropas aliadas, o exército alemão avança como um rolo compressor para Paris e o Canal. Em Berlim já se apressam em celebrar a vitória. No setor aliado propaga-se um alarme no limite com o pânico. Aqui não temos possibilidades nem necessidade de internar-nos em especulações estratégicas sobre as próximas etapas da guerra. De todo modo, a tremenda preponderância de Hitler põe neste momento sua marca sobre a fisionomia política de todo o mundo.

“Não está obrigada a classe operária, nas condições atuais, a ajudar às democracias em sua luta contra o fascismo alemão?” Assim propõe a questão amplos setores pequeno-burgueses para quem o proletariado é sempre uma ferramenta auxiliar de tal ou qual setor da burguesia. Rechaçamos com indignação essa política. Naturalmente há diferenças entre os distintos regimes políticos da sociedade burguesa, assim num trem há vagões mais confortáveis que outros. Mas quando todo o trem está se precipitando em um abismo, a diferença entre a democracia decadente e o fascismo assassino desaparece ante o colapso de todo o sistema capitalista.

Os triunfos e as bestialidades de Hitler provocam naturalmente o ódio exasperado dos operários de todo o mundo. Mas entre este ódio legítimo dos operários e a ajuda a seus inimigos mais fracos, mas não menos reacionários, há uma grande distância. O triunfo dos imperialistas da Grã-Bretanha e França não seria menos terrível para a sorte da humanidade que o de Hitler e Mussolini. Não se pode salvar a democracia burguesa. Ajudando as suas burguesias contra o fascismo estrangeiro os operários só acelerarão o triunfo do fascismo em seu próprio país. A tarefa colocada pela história não é apoiar uma parte do sistema imperialista contra outra, mas terminar com o conjunto do sistema.

Os operários têm que aprender a técnica militar

A militarização das massas se intensifica dia a dia. Rechaçamos a grotesca pretensão de evitar esta militarização com atos protestos pacifistas. Na próxima etapa todos os grandes problemas se decidirão com as armas na mão. Os operários não devem ter medo das armas; pelo contrário, têm que aprender a usá-las. Os revolucionários não se afastam do povo nem na guerra nem na paz. Um bolchevique trata não só de converter-se no melhor sindicalista, mas também no melhor soldado.

Não queremos permitir à burguesia que leve aos soldados sem treinamento ou semi-treinados a morrer no campo de batalha. Exigimos que o estado ofereça imediatamente aos operários e aos desocupados a possibilidade de aprender a manejar o rifle, a granada de mão, o fuzil, o canhão, o aeroplano, o submarino e os demais instrumentos de guerra. Fazem falta escolas militares especiais estreitamente relacionada com os

sindicatos para que os operários possam transformar-se em especialistas qualificados na arte militar, capazes de ocupar postos de comandante.

Esta não é nossa guerra!

Ao mesmo tempo, não nos esqueçamos nem por um momento de que esta guerra não é nossa guerra. Diferentemente da Segunda e Terceira Internacional a Quarta Internacional não constrói sua política em função das mudanças militares dos estados capitalistas, mas a transformação da guerra imperialista numa guerra dos operários contra os capitalistas, do derrubamento da classe dominante em todos os países, da revolução socialista mundial. As mudanças que se produzem na frente, a destruição dos capitais nacionais, a ocupação de territórios, a queda de alguns estados, desde este ponto de vista só constituem trágicos episódios no caminho da reconstrução da sociedade moderna.

Independentemente do curso da guerra, cumprimos nosso objetivo básico: explicamos aos operários que seus interesses são irreconciliáveis com os do capitalismo sedento de sangue; mobilizamos os trabalhadores contra o imperialismo; propagandamos a unidade dos operários de todos os países beligerantes e neutros; chamamos a confraternização entre os operários e soldados dentro de cada país e entre os soldados que estão em lados opostos das trincheiras no campo de batalha; mobilizamos as mulheres e os jovens contra a guerra; preparamos constante, persistente e incansavelmente a revolução nas fábricas, moinhos, aldeias, quartéis, no front e na frota.

Este é o nosso programa. Proletários do mundo, não há outra saída que unir-se sob o estandarte da Quarta Internacional!

BIBLIOGRAFIA

- ABENDROTH, Wolfgang. *História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ABRAHAM, Ben. *Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Sherip Hapleita, 1985.
- ADAMTHWAITE, Anthony P. *The Making of the Second World War*. Nova York, Routledge, 1992.
- AGLIETTA, Michel. *Regulación y Crisis del Capitalismo*. Madri, Siglo XXI, 1979.
- ALFOLDI, Laszlo M. *World War II, 1939-1945*. The Eastern and Balkan fronts, the Axis forces in Europe. Carlisle Barracks, U.S. Military History Institute, 1976.
- ALI, Tariq. *Confronto de Fundamentalismos*. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- ALMEIDA FERRO, Ana Luiza. *O Tribunal de Nüremberg*. Dos precedentes à confirmação de seus princípios. Belo Horizonte, Editora Mandamentos, 2002.
- ALPEROVITZ, Gar. *Atomic diplomacy: Hiroshima and Potsdam*. The use of the atomic bomb and the American confrontation with Soviet power. Londres, Pluto Press, 1994.
- AMILIBIA, Miguel de. *La Segunda Guerra Mundial*. De Danzig a los Balcanes (1939-1941). Buenos Aires, CEAL, 1972.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. Lisboa, Afrontamento, 1978.
- APPLEMAN, Roy E. et al. *Okinawa: the Last Battle*. Washington, Center of Military History, 2000.
- ARNOLD, Louise. *The Era of World War II*. Mediterranean and Western European
- BACON, Edwin. *The Gulag at War*. Londres, Macmillan, 1996.
- BACQUE, James. *Other Losses*. The shocking truth behind the mass deaths of disarmed German soldiers and civilians under General Eisenhower's command. Toronto, Prima Publising, 1989.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul M. *Monopoly Capital*. Nova Yorrk, Monthly Review Press, 1966.
- BAUER, Yehuda. *A History of the Holocaust*. Nova York, Franklin Watts, 1982.
- BAUER, Yehuda. *Ebrei in vendita?* Milão, Mondadori, 1998.
- BAUER, Yehuda. *Ripensare l'Olocausto*. Milão, Dalai Editore, 2009.
- BEALS, Carleton. *América Latina, Mundo en Revolución*. Buenos Aires, Palestra, 1964.
- BEEVOR, Anthony. *Berlim 1945: a Queda*. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- BEEVOR, Anthony. *Stalingrado*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.
- BELLAMY, Chris. *Absolute War*. Soviet Russia in the Second World War. Londres, Macmillan, 2007.
- BENDJEBBAR, André. *Libérations Rêvées, Libérations Vécues*. Paris, Hachette, 1994.
- BENZ, Wolfgang; GRAML, Hermann. *El Siglo XX*. México, Siglo XXI, 1985.
- BERBEN, Paul. *O Atentado contra Hitler*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1962
- BERESHCOV, Valentin. Amor a Hitler cegou União Soviética. *Folha de S. Paulo*, 22 de junho de 1991.
- BERGEN, Doris. *The Holocaust: a Concise History*. Nova York, Rowman & Littlefield, 2009.
- BERGOT, Erwan. *O Afrika Korps*. Lisboa, Ulisseia, 1974.
- BERNARD, Henri et al. *Les Dossiers de la Seconde Guerre Mondiale*. Paris, Gérard, 1964.
- BERNARD, Henri. *Historia de la Resistencia en Europa*. Barcelona, Orbis, sdp.
- BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Histoire du Vingtième Siècle 1939-1953*. Paris, Hatier, 1985.
- BETTANIN, Fabio. *A Coletivização da Terra na URSS*. Stalin e a "revolução do alto" (1929-1933). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- BETTELHEIM, Charles. *L'Inde Indépendante*. Paris, François Maspéro, 1971.
- BETTELHEIM, Charles. *L'Économie Allemande sous le Nazisme*. Paris, François Maspéro, 1971.
- BLACK, Edwin. *IBM et l'Holocauste*. Paris, Laffont, 2001.
- BLACKSTOCK, Paul W. *The Secret Road to World War II*. Chicago, Quadrangle Books, 1969.
- BOLLOTEN, Burnett. *El Gran Engaño*. Las izquierdas y su lucha por el poder en la zona republicana, Barcelona, Caralt, 1975.
- BOREJSZA, Jerzy W. *La Escalada del Odio*. Movimentos y sistemas autoritarios y fascistas en Europa, 1919-1945. Madri, Siglo XXI, 2002.
- BOSCO-NAITZA, Giovanni. *Il Colonialismo nella Storia d'Italia (1882-1949)*. Florença, La Nuova Italia, 1975.
- BOURDÉ, Guy. *La Défaite du Front Populaire*. Paris, François Maspéro, 1977.
- BOURDET, Dzelepy Stone. *La Guerra de Corea*. Buenos Aires, Prensa Libre, 1952.
- BOURDREL, Philippe. *L'Épuration Sauvage*. Paris, Perrin, 2002.
- BRAITHWAITE, Rodric. *Moscou 1941*. Uma cidade e seu povo na guerra. Rio de Janeiro, Record, 2009.

BRANCO, Frederico. *Zhukov*. Rio de Janeiro, Editora Três, 1974.

BREITMAN, Richard. *The Architect of Genocide: Himmler and the Final Solution*. New York, Alfred A. Knopf, 1991.

BRENER, Jayme. *A Segunda Guerra Mundial*. O planeta em chamas. São Paulo, Ática, 1999.

BRIGNOLI, Maurizio. Pulizia etnica, genocidio e assetti imperialistici. *La Contraddizione* nº 149, Roma, dezembro 2014.

BRODY, J Kenneth. *The Avoidable War*. Pierre Laval and the politics of reality, 1935–1936. Nova York, Transaction Publishers, 1999.

BROUÉ, Pierre. *Comunistas contra Stalin*. Masacre de una generación. Málaga, SEPHA, 2008.

BROUÉ, Pierre. *Histoire de l'Internationale Communiste 1919-1943*. Paris, Arthème Fayard, 1997.

BROUÉ, Pierre. *La Revolución Española (1931-1939)*. Barcelona, Peninsula, 1977.

BROUÉ, Pierre. *Le Mouvement Syndical aux États-Unis*. Paris, UNEF-IEP, 1974.

BROUÉ, Pierre. Les trotskystes et le problème de la guerre. In: *Les Internationales et le Problème de la Guerre au XXè Siècle*. Roma, École Française de Rome, 1987.

BROUÉ, Pierre. Meurtres au maquis. *L'Égalité* nº 52, Paris, abril 1997.

BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*. São Paulo, Sundermann, 2014.

BROUÉ, Pierre. *Staline et la Révolution*. Le cas espagnol. Paris, Fayard, 1993.

BROUÉ, Pierre. *União Soviética*. Da revolução ao colapso. Porto Alegre, UFRGS, 1996.

BROWNING, Christopher. *The Origins of the Final Solution*. The evolution of Nazi Jewish policy. Londres, Arrow, 2005.

BUBER-NEUMANN, Margarete. *Historia del Komintern*. La revolución mundial. Barcelona, Picazo, 1975.

BULLOCK, Alan. *Hitler*. A study in tyranny. Londres, Penguin Books, 1962.

BURRIN, Philippe. *Hitler e os Judeus*. Gênese de um genocídio. Porto Alegre, L & PM, 1990.

CANNON, James P. *Socialism on Trial*. Nova York, Pathfinder Press, 1970.

CARELL, Paul. *Afrika Korps*. São Paulo, Flamboyant, 1967.

CAREW, Anthony. *Labour under the Marshall Plan*. The politics of productivity and the marketing of management science. Detroit, Wayne State University Press, 1987.

CARR, Edward Hallet. *El Ocaso de la Komintern, 1930-1935*. Madrid, Alianza, 1983.

CARR, Edward Hallet. *La Komintern y la Guerra Civil Española*. Madrid, Alianza, 1984.

CARR, Edward Hallet. *Vinte Anos de Crise 1919-1939*. Brasília, UnB, 2001.

CARREL, Paul. *Invasão 44*. São Paulo, Flamboyant, 1965.

CARRÈRE D'ENCAUSSE, Hélène. *L'URSS de la Révolution à la Mort de Staline*. Paris, Seuil, 1996.

CARRILHO, Maria et al. *Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.

CATALANO, Franco. *Dalla Grande Crisi a Yalta*. Roma, Nuove Edizione Operaie, 1978.

CATEPHORES, Georges . The Greek partisans, *New Left Review* nº 79, Londres, junho de 1973.

CAULLIRAUX, Heitor B. *Hiroshima 45*. O grande golpe. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005.

CAVE BROWN, Anthony. *Operation World War III*. Secret American plan (dropshot) for war with the Soviet Union. Nova York, Arms & Armour Publishers, 1979.

CEDILLO, Juan Alberto. *Eitingon*. Las operaciones secretas de Stalin en México. México DF, Debate, 2014.

CHANEY Jr., Otto P. *Zhukov: Marechal da União Soviética*. Rio de Janeiro, Renes, 1974.

CHIARETTI, Marco. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Ática, 2001.

CHURCHILL, Winston S. *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

CLARK, R. T. *The Fall of the German Republic*. Londres, Allen & Unwin, 1935.

CLAUDIN, Fernando. *A Crise do Movimento Comunista*. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

CLAUSEWITZ, Karl von. *De la Guerra*. Barcelona, Labor, 1984.

CLEMESHA, Arlene. Da Declaração Balfour à derrota do movimento operário árabe-judaico. *Entre Passado & Futuro* nº 2, São Paulo, Universidade de São Paulo-CNPq, 2002.

COGGIOLA, Osvaldo (ed.). *Segunda Guerra Mundial*. Um balanço histórico. São Paulo, Xamã, 1995.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo, Moderna, 1984.

COLARIZZI, Simona. *Storia del Novecento Italiano*. Milão, BUR, 2007.

COLLOTTI PISCHEL, Enrica. *Storia dell'Asia orientale 1850-1949*. Roma, Carocci, 2004.

CONOT, Robert. *Justice at Nuremberg*. Nova York, Basic Books, 1983.

COSTA, Sérgio Correa da. *Crônica de uma Guerra Secreta*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

COSTELLO, John. *The Pacific War: 1941-1945*. Nova York, Harper Perennial, 1982.

COULONDRE, Robert. *De Staline a Hitler*. Souvenirs de deux ambassades 1936-1939. Paris, Hachette, 1950.

CRAIPEAU, Yvan. *Contre Vents et Marées*. Les révolutionnaires pendant la Seconde Guerre Mondiale. Paris, Savelli, 1977.

CRAIPEAU, Yvan. *La Libération Confisquée: 1944-1947*. Paris, Savelli, 1978.

CROSS, Robin. *Citadel*. The battle of Kursk. Nova York, Michael O'Mara Books, 1993.

CUMINGS, Bruce. *Korea's Place in the Sun*. Nova York, W. W. Norton, 2005.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Memória da Barbárie*. A história do genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Edusp/Nova Stella, 1990.

DAVIES, Norman. *No Simple Victory*. World War II in Europe, 1939-1945. Londres, Penguin Group, 2008.

DAVIES, Norman. *O Levante de 44*. A batalha por Varsóvia. Rio de Janeiro, Record, 2010.

DAWIDOWICZ, Lucy. *The War Against the Jews*. Holt, Rinehart & Winston, 1975.

DE BERNARDI, Aberto. *Da Mondiale a Globale*. Storia del XX secolo. Turim, Bruno Mondadori, 2008.

DE FELICE, Renzo. *Breve Storia del Fascismo*. Milão, Oscar Mondadori, 2002.

DÉÁK, István et al. *The Politics of Retribution in Europe*. World War II and its aftermath. Nova Jersey, Princeton University Press, 2000.

DEBORIN, G. A. *Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Fulgor, 1966.

DEUTSCHER, Isaac. *La Russie après Lenine*. Paris, Seuil, 1954.

DEUTSCHER, Isaac. La tragedia del comunismo polaco entre las dos guerras mundiales. *En Defensa del Marxismo* nº 20, Buenos Aires, dezembro 2000.

DEUTSCHER, Isaac. *Los Judios no Judios*. Buenos Aires, Kikiyon, 1969.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin*. Uma biografia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

DJILAS, Milovan. *Conversações com Stalin*. Porto Alegre, Editora Globo, 1962.

Documents sur la révolution grecque de décembre 1944. *Les Cahiers du Cermtri* nº 60, Paris, março de 1991.

DONATO, Maurizio. '48- Il marco americano. *La Contraddizione* nº 149, Roma, dezembro 2014.

DÖNITZ, Karl. *Ten Years and Twenty Days*. Nova York, Da Capo Press, 1997.

DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony. *Histoire Générale du XXè Siècle*. Paris, Seuil, 1986.

DROZ, Jacques. *Histoire Générale du Socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

DUFOUR, Jean-Louis. *Les Crises Internationales*. Bruxelas, Complexe, 2000.

DWORK, Déborah; PELT, Robert Jan van. *Holocausto*. Una historia. Madri, Algaba, 2004.

DZIEWANOWSKI, M.K. *The Communist Party of Poland*. Cambridge, Harvard University Press, 1976.

EDELHEIT, Abraham J. *Bibliography on Holocaust Literature*. Boulder, Westview Press, 1986.

EDEN, Anthony. *L'Épreuve de Force*. Février 1938-Août 1945. Paris, Plon, 1965.

EHRENFREUND, Norbert. *The Nüremberg Legacy*. How the nazi war crimes trial changed the course of history. Nova York, Palgrave Macmillan, 2007.

ELLIS, John. *1945*. The sharp end : the fighting man in World War II. Nova York, Scribner, 1980.

ELLIS, John. *Brute Force*. Allied strategy and tactics in the Second World War. Londres, Andre Deutsch, 1990.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Hammerstein o el Tesón*. Buenos Aires, La Página, 2013.

ETCHEGOYEN, Miguel. *Grecia: el Movimiento Guerrillero de Liberación en la Posguerra*. Buenos Aires, CEAL, 1973.

EVANS, Richad J. *O Terceiro Reich em Guerra*. São Paulo, Planeta, 2012.

FABRE-LUCE, Alfred. *La Révolution Européene 1919-1945*. Paris, Domat, 1954.

FAN-HSI, Wang. *Chinese Revolutionary (1919-1949)*. Oxford, Oxford University Press, 1980.

FAURI, Francesca. *Il Piano Marshall e l'Italia*. Bolonha, Il Mulino, 2011.

FAUVET, Jacques. *Histoire du Parti Communiste Français*. Paris, Fayard, 1964-1965.

FEJTÖ, François. *Histoire des Démocraties Populaires*. Paris, Seuil, 1971.

FERGUSON, Niall. *Colosso*. Ascensão e queda do império americano. São Paulo, Planeta, 2011.

FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Ática, 1995.

FEST, Joachim. *Hitler*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.

FIELDHOUSE, David K. *Politica ed Economia del Colonialismo (1870-1945)*. Bari, Laterza, 1980.

FILIPPELLI, Ronald L. Il Piano Marshall e la ricostruzione postbellica. In: CASTRONOVO, Valerio. *Storia dell'Economia Mondiale*. Bari, Laterza, 2000.

FISCHER, Klaus P. *History of an Obsession*. German judeophobia and the Holocaust. Londres, Bloomsbury Academic, 2001.

FISK, Robert. *The Conquest of the Middle East*. Nova York, Counterpunch, 2007.

FONVIELLE-ALQUIER, François. *El Gran Miedo de la Posguerra 1946-1953*. Barcelona, Dopesa, 1974.

FORET, Françoise. La reconstrucción du SPD après da 2ème Guerre Mondiale. *Le Mouvement Social* nº 95, Paris, abril de 1976.

FREI, Norbert. *Lo Stato Nazista*. Bari, Laterza, 1998

FRIEDLÄNDER, Saul. *Hitler et les États-Unis 1939-1941*. Paris, Seuil, 1966.

FRIEDLÄNDER, Saul. *Pio XII y el III Reich*. Barcelona, Península, 2007.

FRIEDLÄNDER, Saul. *The Origins of Nazi Genocide*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1995

FRIEDRICH, Jörg. *Yalu. À beira da terceira guerra mundial*. Rio de Janeiro, Record, 2011.

GADDIS, John Lewis. *Estados Unidos y los Orígenes de La Guerra Fría 1941-1947*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1989.

GAIDO, Daniel; LUPARELLO, Velia. Estrategia y táctica en un período revolucionário. *En Defensa del Marxismo* nº 42, Buenos Aires, maio de 2014.

GALLAND, Adolf. *The First and the Last*. Germany's fighter force in WWII. Miami, Cerberus Press, 2005.

GELLATELY, Robert. *Backing Hitler*. Consent and coercion in Nazi Germany. Oxford, Oxford University Press, 2001.

GERWARTH, Robert. *O Carrasco de Hitler*. A vida de Reinhardt Heydrich. São Paulo, Cultrix, 2013.

GILBERT, Martin. *A Segunda Guerra Mundial*. Lisboa, Dom Quixote, 1989.

GILBERT, Martin. *The Holocaust: The Jewish Tragedy*. Londres, Collins, 1986.

GLANTZ, David M. *Soviet Military Deception in the Second World War*. Londres, Frank Cass, 1989.

GLANTZ, David M. *The Soviet-German War 1941-45*. Myths and realities. Nova York, Survey, 2001.

GLANTZ, David M. *When Titans Clashed*. How the Red Army stopped Hitler. Lawrence, University Press of Kansas, 1995.

GLANTZ, David M. *The Siege of Leningrad, 1941-1944: 900 Days of Terror*. Nova York, Zenith Imprint, 2001.

GLANTZ, David M.; HOUSE, Jonathan M. *The Battle of Kursk*. Lawrence, University Press of Kansas, 1999.

GOLDHAGEN, Daniel. *Hitler's Willing Executioners*. Ordinary Germans and the Holocaust. Nova York, Alfred A. Knopf, 1996.

GONÇALVES, Joannisval Brito. *Tribunal de Nüremberg 1945-1946*. A gênese de uma nova ordem no direito internacional. Rio de Janeiro, Renovar, 2004.

GORDON, David M. *Trabajo Segmentado, Trabajadores Divididos*. Madri, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986.

GORKIN, Julian. *El Asesinato de Trotsky*. Barcelona, Ayma, 1971.

GORODETSKY, Gabriel. *Le Grand Jeu des Dupes*. Staline et l'invasion allemande. Paris, Les Belles Lettres, 2000.

GOSLING, Francis G. *The Manhattan Project*. Making the atomic bomb. Washington, United States Department of Energy, 1994.

GRAMEL, Hermann. *Antisemitism in the Third Reich*. Londres, Blackwell, 1992.

GRESH, Alain; VIDAL, Dominique. *Palestine 1947*. Une division abortée. Bruxelles, Éditions Complexe, 2004.

GUÉRIN, Daniel. *Estados Unidos 1880-1950*. Movimiento obrero y campesino. Buenos Aires, CEAL, 1972.

GUÉRIN, Daniel. *Fascisme & Grand Capital*. Paris, Syllepse, 1999.

GUÉRIN, Daniel. *Front Populaire Révolution Manquée*. Paris, François Maspero, 1970.

GUÉRIN, Daniel. *Quand le Fascisme et la Guerre nous Devançaient*. Paris, Par, 1960.

GUILLERMAZ, Jacques. *Histoire du Parti Communiste Chinois*. Paris, Payot, 1972.

HAGEN, William W. *German History in Modern Times*. Cambridge, Cambridge University Press, 2012.

HAKIM, Joy. *A History of Us*. War, peace and all that jazz. Nova York, Oxford University Press, 1995.

HAM, Paul. *Hiroshima Nagasaki*. Sydney, HarperCollins, 2011.

HARARI, Jehiel. Trotsky et la question juive. *Dispersion et Unité* nº 11, Jerusalém, 1971.

HARRIS, Whitney. *Tiranny on Trial*. The trial of the major German war criminals at the end of World War II at Nüremberg, Germany, 1945-1946. Dallas, Southern Methodist University Press, 1954.

HARVEY, Robert. *American Shogun*. General MacArthur, Emperor Hirohito and the drama of modern Japan. Woodstock, Overlook Press, 2007.

HASEGAWA, Tsuyoshi. *Racing the Enemy*. Stalin, Truman, and the surrender of Japan. Cambridge, Belknap Press, 2006.

HASTINGS, Max. *Armageddon*. The battle for Germany 1944-1945. Nova York, Alfred A. Knopf, 2004.

HASTINGS, Max. *Inferno*. O mundo em guerra 1939-1945. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2012.

HAYWARD, Joel S. A. *Stopped at Stalingrad*. The Luftwaffe and Hitler's defeat in the East, 1942–1943. Lawrence, University Press of Kansas, 1998.

HELD, Walter. *El Stalinismo y el POUM*. Barcelona, En Defensa del Marxismo, 1988.

HÉMERY, Daniel. *Révolutionnaires Vietnamiens et Pouvoir Colonial en Indochine*. Paris, François Maspéro, 1975.

HENIG, Ruth. *O Tratado de Versalhes*. São Paulo, Ática, 1991.

HERNÁNDEZ, Jesús. *Enigmas e Mistérios da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Madras, 2012.

HESS, Robert L. Italian imperialism in its ethiopian context. *The International Journal of African Historical Studies*, Boston, vol. 6, nº 1, 1973.

HILBERG, Raul. *The Destruction of the European Jews*. Nova York, Yale University Press, 1961.

HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. Londres, Hurst and Blackett, 1939.

HIXSON, Walter L. *The American Experience in World War II*. The atomic bomb in history and memory. Nova York, Routledge, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos*. O breve século XX 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HODDESON, Lillian et al. *Critical Assembly*. A technical history of Los Alamos during the Oppenheimer years, 1943–1945. Nova York, Cambridge University Press, 1993.

HOFFMAN, Peter. *The History of the German Resistance 1933-1945*. Cambridge, The MIT Press, 1977.

HOGAN, Michael J. *Hiroshima in History and Memory*. Nova York, Cambridge University Press, 1996.

HOGAN, Michael J. *The Marshall Plan*. America, Britain, and the reconstruction of Western Europe 1947-1952. Nova York, Cambridge University Press, 1987.

HOMZE, Edward L. *Foreign Labor in Nazi Germany*. Nova Jersey, Princeton University Press, 1967.

HOYT, Edwin Palmer. *199 Days*. The battle for Stalingrad. Nova York, Forge Books, 1999.

HOYT, Edwin Palmer. *Japan's War: the Great Pacific Conflict*. Nova York, McGraw-Hill, 2001.

HSIUNG, James Chieh. *China's Bitter Victory*. The war with Japan, 1937–1945. Nova York, M.E. Sharpe, 1992.

HUGUES, H. Stuart. *Da Sponda a Sponda*. L'emigrazione degli intellettuali europei e lo studio della società contemporanea. Bologna, Il Mulino, 1977.

HUNT, Michael H.; LEVINE, Stephen L. *Arc of Empire*. America's wars from the Philippines to Vietnam. Nova York, University of North Carolina Press, 2013.

International Military Tribunal. *Trial of the Major War Criminals before the International Military Tribunal, Nuremberg 1945-46*. Nuremberg, IMT, 1947.

IVALDO, Roberto. *Storia del Colonialismo*. Roma, Newton, 1997.

JEFFRIES, Peter. La crise du capitalisme d'après-guerre. *La Vérité* nº 529, Paris, junho-julho de 1965.

JORDAN, David. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, M. Books, 2011.

JOWETT, Philip S. *The Japanese Army 1931-1945*. Nova York, Osprey Publishing, 2002.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra*. Uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro, Objetiva, 2008.

KANTOWICZ, Edward R. *The Rage of Nations*. Nova York, B. Eerdmans Publishing, 1999.

KASPI, André. *Les Américains*. Paris, Seuil, 1986.

KATZ, Steven. *The Holocaust in Historical Context*. Nova York, Oxford University Press, 1994.

KEDROS, André. *La Résistance Grecque*. Paris, Robert Laffont, 1967.

KEEGAN, John. *Barbarossa*. A invasão da Rússia. Rio de Janeiro, Renes, 1973.

KEEGAN, John. *Introduction to The Second World War*. Harmondsworth, Penguin, 1985.

KEEGAN, John. *La Grande Storia della Guerra*. Milão, Oscar Mondadori, 1996.

KEEGAN, John. *Um Mundo em Chamas*. Uma breve história da Segunda Guerra Mundial na Europa e na Ásia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

KEMP, Tom. Perspectives du développement capitaliste. *La Vérité* nº 527, Paris, fevereiro-abril 1964.

KERGOAT, Jacques. *Marceau Pivert, "Socialiste de Gauche"*. Paris, De L'Atelier, 1994.

KERSHAW, Ian. *Hitler*. Nova York, W.W. Norton, 1998-2000.

KERSHAW, Ian. *Qu'est-ce que le Nazisme*. Problèmes et perspectives d'interprétation. Paris, Gallimard,

KIDRON, Michael. *El Capitalismo Occidental de Postguerra*. Madri, Guadarrama, 1971.

KIERNAN, V. G. *Colonial Empires and Armies 1815-1960*. Gloucestershire, Sutton, 1988.

KIERNAN, V. G. *Estados Unidos*. Da colonização branca à hegemonia mundial. Rio de Janeiro, Record, 2009.

KIRSCHENBAUM, Lisa. *The Legacy of the Siege of Leningrad, 1941–1995*. Myth, memories, and monuments. Nova York, Cambridge University Press, 2006.

KITSON, Alison. *Germany 1858–1990. Hope, terror and revival*. Oxford, Oxford University Press, 2001. MANDELBAUM, Michael. *The Fate of Nations. The search for national security in the nineteenth and twentieth centuries*. Nova York, Cambridge University Press, 1988.

KLEIN, Claude. *De los Espartaquistas al Nazismo*. La República de Weimar. Barcelona, Península, 1970.

KNIGHT, Amy. *Quem Matou Kirov? O maior mistério do Kremlin*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

KNOPP, Guido. *Tedeschi in Fuga*. Milão, TEA, 2004.

LANDAU, Ronnie. *The Nazi Holocaust*. Chicago, Ivan R. Dee, 1994.

LANZMANN, Claude. *Shoah*. Paris, Fayard, 1985.

LAQUEUR, Walter. *Europa después de Hitler*. Madri, Sarpe, 1985.

LAQUEUR, Walter. *O Terrível Segredo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

LAUNAY, Jacques de. *La Diplomacia Secreta*. Durante las dos guerras mundiales. Bogotá, Norma, 2009.

LEE, Steven Hugh. *La Guerra di Corea*. Bolonha, Il Mulino, 2007.

LEFRANC, Georges. *Juin 36*. Paris, Juillard, 1966.

LEFRANC, Georges. *Le Front Populaire*. Paris, PUF, 1979.

LEFRANC, Georges. *Le Socialisme Réformiste*. Paris, Presses Universitaires de France, 1971.

LEMKIN, Raphael. *Axis Rule in Occupied Europe*. Washnngton, Carnegie Endowment for World Peace, 1944.

LEON, Abraham. *Les Tâches de la 4ème Internationale en Europe*. Bélgica, 1942.

Les Congrès de la Quatrième Internationale. Paris, La Brèche, 1978.

LESPINOIS, Jérôme de. *A Batalha da Inglaterra*. Junho-outubro 1940. São Paulo, Texto & Grafia, 2012.

LEVY, Sam. Sur la politique militaire prolétarienne. *Cahiers Léon Trotsky* nº 43, Paris, setembro de 1990.

LEWIN, Moshe. *La Formation du Système Soviétique*. Paris, Gallimard, 1987.

LEWIN, Moshé. *O Século Soviético*. Rio de Janeiro, Record, 2007.

LICHTBLAU, Eric. Nazistas a serviço dos EUA. *Folha de S. Paulo*, 28 de outubro de 2014.

LIDDEL HART, Basil. *History of the Second World War*. Londres, Cassel & Co - Pan Books, 1973.

LIFTON, Robert J. *The Nazi Doctors: Medical Killing and the Psychology of Genocide*. Nova York, Basic Books, 2000.

LONGERICH, Peter. *Holocaust: the Nazi Persecution and Murder of the Jews*. Oxford, Oxford University Press, 2010.

LONGERICH, Peter. *The Unwritten Order*. Hitler's role in the Final Solution. Stroud, Tempus Publishing, 2003.

LORIS, Marc (Jan Van Heijenoort). La question nationale en Europe (1942). *Cahiers Léon Trostsky* nº 25, Paris, setembro 1985.

LORIS, Marc (Jan Van Heijenoort). Perspectives pour l'Europe (junho 1941). *Cahiers Léon Trostsky* nº 65, Paris, março 1999.

LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*. São Paulo, Ideias & Letras, 2006.

LOWE, Keith. *L'Europe Barbare 1945-1950*. Paris, Perrin, 2013.

LÖWY, Michael. *Barbárie e Modernidade no século XX*. <http://www.ecodebate.com.br/2010/05/20/>

LUKACS, John. *A Última Guerra Europeia*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

LUKACS, John. *O Duelo - Churchill X Hitler*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

MACDONALD, John. *Great Battles of World War II*. Londres, Michael Joseph Books, 1986.

MADJARIAN, Grégoire. *Conflits, Pouvoirs et Société à la Libération*. Paris, UGE, 1980.

MAGDOFF, Harry. *The Age of Imperialism*. The economics of US foreign policy. Nueva York, Monthly Review Press, 1969.

MAIONE, Giuseppe. *L'Imperialismo Straccione*. Bolonha, Il Mulino, 1979.

MANDEL, Ernest. *A China antes e depois de Mao*. Lisboa, Antídoto, 1977.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. O papel do indivíduo na História: o caso da II Guerra Mundial. *Ensaio* nº 17/18, São Paulo, 1989.

MANDEL, Ernest. *O Significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Ática, 1982.

MARIE, Jean-Jacques. *Stalin*. São Paulo, Babel, 2011.

MARRUS, Michael. *The Nüremberg War Crimes Trial 1945-46*. A documentary history. Boston, Bedford Books, 1997.

MARTINS, José. *Os Limites do Irracional*. Globalização e crise econômica mundial. São Paulo, Fio do Tempo, 1999.

MASSOLA, Umberto. *Gil Scioperi del '43*. Roma, Riuniti, 1973.

MASSON, Philippe; CORREA, Angela. *A Segunda Guerra Mundial*. Histórias e estratégias. São Paulo, Contexto, 2011.

MASTNY, Vojtech. *Il Dittatore Insicuro*. Stalin e la Guerra Fredda. Milão, Corbaccio, 1998.

MATTHEWS, Rupert. *Stalingrado*. São Paulo, M.Bokks, 2013.

MAYER, Arno J. *La "Solution Finale" dans l'Histoire*. Paris, La Découverte, 1990.

MAZOWER, Mark. *Inside Hitler's Greece*. Nova York, Yale University Press, 2001.

McMAHON, Robert J. *Guerra Fria*. Porto Alegre, L&PM, 2012.

MEDVEDEV, Roy e Zhores. *The Unknown Stalin*. Nova York, I.B.Tauris, 2003.

MEDVEDEV, Roy. *Le Stalinisme. Origines, histoire, conséquences*. Paris, Seuil, 1971.

MEE, Charles L. *O Encontro de Potsdam*. Rio de Janeiro, Record, 1976.

MERLIO, Gilbert. *Les Résistances Allemandes a Hitler*. Paris, Tallandier, 2003.

MICHEL, Henri. *La Segunda Guerra Mundial*. Roma, Newton & Compton, 1995.

MILTON, David. *The Politics of Labor: From the Great Depression to the New Deal*. Nova York, Monthly Review Press, 1982.

MILWARD, Alan S. *La Segunda Guerra Mundial 1939-1945*. Barcelona, Crítica, 1986.

MINCZELES, Henri. *Histoire Générale du Bund. Um mouvement révolutionnaire juif*. Paris, Denöel, 1999.

MIQUEL, Pierre. *La Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires, Emecé, 1990.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

MOON, Penderle. *Índia: Independência e Partição*. São Paulo, Abril Cultural, 1975.

MOORE, Joe. *Japanese Workers and the Struggle for Power*. Madison, University of Wisconsin Press, 1983.

MORADIELLOS, Enrique. *La Semilla de la Barbarie. Antisemitismo y Holocausto*. Barcelona, Península, 2009.

MORENO, Hugo. França 1936: tudo era possível. *Desafio* nº 3/4, São Paulo, julho 1993.

MORIN, Edgar. *O Mundo Moderno e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

MORROW, Felix. *Revolución y Contrarrevolución en España*. Madri, Akal, 1978.

MUNIZ, Grandizo. *Jalones de Derrota, Promesas de Victoria*. Madri, Zero, 1977.

MURRAY, Williamson. *A War to Be Won. Fighting the Second World War*. Nova York, Harvard University Press, 2001.

MYERS, Ramon; PEATTIE, Mark. *The Japanese Colonial Empire, 1895-1945*. Nova York, Princeton University Press, 1987.

NAGORSKI, Andrew. *A Batalha de Moscou*. São Paulo, Contexto, 2013.

NETTL, J. P. *Bilan de l'URSS 1917-1967*. Paris, Seuil, 1967.

NIETO, Felipe. *La Aventura Comunista de Jorge Semprún*. Buenos Aires, Tusquets, 2014.

NIVEAU, Maurice. *História dos Fatos Econômicos Contemporâneos*. São Paulo, Difel, 1969.

NOLTE, Ernst. *Nazional-socialismo e Bolscevismo. La guerra civile europea 1917-1945*. Firenze, Sansoni, 1988.

NOVE, Alec. *Historia Económica de la Unión Soviética*. Madri, Alianza, 1973.

O'BALLANCE, Edgar. *The Greek Civil War 1944-1949*. Nova York, Frederick A. Praeger Publishers, 1966.

OLYMPIO, Guilherme. *União Soviética & USA*. Rio de Janeiro, Prado, 1955.

OVERY, Richard. *Porqué Ganaron los Aliados*. Buenos Aires, Tusquets, 2011.

OVERY, Richard. *Russia in Guerra 1941-1945*. Milão, Il Saggiatore, 2011.

OVERY, Richard. *The Battle of Britain: The Myth and the Reality*. Nova York, W.W. Norton, 2001.

PAPPE, Ilan. *La Pulizia Etnica della Palestina*. Roma, Fazi, 2008.

PARKER, R. A. C. *Struggle for Survival. The history of the Second World War*. Nova York, Oxford University Press, 1989.

PATTERSON, Charles. *Eternal Treblinka*. Nova York, Lantern Books, 2002.

PEREGALLI, Arturo. *L'Altra Resistenza*. Genova, Graphos, 1991.

PEREGALLI, Arturo. Through fascism, war and revolution. *Revolutionary History* vol. 4, nº 5, Londres, 1995.

PERNAU, José. *História Mundial desde 1939*. Barcelona, Salvat, 1973.

PITILLO, João Claudio P. *Aço Vermelho. Os segredos da vitória soviética na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Multifoco, 2014.

PLA, Alberto. *América Latina Siglo XX. Economía, sociedad y revolución*. Buenos Aires, Carlos Perez, 1969.

PLESHAKOV, Constantine. *A Loucura de Stalin. Os trágicos dez dias iniciais da Segunda Guerra Mundial no front oriental*. Rio de Janeiro, Difel, 2008.

POLIAKOV, León. *Breviario del Odio. Los judíos y el Tercer Reich*. Buenos Aires, Platina-Stilcograf, 1954.

PONTHUS, Rene. Tendances et activité de la social-démocratie allemande émigrée (1933-1941), *Le Mouvement Social* nº 84, Paris, julho de 1973.

PONTING, Clive. *1940: Myth and Reality*. Chicago, Ivan R. Dee, 1991.

POPE, Dudley. *The Battle of the River Plate*. The hunt for the German pocket battleship Graf Spee. Londres, McBooks Press, 2005.

PORETSKI, Elisabeth K. *Nuestra Propia Gente*. Vida y muerte de um agente soviético. Madrid, Zero, 1972.

PREIS, Art. *Labor's Giant Step*. 20 years of the CIO. Nova York, Pathfinder Press, 1972.

PROCACCI, Giuliano. *Storia del Mondo Contemporaneo*. Roma, Riuniti, 1999.

RAUS, Erhard. *Panzer Operations*. The Eastern Front memoir, 1941–1945. Cambridge, Da Capo Press, 2003.

RAUSCHNING, Hans (ed.). *1945*. El año de la catástrofe. Barcelona, Barral, 1971.

RAYFIELD, Donald. *Stalin and his Hangmen*. The tyrant and those who killed for him. Nova York, Random House, 2004.

READ, Anthony. *The Fall of Berlin*. Londres, Pimlico, 1993.

RECORD, Jeffrey. *Appeasement Reconsidered*. Investigating the mythology of the 1930s. Londres, Diane Publishing, 2005.

REES, Laurence. *Stalin, os Nazistas e o Ocidente*. São Paulo, Larousse Brasil, 2013.

REIMAN, Michal. *El Nacimiento del Estalinismo*. Barcelona, Grijalbo, 1982.

RÉMOND, René. *Introdução à História do Nosso Tempo*. Lisboa, Gradiva, 2003.

RESIS, Albert. The Churchill-Stalin secret "percentages" agreement on the Balkans. *The American Historical Review*, Washington, vol. 83 n° 2, abril 1978.

RICHARDSON, Al. Los trotskistas y la Segunda Guerra. *Estrategia Internacional* n° 8, Buenos Aires, maio 1998.

RICHIE, Alexandra. *Warsaw 1944*. Hitler, Himmler and the Warsaw uprising. Londres, William Collins, 2013.

ROBINSON, Derek. *Invasion 1940*. Did the Battle of Britain alone stop Hitler? Nova York, Carroll & Graf, 2005.

ROCHAT, Giorgio. *Il Colonialismo Italiano*. Turim, Loescher, 1973.

RODOGNO, Davide. *Il Nuovo Ordine Mediterraneo*. Le politiche di occupazione dell'Italia fascista in Europa (1940-1943). Turim, Bollati Boringhieri, 2003.

RODOGNO, Davide. Le nouvel ordre fasciste en Méditerranée, 1940-1943: présupposés idéologiques, visions et velléités. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, Paris, Vol. 55, n° 3, julho-setembro 2008.

ROGOVIN, Vadim Z. *1937*. The year of Stalin's terror. Oak Park, Mehring Books, 1998.

RONCAYOLO, Marcel. *Le Monde Contemporain de la Seconde Guerre Mondiale à nos Jours*. Paris, Robert Laffont, 1985.

ROOSENS, Claude. *Les Relations Internationales de 1815 à nos Jours*. Louvain-la-Neuve, Bruylant-Academia, 2001.

ROSEMAN, Mark. *Il Protocollo del Wannsee e la Soluzione Finale*. Milão, Mondadori, 2014.

ROSSI, A. *Deux Ans d'Alliance Germano-Soviétique*. Paris, Arthème Fayard, 1949.

ROUS, Jean. Spain 1936-39: the murdered revolution. *Revolutionary History*, Vol. 4, n° 1-2, Londres, 1992.

RUBINSTEIN, Joshua; NAUMOV, V. P. *Stalin's Secret Pogrom: the Postwar Inquisition of the Jewish Anti-Fascist Committee*. New Haven, Yale University Press, 2001.

RUIZ MORENO, Isidoro. *La Neutralidad Argentina en la Segunda Guerra*. Buenos Aires, Emecé, 1997.

RYAN, Cornelius. *A Bridge Too Far*. London, Hodder, 2007

RZHESCHEVSKI, Oleg A. *La Segunda Guerra Mundial*. Mito y realidad. Moscou, Progreso, 1985.

SALINAS, Samuel Sergio. *Antes da Tormenta*. Origens da Segunda Guerra Mundial (1918-1939). Campinas, Editora Unicamp, 1994.

SALOMONI, Antonella. *L'Unione Sovietica e la Shoah*. Bolonha, Il Mulino, 2007.

SALVADORI, Massimo (ed). Segunda Guerra Mundial. *Enciclopedia Storica*. Bolonha, Zanichelli, 2000.

SALVADORI, Massimo. *Storia dell'Età Contemporanea*. Torino, Loescher, 1990.

SANDER, Roberto. *O Brasil na Mira de Hitler*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2007.

SANDOZ, Gérard. *La Izquierda Alemana*. De Karl Marx a Willy Brandt. Barcelona, Península, 1971.

SANTARELLI, Enzo. *Storia Sociale del Mondo Contemporaneo*. Milão, Feltrinelli, 1982.

SCHACHT, Hjalmar. *Setenta e Seis Anos de Minha Vida*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1999.

SCHOR, Ralph. *Europa tra le Due Guerre (1919-1939)*. Roma, Newton & Compton, 1995.

SENARCLENS, Pierre de. *Yalta*. Paris, Presses Universitaires de France, 1990.

SHAW, Anthony. *World War II Day by Day*. Nova York, MBI Publishing Company, 2000.

SHERRY, Michael. *Preparing for the Next War*. American plans for postwar defense, 1941-1945. Nova York, Yale University Press, 1977.

SHERWOOD, Robert E. *Roosevelt and Hopkins*. Nova York, McGraw Hill, 1950.

SHIRER, William L. *The Rise and Fall of the Third Reich*. Nova York, Simon & Schuster, 1960.

SILVA, Hélio. *1942*. Guerra no continente. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

SIRACUSA, Joseph M. The night Stalin and Churchill divided Europe. *The Review of Politics*, Nova York, vol. 43, nº 3, julho 1981

SKOGLUND, Carl. The 1934 Minneapolis strike. *Revolutionary History*, Vol. 2, nº 1, Londres, primavera 1989.

SMITH, Winston; STEADMAN, Ralph. *All Riot on the Western Front*. Nova York, Gasp, 2004.

SNOW, Edgar. *La China Contemporánea*. México, Fondo de Cultura Económica, 1965.

SNYDER, Timothy. *Terras de Sangue*. A Europa entre Hitler e Stalin. Rio de Janeiro, Record, 2012.

SORLIN, Pierre. *The Soviet People and Their Society*. Nova York, Praeger, 1970.

SPANIER, John. *La Política Exterior Norteamericana a partir de la Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1991.

SPEAR, Percival. *Historia de la India*. México, Fondo de Cultura Económica, 1969.

SPEER, Albert. *Inside the Third Reich*. Nova York, Phoenix, 2003.

SPENCE, Jonathan. *Em Busca da China Moderna*. Quatro séculos de história. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SPRIANO, Paolo. O movimento comunista entre a guerra e a pós-guerra: 1938-1947. In: E. J. Hobsbawm. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. X.

STAFFORD, Davis. *1945*. Fim de jogo. Rio de Janeiro, Objetiva, 2010.

STALIN, Iosif. *Voprossy Leninizma*. Gosudarstvenoe Izdatelstvo Polititckeskoj Literatury. Moscou, 1947.

STEGMANN, Bernard. *Germany and the Second World War*. Oxford, Clarendon Press, 1995.

STERNBERG, Fritz. *El Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1978.

STOKESBURY, James L. *A Short History of the Korean War*. Nova York, Harper Perennial, 1995.

STRICK-STRICKFELD, Wilfried. *Contre Staline et Hitler*. Le général Vlassov et le mouvement de libération russe. Paris, Presses de la Cité, 1971.

STUTJE, Jan-Willem. Ernest Mandel en résistance. Les socialistes révolutionnaires en Belgique 1940-1945. *La Belgique Sauvage* nº 7, Bruxelas, outono 2011.

SUDOPLÁTOV, Pável e Anatoli. *Operaciones Especiales*. Barcelona, Plaza & Janés, 1994.

SUTTON, Antony C. *Wall Street and the Rise of Hitler*. Nova York, Arlington House, 1976.

TAYLOR, A.J.P. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

TAYLOR, Frederick. *Dresden*. Terça-feira, 13 de fevereiro de 1945. Rio de Janeiro, Record, 2011.

TAYLOR, Frederick. *Exorcising Hitler*. The occupation and denazification of Germany. Londres, Bloomsbury, 2012

TEITELBAUM, Alejandro. El Holocausto y las grandes empresas. *El Diplô* nº 69, Buenos Aires, março 2005.

TÉMIME, Émile; BROUÉ, Pierre. *La Rivoluzione e la Guerra di Spagna*. Milano, Oscar Saggi Mondadori, 1980.

THALHEIMER, August. *Doze meses da Frente Popular*. www.marxists.org/portugues/thalheimer/1937/06/09.

THOMSON, David. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

THORWALD, Jürgen. *L'illusion*. Les soldats de l'Armée Rouge dans les troupes d'Hitler. Paris, Albin Michel, 1975.

TOOZE, Adam. *Le Salaire de la Destruction*. Formation et ruine de l'économie nazie. Paris, Les Belles Lettres, 2012.

TOTA, Antonio P. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Atual, 1995.

TOYNBEE, Arnold Joseph. *La Europa de Hitler*. Madri, Sarpe, 1985.

TRAVERSO, Enzo. *1914-1945 La Guerre Civile Européenne*. Paris, Hachette, 2011.

TREPPER, Leopold. *O Grande Jogo*. Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

TROTSKY Leon. *La Revolución Española (1930-1936)*. Barcelona, Fontanella, 1975

TROTSKY, Leon. *A Guerra e a IV Internacional*. São Paulo, POR, sdp.

TROTSKY, Leon. A natureza de classe da URSS. In: *A Revolução Russa*. São Paulo, Informação, 1989.

TROTSKY, Leon. *Adonde va Inglaterra*. Europa y América. Buenos Aires, El Yunque, 1975.

TROTSKY, Leon. *El Fascismo*. Buenos Aires, Cepe, 1973,

TROTSKY, Leon. *Escritos*. Bogotá, Pluma, 1974.

TROTSKY, Leon. *Moral e Revolução*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

TROTSKY, Leon. *On the Jewish Question*. Nova York, Pathfinder Press, 1994.

TROTSKY, Leon. *Programa de Transição*. Porto Alegre, Combate Socialista, s.d.p.

TROTSKY, Leon. *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

TROTSKY, Leon. The nazi-soviet pact. *Socialist Appeal*, Nova York, 4 de setembro de 1939.

TRUSCOTT, Lucian K. When the warriors stood down. *Military History* Vol. 28, nº 2, Leesburg, julho 2011.

TUCHMAN, Barbara W. *A Marcha da Insensatez*. De Troia ao Vietnã. Rio de Janeiro, José Olympio, 2005.

TUTOROW, Norman E. *War Crimes, War Criminals and War Crimes Trials*. Nova York, Greenwood Press, 1986.

URWAND, Ben. *A Colaboração*. O pacto entre Hollywood e o nazismo. São Paulo, Leya, 2014.

VACCARINO, Giorgio. *Storia della Resistenza in Europa 1938-1945*. Milão, Feltrinelli, 1981.

VAÏSSE, Maurice. *Les Relations Internationales depuis 1945*. Paris, Armand Colin, 1991.

VALTIN, Jan. *La Noche Quedó Atrás*. Buenos Aires, Claridad, 1988.

VAN DOREN, Charles. *Uma Breve História do Conhecimento*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2012.

VAN GELDEREN, Charlie. A falência da Internacional Comunista. *Perspectiva Internacional* n° 7, São Paulo, novembro 1983.

VIGEVANI, Tullo. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Moderna, 1985.

VILAR, Pierre et al. *Estudios sobre el Nacimiento y Desarrollo del Capitalismo*. Madri, Ayuso, 1978.

VOGETTA, Getulio R. *A Raposa do Deserto*. Curitiba, CEFET-PR, 1992.

VON FREYBERG, Jutta et al. *Geschichte der Deutschen Sozial-Demokratie 1863-1975*. Düsseldorf, Pahl-Rugenstein, 1977.

VONNEGUT, Kurt. *Matadouro 5*. Porto Alegre, L&PM, 2005.

VULLIAMY, Ed; SMITH, Helena. Athens 1944: Britain's dirty secret. *The Observer*, Londres, 30 de novembro de 2014.

WAINSTOCK, Dennis D. *The Decision to Drop the Atomic Bomb*. Westport, Praeger, 1996.

WEINBERG, Gerhard L. *A Global History of World War II*. Nova York, Cambridge University Press, 1993.

WEINER, Michael. *Party Building in a New Nation, the Indian National Congress*. Chicago, Chicago University Press, 1967.

WEINER, Michael. *State Politics in India*. Nova York, Princeton University Press, 1968.

WEINSTOCK, Nathan. *El Sionismo contra Israel*. Buenos Aires, Gosman, 1975.

WEINTRAUB, Stanley. *MacArthur's War*. Korea and the undoing of an American hero. Nova York, Simon & Schuster, 2000.

WERRELL, Kenneth P. *Blankets of Fire*. US bombers over Japan during World War II. Washington, Smithsonian Institution, 1996.

WERTH, Alexander. *A Rússia na Guerra 1941-1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

WERTH, Nicolas. *Les Procès de Moscou*. Bruxelas, Complexe, 1987.

WEXLER, Imanuel. *The Marshall Plan Revisited*. The European recovery program in economic perspective. Westport, Greenwood Press, 1983.

WIEST, Andrew; JORDAN, David. *Atlas da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Larousse Brasil, 2010.

WILLARD, Marcel. *O Incêndio do Reichstag*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.

WILLMOTT, H. P. et al. *Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

WILMOT, Chester. *La Lotta per l'Europa*. Milão, Mondadori, 1953.

WIPPERMANN, Wolfgang. *The Racial State*. Germany 1933–1945. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

WOLFF, Jacques. Le financement de la Deuxième Guerre Mondiale. *Revue d'Histoire de la Deuxième Guerre Mondiale et des Conflits Contemporains* n° 144, Paris, Presses Universitaires de France, outubro 1986.

WOLLER, Hans. *I Conti con Il Fascismo*. L'epurazione in Italia 1943-1948. Bolonha, Il Mulino, 1997.

WOODHOUSE, C. M. *The Struggle for Greece, 1941-1949*. Londres, Ivan R. Dee, 2002.

WOOLF, Stuart J. *Il Fascismo in Europa*. Bari, Laterza, 1973.

YERGIN, Daniel. *O Petróleo*. Uma história de ganância, dinheiro e poder. São Paulo, Scritta, 1992.

YOUNG, Desmond. *Rommel the Desert Fox*. Nova York, Harper & Row, 1950.

ZAGNI, Rodrigo Medina. *Identidades em Guerra*. As políticas dos Estados Unidos para a América Latina durante a Segunda Guerra Mundial. Tese de Doutorado, Prolam-USP, 2013

ZALOGA, Steven J. *El Ejército Rojo*. Barcelona, RBA, 2011.

ZALOGA, Steven J. *La Invasión de Polonia: Blitzkrieg*. Barcelona, RBA, 2007.

ZALOGA, Steven J. *Noon, Steve*. Defense of Japan 1945. Oxford, Osprey Publishing, 2010.

ZHANG, Shu Guang. *Mao's Military Romanticism*. China and the Korean War, 1950–1953. Lawrence, University Press of Kansas, 1995.

ZHUKOV, Gueorgui. *Memorias y Reflexiones*. Moscou, Progreso, 1970.

ZIEGLER, Jean. *Svizzera: l'Oro e i Morti*. Milão, Mondadori, 1997.

ZIEMKE, Earl F. *Battle for Berlin: End of the Third Reich*. Nova York, Ballantine Books, 1969.